



LUIZ DO NASCIMENTO



DA IMPRENSA DE PERNAMBUCO



RECIFE
UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO

1970

"Historiador da imprensa pernambucana, isso o levou ao Instituto Arqueológico, como reconhecimento de sua capacidade de pesquisa. Incansável tem sido ele na sua tarefa. Nenhum jornal lhe escapou ao olho indagador. Até mesmo jornais interiores, escritos à mão, ele os leu e anotou. E se hoje alguém quer conhecer a imprensa pernambucana, aos volumes de Nascimento tem de recorrer, e lá vem tudo, com as devidas minúcias.

Esse trabalho é também de historiador. E de historiador não só da imprensa, especificamente, mas da própria sociedade, porque esta se reflete nos jornais com uma tenacidade que ninguém pode ignorar. Dizem que o jornal se vai depressa, durante o espaço de u'a manhã, como as rosas de Malherbe. Quem pensa assim, vá às velhas coleções, leia tudo e sinta a palpitação da vida. Que há paixões, isso há, pois seria preciso exigir a inocência da imprensa para lhe tirar a vaidade. Quanto documento que só nos jornais se encontram! Cartas, artigos, comentários, entrevistas — quem poderá dizer que tudo isso passou? E os anúncios, acaso não exprimem as épocas com os seus costumes, suas diferenças, seus encantos? Nascimento é roteiro seguro. E se o temos ao lado, numa pesquisa, nada melhor: ele tem tudo na ponta da língua para nos informar".

(Das "Notas Avulsas", N. P. (Nilo Percira), **Jornal do Commercio** 01, 1969).

"Realmente, Luiz do Nascimento, num esforço beneditino, bem difícil de encontrarmos igual na época tumultuosa que atravessamos, mencionou títulos de artigos e notícias importantes, polêmicas travadas por gente ilustre, campanhas políticas que agitaram o país, mudanças de corpo redacional, órgãos que lhe fizeram competência, informes sobre o formato do jornal, número de páginas e referências às edições especiais, tudo isto através de notas fidedignas, isentas de quaisquer dúvidas".

(Do artigo "Impressões de Leitura", Carlyle Martins, **O Estado**, Fortaleza, Ceará, 4.12.1964).

LUIZ DO NASCIMENTO

História da Imprensa de Pernambuco

(1821 - 1954)

VOL. V

PERIÓDICOS DO RECIFE - 1851 - 1875

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO

RECIFE — 1970

HISTÓRIA DA IMPRENSA DE PERNAMBUCO (1821/1954)

Publicados:

- Vol. I — “**Diário de Pernambuco**”.
- Vol. II — “Diários do Recife — 1829/1900”.
- Vol. III — “Diários do Recife — 1901/1954”.
- Vol. IV — “Periódicos do Recife — 1821/1850”.
- Vol. V — “Periódicos do Recife — 1851/1875”.

A publicar:

- Vol. VI — “Periódicos do Recife — 1876/1900”.
- Vol. VII — “Periódicos do Recife — 1901/1915”.
- Vol. VIII — “Periódicos do Recife — 1916/1930”.
- Vol. IX — “Periódicos do Recife — 1931/1940”.
- Vol. X — “Periódicos do Recife — 1941/1954”.
- Vol. XI — “Jornais do Interior” — A a D.
- Vol. XII — “Jornais do Interior” — E a J.
- Vol. XIII — “Jornais do Interior” — L a P.
- Vol. XIV — “Jornais do Interior” — Q a V.
- “História da Imprensa de Olinda”.

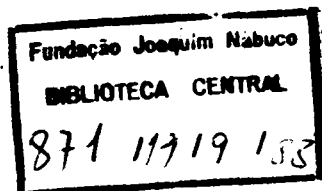
Outros trabalhos do Autor

Publicados:

- “Imprensa Periódica Pitoresca de Pernambuco”.
- “Periódicos do Recife no Século XIX” (mimeografado).
- “O Jornal por Dentro e por Fora”.
- “Três Mestres de Direito no **Batente** do Jornal”.
- “A Imprensa Vitoriense no Século XIX”.
- “Um Decênio de Imprensa e Vida”.
- “Roteiro Jornalístico de Manuel Caitano”.
- “História da Imprensa de Goiana” (separata).

A publicar:

- “Martirologio do Jornalista Borges da Fonseca”.
- “O admirável Nascimento Feitosa”.
- “Roteiro de Jornalistas Pernambucanos”.
- “Dicionário Pernambucano de Pseudônimos”.
- “Reminiscências de um Jornalista Matuto”.



*Do sempre amigo
Lito Maranhão,
velho conhecido*

História da Imprensa de Pernambuco

(1821 - 1954)

25.10.70



ZM-7







INDICE DE TÍTULOS

<i>Academia Popular</i>	166
<i>Academico (O)</i>	216
<i>Academico do Norte</i>	288
<i>Academico do Norte (O)</i>	84
<i>Academico Parahybano</i>	238
<i>Açucena (A)</i>	78
<i>Advogado dos Guardas Nacionais (O)</i>	77
<i>Alabama</i>	170
<i>Album (O)</i>	68
<i>Almanack Administrativo, Mercantil e Industrial da Provincia de Pernambuco</i>	125
<i>Almanack Administrativo, Mercantil, Industrial e Agri- cola da Provincia de Pernambuco — 1868</i>	279
<i>Almanack Administrativo, Mercantil, Industrial e Agri- cola da Provincia de Pernambuco — 1875</i>	382
<i>Almanack da Provincia de Pernambuco</i>	352
<i>Almanack de Pernambuco</i>	321
<i>Almanack do Americano</i>	322
<i>Almanak do Jornal do Recife</i>	312
<i>America Illustrada (A)</i>	313
<i>Americano (O) — 1866</i>	229
<i>Americano (O) — 1870</i>	305
<i>Annais do Instituto Médico Pernambucano</i>	
<i>Anão (O)</i>	164
<i>Antiarrogante (O)</i>	51
<i>Apostolo da Verdade</i>	274
<i>Apostolo do Norte (O)</i>	27
<i>Arauto Litterario (O)</i>	95
<i>Arena</i>	96
<i>Arena (A)</i>	216
<i>Artista Pernambucano (O)</i>	38
<i>Atheneu Pernambucano (O)</i>	73
<i>Athleta (O)</i>	131
<i>Auctoridade (A)</i>	391
<i>Aurora (A)</i>	259

<i>Aurora Alagoana</i>	129
<i>Aurora Pernambucana</i>	108
<i>Azucrin (O) — 1873</i>	355
<i>Azucrin (O) — 1874</i>	381
<i>Barco dos Patoteiros (O)</i>	199
<i>Barco dos Traficantes (O)</i>	92
<i>Barrigudo (O)</i>	195
<i>Beijo (O)</i>	352
<i>Bibliotheca Dramatica</i>	46
<i>Bizouro (O)</i>	393
<i>Bocca Molle (O)</i>	332
<i>Boletim Commercial</i>	38
<i>Bonina (A)</i>	51
<i>Brado da Miseria (O)</i>	39
<i>Brado do Povo (O)</i>	52
<i>Brado Militar (O)</i>	165
<i>Brado Nacional (O)</i>	196
<i>Brasileiro (O)</i>	58
<i>Brasil Maritimo (O)</i>	59
<i>Brazil Agricola, Industrial, Scientifico, Litterario e Noticioso (O)</i>	160
<i>Brazil Illustrado (O)</i>	372
<i>Bussola Americana (A)</i>	227
<i>Caboclo do Norte (O)</i>	226
<i>Cabo José Pimenta (O)</i>	35
<i>Cabrion (O)</i>	381
<i>Caipora de Pernambuco (A)</i>	35
<i>Calabrote (O)</i>	277
<i>Camelia (A)</i>	57
<i>Campeão (O)</i>	141
<i>Camponeza (A)</i>	351
<i>Capão (O)</i>	254
<i>Carapuça (A)</i>	275
<i>Careta (A)</i>	300
<i>Careteiro (O)</i>	43
<i>Caritas-Caridade — 1874</i>	377
<i>Caritas-Caridade — 1875</i>	382
<i>Carnaval (O)</i>	383
<i>Catholico (O)</i>	301
<i>Charadista (O)</i>	303
<i>Cidadão (O) — 1853</i>	46
<i>Cidadão (O) — 1858</i>	105
<i>Cidadão (O) — 1866</i>	232
<i>Cigana (A)</i>	379
<i>Cigarra (A)</i>	348
<i>Clarim da Fama (O)</i>	194
<i>Clarim Litterario (O)</i>	65

<i>Commercial do Norte (O)</i>	215
<i>Commercial Pernambucano (O)</i>	137
<i>Commercio a Retalho (O)</i>	362
<i>Consciencia Livre (A)</i>	298
<i>Conservador (O) — 1856</i>	78
<i>Conservador (O) — 1867</i>	271
<i>Conservador Vermelho (O)</i>	156
<i>Constitucional Pernambucano</i>	167
<i>Constituinte (O)</i>	134
<i>Contemporaneo (O)</i>	72
<i>Correio da Soledade (O)</i>	219
<i>Correio do Recife — 1865</i>	210
<i>Correio do Recife — 1866</i>	233
<i>Correio Natalense</i>	203
<i>Cosmopolita (O)</i>	47
<i>Cravo (O)</i>	56
<i>Crença</i>	304
<i>Crença (A)</i>	217
<i>Crise (A)</i>	206
<i>Cruz (A)</i>	393
<i>Culto às Lettras</i>	365
<i>Democrata (O)</i>	88
<i>Democrata Federativo (O)</i>	280
<i>Democrata Pernambucano (O)</i>	293
<i>Desengano (O)</i>	203
<i>Deutscher Kaempfer</i>	406
<i>Dezesseis de Julho</i>	289
<i>Diabo a Quatro (O)</i>	395
<i>Diabo no Recife (O)</i>	21
<i>Direito (O)</i>	49
<i>Domingo (O)</i>	373
<i>Dona Liga</i>	178
<i>Dthynk</i>	422
<i>Echo Artistico (O)</i>	420
<i>Echo Brasileiro (O)</i>	193
<i>Echo Litterario (O)</i>	373
<i>Encouraçado (O) — 1866</i>	243
<i>Encouraçado (O) — 1874</i>	380
<i>Ensaio (O)</i>	410
<i>Ensaio Litterario</i>	205
<i>Ensaio Philosophico Pernambucano (O)</i>	86
<i>Epocha (A)</i>	119
<i>Escola (A)</i>	388
<i>Esperança (A)</i>	206
<i>Estabanado (O)</i>	421
<i>Estréa (A)</i>	50
<i>Estrella das Bellas</i>	71

<i>Estrella do Norte (A)</i>	183
<i>Estudante (O)</i>	73
<i>Estudante Catholico (O)</i>	405
<i>Estudo (O)</i>	390
<i>Excommungado (O)</i>	354
<i>Expectador (O)</i>	34
<i>Fachina (A)</i>	404
<i>Faculdade do Recife</i>	169
<i>Faculdade e o Povo (A)</i>	267
<i>Familia Universal (A)</i>	333
<i>Folhinha Catholica</i>	124
<i>Folhinha de Almanak</i>	92
<i>Formiga (A)</i>	290
<i>Forum (O)</i>	278
<i>Futuro (O) — 1864</i>	201
<i>Futuro (O) — 1874</i>	372
<i>Gargalhada (A)</i>	415
<i>Gazeta do Norte (A)</i>	213
<i>Genio do Bem (O)</i>	393
<i>Guarda Avançada (A)</i>	176
<i>Heliotropio (O)</i>	67
<i>Horisonte (O)</i>	275
<i>Idéa (A)</i>	212
<i>Idéa Liberal</i>	291
<i>Illustração Academica</i>	220
<i>Illustração Commercial do Recife</i>	215
<i>Illustração Pernambucana (A)</i>	348
<i>Imparcial (O)</i>	112
<i>Imprensa (A) — 1873</i>	369
<i>Imprensa (A) — 1875</i>	392
<i>Instrução Primaria (A)</i>	124
<i>Iris Academico (O)</i>	117
<i>Iris da Verdade (O)</i>	203
<i>Iris Litterario</i>	296
<i>Jardim das Damas (O)</i>	36
<i>Jesuita (O)</i>	353
<i>Jornal Crítico e Musical</i>	404
<i>Jornal das Damas</i>	160
<i>Jornal de Fabio Rustico</i>	371
<i>Jornal do Commercio — 1856</i>	68
<i>Jornal do Commercio — 1872</i>	340
<i>Jornal do Domingo</i>	106
<i>Jornal do Instituto Pio e Litterario de Pernambuco</i>	127
<i>Justiça (A)</i>	42
<i>Juvenilia (A)</i>	423
<i>Kaleidoscopio (O)</i>	356
<i>Kossut (O)</i>	256

<i>Labaro (O)</i>	364
<i>Lanterna (A)</i>	368
<i>Lanterna de Diogenes (A)</i>	383
<i>Lanterna Magica (A)</i>	243
<i>Leão do Norte (O)</i>	130
<i>Lei (A)</i>	76
<i>Liberal (O) — 1861</i>	145
<i>Liberal (O) — 1872</i>	325
<i>Liberal Academico (O) — 1865</i>	219
<i>Liberal Academico (O) — 1868</i>	289
<i>Liberal Pernambucano (O)</i>	355
<i>Liberdade (A)</i>	286
<i>Lidador Academico (O)</i>	137
<i>Linguarudo (O) — 1863</i>	192
<i>Linguarudo (O) — 1875</i>	406
<i>Locomotiva (A)</i>	352
<i>Lucta (A) — 1869</i>	297
<i>Lucta (A) — 1875</i>	386
<i>Luz (A) — 1866</i>	239
<i>Luz (A) — 1873</i>	358
<i>Madresilva (A)</i>	303
<i>Mãe do Linguarudo (A)</i>	413
<i>Marqueza do Linguarudo (A)</i>	415
<i>Marqueza do Norte (A)</i>	258
<i>Martello (O) — 1872</i>	332
<i>Martello (O) — 1875</i>	419
<i>Matraca (A)</i>	287
<i>Mercantil (O)</i>	269
<i>Meteoro (O)</i>	334
<i>Milord Pernambucano</i>	352
<i>Minerva</i>	310
<i>Misanthropo (O)</i>	173
<i>Mocidade (A) — 1868</i>	284
<i>Mocidade (A) — 1875</i>	392
<i>Mocó (O)</i>	23
<i>Monarchista (O)</i>	329
<i>Monarchista Constitucional (O)</i>	124
<i>Monitor das Familias (O)</i>	121
<i>Mosaico</i>	234
<i>Movimento (O)</i>	329
<i>Moysés (O)</i>	191
<i>Mulher (A)</i>	388
<i>Mundo da Lua (O)</i>	24
<i>Museu Social</i>	310
<i>Mutuca (A)</i>	373
<i>Myosotis (O)</i>	404
<i>Nacional (O)</i>	21

<i>Navalha (A)</i>	414
<i>Nova Crise (A)</i>	209
<i>Nova Era (A)</i>	126
<i>Nova Tempestade (A)</i>	209
<i>Oito de Dezembro (O)</i>	204
<i>Onze de Agosto (O)</i>	84
<i>Opinião (A)</i>	159
<i>Opinião Nacional (A)</i>	260
<i>Ordem (A)</i>	114
<i>Oriente (O)</i>	240
<i>Ortiga (A)</i>	352
<i>Outeiro Democratico</i>	308
<i>Paladim (O)</i>	30
<i>Palmatoria (A) — 1854</i>	58
<i>Palmatoria (A) — 1865</i>	223
<i>Palmeira Pernambucana (A)</i>	29
<i>Papagaio de Dona Liga (O)</i>	180
<i>Passeios Humoristicos</i>	283
<i>Pedestre (O)</i>	144
<i>Peregrino (O)</i>	403
<i>Periquito (O)</i>	56
<i>Pernambucano (O) — 1863</i>	172
<i>Pernambucano (O) — 1872</i>	328
<i>Pharol (O)</i>	120
<i>Phil'artista (O)</i>	181
<i>Político (O)</i>	140
<i>Postilhão (O)</i>	370
<i>Povo (O)</i>	61
<i>Preludio Academico (O)</i>	105
<i>Presente (O)</i>	376
<i>Primavera (A) — 1863</i>	161
<i>Primavera (A) — 1869</i>	297
<i>Progresso (O) — 1857</i>	83
<i>Progresso (O) — 1875</i>	407
<i>Progressista Constitucional (O)</i>	158
<i>Puritano (O)</i>	138
<i>Raio (O)</i>	94
<i>Ramalhete (O)</i>	136
<i>Rayo (O)</i>	190
<i>Razão (A)</i>	294
<i>Realidade (A)</i>	279
<i>Recife Illustrado (O)</i>	244
<i>Recifense (O)</i>	180
<i>Redenção (A)</i>	321
<i>Regeneração (A) — 1857</i>	79
<i>Regeneração (A) — 1868</i>	282
<i>Religião (A)</i>	151

<i>Republica (A) — 1868</i>	295
<i>Republica (A) — 1871</i>	312
<i>Republica Federativa</i>	324
<i>Republicano Federativo (O)</i>	375
<i>Revista (A)</i>	34
<i>Revista Academica — 1858</i>	95
<i>Revista Academica — 1862</i>	156
<i>Revista da Associação Onze de Agosto</i>	154
<i>Revista do Congresso Literario</i>	376
<i>Revista do Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambuco</i>	184
<i>Revista Illustrada — 1866</i>	236
<i>Revista Illustrada — 1872</i>	351
<i>Revista Juridica</i>	235
<i>Revista Litteraria — 1859</i>	117
<i>Revista Litteraria — 1874</i>	374
<i>Revista Mensal da Instrução Pública de Pernambuco</i> ..	322
<i>Revista Mensal do Ensaio Juridico</i>	175
<i>Revista Mensal do Gremio Scientifico</i>	270
<i>Revista Militar</i>	152
<i>Revista Pittoresca</i>	351
<i>Rosa (A)</i>	342
<i>Sacratapo (O)</i>	224
<i>Salvação de Graça</i>	418
<i>Santa Cruz (O)</i>	130
<i>Saudade (A)</i>	274
<i>Scorpião (O)</i>	350
<i>Século (O)</i>	257
<i>Semana (A)</i>	222
<i>Sempre Viva (A)</i>	81
<i>Sensitiva (A)</i>	414
<i>Sergipano (O)</i>	129
<i>Serrote (O)</i>	332
<i>Situação (A) — 1862</i>	151
<i>Situação (A) — 1866</i>	254
<i>Tabayré (O)</i>	37
<i>Tempestade (A)</i>	98
<i>Tesoura (A) — 1859</i>	120
<i>Tesoura (A) — 1868</i>	284
<i>Themis Pernambucana (A)</i>	224
<i>Thug (O)</i>	275
<i>Tirocinio Harmonico (O)</i>	30
<i>Trabalho (O)</i>	360
<i>Tribuno (O)</i>	246
<i>Trovão (O)</i>	91
<i>União (A)</i>	342
<i>União Democratica (A)</i>	295

<i>Urtiga (A) — 1861</i>	144
<i>Urtiga (A) — 1862</i>	152
<i>Vapor do Rio Formoso (O)</i>	81
<i>Vapor dos Patoteiros (O)</i>	253
<i>Vapor dos Traficantes (O)</i>	100
<i>Verdade (A) — 1861</i>	133
<i>Verdade (A) — 1866</i>	257
<i>Verdade (A) — 1872, junho</i>	335
<i>Verdade (A) — 1872, julho</i>	342
<i>Verdadeiro Catholico (O)</i>	367
<i>Vesuvio (O)</i>	297
<i>Vinte e Cinco de Março</i>	129
<i>Vinte e Cinco de Março (O)</i>	227
<i>Voz da Mocidade (A)</i>	374
<i>Voz da Verdade (A) — 1862</i>	154
<i>Voz da Verdade (A) — 1863</i>	182
<i>Voz do Brasil (A)</i>	301
<i>Voz do Povo (A)</i>	409

PALAVRAS INICIAIS

Nova série de publicações, da mais diferente periodicidade, aparece neste volume da "História da Imprensa de Pernambuco". Compreende uma fase alta de nossa vida jornalística, já amadurecida nos embates do partidário político, encruada no setor polêmico e fortalecida pelo dinamismo intelectual.

Acham-se nêle estudados 329 órgãos, integrando os anos de 1851 a 1875. São semanários, quinzenários, anuários e os de circulação irregular, de vida curta ou curtíssima e até de alguma longevidade; de todos os feitios e formatos; de caráter específico; literários, noticiosos, caricatos, humorísticos, os mais variados espécimes.

Perpassam em suas páginas, em suas colunas, a par de certa turma menos credenciada, nomes que tiveram, à época, o máximo relêvo nas letras indígenas e nas letras pátrias. Foi o auge das fôlhas acadêmicas, em que brilhavam J. Campos, ou seja, Joaquim José de Campos da Costa Medeiros e Albuquerque, o I, Borges Leal Castelo Branco, Pedro de Calazans, Pedro Autran da Mata e Albuquerque, os irmãos Gusmão Lobo, Almeida Braga, Aires de Albuquerque Gama, Henrique Pereira de Lucena, Antônio Vitruvius, Luiz Guimarães Júnior, Maciel Pinheiro, Tobias Barreto, Castro Alves, José Higino, Carneiro Vilela, Gonçalves Ferreira, Franklin Dória, Franklin Távora, Altino de Araújo, Antônio de Sousa Pinto, Sílvio Vasconcelos da Silveira Ramos, depois transformado em Sílvio Romero; Celso Magalhães, João Batista Regueira Costa e tantos outros, que logo passavam dos bancos acadêmicos para a banca de advogado, para a política, a diplomacia e o próprio jornalismo, mais diletante do que profissional, chegando alguns a atingir pontos altos na administração pública.

Surgiram, então, os primeiros jornais ou revistas de Direito e Jurisprudência, sobretudo redigidos por Nascimento Feitosa e José Austregésilo. Vieram, por outro lado, as fôlhas caricatas, servidas pelo sistema de litogravura, introdu-

zido no Recife ao findar-se a década de 1851/1860 e que revolucionou a pacatez provinciana. E surgiu, depois de 1870, a famosa Questão Religiosa, que proporcionou a maior cobertura jornalística já verificada no Recife, intensamente vivida na imprensa diária e extravasada para a imprensa do plano periódico, que a explorou, sobretudo, pelo lado jocoso, satírico, através do epigrama e da charge, do ridículo e da desfaçatez.

O desenrolar da existência dos órgãos cogitados neste volume não deixa de constituir mais um resumo da história mesma de Pernambuco, roteiro vivo para pesquisadores que ao ramo dediquem suas inclinações.

Em tudo empreguei o máximo de esforço para transmitir ao possível leitor de hoje, ou de cinquenta, cem anos adiante, a informação precisa de todo o material avistado nas bibliotecas, arquivos e coleções particulares, aproveitando, inclusive, o roteiro do historiador Alfredo de Carvalho, na sua obra "Anais da Imprensa Periódica Pernambucana — 1821/1908", infelizmente cheia de omissões e incorreções.

Entrego, pois, aos estudiosos e à posteridade, êste quinto volume, a que outros se seguirão.

L. do N.

Rua Coronel João José de
Figueiredo, 72 — Sítio Nôvo
— Olinda, Pernambuco.

PERIÓDICOS DO RECIFE
1851 - 1875



1851

O DIABO NO RECIFE — Número I (e único), circulou no dia 22 de fevereiro de 1851, em formato de 27x18, com quatro páginas de duas colunas, impresso na Tipografia União, situada à rua da União nº 9. Sob o título trazia o conceito: “O maldizente bem intencionado é o homem mais útil à sociedade que pode existir... Isto é um serviço que se faz ao todo e não um insulto que se faz ao particular” (Jorn. Encicl.).

Pretendendo que a publicação prosseguisse, divulgou extenso expediente, sobretudo anunciando que seria entregue mediante a paga de 80 réis.

Constou sua matéria de uma “Introdução” a respeito da chegada do Diabo ao Recife, em boa linguagem humorística, seguindo-se-lhe “O Diabo Negociante”, uma “Correspondência” de **Lapidoth**, mais uma nota ligeira e alguns versos (**Bib. Púb. Est.**).

O NACIONAL — Órgão de orientação conservadora, saiu a lume no dia 6 (1) de março de 1851, obedecendo ao formato de 36x26, com quatro páginas a três colunas de 14 cíceros. Impressor — J. D. Sousa. Expediente: “...publica-se às quintas-feiras e sábados de cada semana (não sendo dias santos de guarda), na tipografia de Santos & Cia., onde se recebem tôdas as comunicações e correspondências relativas à redação da mesma fôlha. Vende-se avulso por 100 réis na loja de livros de Dourado, largo do Colégio nº 6, onde se subscreve a 2\$000 por trimestre pagos adiantados — sem diferença de portes para as fôlhas que forem remetidas pelo Correio”.

(1) Não no dia 8, como registou Alfredo de Carvalho, nos “Anais da Imprensa Periódica Pernambucana — 1821/1908”.

O editorial de apresentação, de quase duas páginas, focalizou o poder da imprensa e seus efeitos no tocante ao bem e ao mal, condenando “os efeitos perniciosos da imprensa desvairada”. Quanto ao seu programa de ação, trataria de questões externas e internas, acentuando: “...certos de que a independência nacional deve encher a alma do verdadeiro patriota, pugnaremos sempre em prol dos direitos nacionais”.

“Sustentaremos os princípios de liberdade, mas seremos eminentemente ordeiros. Defenderemos a Monarquia representativa e a Constituição política do Império dos ataques dos pseudo-liberais”.

“Militamos sob as bandeiras do govêrno, mas nem por isso deixaremos de censurar os empregados prevaricadores, que consideramos um verdadeiro flagelo da sociedade”.

Ocupar-se-ia, finalmente, de duas questões “vitais para o país: a nacionalização do comércio e o tráfico dos africanos”.

Outro longo artigo redacional atacou a imprensa da oposição, ou seja, a imprensa liberal, dizendo que esta vociferava “contra as autoridades provinciais, emprestando-lhes pérfidas intenções”. E acentuou: “Os seus jornais exalam tão mefíticos vapores que, para alguns dêles, bem útil era que houvesse uma quarentena e que passassem por fumigações e processos depuratórios, a fim de não irem infetar a incautos leitores”.

Logo enfrentou, com veemência de linguagem, o **Diario Novo, A Imprensa**, também diário, e, depois, **O Echo Pernambucano**, todos da família liberal, enquanto defendia a administração do Presidente José Ildefonso de Sousa Ramos.

Seguiu-se com regularidade a circulação do jornal principalmente redigido por Jerônimo Martiniano Figueira de Melo, dando curso a prolixos editoriais em abono dos pontos de vista do Partido Conservador, inclusive comentando aspectos da Revolução Praieira e acusando os respectivos líderes de depredações e saque cometidos quando da invasão do Recife a 2 de fevereiro de 1849.

Divulgava, enquanto isto, sucessivas correspondências políticas do Rio Grande do Norte e não faltavam transcrições da imprensa do sul do país.

Foi curta a sua existência, que findou no mês seguinte com o nº 15, de 30 de abril, quando **Os Redatores d'O Nacional** firmaram a seguinte nota explicativa: "Por motivos poderosos e embaraços imprevistos, temos assentado suspender a publicação da nossa fôlha; logo, porém, que tais embaraços houverem desaparecido, **O Nacional** apresentar-se-á de nôvo em campo, para a defesa do Trono e das instituições do Império e realização das patrióticas e importantes medidas que constituem o seu prorama".

Não voltou jamais (2) (**Bib. Púb. Est.**).

O **MOCÓ — Periódico Pequenino e Gostosinho** — Entrou em circulação a 12 de maio de 1851, formato 21x15, com quatro páginas de coluna larga. Impressor — M. Pinto C. Pessoa, sendo o trabalho material da Tipografia Nacional, situada à rua do Passeio Público nº 18. Trazia, sob o título, a quadra:

"Fugi, guabirus,
Do esperto **Mocó**;
As suas pesquisas
Não escapa um só".

Foi o seguinte o artiguete de apresentação: "Quem há aí que não saiba que mocó é uma espécie de doninha, grande antagonista dos ratos? Ora, "guabiru" (3) rato é; logo, temos que êste nosso **Mocó** não sai à luz senão para dar caça aos "guabirus", animais daninhos, e que é preciso não deixar assenhorear-se da terra. **O Mocó**, pois, vai por-se em cor-

(2) O venenoso **O Echo Pernambucano**, do liberal genuino Inácio Bento de Loiola, nas "Notícias da pátria" de sua edição de 30/5/1851, inseriu a verrina que aqui vai transcrita: "Consta que os 15 números d'**O Nacional** que se publicaram nesta cidade foram pagos pela cota da polícia designada para papel, penas, tinta, livros, etc. Quem duvidar veja a despesa que a polícia fêz, nos meses de março e abril, relativamente a êsses objetos. Assim é que se pode escrever, hein, sr. Figueira de Melo?"

(3) Como era chamado, pelos liberais, o político conservador.

reição: farejará por todos os cantos e recantos e, onde houver guabiru, não o deixará sôlto e livre. Não há de tocar na vida privada de nenhum; isso não, que é muito mal feito; mas desde já advirta-se que falar do magistrado venal, do empregado prevaricador, do ladrão convicto, do assassino privado, do toleirão reconhecido por tal, não é vida privada.

“E quantas vêzes por semana, ou por mês, sairá em seus varejos o nosso **Mocó**? Será quando puder ser. E a como, cada número? São quarenta réis, já se sabe: é preço invariável. Advirta-se, outrossim, que **O Mocó** também irá à Côrte, dará e comentará notícias. **O Mocó**, já se vê, é um opositorista fura-bolos e cata-piolho. Há-de mecher com muita coisa. Vamos a isso”.

Grande parte da pequena edição foi dedicada à odisseia do capitão Pedro Ivo, que figura da prisão, no Rio de Janeiro, onde se encontrava cumprindo pena de prisão perpétua, como um dos chefes da Revolução Praieira. “Logo que aqui chegou a notícia — acentuou o narrador — os guabirus ficaram com as calças nas mãos”.

Circulando, a princípio, bissemanalmente, atacava o Partido Conservador, através da sátira e do ridículo, em querela constante com **A União**, um de cujos redatores, Floriano Correia de Brito, apelidado “o rolha”, era o mais visado entre os chamados “guabirus”.

Não faltavam, igualmente, poesias, sobretudo de exaltação ao feito de Pedro Ivo. A edição de 16 de junho, n^o 7, divulgou interessante “Padre Nosso dos Praieiros”.

A essa altura, **O Mocó** veio a publicar-se uma vez por semana, para terminar feito bimensário, mas sem fixar datas. No n^o 13 mudou de impressor, sendo o primeiro substituído por M. F. Chaves. E, logo mais, uma vez divulgado o n^o 15, a 15 de setembro, expirava o desabusado jornal da Praia (**Bib. Púb. Est.**).

O MUNDO DA LUA — **Periódico Político e Joco-Sério** — Circulou, pela primeira vez, a 14 de junho de 1851, trazendo abaixo do título uma vinheta da Lua com meio rosto de mulher, seguindo-se-lhe a quadra:

“Vou dizer nesta folhinha
A verdade nua e crua;
Não se admire ninguém
Qu’eu vim do mundo da lua”.

Impresso por M. P. C. Pessoa, na Tipografia Nacional, apresentou-se em formato de 30x20, com quatro páginas de duas boas colunas de composição. Redação a cargo de Jerônimo Vilela de Castro Tavares, então detido na Fortaleza do Brum, como um dos chefes da Revolução Praieira. Custava cada exemplar 60 réis.

Fechou a última página a seguinte “Declaração”: **O Mundo da Lua** não tem assinantes, mas vende-se avulso pelo preço que já se sabe, e sai à luz do dia sempre que fôr possível ao seu redator. Aceita-se correspondências e qualquer obra que fôr concebida em termos precisos e decentes e no sentido em que a fôlha é escrita; mas desde já se faz público e notório que é necessário que, havendo responsabilidade, tais papéis sejam assinados, porque o tempo não está para graças, e ninguém está para pagar as favas que o asno comeu. Logo que se puder há de ser anunciado o lugar fixo em que a fôlha se venda”.

Ocupando duas páginas e meia, o artigo de abertura descreveu uma viagem à lua e as peripécias por que passou o redator numa máquina de papelão, construída “de **Diários Velhos, Lidadores, Uniões, Carrancas, Estrellas, Brasileiros, Capiparibes** (1), etc., etc.”, papelão em que descobriu estarem grupados os nomes dos “guabirus” perseguidores dos presos políticos da revolução de 1848, tudo numa linguagem de contundente sátira, visando à política conservadora, que ocupava o poder. Continuará, nas edições subsequentes, a relatar o que tinha visto na Lua.

Acrescentaram-se ao número de estréia dois poemas chistosos, de crítica política. Esclareceu, por fim, uma “Nota bene”: “**O Mundo da Lua** é um periódico político e jocoso e ocupa-se, principalmente, do que vai lá por cima, mas nem por isso abandona os negócios cá de baixo”.

(1) Plural de títulos de jornais conservadores, sendo o primeiro um apelido dado ao **Diário de Pernambuco**.

Mantendo, em prosseguimento, o programa traçado, com as crônicas do mundo da lua, que era o próprio governo brasileiro, a par de glosas, sonetos e quadras epigramáticas, o periódico divulgava comentários sérios de crítica aos “guabirus” e sua política; atacava, com veemência, o Senador Nabuco de Araújo, o ex-chefe de polícia Figueira de Melo, o Monsenhor Pinto de Campos e o deputado padre Venâncio Henrique de Rezende, ao qual chamou “um dos homens mais abjetos e desprezíveis”, porque êle se pronunciara contra a anistia para Pernambuco. Combatia, sobretudo, o periódico conservador **A União**, em rija polêmica.

Ao atingir o nº 8, dizia o redator haver muita coisa ainda a contar do mundo da lua, mas as circunstâncias exigiam que só falasse da terra. Um dos comentários da edição em aprêço assim concluiu:

“A Praia não quer o poder sem o triunfo dos princípios; a Praia não faz guerra de posições; é mentira, é calúnia, é miséria dos “guabirus”. A Praia o que quer é que a gente “ordeira” (2) tenha, ao menos na polícia, homens sisudos, honestos e não prevaricadores, relapsos, assassinos de profissão”.

Os motes a glosar eram constantes, misturando-se nêles política e civismo, como os seguintes:

“Com tiranos não combinam
Brasileiros corações”.

“Nosso bravo Pernambuco
Não se curva à tirania”.

“No solo pernambucano
Não vigora o despotismo”.

“A bêsta do Ministério
Tem bichos na matadeira”.

Não se estendeu, entretanto, a existência do ousado jornal, que chegou ao fim com o nº 10, de 19 de setembro (**Bib. Púb. Est.**).

(2) O Partido Conservador arvorava-se a qualidade de partido da ordem...

O APÓSTOLO DO NORTE — Fundado em junho de 1851, publicou-se o n° 8, ano I, no dia 5 de agosto, obedecendo ao formato de 48x30, com quatro páginas de quatro colunas. Trabalho material da Tipografia Imparcial, da Viúva Roma, à rua da Praia n° 55, tinha como impressor Manuel Rodrigues Severino Pinheiro. Redator — João de Barros Falcão de Albuquerque Maranhão. Via-se sobre o título uma xilogravura (10 cm de altura), ao centro, figurando Jesus na montanha, a apontar uma flâmula com os dizeres: “Deus e a República Universal”. A sua esquerda, lia-se “O Apóstolo do Norte não tem compromisso com as fações monárquicas, é periódico republicano universal, de liberdade e ordem. Publica-se uma vez por semana. Subcreve-se a 2\$000 por trimestre, nesta tipografia e na rua Estreita do Rosário n° 20, 1° andar”. À direita, os versos:

“Que montão de cadeias vejo alçadas,
Com o nome brilhante
De leis ao bem dos homens consagradas?
A natureza simples e constante,
Com pena de diamante,
Em breves regras escreveu no peito
Dos humanos as leis que lhes tem feito”.

A. P. de Sousa Caldas.

A edição encheu-se de transcrições da imprensa de outros pontos do país, só inserindo, de original, prolixo artigo de propaganda e doutrinação das idéias republicanas (**Co-leção Amaro Quintas**) .

Outro único comprovante avistado foi o n° 10, ano II, de 30 de maio de 1852 (estava suspenso desde vários meses), sem alteração material. Variado de matéria, seu editorial, ocupando a primeira e parte da segunda página, invocava “o patriotismo de seus concidadãos, não só para assinarem o referido periódico, como para a coadjuvação da compra de uma imprensa”, para defender, “no Norte, o estandarte da Constituinte brasileira”, assim concluindo:

“Déspotas! tremei das vossas injustiças, porque cedo os povos abrirão os olhos e então será eternamente extinto o império da tirania e superstição”. O redator dizia-se “fiel atleta da República universal”.

Noutro comentário, intitulado “A Constituinte”, advertiu: “...hoje só seremos livres e ditosos com a República federativa; tudo o mais é perfídia e ilusão” (**Bib. do Inst. Arq.**).

A publicação teve seguimento mais ou menos regular, haja vista os anúncios mandados divulgar, a partir de 10 de setembro do referido ano, no diário **A Revolução de Novembro**. Constava do primeiro: “...todos os homens que não se assemelham aos vegetais ou minerais, que ainda não estão degenerados pela vaidade, perversidade e orgulho humanos, adotando as doutrinas d’**O Apóstolo do Norte** receberão as bênçãos do céu; do céu que só ama a razão e as leis da humanidade. Se, pelo contrário, desprezarem tão prudentes conselhos, serão dignos das pragas e maldições do povo e da posteridade, e a pena do remorso será em proporção de sua impiedade e hipocrisia. Finalmente: quem poderá deixar de assinar **O Apóstolo do Norte?**”

Noutro anúncio, pediu atenção para longo artigo da edição do dia 20, cujo tema se resumia no seguinte subtítulo: “A Monarquia Constitucional é um monstro de Horácio; é o sonho da estupidez e da perversidade; é a quinta essência da anarquia; é o descobrimento da quadratura do círculo! Só a República federativa fará a felicidade do Brasil”.

A 6 de outubro, anunciava: “Quarta-feira, 7 do corrente, sairá à luz o n° 18 d’**O Apóstolo do Norte**. Tem artigos dignos de séria meditação... O redator agora exige tóda união entre os pernambucanos e muita tolerância, porque a tempestade política não tarda a retumbar por tóda parte”. Terminou urgindo o pagamento do segundo trimestre, pois — esclareceu — o redator não era rico.

Em nôvo apêlo às finanças dos leitores, no dia 13, indicou-lhes o cobrador Isidro Pedro Nolasco de Carvalho, “pessoa de probidade”.

Saiu no dia 29 do mês em referência a derradeira “Publicação a pedido n’**A Revolução de Novembro**. Depois de chamar atenção para a dedicação dos leitores “na sacrossanta defesa do gênero humano”; para “os raios lumino-

sos da verdade”, espalhados pelo **O Apóstolo do Norte**; e para as “heróicas páginas de tão valente atleta da liberdade”, acentuou: “Não é possível que **O Apóstolo do Norte**, por falta de assinantes, fique paralisado, sem desdouro do bom senso”. Concluiu solicitando, ainda uma vez, subscrições “para a compra de uma tipografia”.

Não era sem razão que os contemporâneos do redator o apelidavam **Barros Vulcão**.

A publicação teria continuado, irregularmente, até 1854, conforme o registo, nos “Anais”, de Alfredo de Carvalho, o qual, todavia, não chegou a manusear um só exemplar.

A PALMEIRA PERNAMBUCANA — Órgão literário, surgiu no dia 2 de agosto de 1851, em formato de 22x16, com quatro páginas de duas colunas, sendo impresso na tipografia Imparcial, da Viúva Roma. Trazia, abaixo do título, a quadra a seguir, de M. Fonseca de Medeiros:

“Eu gosto de ver frondosa
Na minha terra a palmeira
Balouçando os ramos belos
Ao soprar d’aura fagueira”.

Assinando o artigo de abertura, aludiu Francisco Antônio Cezário de Azevedo à tarefa que se propunha de, redigindo um periódico, deixar estampados os seus “primeiros pensamentos, os primeiros frutos” de suas “locubrações, logo ao desabrochar da juventude”, frisando, depois de outras considerações:

“Tudo o que pode recrear, instruir e deleitar; poesias, críticas, alguma literatura e, em seguida, as mais raras extrações; eis em resumo o que vai ser desenvolvido em nosso periódico, debaixo do título de **Palmeira Pernambucana**”.

A pequena fôlha reunia, nas suas colunas, produções, em prosa e verso, dos intelectuais de maior pêsso da época, a salientar o próprio redator e A. B. Gitirana Costa, Pergentino Saraiva, Alves Cavalcanti e outros.

Não foi possível, entretanto, estender-se mais a existência d’A **Palmeira**, cujo terceiro (e último) número circulou a 21 de agosto (**Bib. Púb. Est.**).

O TIROCINIO HARMONICO — **Periódico Musical** — Saiu o primeiro número a 5 de agosto de 1851, custando 1\$000 para os assinantes e 1\$280 para as demais pessoas, vendendo-se em diversos pontos da cidade. Sua matéria constou “de uma excelente modinha com acompanhamento para piano e uma valsa também para piano”, composições do colaborador Pedro Nolasco Batista.

Tal era o programa que, segundo anúncio inserto no **Diário de Pernambuco**, se propunha a seguir o pequeno órgão especializado, mensalmente, não passando, entretanto, da edição de estréia.

O PALADIM — Fôlha de orientação liberal, entrou em circulação (nº 1, série I) a 7 de setembro de 1851, no formato de 30x21, com quatro páginas de duas colunas. Subscrevia-se a 1\$500 por série de 25 números, custando o exemplar 60 réis, do que se podia tratar na rua do Rosário (Atêrro da Boa Vista) nº 34, ou na Tipografia Social, onde ocorria a impressão, pertencente ao redator Antônio Maria O’Connell Jersey, à rua Estreita do Rosário nº 15. Destinava-se a sair às segundas-feiras. Trazia abaixo do título, em francês e português, fazendo **pendant**, a seguinte declaração de Victor Cousin (Introd. au Cours d’Hist. de la Philos., Mor., etc): “Sob qualquer forma de govêrno, estejamos dispostos para não consentir que o poder empregue contra a liberdade as fôrças que lhe foram confiadas para a conservação só da liberdade”.

Longo “Prospecto”, abrindo o texto e ocupando duas páginas, começou por exaltar as idéias de progresso e de “solidariedade humana”, para salientar, mais adiante: “O Brasil, apesar de colocado nas entranhas da América, terra clássica da liberdade, é hoje teatro do pior dos governos”.

“Em nenhuma província, porém, o despotismo tem-se ostentado tão audaz, insensato, imprudente e perverso, e o programa do govêrno há sido executado em tão alta escala como neste malfadado Pernambuco”.

Constava do seu programa: “...pugnaremos pelas reformas, que são hoje condição indispensável da salvação pública, adotando por divisa a **Constituição soberana e livre**, que é hoje a côr comum, o distintivo do Partido Liberal do Norte”. “Ocupar-nos-emos, porém, mais dos negócios e in-

terêsses desta província; e, a par da política de princípios, trataremos da pessoal”.

Inseriu, a seguir, um comentário sôbre o dia da Independência do Brasil, assim terminado: “Viva a Constituinte soberana e livre!!”; e página e meia de versos em louvor da mesma e suspirada Constituinte, entremeadas as estrofes com o refrão:

“É tempo, Brasil,
É tempo... acordar!
Feroz despotismo
De teu rico solo
Convém arrancar”.

Encerrou a edição a nota “Ao público”, assim concebida: “**O Paladim** publicará tôdas as correspondências e anúncios particulares que não forem de encontro ao credo político de sua redação, e vindo com a responsabilidade legal. Qualquer membro do Partido Liberal Constituinte, sofrendo alguma perseguição das autoridades, tem direito a fazer publicar, por êste periódico, os seus padecimentos, em têrmos mais ou menos veementes, segundo as provas que do fato apresentar”.

O artigo principal do nº 2 constituiu uma espécie de depoimento: “Eis-nos de nôvo em campo e prontos a sustentar o duelo honroso que encetamos em junho do ano passado na publicação d’**O Patuléa** e continuamos n’**O Formigão**” (1). Descreveu os obstáculos superados para a impressão e distribuição do primeiro dos dois periódicos; o terror implantado pelo Presidente Honório Hermeto Carneiro Leão; as deportações de colaboradores dos jornais liberais, e o combate mantido com **A União** e **A Marmota Pernambucana**, “órgãos da facção luso-guabiru”. Substituído aquêlo pelo **O Formigão**, desencadearam-se contra o segundo “tôdas as fúrias do Averno” e deliberou-se o extermínio do redator; “...violaram nosso asilo, arrancaram-nos a tipografia, em cuja posse estávamos legal e pacificamente...” Não fôra a intervenção do nôvo Presidente da Província, José Ildefonso de Sousa Ramos, “talvez os sofrimentos de tão iníqua prisão se não limitassem unicamente ao espaço de 17 horas”.

(1) Historiados no volume “Periódicos do Recife — 1821/1850”.

Suspens o segundo periódico, esforçou-se o seu redator para adquirir outra tipografia, o que conseguiu mediante a ajuda do Partido Liberal Constituinte, alguns de cujos membros lhe disseram:

“Compre a tipografia e escreva com tãda liberdade; se lh’a roubarem ou inutilizarem, dar-lhe-emos outra”.

Divulgou, em seguida ao artigo, uma lista dos nomes que concorreram para a aquisição do material gráfico.

Assim prestigiado e animado, O’Connel Jersey, português naturalizado brasileiro, prosseguiu sua campanha política, através de editoriais maciços, “Notas provinciais” e, principalmente, as seções “A exposição de Londres” e “Variedades”, nas quais enchia de ridículo os maioraes do Partido Conservador, através de apelidos depreciativos (2).

A partir do nº 4, o cabeçalho passou a ostentar o desenho, em xilogravura, de um cruzado, na sua montaria, lança em riste, da qual saía uma faixa com os dizeres: “Constituinte soberana e livre”. Alguns versos, de vez em quando, exornavam as páginas d’**O Paladim**, de caráter cívico (saudações a Pedro Ivo e à memória de Nunes Machado) ou político, neste último caso repletos de chiste e ironia. Ocorriam poesias sem assinatura ou assinadas por **Um Constituinte Nazareno**, por J. S. L. P. B., Francisco Antônio Cezário de Azevedo, C. J., ABC, M. Fonseca Magalhães, etc.

Não deixou o jornal, igualmente, de focalizar temas gerais, sobretudo de interesse local. Comentando o caso do

(2) O desabusado periódico de O’Connel, que não deixava de desancar o Padre Joaquim Pinto de Campos, misto de sacerdote e chefe político, divulgou, na edição de 13 de outubro de 1851, a espantosa “Variedade” abaixo transcrita:

“O homem, por mais perverso que seja, tem sempre uma virtude. Exemplo: há nesta província um Padre Campos, homem de gênio terrível e feroz, réu de muitos crimes, como: homicídio em grande escala, moeda falsa, etc., etc. Êste homem mete o nariz em todos os ramos da administração pública; meche na política de tôdas as comarcas, meche na força militar, meche na magistratura; êle visita a todos e a todos intriga; êle fala mal do seu próprio pai!!! Pois bem: êste homem tão mau, tão perverso como o acabamos de pintar, tem uma virtude, uma só virtude, e esta muito recomendável: nunca falou no nome da ilm^a. e exm^a. senhora sua mãe!..., a cuja memória guarda tão profundo acatamento que ninguém lhe ouviu ainda, nem **per accidens**, proferir o seu respeitável nome! Ê um excelente filho materno... **beatus venter...**”



monopólio da carne verde (edição de 17 de novembro), defendeu as boas intenções do Presidente Sousa Ramos. Condenou o hábito de os recifenses procurarem abastecer-se nas lojas, alfaiatarias e modas estrangeiras, conclamando-os a prestigiar os comerciantes pernambucanos. Divulgava, também, Correspondências, sobretudo de Paudalho, e “a pedidos”.

Findou a primeira série de 25 números com a edição de 1º de dezembro, devendo suceder-se um mês de férias. Entretanto, só reapareceu **O Paladim** a 2 de fevereiro de 1852, quando, com o nº 26, iniciou a segunda. “Motivos imprevistos” foram alegados, mas reatava “a tarefa com a mesma energia, dedicação e pontualidade”. Acentuou o articulista:

“Escritor opositorista, continuaremos a censurar, em termos decentes, mas enérgicos, o governo e seus delegados, sempre que se desviarem do trilho que a lei lhes tem traçado. A crítica e a sátira, como meio coercitivo, serão empregadas contra aquêles a quem não corrigirem as simples admoestações; excetuam-se dêste número os já reconhecidos assassinos, ladrões, sedutores, prevaricadores, em suma, para os quais nos fica salvo o direito de aplicar todos os meios conducentes a chamar a atenção pública para a escandalosa teima do governo na conservação de tais indivíduos em posições oficiais”.

Alegando “Excessivas despesas”, mas não desejando aumentar o custo das assinaturas, a redação deliberou diminuir a série de jornais para 20 números e aumentar o preço do exemplar para 80 réis. Assim procedendo, pedia vênias aos leitores, “mesmo porque sem ela — concluiu — jamais poderíamos proporcionar-lhes a inocente distração de uns quinze minutos na leitura dêste periódico, que mui interessante se vai tornar”.

A principal seção de crítica teve seu título alterado para “O grande júri da Exposição de Londres”, já no fim substituído pela “Honrada sala dos Orates no Forte do Matos”, sob a “presidência do sr. dr. **Impofia Cavalcanti**”. Outra, que deve ter agradado bastante aos leitores da época, foi a semanal “Carta de Mr. Topu Roliço, cavaleiro da Ordem da Rosa, à sua comadre D. Josefa Banheiro”, pondo em ridículo os políticos conservadores.

Em consequência de audazes ataques à atuação da polícia pernambucana, foi o redator O'Connel Jersey agredido, a cacetadas, a 9 de março pelo inspetor de quartelão João Atanásio Botelho, fato narrado e comentado nas edições d'**O Paladim**, do dia 11 e seguintes.

Ao terminar a segunda série, com o nº 45, de 8 de abril de 1852, extinguiu-se a vida do valente órgão e, com ela, a carreira de jornalista político do martirizado redator, o qual explicou, minuciosamente, num artigo de quatro páginas batidas, os motivos que o levavam a essa resolução (**Bib. Púb. Est.**).

A REVISTA — Periódico e Recreativo — “Saiu o primeiro número e acha-se à venda na praça da Independência, loja de encadernação, nº 12, e no pátio do Colégio, livraria do sr. Dourado”. Assim foi anunciado, a 10 de setembro de 1851, nos “Avisos Diversos” do **Diário de Pernambuco**, em cuja oficina se imprimiu. Custava 1\$000 uma série de dez edições, sendo a publicação semanal.

Após a primeira série, publicaram-se mais dois números da segunda, o último deles datado de 4 de dezembro, até aí sempre anunciados pelo mesmo **Diário**.

Segundo Alfredo de Carvalho (obra citada), **A Revista** era redigida por Manuel Fonseca de Medeiros. Não foi possível encontrar comprovantes.

O EXPECTADOR — Publicação Teatral, Crítica e Literária — Surgiu no dia 14 de setembro de 1851, em formato de 22x15, com quatro páginas, sendo impresso na tipografia de M. F. de Faria, a mesma do **Diário de Pernambuco**. Preço do exemplar — 60 réis. Circulação semanal.

Sua missão, expressa em alentado editorial, chamado “Prospecto”, era “concorrer com o seu fraco contingente para o aperfeiçoamento da arte dramática, que principia a desenvolver-se entre nós, contando apenas um ano de vida em Pernambuco”. Faria a crítica dos artistas, primando sempre “pela imparcialidade e justiça”.

A edição inseriu apreciações em torno da exibição de peças dramáticas nos teatros Santa Isabel e Apolo, assinadas por G., e uma seção literária, com poesias de A. B. Gi-

tirana Costa, F. J. F. Gitirana, Antônio Rangel de Tôrres Bandeira e J. M. A. Cavalcanti.

Único comprovante existente (Bib. Púb. Est.), foi também o único registado, interrogativamente, por Alfredo de Carvalho (obra citada). A publicação, entretanto, estendeu-se até o nº 8, conforme o **Diario de Pernambuco** de 24 de novembro do mesmo ano.

O CABO JOSÉ PIMENTA — **Periódico Teatral, Noticioso, Crítico e Divertido** — Saiu à luz no dia 29 de novembro de 1851, achando-se à venda em diversos pontos da cidade, ao preço de 40 réis por exemplar, impresso, em pequeno formato, na oficina gráfica de M. Figueiroa de Faria. Assim o informou o **Diario de Pernambuco**, que o fêz igualmente, quanto ao nº 2, na edição de 19 de dezembro. Não passou daí o noticiário.

1852

A CAIPORA DE PERNAMBUCO — **Periódico Político e Cronológico** — Entrou em circulação a 2 de janeiro de 1852, obedecendo ao formato de 22x15, com quatro páginas de coluna larga. Confeccionou-o a tipografia d'A **Voz do Brasil**, à rua da Praia nº 45, sendo impressor Joaquim Grasina. Expediente: "A **Caipora de Pernambuco** não tem dia certo para sair: as necessidades do tempo e a concorrência dos pretendentes serão o seu norte. Vende-se avulso na rua Estreita do Rosário nº 31; no Atêrro da Boa Vista nº 47; nesta tipografia e em mão do distribuidor d'O **Echo Pernambucano**, a 40 réis o exemplar".

Na "Introdução", concisa, sôbre a tradição da Caipora e sua definição, frisou o articulista que teria o poder de surrar a quem lhe caísse nas malhas. Sua política, não definida, era liberal, mas o redator deixou para o último número a profissão de fé: "A **Caipora**, srs., é uma entidade fantasmagórica e esdrúxula; sua política é a do **venha a nós**".

Publicação semanal, em dias indeterminados, constava sua matéria de notas ligeiras, denunciando fatos escabrosos, sobretudo os praticados por pessoas de nacionalidade portuguesa. Dentre os políticos conservadores visados pela redação, tinha destaque o ex-chefe de polícia Jerônimo Martinião Figueira de Melo.

Circularam, apenas, quatro edições, a última datada de 27 do mesmo mês de janeiro. Redação atribuída a Inácio Bento de Loiola (**Bib. Pú. Est.**).

O **JARDIM DAS DAMAS — Periódico de Instrução e Recreio, Dedicado ao Belo Sexo** — A seção “Publicações Literárias” do **Diario de Pernambuco**, de 2 de janeiro de 1852, divulgou longo “Prospecto”, anunciando o breve aparecimento da revista de título acima indicado. O redator ocupou mais de uma coluna batida, focalizando a mulher desde os tempos primevos, com uma série de citações. Depois, aduziu: Convencidos de concorrer “para a educação de nossas belas e amáveis patricias”, resolvera prestar “um não pequeno serviço à sociedade brasileira”, publicando o periódico.

Não circulou no dia 4, como estava anunciado, devido a certas dificuldades, mas no dia 19 de janeiro (1), consoante nota do referido **Diario**, que informou: o primeiro número “contém, na parte recreativa, duas poesias escolhidas, dois bonitos romances, dois contos para meninos, um jogo de prendas e várias receitas úteis, perfazendo tudo 24 páginas de impressão em formato grande e muito elegante”. Acompanharam a edição “duas estampas, uma grande, tôda cheia de delicados riscos de bordados impressos em tinta azul sôbre campo côr de rosa, e uma mais pequena com bonitos moldes de labirinto”.

Dois únicos números d’**O Jardim das Damas**, formato de 27x18, foram manuseados pelo pesquisador: o 10º (Biblioteca Nacional), de 30 de maio, e o 13º (Biblioteca Pública do Estado), de 4 de julho (2) do ano referido, aquêle contendo 24 e o outro 16 páginas, afóra a capa, em papel de côr, ilustrada com vinheta de anjo a voar, tendo um livro aberto na mão direita e empunhando, na esquerda, duas fitas, nelas inscrita a divisa:

“As damas instrução dou e recreio
Para glória do povo brasileiro”.

Impresso na oficina gráfica de Manuel Figueiroa de Faria, sendo a redação atribuída a Filipe Néri Colaço, des-

(1) Menos cuidadoso, Alfredo de Carvalho (obra citada) registou mesmo 4 de janeiro.

(2) Outros êrros do historiador foram: ter dado ao nº 13 a data de 28 de novembro e indicá-lo como último publicado.

tinava-se, conforme o Expediente, a sair na “primeira e na segunda domingo” de cada mês, dividida a matéria em duas partes: Instrutiva e Recreativa, a exemplo do mencionado quanto à edição de estréia.

O nº 10 inseriu “Diálogos entre Dr. Alberto e suas duas filhas D. Carlota e D. Júlia”; “Cartas de um irmão à sua irmã sôbre a Psicologia e sôbre a Lógica” e “Lições de Aritmética”. A demais leitura constituia-se de traduções de jornais franceses.

O nº 13, além de recortes e traduções, só apresentou poesias originais de José Ben Saúde e J. M. do Couto Severim. Em numeração seguida, atingiu 224 páginas.

Decorreram meses sem notícias d’O Jardim das Damas, até que o **Diario de Pernambuco** de 9 de junho de 1853, nos “Avisos diversos”, anunciou achar-se em circulação o nº 16, que podia ser adquirido na rua Estreita do Rosário nº 28, 1º andar.

Nove dias após, na mesma seção do **Diario**, publicava-se enérgica nota, chamando a atenção dos assinantes relapsos, para concluir com a seguinte admoestação: “Cada número do **Jardim das Damas** que é publicado custa à redação do mesmo de 80\$000 a 100\$000, não incluindo os que levam figurinos, porque êstes custam ainda mais, e não há uma só pessoa que trabalhe para êsse periódico que não esteja paga em dia; como pois há de a redação continuar a fazer as despesas necessárias à publicação do mesmo, não sendo os senhores assinantes prontos em pagar suas assinaturas? Porventura não bastam os calotes que têm sido pregados à redação em várias comarcas da província, tais como Rio Formoso, Cabo, etc., e em algumas províncias, nas quais existe em dívida cêrca de 500\$000!?”

Ao que tudo indica, não foi mais possível continuar a publicação além do referido nº 16.

O TABAYRÉ — **Periódico Político e Noticioso** — Teria sido publicado a 5 de janeiro de 1852, conforme “Avisos diversos” do **Diario de Pernambuco**, do dia 2, que indicaram vários pontos da cidade onde poderia ser adquirido, custando 2\$000 a série de 25 números.

Não houve nenhuma outra informação a respeito, a não ser o informe dos “Anais”, de Alfredo de Carvalho, segundo o qual circulara, naquela data, o nº 1, seguido de ponto de interrogação.

BOLETIM COMERCIAL — Sob o título “Publicação Comercial”, divulgou o **Diario de Pernambuco**, de 15 de maio de 1852: “Publica-se tôdas as segundas-feiras, nesta tipografia, um **Boletim Comercial**, em bom papel e ótimos tipos, contendo os preços correntes dos gêneros de importação e exportação, em português, francês e inglês, conferidos por um corretor da praça; declaração das despesas e direitos dos mesmos, e do pôrto; entradas, saídas e carregamento dos navios; câmbios; moedas; fretes; comparação dos pesos e medidas; relação dos navios existentes no pôrto; uma revista semanal das vendas e mais movimentos do mercado. Subscrive-se a 12\$000 por ano, na livraria nº 6 e 8 da praça da Independência”.

Não restam comprovantes dêsse **Boletim**, pioneiro no gênero, o qual, segundo os “Anais”, de Alfredo de Carvalho, perdurava ainda em princípios do ano seguinte.

1853

O ARTISTA PERNAMBUCANO — Em formato de 22x16, com quatro páginas de coluna larga, circulou a 25 de janeiro de 1853, impresso na Tipografia Pernambucana, à rua Direita nº 5. Custava 1\$000 a assinatura de 25 números e 40 réis o exemplar.

Editado e impresso pelo goianense Romualdo Alves de Oliveira, o artigo de apresentação, sob o título “O que é a República!”, fez a apologia do regime republicano, aconselhando sua adoção no Brasil, pelos benefícios que proporcionaria ao povo. Após uma série de ponderações, concluiu: “Viva a Constituinte como meio, e a República como fim!”

Outro editorial completou a edição, focalizando os “três ramos cardiais” da vida brasileira: o Comércio e as Artes em mão do elemento estrangeiro e a fraqueza da Agricultura. Não havia o que esperar dos partidos Conservador e

Liberal: qualquer um que subisse não deixava de apoiar os “marinheiros”, “ficando o povo logrado”. E mais: “Um povo magnânimo como é o brasileiro não deve de maneira alguma sujeitar-se à vontade de cruéis portugueses”. Ao terminar, ergueu o grito: “Guerra de morte aos estrangeiros!”.

No artigo “Atenção”, do nº 2, o redator fêz questão de salientar: “Eu não me injurio de ser artista (1), pois a arte é o adôrno da natureza bruta”. E reafirmou: “O govêrno republicano é o govêrno do homem livre, e o govêrno monárquico é o do escravo”.

O nº 3 abriu a primeira página com uma vinheta fúnebre, seguida do título “2 de fevereiro”, em cujo artigo recordou a glória de Nunes Machado, Pedro Ivo e Luiz Alves, frisando: “2 de fevereiro, tu não serás riscado da lembrança dos republicanos, porque na tua frente majestosa marchava, glorioso, Antônio Borges da Fonseca!”.

A par do tema básico, cujos artigos enchiam colunas, **O Artista Pernambucano** combateu “o monopólio das carnes verdes”, que viera completar a desgraça da população, rogando ao presidente da província que desse lenitivo aos seus sofrimentos.

Do princípio ao fim, o jornal denunciou, a miude, traças, roubos e violências dos “galegos” (portuguêses), pregando a nacionalização do comércio a retalho e a implantação do regime republicano.

A publicação, a princípio bissemanal, tornou-se irregular, vindo a sair o último número, o 9º, a 19 de março (**Bib. Púb. Est.**).

O BRADO DA MISÉRIA — Começou a circular no dia 14 de fevereiro de 1853, trazendo sob o título, em francês e português, o lema: “Viver trabalhando ou morrer combatendo”. Impresso por Manuel de Jesus Oliveira, na Tip. Pernambucana, à rua Direita nº 5, adotou o formato de 22x16, com quatro páginas de coluna larga. Preço do exemplar — 40 réis.

(1) Romualdo era tipógrafo, ao mesmo tempo que jornalista, chegando a exercer a advocacia. Anos depois, escreveu o romance “O di-
nheiro, sabedoria e virtude”, 96 páginas, publicado em 1875.

O editorial de apresentação, intitulado "Prospecto", em tipo corpo 12, ocupou a edição inteira, focalizando o domínio dos portugueses e a miséria do povo brasileiro, para concluir que a solução era "a nacionalização do comércio a retalho e da indústria manufatureira. E esta solução a queremos por ora pelos meios pacíficos e morais; e a requeremos primeiramente dos poderes do Estado, mas também do povo".

No segundo número apareceu a "Canção galegal", em doze quadras, assim iniciada:

"Enquanto o sol do verão
No campo as flôres disseca,
Vamos dar nos marinheiros
Uma terrível sapeca.

Vamos tosar estas bêstas
Que de lá, de Portugal,
Vêm buscar aqui a vida,
Causando-nos tanto mal.

Convém, portanto, prá isso,
Que os brasileiros, unidos,
Nos ajudem a sovar
Êsses puças atrevidos.

Ao Brado da Miséria
Podem todos recorrer
Com suas correspondências,
Seus artigos de tremer.

Foi marinheiro, não poupem,
Em todos metam rabeca;
Bom ou mau, foi português:
Ou safa!... ou sova, ou sapeca!"

Nas edições a seguir, a par do tema principal, o periódico, que circulou, regularmente, duas vezes por semana, combateu, também, o monopólio da carne verde, pugnou por uma reforma industrial, teceu "considerações sôbre a herança" e, já no último número, o 8º, de 11 de março, aduziu profissão de fé republicana, frisando em meio a prolixo editorial: "A Monarquia degrada o homem" (**Bib. Púb. Est.**).

A JUSTIÇA.

Summ iudicium dicitur.

Publicado em 19 de Fevereiro de 1933. Preço de cada número: 100 réis. Anual: 12.000 réis. Semestral: 6.000 réis. Trimestral: 3.000 réis. Mensal: 1.000 réis. O preço de cada número é de 100 réis, incluindo o transporte e o imposto de distribuição. O preço de cada número é de 100 réis, incluindo o transporte e o imposto de distribuição. O preço de cada número é de 100 réis, incluindo o transporte e o imposto de distribuição.

N. 1. — Março-Janeiro 19 de Fevereiro de 1933. Vol. 1.

PARTE OFFICIAL.

Decreto do Presidente.

EXERCÍCIO DO DEB. E. DE FERNANDES

Declaro, em virtude do cumprimento das condições estabelecidas no artigo 1.º do Decreto n.º 1.111, de 15 de Janeiro de 1933, que o Sr. Dr. Fernando de Azevedo é habilitado para exercer o cargo de Juiz de Direito da Comarca de São Paulo, em substituição do Sr. Dr. Fernando de Azevedo, que se encontra em licença por motivo de doença.

Declaro, em virtude do cumprimento das condições estabelecidas no artigo 1.º do Decreto n.º 1.111, de 15 de Janeiro de 1933, que o Sr. Dr. Fernando de Azevedo é habilitado para exercer o cargo de Juiz de Direito da Comarca de São Paulo, em substituição do Sr. Dr. Fernando de Azevedo, que se encontra em licença por motivo de doença.

Declaro, em virtude do cumprimento das condições estabelecidas no artigo 1.º do Decreto n.º 1.111, de 15 de Janeiro de 1933, que o Sr. Dr. Fernando de Azevedo é habilitado para exercer o cargo de Juiz de Direito da Comarca de São Paulo, em substituição do Sr. Dr. Fernando de Azevedo, que se encontra em licença por motivo de doença.

FOLHETIM.

O MISTER DE UM PRIMO.

— Este é o primeiro capítulo de um romance que se passa em São Paulo. O protagonista é um jovem estudante de Direito, que se encontra em uma situação financeira precária. Ele decide procurar um emprego para ajudar a sustentar a família. Durante a busca, ele conhece uma jovem e bonita estudante de Medicina, com quem estabelece uma amizade. No entanto, a situação financeira continua a piorar, e ele é obrigado a tomar algumas decisões que mudam o curso de sua vida.

— Este é o segundo capítulo do romance. O protagonista continua a lutar com as dificuldades financeiras. Ele encontra um emprego temporário, mas o salário é muito baixo. Ele decide procurar um emprego melhor, mas não consegue encontrar nenhum. Ele se sente desesperado e começa a pensar em abandonar o curso de Direito. No entanto, a jovem estudante de Medicina continua a apoiá-lo e encorajá-lo a continuar os estudos.

— Este é o terceiro capítulo do romance. O protagonista encontra um emprego melhor, mas o salário ainda é muito baixo. Ele decide procurar um emprego melhor, mas não consegue encontrar nenhum. Ele se sente desesperado e começa a pensar em abandonar o curso de Direito. No entanto, a jovem estudante de Medicina continua a apoiá-lo e encorajá-lo a continuar os estudos.

— Este é o quarto capítulo do romance. O protagonista encontra um emprego melhor, mas o salário ainda é muito baixo. Ele decide procurar um emprego melhor, mas não consegue encontrar nenhum. Ele se sente desesperado e começa a pensar em abandonar o curso de Direito. No entanto, a jovem estudante de Medicina continua a apoiá-lo e encorajá-lo a continuar os estudos.

— Este é o quinto capítulo do romance. O protagonista encontra um emprego melhor, mas o salário ainda é muito baixo. Ele decide procurar um emprego melhor, mas não consegue encontrar nenhum. Ele se sente desesperado e começa a pensar em abandonar o curso de Direito. No entanto, a jovem estudante de Medicina continua a apoiá-lo e encorajá-lo a continuar os estudos.

— Este é o sexto capítulo do romance. O protagonista encontra um emprego melhor, mas o salário ainda é muito baixo. Ele decide procurar um emprego melhor, mas não consegue encontrar nenhum. Ele se sente desesperado e começa a pensar em abandonar o curso de Direito. No entanto, a jovem estudante de Medicina continua a apoiá-lo e encorajá-lo a continuar os estudos.

— Este é o sétimo capítulo do romance. O protagonista encontra um emprego melhor, mas o salário ainda é muito baixo. Ele decide procurar um emprego melhor, mas não consegue encontrar nenhum. Ele se sente desesperado e começa a pensar em abandonar o curso de Direito. No entanto, a jovem estudante de Medicina continua a apoiá-lo e encorajá-lo a continuar os estudos.

— Este é o oitavo capítulo do romance. O protagonista encontra um emprego melhor, mas o salário ainda é muito baixo. Ele decide procurar um emprego melhor, mas não consegue encontrar nenhum. Ele se sente desesperado e começa a pensar em abandonar o curso de Direito. No entanto, a jovem estudante de Medicina continua a apoiá-lo e encorajá-lo a continuar os estudos.

— Este é o nono capítulo do romance. O protagonista encontra um emprego melhor, mas o salário ainda é muito baixo. Ele decide procurar um emprego melhor, mas não consegue encontrar nenhum. Ele se sente desesperado e começa a pensar em abandonar o curso de Direito. No entanto, a jovem estudante de Medicina continua a apoiá-lo e encorajá-lo a continuar os estudos.

— Este é o décimo capítulo do romance. O protagonista encontra um emprego melhor, mas o salário ainda é muito baixo. Ele decide procurar um emprego melhor, mas não consegue encontrar nenhum. Ele se sente desesperado e começa a pensar em abandonar o curso de Direito. No entanto, a jovem estudante de Medicina continua a apoiá-lo e encorajá-lo a continuar os estudos.

— Este é o décimo primeiro capítulo do romance. O protagonista encontra um emprego melhor, mas o salário ainda é muito baixo. Ele decide procurar um emprego melhor, mas não consegue encontrar nenhum. Ele se sente desesperado e começa a pensar em abandonar o curso de Direito. No entanto, a jovem estudante de Medicina continua a apoiá-lo e encorajá-lo a continuar os estudos.

— Este é o décimo segundo capítulo do romance. O protagonista encontra um emprego melhor, mas o salário ainda é muito baixo. Ele decide procurar um emprego melhor, mas não consegue encontrar nenhum. Ele se sente desesperado e começa a pensar em abandonar o curso de Direito. No entanto, a jovem estudante de Medicina continua a apoiá-lo e encorajá-lo a continuar os estudos.

— Este é o décimo terceiro capítulo do romance. O protagonista encontra um emprego melhor, mas o salário ainda é muito baixo. Ele decide procurar um emprego melhor, mas não consegue encontrar nenhum. Ele se sente desesperado e começa a pensar em abandonar o curso de Direito. No entanto, a jovem estudante de Medicina continua a apoiá-lo e encorajá-lo a continuar os estudos.

A **JUSTIÇA** — Entrou em circulação a 16 de fevereiro de 1853, obedecendo ao formato de 35x25, com quatro páginas a três boas colunas de composição. Sob o título trazia a divisa: “Suum cuique tribuere”, sendo impresso por Manuel da Silva Neves, na Tip. da Viúva Roma, à rua da Praia nº 55.

Declarava o Expediente: “Publica-se duas vezes por semana, às quartas e sábados. Preço da subscrição — 2\$000 por trimestre, pagos adiantados. Vende-se avulso a 40 réis por número, na rua do Crespo nº 11, loja de Antônio Domingues Ferreira, onde se recebem assinaturas, bem como quaisquer artigos que, de acôrdo com o programa da fôlha, forem encaminhados à respectiva redação em carta fechada, os quais serão inseridos grátis”.

Abriu a edição uma “Parte Oficial” do govêrno da província, ocupando o rodapé um folhetim nas duas primeiras páginas. Só na terceira apareceu o editorial intitulado “Nossa missão. Os frutos que dela aguardamos” assim iniciado: “Vamos tomar lugar entre os que, bem ou mal, aí se prevalectem da imprensa para comunicar aos demais o pensamento em que abundam ou fingem abundar”.

Mais adiante, frisou o articulista: “Pugnaremos por que se faça justiça reta e inteira a quem quer que seja, sem atenção a seu nome, à sua família, a suas opiniões políticas”. Estigmatizaria o crime e elevaria a virtude. Concluiu solicitando a coadjuvação do “distinto e honrado brasileiro” que presidia “os destinos desta província”, Francisco Antônio Ribeiro, também louvado no editorial que se seguiu.

No segundo número, falava **A Justiça** a cêrca da liberdade da imprensa, atacando, noutro editorial, a linguagem d'**O Liberal Pernambucano**; depois, ia à polêmica, igualmente, com o órgão conservador **A União**, a propósito dos acontecimentos eleitorais do Rio Formoso, ambos fazendo oposição ao govêrno provincial. Em paralelo, focalizava assuntos econômicos e inseria discursos do seu redator principal: o deputado Floriano Correia de Brito, para isto elevando a seis, oito e até doze páginas algumas de suas edições. Grande espaço lhe tomou o projeto de fixação do corpo de polícia. Sucessivos artigos tratavam, depois, do problema das comunicações, sobretudo fluviais, da instrução pública e da ação dos deputados oposicionistas na Assembléia Provincial.

A partir da edição de 13 de agosto o periódico imprimiu-se na Tip. Universal, à rua do Colégio nº 20, tomando melhor feição gráfica.

Ao findar a gestão do presidente Francisco Antônio Ribeiro, teceu, na edição de 27 de abril, os mais derramados encômios às suas realizações no campo administrativo e à sua política conciliadora, só não efetivada devido à subversão dos “princípios de ordem e de justiça” por parte de elementos faciosos, até mesmo entre os homens que se diziam aliados do governo. Após mais de uma página de considerações, o articulista declarou que o periódico se enfileirava, então, na coorte da imprensa constitucional.

Sem ligações com o novo presidente conservador, José Bento da Cunha e Figueiredo, o jornal prosseguiu na sua missão de elogiar Francisco Antônio Ribeiro, quando este passou a exercer a deputação provincial. Depois, em longos artigos, condenou “a influência das famílias Rêgo Barros — Cavalcanti” e jamais deixou de atacar os “exclusivistas” d’A **União**.

Finalmente, com o advento do Gabinete do Marquês do Paraná, resolveu **A Justiça** “recolher-se ao silêncio”, uma vez publicado o nº 63, de 1 de outubro, assim arrematando longo editorial:

“Depomos, portanto, a pena de que nos servimos com lealdade e coragem, não por desânimo que de nós se tenha apossado, mas sim porque antevemos, forte pelo prestígio do nome do estadista que o dirige, e patrocinado por um programa sedutor, o governo não carece do nosso fraco apoio, tanto mais quanto infalivelmente ganhará dentro em pouco o da opinião pública, que é mui grande e poderoso se, como é para crer, cumprir religiosamente esse programa”.

Um “Aviso”, fechando a última página, convidava os assinantes com direito a receber até o nº 72, a se dirigirem à tipografia, a fim de ser indenizados (**Bib. Púb. Est.**).

O CARETEIRO — Jornal “destinado a desmascarar a impostura, romper o véu em que se encobre a hipocrisia e tapar a boca aos desafinados órgãos do orgulho e do pedantismo disfarçado em **profunda sabedoria**”, saiu o primeiro nú-

mero a 15 de abril (1) de 1853, com oito páginas, formato de 22x15, composta a matéria em coluna larga. Foi impresso por Antônio da Cunha Soares Guimarães, na Tip. Pernambucana, à rua Direita nº 5.

Seu título — dizia — é “simbólico”, é “um nome de guerra”. Acima dêle figurava o busto de um indivíduo de cara horrenda, em esgar, atribuída a um “Sr. Costa”, aspirante a empresário do Teatro Santa Isabel. Acentuou o artigo-programa:

“**O Careteiro**, portanto, vai aparecer: **primo**, para esmagar êsse verme peçonhento que tem mil côres e outras tantas caras; **secundo**, para examinar o guarda-roupa e decorações de cena; **tertio**, para fazer ver ao público e ao govêrno a falta de cumprimento de contrato em que tem caído o cambista-mor do Santa Isabel; **quarto**, para analisar os espetáculos, em cuja análise se compreenderá essa coisa que se chama, a **fortiori** — orquestra. Em uma palavra, será **O Careteiro** um periódico sòmente teatral e, algumas vêzes, noticiador”.

“...não quer assinaturas, nem se vende; será distribuído grátis, e sairá à luz quando julgar conveniente: já se vê que é um periódico independente em todo o rigor da expressão: não tem compromissos, nem tampouco deseja celebrá-los com pessoa alguma”.

Tôda a edição foi redigida contra o “Sr. Costa”, assim dividida: “Comunicado”, “Carta 1ª d’**O Careteiro** à sua co-madre na Côrte” e notas ligeiras.

Sem alterar a quantidade de páginas, seguiu-se a existência do desabusado órgão, que não fêz outra coisa senão comentar as tricas de bastidores do Teatro Santa Isabel; mudança de administrador; artistas contratados, tudo em longos “Comunicados”, nas cartas “do gato de refeitório ao seu amigo Sarilho” e nas versalhadas do **Poeta do Algarve**, não sem criticar as considerações do cronista teatral do **Diário de Pernambuco**.

O curioso jornal atingiu o nº 7 a 19 de junho, não voltando mais à circulação (**Bib. Púb. Est.**).

(1) Não em maio, como está nos “Anais”.



O Carreteiro.

1853.) SEXTA-FEIRA, 15 DE ABRIL. (NUMERO 1.)

PROSPECTO.

Não deve causar admiração que appareça este periodico. Numa época em que todo bicho careta se apresenta em publico com fumos de litterato e foros de escriptor; n'uma época em que a estupidez pretende com orgulho levantar seu hirsuto collo por cima da illustração e intelligencia, que muito é que appareça um novo campeão destinado a desnuascar a impostura, romper o veo em que se encobre a hypoerisia, e tapar a boca aos desafinados orgãos do orgulho e do pedantismo disfarçado em profunda sabedoria!!!

O titulo de Carreteiro que adoptamos, tambem não deve surprender ao publico; é um titulo symbolico, e o nosso nome de guerra.

Em duas palavras exporemos aos nossos leitores o programma do Carreteiro.

O theatro de Santa Isabel está em abandono: os homems que por elle se interessavão, e ainda se interessão, vendo que o St. emprezario a nada se movia, fizeram uma prova em seus escriptos, esperavão que com o seu silencio mullhasse o theatro, mas virão-se illudidos em suas es-

BIBLIOTHECA DRAMATICA — Apareceu no dia 20 de maio de 1853, destinado a sair mensalmente, custando 8\$000 a série de 10 exemplares e 1\$000 o número avulso. Na referida data, leu-se nos “Avisos diversos” do **Diario de Pernambuco**:

“Está publicado o primeiro número e nêle o drama, em 5 atos e 8 quadros, de M. M. Anicet, Bourgeois et Michel Masson, “Os órfãos da ponte de Nossa Senhora”. Assina-se para êste jornal e vende-se os números avulsos no Atêrro da Boa Vista, loja do sr. Estima”.

Não existe comprovante da edição de estréia, nem houve mais Aviso que indicasse o prosseguimento da publicação.

O CIDADÃO — **Periódico Social e Moral, dedicado ao Povo Pernambucano pelo Redator, o Dr. Antônio Vicente do Nascimento Feitosa** — O nº 1, vol. I, circulou no dia 2 de outubro de 1853, formato 31x22, com quatro páginas a duas colunas de 16 cíceros. Constava do Expediente: “Publica-se aos domingos. Recebem-se assinaturas a 1\$000 por trimestre, na Tipografia Nacional (onde era impresso), Passeio Público nº 19. E vende-se avulso a 80 réis, na mesma tipografia e nos mais lugares onde prèviamente fôr anunciado”.

A primeira página foi ocupada pelo artigo “Por que razão me resolvi a escrever êste periódico?”. Ao que respondeu o redator, em resumo: Vivia da advocacia, que lhe tomava o dia todo e boa parte da noite; outra grande parte da noite era-lhe roubada pela redação d’**O Liberal Pernambucano**. Ainda podia, porém, dispor de alguns minutos, nos dias em que tinha saúde, e, tendo nascido “no grêmio da sociedade”, precisava de comunicar-se com ela. “O periódico, ou a imprensa, tem esta vantagem: falo aos homens em geral, em massa, e êsses homens me respondem com um certo caráter de generalidade”.

“Resolvi — acentuou — dirigir-me ao povo pernambucano, povo tão dócil, povo tão heróico, de que me orgulho de fazer parte. Ensinar, portanto, ao povo de Pernambuco algumas dessas coisas que aprendi no silêncio do meu gabinete, concorrer quanto estiver em minhas fôrças para aliviar algumas de suas máguas, pareceu-me coisa muito útil e mui digna de ser executada”.

Na página seguinte, escreveu sobre “a escolha do título”. Após longa justificativa, concluiu declarando haver encontrado n’**O Cidadão** “um terreno bastante vasto para compreender tôdas as relações do homem na sociedade civil”. Completou a edição de estréia o início da peça literária “O leproso da cidade de Aosta”.

Seguiu o periódico o seu caminho, normalmente, com editorial de duas páginas em cada edição, versando sobre o Povo, o Homem, a Verdade (1) e o Bem, encarados filosoficamente, ocupada a parte restante com matéria literária transcrita de outras publicações, extensos trechos de romance ou a seção “Artistas célebres”, tudo muito prolixo e desenhado.

O nº 13, de 25 de dezembro, encerrou o ano, voltando **O Cidadão** à liça a 8 de janeiro de 1854. Só a partir do mês de março variou a prosa batida com algumas poesias traduzidas do francês, ou, de quando em quando, firmadas por Antônio Marques Rodrigues, A. J. Franco de Sá e T. de Carvalho Galvão.

O número de 18 de maio abriu com as seguintes linhas: “Domingo passado não se publicou **O Cidadão** por incômodo de saúde de um dos seus redatores. Pedimos desculpa aos nossos assinantes, que serão convenientemente indenizados”.

Sem mais alteração, prosseguiu a fôlha filosófico-literária o seu programa, deixando de existir após o nº 50, de 12 de novembro de 1854 (**Bib. Púb. Est.**).

1854

O COSMOPOLITA — Impresso na Tipografia Universal, à rua do Colégio (quarteirão sul da atual rua do Imperador) nº 20, com redação instalada no Pátio do Têrço nº 18, 2º andar, saiu a lume no dia 18 de janeiro de 1854 (1 A), tendo

(1) O tema “A Verdade” foi estudado, pelo redator, do nº 4 ao 26º, quando o substituiu “O Bem”, enchendo meia página do periódico até o seu último número.

(1 A) Não em 1844, como está registado, por engano; no “Dicionário Bibliográfico Brasileiro”, de A. V. Alves Sacramento Blake.

como editor Manuel Fonseca de Medeiros. Em formato de 30x20, apresentou-se com quatro páginas a duas colunas largas de composição, custando a assinatura 2\$000 por série de 15 números. Redator único — Antônio Vitróvio Pinto Bandeira e Acioli Vasconcelos.

Constava do editorial de abertura: “Periódico social-político-literário, aferirá a manifestação de seus sentimentos pela consciência do próprio dever, sem que na discussão jamais abdique o decôro nem assuma personalidades odiosas”. Quanto à política, dela só cuidava como “ciência da organização social, com o fim único de realizar a felicidade dos indivíduos”. Ilustraria “a opinião pública com a emissão de doutrinas consentâneas à dignidade racional do homem”.

Um segundo editorial focalizou incidente de grande monta, ocorrido entre “os portugueses e o cônsul português em Pernambuco”, tema que prosseguiu em longa série de artigos. Tratava-se do “tráfico de carne humana” no patacho “Arrogante”, lá da terra, cujo porão viera pejado de “infelizes”, que viajavam “quase asfixiados, esfaimados e numa confusão de sexos”, sob um comando “indigno”, fato que mereceu a repulsa dos “marinheiros” da colônia e os levou a revoltarem-se contra o seu cônsul, por não haver êste tomado providências em favor dos “escravos”.

Grande celeuma suscitou a questão, fazendo com que a quase totalidade dos portugueses pedisse a substituição da autoridade consular, para o que chegou a dirigir-se a Lisboa uma comissão especial.

O Cosmopolita, que se publicava bissemanalmente, fêz do assunto sua meta principal, tomando partido contra o representante do govêrno lusitano, através não só de editoriais, mas de Comunicados, inclusive assinados por **O Cura da Minha Terra**, em polêmica com os defensores do cônsul Joaquim Batista Moreira, que escreviam, sob pseudônimos, no **Diário de Pernambuco**. A campanha foi sistemática e só feneceu quando o periódico deixou de existir.

Para compensar as estiradas em tôrno do ingrato tema, o jornal inseria alguma página de “Ciências e Artes”, não faltando poesias, transcritas ou raramente assinadas por M. R. Lima, Pergentino Saraiva, etc.

A edição de 24 de fevereiro foi inteiramente dedicada ao falecimento de D. Maria II, rainha de Portugal, com emblema fúnebre na primeira e tarja em tôdas as páginas, artigo redacional e dois extensos poemas de condolências, um dos quais da autoria de Inácio Firmo Xavier.

Desde o nº 18, a empresa editôra vinha apelando para que se não demorasse o pagamento das assinaturas, uma vez que não dispunha de recurso algum a não ser o da “subscrição dos srs. assinantes”.

Ao atingir o nº 26, longa nota “Ao público”, abrindo a primeira página, dava ciência de que o periodico, findando a série II, passaria “a sair todos os dias, às 4 horas da tarde, sem falta, como diário da tarde”. Aduziu todo um nôvo programa, como aumento de formato, tabela de assinaturas, preço de anúncios e que tais, já dispondo, para isto, “de alguns recursos”.

Entretanto, nada se alterou, continuando **O Cosmopolita** bissemanário e anti-cônsul, ocupando-se, por vêzes, da questão das carnes verdes e do Gabinete Português de Leitura, admitindo, por fim, algumas notícias da Europa.

Mudou de feição no nº 31, quando passou a ser impresso na Tip. Nacional, à rua do Passeio Público nº 19. E pôs termo à existência com o nº 41, série III, de 21 de junho do mesmo ano, ao lançar o XI artigo da segunda série de “Os portugueses e o Cônsul respectivo”, em prosseguimento aos **XXX** da primeira (**Bib. Púb. Est.**).

O DIREITO — Jornal de Jurisprudência e Debates Judiciários — Publicou-se o nº 1 a 2 de fevereiro de 1854, formato de 46x32, com quatro páginas de quatro boas colunas. Impresso na Tipografia Nacional, à rua do Passeio Público nº 19, anunciou ter o “escritório da redação” instalado na rua Estreita do Rosário nº 22, devendo circular às quintas-feiras. Assinaturas a 12\$000 por ano, “pagos em quartéis adiantados”.

Sua missão, expressa no “Prospecto” de abertura, resumia-se no seguinte: noticiar os “trabalhos dos tribunais e juízos da província”, o desenvolvimento jurídico do Império e “os melhoramentos que, em jurisprudência e matéria de legislação” fôsem aparecendo na Europa; discutir questões

de Direito Pátrio; ocupar-se do Direito Comercial, do Direito Marítimo e do Direito Romano e sua história.

Abriu a edição enorme pauta de atos do Ministro da Justiça, ao que se seguiram as seções: “Tribunais Estrangeiros”, “Jurisprudência”, “Tribunais e Juízos da Província” e uma “Miscelânea”.

O segundo número, na outra quinta-feira, continuou o programa enunciado (**Bib. Púb. Est.**).

Não existem mais comprovantes nas bibliotecas visitadas. Entretanto, a publicação prosseguiu até, pelo menos, o nº 10, de 6 de abril do mesmo ano, do qual se acha reproduzido, no livro “Dr. Antônio Vicente do Nascimento Feitosa”, de Antônio Austregésilo (Irmãos Pongetti, Editores, Rio, 1951), um artigo, do biografado, sôbre a necessidade da criação da Ordem dos Advogados do Brasil.

Segundo os “Anais”, de Alfredo de Carvalho, **O Direito** atingiu “meados de 1855”.

A ESTRÉA — Periódico Literário e Jurídico — O nº 1, ano I, circulou em maio de 1854, no formato de 31x22, com doze páginas de duas colunas, incluindo capa, feito revista, com a frente trabalhada em vinhetas. Redator — acadêmico João Luiz Soares Martins. Trabalho material da Tip. Universal, à rua do Colégio nº 29, destinando-se a sair mensalmente, ao preço de 2\$000 por assinatura trimestral, pagos adiantados.

O editorial de apresentação, sob o título “Introdução”, ocupando duas páginas e meia batidas, assim concluiu, depois de outras considerações: “. . . aí vai **A Estréa** demandar fortuna, resignada, fraca mas cheia de constância, com os passos inda vacilantes pela incerteza que tem do terreno em que vai peregrinar — duvidosa de si mesma, sem outro arrimo mais que as doces angústias da esperança de um futuro desconhecido”.

Circulou o nº 3 em julho, provávelmente último publicado, aumentada a quantidade de páginas para 16.

A colaboração, em prosa e verso, estêve a cargo de Pedro Falcão Brandão, L. F. Veiga, Agrário de Sousa Mene-

ses, H. Graça, Aires de Albuquerque Gama, Franklin Américo de Meneses Dória, J. D. Ribeiro da Cunha, Antônio de Araújo e Aragão Bulcão, terminando cada edição com “Notícias diversas” (**Bib. Nac. e Bib. Púb. Est.**). (1)

A BONINA — Periódico Literário e Recreativo — Circulou a 17 de junho de 1854, conforme anúncio nos “Avisos diversos” do **Diário de Pernambuco**. “Oferecido ao belo sexo pernambucano”, publicava-se uma vez por semana, aos sábados, e se achava “à venda na rua Nova nº 52, loja de chapéus do sr. Boaventura; praça da Boa Vista, botica do sr. Gameiro, e na cidade de Olinda, rua do Varadouro nº 38, a 80 réis cada número”.

Segundo o registo dos “Anais”, de Alfredo de Carvalho, o jornalzinho, “principalmente redigido por Pedro de Calazans”, existiu até 28 de setembro, quando saiu o nº 17, sendo impresso na oficina gráfica de M. Figueiroa de Faria.

O ANTIARROGANTE — Dedicado aos Amigos da Civilização pelos Portugueses de Pernambuco — Iniciou sua publicação a 27 de julho de 1854, em formato de 31x21, com duas colunas largas de composição e quatro páginas, sendo impresso na Tip. Nacional, situada na rua do Passeio Público nº 19. Destinado a circular às segundas e quintas-feiras, assinava-se a 2\$000 por série de 20 números, pagos adiantados, e a 2\$500 para as outras províncias do Império. Preço do exemplar — \$120. Escritório da redação à rua do Colégio nº 9.

Lia-se no editorial de apresentação: “Este periódico nada conterà de política, e menos se intrometerá em negócios da terra que tão generosamente tem tratado aos portugueses que a ela aportam e sob sua égide se abrigam. O seu fim consiste, exclusivamente, em patentear o procedimento havido com a escravatura branca, o modo por que a respeito se tem portado o cônsul português Joaquim Batista Moreira e o vice-cônsul Miguel José Alves, em Pernambuco, e também os demais empregados portugueses em outras províncias”.

(1) Na Biblioteca Nacional: ns. 1 e 3. Na Biblioteca Pública do Estado; nº 3, faltando, em ambas, o nº 2.

Circulando com regularidade, o **Antiarrogante** não se ocupou, praticamente, de outro assunto, a não ser a representação feita ao governo de Lisboa, por numerosos membros da colônia lusitana no Recife, contra a atuação dos dois mencionados funcionários consulares, considerada desonesta. Eram êles acusados de apropriação indébita da herança de um compatriótico falecido, além da desídia no caso do barco "Arrogante", que pusera em polvorosa os portugueses. Transcrições foram feitas de discursos proferidos na Câmara dos Deputados de Portugal, sôbre o assunto, e de comentários da imprensa lisboeta, com ampla documentação dos desmandos verificados.

Nada obstante, o governo português manteve a confiança nos seus cônsules (1). E o periódico terminou sua missão com o nº 17, de 21 de setembro, exclamando, no artigo de abertura da primeira página:

"...morra, porém, ou não morra o cônsul de morte afrontosa, o que é certo é que há de morrer e nós nos havemos de ver livres desta peste em Pernambuco!"

F. N. Guimarães era o responsável pela publicação (**Bib. Púb. Est.**).

O BRADO DO POVO — Saiu a lume no dia 4 de agosto de 1854, em formato de 22x16, com quatro páginas de duas colunas, sendo impresso em oficina própria, situada à rua Direita nº 7. Direção e redação de Romualdo Alves de Oliveira. Constava do expediente, colocado ao pé da última página: "...recebe correspondências vindo assinadas, isto é, quando houver responsabilidade; contra "marinheiros", qualquer que êle seja, rico ou pobre, nos acharão prontos". Assinatura — 1\$000 por 25 números". Preço do exemplar — 40 réis.

"...encorajados, sem mais arrimo que a confiança inspirada pela justiça da causa" que advogava, metia-se o periódico na liça, como rezava o editorial de apresentação, ba-

(1) Uma vez mantida a "confiança", não chegou a sair o primeiro número do **D. Pedro V**, "periódico dos portugueses de Pernambuco", destinado a defender o cônsul e o vice-cônsul, o qual fôra exaustivamente anunciado, "para breve", nas edições de 9 a 20 de agosto do **Diário de Pernambuco**

seado na esperança de melhores dias, em defesa da liberdade e dos direitos do homem, acrescentando: “Só o governo republicano pode e deve reger homens que têm direitos e prezam a liberdade; só o governo republicano oferece garantias e vantagens, já que os governos são necessários”.

Firmou o redator, em seguida, uma nota de agradecimento aos amigos que concorreram para a compra da tipografia d'**O Brado do Povo**. Mais dois artigos completaram a edição de estréia, ambos condenando a permanência do comércio a retalho sob o domínio dos portugueses.

Nos ns. 3 a 7, figurou como impressor Miguel da Cunha Pedrosa, o qual, tendo “feito traficância com os recibos de várias assinaturas”, foi aliado do cargo de “responsável, cobrador e distribuidor”.

Abriu a primeira página do nº 6, continuando noutras edições, a seguinte “Mofina”: “Temos tocado à meta do desespêro! Os “marinheiros” no Brasil tratam-nos como a escravos, roubam nossos direitos, nossos bens, nossa pátria e não querem daqui mais sair. E então? Os brasileiros se unirão e, nesse dia, ai dos “marinheiros!”

Não fêz outra coisa a gazeta, publicada duas vêzes por semana, senão dar combate aos “miseráveis”, “infames salteadores”, “malditos” e “estúpidos galegos”, culpando o governo monárquico de alimentar tão prejudicial situação, em detrimento dos trabalhadores e dos artistas brasileiros. A partir do nº 23, o redator advogou, em vão, a fundação da Sociedade Popular Pernambucana, destinada a “arrancar os brasileiros do vil e injurioso estado em que se acham sob a influência estrangeira”.

Melhorando, naturalmente, de condições, o jornal passou a sair, desde o nº 26, série II, de 10 de novembro, em formato maior (28x19), ostentando a indicação: “Periódico Republicano Noticioso”. O número avulso elevou o preço para 80 réis.

Abriu a nova fase a “Carta I, que o pobre redator d'**O Brado** dirige a S. M. o Imperador do Brasil”. Nela ressaltou o estado de miséria do povo brasileiro, perguntando se o monarca amava mais aos filhos da terra ou aos “galegos” que nos açambarcavam... Aduziu, a certa altura: “O me-

lhor, Senhor, é mudar esta feia catadura, e essa mudança é facilíma com a nacionalização do comércio; porque é a única táboa de salvação que tendes para adquirir as simpatias de todos os brasileiros”.

Logo mais, a 30 de novembro, divulgou Romualdo um artigo intitulado “Ao país”, narrando que o redigira num “terrível esconderijo”, por achar-se ameaçado de prisão, devido ao fato de ter saído de sua tipografia um pasquim contra os portugueses. Já tinha sido trancafiado o auxiliar-revisor Luiz Ciriaco Ribeiro, e êle via a hora de ser vítima dos empuxões dos soldados. Mas — acentuou — “faça o governo o que quiser; mate-me, enfim; serei sempre contra os “marinheiros” e a favor do meu país”.

Noutro artigo, a 14 de dezembro, declarou o redator haver-lhe o governo feito a exigência de moderar a linguagem d’**O Brado**; mas não podia fazê-lo porque se comprometera com os amigos, que lhe deram a tipografia, “a escrever no sentido democrático e em defesa do comércio a retalho”. Culpou, mais uma vez, o governo monárquico de proteger os “galegos”.

Terminado o ano com o n° 31, de 26 de dezembro, retornou a fôlha a 16 de janeiro, prosseguindo a numeração. Saudando 1855, assim concluiu extenso editorial: “Viva o Partido Republicano! Vivam todos os brasileiros!” Na referida edição inseriu-se, pela primeira vez, uma poesia, assinada por A. M. O’Connel Jersey. Só então conseguiu o jornal regularizar a circulação bissemanal, que se achava descontrolada. Incluía transcrições, sobretudo d’**O Republico**, de Borges da Fonseca, então publicado no Rio de Janeiro.

Sempre denunciando ameaças e atacando os portugueses, prosseguiu **O Brado do Povo**, aqui e acolá inserindo alguma poesia ou charada, até artigos sôbre Agricultura. Como se acentuasse o mau estado do seu material gráfico, passou a impressão a efetuar-se, desde o n° 55, de 6 de julho, na Tip. do Povo Republicano, de João Marinho de Barros Falcão, instalada à rua Direita n° 5, apresentando, assim, melhor feição.

O n° 64, de 14 de agôsto, saiu, excecionalmente, com seis páginas. Entretanto, no n° 66, dizia o redator encontrar-se outra vez em dificuldade; é que o dono da oficina

exigiu, para imprimir o jornal, o pagamento de oito edições adiantadamente. Apelava, pois, para os amigos, a fim de que não desamparassem a sua causa. Logo na edição seguinte, anunciou haver sido atendido o apêlo, de modo que não se interrompia a publicação.

Com a mudança feita, ficou, apenas, isto, no cabeçalho: “Periódico Republicano”, retirada, naturalmente, a palavra “Noticioso”, por infrutífera...

A partir de novembro, longas Correspondências de Goiãna (a terra do redator) eram publicadas na gazeta, que veio a lançar, por isto, duas edições de oito páginas, os ns. 79 e 80, nos quais estampou extraordinária literatura epistolar de **Pisa-sebo** e **O caipora**, além de versos de **João Giráo**. Por outro lado, entrou a criticar atos do govêrno da província.

Encerrando o ano a 17 de dezembro, voltou à atividade — nº 85, ano III, série IV — a 11 de janeiro de 1856, em formato maior, três colunas largas de composição, assinando-se a 2\$000 por 20 números, ou, “para fora da província, 2\$200, por causa do sêlo”, passando o exemplar a custar 120 réis. Ao ensejo, recorreu a direção “aos homens honestos”, pois que, tomando mais assinaturas, concorriam “para o bem moral e material dêste país que nos viu nascer”.

Anunciando — nº 87 — a chegada do jornalista Antônio Borges da Fonseca da capital federal, a redação concitou os eleitores pernambucanos a votarem no famoso líder republicano para a Câmara Geral.

Não conseguiu mais **O Brado do Povo** normalizar sua circulação, em virtude da crise financeira, só aparecendo duas ou três vêzes por mês. Não se interrompia, enquanto isto, a campanha a prol da República e da nacionalização do comércio a retalho, sem deixar, igualmente, de atacar a administração de José Bento da Cunha e Figueiredo, chegando a declarar, na edição de 10 de maio, quando o titular foi substituído por Sérgio Cândido de Macedo: “Pernambuco ganhou tudo quanto é possível com a saída do sr. **Cazuzza dos Bentos**. Pernambucano! saiste do abismo! Deus te traga em breve a liberdade”.

Nem só, contudo, de política vivia a fôlha de Romualdo. Ocorria rara literatura em suas colunas, inclusive poesias

de J. Coriolano de S. L. e outras, firmadas com pseudônimos ou transcritas da imprensa sulina. Uma “Apreciação da vida dos reis”, em série, trouxe, na edição de 19 de junho, o esclarecimento: “Não é do redator”. Do nº 102 por diante, a impressão transferiu-se para a Tip. Republicana Federativa Universal, à rua do Passeio Público nº 19. Só então viu-se no cabeçalho o nome do proprietário e redator, já mencionado no princípio destas notas.

O Brado acolheu a colaboração de Borges da Fonseca, o qual, em artigo de 9 de agosto, lançou as chapas que, isentas de partidarismo, concorriam às eleições de 7 de setembro, para vereadores e juizes de paz; depois, êle próprio candidatava-se à eleição de 2 de novembro, pelo círculo de Olin-da. Rebatia ataques d’**O Liberal Pernambucano**.

A adversidade econômica da empresa não consentiu ir mais longe a atuação do órgão republicano, como o desejava o idealista Romualdo Alves de Oliveira, que o viu finar-se com o nº 115, série V, de 10 de novembro de 1856 (1) (**Bib. Púb. Est.**)

O PERIQUITO — Tendo circulado essa fôlha do tipo jocos-série a 10 de agosto de 1854, impressa na tipografia d’**O Brado do Povo**, leu-se nos “Avisos diversos” do **Diario de Pernambuco**, no dia seguinte, que o nôvo e pequenino órgão seria publicado quando conviesse e “conforme a extração”. Não restam comprovantes, sendo possível, porém, que tenham sido publicados outros números, no que é omisso o noticiário da época, pois **O Brado do Povo**, de 5 de setembro, advertiu os seus leitores e aos d’**O Periquito** que não pagassem assinaturas ao “velhaco” Miguel da Cunha Pedrosa, o cobrador comum.

O CRAVO — **Periódico Literário e Noticioso** — Circulou, pela primeira vez, a 20 de agosto de 1854, conforme anunciou o **Diario de Pernambuco**, achando-se “à venda na rua Nova nº 1, loja de Boaventura José de Castro Azevedo”, onde se recebiam “assinaturas de 800 réis por 12 números”. Trabalho gráfico de M. F. de Faria, achando-se a redação a cargo de Manuel da Cunha Figueiredo. Preço do exemplar — 80 réis.

(1) Segundo o registo de Alf. de Carvalho, a existência do periódico estudado se limitara ao ano de 1854, até o nº 25, de 4 de novembro.

Publicação semanal, seguiu sua meta, de acôrdo, é natural, com a indicação do cabeçalho. Mas logo entrou em luta com a congênere **A Camelia**, luta que transbordou para os “Avisos diversos” do **Diario de Pernambuco**, onde **O Redator d’O Cravo** lançou ataques ao contendor a 20 de setembro e 7 de outubro.

Divulgado o nº 12, com o qual findava a 1a. série, a 4 de novembro, ficou **O Cravo** suspenso. “O primeiro número do segundo trimestre” — ainda consoante o velho **Diario** — saiu a lume no dia 3 (não no dia 14, Alfredo de Carvalho!) de janeiro de 1855. Não foi muito longe, encerrando-se-lhe a existência com o nº 4, de 28 do referido mês, único, aliás, manuseado (formato de 20x13), entre os avulsos da Biblioteca Pública do Estado. Nêle se continham poesias de A. e Alexandrino; colaboração em prosa de B. Júnior e um artigo de despedida do redator, que se assinara M. C. F.

A CAMELIA — Periódico Recreativo — Aparecido a 7 de setembro de 1854, publicou-se o nº 2 no dia 16, em formato de 20x13, com quatro páginas de duas colunas. Impressão da Tipografia Republicana Federativa Universal e redação atribuída a Eugênio Augusto do Couto Belmonte. Trazia sôbre o título um ramo de camélias e, mais abaixo, a quadra:

“Ó Camélia encantadora!
Do jardim do Deus d’amor,
És o tipo da inocência,
Tôda graça e pudor”.

A edição avistada inseriu literatura ligeira, em prosa e verso, anedotas e ditos chistosos.

Continuou a publicação, inclusive polemizando com **O Cravo**, até o nº 8, de 28 de outubro (1), exemplar existente, como o nº 2, no acervo de avulsos da Biblioteca Pública do Estado. O último foi impresso na tipografia d’**O Echo Pernambucano** e só exposto à venda, conforme o **Diario de Pernambuco**, às 10 horas do dia 31.

(1) Enganou-se J. F. Velho Sobrinho, no seu “Dicionário Bibliográfico Brasileiro”, ao registrar que **A Camelia** ficara no nº 7, de 22 de outubro.

O **BRASILEIRO — Periódico Republicano** — O primeiro número circulou a 19 de setembro de 1854, quando **O Redator**, que não era outro senão o poeta João de Barros Falcão de Albuquerque Maranhão, fêz divulgar o seguinte anúncio, nos “Avisos diversos” do **Diário de Pernambuco**:

“Instado pelos meus amigos para publicar **O Apostolo do Norte**, e não sendo já possível, porque o número dos assinantes não corresponde às despesas, sai **O Brasileiro**, em pequeno formato, a 1\$000 por série de 25 números”. Preço do exemplar — 40 réis. Seguiu-se enorme lista de casas comerciais onde o jornal foi pôsto à venda.

O nº 5, único manuseado (Bib. Púb. Est.), publicou-se no dia 18 de novembro, em formato 21x16, com quatro páginas de duas colunas, impresso em papel verde, sendo o trabalho material da Tip. Republicana Federativa Universal pertencente ao Redator. Com a assinatura D. J. G. de Magalhães, via-se no cabeçalho:

“Nossa Pátria tão bela! Nossa Pátria
Tão digna de um porvir grande e sublime,
Ei-la como um cadáver de gigante,
Roida por milhões de vis insetos,
Que ela mesma alimenta”.

Um só artigo, sem título, começado na edição anterior, ocupou as quatro páginas do referido nº 5, indicando que continuaria no número seguinte. Desenvolvia-se nêle o tema republicano, partindo de uma série de conceitos contra a Monarquia Constitucional.

Segundo Alfredo de Carvalho (“Anais”), **O Brasileiro** só chegou ao nº 7, datado de 23 de dezembro.

A PALMATORIA — Periódico Crítico e Divertido — Apareceu a 29 de setembro de 1854, em formato de 21x14, com quatro páginas de duas colunas, impresso na Tip. Pernambucana, à rua Direita nº 5. Trazia, sôbre o título, regular xilogravura, representada por um indivíduo aplicando palmatoadas em outro.

No seu “Programa”, escreveu a redação: “**A Palmatória** só tem por fim criticar os erros d’**A Camélia** e fazer abaixar a grimpá de certos “cascabulhos” presumidos, que muito

precisam que o brandão de uma crítica justiceira, como a que nos propomos a fazer, alumie as trevas de suas inteligências”. Algumas vêzes “lançará mão do ridículo, quando o exigirem os desfrutes dos tais escritores públicos”. Arremataram o ousado editorialzinho os versos a seguir:

“Cheguem, rapazes do tom;
 Descobriu-se **A Palmatoria**;
 Venham comprá-la, é barata,
 Venham cobertos de glória.

Estudantes, cascabulhos,
 Acadêmicos, caixeiros,
 Empregados, venham todos,
 Que custa pouco dinheiro.

Quarenta réis cada uma,
 É verdade a minha história;
 Rapazeada, eia, avante,
 Venham ler **A Palmatoria!**”

Nas duas primeiras edições, que foram únicas, a segunda divulgada a 5 de outubro, a fôlha cumpriu o prometido, com dozes de sátira, humorismo, ridículo e... palmatoadas, fazendo-o em prosa e verso (**Coleç. Fernando Pio**).

O BRASIL MARÍTIMO — Publicação iniciada na Bahia, continuou no Recife com o nº 10, vol. I, página 81, em seguimento à numeração anterior, tendo a data de 15 de abril de 1854. Apresentou oito páginas, no formato de 26x16, a duas colunas de doze cíceros. Lia-se no cabeçalho: “Periódico dedicado à propagação dos conhecimentos marítimos e dos melhoramentos feitos na difícil arte de navegar. Legislação, organização, direção e administração da Marinha de Guerra Nacional. História dos grandes homens do mar, poesia, romance, notícias e variedades”. Responsáveis pela redação: 1º tenente Eusébio José Antunes e 2º tenente Francisco Manuel Álvares de Araújo. Colaboração de Oficiais da Marinha Imperial.

Constava, ainda, do Expediente: “Publica-se nos dias 1º e 15 de cada mês, na tipografia do **Diario de Pernambuco**, onde se recebem assinaturas, a 5\$000 por ano, pagos ao receber o primeiro número. À mesma tipografia se devem dirigir tôdas as correspondências e reclamações”.

O **Brasil Marítimo** circulou regularmente até o nº 24, de 30 de dezembro, formando um total de 202 páginas. Despediu-se, aí, o segundo dos redatores.

Começando o vol. II em 1855, não manteve a periodicidade enunciada, pois saíram, apenas, dez edições; em 1856, diminuíram para oito; menos ainda em 1857.

O vol. III contém as oito edições de 1858 (mudou o trabalho de confecção para a Tip. de Santos & Cia., à rua da Cruz, atual do Bom Jesus, nº 56, e subiu para 8\$000 o preço da anualidade, funcionando a redação na rua do Pilar nº 82) e a parte correspondente a 1859, iniciada com o nº 9, a 21 de janeiro, para, voltando a circular quinzenalmente, atingir o nº 24 a 31 de agosto, último encontrado. Mas o trabalho gráfico transferira-se, desde o nº 15, para a oficina de F. C. de Lemos e Silva, à rua das Trincheiras (transversal à rua Nova e agora inexistente) nº 44.

Em toda a sua existência, não alterou o órgão especializado o programa que se traçara, incluindo alguma literatura marinheira e seção informativa do Exterior. No primeiro volume publicaram-se as “Regras Internacionais”, de Ortolon, também enfeitadas em volume, assim como a série de artigos “Ciências e artes aplicadas à Marinha”, pelo primeiro tenente M. L. Foullioy. Depois, divulgava-se o “Folhetim do **Brasil Marítimo**”, assinado por A. de Lamartine.

A situação dos combatentes da Armada foi assunto de constantes editoriais, focalizada sobretudo na edição de 21 de janeiro de 1859, quando escreveu a redação: “Começamos o ano nôvo com uma nova esperança, formosa, cheia de promessas e, quiçá, de ilusões”. O articulista contemplava-a com satisfação, na expectativa da realização de suas idéias, o triunfo de sua causa, significando a salvação da Marinha Imperial. Mudara o gabinete, passando à chefia do Visconde de Abaeté (Antônio Paulino Limpo de Abreu), e dêle se esperavam as reformas necessárias, como a que dizia respeito à “sorte dos oficiais combatentes da Armada”, ora em inferioridade relativamente às outras classes.

Outro artigo apontava os oficiais da Marinha que tinham prestado serviço no combate à epidemia do **cólera morbus**, que grassara, em 1856, em Pernambuco.

O mencionado nº 24, de 31 de agosto de 1859, foi, ao que tudo indica, o último publicado (**Bib. Nac.**) (1).

1855

O POVO — Entrou em circulação a 10 de fevereiro de 1855, obedecendo ao formato de 22x16, com quatro páginas de duas colunas, impresso na tipografia d'**O Brado do Povo**, à rua Direita nº 7. Editor-responsável — Luiz Ciriaco da Silva. Preço do exemplar — 20 réis. Sob o título, a divisa:

“Na miséria em que vivemos
Não podemos mais nos ter;
Conquistar nossos direitos
É nosso brio e dever”.

Seguiu-se, na largura da página, o Expediente: “**O Povo** publica-se duas vezes por semana; subscreve-se para êle nos lugares em que se subscreve para **O Brado do Povo** e na residência de seu redator, a 500 réis por série de 25 números. As correspondências e anúncios de interesse geral publicam-se grátis, vindo, porém, legalizadas quando esta circunstância tornar-se necessária. Contra “marinheiro” publica-se tudo”. E, fechando a última página: “Persuadido, o redator desta fôlha, de que os bons brasileiros aplaudirão sua aparição pelos princípios que advoga, convida-os a coadjuvá-la na sua sustentação”.

Lia-se no editorial de abertura: “Tantos anos que temos de independência, somos cada vez mais escravos, mais subjugados. A Monarquia, por que temos dado nossas vidas, além de nada nos dar de bom e cada vez mais prometer-nos infindos males, entrega-nos aos “marinheiros” para acabar-nos, e os seus feros mandões ainda assim ousam afrontar-nos! Miseró é o povo brasileiro, tristíssima é a sua posição!”

(1) Coleção desfalcada, mas preciosa. Nas suas pesquisas anteriores a 1908 o historiador Alfredo de Carvalho só achou, na Biblioteca Nacional, um magro exemplar d'**O Brasil Marítimo**.. A Biblioteca Pública do Estado é que possui, unicamente, um, entre os jornais avulsos.

À própria pergunta: “Para onde apelar?”, respondeu o articulista: “Para a República, única táboa de salvação que nos promete a redenção brasileira”.

Noutro comentário, visava, sobretudo, aos “galegos”, “êsses hóspedes ingratos, êsses ferozes trampolineiros perniciosos ao Brasil”. E homenageou o “histórico dia 2 de fevereiro”, comemorativo da Revolução Praieira.

Logo no segundo número, surgiu a “Advertência”: “Não tendo **O Povo** tipografia própria, sairá onde melhor lhe convier”. Transferia-se, assim, a impressão para a “Pernambucana”, cuja denominação passou a ser, em junho, Tip. do Povo Pernambucano, situada no nº 5 da mesma rua. Outra alteração: “Publica-se, por ora, quando fôr possível”.

Inserindo editoriais intitulados “O povo deve se unir”, “Não é mais tempo de ilusões”, “Guerra aos nossos inimigos — os marinheiros”, “O povo não quer mais lérias”, “Os marinheiros nos matam”, “O requinte da perversidade portuguesa”, “A fome”, “A justiça para os pequenos”, “Da escravidão moderna”, “União, brasileiros!”, “Não sabemos até onde vai isto parar”, “Vejam o arrôjo de um galego!”, etc., o órgão nativista-republicano seguiu a meta que se traçara. A partir de 11 de julho, regularizou a circulação bissetmanária, para isto cobrando 1\$000 por série de 25 números e 40 réis por exemplar.

Nem sempre, todavia, se achava em forma a pena do redator, no que era ajudado por Comunicados e Correspondências, a par de transcrições. As vêzes, aparecia um sonêto de J. M. Alves Cavalcanti ou assinado com pseudônimo. Como os assinantes se esqueciam algures de tomar contacto com o cobrador, a direção procurava, de quando em quando, alertá-los, para que fôsem mais patriotas e atendessem ao pagamento de suas dívidas, sem o que se tornava difícil a “sustentação” do jornal.

O nº 62, série III, de 21 de dezembro, excepcionalmente contendo seis páginas, encerrou o ano, prosseguido a numeração a 11 de janeiro de 1856, edição esta em que o editor se congratulou com a chegada, do Rio de Janeiro, do “distinto patriota republicano, o nosso amigo o imortal Antônio Borges da Fonseca”.

A par de seguidos editoriais de ataque a **O Liberal Pernambucano** e seu redator-chefe Nascimento Feitosa, **O Povo** focalizava o **cólera morbus**, que irrompera em Pernambuco, criticando a falta de medidas positivas, para debelar a epidemia, por parte do Presidente José Bento da Cunha e Figueiredo. Outro assunto abordado pelo comentarista era o tráfico de africanos, sem menosprezar a campanha contra os “marinheiros”, nem esquecer a propaganda republicana. A 21 de abril a redação noticiou a presença de Borges da Fonseca na Paraíba, onde curava o colera com homeopantias e dirigia o periódico **O Prometeu**.

Novamente **O Povo** mudou de casa impressora, passando, a 18 de julho, para a Tip. Republicana Federativa Universal, na rua do Passeio Público nº 16. Vinha insistindo pela candidatura à deputação, na província vizinha, de Antônio Borges da Fonseca, chamando-o (edição de 2 de agosto) “o herói do século XIX”, “brasileiro de um mérito acrisolado e transcendente”, cujo nome ressoava por “todos os países conhecidos”. Publicava-lhe, enquanto isto, artigos assinados. Num dêles, a 1º de dezembro, o autor declarava retirar-se da política, deixando de ser republicano.

Findou o ano com o nº 111, série V, de 24 de dezembro, para voltar à tona a 22 de janeiro de 1857, passando então a imprimir-se em tipografia própria, à rua Direita nº 5. Apareceu depois a colaboração de Romualdo Alves de Oliveira, ao passo que Borges da Fonseca, tendo ido, de nôvo, para a capital do país, de lá mandava artigos esporádicos.

Publicado o nº 125 a 11 de abril, ficou suspenso o periódico, reaparecendo — nº 1, ano III — no dia 4 de maio do mesmo ano de 1857, em formato maior, de 28x19, mais largas as duas colunas de composição. Outro aumento de preços: assinatura trimestral — 2\$000; número avulso — 80 réis. Sobre o título colocou-se grande desenho, gravado em madeira, representando o sofrimento da massa popular.

Reapresentando-se aos leitores, **O Povo** condenou a oligarquia, declarando seu apoio às idéias do Partido Liberal Pernambucano. Admitiu, a seguir, mais variada matéria e ocupava-se do Ministério de conciliação, da imoralidade da Alfândega e, como sempre, da dominação portuguesa em Pernambuco.

A 24 de dezembro saiu o nº 66 da nova fase, prosseguindo a 3 de janeiro de 1858, momento em que, tendo em vista a nova tabela de serviço dos tipógrafos, a direção via-se na contingência de cobrar aos “patrióticos” assinantes 1\$000 por mês.

O periódico inserira um “consta” a respeito de atos pouco dignos do padre Joaquim Belisário Luiz de Melo. Este chamou a prestar contas à justiça, por delito de imprensa, o responsável pela publicação, o qual veio a focalizar o assunto, pela primeira vez, no nº 122, de 18 de julho. Em consequência, Luiz Ciríaco foi pronunciado e prêso. Mas, na edição de 12 de setembro, celebrou “O triunfo da imprensa livre pernambucana”, noticiando haver o juiz de direito José Quintino de Castro Leão dado provimento ao recurso que impetrara.

Abriu a edição de 5 de setembro, ainda 1858, uma nota intitulada “O ilustre e distinto patriota o sr. dr. Antônio Borges da Fonseca, ou a coroa de seus martírios”, na qual, após ligeiro comentário, transcreveu, do **Diário de Pernambuco**, a notícia da formatura, na Alemanha, do confrade em aprêço. Depois, a 2 de dezembro, **O Povo** começava a transcrição de extensas correspondências de Paris, assinadas pelo jornalista doutorado, o que se prolongou até seu regresso, ocorrido em fevereiro seguinte.

Outro ano de atividades foi encerrado a 23 de dezembro começando 1859 com o nº 166, de 9 de janeiro. A repulsa aos **galegos** continuou como matéria principal, encetando-se paralela campanha contra o jôgo, a carestia de vida e o tráfico de africanos. Por outro lado, preocupava-se a redação com o futuro do Brasil, comentando os sucessos da política ministerial, batendo-se pela Constituinte e fazendo restrições, aqui e ali, à administração provincial. Ocorriam, igualmente, Solicitadas, Avisos, algumas notícias e minúsculos anúncios. O preço do exemplar teve nova alta, passando para 100 réis.

Na edição de 7 de abril dava-se conhecimento de que José Cristino da Costa Cabral transferira a emprêsa d'**O Povo** a “nôvo possuidor”, resolução que coincidiu com o fato de Borges da Fonseca se haver tornado redator, a convite de Luiz Ciríaco, o editor-responsável.

A partir do mês de julho, o periódico polemizou, exaustivamente, com **O Liberal Pernambucano**, atacando, novamente redator-chefe, Nascimento Feitosa. Borges da Fonseca começou a divulgar, a 27 de novembro, uma série de cartas “A S. M. o Sr. D. Pedro II”, ao ensejo da visita imperial a Pernambuco, conclamando o soberano a uma transformação social no país, à “união do povo com a Coroa” e à nacionalização do comércio e da indústria, para isto urgindo convocar a Constituinte, para que o povo escolhesse diretamente os seus representantes. Por outro lado, a reportagem fêz a cobertura noticiosa da visita do casal de monarcas.

A direção do movimentado jornal vinha encarecendo, constantemente, o pagamento das assinaturas atrasadas, sem o que era impossível manter a publicação. Agravando-se cada vez mais a situação financeira, extinguiu-se-lhe, finalmente, a existência, uma vez impresso o n^o 264, datado de 22 de dezembro de 1859 (**Bib. Púb. Est.**).

1856

O CLARIM LITTERÁRIO — Semanário Acadêmico — Apareceu na primeira semana de maio (1) de 1856, trazendo sob o título a sentença de Byron “**Away! Away!**”. Impresso na Tipografia Universal, situada na rua do Colégio (última quadra, ao sul, da rua do Imperador) n^o 18, apresentou-se no formato de 28x20, com oito páginas a duas boas colunas de composição. Assinaturas a 3\$000 “por quartel, pagos ao receber do primeiro número”, ou 3\$500 para fora da província.

A “Introdução” coube a J. Campos, que se ocupou da “mais engenhosa, mais útil e mais civilizadora descoberta do engenho humano — a Imprensa”, para dizer que “uma sociedade sem jornal é um corpo sem alma, é um anacro-

(1) Não no dia 10. **O Clarim Litterário** jamais mencionou dia, mas somente mês e ano, embora saíssem quatro números mensalmente, o que ocorreu com regularidade em maio, junho e julho, ao passo que circularam três em agosto, dois em setembro e um em outubro. De modo que as quatro datas contidas no registo, a respeito, de Alfredo de Carvalho, nos “Anais”, são arbitrarias.

nismo, é quase uma anomalia”, assim justificando o aparecimento d'**O Clarim Litterário**.

A edição inseriu artigos assinados por A. J. Correia de Araújo e Pedro de Calazans e poesias dêste e de F. D. Carneiro, Gentil Homem de Almeida Braga e M. S. Pereira. A última página foi dedicada à “Sabatina”, uma “espécie de crônica ou revista”, de caráter noticioso, crítico ou político, que abordava “qualquer assunto de importância”. Assinava-a o mesmo J. Campos da primeira página e, portanto, o redator principal, ou seja, Joaquim José de Campos Medeiros e Albuquerque, o I.

Seguiu-se a publicação regularmente, divulgando artigos sôbre Direito, Jurisprudência e crítica literária, crônica semanal e poesias, sendo outros colaboradores: J. C. Barradas Júnior, J. C. Bandeira de Melo Filho, F. Vieira de Sousa, M. J. dos Reis Júnior, R. B. L. Castelo Branco, Gusmão Lobo e Pedro Autran da Mata e Albuquerque e os poetas F. L. Bittencourt Sampaio, V. de Sousa, Altino Lelis de Moraes Rego Júnior, M. de F. Faria Filho e J. J. F. de Aguiar.

Uma vez terminado o período de estudos acadêmicos do ano, suspendeu **O Clarim Litterário** sua circulação com o nº 18, série II, datado de outubro.

A série III, nº 1, ano II, começou em maio (dia 25) de 1857, exibindo, no cabeçalho — onde, ao nome de Byron, se acrescentou **Mazzepa** — a seguinte Comissão de Redação: Américo Cordeiro Muniz Gitaí, Gentil Homem de Almeida Braga, Olímpio Adolfo de Sousa Pitanga e Pedro de Calazans, os dois últimos “encarregados do material”. A “Introdução”, assinada pelo último dos quatro redatores, aludindo ao indiferentismo da época, assinalava que, como um protesto, o Areópago Literário, recém-fundado, resolvera continuar a publicação d'**O Clarim Litterário**, declarando como fato virgem nas tipografias do Recife o encetamento do segundo ano de vida por um periódico do seu gênero.

Mudaram, entretanto, os colaboradores; uns “bacharelado-se, voltaram para as suas províncias”; outros, “por motivos particulares”. Foram novos, além da produção dos redatores: F. L. Bittencourt Sampaio, A. J. de Alcovia, F. Jerônimo Coelho, J. J. Tavares Belfort, B. de Barros Vas-

concelos e Carlos Augusto Autran da Mata e Albuquerque, passando êste último, no nº 3, para o corpo redacional.

A “Sabatina”, que jamais faltou, fechando a oitava página, tinha a assinatura de **A Redação**, quando, no ano anterior, era alternada por J. Campos e P. Calazans.

Numerando-se, na segunda fase, seguidamente, de edição para edição, só atingiu o periódico, no ano II, a página 32, apenas quatro números publicados, o último datado de julho, uma vez que circulava medeando espaços maiores (**Bib. Púb. Est. e Bib. do Lyceu de Artes e Ofícios**).

O **HELIOTROPIO** (1) — **Jornal Literário** — Não jornal, mas revistinha, de oito páginas de texto, mais a capa, em papel de côr, no formato de 24x18, saiu a lume no dia 10 de maio de 1856, destinando-se a circular bissemanalmente. Trabalho material da oficina d’**O Echo Pernambucano**, era encarregado da publicação um “Sr. Navarro”. Tabela de assinaturas: ano — 8\$000; semestre — 4\$000; trimestre — 2\$000. Segundo o Expediente, não aceitava artigos de colaboração incompatíveis com o título.

O editorial de apresentação ocupou-se das dificuldades da imprensa literária no Recife, onde “a política, e sòmente ela, é quem absorve a atenção do nosso jornalismo”. Entretanto, sobravam pernambucanos capazes no culto das letras e das ciências; a mocidade estava ávida de instrução; faltava a iniciativa; uma vez dado o impulso, o movimento seria veloz.

Punha-se, pois, **O Heliotropio** à disposição das pessoas cultas; podiam mandar os seus escritos; a pobre florinha que dava o título ao periódico precisava de ser regada. E concluiu: “Aos homens sensatos diremos: fazemos, apenas, um ensaio; ajudai-nos com os vossos conselhos”.

A edição divulgou crônicas literárias e poesias, uma só destas assinada: a de José Coriolano de Sousa Lima.

Seguiu-se a publicação, não como anunciara, mas quinzenalmente, datado o último número, o 4º (2), de 21 de

(1) Não **Heliotropo**, como está registado nos “Anais”, de Alfredo de Carvalho.

(2) O autor citado mencionou a existência única do primeiro número, dando-o como “raríssimo”.

junho, que apresentou artigo de duas páginas sôbre a excelência do “poder moderador” (fugindo ao sentido do título), transcrições literárias, “Pensamentos” e versos de Firmino Filho e do vate já mencionado (**Bib. Púb. Est.**).

O ALBUM — **Periódico Recreativo** — Surgiu no dia 17 de maio de 1856, com oito páginas, em formato de 21x13, composto em duas colunas comuns e impresso na Tip. do Povo Republicano, situada à rua Direita nº 5. Dizia publicar-se aos sábados, cobrando 2\$000 por assinatura trimestral, pagos quando da entrega do primeiro número.

Segundo a “Introdução”, dirigida às “Amáveis leitoras”, **O Album** vinha quebrar a monotonia da época; era “um bálsamo consolador para fazer-nos esquecer todos os males e perigos passados”. Aludiu aos esforços e dificuldades com que lutavam os redatores e à preocupação que os invadia quanto à vida do jornalzinho. “Morrerá na sua nascença?”. “Como assegurarmos a vida do nosso querido **Album**, se não vemos no torrão da Santa Cruz braços poderosos e enérgicos que elevem da terra o talento nascente, que qual avezinha apenas rasteja por sôbre a relva dos bosques? Todos os periódicos literários em nossa terra nascem com todo o entusiasmo e ardor, mas lhe sucedem os paroxismos da morte e a gelidez do cadáver quando mal começam a dar tímidos passos no alvorecer de sua infância”. Findou apelando para o interêsse dos “corações progressistas da mocidade”.

A interessante fôlha divulgou produções literárias, em prosa e verso, assinadas por C. E. L., A. M., B. Júnior, E. J. R. B. Júnior e B. J. (**Bib. Púb. Est.**) (1).

JORNAL DO COMMERCIO — Em substituição a **O Echo Pernambucano**, começou a publicar-se no dia 1 de julho de 1856, mesmo formato de 50x32, com quatro páginas de cinco colunas. Direção de Inácio Bento de Loiola, em cuja oficina gráfica, à rua da Praia nº 45, ocorria a confecção material.

(1) Embora a inexistência de outros comprovantes, registou Sacramento Blake, no seu “Dicionário Biográfico Brasileiro”, que **O Album**, “revista científico-literária”, de 1856, publicou o romance “Lesghir”, de Antônio Vitrúvio Pinto Bandeira e Acioli Vasconcelos, e que êste fêz parte da redação, encarregando-se, principalmente, da Seção Literária. E, ainda, alguns capítulos de outro romance: “Sessenta anos depois”, do mesmo autor.

Publicação trissemanal, assinava-se a 12\$000 por ano, fracionados em semestre e trimestre. Ainda constava do Expediente que a inserção de anúncios dos assinantes seria grátis, e os artigos de interesse particular pagariam o que se convencionasse.

O editorial de abertura historiou a precedente atuação política do diretor do periódico, suas vicissitudes nas fileiras do Partido Liberal e conseqüente desilusão, frisando: “Por fôrça dessa cruel experiência, reconhecendo que os partidos políticos de nossa terra nada significam, e que a única verdade dêles é o individualismo em tôda a sua hediondez, amaldiçoamo-los para sempre, sem ódio nem vingança intencional contra os respectivos chefes, para colocarmo-nos acima de suas intrigas e interêsses egoísticos”.

Assim, o **Jornal do Commercio** manteria “os princípios de uma neutralidade absoluta”; seu conteúdo constituir-se-ia de política, comércio, literatura e notícias; no primeiro caso, daria apoio ou censuraria “o govêrno, conforme o grau de sua moralidade, mas sempre com dignidade, não faltando jamais na polêmica à deferência e à moderação conveniente ao grande jornalismo”.

Criou a redação, inicialmente, as seções “Correio geral”, “Variedades”, “Comunicados”, “Correspondências” e “Publicações a pedido”, sendo a quarta página de anúncios. Não faltou, também, o folhetim, em rodapé da primeira página. Foram primeiros colaboradores **Cosmopolita** e **Justus**, êste com sucessivos artigos. No nº 13, de 28 de julho, Inácio Bento de Loiola, em artigo assinado, repeliu acusações do ex-presidente José Bento da Cunha e Figueiredo. A partir do nº 22 foi estabelecida a “A Crônica”, em rodapé das segundas-feiras, tratando de assuntos variados. Especializara-se, também, na divulgação de discursos parlamentares.

Sem proselitismo político, o **Jornal do Commercio** apenas comentava os acontecimentos e a situação do país ou da província, inserindo constantes Comunicados ou Correspondências, sobretudo do interior e do Rio Grande do Norte, de onde procediam recortes e mais recortes do **Argos Assuense**, d’**O Artilheiro** ou d’**O Assuense**.

De Goiana eram divulgados escritos sob diferentes pseudônimos, às vêzes entremeados de versos, a saber, entre ou-

tros: **Frei Patricio, Um velho do Outro Tempo, O Goianista, O Estupefacto, Um invejoso da glória, O proscrito, O Cupisura Vermelho, Ali Pachá e O Velhinho Jacó.**

Da Vitória de Santo Antão apareciam Correspondências de **Cabrion**, mas a política dêsse município foi esmiuçada, em artigos sucessivos e longos que jamais tiveram trégua, assinados pelo padre João Herculano do Rêgo, em geral terminados com uma versalhada, raramente saindo um só artigo em cada edição, porém dois ou três. Nêles o sacerdote falava das perseguições e ameaças de que era alvo por parte das autoridades policiais, tendo chegado a ser prêso, doutra vez afastando-se da cidade, em meio de cujos habitantes dizia ter raros amigos.

A publicação terminou o ano com a edição de 21 de dezembro, para continuar a 7 de janeiro de 1857, tornando-se mais literária do que política, com a inserção de produções de A. R. Tôrres Bandeira, Manuel Rodrigues do Passo, Faustino Xavier de Novais, Antônio de Vasconcelos Menêses de Drumond e outros, incluindo excelente correspondência do Rio, firmada por W. e, na seção "Variedades", a constante crônica intitulada "O Telégrafo" e assinada **O Gama**. A 11 de setembro, não parando mais, iniciava-se o Comunicado "O Compadre Cortesão", d'**O Compadre Provinciano**, que se ocupava dos mais diferentes assuntos, inclusiva a política.

Na edição de 26 de dezembro, Bento de Loiola estampou o artigo "Memorável triunfo da Imprensa", descrevendo a sessão do júri do dia 22, na qual foi êle absolvido do delito de "abuso de liberdade de exprimir o pensamento", processado no govêrno de José Bento da Cunha e Figueiredo, quando redigia **O Echo Pernambucano**.

De 30 de dezembro, quando saiu o nº 163, descansou a fôlha até 8 de janeiro de 1858, em cujo editorial aludiu às dificuldades inerentes à imprensa imparcial; tendo abandonado a política partidária, dedicara-se aos interêsses do comércio e da indústria, pretendendo tornar-se órgão diário, mas dêsse elementos não recebeu o menor apoio. Concluiu, depois de lamentar tamanho abandono: "...o nosso jornal não tem côr política, nem está adstrito a partido algum; e sempre observará as prescrições do seu programa, em que foram definidas as condições preestabelecidas à sua publicação".

Como “Mofina”, vinha publicando, seguidamente, uma lista de assinantes em atraso, ainda d’**O Echo Pernambucano**. Curioso título de matéria foi o da crônica começada em fevereiro de 1858: “Variedade noticiosa ou barrela interessante para recreio dos leitores”. A 18 de maio diminuiu o tamanho do jornal, passando para quatro colunas de composição, devido à falta de papel, na praça, do modelo usado.

No mês de agosto, continuando em setembro, Comunicados e Correspondências voltavam-se contra insinuações d’**O Liberal Pernambucano**, e a partir de 12 de novembro iniciava-se a publicação de uma série de 11 cartas de Paris, de Antônio Borges da Fonseca, focalizando assuntos internacionais.

A primeira página da edição do dia 19 foi inteiramente ocupada por um artigo assinado pelo redator Inácio Bento de Lóiola, da mais franca hostilidade ao jornalista Nascimento Feitosa — que não o poupava n’**O Liberal** — assim terminando:

“Esse inimigo imortal da honra, esse ente pequenino, essa asquerosidade, esse canalha passou a juventude na obscuridade e na lama, na obscuridade e na lama vai passando a asquerosa velhice e temos fé no bom senso dos pernambucanos que na lama e na obscuridade êle há de findar”.

O **Jornal do Commercio** cumpriu, até o fim, seu programa de imparcialidade política. A 24 de dezembro de 1858, publicando o nº 264, último do ano, prometeu voltar à circulação, o que fez com o título **A Ordem (Bib. Púb. Est.)**.

ESTRELLA DAS BELLAS — Periódico Recreativo — Impresso na Tip. Republicana Federativa Universal, sob a direção de Manuel Braz Odorico Pestana (1), publicou-se o primeiro número no dia 10 de julho de 1856, em pequeno formato.

(1) Manuel Braz Odorico Pestana, segundo Alfredo de Carvalho, era um “dêstes tipos inofensivos e grotescos cuja natural tendência ao dilate os boêmios dos **bons tempos** acadêmicos cultivavam com esmêro; era um mulato alto e magro, de basta cabeleira encaracolada, semblante inspirado, muito verboso e pernóstico, e duma petulância evidentemente filha da vesânia”.

Dizendo-se, na apresentação, “defensor das amáveis pernambucanas”, frisou o articulista: “...a **Estrella** não é mais que uma coleção de ardentes pensamentos, em que manifestamos os nossos sentimentos e as nossas paixões”. Outro tópico, ressaltou: “Milton nos pinta Eva e os deveres dos seus encantos. Srs.: o sexo feminino é o colóquio do abismo; uma jovem formosa só comparo com tôdas as obras belas da Natureza”(2).

“Do mesmo modo — acrescentou o registo de Alfredo de Carvalho, nos “Anais” — são todos os artigos das outras edições, incompreensíveis mistifórios, cheios de comparações estapafúrdias, imagens burlescas e nescidades estupendas em prosa e verso”.

Circularam mais dois números (3) do comentado órgão, do qual não existe nenhum comprovante nas bibliotecas visitadas, o último dos quais no dia 30 do mês referido.

O CONTEMPORANEO — Inexistente comprovante da edição de estréia, o nº 2, ano I, circulou a 28 de julho (1) de 1856, formato de 37x27, com quatro páginas a três colunas de 15 cíceros. Constava do expediente, numa faixa abaixo do título: “Assina-se na Livraria Universal, rua do Colégio nº 20, por 3\$000 por trimestre, pagos adiantados. O preço das publicações de interesse particular será convencionado na tipografia. Sai duas vêzes por semana”. A tipografia ficava junto à Livraria, nº 18.

(2) Noticiando o aparecimento da fôlha, escreveu Pedro de Calazans, na sua “Sabatina” d’**O Clarim Litterário** (Vol. I, nº 11): “Publicou-se um periódico intitulado **Estrella das Bellas**, cujo único redator é o estudante Ó Pestana. Digam o que quiserem do periódico do sr. Pestana; mas não lhe neguem a propriedade de recreativo; porque nem tôdas as comédias de Molière seriam mais capazes de desafiar tanta gargalhada franca e livremente expansiva. Certos **frenologistas** têm enxergado no sr. Pestana a saliência de certa bossa... mas deixem o pobre moço; êle de propósito quer divertir o belo sexo, por êle **espirituosamente** definido — o colóquio do abismo”.

(3) Na “Sabatina” do nº 12 d’**O Clarim** (último do mês de julho), escreveu Calazans: “A imprensa literária deu-nos apenas o 2º e o 3º números da **Estrella das Bellas**, que têm sido procurados com suma avidez”.

(1) Alfredo de Carvalho (obra citada) registara a data do primeiro número como sendo “14 de setembro” e, além de outros lapsos, disse que o trabalho material estivera a cargo da Tipografia União, quando o foi da Tip. Universal.

Extenso editorial, na edição avistada, ocupou-se do desenvolvimento do país, acentuando: "...alguma coisa é devida à revolução pacífica que se tem operado no espírito público, ocasionada pelo amortecimento das lutas de partido, que pouco a pouco se foram extinguindo, a ponto de serem hoje quase nulas". Falava da falta de braços para a agricultura, sugerindo a imigração de estrangeiros em larga escala e, ao mesmo tempo, a substituição do "braço pela máquina". Seguiram-se "Notícias da Europa", "Notícias do Sul" e a transcrição do projeto de Reforma Hipotecária, do ministro Nabuco de Araújo, que tomou mais de duas páginas e foi concluir na edição seguinte.

Os ns. 3 e 5, datados de 2 e 9 de agosto, dedicaram imenso espaço à inserção de discursos parlamentares de defesa da colonização e de uma "lei de terras". Abriu o texto do segundo deles o artigo "Instrução primária", assinado por S. de O.

Teria sido publicado, por fim, o nº 6. Nenhum vislumbre de partidarismo nas edições manuseadas (**Colec. A. Quintas**).

O ESTUDANTE — Periódico Literário — "O número primeiro e único (?) saiu a 3 de outubro de 1856", em pequeno formato, dirigido por Manuel da Cunha Figueiredo e impresso na Tip. Republicana Federativa Universal ("**Anais**").

O ATHENEU PERNAMBUCANO — Periódico Científico e Literário — Surgiu o nº 1, vol. I, em julho de 1856, ostentando, como divisa, a frase: "Avante e sempre!". Revista impressa em formato de 26x16, na Tipografia União, à rua da Aurora nº 32, apresentou-se com 32 páginas, fora a capa, esta em papel de côr. Comissão de Redação: presidente — Joaquim Vilela de Castro Tavares; membros — João Diniz Ribeiro da Cunha, Joaquim da Costa Barradas Júnior e Manuel Peixoto de Lacerda Verneck.

Lia-se na "Introdução", de quase duas páginas, assinada pelo presidente: "**O Atheneu**, filho de uma sociedade acadêmica do mesmo nome, é redigido por simples estudantes, que, ainda principiantes na carreira das letras, não pretendem andar em fôro de escritores, antes convencidos de que não podem fazer mais do que ensaios, sabem que carecem de indulgência e animação". Mas, "suas páginas podem ser

realçadas pelos escritos de muitos sócios honorários, entre os quais figuram alguns de reconhecida reputação literária”.

“Pelo que respeita aos assuntos de que deve ocupar-se **O Atheneu**, são êles os mesmos que se discutem na Sociedade. Assim, as ciências jurídicas e sociais, a filosofia, a história e qualquer outro ramo da literatura subministrarão matéria aos diversos artigos que têm de encher-lhes as colunas”. Guardaria sempre “os limites que a razão, a religião e a sociedade impõem”, concluindo: “. . . não ultrapassará em Filosofia os limites que Deus pôs à razão; investigará com ela somente o que por ela pode ser conhecido; e nesse esforço para a sabedoria, nesse caminhar afanoso para a luz e a virtude, procurará sempre a fé, para, ao clarão resplandecente dela, descortinar as alturas em que Deus habita, tanto quanto êle mesmo o permite”.

Além de resenhas das sessões do Ateneu Pernambucano, a edição de estréia divulgou produções, em prosa, de Aires de Albuquerque Gama, Ribeiro da Cunha, Manuel Pereira de Moraes Pinheiro, Gonçalo de Almeida Souto, A. de Urzedo, José Coriolano de Sousa Lima, Belfort Roxo e Henrique Pereira de Lucena. Na seção “Poesia” escreveram: A. P. Maciel Pinheiro, Andrada e Silva, H. Graça, José M. de Freitas, J. Coriolano, Ribeiro da Cunha e Franco Sá. As últimas cinco páginas foram ocupadas pela “Crônica”, assinada por J. Campos (Medeiros e Albuquerque).

Passando a ser confeccionado na Tip. Universal, à rua do Colégio (atual do Imperador) nº 18, saiu o nº 2 em agosto, acompanhado de Suplemento, e o 3º em setembro, formando, em numeração seguida, o total de 126 páginas.

O nº 1, vol. II, d’**O Atheneu** publicou-se em maio de 1857, escrevendo a redação, a propósito: “Êle entra agora no segundo período de sua existência depois de uma interrupção de seis meses, consequência de ser redigido por uma associação acadêmica, que suspende os seus trabalhos durante as grandes férias da Faculdade de Direito”.

Circularam mais três edições, a última das quais data do mês de agosto, com o total de 128 páginas. Quase sem alteração o corpo de colaboradores, a salientar Polidoro e Leônidas C. Burlamaqui.

Começou o vol. III — nº 1 — em junho de 1858, quando foi reduzida para vinte a quantidade de páginas. Nova Comissão Redacional: Joaquim José Campos de Medeiros e Albuquerque, Francisco Dias Carneiro Júnior e José Coriolano de Sousa Lima. No nº 2 a confecção material passou a efetivar-se na Tip. Acadêmica, de Miranda & Vasconcelos (livreiros da Faculdade de Direito), situada à rua do Colégio nº 21. Na edição seguinte — agosto — (1) os diretores foram substituídos por Leandro Francisco Borges, Manuel Pereira de Moraes Pinheiro e Joaquim Inácio Álvares de Azevedo. Cobrava-se 3\$000 por assinatura trimestral, pagos adiantadamente. Circulou em setembro o nº 4, perfazendo o total de 84 páginas. Foram novos colaboradores: Ovídio da Gama Lobo, Francisco de Paula e Silva Lins, Antônio Rangel de Tôres Bandeira, H. do Rêgo Barros, Cezário de Azevedo, F. de C. Soares Brandão e J. A. de Sousa Ribeiro Júnior.

De 1859 existem comprovantes dos ns. 1 e 2, formando o volume IV, datados de junho e de julho, respectivamente, num total de 40 páginas. Voltou, no 2º, a imprimir-se na Tip. União, já transferida para a rua do Hospício nº 13. Comissão de Redação do ano: Cândido P. Monteiro, F. de C. Soares Brandão, Antônio Moniz Sodré de Aragão, Eugênio A. do Couto Belmonte e Vital F. de Moraes Sarmento. Colaboradores: J. do Rêgo, J. Borges Carneiro, Franklin Dória, Manuel do Nascimento Machado Portela (“Memória Histórica-Acadêmica”), Aprigio J. da Silva Guimarães, João Capistrano Bandeira de Melo, J. A. de Sousa Ribeiro Júnior (“Algumas considerações sobre a liberdade de imprensa”), J. Oliveira Bastos, Filgueiras Sobrinho, Cezário de Azevedo, Nascentes Burnier e A. R. de Tôres Bandeira.

Circulou em abril de 1860 o nº 1, vol. V, com 20 páginas, obediente à seguinte Comissão de Redação: J. A. de Sousa Ribeiro Júnior (relator), Garcia Dias Pires, F. de C. Soares Brandão, Pedro Afonso Ferreira e Vital F. de M. Sarmento. Além da contribuição do redator-relator, sobre “Direito”, e da crônica de fechamento, a edição divulgou: “Introdução ao Curso de Filosofia”, por Antônio Ferrão Moniz; discurso do novo presidente do Ateneu, Antônio Moniz de Aragão; re-

(1) A edição de agosto de 1858 dedicou a maioria de suas páginas ao falecimento do professor Joaquim Vilela de Castro Tavares, o maior incentivador da fundação da revista.

latório do vice-presidente; artigo de Garcia D. Pires e poesias de Filgueiras Sobrinho, Antônio Ildefonso Nascentes Burnier e Epifânio Bitencourt.

Sem comprovantes do ano VI (2), publicou-se em setembro de 1862 o nº 1 do ano VII, impresso na tipografia de Freitas Irmãos, situada na rua do Imperador nº 48, 1º andar. Comissão de Redação: Teodoreto C. F. Souto, J. A. Galvão Pires, Franklin Távora, Jesuino Freitas e Baima, aliás, Antônio de Sousa Baima. Escreveu a "Introdução" o presidente de honra José Antônio de Figueiredo, seguindo-se: Relatório do sergipano José de Jesus Leite; discursos de Graciliano Pimentel, J. J. do Monte Júnior e Antônio Martiniano Lapemberg; atas sôbre a restauração da sociedade Ateneu Pernambucano; artigos de Moura Magalhães, Tavares da Silva e Teodoreto, terminando com a crônica de F. Távora. O nº 2 saiu em outubro, só inserindo matéria jurídica, de diversos colaboradores, mas sem faltar a crônica do fim, assinada — **A Redação**.

Atingido 1863, vol. VIII, circulou o nº 1 no mês de abril, ainda com 20 páginas, afora a capa. Comissão de Redação: Luiz Ferreira Maciel Pinheiro, Cândido Martins de Almeida, Teodoreto Carlos de Faria Souto, Américo Pinto Barreto e Aristides de Paula Dias Martins. Da matéria publicada constou um Relatório de Monte Júnior, no qual formulou críticas à equipe redacional do ano transato, por haver consentido "se imprimisse no **Atheneu**" o escrito intitulado "O poder temporal dos papas é inútil e injusto" (autoria de A. J. de Sousa Paraiso).

Ao que tudo indica, terminou aí a existência d'**O Atheneu Pernambucano** (Bib. Púb. Est., Bib. Fac. Dir. UFPe. Bib. Nac. e Bib. Púb. Sergipe) (3).

A LEI — Periódico Político — Sem que reste comprovante da edição inicial, circulou o nº 2 no dia 3 de agosto de 1856, formato de 21x15, com quatro páginas de duas colunas. Impresso na Tip. Nacional, à rua do Colégio nº 14, vendia-se o exemplar a 40 réis.

(2) Não existe, nas bibliotecas visitadas, a edição de 1861, que, segundo Alf. de Carvalho, circulou no mês de junho.

(3) Só a Biblioteca da Faculdade de Direito da Universidade Federal de Pernambuco possui volume quase completo da revista. Nas outras, apenas números esparsos.

Constou a edição de quatro artigos redacionais; nêles, defendeu “a monarquia constitucional representativa”; aconselhou a trabalhar e obedecer à lei; opôs restrições a medidas da administração provincial conservadora, sobretudo a intromissão de autoridades policiais nas eleições, e ridicularizou os “melhoramentos materiais do país”, apregoados pelo periódico **O Contemporâneo (Bib. Púb. Est.)**.

Consoante os informes de Alfredo de Carvalho, nos “Anais”, ainda se publicaram os ns. 3 e 4, êste último datado de 7 de setembro.

O ADVOGADO DOS GUARDAS NACIONAIS — Impresso na Tip. Republicana Federativa Universal, à rua do Passeio Público nº 19, surgiu a 11 de agosto de 1856, formato de 22x16, com quatro páginas de duas colunas. Destinado a circular semanalmente, vendia-se a 40 réis o exemplar, “na mesma tipografia e na rua Direita defronte da Travessa de São Pedro, sobrado nº 5, residência de seu redator”, e noutros pontos. Sobre o título, vistosa xilogravura, representada por advogado ante uma banca, e, de pé, em frente, um miliciano armado, em posição de descanso.

Tinha por objetivo, conforme o artigo-programa, “entrar em contato com os que exercem sobre os guardas nacionais as useiras e habituais injustiças e arbitrariedades por sua conta e risco, sem terem ao menos êsses a liberdade de reclamar, ou, fazendo-o, de ser atendidos”. Depois de outras metas, menciona a de “dar um nôvo lustre ao distinto Corpo da Guarda Nacional”.

Inteiramente devotado à sua causa, sem uma linha sequer de fatos não atinentes à Guarda Nacional, suas reivindicações e o desprezo que lhe votavam os “mandões” da época, o periódico circulou com tôda pontualidade até o nº 5, de 15 de setembro. Suspenso, reapareceu a 27 de outubro, continuando até o nº 11, de 10 de dezembro (1), que foi o último.

O jornal redigido por Luiz Ciriaco da Silva criticou a não participação dos guardas nacionais nas eleições de 2 de novembro e condenou a fraude que, para nelas sair vitorioso,

(1) Nos “Anais”, Alfredo de Carvalho registara, como último número, o 9º, atribuindo-lhe a data de 24 de novembro, justamente a do nº 10.

empregara o govêrno conservador da província, o qual não queria, de “forma alguma, deixar a têta” (**Bib. Púb. Est.**).

A AÇUCENA — Periódico Recreativo — Impresso na Tip. Republicana Federativa Universal, em pequeno formato, circularam quatro números, apenas, no período de 26 de agosto a 15 de setembro. Semanário, vendia-se o número avulso a 80 réis (“**Anais**”).

O CONSERVADOR — Fôlha essencialmente política, publicou-se o nº 1, ano I, a 11 de setembro de 1856, formato de 31x22, com quatro páginas a duas colunas de 16 cíceros, sendo impresso na Tip. União, à rua da Aurora nº 23.

Lia-se no editorial de apresentação, inicialmente: “O Partido Liberal acaba de dar mais uma prova de que só pode pleitear a eleição pelos meios ilegais, pela turbulência; nas freguesias em que toma parte, e cujos acontecimentos há chegado ao nosso conhecimento, assim tem procedido. Insultos repetidos, ofensas físicas, quebramento de urnas, assua-das e agitação permanente, ameaças e agressões com punhais são as façanhas que todos nós presenciamos em algumas matrizes”.

Depois de outras considerações, frisou o articulista: “**O Conservador**, pois, aparece por fôrça das circunstâncias dos dias 7 e 8 do corrente mês e terá por fim especial narrar os acontecimentos eleitorais das freguesias, com tôdas as suas circunstâncias fatais, apontando e indicando os seus verdadeiros autores. Seu título caracteriza o lado político a que pertence, e isto dispensa a apresentação de um programa, tanto mais quanto sua marcha e conduta posterior, as idéias e princípios que fôr emitindo e as discussões em que se envolver definirão melhormente a sua posição no jornalismo, e manifestarão com tôda a clareza os seus fins”.

No nº 3, noticiou haver continuado o pleito no dia 13, uma vez que fôra “interrompido pelo quebramento das urnas” (1).

(1) No edital de convocação de nôvo pleito na freguesia de Santo Antônio, justificando-o, declarou o juiz de paz João Valentim Vilela que haviam sido interrompidos os trabalhos do dia 8 “em virtude de agressão e invasão da igreja por homens turbulentos e anarquistas, que espancaram e feriram a diversas pessoas e quebraram, em seu vandalismo, uma imagem de N. S. Jesus Cristo, assim como as urnas que continham as cédulas já recebidas”.

De vida efêmera, **O Conservador** não focalizou outro assunto senão as eleições do dia 8, para vereadores e juizes de paz, responsabilizando os líderes liberais pelos acontecimentos, defendendo a probidade da mesa da freguesia de Santo Antônio, divulgando manifestos, circulares e comunicados alusivos e polemizando com o diário **O Liberal Pernambucano**, que fazia séria oposição ao governo provincial.

Com o nº 8, de 31 de outubro, deu o órgão situacionista por terminada a sua missão (**Bib. Púb. Est.**)

1857

A REGENERAÇÃO — Periódico Político — O nº 1 circulou a 31 de janeiro de 1857, formato de 35x24, a três colunas de 14 cículos, com quatro páginas. Publicação bissemanal, das quartas-feiras e sábados, assinava-se a 1\$000 por oito números, custando o exemplar 160 réis. Impresso na Tip. Universal, à rua do Colégio nº 18, indicou como responsáveis Jerônimo Vilela de Castro Tavares, tenente-coronel João Paulo Ferreira e Manuel Elias de Moura.

Apresentou-se com o artigo intitulado “Programa”, assinado por Lourenço Trigo de Loureiro, João Paulo Ferreira, Trajano César Burlamaqui, José Veloso Soares, José Caitano de Medeiros e Aleixo José de Oliveira, segundo o qual **A Regeneração** sustentaria as “luminosas e interessantes idéias” expendidas por Jerônimo Vilela, através “dos Comunicados insertos no **Diario de Pernambuco** de 31 de dezembro do ano próximo passado e de 5 de janeiro corrente, abraçadas por um grande número dos membros do mesmo partido”, idéias que poderiam fazê-lo “levantar-se do abatimento em que jaz há oito anos e colocar-se na altura que lhe convém”. Seria, entretanto, uma missão de paz, de conciliação, de união e regeneração do Partido Liberal da província”, não se desviando, nas censuras ao governo, “da senda da moderação, decência e dignidade”, nem descendo “ao campo das questões pessoais, doestos, convícios e injúrias”.

Outro editorial, repleto de considerações em torno do mesmo tema e apontando deslises do Partido Conservador, ocupou mais de uma página. Sucederam-se mais dois arti-

gos, “Fatos diversos” e uma transcrição do **Correio Mercantil**, do Rio de Janeiro, tudo sôbre política, quer nacional, quer provincial.

Em editorial do nº 3, o articulista focalizou “o partido inimigo da liberdade, seja **regressista** ou **saquarema**, **corcunda** ou **conservador**”, aludindo à impossibilidade de uma conciliação com os liberais, para arrematar: “Não, os conservadores não podem mais governar-nos; provada sua impotência moral, a inconveniência de sua doutrina, a repulsa que sofrem do país, que os respeita em consideração à Coroa, livre como é, livre como deve ser na escolha do seus ministros, êles devem retirar-se do poder”.

Na edição seguinte, com sua assinatura, escreveu Jerônimo Vilela o artigo “Aos meus amigos e correligionários, aos homens sensatos do país”, focalizando a guerra que “alguns indivíduos” moviam contra si, acusando-o, com intrigas e calúnias, de praticar o divisionismo. Mas sua linguagem era de paz. E acrescentou: “**A Regeneração** não quer a divisão do Partido Liberal; dividido, retalhado estava êle, e infelizmente ainda está. É para uní-lo fraternalmente que ela apareceu; é para dar-lhe a vida, que lhe convém, que tenho com meus amigos feito tantos sacrificios”.

Atacado Jerônimo Vilela, com a máxima virulência, pelo diário **O Liberal Pernambucano**, imprecou-lhe um grupo de amigos, em abaixo-assinado n’**A Regeneração** de 7 de março (1), que não respondesse ao “indecente e injusto modo” como vinha sendo agredido.

Realmente, o bissemanário não deu confiança ao contendor doméstico. Defendia os princípios do seu orientador político; atacava os “guabirus”, mas não feria nomes. Não deixou, igualmente, de comentar assuntos diferentes, como a política ministerial, a eleição direta, a mudança da Faculdade de Direito de Olinda para o Recife, a nacionalização do comércio, a centralização, etc., dedicando algum espaço a Variedades, Noticias do Interior e raras poesias de Amaral Tavares.

(1) O abaixo-assinado dirigido a Jerônimo Vilela foi repetido em todos os órgãos da facção liberal dêle simpatizante.

Todavia, não se prolongou a existência d'**A Regeneração**, que terminou sem conciliar nem regenerar os irrequietos políticos provinciais. O último número divulgado foi o 17º a 28 de março, quando dizia um "**Post scriptum**", ao pé da última página, ter de "parar por alguns dias"... Não voltou jamais (**Bib. Púb. Est. e Bib. Inst. Arq.**).

A **SEMPRE VIVA — Jornalzinho Literário e Recreativo** (título em caracteres inexpressivos) — Divulgou o nº 2, série I, a 25 de maio de 1857, data colocada ao pé da composição da primeira página. Formato de 21x15, e impressão da Tipografia Republicana, situada à rua do Passeio Público nº 19.

Inserindo notas curiosas, charadas e anedotas, verso e prosa assinados, publicaram-se, até 1 de agosto, doze edições de quatro páginas.

A série II começou no dia 22 do referido mês, escrevendo a redação: **A Sempre Viva** "vai prosseguir o seu caminho sob os auspícios de uma sociedade composta de estudantes do Colégio das Artes, que acaba de ser instalada com a denominação de Recinto Literário".

Passando a sair com oito páginas, foi estabelecido o preço de 2\$000 pela nova série, que entretanto, segundo tudo indica, não foi além do nº 2, datado de 29 de agosto. Numeração seguida, resultou um total de 64 páginas.

Foram os seguintes os colaboradores da fôlha: J. F. da Silveira Távora, Jovinião da Costa Monteiro, J. A. Bessone d'Almeida, Henrique A. Chaves Júnior, Luiz Carlos de Araújo Pereira, M. T. Bandeira, Vitoriano J. Marinho Palhares, etc. Na segunda série, evidentemente melhorada a qualidade do órgão, a oitava página era ocupada pela crônica "A Semana", assinada: **A Redação (Bib. Nac. e Bib. Púb. Est.)** (1).

O VAPOR DO RIO FORMOSO — Iniciou-se a 26 de junho de 1857, em formato de 22x16, com quatro páginas de duas colunas, exceto a edição de estréia, que se apresentou

(1) A coleção da Biblioteca Nacional está desfalcada do nº 1. Na Biblioteca Pública do Estado só existem dois comprovantes: os ns. 3 e 12 da série I. Alf. de Carvalho (obra citada) não fez menção à série II.

em coluna larga. Impressão da tipografia de Inácio Bento de Loiola, à rua da Praia nº 45, e redação, segundo Alfredo de Carvalho (“Anais”), a cargo de Gaspar de Meneses Vasconcelos de Drumond. No alto, sobre o título, figurou artística vinheta de um navio de rodas fumegando.

O editorial de abertura, que não primou pela clareza, frisou a certa altura: “. . . uma associação de pessoas se dispuseram a mandar construir um vaporzinho **sui generis**, cuja missão é “conduzir”, daquela comarca, quantos fardos porventura estejam prestes a serem para aqui transportados”.

A “tripulação” do **Vapor** estava assim constituída: Comandante — **O Veado Catingueiro**; Imediato — **O Dinízia das Traficâncias**; Capelão — **O Padre Castiça**; Pilôto — **Manuel Trompa**; Mestre — **Mandu Homeopata**; Guardião — **Manuel Fofó**; Engenheiro Maquinista — **O Scriba da Palma**; Gageiro de Proa — **Galdino dos Funis**; Prático da Barra — **O Bagaceira**, e, finalmente, marinheiros.

Circulando semanalmente, o periódico empregava chiste e sátira abundantes em tôda a sua matéria — comentários, diálogos e versos, — utilizando aquêles pseudônimos e outros, tais como **Asmodeu**, **Galope**, **Palhito de Fogo**, **Felix Mulambo** e **Joaquim Feijoada**. Linguagem, sobretudo, metafórica.

Só a partir do nº 10, de 29 de agôsto, a redação veio a focalizar, diretamente, o Presidente da Província, Machado Portela, e seu chefe de polícia, Policarpo Lopes de Leão, a propósito da prisão irregular do cidadão de Rio Formoso tenente-coronel José Antônio Lopes, atacando-os desabridamente, sobretudo ao segundo, do qual chegou a dizer, no nº 24, de 5 de dezembro: “. . . como magistrado, os seus atos envergonham a classe a que pertence; como homem social, parodia o procedimento das Messalinas e regateiras”.

Não tratou de outro assunto **O Vapor do Rio Formoso**, debatido, igualmente, em versos de sete sílabas, ora independentes, ora dentro da matéria em prosa. Dois sonetos figuraram no nº 19, em polêmica com C. L. do **Diario de Pernambuco**, de linguagem insultuosa, assinados por **O gerente do Vapor** e **O Redator do Vapor**. Também **Asmodeu** e **Peixoto** firmavam prosa ou verso do mesmo estilo. Até Inácio Bento de Loiola apareceu com um sonêto.

Tendo surgido “para denunciar ao país as malversações” do chefe de polícia e uma vez exonerado dessas funções Polícarpo de Leão, extinguiu-se a vida do jornal ao ser publicado o nº 26, de 19 de dezembro, que estampou, na quarta página, o seguinte: “**O Vapor do Rio Formoso**, tendo concluído a sua comissão (?), retira-se da arena periodiqueira até segunda ordem — **O Comandante-em-Chefe**” (Bib. Púb. Est.).

O PROGRESSO — Fôlha Católica, Literária e Noticiosa — Surgiu a 1º de julho de 1857, em formato de 38x27, com quatro páginas de três colunas. Constava do Expediente: “Subscreve-se no escritório da redação, na rua do Cabugá (atual Duque de Caxias), 61 D, à razão de 2\$000 por trimestre e 3\$000 para seguir pelo Correio para fora da província”. Impressão da Tip. Universal. Publicação nos dias 1, 10 e 20.

“Estranho às lides políticas, essencialmente religioso, eminentemente social — dizia o editorial de apresentação, assinado por Francisco Leopoldino de Gusmão Lobo, redator principal, ao lado do seu primo Ovídio da Gama Lobo — **O Progresso** vai começar sua peregrinação sôbre êste mundo de provações”, frisando: “...militará sempre pela Igreja, sempre por Cristo, sempre pelo triunfo do progresso católico”.

Constituiu-se o periódico verdadeira poliantéia da religião Católica, Apostólica, Romana, divulgando pastorais, produções doutrinárias ou filosóficas, e uma parte de Literatura. Quer num, quer noutro dêsses setores, viam-se assinaturas dos nomes mais em evidência nas letras pernambucanas, a saber: Antônio Rangel de Tôrres Bandeira, F. A. de Meneses Dória, José Soares de Azevedo, Pedro de Calazans, Aprígio Guimarães, deão Joaquim Francisco de Faria, Antônio Vicente do Nascimento Feitosa, padre Lino do Monte-Carmelo Luna, João de Lemos, F. Soares Franco Júnior e os Lobos.

O Progresso manteve, igualmente, seção de noticiário específico. Em suas últimas edições, repeliu o projeto de adoção do casamento civil apresentado à Câmara Geral, inserindo, a propósito, artigos do Conêgo Antônio de Castro Silva e as representações dirigidas ao Imperador Pedro II pelos arcebispos de São Paulo e da Bahia e pelos bispos de Pernambuco e do Maranhão.

Circulou o jornal ininterruptamente, transferindo-se o trabalho, em novembro de 1858, para a tipografia Acadêmica e, no penúltimo número, para a Tip. Brasileira. Já no fim, a redação entrou a atacar, por questões de somenos, o seu ex-colaborador Aprígio Guimarães, que se defendeu através do **Jornal do Recife**, aí usando o pseudônimo **Agripa**.

Publicaram-se, ao todo, 76 edições, a última das quais datada de 1 de agosto de 1859 (**Bib. Púb. Est.**).

O ACADEMICO DO NORTE — Periódico Literário e Científico — Entrou em circulação a 20 (1) de julho de 1857, conforme os “Avisos diversos” do **Diário de Pernambuco**.

Manuseados alguns comprovantes a partir do nº 2, apresentou-se o interessante órgão em formato de 31x23, com oito páginas de três colunas, sendo impresso na tipografia União, à rua do Hospício nº 13, publicando-se nos dias 10, 20 e 30 de cada mês. Assinatura trimestral a 2\$000, ou 2\$500 para fora da província. Preço do exemplar — 240 réis, “à venda na livraria do sr. Nogueira, ao pé do arco de Santo Antônio”.

As edições apareciam repletas de artigos sobre Direito, Economia e Literatura, dos redatores, que eram Joaquim Moreira de Castro, João Coimbra, Olímpio Manuel dos Santos Vital, Jacinto Pereira do Rêgo, Manuel Luiz de Azevedo e Araújo, Anacleto de Jesus Maria Brandão Júnior, Henrique de Sousa Lima, Joaquim José de Campos da Costa Medeiros e Albuquerque, Jose Antônio de Magalhães Bastos e Pergentino Saraiva de Araújo Galvão, além de colaboradores diferentes, inclusive o professor Pedro Autran da Mata e Albuquerque.

Publicou-se o jornal até o nº 9, de 10 de outubro do mesmo ano, formando, em numeração seguida, um total de 72 páginas (**Bib. Púb. Est.**) (2).

O ONZE DE AGOSTO — Publicação Acadêmica — Saiu o primeiro número na data do título, em 1857, formato de 30x22, com oito páginas a duas colunas de 16 cíceros. Im-

(1) Não no dia 24, como registou Alfredo de Carvalho.

(2) Faltam exemplares dos ns. 1, 4, 5, 6 e 8.

primiu-se, utilizando papel especial, na Tipografia União, à rua do Hospício nº 13. Assinava-se a 3\$000 por trimestre, pagos adiantadamente.

Do bem elaborado “Prospecto” de abertura, firmado por **A Redação**, constou o seguinte tópico: “Se a publicação, que ora empreendemos, pela exiguidade de nossos meios, não fôr uma oferta digna do altar da pátria no grande dia 11 de agosto, seja ao menos um protesto de que a aurora dêste dia acorda em nossos corações os sentimentos do mais exaltado patriotismo, da mais ardente gratidão”.

A edição apresentou o sumário abaixo: “Direito Natural” — J. J. d’Albuquerque Barros; “Literatura” — J. J. Tavares Belfort; “Album Religioso” — J. Borges Carneiro; poesias de F. A. Cezário de Azevedo, D. Carneiro, Virgínio A. C. C. e Albuquerque e A. Castro.

Ao pé da última página, colocou-se o Aviso: “**O Onze de Agosto**, que ora se apresenta na arena do jornalismo, não tem títulos que o recomendem à atenção do público. Os nomes que se acham à frente de sua redação são de estudantes obscuros, que não têm o prestígio do talento, nem a ridícula pretensão de literatos. Esperar dêles correção no estilo, beleza e lucidez nos pensamentos, qualidades que distinguem os escritores encanecidos nas lides da imprensa, é dar uma prova de mau senso, é uma esperança estulta, que não honra a quem a alimenta.

“Os Vieiras não nascem feitos, fazem-se. Assim, pois, para que **O Onze de Agosto** ocupe uma posição honrosa entre as publicações dêste gênero, oferece suas humildes páginas aos escritos dos srs. lentes e estudantes desta Faculdade de Direito, sendo especialmente dedicado aos do primeiro ano, que êle considera seus colaboradores natos”.

A fôlha regularizou sua circulação nos dias 5, 15 e 25 de cada mês, seguindo o programa que se traçara, de divulgação literária e jurídica, admitindo, afora os nomes atrás citados, outros colaboradores, a saber: Prosa — J. Antônio de Magalhães Castro, professor Pedro Autran da Mata e Albuquerque, P. Afonso, J. A. de Sousa Ribeiro Júnior, Pedro de Calazans, H. do Rêgo Barros, G. Hermino Batista, F. de C. Soares Brandão e J. Marques. Poesia — J. R. de Sousa Filho, E. J. Rocha Bittencourt, H. Graça, F. C. da Rocha Campelo, J. B. Castro e Sisínio Evergisto da Rocha Dias.

Terminados, porém, os estudos acadêmicos do ano, deu-se por finda a existência d'**O Onze de Agosto**, cujo último número publicado foi o 7º (1), datado de 15 de outubro, formando um volume de 56 páginas, em numeração seguida (**Bib. Púb. Est.**).

O ENSAIO PHILOSOPHICO PERNAMUCANO — Periódico Científico e Literário — Surgiu no mês de agosto de 1857, formato de 22x16, com vinte páginas de duas colunas, mais a capa em papel de côr, trazendo abaixo do título a divisa:

“Abri do imortal templo a porta augusta,
Arcanos descerrai té aqui vendados”.

F. Bernardino Ribeiro.

Impresso na Tip. Universal, situada à rua do Colégio nº 18, obedecia à seguinte Comissão Redacional: José Manuel de Freitas, José Coriolano de Sousa Lima e Francisco de Paula Barbosa Leite Brandão, a ela adidos José Belisário Henriques da Cunha, Laurentino Antônio Moreira de Carvalho e João Pinto de Mendonça (1 A). Propriedade da instituição que lhe deu o título, a revista pretendia publicar-se mensalmente, cobrando assinatura trimestral a 2\$000 e o número avulso a 1\$000.

Seu aparecimento, consoante a “Introdução”, constituía “um fraco, porém, solene, protesto contra a materialidade da época”, acentuando: “Respeitador dos sábios, o **Ensaio Philosophico Pernambucano** curva-se submisso perante êles. Reconhece o poder da crítica judiciosa, e por isso prezará o crítico que amigavelmente estender-lhe a mão e apontar-lhe os defeitos, que serão muitos. Porém, livre em sua altivez, saberá desprezar o zoilo egoista que pretender estorvar-lhe os passos na estrada da ciência” (2).

(1) Não o nº 9, com a mesma data acima, conforme registou Alfredo de Carvalho.

(1 A) No seu registo dos “Anais”, Alfredo de Carvalho incluiu, por engano, entre os redatores d'**O Ensaio**, o nome de Pergentino Saraiva de Araújo Galvão.

(2) O **Jornal do Commercio** (edição de 11/9/1857), em artigo intitulado “Crítica literária ao **Ensaio Philosophico Pernambucano**, fez acerba análise das idéias expendidas na revista, apontando, sobretudo, erros gramaticais. De tão longo, o comentário prosseguiu nas duas edições seguintes do periódico de Inácio Bento de Loiola.

Além de uma “Memória histórica da Sociedade Ensaio Filosófico Pernambucano”, a edição de estréia inseriu artigos de Laurentino, M. I. P. de F. Camargo, C. de Lemos e José Belisário, e poemas de Coriolano, Cezário de Azevedo, F. de S. Martins e José M. de Freitas. Na última página, a Redação fez um apêlo à bondade dos leitores, a fim de que concorressem para a manutenção da revista.

Seguiu-se a publicação (3), que, com o nº 3, datado de outubro, somou um total, em numeração seguida, de 66 páginas. Terminava a “primeira jornada”, despedindo-se “de seus benévolos leitores e honrados assinantes”.

O nº 4 — ano II — só saiu, quase dois anos depois, em junho de 1859, começando pela página 67. Longo artigo, firmado por José Belisário, solicitava licença para ocupar o lugar que, “muito humildemente”, ocupara em 1857. Era órgão duma “sociedade científica” que vivia, desde seis anos atrás, “à custa de muitos sacrifícios da parte de alguns manebos da Faculdade de Direito”.

Publicou-se o nº 5 no mês de agosto, a partir da página 87, para findar com a 106^a.

Decorreram mais dez meses e circulou o nº 6 — ano III — em junho de 1860, aumentado o formato para 31x22, com 20 páginas, numeração inicial, mais a capa. Imprimiu-se na tipografia de Freitas Irmãos, à rua do Imperador nº 48, 1º andar. Nova Comissão de Redação: Francisco Antônio Cezário de Azevedo, Antônio Caitano Seve Navarro, Graciliano Aristides do Prado Pimentel, Antônio de Pádua Holanda Cavalcanti, Antônio Lopes da Silva Barros e Antônio Bernardino dos Santos. Gerente — Ulisses de Barros Mendonça.

Nas suas diversas edições, além dos nomes mencionados, teve a fôlha acadêmica a colaboração de Joaquim José de Oliveira Andrade, E. L. C. Valdetaro, Leônidas C. Burlamáqui, Santos e Silva, Manuel Neto de Sousa Bandeira, Braz Florentino Henriques de Sousa (discurso), Gerson de Saboia, Olímpio Marques da Silva e outros.

(3) Alfredo de Carvalho mencionara o nº 1, aliás interrogativamente, como sendo “único”.

Não há notícia de ter prosseguido a publicação (Bib. Nac. e Bib. Púb. Est.) (4).

O DEMOCRATA — Entrou em circulação no dia 24 de setembro de 1857, obedecendo ao formato de 28x19, com quatro páginas a duas colunas largas de composição. Trabalho material da Tip. Republicana Federativa Universal, à rua do Passeio Público nº 19. Expediente: "...sairá duas vezes por semana e subscreve-se na antiga redação d'**O Brado do Povo**, rua Direita nº 7, 2º andar, a 2\$000 por série de 25 números, pagos ao receber o primeiro. Recebe-se correspondências do interior e exterior da Província; sendo de interesse geral não pagam; mas sendo de particular, pagarão quanto se convencionar".

Sob o título "Advertência", o editorial de apresentação teve a assinatura do redator único: Romualdo Alves de Oliveira. Começou êle por declarar que tinha "feito propósito de não escrever tão cedo, mas tal é a confusão em que vemos o país, que não podemos deixar de ir à imprensa. A imprensa tem sido, em todos os tempos, o salvatério dos povos; por isso se faz mister, na quadra atual deste inação, que ela fale e enuncie a verdade. Escrevendo, agora, **O Democrata**, nosso fim é demonstrar que marchamos, irremissivelmente, para o abismo, se não se opuser diques ao carro dos acontecimentos que se vão operando no Brasil".

Órgão "dos princípios republicanos", pretendia que êles fôsem "inoculados com prudência e reflexão". Combateria "a centralização da Côrte, a acumulação de empregos e esbanjamento dos dinheiros públicos", acentuando: "Nada de virulência", mas "a evidência da verdade".

Num segundo artigo, falou da gravidade da situação, da impotência do governo, da necessidade de não cruzar os braços. Mil promessas fizera o Gabinete de Conciliação, nada cumprindo; não mereciam fé, uma vez que "os verdadeiros liberais são considerados proscritos na própria pátria"; "é por isso, pois, que damos à luz a nossa gazeta, para acordar o povo do vergonhoso letargo desta mistificadora conciliação".

(4) A coleção da Biblioteca Nacional é completa até o nº 5. Na Biblioteca Pública do Estado só existem comprovantes dos ns. 1 e 6.

Jornalista fecundo, focalizou, nas edições subsequentes, a situação política do Brasil, comentando, igualmente, temas internacionais e provinciais, como a carestia dos gêneros alimentícios, as necessidades da agricultura, a Guarda Nacional, o tráfico de escravos, a moeda falsa, etc. Teceu encômios à administração de Joaquim Pires Machado Portela e, noticiando, no nº 6, a posse do presidente substituto, Benevenuto Augusto de Magalhães Taques, declarou esperar que o nôvo govêrno “não nos venha encher de dissabores, pois basta de sofrimentos”.

No nº 7, Romualdo dirigiu “um apêlo aos homens que crêm na conquista da imprensa, dizendo que deixara de publicar **O Brado do Povo** “à falta de uma tipografia, porque as dificuldades são extremas quando não se tem uma propriedade para imprimir”. Já publicara um apêlo n’**O Povo** (1) e, no momento, renovava-o, o que fêz numa estirada de quase duas páginas de considerações em tôrno da “utilidade e importância da imprensa”.

“Em conclusão — acentuou — peço e espero nos meus amigos e nos homens do progresso civilizador, que me ajudem a realizar a compra da tipografia que se acha negociada. Apelo para todos os homens generosos, quer da cidade, ou centro, que atendam êste pedido em nome da posteridade de nossa pátria, que lhes dirige um verdadeiro homem livre, isento da pecha de vendido ao poder”.

O prelo em vista não custaria mais de três contos de réis. Era só o que queria o modesto jornalista, que ficou aguardando o resultado do apêlo: “Na minha humilde habitação estarei com os braços abertos a receber o óbolo que me houverem de dar” (2).

Proseguiu, enquanto isto, o programa d’**O Democrata**, tendo como tema principal o Gabinete de Conciliação, do qual se ocupava constantemente, sem registrar resultados positivos.

(1) O angustiante apêlo saiu, em primeira mão, no **Diario de Pernambuco** de 9 de janeiro de 1857, sendo transcrito na edição d’**O Povo** de 7 de fevereiro.

(2) Pelo menos enquanto durou a existência d’**O Democrata**, o imprecante não conseguiu meios para montar a pretendida tipografia.

Noticiando, no nº 16, de 25 de novembro, a partida do famoso Antônio Borges da Fonseca rumo à Europa, escreveu a redação: “O Brasil não conta, no número de seus filhos, um que tenha sabido mais compreender e melhor desempenhar a importantíssima missão de advogado do povo”.

Na mesma edição teve início vigoroso ataque, em série, ao chefe de polícia Policarpo Lopes Leão, a propósito da “miserabilíssima história” da prisão do “eminente cavalheiro” tenente-coronel José Antônio Lopes. No nº 17 começava outra série de artigos, subordinados ao título “O Ministério não pode aguentar-se por mais tempo”.

Com um “voto de reconhecimento” aos assinantes, Romualdo fêz as despedidas do periódico no ano que findava, ao divulgar o nº 24, de 23 de dezembro.

Só emergiu **O Democrata** — nº 1 da 2ª série — a 3 de fevereiro de 1858, pedindo desculpas pelo retardamento e pela resolução de reduzir para 20 números a série das assinaturas, devido ao fato de haverem os “tipógrafos aumentado, extremamente, o preço da composição”. Continuará o programa dos seus princípios, sem atirar-se “no campo dos apodos, injúrias, sarcasmos”.

Na edição seguinte, divulgou extenso estudo (quase enchendo as quatro páginas, em tipo miúdo), a respeito da “elevação dos preços dos gêneros de primeira necessidade”, firmado pelo médico José Joaquim Firmino, de Goiana, tema que deu lugar a intensa campanha jornalística.

Não faltaram, semanas afora, Comunicados e Correspondências, sempre assinados com pseudônimos, em que se abordavam os mais diferentes assuntos. Divulgavam-se também poesias esporádicas, sem assinatura ou firmadas por João Franklin da Silveira Távora, V. de A. Correia, M. Z. e Vitoriano Palhares.

A partir do mês de abril, entrou a fôlha a fazer restrições, depois transformadas em combate decisivo, ao governo do Presidente Taques. No nº 17, divulgou Romualdo sua “Carta I” ao redator d’**A Opinião**, demonstrando, com outras a seguir, o fracasso da política ministerial de conciliação.

Edição especial circulou a 22 de abril, com apenas duas páginas, a segunda em branco e a primeira circulada de vinhetas fúnebres, para noticiar, em poucas linhas de letras fortes, o falecimento do coronel Manuel Pereira de Moraes, “chefe da revolução de 1848”.

Ao publicar o nº 34, de 4 de setembro, o redator fez uma “Despedida por dias”, por ter de viajar à Corte, a fim de solicitar ao Imperador a libertação do prêso político paraense Francisco Pedro Vinagre, injustamente mantido na prisão após haver cumprido a pena que lhe fôra imposta.

Sòmente um ano depois, precisamente a 7 de setembro de 1859, voltou à luz da publicidade o periódico, anunciando que discutiria o princípio do qual era um dos órgãos — o republicano, mantendo-se neutro quanto à política geral. Passou a ser impresso, às quartas-feiras e domingos, na Tip. Imparcial Pernambucana, de Elias M. F. de Albuquerque Maranhão.

O nº 37 foi quase todo dedicado à instalação da Sociedade Socorros Mútuos e Lenta Emancipação dos Cativos, presidida por Antônio Borges da Fonseca, inserindo discurso de Romualdo e um poema de Modesto Francisco das Chagas Canabarro. Na edição seguinte Borges da Fonseca divulgava substancioso artigo sôbre “o meio de se ir pouco a pouco abolindo a escravatura”.

Não pôde, no entanto, prosseguir **O Democrata** sua jornada de órgão liberal-republicano. O nº 38, de 18 de setembro, foi o último apresentado (**Bib. Púb. Est.**).

1858

O TROVÃO — Impresso na tipografia d’**O Povo**, apareceu no dia 27 de janeiro de 1858, formato de 20x14, com quatro páginas de coluna larga e a seguinte divisa abaixo do título:

“Corram, corram, todos corram,
Eis aí está **O Trovão**;
Mas só êle temer deve
O tratante e o ladrão”.

Surgia o periódico, segundo o artigo-programa, “com os seus furiosos estampidos, trovejando sôbre as cabeças dos ímpios, que querem abocanhar a humanidade”. Sem cunho político, destinava-se a combater “infâmias, injustiças, ladroeiros, traficâncias, falsidades, enredos e calúnias”.

Lia-se ao pé da quarta página: “**O Trovão** distribui-se grátis; é belo como um dia. Venham todos vê-lo”.

Publicação semanal, o segundo número saiu a 2 de fevereiro e o terceiro no dia 10, no qual outra coisa não fêz o furibundo redator anónimo senão atacar, atrozmente, o jornalista Inácio Bento de Loiola, diretor-proprietário do **Jornal do Commercio**, chamando-o “Inácio Bandalho da Lampadosa, bacurau de Goiana, traficante conhecido sem igual” e mais uma série de insultos de baixo calão.

Não foi o tremendo **Trovão** além do nº 4, de 20 (1) de fevereiro, quando continuou a catilinária contra Loiola e seu periódico, procurando comprovar deshonestidades e alcoolismo.

As duas últimas edições ocuparam algum espaço, igualmente, com as ladroices da Alfândega (**Bib. Púb. Est.**).

FOLHINHA DE ALMANAK ou DIARIO ECLESIASTICO E CIVIL PARA AS PROVINCIAS DE PERNAMBUCO, PARAHYBA, RIO GRANDE DO NORTE, CEARÁ A ALAGOAS — Para o ano de 1858 — Saiu com 460 páginas, formato de 12x8, impressa na tipografia do **Diario de Pernambuco**. Continha abundante matéria comum às publicações do gênero. Vendia-se na livraria do editor proprietário: Manuel Figueiroa de Faria, à praça da Independência ns. 6 e 8 (**Bib. Púb. Est.**).

O BARCO DOS TRAFICANTES — Órgão imparcial, deu a lume o primeiro número a 5 de fevereiro de 1858, formato de 28x18, com quatro páginas a duas colunas largas de composição. Impressão da Tip. Republicana Federativa Universal, situada à rua do Passeio Público nº 19. Acima do título apresentava o clichê de um navio a vela, tendo aos lados — duas a duas — as quadras a seguir, à guisa de expediente:

(1) Não do dia 28, como consta dos “Anais”

“Mil réis mensais
Os assinantes
Pagam ao **Barco**
Dos Traficantes

Terças e sextas
Os dias são
De ter **O Barco**
Publicação.

Vende-se avulso
Pelo contado
De oitenta réis,
Mas não fiado.

O traficante
Que embarcar,
A sua vida
Deve contar”.

Fundara-se a fôlha para advogar “a causa popular”, adiantando o artigo-programa: “...empreendemos a espinhosa tarefa de censurarmos, franca e enèrgicamente, os abusos, violências, venalidades, prevaricações, perfídia, monopólio, traficância, imoralidade e corrupção, onde quer que estejam, sem atendermos a credos políticos, conveniências, preconceitos ou interêsses pessoais; pois queremos o bem geral e não o particular de um grupo, de uma família ou de uma sociedade, pois que não temos compromissos com alguém a tal respeito...”

“E como o poético joco-sério seja o nosso estilo favorito, nêlé será escrito o nosso periódico, cujo título assás exprime que o fraseado sério em seu contexto não pode ter significado algum. Mas não se julgue que em nossa linguagem deixaremos de conservar em harmonia o respeito à sociedade e à moralidade da imprensa, a despeito dos fins a que nos propomos”.

Os traficantes, “quer em política, quer em atividades ilícitas”, que apanhassem a luva; “...na liça os esperamos — concluiu — para levá-los a bordo de seu barco, obrigando-os, antecipadamente, a publicar seus memoráveis feitos”.

Redigido por Modesto Francisco das Chagas Canabarro, a partir do nº 8 fêz constar o nome de Francisco João Alves de Almeida como impressor. O nº 11 anunciou: “**O Barco**, de hoje em diante, navegará nas quartas e sábados”.

A par de variada matéria geral, em prosa e versos satíricos, empreendeu acérrima campanha contra os abusos da Companhia das Carnes Verdes, ao passo que focalizava sempre a política ministerial e a “decantada conciliação”, denominando-a “a traficância conciliatória”, enquanto se batia junto ao govêrno provincial pela melhoria das condições de

vida do povo pernambucano. Por outro lado, dava constantes notícias de “embarque” de traficantes...

Assim prosseguiu **O Barco**, sem alteração do programa, às vezes com predominância da parte poética (não só a poesia satírica, mas também romântica), tendo passado, desde o nº 31, a ser impresso na Tip. Universal, à rua do Colégio nº 18. Findou sua existência com o nº 41, datado de 26 de junho do mesmo ano, para ser substituído pelo **O Vapor dos Traficantes (Bib. Púb. Est.)**.

O RAIO — Periódico Político Joco-Sério e Noticioso — Feito réplica a **O Trovão**, circulou no dia 6 de fevereiro de 1858, formato de 22x16, com quatro páginas de duas colunas. Impresso na oficina gráfica de Inácio Bento de Loiola, à rua da Praia nº 45, trazia sob o título a divisa:

“Não tenhas, minha musa, medo deles,
Vai batendo de rijo, fogo nêles”.

Ao pé da última página, o Expediente: “**O Raio** distribui-se grátis, não só com os srs. assinantes do **Jornal do Commercio**, como também a qualquer pessoa que o fôr buscar na tipografia do mesmo jornal”.

Constava do artigo de apresentação: “**O Raio** (papel) é um periódico como outro qualquer, pequenininho, buliçoso e estouvado, nascido para enterrar na opinião pública meia dúzia de tratantes, hipócritas, assassinos, dilapidadores dos dinheiros públicos, meia dúzia de sevandijas que existem nesta cidade, e que outros não há em todo o mundo conhecido que a êles se assemelhem”.

Seguiu-se uma lista dos “cinco coligados” de quem pretendia a fôlha ocupar-se, a começar pelo “hipócrita e devasso Padre **Onça**, irmão do célebre Cristo de Latão”. E concluiu: “**O Raio** aparecerá tôdas as vezes que **trovejar**, sem o que não é possível reunir as **matérias inflamáveis** que lhe dão **luz e vigor**”.

Completaram a edição duas páginas e meia de versos, nos quais a redação dizia cantar os **heróis** da província. A última quadra, com o sub-título “Moralidade” e a assinatura geral de **O Serra Bode**, vai aqui transcrita:

“Doutor **Bode Cavalcanti**,
Político traficante,
Tem de trampa a fidalguia
E africana a gerarquia”.

Não voltou à cena, ao que tudo indica, o perigoso **Raio**.
(**Bib. Púb. Est.**).

O ARAUTO LITTERÁRIO — Periódico Literário, Crítico e Noticioso — Começou a publicar-se no dia 10 de março de 1858. Avistado o nº 4, de 10 de abril, formato de 30x22, com quatro páginas de duas boas colunas. Impresso na Tip. União, à rua do Hospício nº 13, tinha como redatores Luiz Carlos de Araújo Pereira e Julião da Costa Monteiro. A edição inseriu duas crônicas do segundo redator, a continuação do romance “A pernambucana” e poesias de Vitoriano Palhares e Guido M. Duarte.

O nº 5 circulou no dia 20, incluindo, a par da diversa matéria em prosa, versos de J. A. Bessone d’Almeida e **Asmirim**.

Não prosseguiu (**Bib. Púb. Est.**).

REVISTA ACADEMICA — Ciências e Literatura — Deu à estampa o nº 1, tomo I, série I, a 16 de março de 1858, obedecendo ao formato de 22x16, com 32 páginas, afora a capa, esta em papel de côr. Impressão da Tip. Acadêmica, de Miranda & Vasconcelos (livreiros da Faculdade de Direito). Pretendia sair quinzenalmente.

O editorial de apresentação, do redator principal, José Joaquim Tavares Belfort, ressaltou que o aparecimento da imprensa foi “o ponto de partida da verdadeira civilização dos povos” e que o século XIX era aquêle “em que a civilização tem sido o objeto da atenção de todos”, acrescentando:

“Nós, filhos e setários da civilização moderna, não podemos deixar de reconhecer os inúmeros benefícios que da imprensa resultam, e a publicação da **Revista Acadêmica** é o símbolo de nossa adesão ao progresso”. Pediu indulgência e a proteção dos leitores.

Diversas páginas foram, em seguida, ocupadas pelo artigo intitulado “Faculdade de Direito”, de J. Campos, ou seja, Medeiros e Albuquerque, o I. Completaram a edição um comentário a respeito do “Montepio Acadêmico”, poema de

A. da Cunha Rabelo e a “Crônica” de encerramento, firmada por A. Olímpio G. de Castro, da qual vale transcrever êste excerto:

“A imprensa jornalística, essa potência terrível nos governos liberais, a tribuna do século, como alguém o disse, ofereceu-nos ainda no ano de 1857 o triste espetáculo de sua degradação e miséria. A vida privada, os mistérios do santo lar doméstico foram, mais de uma vez, devassados com uma alegria satânica, com um encarniçamento desesperado!

“Se excetuarmos os grandes jornais da Côrte, que se distinguem pela moderação de sua linguagem, pela lucidez de seus artigos, a nossa imprensa periódica, longe de atestar ao estrangeiro a nossa moralidade e ilustração, pode servir de documento da nossa desmoralização e atraso. Os ódios mesquinhos, as intrigas familiares, as ambições ilegítimas verteram nas suas colunas todo o fel que pode conter o coração pervertido” (Bib. Púb. Est.).

ARENA (1) — Periódico da Faculdade — Entrou em circulação a 29 de maio de 1858, formato de 30x21, com oito páginas de duas boas colunas. Trabalho material da Tipografia Acadêmica, de Miranda & Vasconcelos.

O “Introito”, assinado pelo redator principal, o acadêmico baiano Franklin Américo de Meneses Dória, começou por aludir à influência do “jornalismo no seio das sociedades civilizadas”, adiantando: “O jornalismo não é o **tonel das Danaides**, como alguém já o apelidara em França; antes, é a ânfora transbordante e perfumosa, em que as imaginações as mais férteis derramam idéias de nutriente suco e deliciosos condimentos, para servirem de pasto a tôdas as camadas sociais”.

“Temos — prosseguiu — que o jornalismo, entre nós, se irá engrandecendo, e atingirá vitoriosamente o seu fim, desenvolvendo-se de modo a oferecer assuntos interessantes e acomodados à condição de cada um; semeando à farta os conhecimentos de que e para que cada um vive”.

Historiou, a seguir, o “mau destino” dos jornais acadêmicos, a que se aventuraram “jovens talentosos e diligen-

(1) Não **A Arena**, como está registado nos “Anais”.

tes". Vedaram-lhe a perseverança "uma série de insuperáveis obstáculos, um encadeamento de circunstâncias altamente desfavoráveis". Mas, abria-se a **Arena**. "Nós somos a mocidade; e não recuaremos só porque vimos não avançar, dominados por força de conjuntura, quantos nos precederam". Seu objetivo era "colher, no vergel das ciências e das letras, algumas flôres — desbotadas e pobrezinhas, embora; apanhar alguns frutos, que se nos ofereçam à mão, pendentes perto da gleba". Não focalizaria a política individual e local.

Concluiu Franklin Dória convidando a tomar parte nos labores do periódico as nascentes vocações das letras pernambucanas.

A edição inseriu artigos filosóficos e de Direito Público, assinados por Polidoro César Burlamaqui e José Belisário; poemas de Franklin Dória, Pedro de Calazans e J. Coriolano de S. Lima, e finalmente, a crônica intitulada "Semanário", que dizia ser "um artigo de notícias políticas, literárias e científicas", com a assinatura de J. Campos (Joaquim José de Campos da Costa Medeiros e Albuquerque).

Seguiu-se a publicação, ora semanal, ora quinzenalmente, terminando o ano com o nº 13, de 9 de outubro, num total, em numeração seguida, de 104 páginas.

Recomeçou (2) em 1859, sem data, mas o nº 2 registou a de 8 de abril; e prosseguiu até o nº 7, de 6 de agosto, perfazendo o total de 56 páginas.

Além dos nomes mencionados, **Arena** teve a colaboração de Leônidas C. Burlamaqui, E. J. Rocha Bittencourt, Pinto de Mendonça, G. H. de Almeida Braga, F. D. Carneiro Júnior, João Coimbra, A. Moniz, Epifânio Bittencourt, **Balmés**, Cezário de Azevedo, Felon C. Burlamaqui, Almeida e Castro, Carlos A. Autran, H. do Rêgo Barros, João Capistrano Bandeira de Melo e outros, ora em prosa ora em verso, mais literatura do que temas de Direito (**Bib. Púb. Est.** (3) e **Bib. Nac.**).

(2) Comentando o aparecimento da segunda série do congêneres, escreveu Guido Martins Duarte, no periódico **A Epocha**, edição de 10 de maio de 1859: "...é ainda a produção brilhante, pomposa e arrojada dos principais talentos da nossa Faculdade".

(3) A Biblioteca Pública do Estado possui, apenas, o nº 1 de 1858, mencionado por Alf. de Carvalho como "único", o que fez seguido de interrogação.

A **TEMPESTADE** — Surgiu a 4 de junho de 1858, formato de 22x16, com quatro páginas de duas colunas, sendo impresso por José Antônio de Lima, na Tipografia Republicana Federativa Universal. Sobre o título, uma vinheta representava o Comércio, a Indústria e os transportes marítimos. Constava do Expediente: "...publica-se duas vezes por semana e subscreve-se a 1\$000 por série de 20 números, pagos ao receber o primeiro; quem quiser assinar dirija-se à tipografia do Passeio Público nº 19. As correspondências e Comunicados devem vir em carta fechada para a mesma".

"Nessa época que se diz de **conciliação**, paz e concórdia política", vinha **A Tempestade**, consoante o artigo-programa, botar ao sol a calva dos assassinos e prevaricadores de que a cidade estava enxertada. Foi criada "para advogar os princípios da liberdade, e também assim para derrocar essas **sumidades** improvisadas, nascidas no lodaçal imundo da mais crassa ignorância que jamais se teve notícia nas regiões da Angola".

"Não lhe escaparão certos **juizecos**, advogados impostores, escritvães prevaricadores, marchantes sanguessugas; enfim, tudo quanto tiver seu rabo de palha desde já deve desaparecer, porque, será submergido no mar tempestuoso de suas próprias iniquidades".

Aludiu, ainda, no nº 2, à ação que ia desenvolver; daria a conhecer o "desregramento que vai por êste Brasil e, particularmente, por Pernambuco". E frisou, na edição seguinte, que seria inexorável com os "montões de infâmias da nossa sociedade".

Que **A Tempestade** proporcionou "sérios vexames a muita gente de gravata **lavada**", logo deu provas o editorial do nº 4, no qual o redator "Joaquim Manuel de Carvalho (1) e seus irmãos" se mostraram publicamente gratos ao jornalista-advogado Nascimento Feitosa, que os defendera, ao lado do dr. Inocência Seráfico, perante o juri, da "acintosa e atroz perseguição" de que estavam sendo alvo.

(1) Não Antônio Soares de Carvalho, como está nos "Anais".

A fôlha circulou normalmente, comentando e satirizando, apontando nomes ou não, mas vergastando o êrro e a inépcia de certos funcionários públicos, em linguagem às vêzes metafórica. Criticou a atuação do redator d'**O Barco dos Traficantes**, a exemplo do artigo de 9 de agôsto, cujo título resumia mais de uma página de considerações: "O sr. Modesto servindo aos "guabirus" e descompondo os liberais", o que prosseguiu noutras edições. Dentre os colaboradores, todos usando pseudônimos, salientavam-se **O Pitorra**, **O filho do Alfaiate Francisco Galvão**, **O Sanhaçu**, **O Veterano** e **O Incognito**.

Divulgado o nº 18 a 15 de setembro, ficou o periódico suspenso, por haver sido "recolhida ao depósito geral" a Tip. Republicana Federativa Universal, pertencente a João de Barros Falcão de Albuquerque Maranhão. Lutando com dificuldades, conseguiu o redator adquirir um prelo e alguns tipos, instalando-se, com a Tipografia Pernambucana, à rua do Forte nº 49, de onde fêz reaparecer **A Tempestade** no dia 19 de outubro, para continuar advogando os interesses legítimos "dos homens de bem" e profligando as autoridades ineptas, caprichosas e ignorantes que abusassem do poder.

A redação veio a fazer restrições ao nôvo presidente da Província, Benevenuto Augusto de Magalhães Taques, sobretudo no caso do recrutamento, que deu lugar a vários editoriais.

Predominavam, nas colunas da gazeta, o chiste e a sátira, ocorrendo títulos assim: "Diálogo entre a Carocha e o seu amigo Bodé", "Conversa do Bem-te-vi e o seu amigo Castanha", "Carta do Qui-Qui-Riqui ao seu amigo comparsa Veríssimo José", etc.

Ocupou-se, em diversos editoriais, do tema "A proibição da chibata para a fôrça armada de primeira linha", castigo que considerava "por extremo cruel e desproporcionado". Bateu-se com **A Aurora Pernambucana**, de Jerônimo Vilela de Castro Tavares; depois, iniciou campanha pessoal contra Inácio Bento de Loiola, redator do **Jornal do Commercio**, chamando-o (a exemplo d'**O Trovão**) Inácio Bandalho da Lampadosa e cobrindo-o dos mais pesados baldões. Outro que lhe mereceu, desde o princípio, acerbos ataques foi "o criminoso" Manuel Joaquim Ferreira Esteves, alcunhado **Bodé**.

De modo geral, **A Tempestade** bramia sempre contra os “guabirus”, exaltando o Partido Liberal e a memória do chefe da Rebelião Praeira, Nunes Machado.

Circulando duas vêzes cada semana, a fôlha atingiu o nº 32 a 16 de dezembro, para ser substituída por **O Imparcial** (Bib. Púb. Est.).

O VAPOR DOS TRAFICANTES — Em continuação a **O Barco dos Traficantes**, apareceu, com o nº 42, a 1 de julho de 1858. Sôbre o título figurou nôvo clichê: o de um navio a vapor deitando rolos de fumaça. Nos versinhos ao lado da ilustração, à guisa de expediente, fêz-se constar o aumento do preço do exemplar para seis vinténs, mantida a circulação bissemanalmente, saindo, porém, às quartas-feiras e aos sábados. Impressão da Tip. Universal.

Sem modificação no programa delineado, divulgou, contudo, como lembrete, a seguinte advertência “Ao público”:

“O Vapor dos Traficantes
 De norte a sul navegando,
 Franco transporte irá dando
 A diversos meliantes:
 Os políticos tratantes,
 Corrompidos estadistas
 Do mérito exclusivistas,
 Dos cofres dilapidantes;
 Os conciliadores mamantes,
 Conspícuos cavalgadores
 E pérfidos intrigantes;
 Os velhacos negociantes,
 Perversos monopolistas,
 Astutos tranquiernistas
 Da populaça lesantes;
 E enfim: todos que na praça,
 Ou fora, são trapaceiros,
 Todos os aventureiros
 Terão passagem de graça”.

Logo mais, dirigia-se aos assinantes faltosos:

“Aquêles que estão devendo
 E querem continuar,
 Faz-se preciso que venham

As suas contas saldar,
A fim de que, sem falência,
Possa **O Vapor** navegar”.

No nº 49, de 24 de julho, começava a publicação dos “Estudos sobre a história de Pernambuco” e, no nº 52, saía o primeiro artigo da série “A política contemporânea”, constante de detida análise. Quanto a Pernambuco, frisou, já no terceiro comentário, que a conciliação preconizada pelo gabinete ministerial nada mais exprimia “do que hipocrisia, engano e trapaça”.

Encerrou o ano o nº 92, de 22 de dezembro, não sem deixar de despedir-se, poeticamente, dos assinantes em atraso:

“Adeus, amigos
Do coração:
Venham pagar-nos,
Senão, senão ! ...”

O nº 93 saiu a 5 de janeiro de 1859, prosseguindo o programa redacional, sobretudo as “Cartas particulares de dois Compadres”, assinadas por **Aristides**, que analisava e criticava, com boas doses de sátira, os assuntos mais palpitantes da época. Vieram, após, as “Missivas da redação desta fôlha à Assembléa Legislativa Provincial”; “Página crítica”; “Fragmentos” e “A voz e a verdade”, constituídas de comentários a respeito da política local e das necessidades públicas da província e da capital. Por outro lado, sucediam-se os “embarques” de “traficantes” e as variedades poéticas.

A partir do nº 184, de 26 de novembro, ocorreu uma série de cartas “do redator desta fôlha a sua Majestade Imperial o sr. D. Pedro II”, ao ensejo da visita do monarca ao Recife, pugnando por “um povo que tanto sofre dos magnatas da terra”; por “êste povo brioso, guerreiro e fiel atleta das liberdades pátrias”; por êste povo heróico, tão vosso amigo quão infeliz, quanto oprimido, quanto postergado, quanto atrozmente calcado pelo vosso govêrno”. Em quatro extensas missivas, o Autor desfiou um rosário de sofrimentos da massa popular, imprecando, na última, a 21 de dezembro:

“Dai ao povo brasileiro a sua independência de fato, o seu comércio a retalho, a sua navegação de cabotagem”.

“Dai liberdade ao vosso povo, que existe jungido, qual bêsta de carga, ao carro do estrangeiro, consócio e protegido do vosso nefando govêrno”.

“Ligado ao povo, convocai entre êle uma Constituinte, para fazerdes algumas reformas de que necessita o atual sistema”.

“...mas se os negócios do Brasil continuarem a caminhar como até hoje, muito receio por vós e por todo o Império”.

“Quando chegardes à Côrte não vos esqueçais do povo pernambucano, do amor que êle vos consagra, que é digno de melhor sorte”.

Divulgado o nº 191, de 24 de dezembro, encerraram-se os “trabalhos jornalísticos” do ano, quando “fundeu” **O Vapor** por alguns dias, recomendando, porém, em nota da primeira página: “Aos que estão devendo dois, três, seis meses e até um ano de assinaturas, rogamos, encarecidamente, que não se descuidem de saldar suas contas até o fim do corrente mês; pois a tipografia não nos imprime a fôlha grátis para a darmos por êste preço a oitenta e tantas pessoas, cujos nomes, por deferência a muitos, por ora não publicamos, na esperança de que não nos obrigarão a semelhante desgôsto”.

Desde o nº 184 sofrera alteração o preço do exemplar, ficando assim emendados os versos do Expediente:

“Vende-se avulso pelo contado
De dois tostões, mas não fiado”.

Voltou à tona **O Vapor dos Traficantes** a 5 de janeiro de 1860, colocando, pela primeira vez, no cabeçalho o nome do redator-responsável: Modesto Francisco das Chagas Canabarro. Abriu a edição um apêlo por êle assinado, de “auxílio e proteção”, dirigido aos amigos, para poder continuar a lide traçada, obedecendo ao programa do primeiro número: “defender a causa do povo e combater a traficância”. Terminou declarando que desprezaria tôda luta pessoal, só aceitando discussão com quem não se utilizasse da capa do anonimato.

O periódico adotou a seguinte tabela de assinaturas: ano — 10\$000; semestre — 5\$500; trimestre — 3\$000. Do nº 195 por diante, foi impresso na Tip. Imperial Pernambucana, de Elias M. F. de A. Maranhão, situada à rua de Horta nº 14.

Também a partir de 18 de janeiro, Canabarro iniciou a publicação, em longa série, da “Cartilha do Povo”, falando-lhe “uma linguagem pura, singela e distinta”, aconselhando regras de bem viver, social e politicamente.

Ao atingir o nº 250, de 1 de agosto, novo Expediente em versos constou do cabeçalho, a saber:

“Quem quiser ser assinante
Em pagar tenha cuidado,
Ou o trimestre corrente
Ou o semestre começado:
Por três mil réis o primeiro,
Cinco mil réis o segundo,
Dez mil réis o ano inteiro,
Tudo sempre adiantado.
Custa avulso dois tostões,
Mas não se vende fiado.
Nas quartas-feiras e sábados
Partirá sempre **O Vapor**,
Dando somente passagem
A quem traficante fôr:
Quem quiser ser embarcado
Cumprir deve a condição
De fazer da sua vida
Uma geral confissão;
Mas se faltar à verdade,
Irá servir de carvão”.

Em edições de setembro, a fôlha ocupou-se do pleito eleitoral do dia 13, para vereadores e juizes de paz, denunciando escandalosa fraude, na apuração dos votos, ocorrida na Mesa Paroquial de São José e presenciada pelo redator em companhia do jornalista Borges da Fonseca, tendo o primeiro lançado um manifesto com a narrativa dos acontecimentos. No nº 262 publicava-se o “Padre Nosso dos Liberais — para ser rezado, fervorosamente, durante as eleições”.

Sucederam-se ataques à política dos “guabirus”, ao presidente da província, Ambrósio Leitão da Cunha, e ao chefe de polícia, Tristão de Alencar Araripe, assim arrematando o artigo de 20 de outubro:

“Um tal presidente e um tal chefe de polícia poderiam servir, quando muito, o primeiro para cabo de esquadra e o segundo para rancheiro de alguma companhia de pedestres na Laponia...”

De então por diante, **O Vapor** manteve-se em campanha contra o govêrno provincial, acompanhando o ponto-de-vista do diário **O Liberal Pernambucano**, cujos editoriais quase sempre transcrevia, ao passo que polemizava com os jornais situacionistas, investindo, sobretudo, contra **O Athleta**, em linguagem altamente violenta, como o fêz a partir de 21 de novembro, rebatendo, aliás, conceitos desprimorosos do contendor.

A edição de 8 de dezembro narrou, em transcrição d'**O Liberal Pernambucano**, uma tentativa de morte contra Canabarro, que foi agredido, a cacete, no dia 1, em pleno Pátio do Carmo, às 17/2 horas, por um “sicário”. No seguinte número d'**O Vapor**, a redação atribuiu a responsabilidade moral do quase assassinio ao presidente Ambrósio e seu chefe de polícia. A agressão foi executada pelo cadete Tude de Andrade Gomes, um dos redatores d'**O Athleta**, que se fazia acompanhar de dois outros indivíduos, os quais, todavia, apesar de militantes da polícia governamental, foram presos e processados, tal o clamor público que se levantou em tórno do caso (1).

Já aí estava por um fio a existência do valente jornal, que veio a encerrá-la com o nº 289, de 22 de dezembro de 1860, escrevendo então o redator: “Suspendemos a publicação desta fôlha em uma época em que devíamos continuar a profligar a oligarquia que nos oprime e seus miseráveis sa-

(1) “...os bárbaros espancadores do redator d'**O Barco dos Traficantes** foram, com a mais revoltante injustiça, despronunciados pelo chefe de polícia”, conforme comentário de 3 de janeiro de 1861, d'**O Liberal Pernambucano**, que já tinha dedicado ao caso uma série de 13 artigos, de 4 a 20 de dezembro, sob o título “Tentativa de assassinato realizada com o auxílio da polícia, na pessoa do sr. Modesto Francisco das Chagas Canabarro, redator do **Vapor dos Traficantes**”.

térites; porém somos a isso forçados por graves circunstâncias, que por certo estarão ao alcance do leitor”.

O Vapor pretendia continuar “navegando” no ano seguinte; mas não o conseguiu, imergindo definitivamente (**Bib. Púb. Est.**)

O PRELUDIO ACADEMICO — Publicação Literária e Científica — Teve seu primeiro número editado a 11 de agosto de 1858, formato de 30x22, com oito páginas a duas colunas de 15 cíceros. Responsabilidade dos estudantes de Direito do primeiro ano, “seus colaboradores natos”. Imprensa da Tipografia Acadêmica.

Mais de uma página ocupou o artigo-programa, assinado — **A Redação**, declarando-se jornal modesto e sem pretensões de grandeza, opondo às suas deficiências “perseverança e energia de vontade”. Inspirava-se dos mesmos sentimentos das publicações do gênero literário e científico, proscrevendo de suas colunas a política.

Órgão da sociedade do mesmo nome, **O Preludio Acadêmico** obedeceu à seguinte comissão de redação: G. Mancebo Júnior, F. Franco de Sá, A. L. da Silveira Barros, José Joaquim de Sá e Benevides, Antônio de P. Pereira Pacheco e Antônio de Sousa Baima.

Pretendendo sair mensalmente, só a 15 de outubro circulou o nº 2, que também foi o último (1), coincidindo com o término dos estudos do ano.

Nas duas únicas edições, total de 16 páginas, em numeração seguida, escreveram: A. L. da Silveira Barros: “Bosquejo histórico do Brasil” (continuará a série); M. S. Barreto Sampaio: “Direito Natural”; J. F. de Viveiros: “Joana D’Arc”; F. de Sousa Martins: poesia, e J. Fiel: “Boletim do mês”. A sociedade Prelúdio Acadêmico viveu tanto quanto o periódico (**Bib. Púb. Est.**).

O CIDADÃO — Periódico Político, Moral e Noticioso — Saiu a lume no dia 30 de agosto de 1858, trazendo sob o título a divisa:

(1) Alfredo de Carvalho registara o nº 1 como sendo último, fazendo-o, aliás, interrogativamente.

“Sem justiça, a tolerância é fraqueza;
sem ordem, a liberdade é furor”.

Conde de Villemur.

Impresso na tipografia de Inácio Bento de Loiola, à rua da Praia nº 45, para vender-se o exemplar a 60 réis, apresentou formato de 22x16, com quatro páginas de duas colunas.

Lia-se no artigo-programa: “**O Cidadão** acatará a pessoa inviolável e sagrada do Imperador, como chefe da nação brasileira; respeitará as pessoas em sua individualidade; vituperará os atos péssimos e maus de cada uma delas”.

“A sua bandeira é a Constituição política do Império, como lei fundamental do Estado; e por isso já se sabe que a forma de govêrno abraçada pelo **O Cidadão** é a Monarquia Constitucional Representativa”.

“...nenhum interêsse tem no mundo político em que vivemos”. Desejava “o desenvolvimento das artes e o progresso das ciências”.

Seguiu-se um abaixo-assinado de membros do Partido Liberal, em defesa de Jerônimo Vilela da Castro Tavares, contra “falsas imputações” d’**O Liberal Pernambucano**. O restante da edição atacou, em prosa e verso, o Presidente da Província, Benevenuto Augusto de Magalhães Taques, fazendo-o mesmo em estilo indecoroso.

De curta vida, o quinzenário divulgou, nos dois números subsequentes, comentários sôbre a pretendida conciliação do Gabinete Ministerial, matéria jurídica, novas críticas ao govêrno local e variedades.

No nº 3, de 30 de setembro, dizia uma nota — “Ao público” — que **O Cidadão** não podia continuar a publicar-se devido ao fato de a despesa com a impressão haver excedido a importância da venda dos três números publicados (**Bib. Púb. Est.**).

JORNAL DO DOMINGO — Literatura. História. Viagens. Poesias — O nº 1 circulou a 5 (1) de setembro de 1858, formato de 32x23, sendo impresso na Tipografia Acadêmica, à

(1) Não no dia 7, conforme consta dos “Anais”.

rua do Colégio (área sul da rua do Imperador) nº 21, onde era recebida a correspondência e se inscreviam assinaturas mensais a \$500 para Pernambuco e \$600 para fora do Estado. Direção de José de Vasconcelos.

O editorial de apresentação, com a assinatura **Os Editores**, dizia tratar-se de “uma criação inteiramente nova, senão no Brasil, ao menos em Pernambuco”, que podia “viver em paz com todos os seus colegas”, sem fazer concorrência.

“Esta nova forma de publicação, cujos resultados obtidos por tôda parte se podem chamar prodigiosos, tem por fim especial fazer com que a leitura possa chegar, como por encanto, a tôdas as classes da sociedade, empregando todos os meios de que dispõe, para espalhar noções úteis e sentimentos honestos, e difundindo assim, de uma maneira insensível, torrentes de benéfica civilização. Eis aqui como esperamos obter tão lisonjeiro resultado. Em primeiro lugar, cada número do **Jornal do Domingo** constará de oito páginas de impressão, em duas colunas, contendo:

1º — Um resumo de todos os acontecimentos notáveis, quer no interior, quer no exterior do país.

2º — Um romance original ou traduzido.

3º — Um drama ou comédia escolhida do repertório nacional ou estrangeiro.

4º — Uma biografia de notabilidade reconhecida.

5º — Artigos de história e de viagens.

6º — Anedotas, bons ditos, respostas felizes e adequadas.

7º — Artigos sobre agricultura, comércio e boas artes.

8º — Poesias escolhidas”.

Ao concluir, salientou: “Se o favor público corresponder às nossas esperanças, o **Jornal do Domingo** não só poderá ser aumentado, senão que procuraremos promover com empenho todos os melhoramentos compatíveis com as publicações dêste gênero”.

A edição de estréia iniciou o romance “Opulência e miséria”, de Ann Stephens, e o drama “O filho natural, de Alexandre Dumas Filho; inseriu “Biografias contemporâneas” (Mittermaier), por V. Rosenwolt, tradução de E. Belmonte; “Sucessos da atualidade”, incluindo Notícias da Europa e Noticiário do Recife, por Mota de Azevedo; poesia de Soares de Azevedo e “Enciclopedia” (**Bib. Púb. Est.**).

Não restam outros comprovantes do bem feito jornal, apesar das buscas efetuadas, sobretudo nas três bibliotecas indicadas por Alf. de Carvalho (“Anais”), segundo o qual foram publicados 18 números, o último deles datado de 2 de janeiro de 1859. Tal informação, aliás, não parece adequada, uma vez que o **Jornal do Domingo** foi substituído pelo **Jornal do Recife** (2), e este saiu no dia 1 de janeiro. Mais acertado andou, logicamente, o diretor do **Almanach de Pernambuco**, Júlio Pires Ferreira, o qual deve ter manuseado, mesmo, a coleção completa do periódico, porque registou na sua edição de 1923:

“**Jornal do Domingo**, fundado por José de Vasconcelos: — O 1º saiu a 5/9/1858 e o último, de nº 17, a 26/12 do mesmo ano, tendo-se-lhe seguido um suplemento, com duas páginas apenas, publicado a 2 de janeiro/1859, sob o nº 18. Foi substituído pelo **Jornal do Recife**”.

AURORA PERNAMBUCANA — Periódico Político, Literário e Noticioso — Saiu o primeiro número a 16 de outubro de 1858, formato de 41x28, com quatro páginas a três colunas largas de composição. Impresso em tipografia própria, no Atêrro da Boa Vista (hoje rua da Imperatriz) nº 33, destinava-se a circular duas vezes por semana, às quartas-feiras e sábados, custando 3\$000 a assinatura trimestral.

Sob o título, lia-se: “Confio em que, recolhendo-vos aos vossos lares, continuareis a cimentar a concórdia entre todos os brasileiros” (Fala do Trono, no encerramento da Assembléia Geral, a 12 de setembro de 1858).

Em substancioso artigo de apresentação, o redator L. teceu considerações em torno da paz reinante entre os partidos, que antes se digladiavam. “Para nós, declaramos, francamente, não há inimigos pessoais; aceitamos de bom grado a concórdia entre os brasileiros, não só como uma recomendação da Coroa, senão também como uma necessidade do país”.

“Não aceitamos provocação de nenhuma espécie no nosso periódico; se formos injustamente agredidos, lançaremos mão de outros tipos, ou dos nossos em papel diverso. Todos

(2) Ver o volume II desta obra, com o sub-título “Diários do Recife — 1829/1900”, pgs. 94 a 159.

serão bemvidos para nós, e desde já reservamos um grande abraço para o primeiro dos nossos antigos adversários que queira unir-se a nós para propagar os grandes pensamentos da Coroa, e para promover, de quantos modos nos sejam possíveis, a mais fraternal concórdia entre todos os brasileiros.

“Declaramos, igualmente, que somos e seremos governistas, enquanto forem respeitados os nossos direitos civis, políticos e naturais, enquanto essas palavras da Coroa, que aí ficam estampadas, forem tão acatadas pelos ministros e seus agentes, como pelo povo, a quem elas se dirigem. A nossa linguagem para com a Coroa, para com o Ministério e seus agentes, ou para qualquer depositário da autoridade pública, será sempre cheia de respeito, de atenção e de benevolência”.

Comportando bastante matéria, esta constou, na edição de estréia e seguintes, semanas e meses a fora, de artigos longos sôbre a política geral e local, assinados sempre com uma inicial, a saber: **L., V., F., J., B.** ou **T.** Logo no princípio, os comentaristas fizeram restrições ao govêrno provincial de Pernambuco.

Redigido pela antiga ala dos liberais, escreveu V: “Nenhum partido pode viver sem esperança, nenhuma opinião política pode triunfar hoje por meios imprudentes e reatores, concentrando-se unicamente em uma localidade limitada.

O mesmo V., no nº 6, combatia a teima e a obstinação, acentuando: “O que fizemos nós, os liberais, aceitando a provocação que se nos fizera, excitando-nos com a mudança de política que se operou em 1848 e pondo em campo a revolução, de que já por vêzes temos tratado? Sacrificamo-nos e aos nossos amigos e aliados, entorpecemos a marcha da provincia e elevamos os nossos contrários. Fomos nós que, por nossa inexperiência, por um excessivo zêlo de patriotismo, lhes demos as posições em que hoje se acham colocados”. Concluiu concitando a modificação das antigas idéias com o expurgo das próprias paixões. “Uni-vos em tôrno da **Aurora Pernambucana**; ouvi a voz da razão que surge com ela...”

Já no nº 15, estranhava J. que o govêrno imperial não houvesse ainda promovido a conciliação em Pernambuco, uma vez que mantinha Benevenuto Augusto de Magalhães Taques como presidente da Provincia, apoiado por **fiéis e suspeitos**, assim aludindo, subrepticamente, ao diário **O Liberal Pernambucano**, que atacava o órgão liberal dissidente.

Além dos artigos redacionais, eram divulgados discursos parlamentares e transcrições de outros jornais, seja na parte política, seja na de Variedades.

Publicou-se sem interrupção, a não ser na passagem do ano, entre 22 de dezembro e 8 de janeiro de 1859, quando saiu o número 21, em cujo artigo de saudação se escreveu: “Deus queira que o nôvo ano que corre seja mais propício à moralidade da nossa terra do que fôra o ano passado; que os pernambucanos se convençam cada vez mais da necessidade de se unirem...”

Não deixava a **Aurora** de repelir, em linguagem elevada, os jornais que a atacavam. Escreveu J., na edição de 23 de fevereiro: “O que queremos, pois, em resumo: a justiça e a moralidade; a agricultura e o comércio florescendo; a instrução e educação pública”...

Focalizava, além da política dos gabinetes, temas os mais diversos. A 16 de julho iniciou H. R. B. uma série de artigos, sob o título “A anarquia”, versando sôbre falhas do Direito e das leis, decretos e avisos. Sucederam-se longos artigos doutrinários de H. H., como se ocultava Antônio Rangel de Tôrres Bandeira, que assinava, com o nome mesmo, crônicas literárias, também extensas. (1)

A divulgação da primeira poesia ocorreu na edição de 3 de setembro, firmada por José da Silva Mendes Leal Júnior, procedente de Lisboa, ocupando mais de uma página.

Por algum tempo, já quase não se escrevia sôbre política partidária. Mas a partir de outubro, a redação pôs de lado as convêniências e entrou a polemizar com **O Liberal Pernambucano**, querela nem ao menos suavizada nos dois meses seguintes, com a presença, no Recife, do Imperador Pedro II.

Finalmente, com o nº 111, de 17 de dezembro de 1859, quando a **Aurora Pernambucana** arrematava os “trabalhos,

(1) Dezenove anos depois, escrevia Henrique Capitolino, n'O **Ensaio**, de 30/6/1876: “A **Aurora Pernambucana**, de que Tôrres Bandeira foi o principal redator em 1859, é um repositório importante de política doutrinária, de crítica e de literatura variada, em que a nossa mocidade tem muito o que estudar e aprender”.

para reaparecer em janeiro”, deixou de existir. Um dos seus redatores foi Jerônimo Vilela de Castro Tavares, então deputado geral, que assinava V. nos primeiros meses da vida do periódico e no seu último número. Outro identificado foi L.: Luiz Duarte Pereira. Atribuía-se, também, a função de redator a José Antônio de Figueiredo, Lourenço Trigo de Loureiro e Manuel Cornélio Araripe Bezerra de Meneses (2) (**Bib. Púb. Est.**).

O IMPARCIAL — Em prosseguimento à joco-séria **A Tempestade**, surgiu com o nº 33, a 28 de dezembro de 1858, mas em formato maior, de 27x18, com quatro páginas, a duas colunas de 16 cíceros. Destinado a circular bissemanalmente, subscrevia-se a 1\$000 por mês. Aceitava Correspondências e Comunicados “em carta fechada”, destinados à Tipografia Pernambucana, onde se imprimia, no Largo do Forte (hoje — das Cinco Pontas) nº 49. Não se alterou, igualmente, a redação, a cargo de Joaquim Manuel de Carvalho.

Estreou com a série “Lições Políticas — Morais”, seguida de outra, intitulada “Carta de João de Zeribanda ao seu irmão Ôlho de Retrós Embaraçado”, além de Variedades e outras notas. Depois, continuaram, já na XIII, as cartas “do Marquês de Qui-Qui-Riqui ao seu compadre Barão de Salta Martinho”. E apareceu a “Correspondência oficial do alcaide-mor ao almotacel geral”, com a assinatura **Xafarica Alcaide-Mor**.

Mas a matéria principal foi “O Partido Liberal e o sr. dr. Vilela”, em longos artigos, a partir do nº 37, nos quais o redator historiou a vida política e jornalística daquele dirigente liberal ortodoxo, criticando-lhe as atitudes e as manobras e traições a êle atribuídas. Resultou em polêmica com a **Aurora Pernambucana**.

Outro que recebeu rudes ataques d’**O Imparcial** foi o Monsenhor Pinto de Campos.

O nº 50, de 25 de março de 1859, apresentou-se com um Suplemento de quatro páginas, cujas primeira e segunda cogitaram, em letras garrafais (tipo corpo 72), de um escân-

(2) Alfredo de Carvalho, nos “Anais”, mencionou, entre os redatores, o nome de Antônio Pedro de Figueiredo, no que se enganou redondamente.

dalo na Assembléia Provincial, denunciando a apresentação de certo projeto que autorizava o govêrno da província a contrair um empréstimo de quatro mil contos de réis (tipo negro, corpo 48), “para serem aplicados em certos arranjos”.

Em diferentes artigos, bateu-se **O Imparcial** pela convocação da Constituinte, apoiando a política liberal. Por outro lado, dirigia censuras à administração provincial. Nova série de editoriais começou no nº 55, intitulada “O sr. dr. Vi-lela e a **Aurora Pernambucana**”.

Combateu a oligarquia Rego Barros — Cavalcanti; atacou os “guabirus” em geral e seu órgão officioso, o **Diario de Pernambuco**; nem faltaram versos jocosos, levando ao ridículo certas personalidades.

Depois de ter divulgado, a 4 de abril de 1859, artigo do jornalista republicano Antônio Borges da Fonseca, **O Imparcial** passou, no mês de julho, a atacá-lo (nº 69), como desleal, chamando-o (nº 70) “traidor com fumaças de patriota” e “um dr. de bobage”. No nº 71: “A degradação da imprensa é devida ao rábula Borges da Fonseca”; ou então (nº 72): “O rábula Borges da Fonseca, quando se uniu à revolta, foi para atraioá-la”. E acusou a direção do **Diario de Pernambuco** de se haver mancomunado com êle, franqueando-lhe as colunas para atacar Nascimento Feitosa, redator-chefe d’**O Liberal Pernambucano** (1). Não tiveram mais trégua os doestos e mofinas contra aquêlê jornalista, chamado até (nº 78) de “espoleta dos guabirus”. Por fim, atacou o diretor d’**O Povo**, que abrigava artigos de Borges da Fonseca.

Em dezembro passou **O Imparcial** a ocupar-se, carinhosamente, da visita do Imperador Pedro II a Pernambuco. Mas, nesse mês de 1859, com o nº 86, do dia 22, encerrava-se, inexplicavelmente, a circulação do desabusado órgão, que já vinha saindo com irregularidade, para ser substituído pela **Era Nova (Bib. Púb. Est.)**.

(1) Apontado como redator d’**O Imparcial**, Nascimento Feitosa desmentiu a insinuação, em nota assinada no seu jornal. Mas **O observador**, no **Diario de Pernambuco**, de 4/6/1859, afirmou que “alguns redatores” do periodico em questão “faziam parte” d’**O Liberal Pernambucano**, o que, por sua vez, foi desmentido pelo redator único Joaquim Manuel de Carvalho, que era também o proprietário da Tipografia Pernambucana.

1859

A ORDEM — Periódico Político, Imparcial e Noticioso — Começou a existir com a edição de 7 de janeiro de 1859, formato de 43x31, contendo quatro páginas a quatro colunas de 15 cíceros, impresso na tipografia de Inácio Bento de Loliola, o redator-chefe.

Lia-se, em vistosa faixa, abaixo do título: “**A Ordem** publica-se nas terças e sextas de cada semana; subscreve-se nesta tipografia, a 12\$000 por ano (pagos adiantados); os senhores assinantes da capital pagarão por trimestres e os do centro ou das províncias em semestres, sendo o porte franco. Os anúncios dos senhores assinantes serão publicados grátis sendo no mesmo tipo do jornal; os comunicados e correspondências de particular interêsse pagarão o que se convencionar, correndo por conta dos seus autores tôda a responsabilidade moral e criminal, e por isso os autógrafos devem vir legalizados. Fôlha avulsa — 160 réis. O escritório do jornal é na mesma tipografia, e a residência do proprietário na casa imediata”.

O artigo de abertura resumiu as atividades jornalísticas do redator, a partir d’**O Echo Pernambucano**. Convencido de que fôra inglória a sua luta “meramente no terreno político”, substituiu aquêle pelo **Jornal do Commercio**, de feição diferente; todavia, não conseguira, no decurso de dois anos, o necessário apoio da classe comercial. Resolveu, então, mudar-lhe o título para **A Ordem**, lembrado de que a origem dessa palavra era “coexistente à criação do universo” e seu desenvolvimento “tão necessário para o bem social” como o alimento o era para a vida.

Declarando imparcialidade absoluta, frisou: “**A Ordem** não se há-de circunscrever aos interêsses particulares de nenhuma facção. Dará o seu apoio ou censurará ao govêrno, conforme o grau de sua moralidade; mas sempre com dignidade, não faltando jamais, na polêmica, à deferência e à moderação convenientes ao grande jornalismo”.

Após outra sorte de considerações em tórno da necessidade dum órgão imparcial, concluiu: “...reconhecendo que os partidos políticos de nossa terra nada significam e que a única verdade dêles é o individualismo em tôda a sua he-

diondez, amaldiçoamo-los para sempre, sem ódio nem vingança intencional contra os respectivos chefes, para collocarmo-nos acima de suas intrigas e interesses egoísticos”.

A exemplo do órgão substituído, **A Ordem** iniciou logo rijos ataques à “maléfica influência governativa do sr. José Bento e sua família” (1). Continuaram as cartas ao “Compadre Cortesão”, d’**O Compadre Provinciano**, seguindo-se Correspondências da Paraíba, do Rio Grande do Norte e de Goiana, e a colaboração, nas “Publicações a pedido”, do irrequieto padre João Herculano do Rêgo, sobre a política de Vitória de Santo Antão. A quarta página era de anúncios.

No nº 3 recomeçou o folhetim “Uma viuva inconsolável”, de autoria de **Mary**, proveniente do **Jornal do Commercio**, assim como as cartas de Paris, de Antônio Borges da Fonseca, que terminaram já com o regresso do signatário. Outras Correspondências vieram a ser divulgadas, procedentes de diversos municípios. Da política ocupava-se o mencionado **Compadre Provinciano**, o qual em meio a informações de ordem geral, elogiava a administração provincial (de menos de dois meses) do Conselheiro Manuel Felizardo de Sousa Melo e atacava o diário **O Liberal Pernambucano**. Ocorriam transcrições sucessivas, ora de matéria política e econômica, ora de Literatura. Por outro lado, não faltavam convites aos relapsos devedores de assinaturas dos extintos **O Echo Pernambucano** e **Jornal do Commercio**, com a divulgação dos respectivos nomes.

Sob o título “Folhetim ao Comprido”, iniciou-se a 18 de fevereiro a publicação, em série, do “Compêndio da Gramática Portuguesa”, todo em versos de sete sílabas, com o objetivo de fazer que as crianças, decorando as quadras, gravassem melhor as definições.

Publicação ininterrupta, sempre a variar de seções, **A Ordem**, ao atingir fins de novembro, proporcionou regular cobertura à chegada de SS. MM. Imperiais ao Recife, incluindo a inserção de poesias de saudação aos monarcas visitantes.

(1) A gestão de José Bento da Cunha e Figueiredo, como Presidente da Província, terminara em maio de 1857.

Encerrando o ano o nº 89, de 23 de dezembro, prosseguiu a numeração a 10 de janeiro de 1860. Intensificou-se a literatura epistolar de Goiana, não só em prosa, mas também em estiradas poéticas de sete sílabas. Na edição de 28 de agosto, **O goianense livre** escreveu que os seus conterrâneos não seriam jungidos “ao carcomido e carunchoso carro do feudalismo”, terminando com um hino, assim iniciado:

“Recorre à espada, ao fuzil,
Goiana, heróica Goiana;
Da lei contra os assassinos
Marcha avante, marcha ufana!”

Nôvo ano venceu a gazeta de Loiola, publicando-se o nº 178 a 8 de janeiro de 1861. Prosseguindo sem alteração, transcorreu outro ano, circulando o nº 236 no dia 7 de janeiro de 1862. Neste, escreveu o editorialista:

“A redação d’**A Ordem**, convencida de que a **Monarquia**, assim como essencialmente o **Catolicismo** são os objetos sagrados que se devem salvar por todos os meios que estejam ao alcance dos brasileiros de boa fé, procurará, como até agora o tem feito, por todos os meios convergir as opiniões para êsse fim. Um só caminho há para a perdição do Brasil — é a dissolução do Império; um só meio para a concluir — nossas discórdias intestinas; um único plano para a consumir — a desmoralização”.

Desde o desaparecimento d’**O Liberal Pernambucano**, vinha **A Ordem** atacando **O Constitucional**, que o substituiu. Mas êste último teve morte repentina, perdendo, dêste modo, **O Compadre Provinciano** um grande contendor.

Saiu a 23 de dezembro o derradeiro número do ano, já a publicação transformada, desde alguns meses antes, em semanário. Assim prosseguiu em 1863. Atingindo o ano VI, circulou o nº 337 no dia 12 de janeiro de 1864. Divulgavam-se, à época, continuando pelos anos a fora, intensas correspondências do Rio de Janeiro, assinadas — **O Censor**, além da matéria d’**O Compadre Provinciano** (até 1866); outras correspondências e transcrições, inclusive de versos, além das “Publicações a pedido” e dos anúncios, sendo raros os artigos redacionais.

Após o nº 385, de 20 de dezembro, saiu o seguinte a 10 de janeiro de 1865, prosseguindo sem mais alterações, a não

ser a inserção das “Notícias da Patria”, que eram notícias apenas municipais.

No nº 502, de 21 de maio de 1867, a correspondência do **candente O Censor**, ocupando mais de duas páginas, focalizou a chegada de um navio do Pôrto, que trouxera duas dúzias de portugueses para “substituir os nossos **cabras** que morreram no Paraguay”, adiantando:

“**Eis** aí 24 **joias** que vieram enriquecer o Brasil e preencher o vácuo que deixaram no país os cem mil brasileiros que têm morrido no Paraguay para sustentar-se o trono do sr. D. Pedro II e os galões de seus lacaios que o circunvalam. Um português dêses importados vale cem **cabras**. Se êles trouxessem fêmeas para clarear a classe, em poucos anos o Brasil seria povoado por uma só côr, mas êles amancebam-se com as negras (e alguns até casam-se com elas) e vão, se não aumentando, ao menos sustentando a côr parda no Brasil. Até por êsse lado êses **industriosos** nos são úteis”.

Dois meses depois, dada a público a edição de 30 de julho, ficou suspensa **A Ordem**. Reapareceu (nº 513) a 10 de setembro de 1867, a primeira página tôda em tarja, encimada por emblema fúnebre, trazendo o necrológio do redator-proprietário Inácio Bento de Loiola (2).

Sob nova direção, o periódico ainda se publicou, segundo o registro de Alfredo de Carvalho (obra citada), até o nº 567, de 15 de março de 1869, que teria sido o último (3) (**Bib. Púb. Est.**).

REVISTA LITTERARIA — Teria saído “o número primeiro e único (?) a 24 de fevereiro de 1859”, impresso na oficina gráfica de Inácio Bento de Loiola (“**Anais**”).

O IRIS ACADEMICO — **Periódico Científico e Literário** — Começou a publicar-se no dia 5 de abril de 1859, formato

(2) O virulento jornalista, nos últimos anos dedicado à imparcialidade política, morreu no dia 26 de agosto de 1867, deixando uma prole de 16 filhos em extrema pobreza. Contando 63 anos de idade, era oficial reformado de milícias, mas vivia em tamanho desconforto que, dois dias antes do falecimento, desabou a escada de sua residência, impossibilitando a subida para a tipografia, no andar superior.

(3) A coleção d'**A Ordem** da Biblioteca Pública do Estado, tendo algumas lacunas, termina com o nº 513.

de 30x22, com oito páginas a duas colunas de 15 cíceros. Constava do Expediente: “O **Iris** sairá regularmente nos dias 5, 15 e 25 de cada mês, sendo o preço de sua assinatura 3\$000 por trimestre, pagos ao receber o primeiro número; porte franco para o subscritor. Tôda correspondência será dirigida à Livraria Acadêmica, dos srs. Miranda & Vasconcelos (onde se imprimia) ou à rua do Queimado, 3º andar do sobrado nº 8”.

Aristides da Silveira Lobo, seu redator principal, assinou o editorial de apresentação, focalizando o “curioso fenômeno da elaboração das idéias”, o “anacoretismo intelectual”, a “inclinação do pensamento”, que “rega e fertiliza o caminho da humanidade”, para aduzir:

“Filho de tais princípios, **O Iris Academico** se anuncia no limiar da vida jornalística. Sua missão, já ficou dito, é enroupar o produto de tôda inteligência que buscar o seu abrigo; é refletir em suas colunas o cambiar abundante dessas tão ricas imaginações, dêsses tão valorosos talentos que, tantos, se ostentam em nosso país. Ei-lo, **O Iris**. Não se ostenta êle com os opulentos títulos de um grande caudal, não; é antes, é precisamente o pequeno córrego que vem oferecer o fraco tributo de suas águas à poderosa torrente jornalística em que se arrasta o Século”.

A edição de estréia inseriu colaboração, em prosa, de Carvalho Couto, J. Torquato: “O Brasil e algumas reflexões sobre a imprensa” (1); C. A. Autran, Sousa Filho e Azevedo de Araújo, êste assinando a crônica do fim: “Os dez dias”; e poesias de M. de B. Machado Paiva e Epifânio Bittencourt.

O periódico seguiu curso normal, só registando atrasos a partir da sétima edição. Foram seus colaboradores, sobre

(1) Do artigo de J. Torquato: “A nossa imprensa, em uma não mui pequena parte envilecida por espíritos baixos, intrigantes e zizaneiros; vocifera, vomita asquerosos e odientos escritos que só servem de exasperar os animos, perturbar o sossêgo público e desacreditar o país. E d’onde nos vem êste mal? De uma meia dúzia de aventureiros, que, desconhecendo os grandes inconvenientes e os maus efeitos d’essas lutas pessoais, d’essas discussões acrimoniosas, nutrem-se e vangloriam-se em cimentar a discórdia e plantar a desarmonia entre os homens, fazendo com que ainda mesmo aquêles espíritos bem formados permaneçam em um mar de incertezas, sendo esta uma das causas de nosso Império ir a passo lento e moroso, e às vêzes parecer estacionário no caminho da prosperidade”.

jurisprudência, filosofia, crítica literária, crônica ou poesia, além dos nomes antes mencionados: M. Mendes Pereira, M. Basto, Junqueira Freire, Nascentes Burnier, Graciliano Pimentel, Olímpio Vital, José Belizário, Antônio Rangel de Tórres Bandeira, Manuel de Carvalho Pais de Andrade, Franklin Dória, Pedro de Calazans, H. do Rêgo Barros e José Coriolano de Sousa Lima.

Findou-se-lhe a existência uma vez publicado o nº 10, a 25 de julho, formando um total de 82 páginas, em numeração seguida (**Bib. Púb. Est.**) (2).

A EPOCHA — **Jornal de Ciências e Literatura** — Surgiu no dia 10 de maio de 1859 (1), impresso na Tipografia Universal, à rua do Colégio nº 18, formato de 30x21, com oito páginas. Direção de Joviniano Monteiro, que subscreveu prosa e verso, na seção literária, além do artigo inicial, chamado “Introdução”, apresentando o periódico, que dizia ser “o mais acanhado e desconhecido dos seus contemporâneos”, esperando merecer, dos companheiros de imprensa, “sorrisos de aprovação”.

Fechando a última página, vinha a nota “Aos assinantes”: “De há muito que alguns mocos estudantes tinham em vista fazer uma publicação do gênero da **Epocha**, mas por algumas circunstâncias, que não vem a propósito lembrar, retardaram-na até hoje. Publicando êste jornal, êles não têm em vista senão ensaiar-se nas lutas da imprensa. Convictos de sua fraqueza, não desejam aquilo que não podem obter; contam, porém, com um sorriso de animação das almas nobres e justas. Desejam que os seus colegas, entre os quais muitas e esperançosas inteligências existem, que os ajudem a levar ao cabo essa empresa por demais onerosa para ombros tão frágeis.

“**A Epocha** sai nos dias 10, 20 e 30 de cada mês, sendo o preço de sua assinatura 3\$000 por trimestre, pagos ao receber o primeiro número. Tôda correspondência deve ser dirigida à Livraria Universal, rua do Colégio nº 20”.

(2) A coleção manuseada acha-se desfalcada dos ns. 8 e 9.

(1) Alguns periódicos, entre êles **A Epocha**, adotaram a inovação de colocar ao pé da primeira página uma linha, de tipo comum, com a data da publicação e o número de referência.

Colaboraram na edição: M. Martins, Vitoriano Palhares, J. A. Bessone de Almeida, Pompílio C. de Melo, Luiz Carlos de A. Pereira (poesia) e Guido Martins Duarte, que assinou a “Crônica”.

Ficou no primeiro número (**Bib. Púb. Est.**).

A TESOURA — Impresso na tipografia d’O Povo, saiu a lume no dia 26 de agosto de 1859, formato de 28x19, com quatro páginas de duas colunas. Redigido por Francisco de Paula Vieira de Melo, publicava-se às sextas-feiras, custando 200 réis cada exemplar e 500 réis a assinatura mensal. Sob o título, a divisa (sem por a assinatura de Camões):

“Cessa tudo o que a antiga musa canta,
Que outro valor mais alto se alevanta”.

Declarou-se, no editorial-programa, que o aparecimento da fôlha constituia “um grande serviço prestado à humanidade”. Iria “cortando a torto e a direito os vândalos que infestam estas amenas plagas brasileiras, não poupando aos políticos nem a êstes grandes que se irrogam de bons cidadãos”. E advertiu: “Ladrões, assassinos, concussionários, pasadores de cédulas falsas, negociantes de escravos e tôda esta caterva de celerados que bebem o sangue do povo: prepara-vos, que A Tesoura irá tomar conta de cada um; e então! ai de vós!”

Circularam, apenas, sete edições do jornal, em que o te-souramento se efetuou em prosa e verso, através, sobretudo, de substanciosos editoriais de ataques ao poder, que “nada fazia” pelo povo. No primeiro número iniciara-se a inserção do folhetim “A cigana do amor”, de L. Montchamp, mas não prosseguiu além do nº 2. Uma “Revista semanal” dava conta do noticiário miúdo.

Na última edição, que saiu a 22 de outubro, violento editorial concitava o povo brasileiro a quebrar as algemas; e aos pernambucanos a votarem ao desprezo o Imperador, quando de sua anunciada visita ao Recife. Concluiu declarando que o Monarca era o causador dos sofrimentos da província, pois jamais escolheu um governante para Pernambuco que não viesse beber-lhe o sangue (**Bib. Púb. Est.**).

O PHAROL — Apareceu a 12 de novembro de 1859, com quatro páginas de duas boas colunas, formato de 31x22. Im-

presso na Tip. Imparcial Pernambucana, de Elias M. Falcão de Albuquerque Maranhão, subscrevia-se a 2\$000 por trimestre, pagos adiantadamente. Redator-responsável — Francisco de Paula Vieira de Melo.

Seu “Introito” dizia não adotar política partidária, estudando, porém, a política de idéias, em seus princípios. Seria um “guia, fraco mas cuidadoso”, pronto para ensinar “o caminho mais curto ao pôrto desejado. A sua linguagem franca e singela será a expressão sincera dos seus desejos. Ele sustentará o verbo eloquente da unidade e do progresso, os princípios de liberdade”. Nada publicaria que profanasse “o sagrado recinto da família”, aceitando, e divulgando-os, “alguns artigos literários e noticiosos”.

Constituiu-se a edição de matéria variada, incluindo versos de Joviniano Monteiro e Arnaldo Ernesto Vieira e a seção “Variedades” (Bib. Púb. Est.).

Segundo o registo de Alfredo de Carvalho (obra citada), a publicação estendeu-se até o mês de julho de 1860, sendo substituída pelo **Leão do Norte**.

O MONITOR DAS FAMILIAS — Periódico de Instrução e Recreio, Dedicado ao Belo Sexo — Confeccionado na Tipografia Brasileira, localizada à rua do Passeio Público nº 19, saiu o primeiro número (série extraordinária) a 2 de dezembro de 1859, formato de 27x19, com 12 páginas de texto, circuladas, a duas colunas de composição. Direção de Filipe Néri Colaço. Trazia, na capa, a frase latina: “**Rex est minister Dei in bonum**”. Preço da série inicial — 5\$000.

“A capital desta província, já tão populosa e opulenta”, ressentia-se da falta de periódicos “exclusivamente consagrados aos interesses das famílias, e as senhoras pernambucanas não encontravam “um alimento são com que pudessem nutrir seu terno coração, sua ardente imaginação. Sensíveis a tão grande mal, os proprietários do **Monitor das Famílias** resolveram remediá-lo, publicando o presente periódico, que entenderam conveniente dividir em três partes distintas: Leitura para todos; Leitura para as senhoras; Leitura para os meninos, sendo seus números acompanhados de figurinos de modas, retratos de pessoas célebres, nacionais e estrangeiras, estampas de santos, vistas de lugares e monumentos notáveis, desenhos de bordados e labirintos e músi-

cas para piano e canto. Para êste fim, compraram uma tipografia e mandaram vir da Europa uma litografia completa, que é dirigida por dois hábeis artistas estrangeiros que contrataram, um francês (A. Ridoux), para o desenho, outro alemão para a impressão”.

Pretendiam os editores começar a publicação em janeiro de 1860; anteciparam-na, porém, diante da visita imperial a Pernambuco, proporcionando uma série extraordinária, antes mesmo da chegada do material encomendado, a cargo da mencionada Tipografia Brasileira.

A edição em aprêço divulgou vasto noticiário da chegada do casal Pedro II(1), o discurso de recepção, pronunciado pelo cônego Pinto de Campos; hinos de A. Barros, Dr. Firmo e Soares de Azevedo e outros versos de E. F. da Silva Júnior e M. G. da Silva, todos de saudação.

Em meio à última página da capa lia-se a frase latina: **“Rex pacificus magnificatus est, cujus vultum desiderat anversa terra”**.

A série constou de seis números, o último dos quais datado de 22 de janeiro de 1860, todos em igualdade de condições, numeração seguida, formando o total de 76 páginas. Encadernada depois, juntaram-se-lhe retratos, a craion, do Imperador e da Imperatriz e nove desenhos de página dupla, nêles fixando-se aspectos do desembarque, recepção e locais da cidade por onde transitaram os augustos visitantes, trabalhos executados pela recém-instalada **“Litografia Monitor das Famílias”** (2). As notícias e a descrição contidas nas seis edições do volume — consoante declaração inserta no fim da última página — foram **“extraídas, em grande parte, de folhas públicas, principalmente do Diário de Pernambuco”**. Duas ou três páginas de cada número da revista vinham repletas de poemas de saudação aos monarcas. Findou tudo com uma lista de esmoladas dadas pelo Imperador a doentes, pobres, órfãos, obras de igreja, etc.

(1) O Imperador Pedro II e a Imperatriz Teresa Cristina desembarcaram no Recife a 29 de novembro de 1859.

(2) Foi a primeira publicação ilustrada com gravuras em litografia de Pernambuco. Vários desenhos d'**O Monitor das Famílias** foram reproduzidos, mais de 60 anos depois, na plaqueta **“Primeiro centenário do nascimento de D. Pedro II”**, publicada, em 1925, pela Biblioteca Pública do Estado.

O nº 1, ano I, da primeira série ordinária saiu em outubro de 1860, obedecendo ao formato de 30x22, confeccionado na tipografia do **Diário do Recife**, também pertencente a Filipe Néri Colaço, com capa ilustrada. Circularam, em dezembro, mais dois números de oito páginas. A indicação “Periódico de Instrução e Recreio”, havia-se acrescentado: “Dedicado ao Belo Sexo”. Colaboração poética do padre Joaquim Gomes de Oliveira Paiva, Henrique Autran Júnior e Francisco Gonçalves Braga e, em prosa, de Maria Felícia Testas. Mais variedades, transcrições e charadas, assinando-se a 4\$000 por doze números, a serem publicados no espaço de três meses, acompanhados de músicas, figurinos, vistas, moldes de labirinto, etc.

Continuou a publicação em 1861 — nº 1, ano II — em janeiro, circulando ora quinzenal ora mensalmente, até o nº 10, datado de 25 de maio, num total de 104 páginas. A série II, ano II, começou a 5 de julho, trazendo sob o título a divisa, em latim e português: “Não é bom que o homem esteja só, façamos-lhe um adjutório semelhante a êle”, e a seguinte frase do padre Ventura: “A civilização é o respeito da mulher”. Outra edição apresentou-se a 25 de agosto do mesmo ano, e **O Monitor das Famílias** aí terminou sua existência.

Um dos seus melhores colaboradores, em 1861, em prosa e verso, foi Franklin Távora, aparecendo, igualmente, poesias de Epifânio Bittencourt, Antônio Joaquim dos Passos, **Jônio** e Adélia Josefina de Castro Rabelo; prosa de A. S. Caldeira e Liberato Guimarães; charadas de Trigo de Loureiro, além de transcrições, traduções, receitas culinárias e conselhos às senhoras (**Bib. Púb. Est.**).

O MONARCHISTA CONSTITUCIONAL — Impresso na tipografia de Freitas & Irmão, “o nº 1 saiu a 10 de dezembro de 1859 e o nº 8 (último) a 18 de janeiro de 1860. Série de 12 números — 2\$000. Jornal político redigido por Antônio Vicente do Nascimento Feitosa”. (“**Anais**”).

A INSTRUÇÃO PRIMÁRIA — O nº 2 publicou-se a 15 de dezembro de 1859 (1), formato de 32x23, impresso na

(1) Alfredo de Carvalho (obra citada) registara, apenas, o aparecimento do primeiro número d'**A Instrução Primária**, a 2 de dezembro, impresso na tipografia de M. F. de Faria, do qual não existe comprovante.

Tip. Comercial, de G. Henrique de Mira & Cia., situada na rua do Queimado (atual Duque de Caxias) nº 38. Redatores — Joaquim de Castro Nunes, Simplicio da Cruz Ribeiro, Miguel Arcanjo Mindelo e Geminiano Joaquim de Miranda. Assinava-se a 2\$000 “por quartel, pagos adiantados”. Entre vinhetas finas, trazia abaixo do título:

“Quando a justiça preside a quem manda
Reina a boa vontade a quem obedece”.

Conselheiro Bastos.

Quinzenário “exclusivamente dedicado aos interesses e magistério dos professores públicos de primeiras letras”, a edição manuseada só inseriu mesmo artigos sobre instrução primária e capítulos da “doutrina Cristã”. (Bib. Púb. Est.).

1860

FOLHINHA CATHOLICA (1) — Para o ano de 1860 — Saiu com 60 páginas em oitavo, impressa em bom papel e ornada com diversas estampas religiosas, para vender-se cada exemplar por “uma pataca”. Além do “Calendário Diocesano”, apresentou bastante matéria, dividida entre histórias sacras, poemas místicos, responsórios, orações, etc.

Seguiu-se a publicação anos seguidos. O nº 4, de 1863, declarou haver sido ordenada a edição por M. C. H. Trabalho material a cargo da Tipografia Comercial, de G. H. de Mira, situada à rua Estreita do Rosário nº 12. Formato de 13x9. Abriu o texto um prólogo de 15 páginas, com a assinatura **O redator das Folhinhas**, sob o título “Aos fregueses”, descrevendo os acontecimentos mais importantes do ano anterior e fazendo augúrios para 1863, vindo após uma “Crônica do ano”, em sete páginas. Mais o Calendário, contendo minuciosos dados de literatura astral, noticiário biográfico da família imperial, informações úteis e uma parte religiosa.

(1) Não consta da relação dos “Anais”.

A edição de 1868 acrescentou ao título: “para os Estados de Pernambuco, Paraíba, Rio Grande do Norte e Alagoas”.

Circulando regularmente, com a média de 160 páginas, prolongou-se a publicação anual até a edição de 1874, provável fim (**Bib. Púb. Est.**) (2).

ALMANACK ADMINISTRATIVO MERCANTIL E INDUSTRIAL DA PROVINCIA DE PERNAMBUCO (1) — Volumoso repositório de informações de toda espécie, com 560 páginas de texto, formato de 14x10, o primeiro número foi datado de 1860, tendo como organizador José de Vasconcelos. Impressão da Tipografia Comercial, de Geraldo Henrique de Mira & Cia.

No “Prologo”, dizia o responsável pela publicação estar “cheio de esperanças e confiado na justa apreciação de um público ilustrado”; organizara-a “conforme o plano do grande Almanack Laemmert, do Rio”, acentuando que “uma província de tanta importância como Pernambuco não podia continuar a passar sem um trabalho desta ordem”.

Além do Calendário, inseriu dados e informações sobre a “Augustíssima Casa Imperial”, Grandes do Império, corpo consular, administração provincial, Ensino, Justiça, culto público, forças militares e navais, companhias e associações, irmandades e confrarias, comércio e indústria e informes gerais dos municípios pernambucanos.

A edição de 1861 apareceu acrescida de um Suplemento denominado “Coleções de Documentos Oficiais”, incluindo o Regimento para o Curso Comercial Pernambucano, “Roteiro telegráfico do Recife em Pernambuco” e a “Divisão Judiciária, Eclesiástica e Policial da Província”. As últimas páginas foram de anúncios.

Circulou mais uma alentada edição em 1862, que deve ter sido a última (**Bib. Púb. Est.**).

(2) A Biblioteca Pública do Estado possui, apenas, seis edições, todas encadernadas. São as de 1863, 1867, 1868, 1871, 1872 e 1874.

(1) Não mencionado nos “Anais”, de Alfredo de Carvalho. Nem o foram, igualmente, os demais almanaques que o leitor encontrará em páginas outras, no curso deste e do volume seguinte.

A NOVA ERA — Apareceu no dia 22 de janeiro de 1860, formato de 28x19, com quatro páginas de duas boas colunas. Destinada a circular bissemanalmente, assinava-se a 1\$000 mensais. Trabalho material da Tipografia Pernambucana, situada no Pátio das Cinco Pontas nº 49, pertencente ao redator — Joaquim Manuel de Carvalho. Além do Expediente, lia-se ao pé da última página: “Havendo cessado a publicação d’O Imparcial, que foi substituído pela Nova Era, remeteremos êste jornal a todos quantos se dignaram assinar o primeiro”.

Dizia o artigo de apresentação, aludindo ao ano em começo: “...todos olham para o alto do Trono brasileiro e aguardam o quer que seja que por certo não é a conservação da atual ordem de coisas”.

Achando-se “à porta as eleições primárias”, perguntou: “Que fará o Partido Liberal?”, frisando: “Pela sua parte, A Nova Era trabalhará pelo bem-estar do povo e pelo reconhecimento de seus direitos; para ela, o povo é a verdadeira potência do século, e a eleição é o termómetro de sua vontade; enquanto, pois, as eleições não forem a verdadeira expressão da vontade nacional, existirão oligarquias mais ou menos inteligentes, mas nunca teremos um governo legítimo”.

Seguiu-se matéria variada, inclusive poesia lírica de Muniz; “Boatos”; “Fatos diversos” e “Transcrição”. Não circulou com a periodicidade enunciada, mas uma vez por semana, em dias indeterminados. Sua primeira campanha, que se prolongou indefinidamente, visou às “arbitrariedades” do tenente-coronel Kelly, comandante do 10º Batalhão de Infantaria, tomando-lhe boa parte do espaço de cada edição.

No nº 5, de 18 de fevereiro, divulgou-se um “Manifesto”, em que o jornalista Romualdo Alves de Oliveira reafirmava suas convicções políticas, exclamando, solenemente: “Saiba, portanto, o país e o mundo, que, não obstante não haver (como falsamente dizem) partido republicano regularmente constituído, continuo no meu pôsto de honra, esperando pelo tempo para resolver o grande problema social”.

Ocorriam editoriais de doutrinação política do povo, “Variedades”, comunicados, longas poesias esparsas, às vezes de autoria de João de Barros Falcão de Albuquerque Ma-

ranhão, e comentários redacionais diversos, incluindo assuntos de interesse municipal. As edições de 13 e 23 de setembro deram notícias da prisão ilegal do redator Carvalho, quando das eleições do dia 8, só sendo pôsto em liberdade, mediante **habeas-corpus**, três dias após. O fato levou **A Nova Era** a empreender campanha contra a administração provincial de Ambrósio Leitão da Cunha e seu chefe de polícia — Tristão de Alencar Araripe, elementos da política conservadora.

A 7 de novembro divulgava o “Hino Liberal”. Bateuse, paralelamente, com os periódicos **O Athleta**, “nojento papelucho”, e **A Ordem**, chamando-a **A Desordem** e ao redator: Inácio Bandalho da Lampadosa.

Não foi **A Nova Era** além do nº 40, de 3 de dezembro. Nessa última edição, escreveu o redator que estava sendo processado a mando do chefe de polícia, a quem ameaçou pelo que lhe viesse a acontecer e pela sorte de sua família — mulher e oito filhos, — pois era acusado “por um delito fantástico, resultado de uma maquinação eleitoral”. Noutro comentário, narrou como, devido à interferência de amigos, escapara de ser assassinado, a 24 de novembro, por um grupo de três indivíduos, prometendo comentar o caso na edição seguinte, edição que jamais apareceu (**Bib. Púb. Est.**).

JORNAL DO INSTITUTO PIO E LITTERARIO DE PERNAMBUCO — Nascido “à sombra e ao influxo do Montepio Academico”, iniciou sua circulação a 29 (1) de janeiro de 1860. Impresso na tipografia de Geraldo Henrique de Mira & Cia., saiu com oito páginas, no formato de 35x23, a duas colunas largas de composição.

Ao pé da última página, lia-se o Expediente: “Aquelas pessoas que quiserem assinar êste jornal, que sairá todos os domingos, dirijam-se à rua da Glória nº 77, ou ao escritório da Tipografia Comercial, à rua do Queimado nº 38, e os assinantes, nos mesmos lugares, poderão reclamar as faltas do distribuidor. O preço da assinatura é dois mil réis por trimestre”.

(1) Não no dia 27, como registou Alfredo de Carvalho.

Assinou o artigo de apresentação o professor Aprígio Guimarães, que disse dos objetivos da instituição editôra do periódico, resumidos em proporcionar auxílio ao curso de preparatórios. Aludindo ao apoio que dera ao Instituto Pio e Literário o Imperador Pedro II, quando de sua visita ao Recife, acentuou: "...ei-lo cheio de vida, procurando, nas segradas lides da imprensa, mais um óbolo para o talento, mais uma pedra para o monumento do futuro, mais um adro para nêle plantar a cruz. Eis o que pretende êste jornal. Leitores, é uma liça de caridade que se abre".

A edição de estréia inseriu artigo filosófico do padre Lino do Monte Carmelo Luna, enchendo as seis páginas restantes o início do estudo de Antônio Rangel de Tôrres Bandeira: "Apontamentos literários", matéria que prosseguiu em várias edições, tendo o autor, concomitantemente, dado curso, a partir do nº 2, ao trabalho "Estudos religiosos" (fragmentos de um livro inédito), em continuação à parte divulgada n' **O Progresso**, que sustara sua publicação.

Saindo regularmente, com oito páginas, o **Jornal** foi, mais do que tudo, porta-voz da Religião Católica. No mesmo nº 2 começava outro estudo (sem assinatura), sob o título "A Instrução e a Moralização do Clero", ao passo que, na edição subsequente, sob o pseudônimo de **Agrippa**, Aprígio Guimarães aparecia com a série "Miscelânea Religiosa", e o padre Carmelo Luna firmava "O homem — sua queda", também em série. Veio depois a crônica "A nossa carteirinha". A parte histórica coube a C. M. de Faria Neves, autor da "Galeria do **Jornal do Instituto**".

Manuel Pinto Dámaso divulgou sua novela "Confidências do Ramiro", ocupando várias edições. E apareciam poesias de João Adolfo Ribeiro da Silva, Epifânio Bittencourt, Guido Martins Duarte, J. B. Castro e Silva, Cezário de Azevedo, Cunha Sales, Joviniano Monteiro, etc.

A Comissão de Redação, eleita em reunião de 4 de março, ficou constituída de A. R. de Tôrres Bandeira, Aprígio Guimarães e José Soares de Azevedo, presidida pelo primeiro.

A par da matéria religiosa, sempre ocupando maior espaço, sobretudo os escritos de **Levita** e **Simonides**, desenvolveu-se a parte literária, incluindo outros colaboradores, a

saber: Franklin Távora (prosa e verso), A. Aires Gama, O. Galvão, M. C. Pais de Andrade, Jeferson Gordo, **Simbad, o Marítimo**, etc. No nº 19, de 29 de julho, iniciava-se o “Noticiário do **Jornal do Instituto**”, a cargo de O. G.

Nada obstante os prognósticos otimistas da direção do sodalício, o periódico não ultrapassou o nº 23, de 9 de setembro (**Bib. Púb. Est.**).

VINTE E CINCO DE MARÇO — Jornal Político, Literário e Noticioso — Impresso na Tipografia Brasileira, saiu a lume na data que lhe serviu de título, em 1860, tendo efêmera duração. Pertencia à política conservadora e prometia “na arena das discussões não afastar-se dos princípios que formavam o código dos seus deveres, ocupando entre êles o primeiro lugar a **tolerância**, ao passo que se apresentava sob feições características de conciliação que entendia ser a política que mais nos convinha “ (**“Anais”, de Alfredo de Carvalho**).

O órgão em aprêço publicou-se, pelo menos, quatro vêzes, haja vista a única notícia a seu respeito encontrada em jornal da época, nada lisonjeira. Divulgou-a **O Vapor dos Traficantes**, de 28 de julho do mesmo ano, concebida nos seguintes termos: “Os srs. acadêmicos, redatores do **Vinte e Cinco de Março**, mandem a esta tipografia pagar os 50\$000 que ficaram a dever pela impressão do quarto número de seu periódico, antes que seus nomes sejam publicados a fim de se distinguirem os acadêmicos probos dos caloteiros. É para lastimar que por tão diminuta quantia queiram manchar sua reputação moços filhos de famílias distintas”.

Foi possível verificar que os nomes não foram publicados...

O SERGIPANO — Jornal Político e Literário — O primeiro número circulou no dia 3 de maio de 1860, impresso na Tip. Universal, em pequeno formato. Direção do acadêmico José Fiel de Jesus Leite. “Era especialmente escrito para a então província de Sergipe, de cujos negócios tratava, sendo os seus colaboradores na maioria comprovincianos” (**“Anais”**).

AURORA ALAGOANA — Periódico Noticioso e Político — Imprimiu-se o número de estréia a 3 de junho de 1860,

em pequeno formato, na Tipografia Universal. Redigido por estudantes de Alagoas, sob a direção de Manuel Januário Bezerra Montenegro, advogava os interesses da província. Prolongara-se a publicação até o mês de outubro (“Anais”).

O LEÃO DO NORTE — Jornal Comercial, Literário e Noticioso — Tendo como redator responsável Francisco de Paula Vieira de Melo, saiu a lume no dia 14 de julho de 1860, impresso na Tip. d’A **Ordem**, à rua da Praia nº 43. Formato de 29x19, com quatro páginas de duas boas colunas. Assinava-se a 7\$000 anuais ou 2\$000 por trimestre.

Foram palavras do artigo de apresentação: “O jornal que hoje principia com o nome de **Leão do Norte** só tem de leão o nome; é um pacífico e tratável cidadão brasileiro e, demais, pernambucano...”

“O programa desta publicação se limita a três objetivos: advogar e desenvolver a teoria mais própria a fazer progredir o comércio entre nós; amenizar, distrair os leitores do pêso das preocupações que o sobrecarregam, com algumas páginas de literatura; pô-los ao fato dos acontecimentos que vierem ao conhecimento da redação”.

Em nota da segunda página, lia-se que o periódico vinha substituir **O Pharol**, mas, sendo de maior formato, exigindo, por isso, grande esforço para uma só pessoa, fôra convidado Joviniano Monteiro para o cargo de redator.

Destinado a circular como semanário, não o conseguiu a fôlha senão até o segundo número. Nem pôde ter existência mais prolongada, divulgando sua quarta e última edição a 25 de agosto.

A par de editoriais, como “Definição do comércio, sua origem, progresso e utilidades”, e dos “Apontamentos”, assinados pelo segundo redator, **O Leão do Norte** inseriu transcrições de literatura e história, alguns versos, inclusive de Victoriano Palhares, e “Publicações a pedido” (**Bib. Púb. Est.**).

O SANTA CRUZ — Periódico Católico Consagrado aos Negócios Religiosos — Sob os auspícios da Mãe de Deus Imaculada — Iniciou a circulação a 1º de setembro de 1860, para publicar-se todos os sábados, formato de 30x22, com quatro páginas de duas colunas. Constava do Expediente: “Rece-

bem-se assinaturas em Olinda, rua do Passo Castelhana, 2; Boa Vista, rua da Glória nº . . .; Santo Antônio, no Convento do Carmo, padre-mestre Moura; Recife, rua dos Guararapes nº . . . Subscrive-se a 2\$000 por trimestre para Recife e Olinda; e 2\$500 para os outros lugares, pagos adiantados”.

A “Introdução”, assinada pelo redator, Cônego João Crisóstomo de Paiva Tôrres, declarou, inicialmente: “Desde muito que este vasto Bispado se ressentia da falta de uma fôlha propriamente eclesiástica, consagrada a tratar dos negócios religiosos. Esta falta, é verdade, tem sido reparada em diversas épocas, por alguns periódicos dedicados ao mesmo fim; porém tiveram pouca duração. Ocorrendo-me a idéia de publicar um jornal com a epígrafe **O Santa Cruz**, não tenho em vista outro interesse que a instrução do povo, cuja maior parte labora na grande indigência de conhecimentos religiosos, e por isso mesmo no abandono dos deveres que a religião prescreve”.

Lia-se noutra tópic: “Como jornal consagrado à religião, nêle serão inseridos todos os artigos religiosos, cuja doutrina fôr puramente católica e cuja linguagem fôr clara e instrutiva; como também as Pastorais do Exm^o. e Rev^o. Prelado, o expediente do Bispado e notícias religiosas”.

Cumpriu à risca o programa, às vêzes incluídas poesias, mas sempre de inspiração mística. Até o nº 15 impresso na oficina do **Diário de Pernambuco**, transferiu-se para a Tip. Comercial, de Geraldo Henrique de Mira & Cia., situada à rua Estreita do Rosário nº 12.

A publicação estendeu-se, pelos menos, até o nº 62, de 30 de novembro de 1861 (**Bib. Nac. e Bib. Púb. Est.**) (1).

O ATHLETA — Jornal Político e Militar — Em formato de 29x18, com quatro páginas de duas colunas de composição, surgiu a 20 de outubro de 1860. Bissemanário, assinava-se a 1\$000 por mês, custando o exemplar 100 réis. Im-

(1) Coleção salteada, a da Biblioteca Nacional. A Biblioteca Pública do Estado só possui dois comprovantes: os ns. 3 e 31. Este, datado de 30 de março de 1861, foi dado por Alfredo de Carvalho, nos “Anais”, como último divulgado, fazendo-o, aliás, interrogativamente. No seu livro “Letras Católicas em Pernambuco”, o cônego Alfredo Xavier Pedrosa foi incisivo no erro, dizendo que **O Santa Cruz** “suspendeu em março de 1861”...

pressão da tipografia de Inácio Bento de Loiola, à rua da Praia nº 47, sendo um dos redatores o cadete Tude de Andrade Gomes (1).

No artigo-programa, escreveu a redação que “o grau de ilustração de um povo e certas circunstâncias peculiares do movimento jornalístico da imprensa” reclamavam “a diversidade de gazetas”; daí, a utilidade de um periódico “para discutir as questões políticas e sociais”, de leitura acessível ao povo e de menor formato do que os existentes na órbita governamental, acentuando:

“Nosso fim, pois, é, sob os princípios conservadores, cuja causa seguimos, entrar na discussão do que se vai publicando por parte de nossos adversários, retificando os erros de suas manifestações, esclarecendo os fatos, e assim concorrer para que se firme a opinião pública, limpa e pura de qualquer falseamento.

“A época eleitoral é a que, para alguns, é considerada mais oportuna para a difamação de reputações ilibadas; e aquela em que os caluniadores e mentirosos procuram fazer fortuna, abusando escandalosamente da credulidade pública e boa fé do povo. Pois bem: tais especuladores não devem ficar só no campo e à vontade; fôrça é que apareça a contestação e a repulsa”.

Logo o jornal iniciou combate aos órgãos adversários: **O Liberal Pernambucano**, **O Vapor dos Traficantes**, **A Nova Era**, acusando-os de “tentar a discórdia nas diferentes classes da sociedade”, e o **Diario do Recife**, ao passo que defendia o governo provincial e seus candidatos às eleições parlamentares de dezembro.

Especializado no ataque à oposição, no impropério e na injúria, não fez outra coisa **O Athleta**, em cada uma de suas edições, inclusive através de mofinas e versos satíricos. Um dos seus títulos prediletos era “Os pasquins liberais”. Nascimento Feitosa, principalmente, d'**O Liberal Pernambucano**, era alvo do mais tremendo ridículo por parte do irrequieto jornal, assim como os redatores d'**O Vapor dos Traficantes** e d'**A Nova Era**.

(1) Inácio Bento de Loiola não foi redator d'**O Athleta**, conforme registara, interrogativamente, Alfredo de Carvalho.

Publicado regularmente até 24 de novembro, o número seguinte, 11º, só apareceu no dia 29 de dezembro, excepcionalmente com oito páginas. Nêle se narrou o motivo da interrupção — “causas não esperadas”, condenando o “ódio político” dos liberais, os quais teriam preparado, pela sua imprensa, “uma opinião pública fictícia que pudesse gritar contra homens que nenhuma parte tiveram no espancamento de Modesto Francisco das Chagas Canabarro”. É que ocorrera, em consequência desse fato, a prisão ilegal, arbitrária “de três cidadãos dignos” (apesar de afeiçoados à situação dominante), pelo menos um dêles pertencente ao corpo redacional d’**O Athleta**, os quais foram processados e logo mais postos em liberdade.

A edição em aprêço divulgou diversos documentos do processo, terminando com artigo sôbre as eleições do dia seguinte, cuja chapa do Partido Conservador indicava.

Por estranha coincidência, não circulou mais **O Athleta**, precisamente quando se encerravam as atividades do seu opositor — **O Barco dos Traficantes**, redigido pelo jornalista agredido (**Bib. Púb. Est.**).

1861

A VERDADE — **Semanário Religioso e Científico** — Iniciou sua existência a 26 de fevereiro de 1861, formato de 31x22, com oito páginas a duas colunas de 16 cíceros. Fazia parte do grupo do **Diario do Recife**, em cuja tipografia se imprimiu, ao lado d’**O Monitor das Famílias**, vindo depois **O Ramalhete**, tudo sob a direção de Filipe Néri Colaço. Na rua do Imperador nº 77, onde ficava a redação, contratavam-se assinaturas trimestrais a 5\$000, “havendo, além disso, músicas, figurinos, retratos, vistas, modelos de labirinto, etc., etc.”

Sem editorial de apresentação, encheu tôdas as páginas com três longos artigos sôbre temas gerais, dois dêles continuando no número seguinte. E manteve tal padrão, especializando-se em transcrições. Inseriu uma única poesia, assinada por Edmundo de Bittencourt.

Circulando quase mensalmente, em datas indeterminadas, a sexta e última edição saiu no dia 8 de junho, com um total de 48 páginas, em numeração seguida.

Como os demais periódicos da empresa, **A Verdade** trazia, na segunda metade da oitava página, uma vinheta ilustrativa, dentro da qual se continha o Expediente e, aos lados, em colunas estreitas, a seção “Máximas e Pensamentos” (**Bib. Púb. Est.**).

O CONSTITUINTE — **Prinsípios, e não omens** (1) — Redigido por Antônio Borges da Fonseca, entrou em circulação no dia 2 de março de 1861, obedecendo ao formato de 28x18, com quatro páginas de duas colunas largas. Sob o título, os versos:

“Maldito o que sabe
Pedir **Liberdade**
Ao tempo que sofre
A atualidade.

Maldito o que deixa
A Pátria sofrer
E prá defendê-la
Não sabe morrer!”

(**Do Grito Nacional** (do Rio de Janeiro),
de 30/7/1852).

Impresso na Tip. Imparcial Pernambucana, de Elias M. F. de A. Maranhão, à rua de Horta nº 14, anunciou que se assinava a \$5000 por quatro meses, custando o exemplar 160 réis. Dizia um Aviso da última página: “...sairá duas vezes por semana; quando os recursos o permitirem, três e mesmo diariamente”. Esperava adotar o padrão de oito páginas.

Também na última página, sob o título “Um pedido”, vinha o seguinte: “Não podendo nós estarmos em todos os lugares da província, e outros, pois não temos o dom da ubiquidade, rogamos a todos quantos sofrerem vexações da autoridade nos comuniquem para reclamarmos contra suas

(1) Tal era o tipo de linguagem fonética criado por Borges da Fonseca, que êle usava em tudo o que escrevia.

violências”. Mas... que averiguassem bem os fatos, “porque a mentira é muito funesta à causa do povo e à sua liberdade. O homem é tanto mais forte quanto mais tranqüila a sua consciência; e esta não pode ser perturbada pela mentira”.

Consoante o editorial de apresentação, firmado pelo redator único, o objetivo da gazeta estava expresso no seu título. A bandeira da Constituinte fôra embrulhada, desde 1859, por “um golpe audacioso e atrevido”, que a riscara “do estatuto da Sociedade Liberal Pernambucana”. O momento para prosseguir na propaganda era, portanto, chegado. Daí o aparecimento d’O **Constituinte**.

Seguiu-se ao artigo, a que dera o título “Ao País”, uma resposta de Borges da Fonseca, em três páginas, ao Manifesto de dezembro pretérito, dos “padres conscritos”, no qual uma ala de políticos conservadores se voltava contra os demandos do seu partido então no poder, pedindo-lhe coadiuvar em prol da eleição, à Assembléa Geral, de candidatos de “bons princípios”. Claro que o jornalista repeliu a idéia de trocar uns conservadores por outros conservadores, constatada como estava, segundo êle, a sua incapacidade na administração pública.

Na edição seguinte voltou-se contra o escárneo votado ao povo pelos maiores do poder, advertindo “Aos pernambucanos”: “Ó! já é tempo de tomar contas a êste govêrno que nos despreza e ousa mandar, constantemente, para **governar** as províncias, reizotes com direito de vida e de morte”.

“Como um homem — acentuou — nos levantemos todos para reconquistarmos nossa antiga independência local, e façamos que outra vez se chame a Pernambuco — Leão do Norte!” Em conclusão: “A Constituinte, e só a Constituinte pode salvar o Brasil!”

Noutro artigo — “O partido áulico e as províncias” — aludia ao “escandalo” de se mandar para o govêrno pernambucano um “Ambrósio Leitão da Cunha, cuja celebridade tôda está em não saber assinar seu nome”.

Não deixando de mencionar, a todo propósito, “a gloriosa revolução de 1848”, focalizava o periódico, em vastos editoriais ou comentários ligeiros, a situação do país e da pro-

víncia em face da corrupção, da imoralidade e do desperdício dos dinheiros públicos, pregando a necessidade de ser reformada a Carta Constitucional em vigor.

No nº 7, sob o título “Modificações políticas”, focalizou a liga partidária organizada mediante a conjugação de liberais e conservadores, declarando ficar na expectativa. Nas edições posteriores, porém, condenou, longamente, a nova política, o desprêzo votado aos princípios liberais, lamentando o desaparecimento d’**O Liberal Pernambucano**, que “morreu nos braços dos guabirus” (nº 8). Nessa ordem de idéias, acentuou (nº 10): “Os liberais querem um regime social mais garantidor, mais descentralizado, mais popular”.

O Constituinte apelava, de quando em quando, para a boa vontade dos assinantes, a fim de não retardarem mais o respectivo pagamento, uma vez que a empresa não dispunha “de capitais para ccorrer às despesas da publicação”. E, diante de uma situação financeira que não conseguia equilibrar-se, terminou os seus dias com aquêle nº 10, datado de 13 de abril (**Bib. Púb. Est.**).

O RAMALHETE — Arquivo Literário e Recreativo — O primeiro número saiu a 12 de março de 1861, em formato de 31x22, com oito páginas, sendo quatro de **charges** em litogravura. Pertencia ao grupo do **Diário do Recife**, obedecendo a idêntico expediente e sob a direção de Filipe Néri Colaço.

Publicaram-se cinco edições, de quinzena em quinzena, a última das quais datada de 18 de maio, somando tudo 40 páginas, numeradas seguidamente.

Inseria extensos artigos, quase sempre continuando no número seguinte, a realçar o estudo “Literatura Brasileira”, de J. Norberto de Sousa Filho. Assinaram poesias Henrique Autran Júnior e José da Silva Mendes Leal Júnior. Colaboração, em prosa, ainda, do Dr. Ivan, transcrições e traduções (**Bib. Púb. Est.**).

O Ramalhete voltou a aparecer a 13 de agosto do mesmo ano, feito “Periódico Literário e Crítico Ilustrado”, apresentando desenhos de L. Schlappriz nas páginas 1, 4, 5 e 8. Não continuou. Da referida edição não resta comprovante, sendo o informe colhido em Alf. de Carvalho (obra citada).

O COMMERCIAL PERNAMBUCANO — Destinado a publicar-se bissemanalmente, saiu a lume no dia 20 de maio de 1861, formato de 28x19, com quatro páginas de duas colunas largas. Trabalho material da Tipografia Pernambucana, de Joaquim Manuel de Carvalho, situada no Largo do Forte (atual Praça das Cinco Pontas) nº 49. Assinaturas: 3\$000 por 24 números. Preço do exemplar — 200 réis.

Tinha em vista, segundo o artigo de apresentação, “prestar um grande socorro ao Comércio, Agricultura e Artes, únicas fontes que podem enriquecer um país”. Após longas considerações, concluiu por declarar-se alheio à política partidária.

Outro enorme editorial focalizou a “Indústria”, dedicando o espaço restante ao problema das falências, com a recomendação de, na edição subsequente, trazer a furo “mamas e imoralidades” no setor em aprêço.

Embora a inexistência dos demais comprovantes, a publicação prosseguiu, pelo menos, até o nº 9 (1), de 18 de junho, cujo primeiro artigo redacional condenou os “fatos monstruosos” praticados “com o comércio geral desta capital”, sugerindo serem os autores chamados à responsabilidade. Outro, ocupou-se de “fatos escandalosos” das massas falidas: “uma súcia de urubus, ávidos de fome”. Um terceiro aludiu ao interesse dos leitores em descobrir a identidade dos redatores da gazeta, tão bem informados dos casos trazidos à baila. A edição terminou com uma coluna noticiosa (**Bib. Púb. Est.**)

O LIDADOR ACADEMICO — **Científico, Literário e Religioso** — Surgiu a 10 de junho de 1861, em formato de 23x16, com 16 páginas de duas colunas, impresso na Tip. Comercial, à rua Estreita do Rosário nº 12. Sob a direção do professor Tarquínio Bráulio de Sousa Amarante, seu corpo redacional estava assim constituído: Parte Científica — Salustiano da S. Cajueiro de Campos, Ezequiel Franco de Sá, Firmino Licínio da S. Soares e Francisco Rodrigues Seixas; Parte Religiosa — Joaquim Guenes da S. Melo, Joaquim José do Monte Júnior e João Tomé da Silva Júnior; Parte Li-

(1) Do registo de Alfredo de Carvalho, constou, apenas, o “nº 1 e único”.

terária — Antônio Joaquim de Passos, Pompílio Cavalcanti de Melo e Aristides de Paula D. Martins.

Rezava o expediente: “Sairá nos dias 10, 20 e 30 de cada mês, constando cada número de 16 páginas. Assinaturas por mês — 1\$000; por trimestre — 3\$000. Os artigos serão sujeitos à correção da comissão da parte a que pertencerem. Os lugares destinados para recepção de assinaturas são: Livraria Econômica, de Nogueira & Cia., Livraria Universal, de Oliveira & Guimarães, e nesta tipografia”.

A publicação foi lançada através de substanciosa “Introdução” de três páginas, onde F. L. fez o elogio da imprensa, dela dizendo, inclusive, que era, “para a ordem intelectual, o que o vapor e a eletricidade são para a ordem moral”, e que o jornal era “uma necessidade palmar para a sociedade”.

Aduziu o órgão dos secundanistas de Direito: “Assim, para acompanhar o benéfico movimento literário que, nesses últimos tempos, parece se operar em nosso país, é que nós, humildes neófitos das letras, entregamos hoje ao domínio público **O Lidador Acadêmico**, com a tríplice missão de discutir simultaneamente a Ciência, a Literatura e a Religião”.

A edição inicial inseriu longos estudos de Firmino Licínio e Joaquim Guenes e uma poesia de Antônio J. de Passos, terminando com alguns “Pensamentos”.

Apresentando como divisa a frase de Bacon: “**Transibunt dies, augebitur scientia**”, a revista circulou normalmente, presentes novos colaboradores, como Guerreiro de Castro e F. Xavier de Sá, em prosa, e A. A. de Noronha e M. F. G. C. Dória, em versos, afora as produções da turma da redação.

Perfazendo o total de 208 páginas, em numeração seguida, findou o ano com o nº 12, datado de 30 de setembro, no qual a redação se despediu, em artigo, dos leitores (**Bib. Nac. e Bib. Púb. Est.**) (1).

O PURITANO — Periódico Político e Noticioso — Obedecendo ao lema “A pessoa do Monarca é inviolável e sagra-

(1) A coleção da Biblioteca Pública do Estado atinge, apenas, o sexto número, de 30 de julho.

da! Viva o Imperador!”, iniciou-se essa publicação no dia 10 de julho de 1861, formato de 36x25, com quatro páginas a três colunas de 16 cíceros. Constava do cabeçalho, à direita: “**Enfants des hommes! jusques à quand porterez-vous les coeurs assou pis? Quand cesserez-vous de courir après le mensonge et de vous passioner pour le neant!!**” (Ps. IV. 3). Bissemanário, imprimiu-se em tipografia própria, situada à rua dos Prazeres nº 11, tendo como editor-responsável Felix José Pereira. Redação no Pátio de Santa Cruz nº 70, sobrado. Assinaturas à razão de 3\$000 por série de 24 números.

Escreveu o editorialista, ao traçar o programa da fôlha: “O extremo alvoroço e profunda sensação que nos tem causado a negra traição feita ao Partido Liberal, pelos seus fingidos e supostos chefes, que acabam de fazer aliança ou liga com homens eminentemente adversos aos direitos do povo, cingindo-se à canga do mais encarniçado inimigo do antigo partido praieiro, o sr. Marquês de Olinda, é que nos atraiu à arena do jornalismo”.

Mais adiante: “**O Puritano** respeita e acata a pessoa do Monarca como inviolável e sagrada; a Constituição política como lei fundamental do Estado, e as instituições do país; mas erguerá bem alto a sua voz quando vir a perfídia, a calúnia, a infâmia, o erro e anarquia assoberbar o colo para suplantar e inverter a ordem natural das coisas...”

Depois de outras considerações: “Não tem compromisso com pessoa alguma; une e abraça a bandeira do Partido Conservador com todo o seu **puritanismo**, pois reconhece ser o único partido político que tem uma posição definida entre os filhos da sociedade brasileira”.

Dedicou-se o periódico, quase que exclusivamente, a atacar os liberais constitucionais, a **liga feitosista** e “a linguagem atrevida” d’**O Constitucional**, em sucessivos editoriais e na sátira contundente das “Cartas” do **Capitão Gola**, a par da transcrição de discursos parlamentares de políticos conservadores e de Comunicados assinados por **Um do Povo**, **Um Pernambucano**, **O Coronel Perneta**, **O Imparcial** e **T. C.** Este último assinava, igualmente, os artigos redacionais, alternando com **C. M.** Na seção “Variedade”, divulgou-se a série de comentários “As revoluções”, de **P. Francelino Guimarães**.

Em seus ns. 27 e 28, **O Puritano** regozijou-se com a suspensão do contendor **O Constitucional**. T. C. entrou a deitar artigos filosóficos e doutrinários, sobretudo defendendo a necessidade da instrução religiosa e da moral pública. Ocorreram trabalhos de colaboração do conêgo Pinto de Campos e de Antônio Caitano Seve Navarro, e a redação deu franco apoio à chapa conservadora para juizes de paz da freguesia da Boa Vista, não sem deixar de investir contra a **liga feitosista**.

Longas transcrições vieram a arrematar a existência da gazeta conservadora, cujo derradeiro número, o 48º, circulou a 28 de dezembro. T. C. despediu-se dos “correligionários políticos”, frisando não se tratar de “interesses malogrados”, é que alcançara “a vitória da causa do Trono, da Constituição, da ordem e, conseqüentemente, da felicidade de nosso país”, pois estavam “derrotados completamente os anarquistas, os desordeiros, os anti-nacionais, os inimigos do Monarca, os **ligueiros feitosistas**” (Bib. Pú. Est.).

O POLÍTICO — Jornal de sátiras políticas, apareceu no dia 24 de julho de 1861, ostentando a divisa: “Ordem. Progresso. Moderação. Pátria. Barriga. Conservação”. Acima do título via-se curioso clichê de um cofre; caindo-lhe para os lados uma rêde, covo e vara de pescar com anzol; sôbre êle, um homem de cabeça para baixo, tendo na barriga vistosa faixa, na qual se gravara a palavra Pátria.

Pretendia, assim, significar, como ficou expresso no editorial de abertura, de duas páginas, que “a barriga é a parte mais distinta do corpo, que a ciência veio a reconhecer, porque tem a alma seu assento no ventre. Do ventre saindo, portanto, tôdas as inspirações da alma, tem-se reconhecido o êrro da natureza quando colocou a cabeça do homem acima da barriga. Mas o cálculo tem de corrigir a natureza, e por isso o bom político deve considerar o seu ventre como a parte mais saliente e superior a todos os membros de seu corpo”.

Seguiu-se uma reportagem sátiro-humorística em tórno da visita, em novembro/dezembro de 1859, do Imperador Pedro II a Pernambuco, atribuindo ao govêrno monárquico as misérias por que vinha passando a população. Fındou com uma seção de “Máximas, pensamentos, anexins e conselhos”, que prosseguiu nas demais edições.

Impresso na Tip. Imparcial Pernambucana, de Elias Marinho Falcão de Albuquerque Maranhão, à rua de Horta nº 14, vendia-se o exemplar a 160 réis. A partir do nº 3, adotou o preço de 500 réis por assinatura mensal. Era encarregado da parte econômica o proprietário da oficina gráfica. Entretanto, as duas edições finais saíram da tipografia d'A Ordem, situada à rua da Praia nº 47.

Redigido em linguagem joco-séria, tôda a matéria d'O **Político** constava, em cada edição, de três a quatro artigos redacionais, onde os conceitos de apoio à ordem e ao progresso se casavam ao elogio caricato do regime monárquico e ao combate à Monarquia. A política internacional tomava-lhe, por outro lado, algum espaço. A certa altura, a redação comentou a criação da liga partidária em Pernambuco, para declarar, no fim: "Subindo a liga, sobe o Partido Liberal". Mas, noutro artigo, a 28 de agôsto, aconselhava os liberais a esquecerem o poder, frisando: "No país dos Fidalgos, o povo será sempre governado pelos Fidalgos".

O objetivo principal da fôlha era satirizar os sucessos da política imperial brasileira, demonstrando, sobretudo, a "paz" que desfrutavam os pernambucanos desde que os conservadores estavam no poder e desde que a Coroa mandou cortar a cabeça dos revolucionários de 1817, 24 e 48...

Circulando, às vêzes, semanalmente, outras vêzes medeando espaços mais longos, **O Político** teve curta existência, extinguindo-se com o nº 10, que saiu a 16 de outubro (Bib. Púb. Est.).

O CAMPEÃO — **Periódico Político, Noticioso, Social, Crítico e Faceto** — Entrou em circulação a 21 de agôsto de 1861, em formato de 30x21, com quatro páginas de duas colunas largas, para continuar com três normais. Impressão da Tip. Popular, à rua Direita nº 86, pertencente a Modesto Francisco das Chagas Canabarro, igualmente proprietário e redator do jornal. No canto à esquerda do cabeçalho, por baixo do título, lia-se, sob a rubrica "Publicação e Assinatura":

"Nas quartas-feiras e sábados
Esta fôlha sairá;
Quem quiser ser assinante
Adiantado pagará
Por um ano — dez mil réis,

Semestre — cinco e quinhentos,
Três mil réis por um trimestre,
Custa avulso — réis duzentos”.

Na extremidade à direita vinha o “Programa”:

“De Cristo a Religião,
Do povo a soberania,
Liberdade, Monarquia,
De fato a Constituição
Sustentar a todo custo
É dever do **Campeão**,
Sempre firme no seu pôsto
Combatendo a corrupção”.

Além disso, um “Preâmbulo” apresentou o periódico “à ilustrada e bondadosa população desta heróica cidade do Recife”, saudando-a na qualidade de “nôvo órgão da opinião pública, devotado mantenedor das liberdades pátrias e dos direitos do povo”. Seria a sua missão: “falar a linguagem da verdade, esclarecer aos iludidos e zurzir, de rijo, os vis desrespeitadores das leis e da moralidade pública”. Obedeceria, finalmente, aos “principais dogmas — Religião e Liberdade”.

Seguindo o rumo do **Vapor dos Traficantes**, a fôlha adotou os princípios liberais e idêntica linguagem hiperbólica, divulgando palestras políticas; os “revérberos” da Lanterna Mágica; longos poemas, ora de fundo moral, ora de feição chistosa, às vêzes redacionais, às vêzes transcritos, ao passo que os artigos de fundo censuravam a situação política e a liga constitucional ou tinham caráter moralizador e doutrinário, ocorrendo séries, como “A voz da verdade”, “O povo”, etc. Não faltavam, igualmente, “Comunicados”, “Variedades”, “Publicações a pedido” e raros anúncios de poucas linhas.

Circulando normalmente, **O Campeão** chegou ao fim do ano com o nº 28, de 21 de dezembro, para seguir a numeração a 11 de janeiro de 1862, quando, no artigo “O nôvo ano”, fêz uma recapitulação dos governos provinciais pretéritos, dizendo que José Bento da Cunha e Figueiredo se forrou bem com “o contrabando de africanos” e Manuel Felizardo de Sousa Melo “passou regalada festa, ajudado de vinte contos...” Enquanto isto, o presidente Antônio Marcelino Nu-

nes Gonçalves começava o ano enfrentando a epidemia do **colera morbus**.

Entre os meses de março e abril divulgaram-se interessantes “Investigações literárias”, firmadas por L. C. A. P. (Araújo Pereira). Vieram depois as crônicas sôbre História e, na edição de 16 de agosto, iniciavam-se as “Missivas para a Côrte”, sem assinatura, que se prolongaram até a XIV. A edição de 3 de novembro, tôda em versos, tendo as páginas tarjadas, foi dedicada “à memória do mártir da liberdade em Pernambuco: Joaquim Nunes Machado”. Na seguinte, ainda se publicou uma “poesia recitada sôbre a campa do herói”, de autoria de Antônio Joaquim de Passos.

O nº 127, de 20 de dezembro, encerrou o ano, arrematando a quarta página a quadra abaixo:

“Boas festas desejamos
À gente que é nossa amiga,
Pedindo-lhe que esteja alerta
Com a senhora — Dona Liga”.

Ainda seguindo a numeração, a gazeta deu a primeira edição de 1863 a 30 de janeiro, declarando permanecer “firme e inabalável em seu pôsto de honra político”.

Nos meses a fora, grande espaço d’O **Campeão** foi dedicado à questão entre o Brasil e a Inglaterra, a par da campanha contra a fação **vermelha** do Partido Conservador. Criou a seção humorística “A barca ligueira”, em prosa e verso ao mesmo tempo, enquanto, à aproximação das eleições de 9 de agosto, auspiciava a vitória do Partido Progressista, então no poder. Ocorriam artigos de literatura, por M. C. Honorato; de direito, por Caitano M. de Faria Neves, e de filosofia, pelo padre Arruda.

Desde 4 de julho, achava-se a tipografia de Canabarro na Praça das Cinco Pontas nº 71, por estar arruinada a casa da rua Direita, “em consequência da estação pluviosa”, o que deu lugar a certa irregularidade na circulação do jornal, logo corrigida.

Sem mais alterações, atingiu o nº 195, que foi o último, a 2 de novembro de 1863 (**Bib. Púb. Est.**).

O PEDESTRE — Periódico Pequenino e Gostosinho — Obedecendo à divisa “Assim o querem, assim o tenham”, apareceu no dia 2 de novembro de 1861 (1), em formato de 21x14, com quatro páginas de duas colunas. Impresso na tipografia d’**O Puritano**, à rua dos Prazeres nº 11, assinava-se na rua do Imperador nº 66, a 500 réis por série de doze números, pagos adiantadamente, custando o exemplar 60 réis.

“...vem à luz — dizia o artigo chamado “Prospecto” — provocado pelo **O Campeão**; portanto, há de tratar, como êle, da vida alheia; há de censurar, criticar, ridicularizar defeitos e vícios e também atacar maldades e crimes, como entender”.

“...acrescentaremos que **O Pedestre** é periódico governista e há-de, quanto em nós couber, ser razoável, sincero e franco, e até confiado e atrevido e mesmo afoito quando fôr preciso”.

Teve a fôlha, cujas edições saíam bissemanalmente, um objetivo único: atacar, na mais ferina das linguagens, a liga política constituída de elementos liberais e conservadores, liderada pelo jornalista Nascimento Feitosa, cujos correligionários, mencionados por apelidos, inclusive **Modesto Café-le-lêle**, redator d’**O Campeão**, eram insultados, até na própria vida privada, da maneira mais escabrosa. As “Variedades” constituíam-se de versos de sete sílabas, jocosos e, algumas vêzes, indecentes. Até “Anúncios” havia, mas só anunciavam o que o maldizente redator chamava “o ridículo” da “liga feitosenense”. Algumas notas careciam de nexos.

O nº 4 recomendou os candidatos do Partido Liberal-Conservador ao eleitorado, na disputa para juizes de paz da freguesia de Boa Vista.

Findou com o nº 5, de 18 de novembro (**Bib. Púb. Est.**).

A URTIGA — Periódico Pequenino, Saboroso e Dengo-sinho — Impresso na Tipografia Popular, circulou, pela pri-

(1) Circulou, realmente, em 1861, mas a tipografia omitiu o ano da publicação, só constando, em todos os números, a indicação do dia e mês.

meira vez, a 9 de novembro de 1861, formato de 23x15, com quatro páginas de duas colunas. Constava do cabeçalho a quadra:

“Se a vil maledicência não se peja
De sair contra nós da imunda lama,
Ouça — talvez o que ela não deseje,
Ouça ou recue — escolha o que mais ama”.

Nascido das “circunstâncias da época”, dizia o “Prospecto” de abertura: “...o nosso periódico será consagrado aos relapsos, aos ladrões, aos devassos, aos infames **Puritinos** e **Pedestres** e a todo o resto da cáfila de “guabirus” da Boa Vista”.

“**A Urtiga** também critica, censura, ridiculariza defeitos e vícios e ataca maldades e crimes”, advertindo: “Preparem o pêlo”.

Circularam, tão somente, duas edições do venenoso jornal, cada uma com duas páginas de matéria em prosa e duas em versos, numa catilinária tremenda, em estilo joco-sério, contra os políticos conservadores do bairro da Boa Vista, satirizados através de apelidos, uma constante do jornalismo político de então.

O nº 2 foi datado de 12 novembro (**Bib. Púb. Est.**).

O LIBERAL — Periódico Político, Judiciário e Literário — Surgiu a 15 de novembro de 1861, formato de 38x26, com quatro páginas de duas boas colunas. Redator — José da Cunha Teixeira. Impressão da Tip. Imperial Pernambucana, de Elias M. F. de Albuquerque Maranhão, à rua de Horta nº 14, até o nº 4, continuando na de Inácio B. de Loiola, à rua da Praia nº 47. Publicação bissemanal, subcrevia-se a 3\$000 por série de 24 números, mediante pagamento à bôca do cofre, estando a redação e escritório instalados na rua do Imperador nº 44. Comunicados e Correspondências de particular interêsse pagariam o que fôsse convenionado.

O “Prospecto” de apresentação focalizou a “lastimável” marcha dos “negócios políticos desta desditosa província”, frisando: “...o poder, calcando acintosamente a lei, procura, com todo esforço, suplantar os brios pernambucanos, de

acôrdo com uma oligarquia que tão perniciosamente nos tem sido, não recuando, nesse danado intento, diante dos maiores escândalos, que revelam a tôda luz da evidência estar o abuso convertido em regra...

Seguiram-se considerações em tôrno da “aflictiva posição” em que se achavam “o nosso país e, principalmente, esta infeliz província”. Seria **O Liberal**, finalmente, “mais um esforçado defensor das liberdades pátrias, das garantias individuais”, livre de todo compromisso, só tendo por objetivo “a fácil observância da lei”.

Atacando a “ominosa” administração provincial de Ambrósio Leitão da Cunha, que perdurara até o mês de abril transato; apontando desmandos policiais, o contrabando, irregularidades eleitorais e outros “pontos fracos” da política conservadora, o bem redigido periódico manteve seu programa, também constituído de noticiário local, do Exterior e das outras províncias, através de correspondências e recortes da imprensa do Sul, quando chegavam navios.

No nº 12, de 1 de janeiro de 1862, **O Liberal**, em artigo de saudação ao nôvo ano, comentou a “corrução”, o “escândalo”, o “cinismo” que marcaram 1861, concluindo por pedir a Deus que iluminasse o monarca, fazendo-lhe ver “o abismo” junto ao qual se achava o Brasil.

Apesar do título e da posição que vinha sustentando contra os conservadores, o bissemanário não se permitiu rígida vinculação partidária. Lamentou, na edição de 8 de janeiro, que “o grande Partido Liberal” não dispusesse, na ocasião, de um órgão na imprensa, acentuando: “Expelido das urnas, perseguido atrozmente por seus adversários, o Partido Liberal terá de nulificar-se se não sustentar na imprensa um extremo defensor de suas idéias e dos direitos daqueles que, no meio de sacrifícios, prestam adesão à sua causa”. Concluiu declarando que o bem do partido reclamava, imperiosamente, o reaparecimento do seu órgão.

A partir da mencionada edição, veio o jornal divulgando atos oficiais do govêrno provincial. Em longo artigo de 2 de fevereiro, a redação ocupou-se da passagem do 13º aniversário da data “em que baixou à sepultura o imortal desembargador Joaquim Nunes Machado”, assim concluindo: “... façamos votos para que o Partido Liberal, não esque-

cendo seus mártires e tendo em vista seu glorioso passado, amestrado com as lições da experiência, não perca terreno e procure sempre assumir a maior importância nos negócios públicos”.

Em vários editoriais, a começar de março, **O Liberal** focalizou a extinção da Sociedade Liberal Pernambucana em seguida à suspensão inexplicável do seu órgão, **O Constitucional**, lamentando que isto acontecesse quando “um governo corrupto” tudo envidava “para corromper a imprensa”. Citou o fato de, à mesma época, ter o governo abafado o grito de dois jornais sulinos, o que levou **A Ordem**, do Recife, a avançar que o diário redigido por Nascimento Feitosa “havia sido comprado pelo governo”. A redação d'**O Liberal** punha-se à disposição do Partido para o que fôsse necessário, pronificando-se até a arrendar a tipografia do extinto. Nada, entretanto, pôde ser feito, e o presidente da dissolvida Sociedade, o mesmo Feitosa, repeliu tais ataques pelo **Jornal do Recife**.

Foi colaborador d'**O Liberal** o cientista Carneiro Monteiro, que debateu importante questão médico-legal, em sucessivos e extensos artigos, refutando pontos de vista emitidos pelo dr. Pedro Antônio César através das colunas do **Diário de Pernambuco**. Outra colaboração, porém literária, teve-a do poeta Cezário de Azevedo. Na edição de 22 de maio o famoso bacharel João de Barros Falcão de Albuquerque Maranhão, apelidado **Barros Vulcão**, divulgou um apêlo aos pernambucanos e, principalmente, aos comerciantes portugueses, para que subscrevessem meios com os quais êle pudesse “restabelecer” a tipografia do **Apóstolo do Norte**, suspenso em 1854, a fim de “propugnar pela regeneração dos povos contra a tirania”, tendo “por escudo o evangelho republicano”.

O Liberal viu-se na contingência de sustar sua publicação após o nº 48, de 5 de junho de 1862, em vista da censura que se arrogou fazer-lhe o proprietário da tipografia e à qual não se submeteu o redator. Êste divulgou, três dias após, um prospecto intitulado “Ao público”, impresso na Tip. Pernambucana, no qual esclareceu que a fôlha fôra suspensa por haver encontrado recusa para continuar a impressão nas demais tipografias.

Decorridos sete meses, reapareceu — nº 1, ano III — a 16 de janeiro de 1863, impresso em oficina própria, adquirida

por José da Cunha Teixeira e instalada na rua das Flôres nº 3, funcionando o escritório na rua do Queimado (atual Duque de Caxias) nº 28, 2º andar. Nenhuma outra alteração ocorreu na vida do jornal, que manteve as mesmas características.

Opondo restrições à “pandilha ministerial de 30 de maio”, teceu encômios à administração provincial, exercida pelo conselheiro João Silveira de Sousa. Logo mais, proporcionou apreciável cobertura da questão naval entre o governo imperial e a Legação britânica, através de editoriais, transcrições da imprensa carioca e artigos originais de **Caio Graccho**, Manuel Pereira de Moraes Pinheiro, Eduardo de Barros e **O Cidadão Soberano**, em apoio à atitude do Brasil, de repúdio à ofensa inglesa (1). Na parte literária contavam-se as “Fôlhas sôltas”, crônicas, de Cezário de Azevedo; a “Palestra”, com a assinatura **O Cancioneiro**, e poesias de Vitoriano Palhares, já não ocupando tanto espaço os atos oficiais, salvantes os de nomeações ou demissões, admitida, então, uma página de anúncios.

Desde o nº 12 da segunda fase, **O Liberal** circulou tris-semanalmente, nas têrças, quartas e sábados. Ao atingir o nº 25, constou do cabeçalho o seguinte corpo redacional: Francisco Antônio Cezário de Azevedo, José Roberto da Cunha Sales, M. P. de Moraes Pinheiro e José da Cunha Teixeira, sendo encarregado do escritório Demétrio Rodrigues Leite.

A gazeta abraçou a nova política da liga formada entre liberais e conservadores, sob a denominação de Partido Progressista e esquematizada pelo grupo do jornalista Nascimento Feitosa. Bater-se-ia, assim, ao lado dos novos princípios, pela reforma dos códigos, pela agricultura, comércio, artes, indústria, instrução pública e melhoramentos materiais. Seguiu nova jornada, sem deixar, contudo, de combater a oligarquia que imperava, havia 14 anos, em Pernambuco.

(1) **O Liberal**, edição de 13/2/1863, registou o seguinte gesto de patriotismo: “...a Presidência da Província deu ciência ao Governo Imperial do oferecimento, que fez o sr. José Rodrigues de Moraes, de todos os seus recursos e fortuna, e bem assim de 100 homens, de seus parentes e moradores em suas terras, armados, municidados e sustentados à sua custa, para servirem ao país, se porventura vier a ter lugar a guerra entre o Brasil e a Inglaterra”.

Na edição de 21 de julho desaparecia do cabeçalho a nomenclatura dos redatores, ficando, apenas, como dantes, o nome do proprietário, ao passo que a publicação voltava a fazer-se duas vezes por semana. No número imediato, a redação repeliu invectivas d'**O Progressista**, do qual, por sua vez, se afastou o prof. Francisco de Paula Batista, passando a divulgar seus artigos na fôlha tão cedo desligada da nóvel agremiação partidária, ou seja, n'**O Liberal**.

Algum tempo depois, o empedernido praieiro Jerônimo Vilela de Castro Tavares iniciava (edição de 3 de outubro) uma série de Comunicados, condenando a "liga do sr. Pais Barreto com o sr. Feitosa". Contra êste último veio a manifestar-se também o professor Aprígio Guimarães. Enquanto isto, voltava José Roberto da Cunha Sales à redação, de onde houvera saído meses antes. Não teve mais limites a crítica, não só redacional, mas assinada, à atuação, considerada anti-liberal, de Nascimento Feitosa.

Terminado o ano com o nº 97, de 30 de dezembro, reencontrou-se a publicação a 12 de janeiro de 1864 — nº 1, ano IV, — como "órgão do Partido Liberal", mantendo a seguinte tabela de assinaturas: ano (adiantado) — 10\$000; semestre — 5\$000; trimestre — 3\$000; para o centro e províncias: 12\$000, 6\$000 e 4\$000, respectivamente.

Reconstituído, que foi, o Partido Liberal, sua direção deliberou designar o seguinte corpo redacional para encarregar-se dos trabalhos do jornal: Jerônimo Vilela, Joaquim de Aquino Fonseca, A. R. de Tôrres Bandeira, M. P. de Moraes Pinheiro, A. J. da Costa Ribeiro, José da Cunha Teixeira (o redator permanente), Antônio de Vasconcelos Menezes de Drumond, Aprígio Justiniano da Silva Guimarães e Diodoro Ulpiano Coelho Catanho. Ao mesmo tempo, os liberais genuínos davam como extinta a liga que dera como resultado o Partido Progressista. Declarou, a propósito, o primeiro editorial de 1864:

"A liga foi um partido transitório, foi uma opinião de momento, que, semelhante ao raio, destrói e não constrói; aniquila, mas não cria, e em verdade tantos males fêz, principalmente à nossa província, que foi, com mais pressa do que era de crer, arrenegada, amaldiçoada pela população em pêsô, deixando-nos apenas o fruto benéfico da reorganização do Partido Liberal puro sôbre bases sólidas e escoimado das matérias estranhas que entorpeciam a sua marcha".

Importante produção literária começou a divulgar **O Liberal**, em seu nº 4 do ano IV, da autoria de M. P. de Moraes Pinheiro, sob o título “O vigário Francisco Ferreira Barreto e o padre Miguel do Sacramento Lopes Gama”, prolongando-se a série por várias edições. A partir do nº 25, de 19 de abril, a direção administrativa da empresa foi exercida por Leodegário Antônio de Oliveira.

Circulando ora uma, ora duas vezes por semana, **O Liberal** veio a suspender sua publicação ao editar o nº 63, de 12 de novembro de 1864, forçado por dificuldades e embaraços.

Vinha a redação atacando o govêrno de Domingos de Sousa Leão. Chegou a dar-lhe, na edição de despedida, o qualificativo de “um dos mais infelizes presidentes que temido esta desditosa província”.

Quase um ano transcorrido, estava, novamente, na lica o “periódico político e noticioso”, outra vez “órgão do Partido Liberal”, que assim reassumia “o seu antigo pôsto na imprensa”, em defesa “dos princípios que constituem a sua bandeira”, saindo o nº 1 do ano V no dia 2 de outubro de 1865. Como única alteração, mudara-se a tipografia para a Travessa do Carmo nº 4, correndo as assinaturas só por trimestre, ao preço inicial. Predominou, desde aí, em suas colunas, a cobertura, noticiosa e através de comentários, da guerra entre o Brasil e o Paraguay, que irrompera meses antes.

Verificado o falecimento do jornalista José da Cunha Teixeira, a empresa permaneceu sob a administração de Leodegário. Findo o ano, **O Liberal** continuou sua meta em 1866, ano VI, sem interromper a numeração iniciada na última fase. E prosseguiu o programa de defesa do Partido Liberal e de ataques à política ligueira mantenedora do Partido Progressista.

Meses decorreram, até que, atingido o nº 72 (2), de 22 de dezembro de 1866, ficou suspensa a publicação, com a promessa de voltar no ano seguinte, o que não pôde ser cumprido (3) (**Bib. Púb. Est.**).

(2) Não o nº 73 como consta dos “Anais”.

(3) Outro **O Liberal** surgiu em agosto de 1868, mas de publicação diária, cuja história consta do Vol. II desta obra, subtítulado “Diários do Recife — 1829/1900”.

1862

A RELIGIÃO (1) — Periódico Religioso e Científico — Fundado no mês de abril, para circular semanalmente, só foi possível manusear o nº 4, que teria sido o último, datado de 10 de maio de 1862. Apresentou apenas duas páginas (uma fôlha impressa dos dois lados), formato de 30x20, a três colunas de 12 cîceros, sendo o trabalho material da Tipografia Comercial, à rua Estreita do Rosário nº 12.

A edição inseriu, apenas, dois artigos, a saber: “Regras a favor da religião e contra os abusos da juventude viciada” e “Esbôço sôbre a devoção do mês de Maria”, ambos sem assinatura, ambos terminando com a indicação de continuarem noutro número do jornal. A coluna do fim foi ocupada pela poesia “Ao mês mariano”, por transcrição (**Bib. Púb. Est.**).

A SITUAÇÃO — Jornal Político e Religioso — Apareceu no dia 7 de julho de 1862, formato de 38x28, com quatro páginas de três colunas largas. Impresso na Tipografia Comercial, de Geraldo H. de Mira, assinava-se a 4\$000 trimestrais, devendo circular semanalmente. Redação atribuída aos quartanistas de direito Paulo de Albuquerque Autran, Manuel Barbosa de Araújo, M. B. de Sousa Leão e L. B. C. de Albuquerque.

Apresentou-se “ao estádio da imprensa” com um bem elaborado editorial de página e meia, assim resumindo sua profissão de fé: “Religião. Autoridade forte. Monarquia prestigiosa. Lei. Conservação e progresso”.

Seguiram-se outros enormes artigos redacionais, um dêles elogiando o Ministério de 2 de março, que deixara o poder; outro, de caráter doutrinário da religião Católica, e o último sôbre a heterogeneidade da Liga ou Partido Progressista.

Continuou, nas edições seguintes, a messe de estirados editoriais, começando, no nº 3, a colaboração de **Scevola**, procedente da Côrte, e a transcrição do estudo “A tribuna e a

(1) Não registado no livro “Letras Católicas em Pernambuco”, do Cônego Xavier Pedrosa (Cruzada da Boa Imprensa, Rio, 1939).

imprensa”. Vieram depois os “Ensaio políticos”. Já no nº 7, iniciaram-se duas séries de artigos, que ficaram sem concluir: um focalizando o fracionamento do Partido Conservador em função do aparecimento da Liga, e o outro de ataque aos pseudo-liberais.

O nº 7, datado de 8 de setembro, foi o último publicado (**Bib. Púb. Est.**) (1).

A **URTIGA** — Destinada a distribuir-se gratuitamente, saiu a lume no dia 11 de julho de 1862, obedecendo ao formato de 23x15, com quatro páginas de duas colunas. Impressa na Tipografia Popular, à rua Direita nº 86, devia circular em dias indeterminados, tendo como responsável Galvão Francisco do Rêgo Ferrugem e Sá (1 A). Trazia, sob o título, a quadra abaixo:

“Todos têm o seu programa,
Também o meu devo ter:
É esfregar com **Urtiga**
A qualquer que o merecer”.

Tôda a edição foi ocupada pelo artigo “Ao público — O sr. Araripe em face dos negócios da comandita”, focalizando a falência, considerada lesiva, da sociedade comanditária Amorim, Fragoso, Santos & Cia., firma, esta, e advogado, aquêlo, acerbamente atacados pelo redator.

Nas mesmas condições circulou o segundo número, no dia 19, não mais aparecendo (**Bib. Púb. Est.**).

REVISTA MILITAR — Apresentando-se no formato de 37x27, com quatro páginas de três colunas a 16 cíceros, entrou em circulação no dia 12 de julho de 1862, impresso (o jornal, não revista) na Tip. Imparcial Pernambucana, à rua de Horta nº 14. Lia-se sob o título, com a assinatura de Frederico, o Grande: “A guerra é uma ciência para os homens de gênio, uma arte para os medíocres e um ofício para os ignorantes”. Em larga faixa, logo abaixo, vinha o Expedi-

(1) Apesar de tão poucos números, é incompleta a coleção manuseada.

(1 A) Alfredo de Carvalho (obra citada) atribuiu, por engano, a responsabilidade de Ferrugem e Sá à outra **Urtiga**, estudada em página anterior deste volume.

ente: a publicação ocorreria aos sábados e quartas-feiras. Tabela de assinaturas: ano — 17\$000; semestre — 9\$000; trimestre — 5\$000; mês — 2\$000. Fôlha avulsa — 320 réis. Recebia publicações ineditoriais sob ajuste; anúncios a 80 réis por linha e 40 réis pela repetição.

Segundo o “Prospecto” de abertura, destinava-se a gazeta a suprir a falta, no Recife, de uma publicação especializada, para divulgar “ordens, avisos, leis, alvarás, decretos e mais regulamentos” das corporações militares, bem como a advogar “os seus brios e os seus interesses”. Daria “exata notícia dos movimentos belicosos, não só da “Côrte como das províncias”, constituindo-se em “defensora do Exército, da Armada, da Guarda Nacional, Presídio de Fernando de Noronha, Colônias, Arsenais, Fortalezas, Obras Militares, Capitania do Pôrto, Quartéis, Destacamentos, &, &, até do Corpo Policial”.

Seguiram-se uma “Declaração” e uma “Advertência” a respeito do programa a ser observado pelo periódico, que não era “máquina de descompor ninguém”, a segunda das quais de autoria de **Rhuybarbo**; além das seções “Jurisprudência Militar”, “Variedade” e “Charadas”.

Obedecendo ao programa enunciado (1), a **Revista Militar** só inseriu, nas suas colunas, matéria alusiva, seja redacional, seja nas seções de Comunicados e Correspondências, estas às vêzes assinadas por Francisco Carlos Brandão, Luiz Francisco Teixeira e outros, em geral militares, que apresentavam reclamações ou reivindicações, ou por pseudônimos, tais como: **Um Brasileiro, O Capelão do Corpo, O Sineiro da Soledade, Rhuybarbo, Um homem do Povo, O Joca**, etc., não faltando até alguma poesia guerreira, inclusive de Vitoriano Palhares, Modesto Canabarro e A. S. P. de Barros.

Embora despreocupada da política, abriu sua edição de 29 de novembro com uma nota, na qual esclarecia: “Como

(1) “...longe de chegar ao fim para que foi criada, posso asseverar que não passa de uma pobre fôlha de papel, repleta de termos empolados, eloquência tirada a saca-rolhas, períodos sem conexão alguma, o que me faz crer que o redator é um excelente plagiário” — escreveu **O Sentinela da Literatura**, n’**O Campeão**, de 26/7/1862, sob o título “Duas palavras a cerca da gazeta **Revista Militar**”, artigo tão longo, de crítica, que prosseguiu em outras edições.

militar, dever nosso é seguir o govêrno e partilhar a política que êle inaugura e adota”, acrescentando: “...decidida a tomar parte nas lides da atualidade, não pode deixar de se declarar **ligueira**”.

A partir do sexto número, a fôlha deixou de ser bissemanária, para circular ora uma ora duas vêzes por quinzena. Medeou espaço maior entre os números 24 e 25, que saíram, respectivamente, a 20 de dezembro e a 10 de janeiro de 1863.

Prolongou-se a existência do órgão de defesa dos militares, nem sempre bem redigido, até o nº 32, de 28 de fevereiro, sendo responsável pela publicação o tenente Joaquim José dos Santos Araújo (**Bib. Púb. Est.**).

A VOZ DA VERDADE — Periódico Crítico, Literário e Noticioso — O nº 1 circulou a 19 de julho de 1862, formato de 22x16, com quatro páginas, impresso na tipografia de Inácio Bento de Loiola, à rua da Praia nº 47. Tabela de assinaturas: ano — 5\$000; semestre — 2\$500; trimestre — 1\$500; dois meses — 1\$000; um mês — \$500. Número avulso — 100 réis.

Constou do “Prospecto” de apresentação: “**A Voz da Verdade** não tem compromisso com partido algum; ela é solidária a qualquer parcialidade política da província, e fará tôda diligência por cumprir com o seu programa, isto é, só falar o que é realmente verdadeiro. E não dirá a **verdade quando tiver de mentir**”.

A edição secundou a campanha contra a falência da firma Amorim, Fragoso, Santos & Cia.. iniciada n’**A Urtiga**, transcrevendo-lhe o segundo artigo, intitulado “O sr. Araripe em face dos negócios da **comandita**”. Completaram-na notas ligeiras e a seção “Variedades”.

Ao que tudo indica, não voltou a publicar-se (**Bib. Púb. Est.**).

REVISTA DA ASSOCIAÇÃO ONZE DE AGÔSTO — Jornal Científico e Literário — Surgiu no mês de outubro de 1862, impresso em formato de 30x21, na Tip. Imp. Pernambucana, de Elias Marinho Falcão de Albuquerque Maranhão,

situada à rua de Horta nº 14, trazendo na capa, em papel de côr, a divisa:

**“Fili, à juventude tua exicipe
dotrinam, et usque ad canos
invenies sapientiam.**

Eccl. Cap. VI, V. 18.”

Dirigia-a uma comissão de redação, assim constituída: Antônio Jansen de M. Pereira, presidente; Gonçalo de Aguiar Teles de Meneses, secretário; Raimundo Clementino Valente, Antônio de Holanda Cunha, Augusto Colin da Silva Rios e Lourenço Bezerra Cavalcanti de Lacerda. A “Introdução”, de mais de duas páginas batidas, assinada pelo presidente honorário do sodalício, Tristão de Alencar Araripe, assim começou:

“Fundada a Associação Onze de Agôsto, ela sente a necessidade de um órgão de publicidade de suas lucubrações. A imprensa é a companheira das associações literárias: é a poderosa amiga das letras, que vivifica o pensamento, formando a comunidade dos sábios. A Associação Acadêmica Onze de Agôsto vem satisfazer essa necessidade, criando o seu periódico, que hoje começa sob a denominação de **Revista da Associação Onze de Agôsto**; e ao soltar o seu primeiro brado na tribuna universal da moderna civilização, ela saúda fraternalmente as suas companheiras de lides acadêmicas”.

Em meio às considerações gerais do substancioso artigo, escreveu Tristão de Alencar Araripe:

“Jovens de gênio, que começais vosso tirocínio, é com o espírito indagador que devemos prosseguir no caminho de nossas aspirações: não nos desvaírem doutrinas errôneas e nocivos exemplos. Ergamos nossas vistas, entremos animados no campo das investigações; e com o espírito de verdade, teremos alvo em nossas ações; não veremos as nossas obras como fragmentos, porque tenderemos à unidade da ciência, e assim iremos alegres com a esperança do próspero sucesso”. E concluiu: “Marchai; e os louros que a ciência promete aos seus cultores vos esperam”.

Em suas 16 páginas, a revista divulgou a ata, amplo relatório e os discursos proferidos na sessão magna de ins-

talação da Associação Onze de Agosto; um estudo sobre anistia, de Gonçalo de Aguiar Teles de Meneses; poesia de Ulisses de Barros Mendonça e a “Crônica” do fim, assinada por J. G. (José Avelino Gurgel do Amaral).

Não há notícia de ter continuado a publicação (**Bib. Púb. Est.**).

REVISTA ACADEMICA — Impressa na Tipografia Commercial, em pequeno formato, saiu “o nº 1 e único (?) a 1 de setembro de 1862, trazendo o seguinte conceito de J. J. Rousseau: **Vitam impendere vero**” (“Anais”).

O CONSERVADOR VERMELHO — Entrou em circulação a 12 de setembro de 1862, formato de 22x15, com quatro páginas de duas colunas, sendo impresso na tipografia d’**A Ordem**, à rua da Praia nº 34 (1). Dois terços da primeira página foram ocupados pelo cabeçalho, encimando o título um clichê (o mesmo utilizado pelo periódico **O Político**, de 1861), ficando-lhe, aos lados, uma de cada, em sentido vertical, as palavras **Constituição** e **Imperador**, à guisa de lema. Publicação semanal, não admitia assinaturas, sendo distribuída grátis aos assinantes d’**A Ordem**. Custo do exemplar isolado — 160 réis.

O “Prospecto” de apresentação declarou ser **O Conservador Vermelho** “órgão do Partido daquele nome”, destinando-se a advogar-lhe “os interesses legítimos e a debelar, quanto estiver nas raias de sua possibilidade, todo e qualquer embaraço que porventura se apresente ante o livre exercício de suas idéias”.

Ocorreram mais dois editoriais: um de apologia ao líder conservador Pedro Francisco de Paula Cavalcanti de Albuquerque (Visconde de Camaragibe), “o primeiro cidadão desta província”, e o outro de repúdio à **liga** política formada de elementos liberais e conservadores, que tomou a denominação de Partido Progressista.

No nº 5, o jornal censurou o gabinete ministerial, que, “deitando as manguinhas de fora”, promovera a demissão

(1) Noticiou-se, ao pé da última página, que a tipografia fôra transferida do nº 47 para o n. 34 da rua da Praia, em cujo edifício o proprietário, que era Inácio Bento de Loiola, “estabeleceu uma loja de fazendas”.

de vários presidentes conservadores, substituindo-os por “ligueiros”, cabendo a Pernambuco o Conselheiro João Silveira de Sousa.

Como matéria principal, de abertura, figurou a série de artigos biográficos sob o título “Justa apreciação dos membros mais proeminentes do Partido Conservador Vermelho”, prolongada até o nº 12. Em diferentes comentários, voltava-se a redação contra o **Censor** (pseudônimo não identificado), que firmara longas correspondências do Rio de Janeiro para **A Ordem**, do Recife, atacando o Imperador Pedro II e o Monsenhor Pinto de Campos. Este, indicado para bispo diocesano, tinha o apoio d’**O Conservador Vermelho**, que escrevera em defesa do “honrado prelado de S. Santidade”: “O sr. Pinto de Campos, quando fôsse um celerado, como o pintou o finado Nogueira Paz em 1846, a sua vida posterior e de conversão, talvez, o purificava de tudo quanto pudesse ter praticado contra Deus e os homens”.

Em prosseguimento à sustentação da política dos conservadores ortodoxos, contra os “ligueiros” e os liberais, veio a polemizar com **O Campeão**, que dizia ser órgão da “praia”.

Medeou quase um mês entre a última edição de 1862 e a primeira de 1863, sendo aquela datada de 19 de dezembro e esta de 16 de janeiro — nº 17, ano II. Logo mais, deu boa cobertura à questão anglo-brasileira. Apareceu, depois, uma série de “Sessões Secretas”, dialogadas em linguagem satírico-jocosa e de ridículo, cujos participantes se denominavam **Pimentão de Pantorra**, **Cousa dos Reis**, **Pedro Carrapato**, **Beijudo**, **Padre Mata Cordeiro**, **Dr. Orfanológico**, **Padre Onça**, **Barão de Sete Linguas**, etc., apelidos atribuídos a personalidades da situação dominante. Ocorriam também versos do mesmo estilo, nos quais se colocavam os antigos líderes da Praia e os “ligueiros” em pendenga. Tal matéria era assinada por **Meuron e Gasse**, **O Periquito**, **O Orador Zoológico**, **O Ganso do Capitólio**, **Icaro**, **Iscariotis** e outros pseudônimos. Enquanto isto, atacava os novos periódicos situacionistas **O Progressista** e **O Alabama**, denominando-os “pasquins”.

A partir do nº 33, de 8 de maio, divulgava cartas do Rio de Janeiro, do correspondente, Monsenhor Pinto de Campos, que ressaltou, na do nº 36, estar “combinado com os amigos o meio mais eficaz de debelar essa canalha ligueira”.

Em meio à campanha das eleições em expectativa, **O Conservador Vermelho** despediu-se dos leitores a 24 de julho, nº 40, prometendo reaparecer “depois do glorioso triunfo” que esperava obter contra os candidatos do governo.

“Mas — adiantou o articulista — como a fatalidade pesa sobre a frágil humanidade, é possível que possamos sucumbir ante as baionetas do governo; por isso, em prevenção, julgamos conveniente fazer o nosso testamento...”

Concluiu com a declaração a seguir: “O proprietário de **A Ordem** fica pago e satisfeito de todo o trabalho material que despendeu na impressão de nosso periódico; e alguns autógrafos que sobraram serão remetidos aos colegas do **Constitucional Pernambucano**, para dar-lhes a luz da publicidade”.

Derrotado, nas urnas, o antigo partido “guabiru”, não voltou à tona o ardoroso órgão político (**Bib. Púb. Est.**).

O PROGRESSISTA CONSTITUCIONAL — Periódico Político, Judiciário, Comercial e Literário — Fundado a 7 de setembro de 1862, só foi possível avistá-lo a partir do nº 4, de 24 do referido mês. Pretendia publicar-se duas vezes por semana, sendo impresso na Tip. Imparcial Pernambucana, formato de 45x27, com quatro páginas de quatro colunas. Subscrevia-se a 3\$000 por série de 20 números, pagos adiantadamente. Os Comunicados e Correspondências de particular interesse pagariam o que fôsse convencionado.

A edição seguinte só saiu no dia 1 de outubro, e foi a última do ano. Esta e aquela apresentaram, como matéria principal, folhetim literário de Sebastião Melo; extenso discurso de Tavares Bastos; artigos de crítica aos conservadores vermelhos; comentários de P. M., Correspondências, etc.

Tão cedo suspensa a publicação, reapareceu, nº 6, ano II, a 25 de janeiro (1) de 1863, figurando como editor e proprietário Herminio Ernesto de Lemos Amaral. O trabalho material transferiu-se para a Tip. Republicana Federativa Universal, instalada na rua da Imperatriz nº 31, sem mais alterações no Expediente.

(1) Não no mês de fevereiro, como registou Alfredo de Carvalho.

A suspensão, conforme o editorial da nova fase, ocorrerá por tratar-se de “empêsa pobre de recursos”. Entretanto, voltava o jornal a ocupar seu pôsto de honra, esperando ser “coadjuvado pelo espírito público”.

Noutro comentário: “Parece que raiou, afinal, para Pernambuco uma aurora mais feliz e que se dissiparam um pouco as trevas do exclusivismo vermelho odioso à Província, ao Império e ao bom senso”. Condenou “o pernicioso mando do sr. Camaragibe” e creditou confiança ao Presidente João Silveira de Sousa, em cuja gestão “os roubos desapareceram”.

No nº 7, deu início à publicação, em forma de livro, para recortar e encadernar, ocupando mais de meia página, frente e reverso, dos “Romancetos originais”, de Manuel Pereira de Moraes Pinheiro. Foram outros colaboradores o padre Arruda, Nabor C. B. Cavalcanti, **O Amigo da Verdade**, C. M. (literatura) e **Caio Gracho**, além da inserção de poesias, assinadas com pseudônimos. Também anúncios.

Mereceu destaque, nas colunas do bem redigido órgão, a questão anglo-brasileira, a respeito da qual a redação polemizou com o **O Liberal** e **A Atualidade**, assim como não faltavam elogios ao Partido Progressista e aos candidatos às eleições próximas.

Ao atingir o nº 36, de 5 de outubro de 1863, (2) declarou-se, simplesmente, “jornal comercial”, acrescentando que passava a circular às segundas, quartas e sextas-feiras, ao que se seguiram novas “condições de assinaturas”. A par de substancioso editorial sôbre as idéias progressistas-liberais, a edição em aprêço inseriu noticiário, variedades, literatura, prosa e verso de Ulisses de Barros, notas ligeiras de natureza comercial e quase duas páginas de anúncios.

Apesar do enunciado, não houve mais vestígio d’**O Progressista Constitucional (Bib. Púb. Est.)** (3).

A OPINIÃO — Fôlha de orientação liberal, fundada em princípio de setembro, só foi possível avistar-lhe o nº 6, provavelmente último, datado de 18 de outubro de 1862, im-

(2) Outro engano do historiador citado; atribuiu ao nº 36 a data de 18 de junho.

(3) Coleção desfalcada.

presso na tipografia do Largo do Forte nº 49. Apresentava formato de 26x18, com quatro páginas de duas colunas a 16 cíceros.

Abriu a edição bem elaborado artigo, no qual dizia o redator achar-se o Partido Liberal disposto a aceitar a liga entre liberais e conservadores formadora do Partido Progressista, concorrendo para livrar a província do jugo oligarca.

Noutros comentários, criticou acerbamente os conservadores ortodoxos e o periódico **O Paiz**, do Rio de Janeiro. Inseriu, também, alguns versos, noticiário e Comunicado (**Bib. Púb. Est.**).

JORNAL DAS DAMAS — Periódico de Instrução e Recreio — Impresso na oficina gráfica do **Diario do Recife** e fundado em outubro de 1862, publicou-se o nº 7 no dia 22 de novembro, obedecendo ao formato de 22x16, com quatro páginas; o nº 8 no dia 29 e o nº 11 a 20 de dezembro (1). Circulava aos sábados, custando 2\$000 a assinatura trimestral.

Mais do que tudo servido de transcrições de literatura, charadas e variedades, o jornalzinho contou com ligeira colaboração, em prosa ou verso, de A. de Sousa Pinto, Maria Amália, **Artaud**, P. B., T. I. e H. de A. **Autran** (**Bib. Púb. Est.**).

1863

O BRAZIL AGRÍCOLA, INDUSTRIAL, CIENTÍFICO, LITERÁRIO E NOTICIOSO — Publicação surgida no dia 10 de janeiro (1 A) de 1863, com 16 páginas, formato de 27x18, a duas colunas de 14 cíceros, adotou, abaixo do título, as divisas: “A agricultura há de ser fôrça vital do Império brasileiro, como o é da França e d’outros países de Europa”, e “Querer é poder”.

(1) Alfredo de Carvalho registara, como último, o nº 6, atribuindo-lhe a data errônea de 22 de novembro.

(1 A) Não a 15 de outubro, conforme se lê nos “Anais”.

Destinado a circular nos dias 10, 20 e 30 de cada mês, assinava-se a 12\$000 por ano (ou 36 números), por uma recepção do primeiro. Preço do exemplar: \$500. Impressão da Tip. Comercial, de G. H. de Mira, situada à rua Estrelita do Rosário nº 12, onde se localizava, também, a redação.

Sob a direção única de Francisco Maria Duprat, de nacionalidade francesa, cinco dos longos artigos publicados na edição de estréia tiveram sua assinatura, a começar pelo "Prospecto" (2), seguido de uma "Introdução". Nesta, explicava que os leitores do **Diario de Pernambuco**, nem sempre podendo ler os extensos artigos de sua lavra, punham a fôlha de parte e, quando iam procurá-la dias após, achava-se extraviada. Assim, "por êsse motivo — e pelo desejo de suprir a região de periódicos capazes de regenerar e aumentar a fortuna pública e privada do país pelos meios aperfeiçoados, pacíficos e gloriosos por êle indicados, particularmente nos dois anos transatos" — resolvera publicar um jornal, com a ajuda de "alguns distintos escritores amigos do bem público". Não admitiria artigos políticos, "porque a experiência infelizmente nos há ensinado que a política do Brasil até hoje tem consistido em um jôgo de espertalhões".

Esperava Duprat que o "bem intencionado" monarca Pedro II e seus ministros lessem o seu periódico e mandassem executar as indicações apresentadas nos seus artigos. Mais adiante, sugeriu a criação do "Imperial Instituto Agrícola Normal de Pernambuco".

A matéria restante constituiu-se de traduções de jornais franceses, concluindo a edição uma "Parte Comercial".

A publicação seguiu-se normalmente, sem alterar o programa traçado, sempre com 16 páginas, em numeração ininterrupta. Após a edição de 20 de maio (nº 14), foi suspensa, para reaparecer decorrido um ano, a 15 de maio de 1864. Passou a circular apenas duas vêzes por mês, nos dias 15 e 30, até o nº 21, de 15 de agôsto.

Outra vez suspenso, **O Brazil** (3) **Agrícola** só veio a publicar o nº 22 a 10 de agôsto de 1866, quando transferiu as

(2) Êsse "Prospecto", anunciador do aparecimento d'**O Brazil Agrícola**, tinha sido divulgado, em avulso, muito antes, desde 30/10/1862.

(3) Anos depois, o **Brazil** com **z** foi substituído por **Brasil** com **s**.

saídas para os dias 10 e 25 de cada mês. Escreveu, então, o redator único que a suspensão foi motivada pela falta de apoio dos assinantes, que dificilmente efetuavam o respectivo pagamento. Circularam, no referido ano, mais quatro edições, a última delas a 10 de outubro.

Reapareceu — nº 27 — a 20 de janeiro de 1867. E insistiu, como o fazia sempre, no ansioso pedido de pagamento das assinaturas, não deixando de mencionar que o governo de S. M. Imperial se negara, desde 1863, a encomendar “tantos exemplares quantos são os mestres de escolas primárias de todo êste Império” (4). Feito o que, parou novamente.

Findou, assim, a primeira fase da odisséia de Duprat, com sua revista, sempre repleta de artigos especializados, conselhos e recomendações, através, inclusive, de traduções e transcrições. Na última página instalava-se a “Parte Comercial”, completada com pequeno anúncio. Numeração seguida, passando de um ano para outro, as edições publicadas somaram o total de 432 páginas.

Mais de 12 anos depois, ocorreu nova aparição d’O Brasil **Agrícola, Comercial, Científico, Literário e Noticioso**, segunda série, a 5 de agosto (5) de 1879, obedecendo ao mesmo ritmo, ainda sob a direção de F. M. Duprat, com escritório na rua do Crespo (atual 1º de Março) nº 2, sede da Sociedade Auxiliadora da Agricultura de Pernambuco. Impressão da tipografia d’O Tempo, à rua Duque de Caxias nº 28.

No editorial de abertura, declarou voltar “com os mesmos fins, sob as mesmas impressões”, cada vez mais certo “das vantagens de uma publicação periódica exclusivamente dedicada a tão momentosos interesses”, adiantando: “Encontramos, depois de tão longos anos, o país ungido ainda ao carro da mais lamentável rotina, a lavoura nas vascas de morte lenta e dolorosa, quase em forçada liquidação; o co-

(4) Após ter recebido resposta negativa do Ministro do Império, Duprat dirigiu-se, em vão, às Assembléias Legislativas de Pernambuco e de outras províncias, lembrando-lhes a conveniência da adoção oficial da leitura da sua revista nas escolas públicas.

(5) Não no dia 8, como está nos “Anais”, de Alfredo de Carvalho, cujas informações gerais são bastante reduzidas.

mércio restrito a insignificantes transações; o nosso pôrto sem navios; a obra dêle abandonada se bem que em aparência o contrário se julgue; as indústrias morrendo ao nascerem, desamparadas pelos poderes públicos, que só encontram recursos para fazer frente às despesas do estado e da província na decretação de novos impostos, que não bastarão ainda para futuros esbanjamentos”. Manteria “o velho programa”, “retemperado nas lições de um decênio de ostracismo”.

Inseriu outros editoriais, transcrições e longa contribuição de F. M. Duprat ao Congresso Agrícola do ano anterior.

O nº 2 saiu a 12 de setembro (outras 16 páginas), com artigo d’**A Redação**, em cinco páginas, no qual se lamentava “a incompreensível obstinação do governo imperial e da representação nacional e provincial” em não amparar o órgão, acentuando: “Ao nosso ver, o desaparecimento de nossa revista especial muito concorreu para que a agricultura, a indústria e o comércio estejam no lamentável estado em que os vemos”. E mais: “A publicação regular e contínua do **Brasil Agrícola** teria dado ocasião a realizações, no decurso dos doze anos decorridos, que poderiam ter produzido à província benefícios de 5 a 6 mil contos de réis por ano”.

Parou outra vez, para encetar nova fase — nº 1, ano I — a 15 de setembro de 1880, reduzido o título para **O Brasil Agrícola**, sem outras alterações, quer de caráter intelectual quer no setor material. Publicou-se quinzenalmente, saindo o nº 24 no dia 31 de agosto de 1881.

O ano II — nôvo nº 1 — teve início logo a 15 de setembro de 1881, transferindo-se o serviço material para a Tip. Mercantil, à rua das Trincheiras (parte da atual Avenida Dantas Barreto) nº 50. Transcreveu tópicos do artigo de 30 de setembro do ano anterior, intitulado “A ressurreição oficial da nossa revista **O Brasil Agrícola**, constante do contrato que o Exm^o. Sr. Dr. Franklin Dória mandou celebrar na Tesouraria Provincial”.

Continuou a publicar-se com regularidade e, ao atingir janeiro de 1882, mudou para “ano III”. No nº 24, de 31 de agosto, a redação transcreveu, precedida de comentários,

uma petição ao Presidente da Província, pedindo o pagamento da diferença de 50\$000, pois, tendo-lhe sido autorizada uma verba de 500\$000, de acôrdo com “a lei 1597, de 28/6/1881, e outras disposições anteriores”, a subvenção foi reduzida a 200\$000. Por isso, em vez de 16 páginas, baixou para oito; ainda assim, achava-se no desembolso de 50\$000. Esperava que, assinado nôvo contrato, fôsse observada a subvenção de 500\$000.

Iniciando o ano IV — nº 1 — a 15 de outubro, veio a findar a existência d’**O Brasil Agrícola** com o nº 6, de 31 de dezembro (6) de 1882 (**Bib. Púb. Est. e Bib. Nac.**) (7).

O ANÃO — Periódico Político e Noticioso, Social, Crítico e Literário — Surgiu a 15 de janeiro de 1863, formato de 30 x20, com quatro páginas a duas colunas de 16 cíceros, sendo impresso na Tip Pernambuco, situada no Largo do Forte nº 39. Figurou no cabeçalho o clichê, em madeira, de grotesco anão, à direita do qual, sob o título “Publicação e Assinatura”, estavam os versos:

“Nas quintas-feiras e domingos,
A visitar sai **O Anão**
Aos assinantes que pagarem
Sempre com prontidão.

Dez mil réis custa um ano;
Por metade, tostões sessenta;
Um trimestre três mil réis;
? Custa avulso cento e sessenta”.

Do outro lado do desenho colocou-se o “Programa” a seguir:

“Amo a Deus, à Monarquia,
Amo à santa liberdade;
Dos oprimidos se ufana
Ser o órgão d’equidade.

(6) Outro engano cometeu Alfredo de Carvalho, que registou, como derradeiro número o primeiro publicado em 1882.

(7) A coleção da Biblioteca Pública do Estado, com lacunas, só atinge a primeira fase do órgão. Enquanto isto, encontra-se na Biblioteca Nacional coleção completa (unicamente) da segunda fase.

É soldado valoroso
Que morrer não teme, não;
Apesar do seu tamanho,
Firme bate a corrupção”.

A nota de abertura informou ser o nôvo órgão substituído d’**A Opinião**, que não pudera circular no dia 25 de dezembro de 1862, por motivos supervenientes.

O primeiro número só inseriu diálogos e comentários de crítica humorística, inclusive o início das seções “Ordem do dia” e “Arquivo das asneiras”, colhidas estas no... **Diário de Pernambuco**. Já no nº 2, do dia 18, transcreveu-se um artigo político, e a redação comentou a necessidade da construção de “uma ponte que dê passagem do bairro de Santo Antônio para o bairro do Recife”, achando que a nova ponte da Boa Vista era uma “extravagância”.

A publicação seguiu seu eclético programa, inclusive condenando a atitude da Inglaterra para com o Brasil. assunto que lhe mereceu sucessivos artigos. No mais, tinham primazia as seções satírico-humorísticas e algumas poesias.

O nº 22, de 2 de abril, foi inteiramente dedicado a literatura religiosa, ao ensejo da Semana Santa. A partir daí, mencionou-se, na qualidade de editor, o nome de Antônio Soares de Carvalho, o proprietário da tipografia. Depois, algumas edições deram cobertura à grande reunião realizada entre liberais e conservadores “ligueiros”, para a formação do Partido Progressista, divulgando, pouco a pouco, o extenso discurso do orador oficial Nascimento Feitosa.

Finalmente, depois de atacar elementos do Partido Liberal, por haverem “renegado” os seus princípios, chamando-os “tão especuladores e safados como os conservadores barrigudos, que desertaram de suas bandeiras por ingratos e imorais”, encerrou **O Anão** sua tarefa, ao divulgar o nº 54, de 9 de agosto, declarando que seria substituído pelo **Desengano** (Bib. Púb. Est.).

O BRADO MILITAR — A União faz a Fôrça — Estreado a 7 de março de 1863, existe comprovante do nº 5, de 4 de abril, impresso na Tipografia Imparcial Pernambucana, formato de 33x25, com quatro páginas a três colunas de 14 cíceros. Redator — Carlos de Sousa Gondin. O mesmo Expediente da extinta **Revista Militar**. Circulação semanal.

A edição divulgou matéria variada, dentro do programa expresso no título, inclusive as seções “Aleluia”, “Correspondências”, “Noticiário” e “Publicações a pedido” (**Bib. Púb. Est.**).

Prosseguiu a publicação, pelo menos, até o nº 9 (1), que saiu no dia 2 de maio, segundo referência feita no periódico **O Linguarudo** de 5 de dezembro do mesmo ano.

ACADEMIA POPULAR — Semanário de Instrução e Recreio para o Povo — Entrou em circulação a 3 de maio (1 A) de 1863, formato de 22x15, com oito páginas de duas colunas, impresso na oficina do **Diário de Pernambuco**, situada na antiga rua das Cruzes nº 42. Direção de Cícero Peregrino, com redação à rua do Queimado (atual Duque de Caxias) nº 26, 1º andar. Assinaturas: por ano — 3\$400; por quatro meses — 1\$200; por um mês — \$340, acrescendo o porte do Correio. Preço do exemplar — \$100.

Lia-se no editorial de abertura, assinado por C. P.: “Eis no domínio público um periódico destinado à instrução do povo! Ficaríamos aquém da expectativa pública? Alimentamos a idéia de ser êste o primeiro e tranquiliza-nos a certeza de que a instrução de um povo como o nosso não é obra de um dia, nem das primeiras linhas de um jornal; o sábio não nasce sábio; mas isto não é razão para que se abandonem as letras, quando só o tempo e a aplicação poderão enriquecer-nos com as vantagens do estudo. A razão de nossa empresa é fácil e mostra-se às vistas de todos”.

“Religião, Ciências, Artes e Literatura, são os quatro pontos primordiais a que se referem os diversos escritos dêste periódico”.

A publicação decorreu com regularidade, inserindo lições de gramática, contos, notas instrutivas, variedades e charadas. Colaborador único: F. Borja Olival.

Além das oito páginas de cada edição, havia um Suplemento intitulado “Dicionário da Língua Portuguesa”.

(1) Nos “Anais”, Alfredo de Carvalho registara o nº 5 como tendo sido o último.

(1 A) Não no dia 9, como consta dos “Anais”.

O último número pôsto em circulação foi o 7º, datado de 21 de junho (**Bib. Nac. e Bib. Púb. Est.**) (2).

CONSTITUCIONAL PERNAMBUCANO — Iniciou sua circulação no dia 12 de maio de 1863, formato de 45x28, com quatro páginas de quatro colunas a 12 cíceros, sendo impresso na Tipografia Comercial, à rua Estreita do Rosário nº 12. Subscrevia-se no mesmo local, à razão de 3\$000 trimestrais, pagos adiantados, custando 120 réis o número avulso. Circulação às têrças e sextas-feiras.

Órgão conservador, logo no artigo de apresentação censurou a política do govêrno imperial e a do governador da província, Silveira de Sousa, seguindo-se longos comentários contra o Partido Progressista, que estava no poder, além de “Notícias diversas”, transcrições, correspondências e poucos anúncios.

Continuou a publicação, cujos primeiros temas, prolixamente focalizados, foram: a eleição do 3º distrito e a dissolução do Parlamento, o voto livre e a política **ligueira**, além das “Correspondências” e “Comunicados”, geralmente assinados com iniciais. Embora raramente, divulgou também Literatura, quase sempre mediante transcrições.

As eleições parlamentares em evidência levaram à publicação, editado pela emprêsa do bissemanário, de um **Boletim Eleitoral**, diário, de duas páginas, às vêzes uma só impressa, com matéria específica, de 10 a 19 de agôsto, inclusive a narrativa das cenas desagradáveis ocorridas por ocasião do pleito.

Não tiveram mais trégua os ataques à administração provincial, denunciada por atos de fraude em detrimento dos candidatos oposicionistas à deputação.

Encerrado o ano com o nº 50, de 31 de dezembro, houve um interregno, e o **Constitucional Pernambucano** só reapareceu, com numeração inicial, a 27 de fevereiro de 1864. Tendo circulado, por algum tempo, em dias indeterminados,

(2) Na Biblioteca Nacional: coleção desfalcada; na Biblioteca Pública do Estado: só os ns. 6 e 7.

voltou a sair duas vezes por semana, às quartas-feiras e sábados. E o preço do número avulso subiu para \$160.

Seguiu o mesmo programa, atacando, principalmente, o recrutamento militar, palavra “ominosa e fatídica”, em face das barbaridades cometidas pelos agentes da administração pública no interior do Estado.

Logo na edição seguinte, de 2 de março, declarava um Aviso: “Daqui por diante observar-se-á o seguinte: As assinaturas podem começar em qualquer dia, mas terminarão em junho, setembro, dezembro e março. Quem não pagar a assinatura dentro do primeiro mês de cada trimestre, será ela cobrada na razão de 14\$000 por ano ou 3\$500 por trimestre”. Era encarregado dos recebimentos Geraldo Henrique de Mira, proprietário da tipografia.

A par dos constantes editoriais de condenação à chamada política **ligueira**, ao presidente João Silveira de Sousa e à Assembléia Provincial, iniciava-se, a 20 de abril, longa série de artigos assinados por **C. Tarmelão**, o qual, por sua vez, não teve mãos a medir na crítica mais severa aos dois poderes. Tempos depois, a começar da edição de 30 de novembro, travaram interessante debate político o mesmo **Tarmelão** e **E. Califourchon**, em estiradíssimos artigos, como era de praxe no periódico, ao passo que **Junius** escrevia “Apontamentos para a História”.

A partir do nº 57, a fôlha publicou-se semanalmente, sendo J. Ferreira dos Santos encarregado de receber as assinaturas. Terminou o ano o nº 61, de 24 de dezembro, acrescido de um Suplemento de duas páginas, devido à “necessidade de dar saída” a “algumas das matérias que ficaram”.

Ao recommençar a circulação, o **Constitucional Pernambucano**, a 28 de janeiro de 1865, usou numeração inicial.

Sempre fazendo oposição ao gabinete ministerial e à presidência da província, já exercida por Antônio Borges Leal Castelo Branco, além de criticar as vantagens conseguidas pelo líder liguista Nascimento Feitosa, prosseguiu a existência do jornal até o nº 20, de 8 de julho de 1865, que foi o último, sem terminar a extensa correspondência do “Coronel Francisco Joaquim Pereira Lobo, ao público”, inicia-

da quatro edições antes (1) (Bib. Púb. Est. (2) e Bib. do Inst. Arq.).

FACULDADE DO RECIFE — Jornal Acadêmico — Ciência, Pátria e Liberdade! — Entrou em circulação a 15 de maio de 1863, sob a direção de José Fiel de Jesus Leite. Impresso na tipografia de Freitas Irmãos, à rua do Imperador n° 48, obedecendo ao formato de 30x21, reuniu doze páginas de texto, tendo capa simples em papel de côr.

Escreveu a “Introdução” o professor Pedro Autran da Mata e Albuquerque, frisando, a certa altura: “...alguns estudantes do quinto ano desta Faculdade de Direito assentaram em dar à luz, de quinze em quinze dias, alguns artigos, frutos de suas lucubrações, com o fim de se instruírem mutuamente e se confirmarem cada vez mais nos sãos princípios da moral, firmada na lei evangélica.”

“Debaixo dêstes princípios e possuidos do mais profundo respeito para com seus mestres, e da mais cordial fraternidade para com seus colegas, êsses estudantes se oferecem àqueles e a êstes para publicarem nesta fôlha os escritos que lhes aprouver enviarem ao encarregado da publicação, uma vez que se harmonizem com o fim proposto”.

Concluiu recomendando aos assinantes a leitura da “publicação, unicamente feita por amor à ciência, ao estudo e à moralidade”.

Seguiu-se a circulação regularmente, cada quinzena, até o n° 4, mas os ns. 5 e 6 foram reunidos em um só, datado de 30 de julho, duplicada a quantidade das doze páginas habituais.

Abria cada edição o Expediente da Secretaria da Faculdade de Direito. Além de J. Fiel, signatário da seção de biografias, e a “Revista da Quinzena”, o periódico divulgava ar-

(1) Consoante **A Opinião Nacional**, de 14/7/1868, o **Constitucional Pernambucano** tinha como redatores Braz Florentino, Paula Batista, Costa Ribeiro, Correia de Brito, Aprigio Guimarães “e outros”. Segundo Alfredo de Carvalho (“Anais”), era “principalmente redigido por Francisco Leopoldino de Gusmão Lobo”.

(2) Na coleção da Biblioteca Pública do Estado faltam os comprovantes do ano de 1863.

tigos, sôbre Direito ou Literatura, de Aprígio J. da Silva Guimarães, J. Liberato, A. M. Lapemberg, Firmino Licínio da Silva Soares, Catão G. de Castro, Francisco de Paula Batista, Filipe Franco de Sá, Milcíades Pereira da Silva, J. F. Chaves Júnior, **Tyche-Brahe** (cartas de um acadêmico de São Paulo), Ângelo Muniz de O. S., José Antônio de Figueiredo, M. C. Honorato, **A. R. de S. U.**, Dr. Aguiar, Antônio de Vasconcelos M. de Drumond, Filipe Néri Colaço e Caitano Maria de Faria Neves, e poesias de Barros Júnior, C. A. Machado, J. A. Ribeiro da Silva e Jefferson Mirabeau.

A segunda e a quarta edições fizeram-se acompanhar de suplementos (seis páginas), contendo a lista geral dos estudantes matriculados na Faculdade de Direito do Recife em 1863, e (quatro páginas) a relação dos bacharéis formados de 1832 a 1837.

O último publicado foi o nº 8, de 30 de agosto, também acrescido da relação, em oito páginas, dos acadêmicos “ca-louros” (**Bib. Púb. Est. e Bib. Nac.**) (1).

ALABAMA — Periódico Noticioso, Crítico e Alusivo — Começou a circular a 16 de maio de 1863, impresso na Tipografia Liberal, em formato de 22x16, com quatro páginas de duas colunas, vendendo-se o exemplar a 80 réis. Acima do título via-se o desenho de um navio a vela em mar revôlto. Publicação em dias que seriam previamente anunciados, tendo como redatores “João da Cunha Teixeira e outros”.

“...vendo o triste estado a que filhos degenerados procuram reduzir êste belo torrão, onde infelizmente vão pululando salteadores, assassinos, ladrões e tratantes de todo gênero e espécie” — declarava o artigo-programa — **O Alabama** propunha-se “a prestar sérios e relevantes serviços, apresentando-se para castigar severamente os que o merecerem”. sendo sua ação “mui benéfica em relação à sociedade”. Quando necessário, teria que “incendiar, meter a pique, arrasar, apresar, erguer gente à verga, etc.” Feita a sua profissão de fé, restava receber a coadjuvação do público.

Ao invés da prática comum dos periódicos da época, **O Alabama** desprezou os artigos longos para encher-se de no-

(1) A coleção da Biblioteca Pública do Estado só atinge o nº 6. Na Biblioteca Nacional existem comprovantes dos ns. 2, 7 e 8.

tas ligeiras de crítica e sátira a fatos e coisas da política, fazendo-o sem deixar de exaltar a posição do Partido Progressista, então no poder, e dos liberais nêles integrados.

Logo no segundo número acrescentou-se ao cabeçalho, entre o clichê do navio e o título, a quadra:

“Não tenhas, **Alabama**,
Mêdo dêles;
Vai tosando de rijo
Chumbo nêles”.

Em seu nº 4, exultou com a dissolução da Câmara federal, o que “encheu de contentamento a todos os pernambucanos livres, que desejavam ver extinto o estado aviltante a que um punhado de homens sem habilitações, serviços e virtudes, tinham reduzido esta terra”. Findou erguendo vivas ao Imperador, ao Ministério de 30 de maio, ao Partido Liberal e à memória “do exímio Nunes Machado”.

Proseguiu a publicação no seu estilo joco-sério, enchendo de ridículo os conservadores vermelhos, inclusive o Mon-senhor Pinto de Campos. Divulgou Correspondências de **Jones Alfred, O Bode em Pé, João Guabiru, O Esparrela**, etc, e poemas satíricos firmados por **Faca Torta e Pero Giles**.

Na última edição, às vésperas das eleições parlamentares anunciadas, conclamou os pernambucanos a votarem pela queda dos oligarcas. Findou com o nº 12, de 6 de agosto (**Bib. Púb. Est.**).

A PRIMAVERA — Periódico Dedicado às Ilustres Pernambucanas — Surgiu no dia 17 (1) de maio de 1863, tendo como editor-proprietário o acadêmico Antônio Joaquim de Passos. Impresso em formato de 27x18, na Tipografia Comercial, à rua Estreita do Rosário nº 12, apresentou, na capa, a seguinte sentença de Madame de Rémusat (“Éducation des femmes”): “**Je ne vois aucun motif de traiter les femmes que les hommes, de leur dénaturer la vérité sous la forme moins serieusement d’une supertition; elles ont droit au devoir, elles ont droit à la vérité, puisqu’elles sont capables de l’un et de l’autre**”.

(1) Não no dia 16, como consta dos “Anais”.

Da “Introdução” constava: “**A Primavera**, êsse nôvo panfleto quinzenal, que vai agora correr o infinito do mundo literário, é mais uma prova do amor dos moços pelas letras. Filho de uma idéia grande e generosa, vai êle professar e ensinar a verdade da ciência e o conhecimento de Deus e da humanidade, derramando a educação no seio das famílias por meio de teorias sublimes, como a religião dos mártires”.

“A educação, a instrução e os bons exemplos no lar doméstico — eis de que se incumbem **A Primavera** na árdua missão que vem desempenhar na órbita do mundo literário. A religião é a sua profissão de fé”.

Escreveram, em prosa, nessa primeira edição, Franklin Távora, João Diniz Ribeiro da Cunha, A. J. de Passos, C. S. (José Roberto da Cunha Sales), autor do “Folhetim” de encerramento, e Cezário de Azevedo, com uma carta de aceitação do convite para ser redator da revista. Na seção de versos apareceram Castro Alves (poema abolicionista), Victoriano Palhares, M. C. Pais de Andrade, J. D. R. e Digna de S. R.

O expediente veio inserto na última página da capa, assim concebido: “O proprietário dêste periódico, considerando as inúmeras vantagens que devem resultar de uma publicação que tenha por fim advogar especialmente os interesses da educação literária das famílias, ainda tão acanhada nesta província, e bondadosamente secundado neste empenho por algumas pessoas distintas, empreende a presente publicação, na convicção de que aquêle utilíssimo fim será preenchido, porque conta com o sincero e pronunciado apoio do belo sexo pernambucano e daquelas pessoas que prezam de coração a causa das letras. Êste periódico consta de 16 páginas e publica-se duas vêzes por mês. Recebem-se assinaturas nesta tipografia, na Livraria Econômica e na rua da Glória n^o 18. O preço da assinatura para a província é de 3\$000 por trimestre, pagos adiantados, e para fora, de 4\$000”.

Ao que tudo indica, **A Primavera** não continuou a publicar-se (**Bib. Púb. Est.**).

O PERNAMBUCANO — Jornal Político, Literário e Noticioso — Publicou-se o n^o 1 a 30 de maio de 1863, formato

médio, com quatro páginas de quatro boas colunas. Propriedade de M. G. Pereira de Vasconcelos, imprimiu-se na oficina gráfica de Inácio Bento de Loiola, à rua da Praia nº 47. Pretendia sair semanalmente, estabelecendo o preço de 3\$000 por trimestre, acrescidos de 1\$000 nas assinaturas para fora da província.

Vinha, consoante o editorial de apresentação, trazer sua voz em saudação ao desenvolvimento que dizia operar-se no país após um predomínio político de 14 anos. A nova situação — aduziu — era francamente liberal.

No artigo seguinte, discorreu, longamente, em defesa do Gabinete do Marquês de Olinda. A demais matéria constituiu-se das seções “Correspondências”, “Revista do **Pernambucano**”, “Transcrição” e “Variedades”, completando a edição meia página de anúncios.

Não consta que haja continuado (**Bib. Púb. Est.**).

O **MISANTHROPO** — **Periódico Joco-Sério, Crítico e Noticioso** — Saiu a lume no dia 12 de junho de 1863, formato de 30x20, com quatro páginas de duas colunas largas, sendo impresso na tipografia d’**A Ordem**, à rua da Praia nº 47. O cabeçalho ocupou o espaço de meia página, vendo-se ao alto, no centro, xilogravura de um balão; em cada lado e, por baixo dêle, uma quadra, à guisa de Expediente. Ainda as palavras Justiça e Verdade, uma de cada lado. Depois de tudo isto, o título do jornal, o sub-título e a data. Os versos foram êstes:

“**O Misanthropo**, querendo
Um meio de distração,
O mundo vai percorrendo
Metido no seu balão.

Sempre fiel mensageiro,
Da verdade prezador,
Publicará, mui lampeiro,
O que souber, sem temor”.

Grátis a distribuição
Será feita, sem perigo
De dizer-se que a impressão
É lucrosa pr’a comigo”.

Uma faixa em tipo corpo 7 completou o Expediente: “**O Misanthropo** é caprichoso e irregularíssimo em sua marcha; de nascimento temporão, propenso ao retiro, e filho das circunstâncias de momento, carece de distração; e assim, aparecerá tão sòmente quando a isto o constrangerem, sendo prèviamente anunciado. As suas colunas são desde já franqueadas aos desvalidos, cujas reclamações serão aceitas, sob a única condição de virem legalizadas, correndo por conta de seus autores tôda responsabilidade criminal e moral. É seu redator o padre João Herculano do Rêgo”.

A parte restante da primeira página foi dedicada à “Introdução”, que assim começou: “Pela simples perspectiva dêste periódico, leitores, conhecereis fàcilmente que o seu proprietário é um dêsses entes racionais que, não se podendo acomodar com os negócios do século, desgostoso da sociedade dos homens, entendeu fazer a sua felicidade indo habitar nas selvas, donde só uma necessidade extrema o obrigara a sair. Essa necessidade, pois, deu-se comigo, como adiante mostrarei”.

“...forçado, pelas circunstâncias, a escrever para o público, nada mais pretendo do que levar ao conhecimento de todos o quanto hei sofrido depois que dos prelos me despedi em 1859” (1).

“...o nascimento d’**O Misanthropo**, sendo de sua natureza prematuro, equivale perfeitamente ao de um abôrto, cuja existência está bem longe de assegurar-lhe uma vida longa”.

“Convencido de que se não faz justiça a quem justiça merece, eu nada espero dos magnatas da terra em meu favor, e nem dos que comigo padecem: contudo, é forçoso falar, porque ao que sofre em silêncio duplicam-se-lhe os desgostos”.

“Quanto possa, farei guardar as regras da conveniência; e se, porventura, um pouco me desvairar de tão honroso caminho, sirva-me de desculpa a imperfeição de minha

(1) O famoso padre João Herculano do Rêgo colaborou, amiudadamente, no **Jornal do Commercio**, de Inácio Bento de Loiola, a propósito de suas tropelias na Vitória de Santo Antão. Transferiu-se, depois, para o interior do município do Bonito.

natureza, o azedume de meus sofrimentos; ou, ainda, a minha falta de inteligência, que não dos meus bons desejos”.

Com uma página de versos de sete sílabas, de fundo moral, tôda a demais matéria se constituiu de ataques, em prosa intercalada de versos, na linguagem desempenada do redator — “suplemento ao que já disse pela **A Ordem**” (2) ao “tenente Antônio Vilela de Castro Tavares, diretor da Colônia Militar de Pimenteiras”, a quem chamava de “incivil, grosseiro, imoral e relaxado”. Sucedeu que o referido oficial mandara dar-lhe uma surra, cujo mandatário foi igualmente invetivado nos comentários e notas sôltas redigidos pelo padre.

O **Misanthropo** deu “aos leitores um nôvo espetáculo de seus infortúnios” no dia 17 do mesmo mês, aí continuando a catilinária contra o tenente esbordoador. E arrematou, fechando a 4ª página:

“Leitores, dai-me licença,
Voltarei, sem mais detença,
Se não fôr assassinado!!!”.

O destrambelhado jornal não voltou a ser publicado. Entretanto, não constou notícia do assassinio do padre... (**Bib. Púb. Est.**).

REVISTA MENSAL DO ENSAIO JURÍDICO — **Jornal Acadêmico** — Entrou em circulação no mês de julho de 1863, formato de 30x21, com 16 páginas, fora a capa, esta em papel de côr. Apresentou, como divisa, o conceito de Virgílio: “**Labor omnia vincit**”. Comissão de Redação: Raimundo Valentiano de Moraes Rêgo (presidente), Firmino Licínio da Silva Soares (secretário), Filipe Franco de Sá, Antônio Martiniano Lapemberg, Joaquim José Ferreira da Rocha Júnior e Milcíades Pereira da Silva. Trabalho material da tipografia do **Diário de Pernambuco**.

Segundo a “Introdução”, Ensaio Jurídico era uma sociedade de estudantes, fundada com o objetivo de discutir

(2) **A Ordem**, sucessora do **Jornal do Commercio**, terminara cortando a colaboração do Padre Herculano. Reatada, entretanto, escreveu êle, a 23 de janeiro de 1866, que o **Misanthropo**, suspenso em junho de 1863, ia ser substituído por outro periódico, intitulado **A Impostura Soberana do Mundo**, a ser distribuído gratuitamente. Ficou sômente na promessa.

“questões jurídicas pela tribuna e pela imprensa e, mais particularmente, o exercício da prática do processo criminal”, sendo a **Revista** “a fiel expressão dessas louváveis tendências”.

Seguiu-se a publicação em agosto e setembro, num total de 48 páginas, em numeração corrida, divulgando, além da produção dos redatores, colaboração especial de José Augusto Galvão Pires, Braz Florentino Henriques de Sousa, Ernesto Júlio Bandeira de Melo, J. Campos (Medeiros e Albuquerque), A. V. Carneiro da Rocha, Oliveira Fonseca e Frederico de Araújo. Como de praxe, não faltou a “Crônica” dos acontecimentos (jurídicos) do mês, a cargo de Valentiano do Rêgo e (a terceira) de F. F. S.

Só reapareceu em 1864, proporcionando mais três edições, nos meses, respectivamente, de junho, julho e agosto. Os redatores R. V. de Moraes Rêgo, Firmino Licínio e Joaquim J. F. da Rocha Júnior foram substituídos por J. A. Galvão Pires (secretário), Frederico Marinho de Araújo e João Alves Mergulhão, passando Filipe de Sá para a presidência da Comissão.

Manteve o padrão inicial de apenas divulgar artigos que versassem temas jurídicos (**Bib. Púb. Est.**) (1).

A GUARDA AVANÇADA — Estreou sua circulação a 18 de julho de 1863, formato de 37x27, com quatro páginas a três boas colunas de composição. Trazia, abaixo do título, à guisa de lema, a expressão: “**La garde meurt; ele ne se rend pas**”. Impresso na tipografia da rua dos Prazeres nº 24, subscrevia-se a 3\$000 por série de 25 números, custando 120 réis cada exemplar. Redação — no mesmo local.

Justificando o título da fôlha, dizia o artigo “A caravana”: “Nós tomamos já a nossa posição de vanguarda: os nossos olhos são perspicazes, o nosso ouvido vai alerta, as armas prontas, a marcha será rápida”.

Após uma série de considerações, concluiu: “Outros se curvem sôbre os vestígios floridos da fortuna; nós entramos com gôsto numa carreira pobre de tudo, até de glória; mas quando dela sairmos ou nela expirarmos, seremos ricos do

(1) Faltam comprovantes dos ns. 1 e 3 do segundo ano.

contentamento da consciência e das bênçãos do povo, que não deixará de derramá-las sôbre êstes seus ignorados e verdadeiros amigos”.

No editorial “Profissão de fé”, declarou: “...como escritores independentes, combateremos, com os recursos da razão, todos os erros e abusos do poder, sejam quais forem os seus depositários; e não repousaremos armas enquanto não virmos estabelecido em nossa terra um govêrno digno do século”.

“Queremos um govêrno que desagreve a bandeira nacional; que alevante o Império no conceito do estrangeiro, pelo exato cumprimento dos tratados e pelo acurado esmêro em manter ileza e respeitada a sua própria autonomia”.

O terceiro artigo foi dedicado à famosa **liga**, nascida “do incestuoso ajuntamento de dois sentimentos irmãos em ruindade: do despeito e da ambição”, acentuando: “O nôvo partido da **liga** compõe-se de antigos conservadores e de antigos liberais, a quem os mesmos ruins sentimentos fizeram sacrificar suas velhas crenças”.

Noutro, intitulado “Aos nossos amigos”, aconselhava: “Rasguemos a máscara a êsses **agiotas do progressismo** bastardo, que aí enrolam suas antigas bandeiras...”

Ainda inseriu uma “Carta ao Exmo. Marquês de Olin-da”, que era o “protetor da **liga**”. Outros comentários menores completaram o nº 1, terminando por atacar o Presidente da Província, Conselheiro João Silveira de Sousa, que estava preocupado em promover “o desarmamento da Guarda Nacional, êste grande baluarte das liberdades públicas”.

Criticando o Partido Progressista e seu jornal; criticando a política “ligueira” de Francisco Xavier Pais Barreto e Antônio Vicente do Nascimento Feitosa; criticando **O Liberal**, órgão dos antigos praieiros da primeira linha, escreveu **A Guarda Avançada**, no segundo número, sob o título “O embuste; a hipocrisia”: “Essencialmente constitucional e monarquista, o Partido Conservador não adota outras idéias que não sejam as que resultem da estrita combinação de todos os elementos de que se compõe o nosso pacto fundamental”.

A partir do nº 4, foi o periódico impresso na Tip. Commercial, à rua Estreita do Rosário nº 12, ostentando melhor

feição material. E prosseguiu o programa de ataques a tudo que não fôsse conservador ortodoxo ou vermelho, em artigos prolixos, mas redigidos com apuro de linguagem, só uma vez revelada a assinatura do Monsenhor Pinto de Campos.

Na derradeira edição, assim arrematou um editorial: “Os Silveiras de Sousa assemelham-se às grandes pestes: invadem, atacam, derribam; mas declinam e desaparecem ao repucho dos exorcismos e das litanias”. Nas duas páginas do fim figuraram, mediante transcrição, dois artigos do liberal ortodoxo Jerônimo Vilela Tavares (1) contra a tríade maior dos progressistas ou “ligueiros”: Silveira de Sousa, Pais Barreto e Nascimento Feitosa.

Divulgada a referida edição — nº 10, de 12 de outubro do mesmo ano — encerrou-se a existência do jornal (**Bib. Púb. Est.**).

DONA LIGA — Periódico Liberal Joco-Sério — Entrou em circulação a 30 de setembro de 1863, (1 A), formato de 26x 15, com quatro páginas a duas colunas de 15 cíceros. Impresso na oficina gráfica de João de Barros Falcão de Albuquerque Maranhão, à rua da Imperatriz nº 31, destinava-se a sair às quartas-feiras e sábados, custando o exemplar 40 réis. Sob o título, assinada A. B., lia-se a quadra:

“É por certo caso nôvo,
É de espantar, maravilha:
Enchi a pança e preguei
Nos liberais a forquilha!”

Explicando o horroroso clichê-xilogravura de mulher, que encimava o cabeçalho, assim começou o artigo de apresentação de **Dona Liga**: “Eis-me de ponto em branco, na grande cidade do Recife, capital do heróico Pernambuco, revestida de todos os meus adornos e atavios, com esta cara sem-vergonha e pança descomunal, emblema da minha política na província, tendo na mão direita a forquilha, que prego em quantos me crerem”.

(1) No seu registo dos “Anais”, Alfredo de Carvalho, mencionando **A Guarda Avançada**, simplesmente, como “periódico político”, declarou-o redigido por Jerônimo Vilela, o que não seria possível nem lógico tratando-se de jornal conservador ortodoxo, conforme está acima demonstrado.

(1 A) Só no nº 13 lembrou-se a tipografia de acrescentar à data o ano da publicação.

O editorial historiou, em linguagem satírica, os princípios e o nascimento da **liga**, cujo pai era **Chique-Pá** (apelido de Francisco Xavier Pais Barreto); a mãe, **D. Silvéria de Sousa**, ou seja, João Silveira de Sousa, Presidente da Província; e a “comadre” ou “médico que a assistiu”, **Moisés**, como era cognominado o jornalista Nascimento Feitosa, sendo padrinhos os **Drs. Charmá, Beleza e Sounaço**. Noutro comentário, aludiu à criação dum “circo de cavalinhos” da tal **liga**, servido de **mestres e palhaços**.

Fechou a última página da edição de estréia o Aviso seguinte: “**A Dona Liga** não falará da vida privada de pessoa alguma; respeitará, como lhe cumpre, o sagrado das famílias, e só admite artigos políticos joco-sérios, em que se trate de ridicularizar, como é preciso, a **liga** pernambucana do sr. Pais Barreto com o sr. dr. Feitosa”.

Constituiu tema único do periódico — cuja redação era atribuída ao liberal genuíno (ou ortodoxo, como queiram) Jerônimo Vilela de Castro Tavares — o ataque sistemático, em prosa e verso, aos dirigentes da **liga**, através dos respectivos nomes ou apelidos, inclusive acusando **Moisés** de ter vendido o Partido Liberal a **Chique-Pá**, para a formação do Partido Progressista. Assim concluiu um comentário do nº 4: “. . .sentimos, dentro dalma, que o sr. Feitosa tenha feito um papel tão triste, na política do país, que só com o ridículo se lhe possa responder”.

Dona Liga polemizou, em defesa de sua posição, com **O Progressista** e **O Papagaio de Dona Liga**, êste último useiro da mesma linguagem de ridículo. E fez a narrativa das recentes eleições provinciais, combatendo os candidatos “ligueiros” à deputação.

No nº 14, quando passou a imprimir-se na Tip. Liberal, à rua das Cinco Pontas nº 71, tendo sido substituído o desenho do cabeçalho, abriu a primeira página a nota a seguir: “As coisas não vão bem: os liberais têm resistido à **liga** fortemente, e é por isso que ela agora aparece noutra posição, pensativa, e com a forquilha virada para o chão. Quem sabe quantas posições terá ela ainda que tomar?”

Sem modificação no seu programa, o bissemanário atingiu o nº 16 a 28 de novembro, divulgando, então, êste “Anuncio”: “Aproximando-se o tempo da festa, e tendo a **Dona Liga** de descansar por algum tempo, avisa-se aos seus leito-

res que agora só sairá para o ano vindouro e nos dias que se anunciar”.

Terminou aí a publicação (**Bib. Púb. Est.**).

O **RECIFENSE — Periódico Independente, Industrial, Noticioso e Literário** — Surgiu no dia 14 de outubro de 1863, formato de 27x20, com quatro páginas de duas colunas largas. Editor e proprietário — Hermilo Duperron, que montou tipografia à rua do Ouro n° 4, instalando a redação na rua Augusta n° 54. Do Expediente constava publicar-se duas vezes por semana, às quartas-feiras e aos sábados (depois passou a semanário), custando 1\$000 a assinatura trimestral, acrescidos de \$300 para fora da cidade, e 80 réis o número avulso.

Na “Introdução”, bastante longa, o editorialista afirmou que a imprensa não vinha acompanhando “a marcha ascendente da civilização”. O **Recifense** preenchia essa lacuna, dispondo-se a analisar todos os atos que caissem no domínio do público e que não dissessem respeito “à vida privada, sem distinção de pessoas”. Trataria, também, de assuntos políticos, mas com patriotismo, do que se ufanava. Finalmente, reunindo o útil ao agradável, divulgaria alguma matéria literária.

Logo começou a divulgar, ocupando alto rodapé das duas últimas páginas, para recortar e encadernar, a novela “Felicidade de um milionário”, por Mery. Além disso, apenas a seção “Fatos diversos”, mais externos que locais.

Jornal pouco interessante, quase todo de matéria transcrita, salvantes raros artigos do padre Arruda e o extenso estudo seriado “O sacerdócio e o clero, o estado e o govêrno brasileiro”, com críticas à neutralidade do **Jornal do Recife**, só no seu n° 17 iniciou a “Crônica Semanal”, firmada por **Fídias**, depois Heitor Damasceno, a qual, entretanto, saía quinzenalmente. A primeira novela publicada, seguiram-se “Ó que lindo pássaro!” e “A câmara vermelha”, esta não passando das páginas 33/36.

O **Recifense**, mal impresso, circulou até o n° 31, datado de 2 de abril de 1864 (1) (**Bib. Púb. Est.**).

O **PAPAGAIO DE DONA LIGA — Periódico Político Joco-Sério** — Apareceu na arena a 16 de outubro de 1863,

(1) Alfredo de Carvalho dera a existência d’**O Recifense** como terminada com o n° 20, de 23 de dezembro de 1863.

formato de 27x18, com quatro páginas de duas boas colunas. Circulação às terças e sextas-feiras, ao preço de 40 réis por exemplar ou 1\$000 por série de 26 números. Trabalho material da Tip. Republicana Federativa Universal, de João de B. F. de Albuquerque Maranhão. Sobre o título trazia um clichê, em madeira, representado por altiva mulher, de rebenque à mão esquerda e uma forquilha na direita, tendo à sua frente um papagaio caído da gaiola, que falava: “**Có pé**”. Aos lados do desenho, em sentido vertical, as divisas: “Doutrina e Verdade” e “**Ridendo castigat**”.

No artigo-programa, dizia-se “sinceramente democrata”: amava à liberdade, como à luz, como à vida; não tinha compromisso com nenhuma das parcialidades que disputavam “a direção dos negócios públicos”; enunciaria “seu pensamento, alto e bom som”; vinha discutir questões políticas e econômicas, “de cuja solução depende a prosperidade e o engrandecimento do Brasil”.

Mais adiante, manifestando-se contra a audácia dos “charlatães, dos que “traficam com a miséria pública”, acentuou: “Havemos de verberar, com a sátira e o ridículo, a toda essa caterva de aventureiros que têm escarnecido e que ainda pretendem escarnecer da boa fé do país; havemos de expô-los, em sua hedionda nudez, às vaias e aos apupos desse mesmo povo, de cuja longanimidade têm eles tão descomunalmente abusado”.

Como única matéria que ocupou o restante espaço da edição de estréia, o nôvo órgão não fez outra coisa senão hostilizar e ridicularizar o periódico **Dona Liga**, assim continuando nas edições seguintes. Na de 3 de novembro — nº 4 — lia-se: “Será verdade que o redator de **Dona Liga** diz de plano, a quem queira ouvir, que pertencerá sempre àquela parcialidade que o fizer deputado?”.

Na sua curta existência, a fôlha defendeu o govêrno do Conselheiro João Silveira de Sousa e atacou, principalmente, as pretensões políticas do líder liberal Jerônimo Vilela, chamando-o de **Papa-Angu**, “um charlatão muito medíocre”.

Não ultrapassou, **O Papagaio de Dona Liga**, o nº 5, publicado a 10 de novembro (**Bib. Púb. Est.**).

O PHIL'ARTISTA — Trabalho e Virtude — Semanário da Associação dos Artistas de Pernambuco, publicou-se o pri-

meiro número a 17 de outubro de 1863, formato de 30x20, com quatro páginas de três colunas. Impresso na tipografia d'A **Ordem**, tinha redação instalada na rua do Livramento nº 11, 1º andar. Preço do exemplar — 160 réis.

O artigo de apresentação, assinado por P. A. (padre Azevedo), ocupou-se do “espírito animador” que convocava “os homens para a prosperidade”, frisando: “Este periódico é o mais poderoso recurso com que conta a sociedade para fazer que se propaguem por alguns artistas desta cidade conhecimentos de que necessitam; senão emanados dos sócios que mais se distinguem, ao menos extraídos dos escritos dos melhores mestres”.

Escolhido durante a reunião preparatória da Associação, o corpo redacional ficou assim constituído: padre Francisco João de Azevedo, Silvino Silva, João Ribeiro Pessoa de Lacerda, João Ribeiro Pessoa de Lacerda Júnior, Carlos Ernesto de Mesquita Falcão, José Xavier Faustino Ramos, Ângelo José Timóteo e Silva Lins.

Circulou regularmente, divulgando artigos sôbre Agricultura, Liberdade, Trabalho e as Artes na Província, assinados em geral com iniciais; discursos proferidos pelos consócios, e transcrições, a salientar “A Química aplicada às Artes, à Agricultura e à Economia Doméstica”. “A chave da Ciência ou os fenômenos de todos os dias”, etc.

Só viveu até o nº 9, de 12 de dezembro (**Bib. Púb. Est.**).

A VOZ DA VERDADE — Periódico Político e Social — Distribuiu o primeiro número a 26 de outubro de 1863, formato de 26x18, com quatro páginas de duas colunas, sendo impresso na Tip. Liberal, à rua das Flôres nº 5. Destinado a circular às segundas e quintas-feiras, vendia-se o exemplar a 40 réis, não admitindo assinaturas.

Lia-se no artigo de apresentação: “**A Voz da Verdade** propõe-se a defender os legítimos interesses do Partido Liberal; a mostrar-lhe que êle se acha inteiramente iludido por homens que, se apregoando de grandes patriotas, o estão vendendo a trôco da satisfação de sua desmedida ambição e que, embaindo a bôa fé que muitos depositam nêles, e com o auxílio que lhes presta o govêrno, composto de servis prosélitos da nova oligarquia, que tão cedo entre nós assoma,

orgulhosa e onipotente, e com o emprêgo da poderosa corrupção governativa, bem longe de procurarem a regeneração da sociedade pernambucana, a vão atirar a um abismo insondável de males.”

Tôda a matéria do jornal, de redação caprichada, envolveu ataques aos líderes do Partido Progressista. No terceiro número, intensificavam-se êsses ataques, sobretudo em versos satíricos, sendo visados, principalmente, os candidatos chamados “ligueiros” à senatória — Nascimento Feitosa a Francisco Xavier Pais Barreto. No quarto, de 24 de novembro, os principais ataques alvejavam o Presidente da Província, Silveira de Sousa.

Como era comum viverem pouco os jornais da época, **A Voz da Verdade** não continuou a publicar-se (**Bib. Púb. Est.**).

A ESTRELLA DO NORTE — Periódico Político e Joco-Sério — Destinado a sair às segundas e quintas-feiras, surgiu no dia 27 de outubro de 1863, com quatro páginas, sendo impresso no formato de 26x18, de duas boas colunas, na tipografia de João de Barros Falcão de Albuquerque Maranhão, à rua da Imperatriz nº 31. Preço do exemplar — 40 réis. O cabeçalho, ocupando mais de meia página, era encimado pelo clichê, em xilogravura, de uma estrêla.

“O seu fim — dizia ligeira nota de apresentação — é sustentar os princípios liberais puros, livres dessa mescla hedionda, a **liga**, que nos tem levado a um estado degradante, e também desmascarar êsses aventureiros políticos que, com enganosas palavras, têm trazido na mais perfeita ilusão um povo digno de melhor sorte”.

Defendeu, a seguir, os nomes de Urbano Sabino Pessoa de Melo, Joaquim Saldanha Marinho e Antônio Pinto Chichorro da Gama, apontando-os ao sufrágio do eleitorado, para o preenchimento de uma vaga no Senado, contra a inclusão dos nomes de Antônio Vicente do Nascimento Feitosa e Francisco Pais Barreto na chapa do Partido Progressista.

Na propaganda dos candidatos liberais, atacou, sobretudo, o Presidente da Província, conselheiro Silveira de Sousa, que pretendia impor ao eleitorado um “casal de víboras”, a par de acerbas críticas à **liga** e aos seus mentores — mistu-

ra de liberais e “guabirus” dissidentes — fazendo-o, inclusive, em versos chistosos. Assim foi até o nº 7, de 19 de dezembro, último do ano.

Reapareceu **A Estrella do Norte** com o nº 1, ano II, a 17 de janeiro de 1864 (1), dizendo-se “órgão político, judiciário, literário e recreativo”, sem mais clichê no cabeçalho, anunciando os preços de 2\$000 por série de 26 números e de 80 réis por exemplar. Saudando o ano novo, continuaria a sustentar as idéias liberais, paralelamente ao trato das grandes questões do dia, inclusive comerciais, morais e materiais, a fora secões literárias e recreativas e uma galeria de “caricaturas dos saltimbancos políticos”. Sua primeira preocupação foi atacar o juiz do Comércio, Tristão de Alencar Ara-ripe, que dizia ter feito do cargo “um meio de adquirir fortuna”.

Não existem comprovantes nem notícia do prosseguimento da publicação (**Bib. Púb. Est. e Bib. Naci.**) (2).

REVISTA DO INSTITUTO ARCHEOLOGICO, HISTÓRICO (1 A) E GEOGRAPHICO PERNAMBUCANO — Surgiu êste importante órgão no mês de outubro de 1863, em formato de 22x14, com 32 páginas, mais a capa, esta em papel de côr, impresso na Tipografia Universal, à rua do Imperador nº 52. Comissão de redação: Aprígio Justiniano da Silva Guimarães, Braz Florentino Henriques de Sousa e Antônio Rangel de Tôrres Bandeira. Na fôlha de rosto trazia a seguinte quadra de Santa Rita Durão:

“Goza de tanto bem, terra bemdita,
E da cruz do Senhor teu nome seja;
E quando a luz mais tarde te visita,
Tanto mais abundante em ti se veja!”

Reportou-se, a “Introdução”, à necessidade da “investigação de todos os mistérios da criação, de todos os segre-

(1) Alfredo de Carvalho dera a existência d'**A Estrella do Norte** como encerrada ao sair o nº 6, de 7 de dezembro de 1863.

(2) Coleções incompletas. Na de Pernambuco falta o nº 7 do primeiro ano. A do Rio de Janeiro, Guanabara, está desfalcada do nº 1 do ano segundo.

(1 A) Até o ano de 1919, era, apenas, **Revista do Instituto Archeologico e Geographico Pernambucano**, quando uma resolução da diretoria da sociedade lhe introduziu a palavra **Histórico**.

dos da ciência”, quando a humanidade caminha, “em sua marcha ascendente, ligada ao passado pelas tradições e pela história, e ao futuro pela natural inspiração de seu próprio engrandecimento”, acentuando, mais adiante:

“Eis aí porque, cedendo ao desejo que se nos figura necessidade indeclinável, traçamos, há um ano, a construção de um nôvo edifício literário para esta nossa província, e planejamos-lhe as dimensões com que se deveria elevar. Compreendemos que nos seria indispensável a existência de uma instituição especialmente destinada a recolher e conservar, como em mui peculiar e mui familiar repositório, as memórias, as legendas inúmeras, que por aí vogam esparsas e que se prendem mais ou menos à história e à própria vida social desta nossa província”.

Depois de outras considerações em tórno da utilidade da instituição, concluiu:

“Para que, porém, melhor o conheçam; para que a todos e em tudo seja presente o que se passa em sua mesma vida de associação, sai o Instituto a correr mundo, com o tran-sunto de suas idéias e de suas obras bem patente na **Revista** que lhe servirá de órgão d’hoje em diante, e com as suas divisas muito especiais e significativas nos trabalhos d’espíri-to que empreende na sua marcha de fervoroso progresso. Dêste periódico, que inicia e abre a sua existência para o público, data igualmente a sua missão, na parte mais importante e de mais elevada utilidade; e as páginas que, a contar de hoje, se vão abrir a êste modesto repositório das glórias da província, mostrá-lo-ão, tal como êle realmente é, a todos os espíritos que as veneram e que acreditam no futuro do país”.

A edição de estréia divulgou tão sòmente as atas das seções de instalação, preparatória e de posse e os respectivos discursos de Joaquim Pires Machado Portela, Monsenhor Francisco Muniz Tavares, Antônio Vicente do Nascimento Feitosa e José Avelino Gurgel do Amaral.

O nº 2 saiu em janeiro de 1864, prosseguindo a publicação, trimestralmente, até o número 27, datado de abril de 1870. Durante êsse período, a Comissão de Redação sofreu várias modificações, menos quanto ao nome de Aprígio Guimarães, dela participando, de substituição em substituição, Pedro Autran da Mata e Albuquerque, Soares Brandão, Fran-

cisco Manuel Raposo de Almeida, José Bento da Cunha e Figueiredo Júnior, Aires de Albuquerque Gama, Joaquim José de Campos da Costa Medeiros e Albuquerque e Salvador Henrique de Albuquerque. Dava, em média, 70 páginas de texto.

Suspensa, ressurgiu, após treze anos de inatividade, com o nº 28, correspondente ao primeiro semestre de 1883, contendo 202 páginas, sem indicar comissão de redação. Inse-riu o “Diálogo das Grandezas do Brasil”, copiado e anotado por Varnhagem, e deu início ao estudo “Nobiliarquia pernambucana”, de Antônio José Vitoriano Borges da Fonseca. Apresentando idêntico número de páginas, a edição relativa ao segundo semestre (nº 29) só saiu no ano seguinte.

Desde então a **Revista** publicou-se irregularmente, como a seguir: Ns. 30 e 31 — 1886; 32 a 34 — 1887; 35 — 1888; 36 a 38 — 1890; 39 a 42 — 1891; 43 e 44 — 1893; 45 e 46 — 1894; 47 — 1895; 48 e 49 — 1896; 50 — 1897; 51 — 1898; 52 — 1899; 53 — 1900; 54 e 55 — 1901; 56 — 1902 (escrevia Mário Melo no nº 100, de abril-junho de 1918: “Firmou-se, com o nº 56, o período áureo da **Revista do Instituto Arqueológico**, havendo em tudo ordem, bôa distribuição dos trabalhos”); 57 a 60 — 1903; 61 a 64 — 1904; 65 e 66 — 1905; 67 a 69 — 1906; 70 — 1907; 71 a 74 — 1908; 75 a 78 — 1909; 79 a 82 — 1910; 83 — 1911; 84 — 1912; 85 — 1913; 86 — 1914; 87 a 90 — 1915 — 91 a 94 — 1916; 95 a 98 — 1917 (um só volume, comemorativo do centenário da revolução republicana de 1817, inserindo, nas suas 523 páginas, exaustiva matéria documental, com diversos clichês, sendo um em página dupla, encimada a montagem com o escudo de Pernambuco, seguido de retratos individuais dos membros da diretoria do Instituto no ano em curso); 99/100 — 1918 (estudo bibliográfico da **Revista**, desde a fundação, autoria de Mário Melo, seguido dum índice alfabético dos trabalhos publicados em todo o período); 101 e 102 — 1918; 103/104 e 105/106 — 1919; 107/110 — 1920; 111/114 — 1921; 115/118 — 1922 (624 páginas, dedicadas à emancipação política do Brasil); 119/122 — 1923; 123/126 — 1924 (comemorativo do centenário da Confederação do Equador); 127/130 — 1926; 131/134 — 1927; 135/142 — 1929; 143/146 — 1930; 147/150 — 1931; 151/154 — 1932 (alterou a grafia do título, adotando a forma fonética nas palavras **Arqueológico e Geográfico**, e divulgou os Estatutos da agremiação); 155/158 — 1935; 159/162 — 1936 (com o “Vocabulário pernambucano”, de F.A. Pereira da Costa).

Parou aí a numeração das edições. Acham-se elas enfileiradas em 34 volumes. Desde então, cada edição constitui um volume único, acentuando-se, porém, a anormalidade da circulação, como se verá abaixo:

Vol. XXXV — 1937/1938; saiu em 1941, ano em que circulou, igualmente, o XXXVI, correspondente a 1939/1940; Vol. XXXVII — 1941/1942; vol. XXXVIII 1943; vol. XXXIX — 1944: saiu em 1945; vol. XL — 1945: saiu em 1946; vol. XLI — 1946/1947: saiu em 1948 (com o texto do Livro de Tombo do Mosteiro de São Bento, de Olinda, precedido de prefácio de Afonso de E. Taunay); vol. XLII — 1948/1949: saiu em 1952; vol. XLIII — 1950/1953: saiu em 1955.

No nº 46, publicado em 1894, foi restabelecida a Comissão de Redação, com os seguintes nomes: João Batista Regueira Costa, Cícero Odon Peregrino da Silva, Antônio Adelinho de Luna Freire e Francisco Augusto Pereira da Costa. Ocorrendo substituições, vieram também a integrá-la Sebastião de Vasconcelos Galvão, Alfredo de Carvalho e Artur Muniz, e desde o nº 50 voltou a constituir-se de três membros, em vez de quatro.

O nº 78, de 1909, apareceu com duas comissões de redação: uma indicada na capa e outra no texto, em consequência da cisão havida na mesa diretora do Instituto. Destituídas ambas, o nº 79 indicou esta outra: Regueira Costa, Henrique Capitolino Pereira de Melo e Mário Melo. O último permaneceu indefinidamente, sendo os demais, de quando em quando substituídos por novos nomes, a saber: Padre Heliodoro Pires; novamente Sebastião Galvão e F. A. Pereira da Costa; Neto Campelo, Oliveira Lima, Gonçalves Maia, Metódio Maranhão, Samuel Campelo, Tomé Gibson, Jerônimo Gueiros, Naasson de Figueiredo e Carlos Augusto Pereira da Costa. A começar do vol. XXXV, de 1937/38, tornou-se único diretor responsável o secretário perpétuo Mário Melo, “licenciado” pelo Departamento de Imprensa e Propaganda (repartição extinta anos depois).

No decorrer de 1909/1910 verificou-se “um parêntesis” na vida do Instituto Arqueológico. “Divergências num pleito eleitoral ocasionaram cisão, duplicata de diretoria, remédios judiciais, paralisação da vida social e, por fim, destrui-

ção do prédio” (na Praça Joaquim Nabuco, onde funcionava desde 1874). Segundo a “Declaração” que abriu o nº 83, de 1911, “êsses contratemplos ocasionaram também suspensão de verbas de auxílio e, como é natural, atraso da **Revista**. Em 1912 voltou o Instituto à regularidade, cedendo grande maioria dos cindidos aos seus caprichos pessoais”. Enquanto isto, passou a funcionar numa sala “que lhe emprestou o govêrno, no Ginásio Pernambucano, em troca do prédio demolido”. E concluiu: “Felizmente, o Congresso votou verba especial para um edifício nosso e o govêrno, obedecendo a ditames patrióticos, sancionou o ato legislativo”. Mas só em 1920 o Instituto se transferiu para a rua do Hospício, cuja sede própria, por doação do govêrno de Manuel Borba, ainda hoje ocupa.

Por decreto de 8 de janeiro de 1919, o govêrno federal, sob a presidência de Delfim Moreira, reconheceu o Instituto “como associação de utilidade pública”, o que figurou em página especial do nº 103/104 da **Revista**.

Tendo mantido, na capa e na fôlha de rosto, até o nº 30 e nos ns. 53 e 54, a quadra de S. Rita Durão, foi a mesma então substituída pela seguinte, que ainda permanece, encimando o brasão da sociedade:

“Os heróicos feitos dos antigos,
Tende vivos e impressos na memória,
Ali vereis esforço nos perigos,
Ali ordem na paz digna de glória”.

(“Prosopopéa” — Bento Teixeira)

Além da matéria documental, atas, relatórios, noticiário e discursos, a **Revista** divulgou, durante sua longa existência, produções de caráter histórico, assinadas não só pelos membros do seu variado corpo redacional, mas também por outros associados, tais como: Maximiano Lopes Machado, Padre Lino do Monte Carmelo Luna, José Higino Duarte Pereira, José Domingues Codeceira, J. Capistrano de Abreu, Pedro Celso Uchôa Cavalcanti, Elísio de Carvalho, Otávio de Freitas, Aníbal Fernandes, D. Pedro Roeser, Vicente Ferrer, Eusébio de Sousa, Joaquim da Fonseca Nunes de Oliveira, Manuel Arão, J. Coelho Brandão, J. A. Correia de Araújo, Cônego José Barata, Vicente Temudo Lessa, Cônego Xavier Pedrosa, Leônidas de Oliveira, Celso Vieira, João

Alfredo Correia de Oliveira, Aurélio Domingues, Gondim Filho, Anísio Galvão, Barbosa Lima Sobrinho, Estêvão Pinto, Ademar Tavares, Oton J. Bezerra de Melo, Luiz da Câmara Cascudo, Gaspar Guimarães, Ruber Van der Linden, Raimundo Pais Barreto, Velho Sobrinho, Raul Azedo, Luiz Delgado, Osiris Caldas, L. C. Cardoso Aires, Mário Sete, Monteiro de Melo, Eustórgio Vanderlei, Frei André Maria Pratt, Edgar Teixeira Leite, Artur Moura, Franklin de Faria Neves, Gíleto Dé Carli, d. Gabriel Beltrão, Hildebrando de Meneses, José Maria C. de Albuquerque e Melo, Luiz Estêvão de Oliveira, Mário Coelho Pinto, Valdemar Valente, Monsenhor Cunha Pedrosa, F. Saturino de Brito, Gilberto Freyre, Fernando Barroca, Hélio Viana, Célio Meira, Eládio Ramos, Getúlio César, Gil de Metódio Maranhão, Otávio Pinto, J. A. Gonçalves de Melo Neto, René Ribeiro, Hermógenes Viana, etc.

Até o nº 7 e os ns. 32 a 35 da **Revista** foram impressos na mencionada Tip. Universal; nº 8, na Tip. Mercantil, à rua Estreita do Rosário, 28; ns. 9 a 27 e 47 a 78, na oficina gráfica do **Jornal do Recife**, à rua do Imperador nº 47; ns. 28 a 31, na Tip. Industrial, à rua do Imperador, 14; ns. 36 a 44, na oficina da firma F. P. Boulitreau, à rua do Imperador, 48; ns. 79 a 122, na Imprensa Industrial, de I. Néri da Fonseca, à rua Visconde de Itaparica (atual do Apolo), 78/82; e, a partir do nº 123, na Seção Gráfica da Repartição de Publicações Oficiais, depois denominada Imprensa Oficial.

Quando, em caráter interino, governava Pernambuco, o general Dermeval Peixoto ordenou, em portaria de 7/8/1946, que a Imprensa Oficial não mais imprimisse gratuitamente, como era de praxe, a **Revista do Instituto**, norma que foi restabelecida no governo, também interino, de Amaro Gomes Pedrosa, em data de 8 de março de 1947.

Como se vê, a publicação do órgão especializado tinha, desde 1924, amparo financeiro legal. Merecido e justo. Nada obstante, após a edição de 1950/1953, impressa em 1955, houve um hiato bem mais prolongado do que vinha ocorrendo, culpas divididas entre a editada e o editor.

Assim é que o volume da **Revista** — XLIV — correspondente aos anos de 1954 a 1959 só veio a circular em 1961. Edição de 556 páginas, ainda apresentou, na capa, como di-

retor-responsável, o nome de Mário Melo (2), membro da Comissão de Redação, também integrada por Olímpio Costa Júnior e José Maria de Albuquerque e Melo.

O volume constituiu-se de um índice anotado, completo, de tudo o que se publicou na **Revista**, desde o seu primeiro número até 1953, “em forma de catálogo-dicionário”, com o registo de “autores, assuntos e títulos numa só ordem alfabética”, trabalho organizado pelo historiador José Honório Rodrigues (**Bib. Púb. Est. e Bib. do Inst. Arq.**) (3).

O **RAYO — Periódico Político e Joco-Sério** — Surgiu a 6 de novembro de 1863, formato de 27x18, com quatro páginas de duas boas colunas, sendo impresso na Tip. Republicana Federativa Universal. Trazia sôbre o título um clichê trabalhado em madeira, da altura de meia página, cujo desenho representava céu plúmbeo e fundo branco, daí saindo um ante-braço, de facho à mão, a distribuir raios em direção à terra. Abaixo, o dístico: “**Liberté! Liberté chérie**” (Marseillaise). Não marcava dia certo para circular, o que anunciaria pelo **Diário de Pernambuco**.

Constava do artigo de apresentação: “**O Rayo** vem despertar os brios adormecidos do indômito Leão do Norte, do valente soldado da pátria, tantas vêzes laureado nos grandes prêlios da liberdade! **O Rayo** vem sublevar a opinião pública, vem erguê-la até a altura da situação! Alistando-se nas fileiras da democracia, que é a grande causa dos tempos modernos, êle vem defender os imprescritíveis direitos do povo, vem pugnar pelos que sofrem e pelos que trabalham”. Concluiu dizendo que os aventureiros seriam fulminados, mas os inocentes seriam poupados.

O segundo editorial focalizou a queda de uma oligarquia e a ascensão de outra, “mais funesta que a primeira”, condenando a candidatura ao Senado dos líderes do Partido Progressista: Nascimento Feitosa e Francisco Xavier Pais

(2) O polígrafo Mário Melo faleceu no dia 25 de maio de 1959, sendo-lhe dedicado o vol. XLV, de 1960, mas só aparecido em 1965. Até publicar-se êste 5º vol. da “História da Imprensa de Pernambuco” não resurgiu, por motivos imperiosos, a **Revista do Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano**.

(3) Existem coleções, embora incompletas, em tôdas as principais bibliotecas do país.

Barreto. Numa seção de versos, fustigando os deputados que queriam ser senadores, vituperou:

“Não vendais a vossa pátria
Ao ouro dos portugueses,
Para serdes, de improviso,
Barões, viscondes, marqueses”.

Saiu o nº 2 a 14 de dezembro. Um artigo de três páginas ferreteou a **liga**, aduzindo, a certa altura: “O dr. Antônio Vicente do Nascimento Feitosa, que era o símbolo de tôdas as aspirações do Partido Liberal de Pernambuco, mostrou, na organização da **liga**, que não passava de um ambicioso vulgar, sacrificando os interesses do Partido Liberal aos caprichos de sua imensa vaidade”.

Noutro editorial, enalteceu a candidatura do liberal ortodoxo Urbano Sabino Pessoa de Melo ao Senado. O último comentário intitulava-se “Ladrões no Fôro”, devendo prosseguir na edição seguinte, o que não aconteceu porque o **O Rayo** não voltou a emanar a virulência de seus ataques (**Bib. Púb. Est.**).

O MOYSÉS — Periódico Político, Joco-Sério — Impresso na Tipografia de João de Barros Falcão de Albuquerque Maranhão, situada à rua da Imperatriz nº 31, formato de 27x19, com quatro páginas de duas colunas largas, circulou, pela primeira vez, a 20 de novembro de 1863, destinando-se a sair às têrças e sextas-feiras e vendendo o número avulso a 40 réis. Apresentou-se sucintamente aos leitores:

“Difícil e embaraçosa é a primeira apresentação no cenário político! Pois bem! Aí me apresento, mas é necessário que me defina e declare quais os meus princípios e o meu fim. Os meus princípios são os liberais — puros. O meu fim é combater, com tôdas as fôrças essa mascarada — a **liga** — que foi tão mal compreendida e executada pelo sacrificador do nosso partido. Dito isto, sem mais preâmbulos, entramos em ação”.

Sua matéria foi constituída de uma carta de **Moisés a Chiqui-Pá**, diálogo entre a **liga** e d. Pepineira, uma circular eleitoral em versos; motes e glosas e comentários, sem outro sentido que não a sátira e o ridículo contra os líderes do Par-

tido Progressista, a que os liberais ortodoxos chamavam a **liga**.

Apesar do enunciado no expediente, o segundo número só saiu a 14 de dezembro. Trouxe, sobre o título, uma caricatura, como sendo a de **Moisés**, apelido atribuído ao jornalista Nascimento Feitosa, cercado o desenho de cinco quadras verrinosas, a última das quais assim terminada: “Eis aqui quem o povo traíu!”. Tôda a matéria dessa edição foi constituída da descrição de um espetáculo, o “Bumba-meu-boi”, representado “no largo do Paço das Imoralidades Políticas”, sendo o cavalo-marinho **Chiqui-Pá** (apelido de Francisco Xavier Pais Barreto).

Nas mesmas condições circulou o nº 3 a 25 de dezembro. E foi o último (**Bib. Púb. Est.**).

O **LINGUARUDO** — **Periódico Crítico e Joco-Sério** — Saiu a lume no dia 23 de novembro de 1863, formato de 27x 18, com quatro páginas de duas colunas largas. Impresso na oficina gráfica de João de Barros de Albuquerque Maranhão, à rua da Imperatriz nº 31, estabeleceu o preço de 40 réis por exemplar. Encimou o título o desenho, gravado em madeira, de um homem em perfil, imensamente obeso, a língua de fora e um guarda-chuva debaixo do braço, tendo como legenda, uma de cada lado, as seguintes quadras:

“Sou linguarudo,
Mas com razão;
Falo de tudo
Sem exceção.

Sinto-me forte
Como um Catão,
Contra os apóstolos
Da corrupção”.

Nos seus artigos, o jornal criticou os partidos Liberal e Conservador, que se deixaram transformar no Progressista, mediante a composição de uma **liga** que reuniu elementos egressos das duas tradicionais agremiações políticas, e condenou as candidaturas de Francisco Xavier Pais Barreto e Nascimento Feitosa ao Senado, aconselhando aos eleitores uma lista tríplice constituída de Saldanha Marinho, Chichorro da Gama e Visconde de Camaragibe.

O **Lingarudo**, que se anunciara como bissemanal, só divulgou o segundo número (1) a 5 de dezembro, trazendo

(1) Os “Anais” só registaram, seguido de interrogação, o “nº 1 e único”

matéria mais variada, sem deixar de mão, entretanto, **Chiqui-Pá** e **Moisés**, como chamava àqueles dois então maiores do Partido Progressista.

A interrupção — dizia a nota — “foi devida à marcha irregular da *Tip. Federativa*, onde se dá a êle publicidade, e às discórdias nela havidas entre o proprietário e seu depositário H. E. de L. A. Agora, porém, prevenimos ao público que a publicação dêste periódico se tornará regular, saindo nas segundas e quintas-feiras”.

Não foram, contudo, encontradas outras edições (**Bib. Púb. Est.**).

O ECHO BRASILEIRO — Periódico Patriótico e Crítico — Circulou a 25 de novembro de 1863, formato de 27x18, com quatro páginas a duas colunas de 14 cíceros. Impriu-se na *Tip. Rep. Fed. Universal*, constando do Expediente: “. . . nada tem com a política, qualquer que seja a sua côr. De acôrdo com o nosso programa, publica-se todo e qualquer artigo que não ofender a moralidade pública e vier convenientemente legalizado. Sairá às quartas-feiras; cada número avulso custa 40 réis”.

Consoante longo artigo de apresentação, dispunha-se a gritar “contra a perseguição que sofre o povo brasileiro sob a influência dos portugueses, sendo lamentável que os nossos jornalistas não tratem de debelar essa vergonhosa influência, já que o govêrno não se importa que o Brasil, em vez de ser uma nação rica e poderosa pela imensidade dos recursos do seu território, viva na miséria, na ignorância e na dependência do estrangeiro, ou antes, dos portugueses, como se ainda fôssemos seus colonos”.

Frisou o editorialista que, no decorrer de 40 anos de independência, sômente os portugueses haviam lucrado, açambarcando todos os lucros e zombando da miséria dos brasileiros.

Seguiram-se outros comentários, um dêles afirmando que até o Clube Pernambucano era quase todo constituído de portugueses. E a seção “O vigilante incógnito” foi iniciada para fazer “críticas, denunciar ao público as traficâncias dos larápios e galegos”. Algumas anedotas, ao fim, amenizaram a catilinária anti-lusitana.

Ao que tudo indica, depois do primeiro número **O Echo** emudeceu (**Bib. Púb. Est.**).

O CLARIM DA FAMA — **Periódico Satírico** — Apareceu no dia 1 de dezembro de 1863, formato de 22x16, com quatro páginas de duas colunas. Impresso na Tip. Popular, situada no Largo das Cinco Pontas, sairia em dias indeterminados, custando 40 réis o exemplar. Sobre o título figurou vistosa vinheta de um globo mundial, em parte cercado de núvens, entre as quais um anjo a tocar clarim. Aos lados, duas a duas, liam-se as quadras abaixo:

“Nos ares retumba
Da Fama o Clarim,
Que nos anuncia
Da **liga** o mau fim.

Charmá Timbó-grande,
Juizeco Barros,
Parteiro Sarmento,
E outros galfarros.

Estão em apuros:
Chechéu entupido,
Socó de cambôa,
Moisés corrompido,

Uma tal caterva
Será bem tosada,
Até que a **liga**
Seja derrocada”.

“Órgão das idéias liberais puras — escreveu a redação — êste periódico, ainda que pequenino, tem por missão desmascarar e zurzir enèrgicamente a essa caterva de réprobos perdidos na opinião, traidores à pátria e ao povo, êsses hipócritas e fermentidos, que, dizendo-se, uns, liberais e progressistas, e outros, conservadores moderados ou “ligueiros”, renegam suas crenças e fazem da consciência taboleta de modista, cometendo as maiores baixezas, as maiores infâmias, contanto que, semelhantes aos cães famélicos, possam agarrar um osso, que da mesa do govêrno lhes seja atirado pelos lacaios de libré agaloadas, para o roerem com avidez, entretendo a gana que os devora... miseráveis que são!

“Eis o porque e para que aparece, na arena jornalística, **O Clarim da Fama**. Está dito”.

Da primeira à última página, tudo o que se viu foi o achincalhe e o ridículo dos dirigentes progressistas Nascimento Feitosa e Francisco Xavier Pais Barreto, sobretudo através dos respectivos apelidos **Moisés** e **Chiqui-Pá**, ao primeiro dos quais atribuindo até desonestidades. Não deixou de sofrer verrinadas, em versos irreverentes, o “Xexéu governante”.

Nas duas edições seguintes, em meio à continuação da catilinária, a redação fez a apologia dos candidatos liberais à Senatória: Chichorro da Gama e Urbano Sabino.

Mas, no dia da eleição, 6 de dezembro, quando saiu o nº 3, calou-se o valente **Clarim** (Bib. Púb. Est.).

O BARRIGUDO — **Periódico Satírico** — Destinado a sair em dias indeterminados, circulou a 18 de dezembro de 1863, sendo impresso na Tip. Popular, no Largo das Cinco Pontas nº 71, formato de 27x19, com quatro páginas a duas colunas de 15 cíceros. Acima do título, figurou o desenho correspondente, com a palavra **Progresso** impressa no volumoso abdome, tendo um saco pendurado em cada mão e um terceiro ao pé, respectivamente, com os dizeres: **Deputação, Alfândega Gorda e Senatória**. Formando duas colunas aos lados do clichê, os versos a seguir:

“Sou barrigudo,
Sou patoteiro,
É meu progresso
Fisgar dinheiro.

Neste propósito,
Que aqui registro,
De deputado
Fui a ministro.

Por ser a quadra
De transição,
Foi a meu jeito
A dissolução.

Em Pernambuco
Criei a liga
Por ser devoto
Do deus Barriga.

Tendo formado
Essa pandilha,
Mui gordo osso
Tive em partilha.

Juiz d’Alfândega
Fui nomeado,
De nôvo eleito
Fui deputado.

Mas aspirando
Coisa melhor,
É meu intuito
Ser senador.

Minha pinguela
Mandei armar,
Nela fazendo
Moisés passar,

O qual, deixando
Sua chefança,
Veio servir-me
Como ordenança;

E me promete
Que serei tudo,
Levando o povo
Grosso canudo.

Prá que na lista
Entrasse eu,
êle a ser bucha
Se resolveu.

Ah! que se pilho
Tão doce mama,
Moisés e a liga
Deito na lama”.

Iniciou o texto o seguinte “Introito”: “Este periódico é dado á luz da publicidade para pôr à mostra a **calva escandalosa do figurão** representado na estampa e cuja traficância política descrevemos, alusiva e resumidamente, nas respectivas legendas e nos versinhos que se lêem nas extremidades.

“Excusado nos parece dar maiores esclarecimentos ao leitor; e vamos entrar na liça, sustentando as idéias liberais genuínas, que professamos, e tosando com energia, não só ao tal **barrigudo** (1) como também à caterva de **progressistas da barriga**, que se constituíram escravos dêsse traficante, vendendo-lhe o grande Partido Liberal da província, a que outrora pertenceram”.

Seguiram-se um artigo em prol da reorganização do partido praieiro, outro de advertência aos “**progressistas provocadores**”, com a ameaça de “ôlho por ôlho, dente por dente”, e boa quantidade de versos satíricos, de grande mordacidade, agressivos mesmo, envolvendo **Chiqui-Pá** e **Moisés**.

Ao que consta, não voltou a publicar-se **O Barrigudo** (Bib. Púb. Est.).

1864 (+)

O BRADO NACIONAL — Periódico Político, Judiciário, Comercial e Literário — Entrou em circulação no dia 2 de abril de 1864, formato de 37x27, com quatro páginas de três colunas, trazendo abaixo do título, com a assinatura **Do Povo**, a quadra:

(1) O **barrigudo** era Francisco Xavier Pais Barreto, antigo membro do Partido Conservador.

(+) Sob o nº 387, Alfredo de Carvalho registou, nos “Anais”, **O Clamor Brasileiro**, tendo como redator responsável Francisco José Alves de Almeida, que assinara o respectivo termo a 18 de janeiro de 1864.

Nas mesmas condições — nº 390 — mencionou **O Amigo do Povo**, do qual teria sido redator Belizário da Cunha Chaves, cujo termo de responsabilidade firmara a 10 de maio, também de 1864.

Entretanto, não circularam êsses dois jornais. Nem chegaram a ser anunciados nalgum órgão da imprensa da época.

Outro que ficou na vontade dos redatores foi o **Zome**, a respeito do qual publicou o **Diário de Pernambuco**, nos “Avisos diversos”, a 22 de setembro do ano em aprêço: “Está no prelo o primeiro número do periódico

Seu nome é de
Seu nome é de
Seu nome é de
Seu nome é de

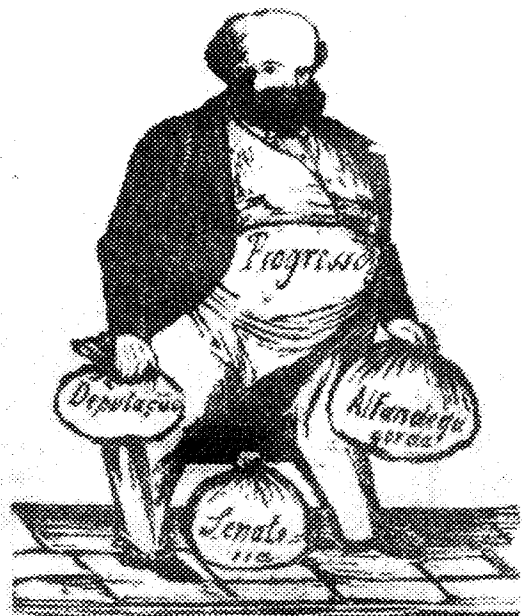
Neste propósito,
Que aqui registre,
De deputado
Fui a ministro.

Por ser a quadra
De transição,
Foi a meu gosto
A desolação.

Em Pernambuco
Creei a liga,
Por ser de voto
Da dens Barriga.

Vendo formada
Essa pandilha,
Moi gorde o seu
Dor em parilha.

Juz d'Alfandega
Fui nomeado,
De novo eleito
Fui deputado.



Mas aqui em
Com a melhor
E com o melhor
Seu nome é de

Milha progresso
Milha progresso
Milha progresso
Milha progresso

Trabalho e estudo
Trabalho e estudo
Trabalho e estudo
Trabalho e estudo

E me promette
Que se eu não
Levando a mão
Grande trabalho

Pra que no lista
Entrasse eu,
Elle a ser ludo
Se resolveu.

Ab' que se pillen
Tio do mundo,
Meyre e a sua
Bento na ludo.

O BARRIGUDO

PERIODICO SATYRICO

Publicado em dias indeterminados.

80 rs.]

SEXTA-FEIRA 18 DE DEZEMBRO DE 1863

[N. 1.]

O BARRIGUDO.

INSTRUCO.

Este periodico é dado á luz da publicidade para pôr á mostra a calca escandalosa do figurão representado na estampa, e cuja traficancia politica descrevemos, allusiva e resumidamente, nas respectivas legendas, e nos versinhos que se lêem nas extremidades.

Excusado nos parece dar maiores esclarecimentos ao leitor; e vamos entrar na liza, sustentando na idéas liberaes genuinas, que professamos, e tratando com energia, não só ao tal barrigudo, como tambem á categoria de progressistas da barriga, que se constituiram escravos de seu traficante, vendendo-lhe o grande partido liberal da provincia, a que outr'ora pertenceram.

RECONHECIMENTO DO PARTIDO LIBERAL DE PERNAMBUCO.

A pandilha progressista tem chegado ao zenith da abjeção, da infamia e da immundidade!

Esses gongoladores politicos, esses eleito-ros carimbados, esses escravos do barrigudo chefe da oligarchia meirim, tendo por feitor ao Moysés, novo Calabar de Pernambuco, no intuito de bem servirem ao seu tenor, praticam toda a sorte de torpezas que imaginar-se pôde!

Traidores á patria e ao povo, que, na melhor boa fé, nelles depositára plena confiança, conferindo-lhes o importante mandato de elegerem um senador por esta provincia, no dia da eleição bandearam-se, reneçaram da erença liberal, venderam a consciencia e votaram no promotor de 1848, que pedira a pena ultima para todos os liberaes, directos ou indirectamente comprometidos na revolta; e não satisfeitos com haverem praticado semelhante perfidia, della fazem alarde, e, com furia hydrophobica, atacam, insultam e calumniam os mais distinctos caracteres do partido liberal, que se não escravisaram, que existem firmes em seu posto de honra, e que, enfim, por sua lealdade, quer no passado e quer no presente, por sua reputação sem mancha, suas virtudes civicas, offerecem

“Na miséria em que vivemos
 Não podemos mais nos ter;
 Conquistar nossos direitos
 É nosso brio e dever”.

Constava do expediente, numa faixa na largura da página: “...publica-se aos sábados na Tipografia Imparcial Pernambucana, de Elias Marinho Falcão de Albuquerque Maranhão, rua de Horta nº 14. Assina-se na mesma tipografia, a 3\$000 por trimestre, pagos adiantados. Recebe-se anúncios, comunicados e correspondências dos srs. assinantes, os quais sendo de interesse público se publicam grátis. Os anúncios pagarão 80 réis por linha e 40 réis pelas linhas de repetições. O porte é franco para as províncias e comarcas, sendo as assinaturas pagas por seis meses. Recebe-se qualquer artigo de interesse particular, contanto que venha legalmente responsabilizado”.

Abria a primeira página a vinheta de u'a mão com caneta entre os dedos, em posição de escrever. Declarava o “Programa” não ter política, frisando:

“...queremos trabalho e pão para o povo, que serve aos grandes especuladores de bêsta de carga. **O Brado Nacional** será um forte propugnador do comércio a retalho para os brasileiros; procurará defender as artes e agricultura que se acham definhando graças aos cuidados dos homens eminentes que só se lembram do povo nos dias da luta eleitoral”.

denominado **Zome**, o qual só acidentalmente tratará da política, por ser destinado à educação e moralidade das famílias”.

Este último projeto de periódico tem lá a sua história, resumida na nota “Ao público”, inserta nas “Publicações a pedido” do mesmo **Diário**, edição de 16 de outubro de 1864:

“A vista das ameaças de ferro, fogo e pau que aos redatores do periódico denominado **Zome** fizeram, de público, os Ferrabrazes do **progresso**, de acôrdo, sem dúvida, com o sr. Domingos de Sousa Leão, não podem os mesmos redatores, desejosos como estão de satisfazer aos numerosos assinantes que já conta aquêlê jornal e instam pela sua publicação, deixar de interpelar o mesmo sr. Domingos de Sousa”.

Seguiu-se a interpelação ao Presidente da Província: se manteria a liberdade de imprensa, garantindo os redatores ameaçados. Só no caso afirmativo, desvanecida que fôsse a “impressão de terror”, seriam solícitos em publicar o seu jornal “grave e sério, para recreio e bom tom das famílias”

Findou aí a história do prometido periódico, que não teve condições para sobrepor-se às ameaças dos “sicários”.

“...respeitará a vida particular de cada cidadão; não entrará jamais nem nos palácios dos ricos nem nas choupanas do pobre”.

A par de artigos redacionais, T. M. escreveu sobre “A alta missão do negociante e a sua utilidade em relação ao Estado”, completando a edição de estréia a seção “Variedades”.

Tendo como objetivo primordial a defesa do povo e a necessidade da nacionalização do comércio, estampou sucessivos artigos nas edições subsequentes, além de Comunicados, discursos parlamentares, poesias, correspondências, principalmente de Goiana, transcrições, “Mofinas” (1) e “a pedidos”, um destes recomendando a candidatura de Antônio Pinto Chichorro da Gama para o Senado.

A publicação procedeu-se com regularidade, encerrando o ano o nº 38, de 17 de dezembro. Prosseguiu a 7 de janeiro de 1865, sem interromper a numeração.

Em substancioso editorial, nessa primeira edição do Ano II, lia-se, após uma análise do ano pretérito e do que poderia trazer de nôvo o recém-chegado:

“A situação! É a mais crítica e a mais deplorável de todas quantas temos visto em nossos dias, porque tende ao desabamento geral da sociedade brasileira, porque tende ao seu despenhadeiro!” Argumentava com a negação de direitos ao povo, a deficiência das artes e da agricultura e o domínio do comércio a retalho pelos portugueses.

Continuou **O Brado Nacional** (2) a desenvolver seu programa, entre censuras ao gabinete ministerial e à *liga*, ou Partido Progressista, que mantinha o poder em Pernambuco.

(1) A primeira “Mofina”, iniciada no nº 16, de 16/7/1864, transcreveu uma resolução da Câmara Municipal de Lisboa, segundo a qual era vedado aos estrangeiros venderem, como mascates ou em barracas, bebidas, quinquilharias e fazendas...

(2) No seu registro dos “Anais”, Alfredo de Carvalho atribuiu a redação d’**O Brado Nacional** a Modesto Francisco das Chagas Canabarro. Entretanto, a coleção manuseada não oferece indício nenhum nesse sentido. Mais aceitável é o que escreveu **O Recifense**, de 2/4/1864, sobre o aparecimento do contemporâneo: “É seu redator, segundo pensamos, o sr. Elias Marinho Falcão, proprietário da oficina tipográfica...”

Circulou o ano inteiro e veio a extinguir-se com o nº 91, ano III, de 27 de janeiro de 1866 (**Bib. Púb. Est.**). (3).

O **BARCO DOS PATOTEIROS** — Jornal destinado a “censurar o mau procedimento de quem quer que seja, sem distinção de côres políticas, respeitando sempre a vida privada e a moralidade pública”, deu à luz o primeiro número a 21 de abril de 1864, formato de 32x23, duas colunas de 16 cíceros e quatro páginas, sendo impresso na Tip. Popular, situada na Praça das Cinco Pontas nº 71, onde tinha redação. Acima do título figurou o **clichê** de um navio a vela, tendo de cada lado duas quadras do expediente:

“Por um trimestre
Há de pagar
Só dois mil réis
Quem assinar.

As quintas feiras
Os dias são
De ter o **Barco**
Publicação.

Vende-se avulso
Pelo contado
De dois tostões,
Mas não fiado.

O patoteiro
Que embarcar
A sua vida
Deve contar”.

Noutro local, anunciavam-se os preços de 7\$000, 3\$500 e 2\$000 por assinatura anual, semestral e trimestral, respectivamente. Ainda na primeira página, abaixo do título, vinham mais duas quadras contendo a advertência:

“Com maré, vento em popa e brevidade
Parte o **Barco** do pôrto de **Veneza**,
Patoteiros de tôda qualidade
Conduzindo prá ilha **Cambronesa**.

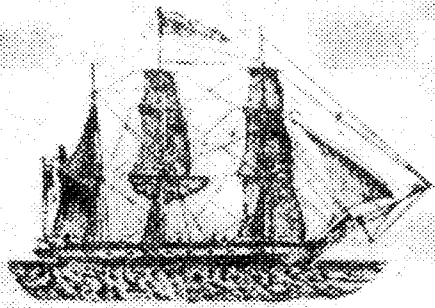
Alerta estejam todos, desde agora,
Que em patotas costumam se arranjar,
Pois não podem saber o dia e hora
Em que também precisam embarcar”.

Sem editorial de apresentação, encetou **O Barco dos Patoteiros** sua missão de criticar tudo e todos, em linguagem às vezes humorística, mas pouco recomendável em estilo.

(3) Acha-se bastante desfalcada a coleção da Biblioteca Pública do Estado.

Para mais detalhes
do programa
do curso, consulte
nos pontos abaixo

Atividade de Trabalho
Prática em sala
Debate em grupo
Metas claras



Atividade de Trabalho
Prática em sala
Debate em grupo
Metas claras

Atividade de Trabalho
Prática em sala
Debate em grupo
Metas claras

O BARCO DOS PATOTEIROS.

Com esse curso, você vai aprender a navegar
pela vida, com segurança e tranquilidade.
Aprenda a lidar com as dificuldades
que a vida nos apresenta.

Além de aprender a navegar, você vai
aprender a lidar com as dificuldades
que a vida nos apresenta.
Aprenda a lidar com as dificuldades
que a vida nos apresenta.

A atividade de trabalho é desenvolvida em grupo, com distribuição de papéis, sendo realizada de acordo com o programa de estudos.

1865) Quinta-feira 6 de Abril (N. 46)

O BARCO DOS PATOTEIROS

DIREITOS E DEVERES DO POVO

(Continuação de la semana anterior)

Os direitos e deveres do povo são inerentes à natureza humana, e não são criados pelo homem. São, portanto, direitos e deveres permanentes, e não relativos a uma época ou a uma situação.

A liberdade permanente como a liberdade, é o direito de cada indivíduo de viver e agir como quiser, sem ser obrigado a obedecer a ninguém. Este direito é o fundamento de todos os outros direitos. Sem a liberdade, não há justiça, nem verdade, nem progresso. A liberdade é a base de toda a civilização humana.

A liberdade é a base de toda a civilização humana. Sem a liberdade, não há justiça, nem verdade, nem progresso. A liberdade é a base de toda a civilização humana. Sem a liberdade, não há justiça, nem verdade, nem progresso.

A liberdade é a base de toda a civilização humana. Sem a liberdade, não há justiça, nem verdade, nem progresso. A liberdade é a base de toda a civilização humana. Sem a liberdade, não há justiça, nem verdade, nem progresso.

A liberdade é a base de toda a civilização humana. Sem a liberdade, não há justiça, nem verdade, nem progresso. A liberdade é a base de toda a civilização humana. Sem a liberdade, não há justiça, nem verdade, nem progresso.

Quando o homem se apresenta em sua fronte, não dá a impressão de ser um homem e a mulher, o esposo e a esposa, os direitos não iguais, porém as aptidões e as funções diversas. A mulher não é criada da mesma, ainda menos sua escrava; ella é sua companheira, e esse dos seus casos, e carne da sua carne. A medida que o senso moral se desenvolve entre um povo, elle cresce em dignidade e em liberdade; e esta sorte de liberdade não está sem o dever e da regra, mas repelle toda a dependência.

O marido deve à sua mulher respeito, amor e protecção; a mulher deve a seu marido deferencia, amor e respeito. Deus, dando ao homem a liberdade, tem encarregado do trabalho mais aspero e mais difficil; e dando à mulher a graça, ternura e doçura, tem igualmente repellido com ella parte do trabalho, e a tarefa de ser uma inexgotavel fonte de paz e amor.

A mulher, vendo sua delgada mão sobre a do marido, não se lembra de ser a cabeça de suas ideias, e não se dá por insulante esquecida. Sua alma está triste, seu pensamento melancólico, mas uma unica palavra da mulher, um só olhar dirigido a seu marido e o sorriso a seus lábios, e o marido só, é semelhante a um regato, que vela e navega, e depois do vento que o impellir lhe arrastam as ondas.

A mulher para não é um completo quodam de amor, e não se dá por insulante esquecida. Sua alma está triste, seu pensamento melancólico, mas uma unica palavra da mulher, um só olhar dirigido a seu marido e o sorriso a seus lábios, e o marido só, é semelhante a um regato, que vela e navega, e depois do vento que o impellir lhe arrastam as ondas.

Porém o fim do casamento não é o amor, e não é a

Cada edição começava, quase sempre, com um diálogo entre o **capitão** e seus auxiliares, “a bordo do **Barco**”, no qual eram apreciados indivíduos ou instituições. Vinha, em seguida, a “Gazetilha” (1); depois, “Variedade”, em versos satíricos, terminando com raros anúncios. Em política, combatia o poder absoluto da Monarquia e o Partido Progressista. Estavam no index dos redatores do indiscreto periódico os

“Políticos marombeiros,
Corrompidos estadistas,
De mérito exclusivistas,
Dos cofres zangões vezeiros;
Os progressistas arteiros,
Barrigudos mamadores
E da pátria lesadores,
Em patotas os primeiros;
Velhacos negociantes,
Perversos monopolistas,
Astutos tranquiernistas,
Relapsos e tratantes”.

A edição de 3 de novembro (nº 29) dedicou a primeira página à memória de Nunes Machado, enchendo-a com um poema, em que se lia:

“Invicto Nunes! quão feliz tu fôste
Em ter morrido!”
Se vivo foras, talvez te arrependeras,
Tarde e sem remédio,
De haver feito, por homens fementidos,
Tantos sacrifícios”.

Findou o ano o nº 35, datado de 15 de dezembro. Continuou a publicação no ano seguinte, estando aí bastante falta a coleção. Todavia, o **Barco** circulou às quintas-feiras ininterruptamente. Nova homenagem em versos foi prestada ao “martir da liberdade” Joaquim Nunes Machado na primeira página da 75ª edição, de 2 de novembro de 1865.

Sem mais alteração no programa de censura, ataques e ridículo, **O Barco dos Patoteiros** encerrou sua existência

(1) A “Gazetilha” abria, sempre, com os versos
“O caso conto como o caso foi;
O cavalo é cavalo, o boi é boi”.

uma vez editado o nº 84, a 26 de julho de 1866, para ser substituído pelo **Vapor dos Patoteiros (Bib. Púb. Est.)**.

O FUTURO — Periódico Científico e Literário — Saiu a lume no dia 15 de junho de 1864, tendo como redatores Antônio de Castro Alves, Luiz Ferreira Maciel Pinheiro, Aristides Augusto Milton e Antônio Alves de Carvalhal. Formato de 26x18, capa de côr e 16 páginas de texto, a duas colunas de composição. Divisas do cabeçalho: **“Surge et ambula”** (J. Cristo) e **“On ne commande pas à la pensée avec des fers”** (Dupin, ainé).

Impressa na Tipografia Comercial, de Geraldo Henrique de Mira, à rua Estreita do Rosário nº 12, a revista publicar-se-ia quinzenalmente, custando 1\$000 a assinatura mensal. Para fora da província, subscrevia-se a 4\$000 por trimestre.

O editorial de abertura, intitulado “Introdução”, assinado por Maciel Pinheiro, assim começou, modestamente: “A publicação dêste periódico, empreendida por pessoas sem nome, sem credenciais e sem títulos e a despeito do descrédito em que têm caído as nossas empresas jornalísticas, é uma temeridade, talvez uma loucura.

“É principalmente uma loucura, quando se vê o **soberrano** desdém com que certos espíritos, saturados de ceticismo e de ironia, ou de egoísmo e de vileza, olham para o jornalismo e para a imprensa. É preciso, pelo menos, muita força de vontade e o que quer que seja de estoicismo, para encarar com firmeza tantos embaraços e tantos espinhos, e antever o mau êxito que mil vozes profetizam.

“Há aqui um esforço, um brado, que levanta a alma abatida e quase agonizante da mocidade, que não era para succumbir debaixo de uma influência opressora e aviltante, mas para ser o foco de seiva mais vital e mais enérgica da sociedade. E há aqui, sobretudo, um ensaio de reação contra o largo e vetusto domínio dos preconceitos tradicionais e ferrenhos, que ainda hoje escravizam debaixo do seu jugo detestável a razão e a liberdade de pensar.

“O pensamento é a grandeza do homem, e a liberdade é a grandeza do pensamento. E nós não temos nem liberdade de pensar nem pensamento!”

Depois de outras considerações, concluiu o articulista: “O título deste periódico exprime o nosso propósito, a síntese do nosso programa. Só à mocidade pertence o futuro; é ela que se deve preocupar com êle. E, como o futuro é o domínio pleno do pensamento e da liberdade, advogamos a causa do futuro — trabalhando pela ilustração do pensamento e pelo desenvolvimento da liberdade. O futuro é a nossa terra da promessa; a razão é o nosso Moisés.

“Até aqui, a parte científica do programa. Pelo que diz respeito à parte literária, bastam duas palavras: o maior escrúpulo na escolha dos artigos é o nosso propósito e será o nosso empenho”.

A edição de estréia divulgou artigos de Arnóbio Pereira de Albuquerque e Marcolino de Moura e Albuquerque, intitulados, respectivamente: “Direito público” e “A pena de morte deve ser abolida”; uma crônica literária e o poema “Pesadelo”, de Castro Alves; crônica e poesia de Aristides A. Milton; poesia de A. A. Carvalhal e a “Crônica” de M. Pinheiro.

O nº 2, publicado a 30 de junho, prosseguiu a numeração das páginas, até 32. Abrindo a edição, Maciel Pinheiro apresentou extenso artigo contra a escravidão. Apareceu, a par das produções da turma do corpo redacional, um novo colaborador: P. V. de Araújo Palmeira (**Bib. Púb. Est. e Bib. Nac.**) (1).

O nº 4, com algum atraso, circulou no dia 30 de agosto, dêle constando a “Crônica Jornalística”, de Castro Alves, que focalizou, em meio a digressões literárias, a receptividade d’**O Futuro** na Bahia, onde a **Revista Academica**, da turma de Medicina, lhe dedicou dois artigos: uma catilinária e um “abraço simpático mandado da inteligência à inteligência” (2).

Segundo Alfredo de Carvalho (obra citada), o derradeiro número do interessante periódico foi o 5/6, datado de 30

(1) Nº 1 — na Biblioteca Pública do Estado; nº 2 — na Biblioteca Nacional.

(2) Não existem outros comprovantes d’**O Futuro**. A crônica mencionada acha-se reproduzida no livro “Correspondência, Inéditos e Dispersos de Castro Alves” (Livraria Progresso Editora, Salvador, Bahia, 1956).

de setembro e impresso, ao contrário dos demais, na tipografia de Freitas Irmãos, à rua do Imperador nº 48.

CORREIO NATALENSE — Publicação iniciada em Natal Rio Grande do Norte, “passou a ser impressa no Recife, do nº 157, de 16 de junho de 1864, ao nº 160, de 27 de agosto, sendo neste período dirigida pelo dr. Adelino Antônio de Luna Freire”. Trabalho material da tipografia do **Correio do Recife** (“Anais”).

O IRIS DA VERDADE — **Periódico Religioso, Literário e Político** — Estreado em princípio de agosto, existe comprovante do nº 5, datado de 13 de setembro de 1864, formato de 27x19, com quatro páginas. Impresso em oficina própria, instalada à rua de São Gonçalo nº 32, dizia-se semanário, custando 2\$000 a assinatura trimestral. Vendagem avulsa em vários pontos da cidade, principalmente “na loja de livros do sr. Antônio Domingues, à rua do Imperador nº 63”. Redator — padre José Francisco de Arruda Câmara.

A edição em aprêço apresentou, como matéria única, dois longos artigos: um, sobre a decadência do clero, acusando o governo como causador de tal anomalia; o outro sobre a falta de liberdade do povo, as “indisposições contra o elemento religioso”, a insistência em realizar eleições dentro das igrejas, desatendendo aos apelos contra essa prática, e o aviltamento da nação ante países estrangeiros.

O nº 6 saiu no dia 22 do referido mês, sendo outros exemplares manuseados: o nº 19, ano II, de 25 de março de 1865, todo êle dedicado ao discurso do rei da França, de abertura do Parlamento, e o nº 39, ano III, de 28 de outubro de 1867, contendo um editorial em tórno do despotismo a que era submetido o povo brasileiro, e outro longo artigo sob o título “Perseguição à igreja, à religião e ao clero pelo governo bacharel Pedro II” (**Bib. Púb. Est.**).

Não foi possível colher informações, à parte, a respeito da vivência e periodicidade do interessante jornal.

O DESENGANO — **Periódico Político, Noticioso, Crítico e Literário** — Fundado a 23 de outubro de 1864 (“Anais”), existem comprovantes dos ns. 14 e 15, de 11 e 14 de janeiro de 1865, ano II. Impresso na Tipografia Liberal Constitu-

cional, instalada no Largo do Forte nº 39, adotou a seguinte tabela de assinaturas: ano — 10\$000; semestre — 5\$500; trimestre — 3\$000. Proprietário — Antônio Soares de Carvalho. Declarava-se bissemanário.

A primeira das edições manuseadas só cogitou de temas policiais, através de comentários, noticiário e transcrições. Na segunda, o nº 15, a redação variou com um editorial de tendências anti-monárquicas, focalizando a perspectiva de nova crise política no país.

Não há indícios de haver continuado (**Bib. Púb. Est.**).

O OITO DE DEZEMBRO — Periódico Religioso — Publicado sob os auspícios do Deão Joaquim Francisco de Faria e distribuído grátis, nas matrizes e conventos do Recife e de Olinda, aos domingos, à hora da missa, começou a circular na data que lhe deu o título, ano de 1864.

Visava a combater a corrupção, que se desenvolvia, espantosamente, segundo o artigo de apresentação, na sociedade local, por falta de instrução religiosa que a habilitasse “a defendê-la contra os artifícios dos homens superficiais e malévolos, hoje em dia desgraçadamente mui numerosos”, acentuando:

“Destinado aos simples, **O Oito de Dezembro** será escrito em linguagem acomodada à inteligência e compreensão dos mesmos. A doutrina católica, a moral do Evangelho e as notícias relativas aos negócios da Igreja serão as matérias de que êle se ocupará”.

Em formato de 32x23, a duas colunas largas, com quatro páginas, era impresso na tipografia do **Correio do Recife**, à rua do Imperador nº 79, 1º andar, que o fazia desinteressadamente, apenas indenizada das despesas reais com papel, composição e impressão. Circulou sem interrupção, só divulgando matéria específica: artigos doutrinários, homílias, resumos da História Sagrada, conferências, variedades, sentenças e noticiário religioso.

Existiu **O Oito de Dezembro** até 14 de janeiro de 1866, com 58 números dados a público. Foram mandadas encadernar, depois, coleções, com página de rosto e índice geral (**Bib. Púb. Est. e Bib. do Inst. Arq.**).

ENSAIO LITTERÁRIO — Jornal (1) — O primeiro número publicou-se no dia 15 de dezembro de 1864, formato de 26x16, com oito páginas, mais a capa, esta em papel de côr. Redatores — Antônio Passos de Miranda, José Nicolau Tolentino de Carvalho, Adolfo Generino Rodrigues dos Santos e José Elísio de Carvalho Couto. Trabalho gráfico da oficina do **Correio do Recife**, à rua do Imperador nº 79, 1º andar.

Adotou o Expediente a seguir, colocado ao pé da última página: “O **Ensaio Litterário** publica-se duas vezes por mês, nos dias 15 e 30. Não sendo êste jornal exclusivamente de estudantes, a redação aceita com agrado qualquer trabalho dos seus contribuintes, uma vez que não prejudique o fim e a natureza da publicação. Os que não podendo para êle contribuir, todavia, podem escrever, serão igualmente bem recebidos. A contribuição é mensal: um mil réis ao receber o primeiro número de cada mês. A qualquer dos redatores podem ser enviados os artigos e reclamações”.

Na “Introdução”, lia-se: “...atiramo-nos ao campo das letras, abraçamo-nos com a bandeira da imprensa, essa poderosa alavanca, motora do verdadeiro progresso, que deslocaria o mundo de seus eixos se não tivera por missão equilibrá-lo, impelindo-o para diante”. Defenderia o catolicismo “contra o racionalismo, que infelizmente tem sido abraçado por alguma parte da nossa mocidade inteligente (2), seduzida talvez pelo liberalismo que êle ostenta — liberalismo falso, porque afasta-nos de Deus”.

Mais alguns tópicos e adiantou o editorial, assinado por J. Elísio: “...também não excluiremos a recreação — o espírito precisa distrair-se para melhor desenvolver-se. O descanso do corpo é o adormecimento dos sentidos — é o sono; mas o espírito não dorme; e, pois, descansa quando recreia-se”.

A matéria do primeiro número constituiu-se de artigos dos redatores, inclusive a parte poética, esta a cargo de Ro-

(1) Nada obstante trazer, sôbre o título, em tipos fortes, a palavra **jornal**, o **Ensaio Litterário** era, na realidade, uma revista, para isto apresentando as necessárias características.

(2) A “mocidade inteligente”, que abraçara o racionalismo, incluía Castro Alves e demais redatores da revista literária **O Futuro**.

drigues dos Santos, firmando a crônica da última página José Tolentino.

Prosseguiu com regularidade, tendo como colaboradores, na parte poética, Tobias Barreto de Meneses, A. A. Afonso, Belmiro Salgado, padre Manuel Amâncio das Dores Chaves e Jerônimo Vilela de Castro Tavares. Ao atingir o nº 4, 30 de janeiro de 1865, Adolfo Generino R. dos Santos, divergindo de seus colegas, a respeito de certo ponto do programa da revista, para não traír a sua consciência, despediu-se do corpo redacional (**Bib. Páb. Est.**).

O nº 5, ano II, de 15 de fevereiro, mantido o ritmo inicial, foi o último manuseado (**Bib. Nac.**). Entretanto, segundo Alfredo de Carvalho (obra citada), o quinzenário viveu até o nº 12, de 30 de maio de 1865.

A CRISE — Periódico Caricato, Crítico, Faceto e Literário — Precedendo o nº 1, saiu um avulso a 12 de dezembro de 1864, formato de 31x22, constituído de fôlha simples, só impressa a página de frente, trabalho da Tipografia Comercial. Trazia o Expediente, constante da seguinte tabela de assinaturas: ano — 10\$000; semestre — 5\$000; trimestre — 3\$000, pagos adiantadamente. Redator e responsável — José Soares Pinto Correia Júnior, com escritório à rua das Cruzes (atual Diário de Pernambuco) nº 23. Seguiu-se o “Prospec-to”, assim intitulado o editorial de apresentação. Nêle se dizia que o jornal não tinha parcialidade política. Seu fim era satirizar e criticar, guardadas “as conveniências necessárias”.

Não restam comprovantes dos três primeiros números publicados. O quarto, talvez último, apareceu no dia 8 de janeiro de 1865. Divulgou matéria ligeira, segundo o programa traçado, dedicando a quarta página, em litogravura, a **charges** de crítica de costumes. Pouco expressivo (**Bib. Páb. Est.**).

1865

A ESPERANÇA — Jornal Religioso, Político, Científico e Literário — Surgiu a 7 de janeiro de 1865, formato de 42x30, a quatro boas colunas de composição, com quatro pági-

nas. Aos lados do título, as divisas: “**Spes nostra firma est**” (I Cor. I 7) e “**Christus nos liberavit**” (Gal. IV 13). Do Expediente, em faixa larga, constava: “...publica-se uma vez por semana. Assina-se na rua do Imperador nº 29, a 5\$000 (pagos adiantados) por série de 24 números. Qualquer negócio relativo a êste jornal deve ser dirigido ao seu diretor, o dr. José Soriano de Sousa, na rua do Hospício nº 34, ou na rua do Imperador nº 29. Publicam-se grátis os escritos que defenderem a causa da religião, e os outros pelo que se convencionar”. Impressão em tipografia própria.

O imenso artigo de apresentação tinha sido divulgado, em avulso, como chamariz, a 27 de dezembro de 1864, sob o título “Prospecto”, ocupando duas páginas, assinado pelos redatores: Braz Florentino Henriques de Sousa, Tarquínio Bráulio de Sousa Amarante, José Soriano de Sousa (três irmãos), João Capistrano Bandeira de Melo Filho, José Antônio de Figueiredo, Aprígio Justiniano da Silva Guimarães e Pedro Autran da Mata e Albuquerque. Em nota destacada, foi acrescentado ao número dos signatários, já no jornal, o nome do Monsenhor Joaquim Pinto de Campos, formando uma turma do mais alto gabarito.

Tratou, o aludido editorial, da necessidade de propagar a instrução religiosa; de reabilitar o Clero; difundir a Fé; levantar do caos a religião Católica, Apostólica, Romana, e salvar o país do abismo para onde caminhava. Daí, vir **A Esperança** “pedir e ocupar, com a devida vênias, um lugar no jornalismo sério do país”. Ocupar-se-ia, preferentemente, em suas colunas, com as “ciências morais, particularmente com a legislação, com o direito e com a filosofia, sempre de baixo do ponto de vista católico”.

Finalmente, “desejando aliar o útil com o agradável”, quanto fôsse possível, publicaria “artigos de literatura e belos romances, tais como só da escola católica podem sair: eficazes para o bem e sem o menor perigo de mal”.

Circulou o periódico normalmente, inserindo “Correspondência particular”, de Roma; “Notícias Estrangeiras”; “Notícias do Sul do Império”; “Vista retrospectiva”; artigos contra o Protestantismo; Encíclicas; editoriais de doutrinação religiosa e de orientação política; comentários às Encíclicas; folhetim de romances religiosos e raras produções assinadas por J. Leandro Martins Soares, P. de C., Padre D.,

Valete, com as Correspondências do Rio de Janeiro, e L. E. R. Viana.

Terminou o ano o nº 52, de 28 de dezembro, quando, em longa nota de despedida, salientava a redação: "...podemos afiançar aos nossos assinantes que o estado de nossa emprêsa é satisfatório e que os meios de que dispomos nos garantem a continuação d'**A Esperança** para o ano de 1866, se não com edição mais frequente, como esperamos, pelo menos uma vez por semana, como até hoje tem sido".

A 5 de janeiro do ano II apareceu o nº 1, acrescentando às divisas vindas da estréia: "**Docete catholicae fidei fundamentum regna subsistere**" (Encíclica "Quanta Cura", de 8/12/1864), e "**Dum itaque sacra Ecclesiae jura propugnantes, ad Deum et ad Nos... errantes reducere conamini, non soli prospicitis religioni, sed ordini simul, tranquillitati, civilibus patriae vestrae emolumentis**" (Pio IX aos redatores d'**A Esperança**, em 4/11/1865).

Prosseguiu, sem modificação alguma, a vida do semanário, abrindo o texto o Expediente do Governo do Bispado. A partir da primeira edição de setembro de 1866, Pedro Aufran entrava em polêmica com o **Jornal do Recife**, firmando longos artigos em defesa do Jesuitismo, além dos editoriais de redação, no mesmo sentido.

Inseriu longa série de impressões sôbre "O Paraguay", de autoria do Padre Eyzaguirre; "Correspondência particular" do Rio de Janeiro, por **Fabrícius**; a também extensa série "Princípios Sociais e Políticos de S. Tomaz de Aquino"; discursos parlamentares de interêsse católico-romano, além de artigos doutrinários e noticiário especializado.

Findou o ano o nº 49, de 11 de dezembro, para só voltar, com outro nº 1, a 12 de janeiro de 1867, cujo segundo editorial focalizou "A situação do país" como sendo alarmante, quer na ordem moral, quer na ordem política, censurando a mistificação que envolve os partidos Liberal e Conservador, com a criação de um terceiro, "meramente oficial, sem tradições nem princípios, sem norte nem bússola".

"Neste estado — frisou o articulista — não é para admirar que as instituições se deturpem, o Parlamento se desacredite e os ministros o desconsiderem, erigindo a ganância a meio de governar, e abrindo nas ante-salas estensos leilões, onde se compram e pagam as adesões necessárias".

Assim concluíram as três colunas batidas de considerações: "...trabalhemos com fé na Providência; redobremos os esforços e a coragem; congracem-se os homens de bem; calem-se antigos ressentimentos, sufoquem-se as ambições, que o Brasil será alvo dos males que o oprimem".

A **Esperança** ofereceu, então, mais espaço à parte política, no sentido da moralização e do progresso. A partir do nº 8, ocupando tôda a primeira página de onze edições, estampou a série "A religião do Estado e a popularidade de cultos".

De quando em vez liam-se artigos assinados por J. Leandro Martins Soares, tendo o último dêles focalizado o tema: "O ensino religioso como base do progresso social".

Saiu a edição final do importante órgão — nº 17 do ano III — a 25 de maio de 1867 (1) (**Bib. Púb. Est.**).

A **NOVA TEMPESTADE** — **Periódico Político, Crítico e Literário** — Fundado a 13 de fevereiro de 1865 ("Anais"), publicou-se no dia 25 o nº 3, impresso na Tipografia Liberal Pernambucana, em pequeno formato, a duas colunas de composição. Propriedade de Francisco João Alves de Almeida, estabeleceu a seguinte tabela de assinaturas: ano — 8\$000 semestre — 4\$000; trimestre — 2\$000. Sobre o título via-se uma vinheta figurando o comércio, a idústria, a lavoura e a navegação.

A edição foi quase totalmente dedicada à condenação, em vibrante editorial, da afronta feita, ao Brasil, "pelo selvagem Paraguay", aconselhando o voluntariado e a marcha para os campos de batalha (**Bib. Púb. Est.**).

A **NOVA CRISE** — Publicação iniciada a 19 de fevereiro de 1865 ("Anais"), existem comprovantes dos ns. 8 e 9, datado de 10 e 16 de abril, impressos na Tip. Liberal Constitucional. Formato de 31x21, com quatro páginas de duas colunas, apresentava-se a terceira em litogravura, com **char-**

(1) Alfredo de Carvalho registara o nº 29, de 22 de julho de 1865, como tendo sido o derradeiro publicado, êrro que foi copiado por Sebastião Galvão ("Dicionário Corográfico, Histórico e Estatístico de Pernambuco") e pelo conêgo Alfredo Xavier Pedrosa ("Letras Católicas em Pernambuco").

ges de A. Ridoux. Também o título ilustrado. Tabela de assinaturas: ano — 10\$000; semestre — 5\$500; trimestre — 3\$000; para fora da cidade — 12\$000, 7\$000 e 3\$500, respectivamente. Preço do exemplar — 320 réis. Propriedade de Antônio Soares de Carvalho.

Sua matéria constituiu-se de comentários de crítica aos costumes e ao que considerava maus atos administrativos, em polêmica com o congênere **Commercial do Norte**. Havia uma “Coluna Elétrica”, de sátira e humorismo, e, precisamente no nº 8, começava a inserção do romance “Esperança perdida”, sem mencionar autor.

Teria ficado no nº 9 (**Bib. Púb. Est.**).

CORREIO DO RECIFE — Eco do Norte — Jornal Religioso, Científico, Literário, Crítico e Noticioso — Impresso em tipografia própria, situada à rua do Imperador nº 79, 1º andar, o nº 1, ano I, circulou a 18 de março de 1865, apresentando formato grande, a seis colunas de composição e quatro páginas. Assinatura semestral — 5\$000, pagos adiantadamente.

Constava do Expediente: “...publica-se todos os sábados, contendo artigos religiosos, científicos, literários e críticos e também todo o Expediente do governo do Bispado; e apenas conte um número suficiente de assinaturas, dará ainda suplementos de notícias à chegada dos vapores da Europa e da Côrte no meado e fim de cada mês. Há plena liberdade para publicações particulares, guardadas as conveniências necessárias, garantindo-se inviolável sêgrêdo acêrca delas, se assim fôr exigido, para o que não irão os autógrafos à tipografia, mas sòmente cópias dêles tiradas pela própria redação”.

O editorial, intitulado “Nosso Programa”, começou por lamentar que o Catolicismo já não dominasse “nos espíritos tão absolutamente como outrora”, ao passo que o Protestantismo, que jamais levantara a cabeça “depois da invasão batava”, se apresentava “audaz e altaneiro”. Incredulidade; o ceticismo “na ordem moral”; a desordem política e até a desigualdade na distribuição da justiça.

Vinha o **Correio do Recife** postar-se ao lado dos “bons cidadãos” que gemiam “com os males da pátria e da huma-

nidade”, jurando bandeira “com êles no altar da religião e da pátria”. Não fazia distinção entre as parcialidades políticas, estigmatizando os excessos, as violências, os atos maus. Combateria, por fim, “com tôdas as fôrças, os erros contrários às doutrinas ensinadas pelo Catolicismo”, franqueando suas colunas a tôdas as pessoas que pretendessem “queixar-se de arbitrariedades e injustiças”.

Seguiram-se: longa “Crônica” dos acontecimentos locais e internacionais; o imenso artigo “17 de março”, “Parte Religiosa”, contendo artigos de C. e P. Douhaire, atos do Governo do Bispado e uma “Parte Literária”, incluindo folhetim, em rodapé duplo.

Outras seções nasceram com a continuação, a saber: “Parte Científica”, “Variedades”; “Palestra”: a cargo de **Juvenal**, em estilo humorístico; “Correio Judiciário”; “Extratos de jornais”; “Exterior”, tudo em massudas estiradas de tipo corpo 10, enquanto a “Crônica”, tomava, às vêzes, tôda uma página. Ocorria, também, algum noticiário.

Depois de algum tempo, entrou **Malhão** a assinar o “Suplemento à Palestra”, seção constituída de anedotas e pi-lhérias. Na seção de Literatura, liam-se, esporadicamente, artigos de Antônio de Sousa Pinto, P. C., E. A. Vidal, Alberto Sampaio e Pais de Andrade, e versos de João de Deus, Soares de Passos e J. N. Kubitschek. Não divulgava anúncios.

Circulando regularmente, saiu o derradeiro número do ano — o 37 — a 9 de dezembro, acompanhado de um suplemento de duas páginas, inteiramente dedicado a noticiário do Exterior.

Cêrca de um mês decorrido, precisamente a 6 de janeiro de 1866, reencetou o **Correio do Recife** sua jornada, seguindo a numeração precedente. Só no nº 44, de 31 de março, veio a exhibir, no cabeçalho, o nome dos principais redatores — José Bento da Cunha e Figueiredo Júnior e Filipe Néri Colaço. Modificou o Expediente: “...publica-se pelo menos duas vêzes por semana ou oito vêzes por mês, sendo dois números de formato e à semelhança da **Ilustração Francesa**, com oito páginas de gravuras variadas e interessantes e oito de texto, e os outros em fôlha ou meia fôlha, em forma de suplemento aos primeiros”. Assinaturas a 11\$000 anuais

e 6\$000 semestrais, ou 12\$000 e 7\$000, respectivamente, “para fora do Recife e da província”.

Admitiu, então, uma “Parte Política”, constante de prolixos comentários a respeito da situação do país, firmados pelo primeiro dos redatores, que condenava, sucessivamente, o domínio do Partido Progressista. Divulgou também “Atos oficiais”, e S. P., na sua crônica-folhetim, focalizava, quase sempre, temas teatrais.

Uma lacuna na coleção manuseada passa do nº 65, de 16 de outubro, para o nº 72, de 30 de janeiro de 1867.

No mês seguinte, a empresa chamava a atenção dos assinantes em atraso, pois ainda estava no desembolso de assinaturas vencidas no fim do ano transato, acentuando: “Não há jornal mais barato nem que proporcione mais vantagens do que o **Correio do Recife**. As despesas que êle faz, mandando vir da Europa as finas e belas gravuras que distribui duas vezes por mês, são consideráveis, e essas despesas cresceram ainda muito com a encomenda ultimamente feita de figurinos de modas, moldes de bordados, labirintos, tapeçarias e músicas, que logo distribuirá também com seus assinantes; portanto, assiste-lhe incontestavelmente o direito de ser tratado com alguma benignidade”.

Sem mais alterações no seu programa político e religioso, o **Correio** circulou até 22 de outubro de 1867 (1), quando saiu o nº 85, deixando no princípio a publicação, em rodapé, do romance “Fábrica de Crimes”, autoria de Paulo Féval (**Bib. Púb. Est.**).

A IDÉA — Periódico Científico e Literário — Circulou o primeiro número a 8 de abril de 1865, apresentando, como divisa, a frase de Sócrates: “**Nosce te ipsum**”. Impressa na Tip. Comercial (rua Estreita do Rosário nº 12), formato de 26x17, com 16 páginas, fora a capa, esta em papel de côr, teve como redatores Teodoro Carlos de Faria Souto e José Jorge de Siqueira Filho.

As quatro únicas produções em prosa insertas na edição, trabalhadas com apuro de linguagem, inclusive a “Crônica”

(1) A edição ilustrada continuou por algum tempo.

(1) do fim, foram, duas a duas, assinadas pelos redatores mencionados, sendo a primeira um estudo em torno do tema — Idéia, sem aduzir-lhe o programa do jornal. Completaram a matéria poesias de Fagundes Varela (2), Henrique de Alencastro Autran, Malaquias Gonçalves da Rocha e Adolfo Generino dos Santos.

Pretendia a revista sair mensalmente, mediante a contribuição de 1\$000 dos assinantes. Entretanto, nada comprova o prosseguimento da publicação (**Bib. Púb. Est.**).

A GAZETA DO NORTE — Obedecendo ao formato de 22x16, com quatro páginas de duas colunas, estreou no dia 8 de abril de 1865, redigida por Afonso de Albuquerque Melo. Constava do Expediente: “Vende-se avulso a 40 réis, na rua do Imperador nº 67, onde se subscreve a 500 réis, pagos adiantados por série de 12 números, assim como à rua Estreita do Rosário nº 34, e na Tipografia Imparcial Pernambucana, de Elias M. F. de Albuquerque Maranhão, à rua de Hortã nº 14. A remeter-se pelo Correio a 1\$000”.

O editorial de apresentação e mais três artigos — tãda a matéria do periódico — constituíram um grito de exaltação contra a política reinante. Escreveu o virulento redator: “...nesta terra o govêrno e só o govêrno é a luz, a estrêla, o facho condutor... E, não obstante, êste govêrno, todos o conhecem e quase todos o dizem, êste govêrno, de todos os que temos tido, é o mais corrompido e corrutor, o mais arbitrário e despótico, o mais prostituido e infame”.

Após uma sucessão de objurgatórias, concluiu o primeiro artigo: “...não posso conter-me diante de tantas indigni-

(1) A “Crônica”, de José Jorge, comentou um fato importante: o acadêmico Luiz Ferreira Maciel Pinheiro encontrava-se prêso. “Condenado à prisão por três meses, ê-lhe ainda negada a permissão de cumprir a pena na outra Faculdade”.

É que êle se insubordinara diante do resultado dos exames a que se submeteu, no 4º ano de Direito, escrevendo uma “Correspondência”, no **Diário de Pernambuco**, de 28/11/1864, na qual usou linguagem acriminosa contra o professor Trigo de Loureiro. A Congregação puniu-o disciplinarmente, não consentindo que o acadêmico se transferisse, na ocasião, para São Paulo. E amargou a prisão, segundo Pedro Calmon (“Vida e amores de Castro Alves”), no “cárcere escolar, no andar térreo do Colégio das Artes”.

(2) A mesma crônica informou a chegada ao Recife do poeta Luiz Inácio Fagundes Varela, vindo de São Paulo para cursar o 3º ano de Direito.

dades e infâmias praticadas por uns e sustentadas por outros e toleradas por outros, mesmo dos que se chamam liberais, guiados pelo sistema das conveniências, que há tantos anos só têm trazido desgraças a nós, só dando conveniência a bem poucos dêsse Partido Liberal que há tantos anos espera por ela em vão”.

Sem ferir nomes, o redator manteve tal diapasão, até a última linha da edição, sempre voltado contra os governos, liberais ou conservadores e, particularmente, contra a Côrte Imperial.

Seguiu-se a publicação regularmente, sem fugir ao rígido programa delineado. O nº 7, de 25 de maio, inseriu um único artigo, sob o título “Os chefes liberais”, começado em tipo dez, batido, para terminar no tipo corpo 7, tamanha a exuberância demagógica do comentarista. Para êle, não havia diferença entre liberais e conservadores, que “viviam se bandeando conforme as conveniências políticas da ocasião”.

Completada a primeira série (faltam comprovantes), teve início a segunda, aumentado o formato para 31x22, passando a cobrar 2\$000 por assinatura trimestral, 2\$500 para fora da cidade.

O nº 2, série II, divulgado a 14 de setembro do mesmo ano, principiou com extenso artigo, intitulado “A propaganda anti-lusitana”, a continuar na edição seguinte, no qual frisou que as nossas misérias vinham do domínio português, sendo necessário fazermos-nos “independentes e libertarmos dessa dominação”. Outro editorial condenou a atitude do Brasil ao impor a guerra ao Paraguay, salientando que, se Solano Lopez era déspota, os paraguaios que se houvessem com êle; o nosso país nada tinha com isto. Num terceiro artigo, manifestou-se contra a caça de voluntários “para o açougue”.

Outro manuseado foi o nº 8, série II, de 7 de outubro, impresso na Tip. Liberal Constitucional, Largo do Forte nº 59. Apresentou, no cabeçalho, uma “Interpelação”, sôbre a necessidade da nacionalização do comércio a retalho, e a “Sentença” a seguir: “O Partido Liberal é uma capoeira de galinhas, onde o Imperador, quando precisa, vai apanhar um capão gordo”, com a assinatura: P. C. Continuou, nos

editoriais, a propaganda contra os portugueses, contra o derramamento de sangue brasileiro no Paraguay e o embarque de voluntários pernambucanos para o Sul.

Verificado longo hiato, eis em circulação o nº 1, série III, a 24 de dezembro de 1866, transferida a redação para a rua Estreita do Rosário nº 34, sem outras alterações materiais. Assim começou o texto: “Ressurge **A Gazeta do Norte** com a mesma missão com que se sumira, inanida, o ano passado, a saber: a propaganda da independência deste povo, contra a dominação lusitana, contra o domínio do Sul”.

Martelou, com a habitual prolixidade, os surrados temas da dialética de Afonso de Albuquerque Melo, faltando notícia de haver prosseguido a publicação (**Bib. Púb. Est.**).

O COMMERCIAL DO NORTE — Periódico Político, Crítico e Literário — Divulgado o nº 1 no dia 12 de abril (“Anais”), existe comprovante do nº 13, de 22 de junho de 1865, que saiu com quatro páginas, formato de 31x22, impresso na Tip. Comercial. Propriedade de Francisco João Alves de Almeida, exibiu, acima do título, a mesma vinheta d’**A Nova Tempestade**, a que substituiu, mantendo idêntica tabela de assinaturas. Preço do exemplar — 200 réis.

Em três artigos redacionais, o editorialista focalizou temas diferentes, sobretudo relativos ao comércio, indústria e lavoura, com algumas doses de política. Mais a seção “Palestra”, noticiário, etc.

Não há indícios do prosseguimento da publicação (**Bib. Púb. Est.**).

ILLUSTRAÇÃO COMMERCIAL DO RECIFE — Jornal fundado, provavelmente, no mês de abril, dêle só foi possível encontrar o nº 27, de 8 de outubro de 1865, impresso na Tip. Liberal Constitucional, formato de 44x32, com quatro páginas a três colunas de 16 cíceros. O título, entrelaçado com as palavras “**Ridendo castigat mores**”, centralizava um desenho alegórico de 13 centímetros de altura. Propriedade de Antônio Soares de Carvalho, tinha redação na rua das Calçadas nº 39. Assinaturas: ano — 10\$000; semestre — 5\$500; trimestre — 3\$000; para fora da cidade: 12\$000, 7\$000 e 3\$500, respectivamente. Preço do exemplar — 200 réis, à venda em lojas das ruas das Cruzes e da Imperatriz.

Servida, a edição, de extensos artigos redacionais, o segundo focalizou a escravidão no Brasil, que aviltava e degradava o trabalho, defendendo o direito de liberdade. Encheu duas páginas, para continuar na edição subsequente. Inseriu, ainda, uma crônica pretensamente humorística, de **Frei Muninho**, e uma fantasia de B. Costa (**Bib. Púb. Est.**).

A publicação estendeu-se até o nº 32, conforme referência, sem mencionar-lhe a data, do órgão substituto — **O Americano**, páginas adiante estudado.

A ARENA — Revista Científica e Literária — Publicou-se o nº 1 no dia 1º de maio de 1865, com doze páginas de texto, mais a capa, simples, em papel de côr e pequeno formato. Comissão de redação: José Leandro Martins Soares. José de Carvalho César e Paulo de Amorim Salgado Neto. Trabalho material da oficina do **Correio do Recife**, trazia, sob o título, a divisa: “**Perge modo, et qua te ducit via dirige gressum**” (Virg.). Assinatura mensal — 1\$000.

De acôrdo com a “Introdução”, firmada pelo primeiro dos redatores, autor, igualmente, da “Crônica” final. **A Arena** empunhava “a espada da inteligência, para entrar na lica e combater sempre no terreno dos princípios”. As urzes do caminho não lhe obstarium o caminho, que esperava fôsse longo.

A edição inseriu matéria, em prosa, de autoria dos redatores e poesia de J. A. de Almeida Cunha.

Esperava o magazine sair uma ou duas vêzes por mês, conforme a existência de fundos. Êstes, contudo, naturalmente, falharam, pois, ao que tudo indica, **A Arena** terminou afundada (**Bib. Púb. Est.**).

O ACADEMICO — Jornal Científico e Literário — O primeiro número circulou em maio de 1865, impresso na Tip. do **Correio do Recife**, à rua do Imperador nº 79, 1º andar. Formato de 20x14, 24 páginas e capa em papel de côr. Sua redação constituia-se de duas comissões, uma Científica, formada por Tobias Barreto de Meneses, José Jansen Ferreira Júnior, Antônio Antero Alves Monteiro e Manuel Pinheiro de Miranda Osório, e outra Literária, composta de Casimiro Borges Godinho de Assis, José Januário Pereira de Carvalho, José Pires da Fonseca e Fábio Nunes Leal. Abaixo do título da página de rosto, apareciam os versos:

**“Tout est grand; sombre ou vermeil,
Tout feu qui brille est une âme.
L'étoile vaut le soleil,
L'étincelle vaut la flamme.”**

V. Hugo.

Numa “Introdução” de três páginas, T. B. M. fez a apresentação da revista (não jornal), assim concluindo: “São os resultados das nossas fadigas, o consólo das nossas crenças, o sonho das nossas esperanças que aí damos ao público. Rompei-nos, apupai-nos. Estamos satisfeitos porque perdoamos. **Ignosce illis...** Aos nossos irmãos mais experimentados na luta pedimos o auxílio e animação de que necessitam êstes ensaios tímidos”.

Os redatores escreveram prosa e poesia, mais literatura do que ciência, fechando a edição a “Crônica”, de J. Januário.

Redigido pelos mencionados segundanistas de Direito, saiu a lume o nº 2 (1) no mês de junho, acrescida a quantidade de páginas para 48 e mais um adendo sob o título “Voluntário Acadêmico”, assinado por Maciel Pinheiro.

Além do que produziram os moços do corpo redacional (só omitido Tobias Barreto), a segunda edição teve ainda a colaboração de José Uchoa e H. de Alencastro Autran (**Bib. Púb. Est. e Bib. Munic. de S. Paulo**) (2).

A CRENÇA — Jornal Político, Noticioso e Literário — Apareceu no dia 30 de maio de 1865, formato de 44x30, com quatro páginas a três colunas de 15 cíceros. Impresso na Tip. Comercial, subscrevia-se a 1\$000 mensais e 5\$000 por semestre: Publicação nos dias 10, 20 e 30 de cada mês.

“**A Crença** é um jornal político na acepção racional e racionável da palavra” — assim começou vigoroso artigo de apresentação, para logo acrescentar: “Em tôdas as evoluções porque passa esta Faculdade, em tôdas as suas meta-

(1) Os “Anais”, de Alfredo de Carvalho, registaram, apenas, o nº 1, fazendo-o, porém, interrogativamente.

(2) Na Biblioteca Pública do Estado só existe comprovante do primeiro número. Na de São Paulo encontra-se o nº 2, ali manuseado pelo autor desta bibliografia.

morfozes, quer para o bem quer para o mal, surgem de quando em vez, de seu seio, vários periódicos como por encanto. Coisa admirável! — uns se importam só com a literatura, outros mais com a religião; uns concentram na poesia os seus desvelos, outros nos axiomas e máximas jurídicas; uns são devotados à razão católica, outros ao pensamento livre; enfim, tudo aqui tem seus sectários: literatura, religião, poesia, direito, pensamento livre ou católico são bem representados. Só à política tem cabido a sorte do Ahasverus da lenda — todos fugiram do seu contacto! O anátema caiu-lhe irremissivelmente; porque a inconsideração de muitos tem-na apelidado de heresia!”

O editorialista fêz, porém, o elogio da boa política: “uma ciência e uma arte, como as outras, para não ser tão esquecida e depreciada”; “grande artéria da sociedade, é o segredo das vocações e das almas generosas. Convém estudá-la, amá-la e propagá-la”.

“Quanto a nós — frisou, mais adiante — somos constitucionais, aqui estamos para defender, quanto em nós couber, os interesses dêste grande partido brasileiro”. Concluiu declarando que **A Crença** não visava ferir individualidades, mas somente censurar os excessos, ficando fora da discussão “as fezes, as dissensões, os preconceitos”.

Mais dois artigos ocorreram, no segundo dos quais escreveu o redator anônimo que “a nau do Estado” estava “em sumo perigo”, condenando os maus feitos da organização do Partido Progressista. Escreveu S. C. uma crônica sobre o aparecimento do periódico, cabendo a redação do folhetim literário a **Luiz Caitano Pereira Guimarães Júnior**, sob o título “Ninfa” (História Fluminense), em rodapé duplo, seriado, que prosseguiu até a derradeira edição, sem atingir o fim. A quarta página foi dedicada a “Noticiário” e “Literatura”.

Órgão acadêmico de orientação conservadora, logo no segundo número entrou a rebater, com a assinatura de **Z** e de **S. M.**, ocupando enorme espaço, os pontos de vista d’**O Liberal Acadêmico**, a respeito de Tiradentes e Nunes Machado. A redação polemizou, igualmente, com outra fôlha liberal — **A Situação**. Sobre “O princípio conservador e o princípio liberal” escreveu **A. R. S. M.**, havendo outros colaboradores políticos, todos êles só usando as iniciais.

A par da prolixidade editorial, **A Crença** manteve até o fim sua seção literária, sucedendo-se a inserção de poesias de Cirilo de Lemos, Jovino Firmo, P. S., Jefferson Mira-beau, W. e Leônidas Barbosa, sendo único prosador Sena Júnior.

Na sétima edição iniciava-se o curioso trabalho “Ministérios do Brasil — desde a Independência”, o qual, ao findar a existência do jornal, ficou em suspenso.

Publicaram-se, apenas, 10 edições, com alguma irregularidade, a última das quais datada de 30 de setembro (**Bib. Púb. Est.**).

O CORREIO DA SOLEDADE — Periódico Político, Crítico e Literário — Saiu a lume no dia 3 de junho de 1865, formato de 22x16, com quatro páginas. Impresso na tipografia d’**O Recife**, teve como editor Luiz Machado Botelho e Figueiredo. Assinava-se a 2\$000 trimestrais, custando o exemplar 80 réis. Os assinantes tinham direito a inserir escritos gratuitamente e contra eles não aceitava a redação quaisquer publicações.

De tendências conservadoras, destinava-se, em parte, a criticar a política do momento e tudo o mais que o merecesse, “com especialidade em defesa dos pais de família”.

Divulgou matéria variada, inclusive a seção “Pedidos”, de notas ligeiras, assinadas com diferentes pseudônimos.

Publicado a 4 de julho, o nº 3 focalizou a falta de critério de certos homens públicos, especuladores e interesseiros, a continuar na edição posterior.

Teria prosseguido **O Correio** até o mês de agosto, não restando outros comprovantes (**Bib. Púb. Est.**).

O LIBERAL ACADEMICO — Jornal Político, Literário e Noticioso — Surgiu a 13 de junho de 1865, formato de 44x30, com quatro páginas de três colunas largas. Sob o título, a frase de Virgílio: “**Intemerata fides, et candida libertas**”. Assinatura trimestral — 3\$000. Uma faixa, abaixo do cabeçalho, explicava em princípio: “**O Liberal Acadêmico** é destinado a sustentar as idéias do Partido Liberal e só aceita artigos que envolvam responsabilidade quando vierem

completamente legalizados”. Impressão da Tipografia Comercial e publicação trimestral.

Na “Introdução”, editorial de quase duas páginas, após longos conceitos em torno das qualidades negativas do Partido Conservador, acentuou o comentarista: “. . .somos liberais. Essa fé, que nasce do instinto, e se roborá à claridade do raciocínio, era tempo que a professássemos à face da sociedade. Rompeu-se o véu do silêncio, e aparece este jornal”.

Logo deu início, a par da matéria política, ao folhetim “Clara” (lenda), que ocupou duplo rodapé, em regime de continuação, sem assinatura e sem chegar a concluir-se.

Em meio às estiradas editoriais de doutrinação liberal e de observações filosóficas, o redator N. Moura entrou em polémica com o órgão conservador acadêmico **A Crença**. Publicaram-se poesias de Castro Alves (1), Maciel Pinheiro, Faundes Varela e Rodrigo Rodrigues.

A política progressista também mereceu a repulsa do periódico, que afirmou, já no seu último número, o 7º, de 17 de agosto: “Os verdadeiros liberais não transigem, não envolvem suas idéias em um véu misterioso para mistificar a opinião; não temem a luz da história. Os verdadeiros liberais seguem princípios claros e definidos; dedicam-se às suas idéias e morrem por elas”.

Não faltou, finalmente, ao bem redigido órgão boa coluna de noticiário especializado (2) (**Bib. Púb. Est.**).

ILLUSTRAÇÃO ACADEMICA — Órgão ligado à sociedade secreta “Tugendbund”, de estudantes, surgiu no dia 15 de junho de 1865, formato de 32x23, com 16 páginas, as duas externas servidas de **charges** litográficas. No desenho do frontispício, de meia página, figurou, à esquerda, um monge

(1) Dos dois poemas publicados por Castro Alves, n’**O Liberal Acadêmico**, o segundo — “O Século” — foi por êle declamado na sessão magna de 11 de agosto, na Faculdade de Direito do Recife. Noticiando o fato, ressaltou o periódico: “Não podemos deixar de distinguir com uma menção especial a linda poesia recitada pelo inteligente sr. Castro Alves”.

(2) Embora não lhe apareça o nome, Generino dos Santos incluiu **O Liberal Acadêmico** entre os jornais em que colaborou, na sua juventude. . . possivelmente usando pseudônimo (“Testamento de Generino dos Santos” — plaqueta — Rio de Janeiro, 1933).

encapuzado segurando um mastro com a flâmula do título e, à direita, um tipo de guerreiro, de elmo e lança, em posição de sentido; entre êles, o prédio da Faculdade de Direito, (então localizado na rua do Hospício), e, por trás, uma nesga de sol. Abaixo, a divisa: “**Admonere, volumus, non mordere; prodesse, non loedere; consulere moribus hominum, non officere**” (Erasmus). Redatores — Carneiro Vilela, José Higino Duarte Pereira, Gonçalves Ferreira, Feliciano Pontual e outros. Trabalho material da tipografia do **Correio do Recife**, à rua do Imperador nº 79, 1º andar. Litogravuras a cargo de F. H. Carls. Assinaturas: por mês — 1\$000; trimestre (para fora da cidade) — 3\$000, mediante pagamento adiantado.

Quinzenal-mensal (1), o nº 2 circulou no dia 30 de junho e o nº 3 a 31 de julho, somando 48 páginas, em numeração seguida. Inseria produções, em prosa e verso, de **Democrito** (a crônica principal), **Gall**, **Leone-Leoni**, **J. Janin**, **Lord Fox**, **Barba-Azul** (pseudônimo de Carneiro Vilela), Jovino Firmo, etc. Salientavam-se a “Parte Oficial”, de caráter trocista, a “Crônica Teatral” e a seção de variedades “Opala”.

A única **charge** do nº 2 exibiu dois homens em atitude de duelo, armados de espadas, um dos quais era indicado como **O Liberal Acadêmico** e o outro **A Crença**, com a legenda: “Esgrima política: — Em guarda, Henrique! Olha o bote! — Defende-te, Campos! Lá vai o golpe de mestre!” Enquanto isto, um comentário, no corpo do jornal, focalizou a briga em que se empenhavam os dois mencionados periódicos acadêmicos, frisando:

“É lamentável que moços, talvez destinados a representar papéis importantes na cena política, acostumem-se, desde os bancos da Faculdade, a abrigar em seus corações essas paixões partidárias, êsses sentimentos estreitos e mesquinhos, enfim, que um dia substituirão de todo o amor à pátria”.

Sem que restem mais comprovantes dessa primeira fase, a fôlha teria atingido o nº 12 a 30 de novembro.

Só voltou a publicar-se a **Ilustração Acadêmica** mais de três anos após, apresentando o nº 1, ano II, a 16 de junho

(1) Do nº 1 só restam (Bib. do Inst. Arq.) as páginas 13 a 16.

de 1869, mantidos o cabeçalho e o programa literário, mas novo corpo redacional, não identificado. Doze páginas, sendo quatro de desenhos litográficos, a cargo de Mello & Wiegandt. Na primeira, retratos do professor Jerônimo Vilela e do General Abreu e Lima, em homenagem póstuma.

Consoante o editorial de abertura, ia ocupar, novamente, uma posição “no grande parlamento universal — a imprensa, onde há lugar para todos os homens e apenas se reconhece uma aristocracia — a do talento”.

Passando a ser impresso na tipografia d’**A Opinião**, à rua do Imperador, o nº 2 saiu a 20 de julho, contendo 16 páginas.

Interessante e variada a matéria das duas edições, constituída de crônicas, folhetim, contos, poesias, variedades, crítica de costumes, através das **charges**, e seção de ironia e troças, das quais era alvo principal **O Vesúvio**, periódico de outro grupo acadêmico. **Zambulo**, **Bavio-e-Mevio**, **P. de A.**, **Lases**, **Tabyra**, **Cezar Borja**, **B. de Borborema**, além de **Demócrito**, foram alguns novos colaboradores.

Não há indicação de ter prosseguido a publicação (**Bib. Púb. Est. e Bib. do Inst. Arq.**). (2)

A SEMANA — Periódico Científico e Literário — “Publicado por uma sociedade”, sendo a comissão redatora composta de Antônio de Sousa Pinto e Claudino Gomes Barreto, circulou o nº 1, vol. I, a 17 de junho de 1865, formato de 32x22, com duas colunas largas e quatro páginas, destinando-se a sair todos os sábados. Impresso na Tip. de Freitas Irmãos, assinava-se, para a capital, a 1\$000 mensais, ou . . . 3\$000 trimestrais para fora, mediante pagamento adiantado.

Em seu artigo-programa, intitulado “Alguma coisa”, frisou o editorialista que **A Semana** não tinha títulos a exhibir, nem feitos a enumerar. “Saiu das sombras e caminha para a claridade, precisa de movimento e sacode as asas, vê espaço e deseja voar. Não lhe cortem a passagem”.

“...**A Semana**, ousamos afirmá-lo, não se afeiçoará às disputas estéreis e improfícuas, saberá conciliar o útil com o

(2) Coleções desfalcadas.

agradável, qual um filósofo ático, e rejeitará tudo o que tiver a sombra de uma ofensa ou os laivos de uma presunção infundada. A História e a Poesia, o Romance e o Conto, a Filosofia e a Crítica encherão suas colunas, e a variedade na matéria, a escolha nas composições serão suas condições principais”.

Divulgou o seguinte sumário: “Direito comercial”, a continuar, sem assinatura; início do romance “Júlio”, de A. de Sousa Pinto; versos póstumos de Joaquim A. Bessone d’Almeida e seu necrológio, por Floriano José de Miranda; “Palestra teatral”, por Plauto, e “Notas da minha pasta”, crônica de Epifânio.

O nº 2 (1) circulou a 24 de junho, incluindo os novos colaboradores M. S. J. Pessoa e Fagundes Varela.

Teria terminado aí a publicação (**Bib. Púb. Est.**).

A PALMATÓRIA — Redigida por acadêmicos, circulou o nº 1 (sem mencionar data) a 8 de agosto de 1865, formato de 28x22, com oito páginas, quatro das quais — 1a., 4a., 5a. e 8a. — ilustradas, três com **charges** caricaturais e a última com a alegoria “O destino de Lopez”. Esta era representada por um índio com o pé direito e a seta sobre o busto de um homem deitado, inerte, a mão ainda segurando a espada, tendo como fundo a bandeira brasileira tremulando na torre duma fortaleza — **Assunção**.

O clichê do título figurava um tipo de mestre-escola, de palmatória em punho, segurando a mão de outro homem, que dêle procurava desvencilhar-se, a cartola ao vento, enquanto, ao fundo, outros fugiam, rua a fora. As ilustrações, em geral, tinham a assinatura de L. Schlappriz, sendo o trabalho litográfico de F. H. Carls e a confecção tipográfica a cargo do **Jornal do Recife**. À guisa de advertência, estampou os versos abaixo, assinados por Novais:

“Cuidareis vós que algum tolo,
De muitos que o mundo vê,
(Que não levam muito bôlo

(1) Nos “Anais”, de Alfredo de Carvalho, está registado o nº 1, aliás interrogativamente, como único publicado.

Por não haver quem lh'os dê)

.....
Há de escapar-me? Pois não!"

Nenhum Expediente adotou **A Palmatoria**. Seu artigo-programa, intitulado "Introdução", focalizou-lhe o objetivo principal: "moralizar criticando". Concluiu dizendo que não tinha nenhum desejo "de hostilizar individualidades determinadas; como a imagem da justiça, estamos de olhos vendados, mas teremos constantemente o ouvido alerta e a palmatória em punho".

Dentre a matéria divulgada, em prosa e verso, destacaram-se as seções "Tipos acadêmicos" e "Recife curioso", por **Vilas**, tudo em linguagem amena, sem nenhuma palmatoria (**Bib. Púb. Est.**).

Dois meses decorridos, noticiou o **Jornal do Recife**, de 10 de outubro, haver circulado o nº 2 (1), repleto de comentários e variedades, achando-se à venda a 500 réis cada exemplar.

O **SACRATAPO** — Dêsse venenoso órgão, tudo o que foi possível colhêr se resume na nota a seguir, extraída do periódico **A Crença**, edição de 10 de agosto de 1865:

"Mais um jornal acaba de ser publicado na Faculdade de Direito: tem por título **O Sacratapo** e por único fim criticar dos críticos. Saudamos aos seus ilustrados redatores e, apreciando o quanto hábilmente sabem dirigir o sarcasmo contra quem o merece, lhe aconselhamos um pouco mais de moderação, porque devem sempre refletir que se dirigem a colegas, e embora êsses usem do mesmo método para com os outros, cavalheirosamente lhes deveis retribuir em um estilo menos virulento".

A THEMIS PERNAMBUCANA — **Gazeta de Jurisprudência e Discussão Judiciária** — Iniciou sua circulação a 26 de agosto de 1865, formato de 45x32, com quatro páginas a quatro colunas de 15 cíceros. Expediente: "Publica-se aos sábados e subscreve-se a 5\$000 por série de doze números,

(1) Igualmente ao precedente, Alf. de Carvalho só mencionou o nº 1, fazendo-o interrogativamente.

no escritório do dr. Antônio Vicente do Nascimento Feitosa, rua Estreita do Rosário nº 23, 1º andar, a entender-se com o bacharel José Austregésilo Rodrigues de Lima". Trabalho material da tipografia de Freitas Irmãos.

Assim concluiu o bem fundamentado editorial de apresentação: "**A Themis Pernambucana**, aparecendo no meio dos acontecimentos de tôda espécie que abalam a sociedade brasileira desde os seus fundamentos, aspira a preencher uma lacuna que geralmente se sente. E ela, percorrendo, com suas débeis fôrças, todo o espaço que medeia entre a sociedade e a lei, entre a lei e o indivíduo, entre o poder e o direito, entre o govêrno e a família, entre a família e o cidadão, procurará fixar a atenção do público sôbre as causas de nossos males e sôbre os remédios com que possam êles ser curados.

"É êste um tempo de provações para todo brasileiro: cada um deve trazer para o auxílio da causa pública o seu óbolo de inteligência, de sacrifício, de experiência pessoal. No desempenho de tão árdua missão, espera **A Themis Pernambucana** que o público desta e das demais províncias do Império a acolherá com indulgência".

Seguindo meta normal, distribuia-se-lhe a matéria como a seguir: "Parte oficial", "Documentos oficiais", "Jurisprudência", "Crônica", "Assuntos diversos" e "Escritores antigos", sem faltar, em cada edição, o artigo redacional, onde eram abordados assuntos como o nepotismo e afilhadagem no Fôro; a necessidade da reforma dos tribunais de comércio, a praga dos magistrados políticos, a organização social do Brasil e tantos outros, especialmente visando à moralidade da Justiça.

Sôbre Jurisprudência, pròpriamente, divulgou a fôlha poucos artigos assinados, a salientar os de J. A. (José Austregésilo), João da Silveira Borges Távora e Joaquim Barbosa.

Suspensa após o nº 18, de 23 de dezembro, só voltou **A Themis Pernambucana** à circulação no dia 3 de fevereiro do ano seguinte, declarando o seu editorial de reabertura: "Praza aos céus que a história forense da província, no ano de 1866, indique algum melhoramento na administração da

Justiça, embora nesta parte sejam mui fracas as nossas esperanças, atendendo a que subsistem as causas que derem vida aos efeitos que havemos registado”.

Editou-se o importante órgão, principalmente redigido por Nascimento Feitosa (1), até o nº 23, de 10 de março de 1866. “Circunstâncias independentes de sua vontade” (2) levaram-no a sustar a publicação (**Bib. Púb. Est.**).

O CABOCLO DO NORTE — Periódico Político, Noticioso e Crítico — Surgiu a 23 de setembro de 1865, formato de 32x23, com quatro páginas de duas colunas largas. Destinava-se a sair semanalmente, mas em dias indeterminados, sendo impresso na tipografia do **Correio do Recife**. Custava 1\$000 a assinatura mensal e 160 réis o número avulso.

Explicou o artigo-programa a que vinha o nôvo órgão: “Tendo-se metido pelas matas o Leão pernambucano”, envergonhado “das misérias desta terra”, das matas saía **O Caboclo do Norte**, para ocupar-se de espinhosa tarefa: expor os crimes e abusos que estavam ocorrendo, “para que esta província não continue a sofrer imputações imerecidas e se não diga que os nossos brios se arrefeceram”. Usaria de franqueza, dizendo o que sentia e o que sabia, “sem atender a considerações, embora desagradasse, mesmo atraindo intrigas, ódios, perseguições”. Também não seria indiferente à política nem “à incúria daqueles que governam”, advogando as idéias que lhe parecessem “capazes de salvar o Brasil da revolução social que se prepara”.

Outros artigos focalizaram a guerra do Paraguay, as dificuldades do govêrno imperial e criticaram o Partido Progressista e o Presidente da Província, Domingos de Sousa Leão, e respectivos áulicos. Inseriu, ainda, um “Kaleidoscópio” e versinhos de sete sílabas, de sátira e humorismo.

(1) Foi a última atividade de Nascimento Feitosa no campo da imprensa, vindo êle a falecer a 29 de março de 1868, aos 53 anos de idade. “Uma das glórias de Pernambuco”, no dizer de Felix Cavalcanti de Albuquerque Melo (“Memórias de um Cavalcanti” — edição refundida por Gilberto Freyre — Companhia Editora Nacional, Rio, 1940), era “reconhecido como o primeiro advogado desta cidade”, tendo sido citado, no Parlamento francês, como “o sábio jurisconsulto brasileiro”.

(2) De uma nota posterior, publicada pelo periódico **O Mercantil**, edição de 3 de julho de 1867.

Apesar do rompante da partida, **O Caboclo do Norte** não prosseguiu sua tarefa, extinguindo-se com a primeira edição (**Bib. Púb. Est.**).

A BUSSOLA AMERICANA — Periódico Político, Noticioso, Literário e Comercial — Entrou em circulação a 7 de outubro de 1865, formato de 45x29, com três colunas de 15 cíceros e quatro páginas. Redação à rua do Alecrim nº 51 e impressão da Tip. Americana, à rua do Hospício nº 17, pretendendo sair semanalmente, aos sábados. Assinava-se a 3\$000 por trimestre, pagos adiantados, ou 4\$000 depois de vencido o primeiro mês; semestre — 6\$000. Anúncios: grátis por três vezes, não excedendo vinte linhas.

Assim concluiu o longo artigo de apresentação: “Órgão político, **A Bussola Americana** combaterá a política pessoal e incandescente que o governo tem introduzido no país com o fim antipatriótico de, apoquentando e enfraquecendo os indivíduos, remover resistências ao seu governar absoluto, retirando o povo dos seus verdadeiros interesses. Neste propósito, porém, **A Bussola** jamais descerá a questões individuais. Sem alianças nem afinidades com os partidos que se debatem no país... jamais se apartará da discussão dos interesses gerais da nação brasileira e dos povos americanos”.

Divulgou artigos sobre “O comércio americano” e “A emigração”; traços biográficos de Abraham Lincoln e “Divagações”, na seção “Literatura”, sem assinar-se o autor, para continuar na edição seguinte, sendo a última página de anúncios.

Não há indícios do prosseguimento da publicação (**Bib. Nac. e Bib. Púb. Est.**).

O VINTE E CINCO DE MARÇO — Jornal Político — Fundado a 4 de novembro de 1865, apresentou-se em formato de 44x29, com quatro páginas de quatro colunas a 14 cíceros. Trazia sob o título, como divisa, o seguinte: “O governo do Brasil é Monárquico-Hereditário, Constitucional e Representativo — A divisão e harmonia dos Poderes Políticos é o princípio conservador dos direitos dos cidadãos, e o mais seguro meio de fazer efetivas as garantias que a Constituição oferece” (Constit. do Imp., arts. 3º e 9º) e “A inviolabilidade dos direitos civis e políticos dos cidadãos brasileiros, que têm por base a liberdade, a segurança individual e a pro-

priedade, é garantida pela Constituição do Império" (Constit. do Imp., artº 179).

Seguiu-se, em tôda a largura da página, minucioso expediente, com a discriminação dos locais onde se recebiam assinaturas, à razão de "12\$000 por ano ou por série de 25 números pagos em prestações mensais adiantadas". Anúncios a \$100 por linha, sendo as publicações de interesse particular feitas sob ajuste.

Em substancioso artigo-programa, o editorialista focalizou a situação do país, clamando: "Ataquemos de frente os desvários dos que sem rebuço calcam e recalcam as nossas liberdades públicas e rasgam, uma a uma, as páginas daquela liberalíssima Constituição que o Império jurou no memorável dia de 25 de março de 1824".

"É do pensamento de opor diques à torrente de tão grandes males, que ameaça engulir tudo, que nasceu, armado como Minerva, **O Vinte e Cinco de Março**, cujo título já está indicando as excursões que vai êle fazer pela estrada do porvir".

"...o nôvo conviva, que vem hoje sentar-se no grande banquete da Imprensa jornalística, não traz sobraçando nem um talher já usado nos festins de desprezíveis fações, nem recebeu a missão de evangelizar especialmente em nome deste ou daquêle partido; suas idéias são bebidas na fonte caudal da Constituição". E concluiu: "Sus, amigos da Pátria! A imprensa livre, cortês e desassombrada, será a coluna de fogo que nos guiará à terra da promessa! Sus!"

Comportou o semanário bastante matéria, bem redigida e bem distribuída, tôda em tipo corpo 10, uniforme, títulos em 12 negrito, lisonjeira apresentação gráfica da oficina do **Correio do Recife**, à rua do Imperador nº 79, 1º andar.

Em longos editoriais ou notas dos "Fatos Diversos", ocupou-se o periódico, redigido por penas qualificadas (monsenhor Pinto de Campos foi um dos redatores), em criticar o gabinete ministerial e os "corifeus" da **liga**, ou Partido Progressista, não sem deixar de dedicar algumas colunas à política do interior e dos Estados vizinhos. A publicação, terminado o ano, continuou, com o nº 9, a 11 de janeiro de 1866.

No nº 11, iniciava-se a inserção das “Cartas de **Erasmus**” (pseudônimo que velava, “com segredo não violado até hoje, o nome de algum eminente estadista”) (1), dirigidas ao Imperador Pedro II e nas quais se propunha a dizer “a verdade inteira a respeito do país, sôbre os homens como sôbre as coisas”.

Teve o jornal, igualmente, a colaboração de Pedro de Calazans, **O Observador Indignado** e outros, e inseriu correspondências assinadas por Epaminondas, **O Alpha**, **O Intrépido**, C. A. S., José Correia de Araújo, **Nemo** e **Suassuhy**, além de transcrições. Polemizou com os jornais progressistas, principalmente **A Situação**, e com as “colunas alugadas” do **Jornal do Recife**.

Ainda em prosseguimento à campanha política, jamais interrompida, o editorial do nº 53, de 1 de dezembro, acusava o Partido Progressista dos males que atrapalhavam o país, aduzindo: “...a guerra que ceifa tantas vidas; a bancarrota, que exhibe o seu medonho aspecto; a depreciação de nossos brios — eis o fruto do cálculo da **Liga** nesta parte”. “A política progressista tem chamado sôbre si as maldições da pátria”.

Prolongou-se a vida do periódico até o nº 55, de 13 de dezembro, quando uma nota final, de despedidas e “boas festas”, declarava que voltaria em 1867, para reatar o fio das “maldições contra esta atualidade nefanda que tantos abismos tem cavado no solo da pátria”. Não voltou. (**Bib. do Inst. Arq.**).

1866

O AMERICANO — Periódico Político, Literário, Crítico, Noticioso — Entrou em circulação no dia 6 de janeiro de 1866, formato de 44x30, com quatro páginas de três colunas largas. Impresso na Tipografia Liberal Constitucional, fêz inserir abaixo do título uma faixa com o longo Expediente que vai aqui reproduzido:

(1) **Um Riograndense do Sul**, escrevendo “Ligeiros apontamentos para a biografia de um contemporâneo”, no periódico **A República**, de 19/2/1871, identificou **Erasmus**: era o romancista José de Alencar.

“...publica-se todos os sábados; subscreve-se nesta tipografia a 10\$000 por ano (pagos adiantados); os assinantes da capital pagarão por trimestre 3\$000 e semestre 5\$500 ao receber o primeiro número; e os do centro ou das províncias em semestre a 6\$500, sendo o porte franco. Os anúncios dos assinantes serão publicados grátis, sendo no mesmo tipo do jornal; os comunicados e correspondências de particular interesse pagarão o que se convencionar, correndo por conta dos seus autores tôda a responsabilidade civil e criminal, vindo assim os autógrafos competentemente legalizados. O escritório dêste jornal é na mesma tipografia, rua das Calçadas nº 39 (também chamada Largo do Forte), para onde se enviarão todos e quaisquer negócios tendentes a esta fôlha, publicando-se tudo contra tôda e qualquer pessoa, sem distinção de grandeza e côres políticas”

Lia-se no editorial de abertura: “Temos idéias próprias e as iremos expondo ao juizo e apreciação pública; aceitaremos a censura, em que possamos incorrer, e nos curvaremos resignados ao pêso da opinião pública, que espero não nos será infensa. Seremos inexoráveis contra o vício, contra a corrupção e contra o abuso, excesso, negligência e frouxidão do funcionário público no desempenho de seus deveres. E, como temos olhos, vemos que êste belo Brasil vai se precipitando em um abismo medonho. Vemos muitas causas que o afligem e perseguem; que alguma coisa de grandioso se prepara de futuro, que o horizonte está carregado de núvens, que ameaçam, a cada momento, terrível borrasca. Vemos que, nesta difícil situação, não é prudente precipitar os acontecimentos, porque êles virão, necessária e naturalmente. As grandes revoluções não se fazem repentinamente”.

Outros males eram vistos, tais como: a administração “impedir o desenvolvimento da opinião pública”; a dívida pública crescer “a passos largos”; “a indústria em decadência”; a corrupção “lavrando por tôdas as classes da sociedade”; o “voto nacional sofismado”; a “mentira oficial prevalecendo”; a “instrução pública vendida a baixo preço”; “roubados os cofres públicos” e, sobretudo, “chamar-se voluntários da pátria a homens recrutados forçosamente e que nesta cidade entram algemados e amarrados com cordas”.

Manteria, finalmente, “perfeita “liberdade de imprensa”, agradasse ou não.

Seguiram-se, na edição de estréia, o “Correio do **Americano**”, pelo **Dr. Ali**; “Noticiário”; “Transcrições”; “A crise comercial de 1864” (artigo IX de uma série iniciada na **Ilustração Commercial do Recife**); “Variedades” e “Ao almoço”, por **Jean-Jeão**.

Circulando regularmente, manteve, com exito, o programa enunciado, ocupando-lhe sucessivas edições o estudo intitulado “Reflexões sôbre as Bíblias impressas em Londres e Nova York em relação aos católicos do Brasil”. Ocupou-se da política da Paraíba. Divulgou, em folhetim, sermões do padre Antônio Vieira. Longas poesias saíam sem assinatura. No nº 16 começou a seção “Semana pitoresca — Fôlhas sôltas”, dedicada “à religião, à literatura, às belas artes e também à ciência”. No nº 20 estampava-se longa Correspondência de Antônio Borges da Fonseca, procedente de Flôres, sertão de Pernambuco. **Menandro** escrevia sôbre Teatro.

Servido de variada matéria, incluindo os “A pedidos”, sem propaganda comercial, não dava trégua, em substanciosos editoriais, à crítica aos desmandos governamentais, à inutilidade dos partidos que se entrechocavam na luta pelo poder e pelos bons empregos; condenando a hegemonia do Sul e o desprezo do Norte; defendendo o direito de vivência dos portugueses em Pernambuco e a intensificação do colonialismo estrangeiro: não deixando, finalmente, sem formal reprovação certas atitudes do Clero, que se vinha desmoralizando (edição de 4 de agosto) “de uma maneira extraordinária”, para acrescentar: “. . .do turbilhão de tanta devassidão clerical e governamental, aparecem os padres jesuítas apostolando os povos, e o povo os recebendo de braços abertos”. Atacava a Maçonaria e o **Jornal do Recife**, que lhe servia de eco.

A colaboração de Borges da Fonseca não passou do primeiro artigo. E, já no seu nº 26, **O Americano**, em Comunicado com a assinatura **O Cidadão**, criticava as idéias daquele líder republicano, que voltara de sua vilegiatura para fazer ressurgir **O Tribuno**; mas, em editoriais, fazia cobertura dos comícios por êle organizados e condenava a tentativa do seu assassinio (nº 29, de 13 de outubro).

Após extensa lacuna existente na coleção manuseada, aparece o nº 41, ano II, do semanário, datado de 16 de maio de 1867. (Além da falta de comprovantes, verifica-se, atra-

vés da numeração, que, no período em aprêço, estêve suspensa a circulação por algum tempo).

Mantinha-se o mesmo programa reformista d'**O Americano**, que logo escreveu, em artigo dirigido à mocidade acadêmica: "...levantai-vos e protestai contra a prostituição das grandes idéias do século, com que traficaram os ganhadores do govêrno".

Mais algumas edições e encerrava-se a existência do bravo periódico com o nº 45, de 4 de julho de 1867, quando findou a série de "Publicações a Pedido", sob o título "Diálogo das bravatas e fidalguias acavalgadas praticadas em nossa deleitável Capunga", e o sub-título "Ginásticas de um subdelegado conhecido por **Cabrinha de Papai**".

Foram seus colaboradores esporádicos: o poeta José Soares Pinto Correia e o cronista literário Rodrigo Rodrigues, não aparecendo jamais a assinatura do autor das "Páginas sôltas" (livro inédito de reminiscências, escrito em 1850), sempre em regime de "continua", a não ser um simples **F.**, no fim da publicação, que ocorreu no penúltimo número do jornal. Este divulgou, ainda no primeiro ano, pelo menos uma das "Cartas de **Erasmo**" (pseudônimo de José de Alencar) (**Bib. Púb. Est.**) (1).

O CIDADÃO — Periódico Comercial, Literário e Noticioso — Iniciado a 1º de fevereiro de 1866 ("Anais"), circulou no dia 16 o nº 4, formato de 32x22, com quatro páginas de duas colunas largas. Trazia sob o título o conceito de Virgílio: **Intemerata fides, et candida libertas**. Impresso na Tipografia Liberal Constitucional, tinha como editor Francisco João Alves de Almeida, sendo a redação instalada na rua da Conceição nº 16. Assinava-se a 2\$000 trimestrais, vendido o número avulso a 200 réis. Segundo o Expediente, só aceitava artigos que envolvessem responsabilidade quando competentemente assinados, publicando gratuitamente aquêles de interêsse comum.

A edição em aprêço e, bem assim, o nº 5, do dia 28, também de fevereiro, que teria sido o último, divulgaram, a par de editoriais em defesa da causa dos portugueses no Brasil,

(1) Coleção desfalcada.

Correspondências, “Perguntas que não ofendem a quem não as compreende”, notas policiais, variedades, crítica de costumes e humorismo (**Bib. Púb. Est.**).

CORREIO DO RECIFE — Parte Literária — Edição do jornal do mesmo nome, começou a circular em março de 1866, com 16 páginas, formato de 37x26. O desenho do cabeçalho, ocupando quase meia página, representava, tendo o título sobreposto, um globo mundial ao centro, entre nuvens; ao fundo, aspecto de cidade, o sol e montanhas; aos lados, servindo de moldura, figuras de anjos e jarrões de flôres. Ao pé, a procedência do clichê: “Paris-imprensa d’Augusto Vallée, rua de Breda, 15”.

Em tôda a largura da página, vinha o **Expediente**: “Esta parte do **Correio do Recife** será publicada de 15 em 15 dias, contendo oito páginas de gravuras, representando assuntos de interesse, tais como paisagens, vistas de cidades e edifícios e finalmente retratos de pessoas ilustres nacionais e estrangeiras, e oito páginas de literatura amena, de sorte que formará todos os anos um belo e interessantíssimo volume com 384 páginas, sendo 192 ilustradas com mais de 400 gravuras. Além desta parte, o **Correio do Recife** publicará, de 15 em 15 dias, um número de quatro páginas em formato grande contendo outros assuntos e notícias da Europa e de todo o Império”.

Circulou o magazine regularmente, de acôrdo com o plano delineado, vindos expressamente de Paris os clichês das oito páginas ilustradas. Eram reproduções de acontecimentos e figuras de projeção de países europeus. A matéria tipográfica das outras oito páginas abria com a seção “Notícias diversas”, constituídas de amplas legendas dos clichês alusivos e informações de diferentes acontecimentos do Exterior. Seguiam-se transcrições de contos, novelas, romances (em regime de continuação), estudos históricos, biografias e artigos “do **Carapuceiro**” (nome do periódico anos atrás redigido pelo Padre Miguel do Sacramento Lopes Gama). Apreciavam, também, produções originais, em prosa ou verso, de A. de Sousa Pinto, A. R. de Tôrres Bandeira, **Silvanus**, padre J. Duarte, C. Colaço (traduções), R. de Areia Leão, João de Deus, Cezário de Azevedo e outros.

Invariavelmente sem data de espécie nenhuma, só em 1867 colocava-se ao pé da última página a indicação: “se-

gundo ano". Tendo circulado 19 edições em 1866, num total, em numeração seguida, de 304 páginas, no ano seguinte a publicação sofreu lacunas, saindo apenas 13 edições, num total geral de 508 páginas.

Embora tenha deixado de existir o órgão-matriz, o **Correio do Recife** ilustrado não se deteve, continuando em 1868 (1), quando mudou o clichê do cabeçalho, nêle passando a figurar a cena do desembarque de Pedro Álvares Cabral no Brasil. Lia-se, abaixo, na faixa do Expediente: "Esta parte do **Correio do Recife** será publicada uma vez por mês, contendo oito ou seis páginas ilustradas. Além disto, os srs. assinantes receberão também, de três em três meses, figurinos de modas e moldes de trabalhos para senhoras".

As fotogravuras procedentes de Paris foram intercalados desenhos locais, do litógrafo F. H. Carls, predominando retratos de personalidades brasileiras. Além da matéria em prosa, a fôlha veio a divulgar, também, poesias de Firmino Cândido de Figueiredo, Antônio da Cruz Cordeiro. Rozendo Muniz Barreto, Antônio de Sousa Pinto e Melo Cunha.

Apesar do que consta do Expediente na fase de 1868, os três primeiros números, sempre sem data, saíram com 16 páginas: o nº 4 com oito; o 5º, o 6º e o 7º com doze, num total de 94, em numeração seguida, não prosseguindo a publicação.

O trabalho tipográfico estêve invariavelmente a cargo da tipografia situada na rua do Imperador nº 79, 1º andar (**Bib. Púb. Est., Bib. do Gab. Port. de Leit. e Coleç. Abelardo Rodrigues**) (2).

MOSAICO — Periódico Científico, Literário e Noticioso — Começou sua existência a 1º de maio de 1866, formato de 31x22, com quatro páginas de duas colunas largas, sendo impresso na oficina do **Jornal do Recife**. Redatores — Paulo de Amorim Salgado, M. A. Godofredo Autran e T. de A.

(1) No seu registo dos "Anais", Alfredo de Carvalho dera o **Correio do Recife** ilustrado como extinto na mesma data que o órgão matriz, ou seja, a 22 de outubro de 1867.

(2) As duas Bibliotecas mencionadas possuem coleções do **Correio do Recife** ilustrado; mas a única completa, num volume de 508 + 94 páginas, é a do colecionador particular Abelardo Rodrigues.

Araripe Júnior. Circularia um “número indeterminado de vezes”, adotando a seguinte tabela de assinaturas: mês (para o Recife) — 1\$000; trimestre (para fora) — 3\$500. Preço do exemplar — 300 réis.

De autoria do primeiro dos redatores foi a “Introdução”, na qual, depois de exaltar a imprensa, escreveu: “Cônscio das imensas dificuldades que assaltam os periódicos literários no seu comêço, **O Mosaico** não trepidou em apresentar-se perante o público, embora revestido de singelas formas e nada almejando senão prestar alguns serviços àqueles que, nas horas vagas, procuram um doce refrigério às suas tarefas”.

Acentuou, mais adiante: “Daremos por satisfeita nossa missão se subministrarmos aos nossos assinantes uma leitura instrutiva e amena, que, a par de distração, sirva de útil entretenimento à inteligência na hora de descanso”.

Afora os trabalhos, em prosa e verso, firmados pelos redatores, inseriu poesia de L. Guimarães e noticiário do Interior e do Exterior.

Publicaram-se oito números do bem feito periódico (na realidade, exclusivamente literário), o último dos quais no dia 7 de julho. Foram, também, seus colaboradores: W. de Figueiredo, Belmiro Salgado, Leandro Soares, Tôrres Portugal, Antônio de Sousa Pinto e Anfilóquio B. F. C.. Só nas duas penúltimas edições variou de matéria, dedicando algum espaço à seção de logogrifos “Rebus” (**Bib. Púb. Est.**).

REVISTA JURIDICA — Jornal Acadêmico — Circulou no dia 15 (1) de maio de 1866, apresentando a divisa: “**Si sapiens fueris, tibi metipsi eris: si autem illusor, solus portabis malum**” (Provérbio). Sem apresentar corpo redacional, foi impressa na Tipografia do **Correio do Recife**, situada à rua do Imperador nº 79, 1º andar, formato de 31x21, com 16 páginas de texto e capa em papel de côr.

A “Introdução” focalizou a formação e organização das sociedades humanas e o grandioso papel que representa a mocidade na marcha das civilizações, para frisar, mais adiante:

(1) Não no dia 16, como registou A. de Carvalho.

“A imprensa todos os dias estruje por aí além as nossas aspirações, o nosso futuro. O jornalismo chamado por Lamartine o livro do povo, nós o abraçamos, é nosso. O grande número de publicações periódicas que sai todos os dias de nosso seio demonstra quanta seiva de vida, de fé e de esperança alimentamos no peito. É assim que, como prova dessa esperança no futuro, como sinal do amor que dedicamos à causa da ciência, oferecemos hoje ao público o primeiro número da **Revista Jurídica**.

“Destinada a preencher uma necessidade que se fazia sentir na imprensa acadêmica, ela abre campo exclusivamente às questões jurídicas, chamando a êste terreno as inteligências que quiserem aí batalhar. As questões jurídicas, como parte essencial de nosso estudo, devem merecer de nossa parte atenção especial”.

Além de outro artigo redacional, a primeira edição publicou produções firmadas por R. H. da Silva, Pedro Carneiro, J. F. Uchôa Cavalcanti e S. W. Mac-Dowell.

Seguindo a numeração das páginas, até perfazer o total de 30, publicou-se o nº 2 (2) no dia 31 de maio, com a colaboração, além de outros, de José Jansen Ferreira Júnior, J. G. Correia Gondin e Virgílio A. Morais (**Bib. Nac. e Bib. Púb. Est.**) (3).

REVISTA ILLUSTRADA — “**Lectorem dilectando, pariterque monendo**” — Surgiu a 1º de julho de 1866, formato de 31x22, com oito páginas a duas colunas de 16 ciceiros. Constava do Expediente: “Publica-se, por ora, duas vezes por mês, à razão de 1\$000 mensais para a capital e 3\$500 (trimestrais) para o centro e provincias. Pagamento adiantado”. “Tôda correspondência deve ser dirigida à Livraria Universal, rua do Imperador nº 52. A redação aceita qualquer trabalho que se lhe ofereça”. Redação atribuída a um grupo de acadêmicos que incluía Tobias Barreto de Meneses.

Lia-se no editorial de abertura: “É preciso que uma voz livre e independente ecoe com fôrça, numa tuba de Josué,

(2) O autor citado mencionara o nº 1 como único, fazendo-o interrogativamente.

(3) Na Biblioteca do Estado só há comprovante do nº 1.

até conseguir com os seus sons ver derribadas as muralhas da cidade dos preconceitos e preocupações. Eis a missão da **Revista Ilustrada**.

“Filha de cinco minutos de reflexão, vem à luz da imprensa despida de relações e dependências, com vistas largas num horizonte também largo. À literatura e à política são votadas suas atenções, mas à política não de partidos, que se amesquinham sempre, mas à política de ordem, de harmonia e dignidade nacional”.

Sua matéria constituiu-se de literatura humorística, como as “Novidades da quinzena”, “Observações misto-políticas”, “Mosaicos”, “Tipos” e duas correspondências epistolares, dirigidas ao “Granítico senhor” e ao “Amigo Prudêncio”, nas quais eram desferidas cargas de sátira sobre certos poetas que saudavam atrizes em exibição no palco do Teatro Santa Isabel. A primeira das cartas era assinada por **Tchang-Tching-Boung** e a segunda por **Salamaleco**. Nesta, aludia-se a “um moço muito nosso conhecido”, que, entusiasmado, “mimoseou a **grande** artista” com uma porção de estrofes, das quais transcreveu uma oitava em decassílabo. O poema era “O vôo do gênio”; o poeta, Castro Alves; a atriz Eugênia Câmara; o motivo, o ridículo. A última página, tôda em litogravura, estampou uma **charge** política, outra literária e retratos de Mariz e Barros e Paulino Câmara, mortos heróicamente na guerra do Paraguai.

O segundo número (e último), datado de 15 de julho, apresentou-se com as páginas externas, 1a. e 8a., desenhadas de **charges** litográficas. Nas “Novidades da quinzena”, focalizou o aparecimento do jornal **A Luz** (redação atribuída ao grupo de Castro Alves), que a todos causara surpresa, pois vinha precedido das piores informações. Entretanto, “encaminha-se a um fim grandioso e nobre”, fruto do “louvável esforço de alguns moços” que sabiam aproveitar o tempo excedente em “proveito de suas inteligências e gosto literário”. Frisou, porém: “. . .há frases que nos soaram mal e algumas opiniões de que dissentimos”, a respeito do que, se sobrasse tempo, a redação faria, “em trabalho separado, algumas considerações”. Terminou desejando ao congênere “uma vida longa e cheia de triunfos” e aconselhando-lhe prudência para evitar desvios.

A seção “Notícias telegráficas”, firmada por **Maglorio**, fêz irônica referência a “um Papa-Ovo”, o qual, do camaro-

te do Teatro Santa Isabel, entusiasmado, “recitou uma bellissima poesia no estilo novíssimo — estilo de cabeça de criadinho inglês”, visando, assim, ao poeta baiano e ao poema já aludido (**Bib. Púb. Est.**).

Seguiu-se à edição em aprêço da **Revista Ilustrada** um Suplemento (comprovante não encontrado), dêle constando um artigo de Tobias Barreto contra Castro Alves, mencionado e refutado por **A Luz** (1).

ACADEMICO PARAHYBANO — Saiu a lume no dia 4 de julho de 1866, formato de 44x30, com quatro páginas de quatro colunas, sendo impresso na tipografia do **Correio do Recife**. Constava do Expediente: “Publica-se não menos de duas vêzes por mês e assina-se na Livraria Econômica, rua do Crespo (atual Primeiro de Março) nº 2. Preço da assinatura: para o Recife — 1\$000 mensalmente, pagos ao receber o primeiro número; para a Paraíba — 3\$000 por trimestre, pagos adiantados”.

Lia-se no editorial de apresentação, assinado por I. J., ou seja, Irineu Joffyly, o redator principal: “A Paraíba do Norte é, como algumas do Brasil, sem importância e esquecida de todos, principalmente do governo. Sujeita a Pernambuco, assim no comércio, como eclesiástica e judiciariamente, compunge a nós, filhos dela, vê-la feita quase que uma colônia desta província.

“Tratar do seu comércio, lembrando meios de torná-lo independente e florescente; da sua agricultura, dos recursos naturais dos seus terrenos; de todos os produtos; da sua autonomia eclesiástica e judiciária e, enfim, de tudo quanto lhe possa interessar; tal é, pois, o fim principal para que convergem todos os nossos esforços”.

Divulgaria artigos jurídicos e seria noticioso. Quanto à política, era assunto que não entrava em suas colunas.

Seguiu-se a publicação, inserindo artigos de Ernesto Chaves, Vicente do Rêgo Toscano Barreto, João Lopes Pessoa da Costa, L. E. R. Viana e I. J., que focalizavam temas como “O comércio da Paraíba”; a “necessidade da criação

(1) Ver, adiante, o registo d'**A Luz**.

de um Bispoado”; limites interestaduais; criação de uma associação comercial; Direito Comercial, etc., além de uma Parte Literária, com poesias de **Silvius**, outras sem assinatura, e de L. Guimarães Júnior; mais o estudo “Paraibanos célebres de 1817”, enquanto o padre **Estanislau** escrevia “Direito Eclesiástico”.

Tal é o resumo do que se contém nas páginas do **Academico Parahybano** até o nº 5, datado de 11 de setembro do mesmo ano (**Bib. Púb. Est.**).

Teria, porém, continuado (era quinzenal) até o nº 7, de 25 de setembro, conforme **Alfredo de Carvalho** (obra citada).

A LUZ (1) — **Periódico Literário** — O primeiro número circulou em princípios de julho (2) de 1866. Não existindo comprovantes em nenhuma das bibliotecas visitadas, encontra-se, porém, o editorial de apresentação transcrito nas páginas 144 a 148 do livro “**Castro Alves — Correspondência; Inéditos e Dispersos**”, editado em 1956, pela Livraria Progresso, da Bahia. Dêle consta o tópico:

“A imprensa é um tópo. E nós, que subimos do vale de nossa obscuridade para um momento sacudir nossa palavra aos quatro pontos da terra, não seremos as bacantes ébrias a tripudiarem de gáudios pelos Cinthos das regiões helênicas, mas os druidas entusiastas dos basaltos graníticos da Armórica”.

Todo o artigo constituiu um poema em prosa, arrematando: “Oh! deixai-nos seguir a via-dolorosa da arte...”

No segundo número, que saiu no fim do mês, assinou **Castro Alves**, o redator principal, violento artigo, sob o título “Polêmica” e o sub-título “O Suplemento e o sr. Barreto”, igualmente reproduzido no citado volume (3).

(1) **A Luz**, segundo **Pedro Calmon**, no seu “Vida e amores de **Castro Alves**”, pág. 103” foi “um jornalzinho pomposo”, que no artigo de fundo dependurara “os troféus da liberdade de opinião”.

(2) Só a 21 de julho o **Diário de Pernambuco** deu notícia do aparecimento do primeiro número d'**A Luz**, declarando-o publicação quinzenal.

(3) Abaixo do nome de **Castro Alves**, no livro que lhe transcreve o artigo, está consignada a data — 22 de agosto de 1866. É engano. Deve ler-se — julho.

Aludiu o poeta baiano a um artigo do Suplemento do nº 2 da **Revista Illustrada**, “que encheu de pasmo a muita gente”. Disseram-lhe ter sido redigido por Tobias Barreto; não acreditava, devido às relações de amizade que, desde muito tempo, os ligavam. Para certificar-se, escreveu-lhe: “Peço a V. S. tenha a bondade de declarar-me, ao pé desta, se é o autor do artigo da **Revista Illustrada**, incluso no Suplemento, como fêz o obséquio de mandar-me dizer vocalmente”.

“Justamente, sr. Castro Alves. — respondeu o interpellado — Sou eu mesmo. Quer responder? É um favor. Peço-lhe que me encare sob todos os pontos de vista, a fim de que depois não me chamem pouco generoso. Sim, sr. Considere-me como homem, como escritor na prosa e no verso, como cidadão e até como filho... Dê-me por tôdas as faces... Assim espero. E para facilitar e abreviar mais a sua resposta, mandar-lhe-ei levar alguns versos meus, que um amigo tem reunido, pedindo-lhe o favor de que me mande alguns seus, ao menos os que tem aqui publicado”.

Assim esclarecido e provocado, entrou Castro Alves “na apreciação da crítica do sr. Barreto”. Rebateu os doestos e acusações, inclusive de plagiato, atribuindo-lhe má fé e “uma ignorância atrevida e alvar”. E acentuou: “S. s. continuou a descer, mas foi num terreno tão baixo, que desapareceu completamente aos nossos olhos, como aos de todo homem de bem”.

Depois de expor ao público o “**spécimen** da educação e delicadeza de um homem que se preza; de um crítico, que se diz literário”, concluiu: “Provaremos no seguinte número ao público quem é o escritor que se apresenta com sua capa de farrapos de tôdas as qualidades, e recheado de inqualificáveis disparates”.

Calando-se a **Revista Illustrada**, ofuscou-se, igualmente, **A Luz**.

O ORIENTE — **Jornal Católico, Político, Literário e Noticioso** — Iniciou sua circulação a 8 de julho de 1866, formato de 45x30, com quatro páginas de quatro colunas.

“...tem por fim — lia-se na faixa do Expediente — considerar o Brasil na sua política e na sua literatura em relação ao Catolicismo. Assina-se na tipografia do **Correio do**

Recife, à rua do Imperador nº 79, 1º andar (onde era impresso), a 5\$000 por série de vinte números”. Direção de Manuel Francisco Raposo de Almeida.

Segundo o artigo-programa, vinha “tomar parte na cruzada civilizadora da Imprensa”, frisando: “Os nossos horizontes políticos, os literários e religiosos estão como entenebrecidos e ameaçando uma medonha tempestade: não temos oriente nem norte; estamos como o naufrago apenas confiado a uma frágil relíquia do lenho despedaçado”.

A situação era “assustadora”, “cruel”. “Parece-nos — adiantava — que o Brasil acha-se num destes momentos supremos em que só lhe poderá valer a misericórdia divina”.

“... em religião há um indiferentismo esterilizador, ou antes, há um ateísmo prático a lutar com um Catolicismo abastardado”. O articulista perguntava o que fazer, e respondia, à guisa de conselho: “Olhar para o Evangelho como Norte e considerar o Catocilismo como Oriente”.

Criticou o “racionalismo pretensioso”, declarando aspirar os “benefícios da civilização e da liberdade”; “a moral doméstica e a moral pública”.

Destinado a publicar-se aos domingos, **O Oriente** constituía-se de bem urdidos comentários redacionais, de natureza política ou religiosa, criticando, inicialmente, a atuação do Bispo da Diocese. Manteve boa seção noticiosa, inclusive das atividades teatrais, focalizando, especialmente, o renascimento do Conservatório Dramático Pernambucano. Na parte literária, teve a colaboração, em prosa e verso, de Antônio Rangel de Tôres Bandeira, José Soares de Azevedo, Jerônimo Vilela de Castro Tavares, A. Marques Rodrigues e Henrique de Beaupaire Rohan.

A partir do nº 10 transferiu-se a confecção d'**O Oriente** para a Tip. Nacional, situada à rua Estreita do Rosário nº 28. No nº 13, começou a divulgar a “História Eclesiástica do Brasil”.

Alimentando princípios liberais, o periódico veio a polemizar com o órgão conservador **O Vinte e Cinco de Março** e com o progressista **A Situação**, cada um a defender os respectivos pontos de vista.

Nada obstante o seu enunciado, não foi possível a **O Oriente** sair regularmente, cada semana. Encerrou o ano com o nº 14, de 23 de dezembro, para reaparecer a 20 de janeiro, continuando a numeração, quando escreveu: "...confiando na misericórdia divina, devemos esperar que o ano de 1867 traga mais auspiciosas soluções aos problemas sociais, políticos, literários e domésticos, como não foram resolvidos no ano de 1866".

Só deu outra edição a 3 de março, daí passando para 9 de junho, quando se reajustou como semanário, declarando, então, aos assinantes, prosseguir o programa: "catolicismo sem fanatismo nem carolismo pagão"; nenhuma filiação aos partidos políticos do país e respeito a tôdas as "opiniões sensatamente admissíveis".

Logo mais, divulgando o nº 20, de 30 de junho de 1867, findava a primeira série d'**O Oriente**, o que mereceu uma nota de agradecimento aos anunciantes, com a promessa de empregar esforços para corresponder-lhes à generosa expectativa na nova meta a seguir".

"Depois de uma involuntária interrupção" (1), circulou o nº 21 a 2 de fevereiro de 1868, declarando a redação: "A idéia religiosa, a idéia literária e a idéia política formam para nós uma trindade de sentimento, de opinião e de razão".

Deu boa cobertura, através de comentários, à guerra do Paraguay e defendeu a idéia da emancipação da escravatura, contanto que não fôsse feita abruptamente.

Mais de duas páginas da edição de 15 de março foram ocupadas pela "Introdução à História da Igreja Pernambucana", por F. M. Raposo de Almeida. Página e meia do número de 24 de maio, por sua vez, foram dedicadas ao necrológio do jornalista e jurista Antônio Vicente do Nascimento Feitosa.

Sempre comentando e noticiando os acontecimentos marcantes da vida pernambucana, sob o prisma que se traçara, **O Oriente** publicou-se no Recife até o nº 40 (2) de 16 de agosto de 1868 (**Bib. do Inst. Arq.**).

Teria prosseguido a publicação na cidade de Goiana.

(1) Substituiu-o, por algum tempo, **O Mercantil** (ver pág. 269).

(2) Não o nº 39, como fizera constar Alf. de Carvalho.

O ENCOURAÇADO — Publicada a edição de estréia a 10 de agosto (“Anais”), existe comprovante do nº 5, que teria sido último, datado de 4 de setembro de 1866. Impresso na Tipografia Popular, apresentou-se em formato de 27x18, com quatro páginas de duas colunas. Sobre o título via-se a vinheta de um navio de guerra, entre duas colunas do Expediente, em versos de quatro sílabas, assim traduzidos, em resumo: assinatura trimestral — 1\$000; preço do exemplar — 80 réis; circulação às terças-feiras. **Frei Mangalho** era o “capelão” da “esfregação”...

Propriedade de Modesto Francisco das Chagas Canabarro, a edição manuseada encheu-se de matéria joco-séria, no mesmo estilo de linguagem do **Barco dos Patoteiros**. Criticou, principalmente, o chamado “cortiço alfandegário”, onde ocorriam graves prevaricações (**Bib. Púb. Est.**).

A LANTERNA MAGICA — Fôlha semanal, do tipo joco-sério, começou a publicar-se no dia 11 de agosto de 1866, mas só foi possível manusear o nº 4 (1), de 1 de setembro, que se apresentou em formato de 27x18, com quatro páginas de coluna bastante larga. Constou do cabeçalho o clichê de um palco, tendo ao centro dois indivíduos em serviço de mágicas. Aos lados, metade por metade, os versos a seguir, à guisa de Expediente:

“Todos os sábados
Lanterna temos,
Na qual veremos
Representado
O tal cortiço
Alfandegado,
O caridoso,
O consolado
E o guerreiro,
Ou pelo menos
O marinheiro,
De entre todos
Mor trapaceiro

E outras muitas
Covas de Caco,
Onde os espertos
Pilham bom naco
Prá seu tabaco
Mil réis somente
Custam três meses
Aos assinantes
Que são fregueses.
Avulsa custa
Oitenta réis,
Que de guela
Não a tereis”.

Sua matéria constituiu-se de um diálogo entre o imaginário **Desidério** e o **Mestre**, a propósito das ladroeiras da Al-

(1) Alfredo de Carvalho registara, unicamente, o nº 1, seguido de interrogação.

fândega descobertas pela **Lanterna**; uma correspondência da “Capital da Côte de Pedro Maria Gonzaga” e versos de crítica mordaz ao Congresso (**Bib. Púb. Est.**).

O RECIFE ILLUSTRADO — Entrou em circulação a 12 (1) de agosto de 1866, obedecendo ao formato de 32x23, com oito páginas, as duas externas em litogravura. Confeção da Tip. Comercial, de G. H. de Mira, situada à rua Estreita do Rosário nº 12. Título desenhado pelo litógrafo A. Ridoux, constituído de uma flâmula desfraldada sobre o rio Capibaribe, tendo ao fundo a velha ponte do Recife, navio a vela, aspecto do bairro do Recife e nuvens. Tabela de assinaturas: ano — 15\$000; semestre — 7\$500; trimestre — 4\$000; para fora da província: 16\$000, 8\$000 e 4\$500, respectivamente. Número avulso — \$500.

Publicação dominical, sua matéria, de caráter joco-sério, constava, abrindo cada edição, do “Paquete semanal”, que era a crônica dos fatos e acontecimentos da cidade, seguindo-se-lhe “Duas horas vagas do Dr. Recife e Caraminhola”, em forma de diálogos; contos; peças teatrais; noticiário de feição humorística; versos e crítica de costumes, através de **charges** de **Ernesto** ou sem assinatura.

A colaboração, literária ou jocosa, obedecia a pseudônimos, a saber: **Ordrage**, **Graba-magister**, **Zoroasto**, **Dr. Recife**, **Caraminhola**, **Tchang**, **Felix de Vandenesse**, **Isva**, **Jacques Goriot**, etc.

Nas “Novidades da semana”, em substituição ao “Paquete”, criticavam-se atos da administração provincial, sobretudo no tocante às autoridades policiais, assim como as gestões políticas que conduziram à formação do Partido Progressista, tudo à base da sátira e do ridículo. A aparição do periódico republicano **A Tribuna**, de Borges da Fonseca, também foi tema de motejos dos apimentados redatores do órgão caricato.

Sob a alegação de dificuldades financeiras, uma vez que a quantidade de assinantes não era suficiente para cobrir as despesas, **O Recife Ilustrado** passou a sair, desde o nº 19, de 23 de dezembro, com apenas quatro páginas: duas tipo-

(1) Não no dia 1, conforme consta dos “Anais”.

8

PROCIPIAL ILUSTRADO

Os melhores serviços que podem ser prestados aos clientes e do comércio são prestados por profissionais, em especial, os typographos da casa Editora do Prociportal, onde também recebem-se fotografias.

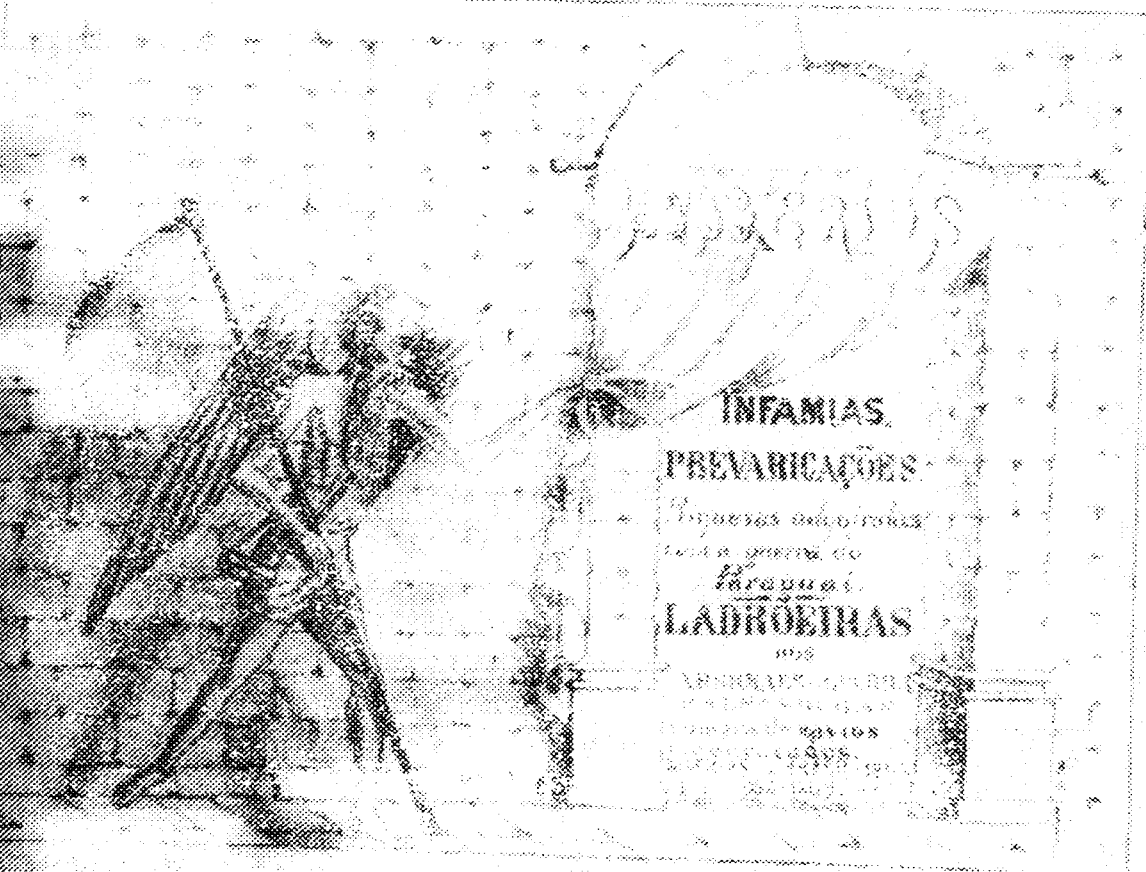
PRIMEIRO 1939.

N. 3

PREÇO DE VENDA 1.000
Tudo em Dinheiro.

FLEORN

Pontuação	Tempo de Trabalho
1000	1000
1000	1000
1000	1000
1000	1000
1000	1000



INFAMIAS

PREVARICAÇÕES

Tipos de crimes
com o nome de
Parapuá

LADROEIROS

ABUSOS DE PODER
E OUTROS CRIMES
COM O NOME DE
Parapuá

gráficas e duas litográficas. Reduzidas as seções de variedades, inseriu-se, a partir da edição de 6 de janeiro de 1867, o “Catecismo da doutrina liberal”, assinado por O. D. e C., continuado em diversos números. Era uma sátira arrazadora ao Partido Liberal e seus adeptos. Baixara, enquanto isto, o preço da aquisição da fôlha, que adotou parcela única de assinatura: trimestre — 2\$000.

Não tiveram têrmo, entretanto, as dificuldades da direção do periódico, que às vêzes deixava de circular nalgum domingo. E assim deu por finda sua existência ao publicar-se o nº 26, datado de 26 de fevereiro (2). Seu editor, José Soares Pinto Correia, divulgou, então, um “auto de declarações”, a que foi submetido em juízo, a requerimento de João Simões de Almeida, que considerara “inconveniente” certa notícia dada a público pelo jornal. Boas explicações evitaram o processo em perspectiva (**Bib. do Inst. Arq.**) (3).

O TRIBUNO — Órgão político, de orientação republicana, circulou o nº 1, ano I, no dia 5 de setembro de 1866, em pequeno formato de 22x16, com quatro páginas de duas colunas. Direção de Antônio Borges da Fonseca, tendo como redatores auxiliares Afonso de Albuquerque Melo e Tomé Fernandes de Castro Madeira. Confecção material da Tipografia Republicana Federativa, situada à rua do Imperador nº 35.

Era uma nova fase da fôlha de igual título editada em 1847/48 (consta do vol. IV: “Periódicos do Recife — 1821/1850”), sem nenhuma alteração quanto a forma e programa. Começou assim o editorial de abertura: “Amigos e inimigos são convidados a me ajudarem no empenho que ora tomo, a fim de que a verdade se restabeleça e a intriga não produza seus funestos efeitos”. O editorial referiu-se à exploração do povo pelos intrigantes, pelos que o pretendiam ludibriar, frisando: “O povo pernambucano é delicado, generoso e de uma sinceridade tal que ninguém pode suspeitar do seu caráter”. “Quando o maltratam, e se não pode logo vingar, concentra-se e aguarda a ocasião”. E concluiu: “**O Tribuno** toma

(2) Enganou-se, ainda, o autor dos “Anais”, ao registrar, como último número, o 12º, de 28 de outubro de 1866.

(3) Na Biblioteca Pública do Estado existem, apenas, na parte de avulsos, dois números, o 4º e o 5º, d’**O Recife Ilustrado**. À excelente coleção do Instituto Arqueológico faltam, lamentavelmente, as duas primeiras páginas da edição de estréia.

a seu cargo o guiá-lo. É uma empresa muito ponderosa, da qual se encarrega **O Tribuno**, porque o forçaram a vir a campo, quando inda tinha necessidade de descanso. Volta **O Tribuno** à cena com a sua antiga divisa: **Deus e Liberdade — Viva a Democracia**".

Numa explicação pessoal, aludiu Borges da Fonseca à sua atitude. Desde 1861 encontrava-se fora da cidade, ao que se viu forçado para cuidar de sua saúde, "séria e gravemente comprometida; na solidão, despreocupou-se da política, não o preocupando as transformações de homens e de coisas". Regressando, encontrou a fermentação contra o domínio português. Consultado pelos **ligueiros**, não lhes deu atenção, entrando em atividade por deliberação própria. Historiou, a seguir, os comícios de 26 de agosto e 2 de setembro, por êle organizados, ao lado de Afonso de Albuquerque Melo, repelindo as insinuações de fracasso formuladas pela quase unanimidade da imprensa do Recife. Tais ajuntamentos tiveram "por fim imediato acordar o povo pernambucano, porque o dia se aproxima, e sem o seu concurso nada se fará bom, sendo fim imediato o representar ao govêrno contra a invasão do govêrno português".

Circulando ora duas ora três vêzes por semana, a 40 réis o preço do exemplar, tôda a matéria d'**O Tribuno** era constituída de artigos ou sueltos, alguns assinados por Borges de Fonseca, outros por Afonso de Albuquerque Melo, sempre verberando os excessos policiais, atacando a política imperial e o Partido Progressista; criticando o recrutamento, que chamava "caçada de homens para a guerra do Paraguay", e atacando os portugueses.

Na terceira edição, 11 de setembro, vinham as "Condições de publicidade": "**O Tribuno**, como sempre, tem como verdade absoluta a liberdade da imprensa, sob duas condições: 1º — a de não publicar anônimos. Portanto, quem quiser escrever para **O Tribuno** o fará com sua assinatura. 2º — a de receber o jornal a defesa de quem por êle fôr agredido. Portanto, quem fôr acusado pelo **O Tribuno** pode nêle publicar sua defesa".

Outra nota, com a assinatura do diretor, intitulada "Lembrança", dizia: "Não se esqueça que tenho sempre dado liberdade ilimitada a todos que quiserem escrever contra mim; não chamarei nunca o que me atacar pela imprensa

à responsabilidade. Minha vida pública e particular fica entregue ao exame o mais severo. Quando me não puder defender de modo que satisfaça a opinião pública, retirar-me-ei da cena”.

Na edição seguinte, um editorial aconselhava ao cônsul português: “. . . advirta aos seus nacionais que vão abaixando a grimpa; se não querem que a abaixemos pelos meios que a situação nos facultar. Não hão de os portugueses aqui ser nossos senhores, porque o não queremos”.

A edição de 4 de outubro descreveu os acontecimentos do dia 30 de setembro, quando a polícia dissolveu um comício na escadaria da Matriz de São José, prendendo os oradores Afonso de Albuquerque Melo e Antônio Borges da Fonseca, os filhos deste e outras pessoas. “Agredido por todos os lados”, atacado com “muitas cutiladas e baionetadas”, Borges defendeu-se como pôde.

Publicou-se, então, o seguinte aviso: “**O Tribuno** continuará sem interrupção, sob a responsabilidade do bacharel Tomé Fernandes de Castro Madeira. Numa nota “Ao público”, escrita da Casa da Detenção, declarou Borges da Fonseca que constava estar “decididamente resolvido” o seu assassinio, “a veneno ou a ferro”, acentuando: “Fiquem, porém, cientes os senhores Manuel Clementino e Pindaíba, e todos os portugueses, que lhes há de custar muito caro a minha morte. Meus filhos, meus amigos sobreviverão”.

Na edição seguinte, excepcionalmente, a quarta página trouxe uma **charge** litográfica, representando as violências policiais de 1817 contra o povo. Devido ao aumento das despesas — dizia a redação — tôda edição que saísse com estampa custaria 80 réis. Logo no outro número divulgava-se a segunda **charge** (última), na qual o desenhista incógnito procurou definir a atualidade, através de uma vaca — **a nação**, com cabeça de mulher, cuja trança era segura pelo **dono**, um **português**; o bezerro, amarrado aos pés dianteiros do animal, era um **liberal ligueiro**, enquanto mamava o **conservador ligueiro** e permanecia de pé, humilhado, junto á cauda, o **jenuino**.

Enquanto isto, dizia um “anúncio”, mandado da Casa de Detenção por Borges da Fonseca: “Para não sofrer embaraço na crise por que passamos, espero que os srs. assi-

nantes d'**O Tribuno** paguem sem demora a respectiva subscrição, à vista do recibo assinado por mim". Sucediam-se os artigos escritos pelos dois principais prisioneiros — êle e Afonso de Albuquerque, com ataques, subretudo, ao presidente da província: Manuel Clementino Carneiro da Cunha. Um outro e único colaborador de artigos assinados, mas raros, foi João Câncio Gomes da Silva.

A Tip. Republicana Federativa, em novembro, viu-se forçada a fechar suas portas, sob pressão política, para não continuar a imprimir **O Tribuno**, cujo nº 27 saiu da Tip. Comercial, imprimindo-se o 28º na Tip. Popular e o 29º na Tip. d'**A Ordem**, aí continuando.

Finalmente, voltou Antônio Borges da Fonseca à direção do seu jornal, em cujo nº 30, de 3 de dezembro, divulgou, fechando a quarta página, o "Post Scripton" a seguir: "Foram-me abertas as portas da bastilha pernambucana às 8 horas da noite do dia 1/12/1866, tendo sido eu alí sepultado, com meus filhos e amigos, às 6 horas da tarde de 30 de setembro". (Os outros prisioneiros tinham sido libertados anteriormente).

Prosseguiram os artigos de protesto contra os abusos do poder, contra a influência **galega** e contra as violências da polícia, que dissolveu nôvo comício em dezembro. No dia 18 desse mês, a 36a. edição publicava, ocupando a primeira página, o poema "O povo ao poder", sem assinatura, mas reconhecido como sendo de Castro Alves, o qual aludiu, francamente, aos acontecimentos que levavam Borges da Fonseca à prisão.

Impresso o último número do ano a 20 de dezembro, houve uma trégua, reaparecendo o periódico, com o nº 38, a 8 de janeiro de 1867. Voltava "ao encetado trabalho", a ver se punha um "dique à desenvoltura do poder despótico que corrompe êste país". E apelava: "**O Tribuno** carece do concurso de todos, e principalmente do povo; não é grande sacrifício economizar dois vintens para ajudar a um periódico que tem contra si o poder lusitano e o poder de São Cristovão".

Prosseguiu a catilinária, em sucessivos editoriais, contra a **liga**, a Coroa e os portugueses, clamando pela nacionalização do comércio a retalho e pelo estabelecimento da re-

pública federativa, idéias igualmente defendidas em reuniões públicas, convocadas pela tríade Antônio Borges da Fonseca, Afonso de Albuquerque Melo e Bento Borges da Fonseca.

Entretanto, desavieram-se os dois tribunais. Na edição de 9 de março, Borges escrevia contra Afonso, que dêle se afastara “para conviver com os portugueses”. E entraram a polemizar, o segundo através do **Diário de Pernambuco**.

Era sempre precária a situação financeira do periódico, que veio a divulgar o seguinte, a 29 de abril: “**Uma súplica** — Os srs. assinantes que restam pagar o trimestre vencido no último de março tenham a bondade de fazê-lo; pois sabem que a situação do abaixo assinado (1) não é favorável, não podendo assim custear por si as despesas d’**O Tribuno**.”

Bom espaço vinha sendo dedicado à guerra do Paraguai, criando-se a seção “Guerra”. E um artigo político de 29 de maio assim concluiu: “Acordai, senhor, dissolvi a Câmara atual e convocai uma Assembléa Constituinte, estabelecido o sufrágio direto e universal”.

Justificando a anormalidade da situação financeira que atravessava, o diretor da fôlha assinou longo artigo, na edição de 3 de julho: não havia “liberdade de imprensa no Brasil”; as grandes empresas dependiam “do govêrno e das fações”, enquanto as pequenas lutavam com extraordinárias, invencíveis dificuldades. “Doravante — acentuava — as assinaturas serão por semestre e por ano; sendo o semestre a 4\$000 e o ano para esta cidade a 7\$000 e para o interior e províncias a 8\$000, em razão do porte do Correio”.

Ainda dizia o artigo justificativo: “**O Tribuno**, órgão do verdadeiro Partido Liberal do Brasil, radical, republicano, quer a unidade e conformidade da América, que repele o domínio europeu”.

Após ligeira interrupção, o valente órgão passou a imprimir-se, desde 8 de agosto, na Tip. Americana, à rua da

(1) Antônio Borges da Fonseca e seu filho Bento Borges entraram a divulgar anúncios do escritório de advocacia de ambos, com prestação de serviços grátis aos pobres. Terminavam dizendo não admitir visitas antes das 17 horas, “porque a concorrência de conversadores prejudica muito os trabalhos”.

Concordia nº 13, uma vez que o prédio d'**A Ordem** estava a desmoronar-se, já não havendo escadas por onde subir até a oficina gráfica, situada no terceiro andar. "Esta capital — explicava o redator — não pode estar sem um jornal de oposição em uma quadra em que tantas desordens vão nela e sem corretivo".

A reestruturação do Partido Conservador e a fundação d'**O Conservador** proporcionaram novo ensejo para ataques d'**O Tribuno**.

A edição de 28 de agosto apareceu envolta em tarja, com emblema fúnebre pelo falecimento do jornalista Inácio Bento de Loliola.

Transferida a Tip. d'**A Ordem** do nº 37 para o 47 da rua da Praia, voltou a imprimir-se nela **O Tribuno** a partir de 5 de setembro. No fim desse mês começou uma série de edições de oito e dez páginas, em tipo corpo 10, da Tip. Americana, dedicadas, em parte, à rememoração dos acontecimentos de 30/9/1866, com a transcrição de documentos e de tudo o que fôra escrito a respeito, inclusive artigo de **Marco Antônio** (Aprígio Guimarães), edições que se estenderam até 23 de dezembro, a última do ano, de nº 137.

Outro assunto intensificado foi a guerra do Paraguay, que sempre mereceu a repulsa de Antônio Borges da Fonseca. "O Brasil não tem luta com as repúblicas do Prata; quem com elas luta é o Império; desapareça êste e estará feita a paz". Continuou, no ano seguinte, a predominância dessa matéria, a salientar correspondência especial do **front** paraguaio.

Começou nova numeração em 1868 (2), sendo o terceiro número datado de 18 de fevereiro (3). E a partir da edição seguinte, voltava a ser impresso na oficina d'**A Ordem**. Circulando, ora uma, ora duas vezes por semana, sem alteração no seu programa, **O Tribuno** mantinha-se dificilmente. A 18 de maio já no 25º número, voltava a rogar aos assinan-

(2) No registo dos "Anais" foi omitida a existência d'**O Tribuno** em 1868, o que levou Hélio Viana (obra citada) a cometer o mesmo lapso, admitindo uma terceira fase em 1869.

(3) A coleção de 1868, da Biblioteca Pública do Estado, acha-se desfalcada de vários números, sobretudo o primeiro e o segundo.

tes que lhe pagassem os atrasados, a fim de minorar os embaraços do diretor, nota repetida constantemente.

Na edição de 12 de dezembro, criticou o comando das forças brasileiras em luta no Paraguay, dizendo que o Duque de Caxias era “incapaz para dirigir uma guerra qualquer um pouco séria”. E acentuou: “...o grande e imortal Solano Lopez não deu causa à guerra bárbara e selvagem que lhe faz o rei de S. Cristovão”.

Com o nº 68, de 17 de dezembro, **O Tribuno** entrou em “férias a fim de recuperar forças perdidas durante a longa luta que sustenta”.

Após um interregno de mais de três meses, reapareceu com o nº 1, ano IV, no dia 30 de março de 1869, aumentado o formato para 32x23, cobrando 8\$000 por assinatura anual e 5\$000 pela semestral. Numa faixa, sob o título, dividido em três colunas, apresentava as sentenças: “Se o imperador, **por causa fisica ou moral**, evidentemente reconhecida pela pluralidade de cada uma das Câmaras da Assembléia, se impossibilitar para governar, em seu lugar governará, como regente, o Príncipe Imperial, se fôr maior de 18 anos” (Art. 126 da Carta) — “Vós conhecereis a verdade, e a verdade vos libertará” (São João) — “Não há nada oculto que não deva ser descoberto; nada secreto que não deva ser conhecido” (São Lucas) — “Liberdade absoluta do domicilio, da palavra, da correspondência, da imprensa, do trabalho e da associação” — “O vapor e o telegrafo elétrico pondo em comunicação todos os homens” (**D’A Ordem**).

O primeiro editorial repetiu o programa traçado: “regime republicano, como fim; assembléia constitucional, como meio”, frisando: “A monarquia já fez o seu tempo; agora é o tempo da liberdade”. Continuou protestando contra a guerra, criticando o govêrno imperial e dando vivas à República.

No nº 3, de 19 de abril, concluiu um editorial: “Unam-se todos os homens que querem a dignidade do Brasil para instarem pela libertação já e já dos escravos. Enquanto tivermos êste cancro, o govêrno zombará de nós e calcará nossos direitos aos pés. Acabemos com a escravidão se queremos ser livres”.

Logo a seguir, entrava a redação em campanha contra a permanência dos jesuitas em Pernambuco. E vinham novos pedidos de socorro, como foi feito na edição de 26 de junho, aos assinantes e a todos os que se interessassem pela “propaganda das idéias verdadeiramente liberais” e acreditassem no futuro do Brasil.

Nesse último ano a matéria política era amenizada, de quando em quando, com poesias de Pelino J. C. Guedes ou J. Soares de França e algumas sem assinatura.

Finalmente, veio a extinguir-se a existência d'**O Tribuno** com o nº 34, a 11 de dezembro de 1869. Antônio Borges da Fonseca fechou a quarta (e última) página da edição com o artigo “Férias”, em que afirmava marchar o Brasil a caminho da liberdade, devido ao adiantamento da idéia republicana, vendo que os seus trabalhos e sacrifícios estavam “produzindo magníficos frutos”. E concluiu:

“Se tenho sido obreiro incansável na construção do novo edifício popular, hoje meu estado de saúde reclama algum descanso, a fim de que, restauradas as fôrças, possa eu voltar ao trabalho de sempre, com a mesma energia com que o hei feito até agora. Assim, dou férias a **O Tribuno**, esperando voltar à continuação da lide em 1870, mais animado e mais cheio de vida”. Não voltou (**Bib. Pú. Est.**).

O VAPOR DOS PATOTEIROS — Fundado a 8 de setembro de 1866 (“Anais”), primeiro avistado foi o nº 13, de 1 de dezembro, em formato de 32x22, com quatro páginas de três colunas, impresso na Tip. Popular. Trazia, sobre o título, clichê de navio, o mesmo que serviu ao **Barco dos Patoteiros**. Embora redigido por Modesto Francisco das Chagas Canabarro, indicou como responsável Manuel José do Nascimento. Do Expediente, em versos, constava circular às sextas-feiras, obedecendo à seguinte tabela de assinaturas: ano — 8\$000; semestre — 4\$000; trimestre — 2\$000. Número avulso — 200 réis.

Através dos raros exemplares encontrados, foi possível verificar que **O Vapor** continuou, expressamente, o caminho trilhado pelo **Barco**, criticando a Monarquia e condenando o Partido Progressista, tanto em prosa quanto em versos galhofeiros. Dizia defender “a causa do povo”, que era a “verdadeira causa dos homens livres”. Proporcionava “franco transporte” aos

“...ratoneiros,
Políticos aventureiros,
Corrompidos estadistas,
De mérito exclusivistas”,

assim como aos

“velhacos negociantes,
Perversos monopolistas
E astutos tranquiernistas
Da população lesantes”.

A publicação estendeu-se, pelo menos, até o nº 26 (1), de 18 de maio de 1867 (**Bib. Púb. Est.**).

O **CAPÃO — Político e Noticioso** — Publicação “indefinida”, apareceu no dia 6 de outubro de 1866, numa simples folha de papel impressa de ambos os lados, formato de 31x22. Impresso na Tipografia Popular, vendia-se a 40 réis o exemplar.

Seu artigo de abertura — pálida justificativa do anti-pático título — não estipulou programa, prometendo voltar à circulação conforme a boa receptividade do público leitor. “Notícias do mundo da lua” foi o segundo comentário, de rudes ataques ao governo provincial e à Intendência da polícia, declarando, inclusive, que “Pernambuco vai à vela pelo mar da corrupção”. Mais duas notas: “Antigo amor do próximo” e “Moderno amor do próximo” completaram a modesta edição, que foi única (**Bib. Púb. Est.**).

A **SITUAÇÃO — Periódico Político** — Surgiu a 15 de novembro de 1866, formato de 45x30, com quatro páginas de quatro colunas, impresso na oficina do **Jornal do Recife**, à rua do Imperador nº 77, onde funcionavam, igualmente, a redação e o escritório. Redatores — Sigismundo Antônio Gonçalves e Antônio de Siqueira Cavalcanti; editor responsável — Joaquim Militão Alves de Lima Júnior. Sairia uma vez por semana, duas ou mais, quando fôsse necessário, custando a anualidade 12\$000, “em trimestres pagos adiantados”. Preço do exemplar — 160 réis. Os Comunicados e Correspondências obedeceriam a preços convencionados.

(1) Os “Anais” registaram, como derradeiro publicado, o nº 22, de 20 de abril de 1867.

Em substancioso editorial de apresentação, fêz sentir o jornal a sua qualidade de defensor das idéias do Partido Progressista, que vinha sendo guerreado pelos “conservadores emperrados” e pelo Partido Liberal histórico ou genuíno, frisando:

“Amante da verdadeira liberdade, **A Situação** não consagra ódio a nenhum dos partidos militantes. Respeitará tôdas as opiniões, porque em tôdas reconhece o direito de manifestar-se”. Era, entretanto, “francamente adversária dos partidos exaltados, que existem no Império e que, notória e visivelmente, tendem a nivelar-se e confundir-se pelos extremos. A sua bandeira é a do partido que surgiu, forte e vigoroso, do seio das Câmaras, em 1862”.

Noutro artigo, focalizou a posse do nôvo Presidente da Província, Conselheiro Francisco de Paula Silveira Lobo, exaltando-lhe a “vigorosa e culta inteligência”, o “nobre e elevado caráter”.

Além de mais dois comentários, exibiu as seções: “Colaboração” (sem assinatura); “Noticiário” (bem vasto, incluindo parte oficial); “Transcrição” e “Tradução”, aí iniciadas as “Regras de Direito e de Moral extraídas da Escritura Santa, ordenadas e anotadas por Dupin”. No segundo número, começou outra seção: a “Revista dos jornais”.

Seguiu-se a existência do bem redigido órgão progressista, comentando o que chamava os erros da política oposicionista e polemizando com os jornais que a defendiam — ora liberais, ora conservadores — **O Oriente, O Vinte e Cinco de Março** e **O Liberal**, para terminar voltando-se contra a “coluna alugada” dos conservadores, no **Diário de Pernambuco**. Deu cobertura à guerra do Paraguay. Registrou o aparecimento de nova liga, “principalmente obra do sr. Padre Campos” (edição de 31 de janeiro de 1867), que “planejou inundar a província de sangue”, destinada a derrubar o governo progressista. Ocupou-se, insistentemente, das eleições para a Câmara temporária, fazendo a propaganda dos candidatos do Partido Progressista. Defendeu a administração provincial contra as “incongruências e discrepâncias” de José Bento da Cunha e Figueiredo Júnior, exaradas através do velho **Diário**.

Não viveu longamente **A Situação**, tendo aparecido sua última edição — o n.º 20 — a data de abril (1) de 1867. Ainda saiu um Suplemento sem data, só com uma página impressa, trazendo, como sub-título, o seguinte: “A seus leitores pessoalmente desinteressados na questão eleitoral” (**Bib. Púb. Est.**).

KOSSUT — Periódico Político, Literário e Noticioso — Confeccionado em formato de 22x16, de duas colunas, com quatro páginas e impresso na Tip. Republicana Federativa, de João de Barros Falcão de Albuquerque Maranhão, à rua do Imperador n.º 35, deu à luz o primeiro número a 28 de novembro de 1866. Trazia, acima do título, mal feito retrato, em xilogravura, de Kossut (1 A), “um dos filhos mais queridos da liberdade e um dos seus fiéis e inspirados mártires”; e, abaixo, o pensamento de Laménais: “**La liberté est la gloire des peuples**”. Custo do exemplar: \$040.

De acôrdo com o artigo-programa, era a seguinte a “missão especial” da fôlha:

“1º — A evangelização das idéias liberais. 2º — Ódio implacável à tirania, sob qualquer matiz que se apresente. 3º — Dedicção extrema e apoio a todos aquêles que souberem elevar-se ao décimo dos mesquinhos gozos da vida, votando-se à defesa das grandes idéias e ao estrangulamento da hidra do fanatismo monárquico e religioso”.

Publicando-se mensalmente, em datas indeterminadas, só focalizou temas históricos ou filosóficos, sempre continuando a matéria de uma edição para outra. Assim é que quatro artigos, já vindos do anterior, continuariam no número seguinte, quando o jornal foi suspenso com o n.º 4, de 12 de fevereiro de 1867.

Reapareceu, em seguimento à numeração, no dia 28 de agôsto de 1868, declarando-se “sempre firme em seus princípios, sempre crente na santidade das opiniões que emitiu...”; disposto a “continuar na evangelização das idéias liberais”.

(1) Segundo o errôneo registo dos “Anais”, **A Situação** se extinguiu com o n.º 18, de 28 de março. Aliás, o n.º 18 saiu no dia 21...

(1 A) Luiz Kossut, patriota húngaro, chefiou o movimento revolucionário de 1848, no seu país.

Passou a ocupar-se mais dos direitos do povo e da necessidade da implantação da república federativa, variando a matéria com algumas notas teatrais e a seção “Máximas”.

Cada vez mais irregular a circulação, veio a divulgar-se o nº 10, que foi o último, no dia 13 de dezembro de 1868 (**Bib. Púb. Est.**).

O SÉCULO — Política. Literatura. Crítica. Notícias — Circulou a 10 de dezembro de 1866, formato de 42x27, com quatro páginas a três colunas de 16 cíceros. Trazia, sob o título, as famosas frases: “*Le siècle est grand et forte*” (Victor Hugo) e “*Libertas, decus et anima nostra in dubio sunt*”. Redatores — J. N. Tolentino de Carvalho, Antônio Passos de Miranda e José Elísio de Carvalho Couto. Impressão da Tipografia Comercial, devia publicar-se “três vezes por mês, à razão de 1\$000 mensais para a cidade, e de 3\$000 por trimestre (pagos adiantados) para fora”.

O artigo de apresentação focalizou a necessidade de acabar com o partido da **liga**, constituído de conservadores e liberais, para o que se fazia necessária a ação da imprensa, a fim de evitar o cerceamento das liberdades públicas. Após longas considerações, concluiu: “Adverso aos programas, que são quase sempre mentirosos, **O Século** não diz o que é, e muito menos o que será: o público encarregar-se-á de defini-lo”.

Condenou, noutro artigo, o “infeliz partido ligueiro”, “uma página negra e noduada de sangue”, que “tantas desgraças” ocasionara ao país. Concluiu por alertar que a revolução era “a **ultima ratio** dos povos oprimidos”.

Apreciável espaço foi dedicado à parte literária, incluindo folhetim. Na quarta página instalou-se o noticiário.

Embora o enunciado no Expediente, não há indício de ter continuado a publicação (**Bib. Púb. Est.**).

A VERDADE — Periódico Político, Literário e Noticioso — Impresso na Tip. Republicana Federativa Universal (rua do Imperador nº 35), formato de 23x16, com quatro páginas, saiu a lume o nº 1 a 10 de dezembro de 1866, trazendo sob o título a divisa “*Liberté, liberté chière*” (Marseillaise).

Apresentou-se com sucinta nota, assim terminada: “**A Verdade** não usa de preâmbulos quando quer dizer o que sente; não ostenta literatura nem ciências; usa da linguagem do povo e nada mais. Como ignoramos inteiramente o que seja periódico imparcial, fazemos a nossa profissão de fé com uma simples declaração: **A Verdade** é um periódico liberal”.

Todo o sumário se constituiu de artigos e sueltos em defesa da liberdade e das idéias de progresso, em caráter doutrinário. Ficou no primeiro número (**Bib. Púb. Est.**).

A MARQUEZA DO NORTE — Periódico Feminino-Político — Iniciou sua publicação a 21 (1) de dezembro de 1866, trazendo sôbre o título um clichê, de mulher de linhagem, em meio corpo. Impresso na tipografia d'**A Ordem**, formato de 23x16, com quatro páginas, inseriu, à guisa de expediente: “**A Marqueza do Norte** não tem dia certo para sua aparição e por isso anunciará pelos jornais a sua vinda a esta capital. Entretanto, oferece o seu préstimo a quem dêle precisar na povoação de Beberibe, onde se acha passando a festa”. Preço do exemplar — \$040.

Apresentou-se o valente órgão com o seguinte “Prospecto”: “Quando todos reconhecem que o govêrno do Brasil é dirigido pelos balões da Côrte, por essa aristocracia fêmea que tem prostituido os costumes, pervertido a moral e abismado a nação, fôrça é que das províncias do norte se erga uma **mulher** de costumes opostos e de moral religiosa para combater essa devassidão, que polui a moral e avilta a nação.

“É lastimável que um país qualquer se deixe fascinar por influências femininas a ponto de entregar o seu govêrno à discrição de mulheres, algumas das quais são devassas como as mais vis prostitutas! E o govêrno do Brasil, especialmente no atual reinado, há sido sempre dirigido por mulheres. No reinado passa o apontava-se apenas a Marquesa de Santos, mas no atual reinado são tantas as **Maranguapes** que não se pode discriminá-las.

“A influência portugêsa, prevalecendo da fraqueza do sexo e da importância que êste exerce nos destinos do país,

(1) Não foi a 22, como está nos “Anais”.

tem-se locupletado na preponderância e no domínio do Brasil, quer no que concerne ao comércio em geral, como nas extorquidas concessões que continuamente obtêm dos poderes do Estado por intermédio das fidalgas da Côrte titulares do paço de São Cristóvão.

“É, pois, dessa perniciosa influência que **A Marqueza do Norte** se vai ocupar, declarando, porém, que, tanto das fidalgas da Côrte como da influência portuguesa exercida por influxo daquelas, fará suas exceções”.

Seguiram-se violento artigo sôbre a “guerra” dos comerciantes portugueses aos brasileiros e uma versalhada sob o título “**A Marqueza** a suas patricias”, desaconselhando o casamento de brasileiras com portugueses, para assim terminar:

“Fora, patifes, infames,
Corja vil de vis brejeiros;
Fora do nosso terreno,
Fora, fora, marinheiros!”

Terminaram a edição mais versos e notas críticas, de que eram alvo os portugueses.

O segundo número, datado de 28 de dezembro, continuou a mesma violenta linguagem, lastimando “o estado desgraçado” em que se achava o Brasil e atacando a “camarilha das Maranguapes”. Quanto a Pernambuco, afirmou que o govêrno não tinha opinião e caprichava em abater os brios da província, condenando a ligação “dos **vermelhos** com os genuínos liberais”, além de ridicularizar os portugueses.

Não há notícia de haver continuado a publicação (**Bib. Púb. Est.**).

1867

A AURORA — Ciências. Letras. Artes. — Periódico Acadêmico — Declarando-se semanário, apareceu o nº 2 no dia 14 de abril de 1867, formato de 30x20, com oito páginas, contadas de 9 a 16. Impressão da Tipografia Comercial, de Geraldo H. de Mira, assinava-se a 3\$000 trimestrais, acrescidos de \$500 para fora da cidade.

Abriu a edição artigo de F. Dias Fernandes, a respeito da transformação da sociedade desde que a luz se tornou o símbolo da civilização. Foram outros colaboradores: A. Alexandrino R. Lima, W. da Cunha e Figueiredo e Fernando de Magalhães, éste assinando poesia. Ocorreram mais duas matérias em regime de continuação e sem assinatura, terminando com os "Apontamentos semanais", a cargo de **Lísio Visconti**.

Faltam notícias de haver ou não prosseguido (**Bib. Púb. Est.**).

A OPINIÃO NACIONAL — **Política Liberal** — Saiu à luz da publicidade no dia 10 de maio de 1867, formato médio, de quatro colunas a doze cíceros. Redatores — Aprígio Justiniano da Silva Guimarães, Antônio Rangel de Tôres Bandeira e João Coimbra. Sob o título, via-se uma faixa dividida em cinco colunas desiguais, com as notas do expediente, tendo ao centro os conceitos: de Daunou: "A Constituição política de qualquer país é a melhor para êle, uma vez que dessa Constituição se faça uma realidade"; de E. Girardin: "A nossa época é, com tôda a evidência, de transformação social e decomposição política. Vestígio do que foi, germen do que será". Anunciou publicar-se, inicialmente, três vêzes por mês, obedecendo à seguinte tabela de assinaturas: ano — 10\$000; semestre — 6\$000; fora da província: ano — 11\$000; semestre 7\$000. Escritório e tipografia à rua do Imperador n^o 29.

Abriu a primeira página uma carta-circular, solicitando assinaturas. Seguiu-se longo "Prospecto" (1), em que foram tecidas considerações em torno da composição social e política da sociedade brasileira e do conceito de Liberdade, até chegar ao programa de ação, assim concebido:

"Em política — tôda expansão possível ao princípio de liberdade, discussão ampla com as teorias e os fatos. Em religião — plena obediência ao ensino da cadeira de São Pedro, refutação dessas doutrinas bastardas que fazem do catolicismo um antagonista do liberalismo. Em literatura — evitaremos as escolas extremas e procuraremos aliar sem-

(1) A primeira página d'A **Opinião Nacional**, com cabeçalho completo e o editorial de apresentação, chamado "Prospecto", fôra distribuída em avulso um mês antes, precisamente a 10 de abril.

pre o agradável ao útil e principalmente à moral do Cristianismo. No ensino — procuraremos penetrar os redutos do exagerado oficialismo, que entre nós impera, pugnando para que nisto, como em tudo, se faça valer também a ação individual”.

“Em as notícias, quer do interior, quer do exterior, teremos o máximo escrúpulo quanto à verdade dos fatos, juntando, sempre que seja possível, as nossas reflexões. Finalmente, no terreno escabroso da nossa política de atualidade, procuraremos aliar a uma ilimitada franqueza tôda a calma e gravidade da situação”.

Mais dois artigos redacionais, sôbre os temas “Política geral” e “Política provincial”, e veio a advertência: “Submissos, só e só, aos princípios liberais, jamais seremos governistas ou oposicionistas sistemáticos”. “Nem ministerialistas a todo transe, nem oposicionistas a todo propósito”.

A edição de estréia ainda estampou, para continuar na seguinte, dois discursos: de Rangel Bandeira e Aprígio Guimarães, terminando com os “Fatos diversos”.

Seguindo-se a publicação, logo em julho passou a sair semanalmente, nos dias 7, 14, 21 e 28, divulgando substanciosos comentários, nos quais condenava o caos (edição de 21/7) em que “o desgoverno” do Brasil pretendia collocar-nos quando se achava no poder o Partido Progressista, sob o Ministério de Zacarias de Gois e Vasconcelos.

Por outro lado, não faltavam produções literárias: o folhetim “Viagens aéreas”, por **O Montanhês da Lua**, de sátira e humor atraentes; poesias de Tôrres Bandeira, Ulisses Viana, etc; “Variedades”, “Transcrição” e “Fatos Diversos”. No nº 10 iniciava-se a transcrição do livro (esgotado) do Monsenhor Francisco Muniz Tavares, “História da Revolução Republicana de 1817”, e das “Homilias” (a partir do nº 12), do padre Ventura.

Na edição de 21 de outubro, **A Opinião Nacional** congratulou-se com a reorganização do Partido Liberal Histórico de Pernambuco, acentuando: “Ergamo-nos, reorganizemo-nos, cumpramos o dever do dia de hoje. Depois, com vagar, iremos discutindo a nossa linha de procedimento no dia de amanhã”. E a 21 de novembro começavam as “Cartas ao

Imperador” (série de quinze) assinadas por **Marco-Antônio** (pseudônimo de Aprígio Guimarães). “Monarquista da Constituição, monarquista democrático”, vinha colocar-se “entre o rei e o povo, para dizer verdades que S. M. I. precisava ouvir”. Não faltava, igualmente, boa cobertura de episódios da guerra entre o Brasil e o Paraguai.

Terminado o ano, prosseguiu o periódico em 1868, dando à luz o nº 31 a 7 de janeiro, cujo editorial, após um retrospecto dos acontecimentos precedentes, concluiu dizendo continuar o caminho traçado, “ainda que o único resultado do nosso esforço seja lavrar um protesto contra a indiferença; a indiferença que é a deusa protetora dos especuladores corlezãos, dos adoradores de César”.

Na referida edição, iniciava o primeiro dos redatores (também aparecido com o pseudônimo **Agrippa**), nova série de artigos, na seção de Literatura, inclusive o intitulado “O nosso púlpito”, levantando “um brado contra o desalinho de certos pregadores”. Algum tempo depois, a 28 de fevereiro, aparecia **Caio Mário**, na seção “Variedades”, com “As ruínas de Pompéia”, em linguagem amena, que seria, segundo o Autor, “mais uma leitura para as leitoras”. Depois, a colaboração “Circo Olímpico”, por **Pierrot**, ao passo que se liam, algures, poesias de Castro Alves, Durval de Meneses Fraga, A. J. de Melo e Plínio A. X. de Lima. E mais: “Cartas à Princesa Imperial”, por **Sérvius**.

Com o nº 46 encerrou-se o primeiro ano de vida d'**A Opinião Nacional** e, no seguinte, de 7 de maio, comentando as dificuldades financeiras da empresa, acrescentava-se a cópia de uma carta-circular espalhada pela cidade, solicitando novas assinaturas.

A partir de 7 de julho, tornou-se Aprígio J. da Silva Guimarães proprietário único e redator principal, isto constando do cabeçalho e da nota que, a respeito, assinou, na abertura do texto. Auxiliava-o A. R. Tôrres Bandeira, uma vez que João Coimbra se retirara para o interior da província.

Outra vez veio o periódico a congratular-se (edição de 21 de agosto), com os liberais pernambucanos, pela fusão dos grupos Histórico e Progressista e consequente organização definitiva do seu Diretório. E, como já ocorria, não dei-

xou de censurar, em linguagem elevada, a política conservadora, polemizando, especialmente, com a “coluna alugada” do **Diário de Pernambuco** e rebatendo conceitos do Monserñor Pinto de Campos, através, mesmo, de artigos assinados pelo redator-proprietário.

Findou o ano o nº 76, de 14 de dezembro, havendo aí uma lacuna na circulação da fôlha, devido à transferência da tipografia para o primeiro andar do prédio vizinho. Prosseguindo a numeração, reapareceu a 7 de janeiro de 1869, assim iniciando o primeiro editorial:

“O ano de 1868 findou para nós, redatores desta fôlha, sob a dolorosa impressão da injúria e da difamação, armas únicas dos escritores do apelidado grande Partido Conservador”.

“Fomos obrigados a represálias, se bem que o desprezo seria porventura a mais adequada resposta; e mais longe iríamos se os Sansões, que nos tomaram a frente, não reecessem o seu fraco pelas Dalilas... que poderiam entregar-no-los tosquiados. Se nos excedemos, os nossos leitores e amigos saberão desculpar-nos: tão bruscas e tão vis foram as agressões, que era forçoso repelí-las com certa energia”.

Na edição de 14 de março, o semanário registou, com destaque, o falecimento do General Abreu e Lima, ao qual se indeferiu sepultura “em chão católico” (foi inumado no cemitério dos ingleses), por ordem terminante do bispo diocesano Francisco Cardoso Aires. E comentou: “O Deus das misericórdias não faz distinção de cemitérios. Uma só é a terra que nos há de consumir a todos”.

“Se a Igreja Católica — lia-se na edição seguinte — expeliu de seu seio o **cadáver**, o homem morreu na fé de pertencer à Igreja Católica e neste sentido deu tôdas as demonstrações e fêz recomendações verbais”.

A questão Abreu e Lima forneceu assunto, meses a fora, para sucessivos editoriais, transcrição dos discursos pronunciados, ao pé do túmulo, por Franklin Távora e Vasconcelos de Drumond; artigos de **Tertuliano** e M. da Silveira Amaral, poesia de Siqueira Filho e transcrições da imprensa de outros pontos do país, numa condenação explícita ao ato eclesiástico.

Concomitantemente, embora durasse pouco, o jornal abriu campanha contra os jesuitas. E **Barba-Azul** (pseudônimo de Carneiro Vilela) divulgou, a partir de 28 de março, uma série de três poemas imensos, intitulados “Satira”, o primeiro com o sub-título “Os tartufos”; o 2º, “Os políticos”, e o 3º, “Os jesuitas”, em versos alexandrinos e decassílabos. Sob o título “Rebate ao povo e ao clero”, iniciou **Euphorion**, a 14 de maio, uma série de comentários, partindo do tema “Os bispos e os jesuitas”.

Não circulou **A Opinião Nacional** durante todo o mês de junho, o que foi justificado, na edição de 7 de julho, pelo fato de o redator principal haver tido sua atenção voltada “para o estudo da organização central” do Partido Liberal. Na seguinte, eram divulgados os nomes componentes do diretório definitivo.

Nova série de artigos veio a escrever M. da Silveira Amaral, sob o título “A inquisição”. Foram colaboradores bissextos da parte poética: Generino dos Santos, Carneiro Vilela, Belarmino Carneiro, J. B. Regueira Costa, Pedro Luiz e J. Batista Guimarães. Enquanto isto, continuavam os artigos da imensa série “Futuro americano”, assinados, ora por **Monroe**, ora por **Hamilton**.

Dada a edição de 28 de novembro, “ensarilhou” o periódico “as armas de jornalista”, para reaparecer — nº 117 — a 14 de janeiro de 1870. Um editorial, assinado por Aprígio Guimarães e Tôrres Bandeira, ocupou-se do “peregrinar inglório e mortificante da imprensa”; do esforço conjugado para não “decretar a suspensão do jornal, frisando: “. . . só cederemos ao espectro do impossível: ou quando a pena nos cair da mão cansada, ou quando os sacrifícios materiais, que já temos feito, chegarem a proporções impossíveis para nós”.

Noutro artigo: “Continuemos a trabalhar, nós os obreiros da idéia, e esperemos que do céu desça, como tem descido sempre, a faísca elétrica da revolução. . . Enquanto não, o Brasil há de continuar como tem sido até hoje. 1870 será como todos os anos do reinado do sr. D. Pedro II.

Proseguindo na jornada anti-conservadora e de descrença na atualidade brasileira, chegou **A Opinião Nacional** ao meado do ano, para proclamar, a 7 de junho, a excelência das idéias americanas, declarando registrar, desde então, “os

belos feitos e sentimentos dos homens dos Estados Unidos”. Embora o despreparo do Brasil para “um governo livre”, que viria a ser “a realidade de todo o mundo”, iniciava “um movimento precoce para a república”.

Todavia, estava por um fio a vida do brilhante órgão, que veio, finalmente, a curvar “a cabeça ao espectro do impossível”, fazendo circular o nº 134 (e último) a 28 de junho de 1870 (Bib. Púb. Est.).

A FACULDADE E O POVO — Periódico Democrático — Saiu a primeira edição no dia 4 (1) de maio de 1867, em formato médio, com quatro colunas de 14 cíceros e quatro páginas, sendo impresso na Tip. Comercial, à rua Estreita do Rosário nº 12. Sob o título, lia-se: **Salus populi suprema lex est**”.

Convidado pelos redatores, cujos nomes não apareciam, fez a apresentação da fôlha o professor Aprígio Guimarães, num artigo de três colunas, em que verberou os acontecimentos de 26 de abril, de grande repercussão, quando o acadêmico Manuel Ambrósio da S. Tôrres Portugal foi agredido pelo deputado Maximiano Lopes Machado e alguns apaniguados, dando lugar a movimentos de protesto popular (2). Seguiu-se longo e violento editorial, condenando a atitude, no caso, do presidente da Província e do chefe de polícia.

Ocorreram artigos contra o Partido Progressista e em louvor da mocidade e do povo, além da crônica histórica “Visões políticas”, ressaltando as figuras de Nunes Machado, Pedro Ivo e Marquês do Paraná, para assim concluir:

“1848 tem um sepulcro que o porvir transformará em Panteon, sombras que petrificará em estátuas, porque povo e governo ambos combateram com a virtude do dever, com a santidade da convicção. 1867 tem um bordel de prostitutos que o futuro transformará em pelourinho infame, onde a eternidade açoitará com o látego dos tempos o espectro amaldiçoado do governo”.

(1) Não no dia 18, como está no registo dos “Anais”.

(2) Num dos comícios, saiu ferido, na luta travada com os policiais, o acadêmico Maciel Pinheiro.

De circulação irregular, entre semanal e quinzenal, o segundo número, datado de 15 de maio, esclareceu, ante os pontos de interrogação levantados por espíritos imbuídos de “certa gravidade aristocrática”, o porque do título do jornal e sua “qualificação de democrático”:

“Os fatos criminosos do dia 26 de abril, praticados pela polícia e advogados pelo Partido Progressista, vieram confundir na mesma dor e na mesma indignação a Faculdade de Direito e o povo pernambucano. A idéia incubada no espírito da mocidade tornou-se para logo um fato: êste periódico veio **registrar perante o público** a união do povo com a mocidade acadêmica; veio proclamar essa tendência simpática da mocidade para com o povo” (3).

Continuou a publicação da fôlha acadêmica, repleta de artigos, divulgando depoimentos e outras peças do processo movido contra os implicados nas ocorrências de abril (4), depois enfeixados numa plaqueta de 24 páginas. Em algumas edições inseriu-se um folhetim literário, intitulado “Em cima dos lençóis”, sendo o restante da matéria geralmente de natureza política, incluindo consecutivos ataques à coluna do Partido Progressista divulgada pelo **Jornal do Recife**.

No nº 4, de 8 de junho, saiu, pela primeira vez, o Expediente a seguir: “**A Faculdade e o Povo** publica-se todos os sábados, e assina-se na Livraria dos srs. Lailhacar & Companhia, na Livraria Acadêmica e nesta tipografia, à razão de 3\$000 por trimestre, pagos adiantados, a contar do mês de junho”. Abriu a edição um “Protesto” da corporação acadêmica contra o “ato ilegal e arbitrário” do Chefe de Polícia, do dia 26 de abril. Contou com 350 assinaturas, inclusive a de Castro Alves.

O nº 8, de 13 de julho, trouxe o segundo artigo assinado, que foi do professor Pedro Autran da Mata e Albuquerque

(3) Segundo escreveu o biógrafo Júlio Pires Ferreira, no **Almanach de Pernambuco**, edição de 1925, o bacharelando José Higino Duarte Pereira, que se formou precisamente em 1867, participara “das lutas operárias que agitavam o meio acadêmico de então nos jornais que os estudantes de Direito publicavam”, entre os quais **A Faculdade e o Povo**.

(4) Meses depois, o periódico **O Conservador** — edição de 21-8-1667 — noticiava ter sido pronunciado, por crime de responsabilidade no incidente com os acadêmicos, o chefe de polícia, Filinto Henriques de Almeida.

que. Publicou-se, na edição, o longo poema “Pedro Ivo”, sem a devida assinatura, o que já sucedera com três outros anteriores, intitulados “Pedro Afonso”, “Frei Caneca” e “Delenda Cartago”, todos denunciando a poética condoreira de Castro Alves.

A impressão passara a ser feita, desde o segundo número, na tipografia do **Correio do Recife**, à rua do Imperador nº 79, 1º andar.

As duas últimas edições, além de artigos de condenação à política “ligueira” e sobre a situação nacional, e do noticiário, empenharam grande espaço na divulgação de um discurso do deputado federal Fernandes da Cunha, que falou “em nome do povo, com tôda liberdade, contra os desvários de um governo cego e arbitrário”.

O 10º (e último) número circulou a 27 de julho (**Bib. Púb. Est.**).

O **MERCANTIL** — **Órgão Comercial, Literário, Político, Forense e Religioso** — Circulou a 3 de julho de 1867, em formato médio de quatro colunas, com quatro páginas. Impresso na Tipografia Nacional, à rua Estreita do Rosário nº 28, funcionava a redação no mesmo local. Destinava-se a sair “duas ou três vezes por semana, ordinariamente depois das cinco horas da tarde”. Assinaturas a 5\$000 por série de 24 números, com direito à inserção de anúncios. Preço do exemplar — 320 réis. Redator — Francisco Manuel Raposo de Almeida.

Lia-se na “Introdução”: “**O Mercantil**”, cuja publicação abrimos com êste primeiro número, tem por antecessor **O Oriente** (1) e é consagrado à continuação e desenvolvimento das idéias naquela gazeta enunciadas. Especialmente em o nº 17 d’**O Oriente**, traduzimos uma necessidade social, quando aí procuramos determinar a missão política do comércio”. Transcreveu o excerto que constituía “o ponto de partida” do nôvo jornal, acrescentando-lhe prolixas considerações, para concluir ditando os limites do seu programa: “na ordem moral, a religião Católica, Apostólica, Romana, e, na ordem política, a Constituição do Império”, o que não proporcionaria motivo de queixa nem aos conservadores nem aos liberais.

(1) Como se viu páginas atrás, **O Oriente** estava, apenas, suspenso.

Seguiu-se matéria forense, uma continuação, em resumo, do que publicava, em grande escala, **A Themis Pernambucana**, que encerrara sua circulação no ano anterior. Noticiário amplo, geral, e anúncios completaram a edição.

Ao contrário da indicação do Expediente, seguiu-se a publicação uma vez somente por semana, tendo a casa impressora, logo no nº 2, mudado sua denominação para Tipografia Mercantil, cujos proprietários, Carlos Eduardo Muhlert & Cia., reformando-a com material novo, procedente de Nova York (conforme Aviso no **Diário de Pernambuco**), fizeram-na transferir, em setembro, para a rua do Tôres nº 10.

A matéria d'**O Mercantil**, de boa marca, era, sobretudo, constituída de longos artigos seriados, tais como: "A discussão da resposta à fala do Trono", "O personalismo — Os partidos — Os interesses reais do país", "O Partido Liberal — Sua constitucionalidade — Suas lutas, seus triunfos e suas glórias — Embarços no presente e sua perspectiva no futuro", etc., inserindo discursos, principalmente os de José da Silva Loio e Antônio Vicente do Nascimento Feitosa, pronunciados por ocasião do 16º aniversário do Gabinete Português de Leitura, e duas únicas poesias, assinadas por F. e Marciano Gonçalves da Rocha.

Do nº 16 para o 17º houve uma lacuna de três semanas, seguindo-se a publicação até o nº 19, da 27 de outubro (1) de 1867, cujo editorial abordou a necessidade de ser reformada a disciplina eclesiástica, ao que aduziu um discurso, no mesmo sentido, do Senador Pompeu. A numeração das páginas era feita ininterruptamente, duma edição para outra, para efeito de encadernação em livro (**Bib. Púb. Est. e Bib. do Inst. Arq.**).

REVISTA MENSAL DO GRÊMIO SCIENTÍFICO — Saiu a lume em setembro (1 A) de 1867, contendo 36 páginas, inclusive capa, obedecendo ao formato de 22x14. Ao título se-

(1) Alfredo de Carvalho registara, como último número d'**O Mercantil**, o 17. de 14 de outubro.

(1 A) Embora tenha havido omissão do mês em que circulou a **Revista**, não o foi em julho, como assinalou Alfredo de Carvalho, pois um dos artigos nela publicados está datado de agosto. **A Opinião Nacional** noticiou-lhe o aparecimento em meado de setembro.

guiu-se a sentença: **“Habebo propter hanc (scientiam) claritatem ad turbas, et honorem ad seniores juvenis”** (Sap. c. VIII v. 10). Comissão de redação — Samuel Wallace MacDowell, Manuel Pinheiro de Miranda Osório, Manuel Varela do Nascimento Júnior, José Lustosa de Sousa, José Elísio de Carvalho Couto e Antônio Antero Alves Monteiro. Trabalho material a cargo da Tipografia Esperança, situada na rua de São Francisco nº 2.

“Essa **Revista** das lucubrações mensais da sociedade Grêmio Científico — dizia a “Introdução” — nada mais é do que o modesto óbolo que seus jovens sócios, inteiramente novos nos torneios da imprensa, vêm depositar sobre o sagrado altar do estudo das letras e das leis, à luz pura e inextinguível da verdade e da boa fé. Esse é o culto das candeias que nos cretam as pálpebras, durante o noviciado da vida escolástica”.

Periódico “meramente literário”, cujo fim principal era “engatinhar na ciência, nada prometia, a não ser o combate às “expressões empoladas” e aos “estilos vãos”.

Inseriu produções de MacDowell e Manuel Pinheiro, sobre Direito; “Estudos Literários”, de Henrique de Alencastro Autran; poesias de Luiz Guimarães Júnior e Generino dos Santos; uma página de “Nénia”; um discurso e atas de reuniões do Grêmio.

Teria ficado no primeiro número (**Bib. Púb. Est. e Bib. Nac.**).

O CONSERVADOR — Jornal Político, Noticioso e Literário — Iniciou-se com a edição de 10 de agosto de 1867, formato de 45x32, tendo quatro colunas de 12 ciceros e quatro páginas repletas de matéria batida. Destinado a sair às quartas-feiras e aos sábados, assinava-se à razão de 12\$000 por ano ou 6\$000 por semestre, pagos adiantados, custando 160 réis cada exemplar. Impressão da tipografia d'A **Esperança**, à rua de São Francisco nº 2.

Sob o título, um de cada lado, vinham os artigos 179, § 4º, e 9º da Constituição, respectivamente: “Todos podem comunicar os seus pensamentos por palavras, escritos, e publicá-los pela imprensa, sem dependência de censura, contanto que hajam de responder pelos abusos que cometerem

no exercício dêste direito, nos casos e pela forma que a lei determinar”, e “A divisão e harmonia dos Poderes Políticos é o princípio conservador dos Direitos dos Cidadãos, e o mais seguro meio de fazer efetivas as garantias que a Constituição oferece”.

No “Prospecto” de apresentação, declarou o articulista que “o curso da imprensa nunca se antolhou tão caro e tão necessário” como então, frisando: “Táboa única de salvação, que tem podido resistir e sobreviver às nossas instituições, apunhaladas e mortas pela anarquia do próprio governo, a quem corre o rigoroso dever de mantê-las, é ela o só refúgio e único antemural a que podem ainda abrigar-se aquêles que, não desesperando do futuro, julgam-se obrigados a protestar contra os desvários que enlutam o presente, e a unir suas vozes às da nação inteira, para amaldiçoarem a causa de seus males.

“É, portanto, a essa potência, cuja magia não pôde ainda ser aniquilada pelos ineptos dominadores da situação, que nos socorremos, penetrados da confiança e alentados pela esperança de que êsse alfange constitucional que, por tantas vêzes, tem conseguido açaimar revoluções, conter os frenéticos ímpetos do poder e inutilizar os perversos instintos d’algumas fações que, por desgraça do país, por vêzes, têm conseguido aproximar-se do trono, sem repulsa dêle, terá a fôrça irresistível de restaurar os princípios de ordem e restabelecer o império da lei, por cuja defesa e observância propugnamos”.

Adiantou que a tribuna parlamentar estava trancada ao Partido Conservador, principalmente nesta província, cujo governo o atara de pés e mãos. Prosseguiu no assunto, com êle enchendo tôda a primeira página, para assim concluir: “Um semelhante estado é por demais violento para poder manter-se e continuar: a nação tem necessidade de válvulas por onde respire e desabafe as suas queixas, para evitar a explosão que deve resultar da compressão. Pernambuco, sobretudo, carece defender-se dos botes que lhe atiram, de combinação, o governo geral e a administração provincial. Os membros do Partido Conservador e todos os oprimidos de qualquer matíz político precisam dum órgão para as suas justas queixas: os desvários, enfim, dos agentes do poder, disseminados por todos os ângulos da província, reclamam protestos e censuras: por isso vem **O Conservador** suprir essa falta, encher essa lacuna. Eis a sua missão”.

Seguiram-se os artigos redacionais “**O Conservador**” e “**União Conservadora e suas bases**”, alguns comentários e os “**Fatos diversos**”.

Jornal bem redigido, além do seu objetivo primordial, ocupou-se do problema da pretendida libertação da escravatura, aconselhando (artigo de 31/8) que se considerasse bem a respeito do assunto, para não matar de vez a agricultura.

Fêz a cobertura do recém-criado Grêmio Pernambucano da União Conservadora; da pronúncia do chefe de Polícia, Filinto Henriques de Almeida, proferida pelo Tribunal da Relação, por crime de responsabilidade no caso do espancamento do acadêmico Manuel Ambrósio da Silveira Tôres Portugal, ocorrido no mês de abril; da “malfadada guerra do Paraguay”; de questões da Imprensa Pública, com ataques à atuação do respectivo diretor, Franklin Távora (1); de problemas jurídicos, afora notícias do Sul, “Publicações a pedido” e artigos assinados pelo dr. J. C. sobre “Agricultura, Indústria e Comércio”; **Junius**; José Bento da Cunha e Figueiredo Júnior e outros.

Na edição de 30 de outubro, iniciava **O Conservador** a publicação do folhetim “A lei de Deus” (coleção de lendas baseadas nos preceitos do “Decálogo”), por d. Maria do Pilar Sinués de Melo, e transcrevia, de vez em quando, as famosas “Cartas ao Imperador”, assinadas por **Érasmo** (pseudônimo de José de Alencar).

Circulando regularmente, terminou o ano o nº 25, de 7 (2) de dezembro, para voltar, após “o repouso das férias”, no dia 18 de janeiro de 1868 — ano II, começando numeração nova. Passou à periodicidade semanal, saindo aos sábados. Declarou, aí, o editorialista, que não dava trégua “à nefasta política do governo do Imperador”, focalizando, sobretudo, o recrutamento, que assumira “o aspecto de uma monteiria, de uma caçada de feras”.

Enquanto isto, mudava de tipografia, passando a ser impresso na do **Correio do Recife**, à rua do Imperador nº 79, 1º andar.

(1) Chegou a ser exonerado, “a bem do serviço público”, o bacharel e escritor cearense João Franklin da Silveira Tavóra, consoante notícia inserta no **Diário de Pernambuco** de 3 de agosto de 1868. Nenhum motivo alegado.

(2) Não dia 11, como está nos “Anais”.

Sempre criticando o gabinete ministerial e polemizando com os jornais adversos, veio a instalar, a 23 de maio, nôvo folhetim, de curta duração, constituído de excelentes crônicas de **E. Califourchon**, ocupando duplo rodapé. Com apenas duas páginas, saiu um Suplemento a 28 de junho, para inteirar os leitores “dos pormenores dos importantes fatos sucedidos na Côrte”. Tôda a primeira página da edição de 8 de agôsto, circulada de tarja, foi dedicada ao necrológio do Barão de Vera Cruz, Manuel Joaquim Carneiro da Cunha.

Desaparecido o contendor **O Progressista**, bateu-se **O Conservador** com a **Idéa Liberal** e com **O Liberal**, aos quais chamava de pasquins investindo contra os liberais genuínos e os liberais progressistas ou “ligueiros”. Deu, por fim, franco apoio à nova administração da província, exercida pelo Conde de Baependy Braz Carneiro Nogueira da Costa e Gama, uma vez que tinha voltado ao poder central o Partido Conservador.

Entretanto, a publicação não pôde ir mais além, findando com o n^o 40, ano II, de 10 de outubro de 1868 (3) (**Bib. Púb. Est.**).

A SAUDADE — “Assim se denomina um jornal literário dedicado ao Belo Sexo. O primeiro número foi publicado a 13 do corrente. Imprimiu-se na Tipografia Republicana Federativa Universal. Em frase amena, como o alvo que mira, **A Saudade** pode prestar serviços às letras pernambucanas” (**d'A Opinião Nacional**, 21/8/1867).

Não houve notícia do prosseguimento da publicação.

O APOSTOLO DA VERDADE — “É o título duma fôlha que se publica na Tipografia Liberal Constitucional. O primeiro número foi publicado a 14 do corrente. O programa é liberal; e em geral o prospecto da fôlha, bem lançado como está, promete um valioso campeão para as boas idéias” (**A Opinião Nacional**, 21/8/1867).

Ficou na edição de estréia.

(1) **A Idéa Liberal** comentou, a 24 de agôsto de 1868, antecipadamente, o “suicídio” d'**O Conservador**, desejando que a terra lhe fôsse leve...

O THUG (1) — Noticiou o periódico **A Opinião Nacional**, edição de 28 de setembro de 1867: “Com êste título appareceu um jornal caricato contendo espirituosos desenhos e escritos. Um daqueles, o primeiro, representa um velho de mitra, tendo junto a si a figura do demônio. A estampa alude à Luta de Gigantes entre um general e um cônego, de que últimamente se tem occupado a imprensa” (2).

Seguiu-se a publicação trimensal, sendo o nº 1 do dia 20 daquele mês, e o nº 4, único manuseado, de 20 de outubro (3). Impresso na tipografia do **Correio do Recife**, apresentou-se em formato de 31x23, com oito páginas, sendo quatro de **charges** em litogravura. O desenho do título incluiu mulher ajoelhada em súplica diante dum homem de espada em punho na atitude de desferi-la. A parte tipográfica inseriu “Correspondência do **Thug**”; “Reticências”; Folhetim, por **Naziri**, e outras notas leves, irônicas, satíricas. As **charges**, firmadas por **Ernesto**, eram dedicadas à crítica de costumes, ora troçando, ora ridicularizando (**Bib. Púb. Est.**).

A CARAPUÇA — “Periódico caricato”, encetou “com espirito útil a sua carreira”, conforme notícia, sem pormenores, d’**A Opinião Nacional** de 14 de outubro de 1867.

Deve ter continuado a publicação. **O Horisonte**, de 23 de novembro, reclamou que o nôvo órgão não lhe correspondesse à permuta.

O HORISONTE — Órgão Político, Literário, Noticioso e Comercial — Surgiu no dia 8 de outubro de 1867, apresentando os mesmos formato, tipagem e palavras, em faixa, do expediente d’**O Americano**.

“Quando o céu está carregado pelas brumas ameaçadoras duma tempestade iminente — dizia o artigo-programa

(1) Os Thugs, segundo o **Correio do Recife** (Parte Literária), Vol. único, pág. 302, constituíam uma seita feroz da Índia cuja principal doutrina era o assassinio. Tributavam culto a Kaly, “deusa do mal, da volutuosidade e da morte”. Para êles, era “dever imposto pela religião o extermínio de todos os que lhe eram estranhos”.

(2) Tratava-se da polêmica entre o Cônego Pinto de Campos, no **Diário de Pernambuco**, e o **Cristão Velho** (pseudônimo do General Abreu e Lima), no **Jornal do Recife**, em tórno do tema “Bíblías falsificadas”.

(3) No registo dos “Anais”, Alfredo de Carvalho mencionara, apenas, o primeiro número.

— é que **O Horisonte** sai à luz da publicidade, se arriscando a empunhar o gládio da defesa dos direitos do povo e a combater pela causa da justiça e dos oprimidos, à sombra do sacrossanto pendão da Liberdade”.

Depois de fazer um resumo da situação do país, das “tristes e fatais consequências” dos “desvários” do govêrno, acrescentou o editorialista: “No meio desta procela fragorosa, que enruga a face do nosso oceano político, **O Horisonte**, apóstolo sincero das idéias livres, saberá guardar o seu pôsto, jamais descendo a apreciações odiosas”.

Mais adiante: “**O Horisonte** não se ocupará sòmente da nossa política; aplicar-se-á ainda a fazer excavações históricas no nosso passado, em cujos anais encontram-se páginas luminosas e por si bastantes para ilustrar o nome de um povo”.

Um segundo editorial pedia ao “supremo árbitro dos destinos da humanidade” que iluminasse “o espírito dos brasileiros”.

Após o “Noticiário”, a seção “Literatura” inseriu dois bem elaborados estudos — “Olinda” e “A história” — sem assinatura; poesias de C. M. e Antônio Joaquim de Melo, e “Folhetim”, em rodapé, na quarta página.

Além de outras matérias, o nº 4 d’**O Horisonte** defendeu o cônego Joaquim Pinto de Campos, desabridamente acusado pelo **Cristão Velho**, “vulgo **General das Massas**” (José Inácio de Abreu e Lima), num “escrito verdadeiramente monstruoso e detestável”, e bordou apreciações, noutro artigo, sob o título “O estado da nação em relação à guerra do Paraguay — Direção que o govêrno lhe tem impresso — Males provenientes da má administração do Partido Progressista”.

Em seu nº 6, de 23 de novembro (provavelmente último publicado) (1), lembrou a necessidade de uma reforma na lei eleitoral, de modo a adotar-se, no país, a eleição direta.

(1) Constou do registo de Alfredo de Carvalho: “O nº 1 saiu no dia 1 de outubro (primeiro lapso) e a publicação cessou pouco depois”. Mais: “Filiado à política liberal”. Não o era; nem foi possível constatar a exatidão do corpo redacional mencionado nos “Anais”.

A eleição indireta demonstrara os “seus funestos e perniciosos efeitos” no pleito de fevereiro daquele ano, quando foram vistas “as portas das matrizes convertidas em campos de batalha”, fazendo valer a máxima: “as eleições são do governo”.

Focalizou, no segundo, o “comportamento honroso dos oposicionistas” e “a inconveniência das acusações contra os conservadores”, atacando rijamente o Partido Progressista.

Noutro dos longos artigos, todos sem assinatura, intitulado “Fase Negra”, arrematou a redação: “A árvore da liberdade cresce quando é regada pelo sangue dos tiranos”.

Houve, também, uma parte de “Literatura”, contendo transcrições e uma poesia de Belarmino Carneiro, terminando com tremenda “Mofina” (vinda da primeira edição) contra um mau pagador de missas mandadas celebrar (**Bib. Púb. Est.**) (2).

O CALABROTE — Jornal Satírico, Literário e Noticioso — Apareceu no cenário da imprensa a 26 de outubro de 1867, formato de 22x15, com quatro páginas de duas colunas. Diretor e proprietário — Elias Marinho Falcão de Albuquerque Maranhão, em cuja tipografia se verificava a confecção material, à rua de Horta nº 14. Assinatura trimestral — 3\$000. Preço do exemplar — 40 réis.

Segundo o ligeiro artigo de apresentação, a folha não se ocuparia de política, mas tinha o propósito de azorregar os tratantes. Ocupou-se, num segundo editorial, da posição de Pernambuco como fornecedor de recrutas para todos os movimentos militares do país, desde a guerra de 1835, no Rio Grande do Sul, pagando um imposto de sangue mais pesado do que os demais Estados. Inseriu, ainda, algumas notas ligeiras, enorme crônica inexpressiva e duas ou três charadas.

A publicação prosseguiu, mas não restam comprovantes, salvo o nº 25 (1), datado de 29 de abril de 1869, quando a redação se empenhava em campanha contra os padres jesuítas.

(2) Coleção desfalcada.

(1) O prosseguimento da circulação d'**O Calabrote** foi um fato. Haja vista o insistente anúncio, no diário **O Liberal**, a partir de 1/7/1870, de que se achava à venda o nº 50 daquele periódico.

Após longa suspensão, cuja data, desde quando, não foi possível averiguar, eis reaparecido **O Calabrote** a 16 de novembro de 1878 — nº 8, ano IX — sem outra alteração a não ser a transferência da tipografia para a rua do Fogo nº 30. Constava do Expediente: “A redação dêste jornal só aceita artigos que envolvam responsabilidade quando vierem competentemente legalizados. Vende-se a 80 réis nesta tipografia e nas mãos dos vendedores”.

Salientou o editorial de reabertura: “Tendo **O Calabrote** suspenso a sua publicação, vê-se obrigado a continuar na laboriosa carreira, contando com o mesmo apoio que sempre mereceu dos homens sensatos e inimigos dos traficantes. A corrupção do poder, a imoralidade da época nos faz hoje publicar **O Calabrote** e abraçar as questões pessoais, pois quando se trata do benefício da pátria tôda questão pessoal é pouca. A causa é do Povo e o Povo deve conhecer os embusteiros”.

Combateu a oligarquia Sousa Leão e os liberais que a apoiavam, assim como os “asqueirosos conservadores”. Recordou “o Partido Liberal de outrora”, endeusando seu maior líder: Nunes Machado. Outro artigo defendeu a liberdade “reclamada pela Constituinte”.

Seguiu-se a publicação no mesmo ritmo de crítica à oligarquia, contando com a colaboração de Fortunato Pinheiro e bem servida de transcrições, mas saindo em datas indeterminadas. Abriu o nº 15, de 27 de janeiro de 1879, extensa “Carta dirigida a S. M. I. por um seu reverente e fiel súdito”, pedindo “uma vista de dó e compaixão” sobre a maior parte do povo, “que geme na mais dura opressão”. Tinha a assinatura **O Redator**. A edição seguinte foi dedicada “ao aniversário do dia 2 de fevereiro de 1849, 30º ano da carnificina em Pernambuco”.

Atingiu o nº 17, último avistado, a 17 de fevereiro de 1879 (**Bib. Púb. Est.**).

O FORUM — Fôlha Judiciária e Acidentalmente Política e Literária — Noticiou-lhe o surgimento **A Opinião Nacional** de 7 de dezembro (1) de 1867, nos seguintes termos:

(1) Alfredo de Carvalho registara o mês de outubro como sendo o do aparecimento d'**O Forum**.

“É o título de um nôvo jornal saído dos prelos do **Correio do Recife** e que se destina, como diz o seu título, a tratar de assuntos forenses”.

Só foi possível encontrar comprovantes a partir do nº 8, de 20 de fevereiro de 1868. Até aí, **O Forum** tinha o formato de 32x23, passando ao de 45x27 — quatro páginas de quatro colunas — na edição subsequente, que saiu a 12 de março, já impresso em tipografia própria, situada à rua de São Francisco D. 2, onde se localizou, igualmente, a redação, esta chefiada por José Bento da Cunha e Figueiredo Júnior. Assinava-se a 6\$000 por série de 25 números, pagos adiantadamente, ou 7\$000 para fora da cidade. Preço do exemplar — 100 réis.

Sem imiscuir-se em política partidária, o periódico, que se dizia semanário, além dos temas relativos ao seu título, incluía uma “Parte Política”, uma “Parte Comercial”, “Variedades”, uma “Parte Industrial”: comentários sôbre Literatura: “Noticiário”, “Revista dos Jornais” e raros artigos assinados, mas com iniciais.

O Forum estendeu sua existência até o nº 17, de 9 de maio de 1868, que foi, ao que tudo indica, o derradeiro publicado (**Bib. Púb. Est.**).

A REALIDADE — Única notícia conhecida do aparecimento desse órgão caricato foi a do **Jornal do Recife**, de 13 de dezembro de 1867, onde consta que “se diferenciava dos que no mesmo gênero até então havíamos tido, em não ter texto escrito e estarem ocupadas por estampas as suas oito páginas, tendo em baixo de cada uma delas pequenas descrições alusivas”.

1868

ALMANAK ADMINISTRATIVO, MERCANTIL, INDUSTRIAL E AGRÍCOLA DA PROVÍNCIA DE PERNAMBUCO — Impresso na tipografia do **Jornal do Recife**, saiu em janeiro do ano bissexto de 1868, formato de 13x9, sob a direção de Francisco Pacífico do Amaral, com auxílio financeiro da Assembléia Legislativa.

Contendo 390 páginas, mais um Apêndice com 14, um Suplemento com 64 e o Índice com 12, inseriu tôda a matéria comum aos demais almanaques, acrescida da lei orçamentária do Império para o exercício de 1867/68.

“Ao nosso ver — lia-se nas “Duas palavras” de abertura — nesse livro se vai resumindo a história da cidade ou província para a qual êle é feito, e as informações que, mais ou menos exatas, mais ou menos abundantes, pode fornecer a todos, são úteis e muitas vêzes necessárias, tanto aos que têm fixo o seu domicílio como aos que por ela passam e precisam conhecê-la”.

No ano seguinte teve o formato aumentado para 17x11, saindo com 308 páginas, mais um Apêndice de 84 e um Suplemento de 56, mais 14 de Índice Alfabético, e 16, no fim, de anúncios.

Em 1870 foi impresso na Tipografia Universal; em 1871 e 1872, na oficina do **Correio Pernambucano**, variando de 350 a 390 páginas.

Depois de uma interrupção de nove anos, voltou à luz da publicidade — nº 5 — em 1881, sob a mesma direção, impresso na Tipografia Mercantil, melhorado o formato para 21x14. Teve, ainda, os auspícios da Assembléia Legislativa.

Proseguiu, regularmente, até 1886, com u'a média de 400 páginas, trazendo cada ano a explicação de que, apesar dos esforços despendidos, ainda não conseguira seu diretor a máxima correção, havendo imperfeições e lacunas, com a promessa de melhoria (**Bib. Púb. Est., Bib. do Inst. Arq. e Bib. do Liceu de Artes e Ofícios**) (1).

O DEMOCRATA FEDERATIVO — Periódico Religioso, Literário e Político — Deu a público sua primeira edição a 7 de março de 1868, formato de 27x18, com duas colunas de 15 cíceros e quatro páginas, sendo impresso na Tipografia Republicana Federativa Universal, situada à rua do Imperador nº 35, onde se assinava a 2\$000 por trimestre, “pagos ao receber o primeiro número”. Acolhia “todo e qualquer artigo” que não ofendesse “à moral pública”. Circulação uma vez por semana.

Vasado em linguagem violenta, o “Prospecto” de apresentação falava da “insensatez” de um govêrno que só atendia “aos vis interesses de uma oligarquia pura, clássica e cen-

(1) Coleções incompletas, completando-se entre si.

tralizadora” e que, “rasgando a carta constitucional”, criou em seu lugar “o despotismo”. Não podia, pois, deixar de bradar, em alta voz: “Alerta, ó brasileiros; em nossas mãos está a salvação do país; basta de tanto sofrer; temos suportado do atual govêrno jugo mais forte, ferros mais pesados do que do mais cruel despotismo”.

Frisou, mais adiante: “É contra êste estado degradante, criado pela oligarquia clássica do imperador, que **O Democrata** se propõe a escrever, esclarecendo-vos sôbretudo o que constitui o objetivo da vossa crença política, sofismada pelo govêrno maquiavélico do Imperador, que tôdas as formas do sistema constitucional representativo tem deturpado e entorpecido”. E concluiu: “Agricultores, artistas, comerciantes, industriais, militares, avante, a causa é nossa, sendo também nossa a bandeira: **Deus, pátria, independência e liberdade**”.

Mais duas catilinárias foram insertas, sob os títulos “A guerra ou o capricho do Imperador e do seu govêrno bacharel” e “O govêrno bacharel do sr. d. Pedro II ou a causa fatal das desgraças do Brasil”, êste último contendo o seguinte período: “Que espera o Brasil do sr. d. Pedro? de seu govêrno oligarca, composto de sete ministros bacharéis, onde o ministro da Guerra e o ministro da Marinha são bacharéis! Haverá no mundo maior escândalo? ninguém o dirá”. Ambos êsses artigos traziam, abaixo, a palavra: “continuar-se-á”, assim como um discurso do parlamentar Pereira da Silva (1).

Não obstante o enunciado, **O Democrata Federativo** circulou em datas bastante distanciadas, tanto que o quinto número só apareceu a 17 de setembro do mesmo ano, mantendo sempre linguagem forte contra a “oligarquia bacharel Pedro II”.

Decorridos quase quatro anos sem notícia do prosseguimento da existência d'**O Democrata Federativo**, eis apare-

(1) Como matéria final, **O Democrata Federativo** publicou uma “Mofina”, convidando o “nigromante Cabrinha de Papai, ex-subdelegado suplente da Capunga”, a pagar as quantias de 36\$000 e 40\$000, que ficara devendo, respectivamente, a Frei Boaventura e a Frei Paulino, de missas que tinha mandado celebrar aos domingos, na capela do Manguinho. A “Mofina” continuou pelo menos, até a quinta edição.

cidos dois comprovantes: os ns. 18 e 20 — ano III — dados, respectivamente, de 24 de agosto e 7 de dezembro, ambos de 1872. Mantinham a velha orientação republicano-antimonárquica, com prolixos editoriais sob o título “É o governo bacharel imperial das desgraças do Brasil” e demais matéria de idêntico quilate (**Bib. Púb. Est.**).

A REGENERAÇÃO — Periódico Político, Noticioso e Literário — O primeiro número saiu a lume no dia 30 de maio de 1868, conforme informou o semanário **O Progressista**, que lhe atribuiu tendências liberais.

Anunciando com antecedência o aparecimento do novo órgão, o periódico **A Opinião Nacional**, de 14 daquele mês, adiantou que o redator seria Antônio Paulino e que **A Regeneração** pugnaria “pela verdade da Monarquia Constitucional, pelo princípio democrático essencial a essa forma de governo que tão sofismado há sido entre nós”.

Do editorial de apresentação, antecipado, constavam os tópicos a seguir: “Receando muito pelo repouso do país, **A Regeneração** nada teme pela vitória dos princípios liberais, os imortais princípios proclamados em 1793. Entre nós, 1817 foi uma tentativa, 1848 seguiu-se-lhe de perto... A taça não se esgotou de todo; restam ainda algumas gotas; mas ela se esvasiará, não tardará muito, entre as mãos dos algozes da liberdade”.

“A missão d’**A Regeneração** na imprensa é combater a corrupção, que em larga escala e acintosamente vai minando e ameaça arruinar tudo. Nenhum outro título, que não a humildade de origem, tem ela a exhibir. É a sua credencial”.

Escreveu, depois, **E. Califourchon**, no folhetim d’**O Conservador**, a 6 de junho, que o recém-aparecido jornal constituiu “uma bela estréia e sempre uma promessa de belo futuro”.

Segundo Sílvio Romero, no Prefácio que acompanhou a edição póstuma, de 1909, das “Polêmicas”, de Tobias Barreto, êste publicou, n’**A Regeneração**, o artigo “A propósito de uma teoria de S. Tomaz de Aquino”, em resposta a uma Carta Aberta de Godofredo Autran de refutação às idéias do filósofo sergipano.

Não ocorreram notícias outras que deixassem a impressão de haver prosseguido tão importante jornal.

PASSEIOS HUMORÍSTICOS (1) — Surgiu no dia 4 de junho de 1868, em pequeno formato, contendo oito páginas. Redator — **Mefistófeles**. Vendia-se em vários pontos da cidade, a 200 réis o exemplar.

Publicando-se em datas indeterminadas, cada fascículo inseria um folhetim, até o nº 5, de 17 de julho, devidamente noticiados pelo **Diário de Pernambuco**. Não existem comprovantes.

A aparição dos **Passeios Humorísticos** decorreu do seguinte fato: Sob aquêl pseudônimo, o renomado poeta e prosador Luiz Guimarães Júnior começara, dois meses antes, a divulgar, em rodapé do **Diário de Pernambuco**, o folhetim semanal intitulado “Palavras no ar”, abordando temas diferentes, em linguagem literária e humorística.

Viu-se, dum momento para outro, suspensa a importante matéria, o que levou o escritor a mandar um artigo ao periódico **A Opinião Nacional**, que o publicou a 28 de maio, declarando que fôra convidado a não mais escrever o rodapé; mas a direção do **Diário**, embora lamentasse muito, não lhe explicou o motivo por que o fazia. Que teria acontecido? “O que é certo — adiantou — é que uns inocentes folhetins meramente literários tomaram o vulto medonho de panfletos palíticos”.

Outro folhetinista, **E. Califourchon**, d’**O Conservador**, ponderou, a propósito: “Para que se meteu a falar em política?”.

Mefistófeles não se molestou muito com o caso. Dispôs-se a continuar a redigir seus folhetins, publicando-os em avulso, sem, no entanto, passar do quinto. Escrevera, a respeito, **A Opinião Nacional** de 17 de junho:

“O público já conhece o escritor, o qual, se abusa, mesmo frequentemente, da imaginação, tem fluência de estilo e cultivo literário que dão interêsse aos seus escritos”.

(1) Não registado nos “Anais”.

A **MOCIDADE** — **Jornal Científico e Literário** — Surgiu no dia 1 de julho de 1868, formato de 32x22, com quatro páginas de três colunas. Redação a cargo de estudantes primeiranistas da Faculdade de Direito e trabalho gráfico da oficina do **Jornal do Recife**. Sairia três vezes por mês, ao preço de 1\$000 por assinatura mensal, pagos adiantadamente.

Constou do artigo “Introdução” o tópico: “A manifestação de idéias adquiridas pelo estudo, a cultura da inteligência, o desenvolvimento do espírito, a propagação dos verdadeiros princípios da ciência, o amor das letras e da religião, o engrandecimento de idéias sãs e morais, e o progresso em tudo, tal é o fim a que tende **A Mocidade** e tal é a sua introdução”.

Escreveram artigos, na “Parte Científica”, B. G. e José Paulo de R. Barreto Filho; na de “Literatura”, Eugênio T. Silveira Fontes, e na de “Poesia”, M. Godofredo de A. Auran (**Bib. Pú. Est.**).

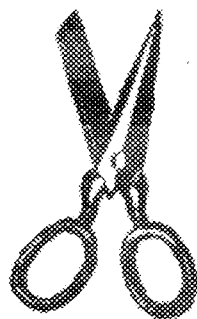
Consoante os “Anais”, publicaram-se mais três números, o último deles datado de 15 de agosto.

A **TESOURA** — Saiu a lume no dia 5 de agosto de 1868, formato de 22x16, com quatro páginas de duas colunas. Impresso na Tip. Republicana Federativa Universal, à rua do Imperador nº 35, vendia-se a 40 réis o exemplar. Trazia, acima do título, uma vinheta simbólica e, abaixo, a quadra:

“Cortar a mentira
Com fina rasoura,
Mostrar a verdade...
Eis **A Tesoura**”.

Dizia o artiguete de apresentação: “Sou a **Tesoura** invisível que farei cortes profundos nos mais arraigados vícios e desmandos dessa grande porção de ganhadores que não compreendem o que valem as três misteriosas palavras: Deus, Pátria e Liberdade. Fiquem desde já certos que, por pequena, não deixo de aprofundar o golpe. A mão invisível que me dirige medirá a força do impulso preciso pela extensão e gravidade da amputação”.

O “primeiro talho” foi “A mentira dos partidos”, a ressaltar o tópico: “No poder, o Vermelho corrompe o voto; o



A TESOURA

Cortar a mentira
Com sua tesoura,
Mostrar a verdade
Eis a TESOURA.

Vende-se a *Tesoura* a 40 rs. na *Typographia Republicana Federativa Universal*,
rua do imperador n. 33.

A TESOURA

AO POVO

O reconhecimento é um dever ; a *Tesoura* severa e implacavel, não é insensivel á provas do apreço que o Povo manifestou-lhe quando ha poucas dias ella apresentou-se aos olhos do Publico.

Cheia de sincera gratidão, a *Tesoura* protesta ao nosso Povo que se não descuidará de seus interesses ; pois que não existe interesse verdadeiro quando a *Liberdade* e o Povo o não defendem.

Em um paiz livre, o Povo deve ser

soberano, deve merecer todas as attentões, porque o Povo é tudo ; e tudo que não for elle, nada é. A sua soberania é a unica verdadeira ; mas a sua soberania ainda não é uma realidade ; só o será quando o Povo, reconhecendo as verdades que temo enunciado, se erguer á sua devida altura e exigir do poder, d'este poder bastardo, a liberdade que nunca perderam.

Por essa liberdade, a *Tesoura* sempre bradará, embora a infamia do governo e de seus assecclas pretenda apagar-lhe os golpes.

Mas a *Tesoura* precisa do auxilio do Povo, e conta com elle, porque

Progressista arranca-o; o Genuino despedaça-o; na oposição, o Vermelho intriga e envenena; o Progressista morde; o Genuino atira pedras". Matéria satírico-humorística completou a edição.

O nº 4, de 20 de agosto, comentou a queda de Humaitá, significativa vitória das forças brasileiras na guerra do Paraguai, noticiando os festejos por ela motivados, ensejo em que o periódico se lançou contra o Partido Conservador, cujos adeptos pretendiam "pisar o povo a pés", assegurando, por outro lado: "O liberal é um homem que ama o povo, porque não especula com o povo".

Focalizando os mesmos temas anti-conservadores; voltando-se contra a Monarquia e contra o regime da escravidão, manteve **A Tesoura**, em continuação, o programa inicial. Reivindicava, sobretudo, a implantação da República Federativa, apoiada pelo Partido Liberal. Em meio à parte ponderável dos editoriais, não faltava a matéria ligeira, de caráter chistoso.

O nº 13, último do ano, publicou-se a 14 de outubro (**Bib. Púb. Est. e Bib. Nac.**) (1).

Reapareceu a folha — nº 1, ano II — a 4 de março de 1869 ("Anais"). Não existe comprovante, nem há notícia de ter prosseguido ou não.

A LIBERDADE — Entrou em circulação a 7 de agosto de 1868, formato de 35x25, com quatro páginas de três colunas, impresso na Tip. Comercial, à rua Estreita do Rosário nº 12. Redator — Francisco Pinto Pessoa, com escritório à rua do Imperador nº 35. Assinatura trimestral 3\$000. Lia-se, abrindo a primeira página: "Este jornal aparecerá, por ora, uma ou duas vezes na semana, em dias indeterminados; e poderá sair diário, se fôr acolhido pela opinião, cujos sentimentos e interesses se propõe com lealdade interpretar e defender".

Seguiu-se o editorial, intitulado "Programa", que focalizou a decadência do país, "quer em relação à agricultura, comércio e indústria", "quer em relação à política dos suces-

(1) Coleções incompletas, completando-se entre si.

sivos governos que têm gerido a coisa pública”. Depois de apontar os males que nos afligiam, manifestou o empenho “de trazer à luz da discussão todos os problemas sociais e econômicos”, solicitando para isto o concurso dos “homens de bem”, para concluir: “Caminhemos, que já não é possível retroceder a maré da civilização americana”.

Constituiu-se a matéria da primeira edição de “Gazetilha”, “Variedades”, “Boletins” e artigos políticos, assinados ou não, tudo, invariavelmente, composto em tipo corpo 10, sem ocorrer mais modificações nesse sentido.

Divulgou, no nº 4, o “Protesto” de uma ala do Diretório do Partido Liberal Genuíno, contra outra ala, que deitara manifesto sem ouvi-la nem consultar o povo sobre o caminho a seguir. Por sua vez, em artigo assinado, Borges da Fonseca advertiu que um Diretório Liberal “não terá missão para dirigir se não fôr investido na praça pública, pelo povo”.

O periódico deu cobertura ao movimento, sem êxito, encetado em prol da união de todos os liberais. Tratou, paralelamente, de temas diversos, de natureza econômica e cultural, e dedicou-se aos acontecimentos do Exterior, além da “Correspondência do Rio”.

Não foi, na realidade, um órgão partidário, chegando até a confundir liberais e conservadores; como se viu no nº 22, quando acentuou que uns e outros não desejavam senão “a mesmíssima coisa, a saber: a posse do poder pelo poder”, frisando, após longa série de considerações: “É ao Partido Conservador Democrático, como ao Partido Republicano que está infalivelmente reservada a sorte futura de nossa amada pátria”.

Mas, chegava ao fim a existência d’A **Liberdade**, em cujas edições finais se liam poesias heróicas de Sousa Oliveira. O nº 23, de 15 de dezembro do mesmo ano, foi o último publicado (**Bib. Púb. Est.**).

A MATRACA — **Periódico Crítico** — Aparecido no dia 10 de agosto de 1868, formato de 31x22, com quatro páginas de duas colunas largas, assinava-se a 2\$000 por trimestre e vendia-se a 80 réis o exemplar. Publicação semanal, trazia sob o título, uma de cada lado, as quadras:

“Todos têm o seu programa,
Também devemos-lo ter:
É ir tocando **A Matraca**
Sôbre quem o merecer”.

“Em política, **A Matraca**
É liberal genuína,
Sem jamais ter compromissos
Com a fraude alicantina”.

Abriu o texto um “Cavaco necessário”, a respeito do significado da palavra **matraca**, seguindo-se-lhe um aviso “Ao público”, o qual findava declarando ser objetivo do periódico “falar a linguagem da verdade, esclarecer aos iludidos e **matraquear** de rijo aos vis desrespeitadores das leis e da moralidade pública, sempre em têrmos comedidos ainda que enérgicos, abstendo-se sobretudo de descer a personalidades, embora vá roçar em seus vícios”.

Em vez dos longos artigos, adotou o sistema de sueltos, nos quais, entre outras metas, condenou a **liga** que produziu o Partido Progressista, e, a propósito das eleições até então realizadas, afirmou haverem elas demonstrado que o “país chegou ao último ponto de desmoralização”. Tôda a quarta página da edição de estréia se achava repleta de versos humorísticos de crítica à queda da Gabinete Zacarias de Gois e à frustração da **liga** política.

Impresso, conforme indicava, na tipografia d’**A Matraca**, situada à rua das Cinco Pontas nº 62, circulou ininterruptamente, pelo menos até o nº 9, de 10 de outubro (1). Neste último foram criticados atos da pretêrita administração do Conde da Boa Vista (Francisco do Rêgo Barros), além de comentários em tórno da política imperial, terminando com uma página de versos satírico-humorísticos (**Bib. Púb. Est.**).

ACADEMICO DO NORTE — Órgão literário e noticioso, entrou em circulação, consoante sucinta notícia do **Jornal do Recife**, na sua edição de 12 de agosto de 1868 (1 A).

Não há indício de ter continuado a publicar-se.

(1) Alfredo de Carvalho registara, apenas, o primeiro número, seguido de interrogação. Além dêle, a Biblioteca Pública do Estado guarda, também, o nº 9.

(1 A) O historiador dos “Anais” informou tão sômente que o **Academico do Norte** estava “mencionado no catálogo da Coleção de Caitano Pinto de Veras”, atribuindo-lhe a data de 1870. A verdade é que nem consta do tal catálogo.

DEZESEIS DE JULHO — Jornal Político, Noticioso e Literário — Circulou pela primeira vez a 14 de agosto de 1868, impresso na tipografia do **Correio do Recife**. “É um periódico bem escrito — escreveu o **Diário de Pernambuco**, no dia seguinte — e que promete continuar a sê-lo. Sua côr política transpira dos artigos que contém o seu primeiro número e é a conservadora”.

Publicação rigorosamente semanal, às quartas-feiras, chegou ao nº 7 (único avistado) a 24 de setembro, apresentando-se em amplo formato de 45x32, com quatro páginas a quatro colunas de 12 cíceros. Trazia, como divisa, o seguinte: “Nós os conservadores queremos a igualdade perante a justiça; o justo aprêço, a igualdade do mérito, dos talentos e das virtudes de cada indivíduo, de cada homem por mais humilde que seja o seu papel na escala social” (Disc. prof. pelo Visconde de Itaboraá, no fest. conserv. da Bahia, a 30 de maio). Assinatura trimestral — 3\$000. Número avulso — 200 réis.

Comentou, em editorial, o Manifesto do Conselheiro Silveira Lobo, considerando-o um “inventário político” **pomposamente** pobre, “violento e contraditório”. Seguiram-se outros artigos, um dêles de polêmica com **O Liberal Academico**; transcrições; noticiário; poesias de Santa Helena Magno e Fernando de Magalhães e crônica de R. T. (**Bib. Púb. Est.**).

O LIBERAL ACADEMICO — A propósito do seu aparecimento, verificado dias antes, noticiou o **Diário de Pernambuco** de 25 de agosto de 1868: “Recebemos o primeiro número d’**O Liberal Academico**, nôvo lidador da idéia, que se atira, com o arrôjo da mocidade que o criou, na arena jornalística. Sua côr política é definida pelo seu título. Seus artigos são bem elaborados e, honra seja feita à mocidade, que dá uma lição aos pretensos liberais velhos, ensinando-lhes a discutirem no campo das idéias, fora do terreno do personalismo com todos os males que êle acarreta”.

Meses depois, o periódico **A Opinião Nacional**, edição de 28 de abril de 1869, noticiava, lacônicamente, haver circulado o primeiro número do segundo ano do jornal em aprêço.

Publicação irregular, só foi possível manusear o nº 5 da nova série, datado de 10 de junho. Tinha o formato de 45x31 e quatro páginas de quatro colunas, sendo impresso

na oficina do **Correio do Recife**. Redatores — J. Leandro M. Soares, L. H. Pereira de Campos e Plínio A. X. de Lima. Assinatura trimestral — 3\$000, acrescidos de 1\$000 para fora da cidade. Trazia, como divisas, a frase: “**Vos enim ad libertam vocati estis patris**” (S. Paulo ad Galatas) e as seguintes palavras de José Bonifácio, o moço: “Nós defendemos uma grande causa, sustentamos um grande princípio; queremos viver e morrer por êle — pedimos o governo do país pelo país”.

A edição inseriu prolixos artigos de combate à Monarquia, um dos quais, terminando uma série de três, de anteriores edições, intitulou-se “Reforma constitucional”. Dois outros findariam na edição subsequente. Houve uma Parte Literária, com poesia de L. S. Monteiro de Barros; folhetim, firmado por L., e, no fim, a “Gazetilha” (**Bib. Púb. Est.**).

A FORMIGA — Trazendo, sôbre o título, vinheta alusiva, começou a publicação a 21 (1) de agôsto de 1868, em formato de bolso (18x12), com quatro páginas de duas colunas estreitas. Trabalho material da Tip. Republicana Federativa Universal. Preço do exemplar — 40 réis. Consta-va do cabeçalho a quadra:

“**Formiga** constante
O trono roendo,
Os seus atentados
Irás descrevendo”.

Lia-se no artigo-programa, intitulado “Aos homens”: “Venho por ordem da **Confederação Formiguense**, proclamar a liberdade aos pequenos, como eu, e a perseguição aos grandes, como o rei”.

“Neste século das luminárias devo dar que fazer aos meus dentes, que sabem roer as ambições, o pedantismo, a tolice, a impostura, a soberba, a presunção, o desmando, a incúria, a preguiça e até a própria tirania!”

“Quem não quiser ser mordido ou roído pela **Formiga**, proceda bem! Êste remédio é uma panacéia; agarrem-se com

(1) Não no dia 26, como está nos “Anais”.

êle que estarão salvos. Podem procurá-lo à venda na loja da **Consciência**, rua da **Razão**, defronte da **Honestidade**. Cada frasquinho custa apenas três ou quatro **Reflexões**".

Seguiram-se artigos de condenação à realeza, intitulados "Cautela, rei, cautela" e "Conselho ao rei" e os versos "Canção do povo", tudo no estilo panfletário. Dizia, francamente, o redator: "Somos amigo do govêrno do Povo pelo Povo, queremos o Govêrno Republicano".

No nº 3, combatendo a Monarquia, declarou **A Formiga** que o Brasil precisava de ser reabilitado, constituindo-se em república federativa. No fim da edição vinha o pensamento: "Quando a Monarquia entra em um país, a Liberdade sai dêle espavorida".

Ao divulgar-se o nº 6, dia 22 de setembro, um dos sucintos editoriais aplaudiu a atuação dos campeões da imprensa liberal, então representada pelos jornais **O Liberal**, **A Opinião Nacional**, **O Liberal Academico**, **Idéa Liberal** e **O Tribuno**.

Publicação semanal, parou com o nº 9, de 23 de outubro (**Bib. Púb. Est.**).

IDÉA LIBERAL — Saiu a lume no dia 29 de agosto de 1868, formato de 36x26, com quatro páginas a três colunas de 14 cíceros. Impresso na Tip. Comercial, era redigido, entre outros, por Gervásio Rodrigues Campelo, funcionando a redação na rua do Imperador nº 10. Subscrevia-se a 3\$000 trimestrais, circulando aos sábados.

O editorial de abertura, dizendo, a princípio, que o título do periódico refletia a sua doutrina, dispensando a indicação de um programa, ocupou toda a primeira página, para acabar na segunda. Frisou, a certa altura: "**A Idéa Liberal** propõe-se a pugnar pelo restabelecimento do sistema representativo, que por confissão de muitos estadistas de diversos credos se acha completamente falseado, o que foi solenemente confirmado pela Coroa". Incluíam-se no programa, finalmente, treze pontos, devidamente discriminados e comentados, que constituíam a meta do jornal.

Outro longo artigo da redação apontava "ao povo brasileiro o papel vergonhoso que êle está representando no

grande continente americano”. Um terceiro fêz o confronto dos dois reinados, para concluir que, no segundo, dominava a corrupção, só remediável com uma revolução.

Na edição seguinte, o “Programa” abria a primeira página, posição em que permaneceu durante tôda a existência do periódico. Estava assim concebido: 1 — Eleição direta. 2 — Ensino livre. 3 — Recrutamento por sorteio, sem distinção de classes. 4 — Polícia eletiva. 5 — Supressão da Guarda Nacional. 6 — Criação da força policial municipal. 7 — Presidência de província eletiva. 8 — Descentralização administrativa e econômica. 9 — O poder de julgar conferido sòmente ao Júri, aos magistrados vitalícios e aos de eleição popular. 10 — Responsabilidade dos ministros de Estado por todos os atos do poder moderador. 11 — Incompatibilidade absoluta de todos os funcionários públicos de nomeação e de empregados do Paço para os cargos de eleição popular. 12 — Senado temporário. 13 — Os membros do corpo legislativo não poderão ser nomeados para emprêgo algum remunerado sem autorização da respectiva Câmara e nulidade do mandato.

Na defesa dos seus pontos de vista, a fôlha bateu-se com **O Conservador** (1) e com a “coluna alugada” do **Diário de Pernambuco**, atacando os líderes conservadores, à frente o Cônego Pinto de Campos. Divulgou manifesto de Urbano Sabino Pessoa de Melo; declaração de João Coimbra, sôbre a política do Rio Formoso, e, noticiando o falecimento do general Abreu e Lima, opôs formal condenação à atitude do Clero (edições de 13/3/1869 e seguintes), que lhe negou sepultura em cemitério católico.

Na edição de 31 de julho, ano II, J. C. escreveu sôbre o “Elemento servil”, citando casos de libertação de crianças, para ressaltar a “elevação dos sentimentos liberais”.

Afora os artigos redacionais, viam-se transcritos outros, sucessivamente, da imprensa do sul do país, contanto que criticassem o govêrno imperial e a política conservadora.

(1) Sob o título “Suicídio”, em quadro tarjado de uma coluna, abrindo o Noticiário, escreveu a **Idéa Liberal** de 24/10/1868: “**O Conservador**, órgão do partido dominante em Pernambuco, e o **Dezeseis de Julho**, que se dizia pertencer também a êsse partido, deixaram de existir muito voluntariamente, apesar de terem ambos **muitos recursos e muito boa aceitação**. A terra lhes seja leve”.

Comentou, a 27 de novembro, no mesmo diapasão de numerosos editoriais anteriores: “Cada dia que se sucede neste império americano traz uma série de fatos reveladores da corrupção e desmoralização social”. Após duas colunas de catilinária, concluiu: “. . . a liberdade, moralidade e justiça não existem na Monarquia brasileira”.

Manteve a **Idéa Liberal** seu programa e seus princípios, apoiando, sobretudo, o Partido Radical, organizado no mês de março. Foi último número publicado o 50º, ano II, de 18 de dezembro de 1869, formando-se o total de 68 edições, inclusive 18 do ano anterior, em cujas colunas só raramente aparecia uma poesia cívica de Antônio Rangel de Tôrres Bandeira, Belarmino Carvalho ou João Batista Guimarães (Bib. Púb. Est.).

O DEMOCRATA PERNAMBUCANO — Periódico Político, Religioso, Literário e Judicioso — Estreou a 23 de setembro de 1868, formato de 22x15, com quatro páginas de duas colunas. Impresso na Tip. Imparcial Pernambucana, à rua de Horta nº 14, vendia-se a 40 réis o exemplar. Propriedade e direção de João José de Albuquerque.

Surgiu “diante do ato tirânico de 16 de julho”, ressaltando no artigo-programa: “**O Democrata Pernambucano** nada tem que ver com as diversas parcialidades políticas que ora se debatem entre nós. Não comunga as idéias conservadoras, genuínas ou históricas. Suas idéias são republicanas, e tratará de demonstrar com tôda a evidência que o único sistema de govêrno que melhor nos pode convir são as instituições livres adotadas nos Estados Unidos da América”.

“**O Democrata** é filho do Povo; dêsse Povo proscrito pelo govêrno; dêsse Povo mártir de sua boa fé e da ignorância em que querem conservá-lo para dêste modo corrompê-lo e tiranizá-lo. . .”

Fazia parte do seu programa empregar todo esforço para “acabar com a chaga da escravidão — êsse monstro incompatível com as idéias liberais”, salientando: “Enquanto não fôr abolido o elemento servil e não tivermos um govêrno que promova o ensino livre e obrigatório, não atingirá o Brasil a época gloriosa que lhe reserva o futuro”.

Circulando ora uma, ora duas vêzes por semana, prosseguiu a fôlha a sua catilinária anti-monárquica, assim ar-

rematando um editorial do nº 3: “O futuro, não há dúvida nenhuma, é da Democracia, não só no Brasil, como na França, como em todo o mundo”.

A par da matéria redacional, inseria, de quando em quando, tópicos do padre Antônio Vieira; Comunicados firmados por J. S., **O Gambarra** e A. M.; recortes de outros jornais e versos satíricos, especialmente as cartas “do Conde de Farielo à Condessa do mesmo título”, tendo tudo por base o repúdio à Monarquia e a defesa do povo, da Democracia e dos escravos.

Prolongou-se a publicação até 23 de dezembro, quando saiu o nº 17, último do ano.

Noticiando o aparecimento do primeiro número de 1869 d'**O Democrata Pernambucano**, escreveu **A Opinião Nacional** de 7 de fevereiro: “Promete o colega ótimos serviços à nossa causa, tão infeliz no presente, mas rica de esperanças no futuro, talvez bem próximo”.

Do ano II só foi possível avistar o nº 14, de 24 de abril, que estampou uma faixa, sob o cabeçalho, com o programa do jornal, que incluía: Descentralização; Ensino livre; Polícia eletiva; Abolição da Guarda Nacional; Senado temporário e eletivo; Extinção do poder moderador; Separação da judicatura da polícia; Sufrágio direto e generalizado, etc.

O editorial, violento, criticou os males do regime, aumentados por bispos “pretensiosos”, que procuravam “reacender as fogueiras da inquisição”, afirmando que o governo imperial procurava “a corrupção e a subserviência do povo”. Outro artigo, bem longo, de W. W., condenou, usando termos ásperos, a resolução do Bispo diocesano que negara sepultura religiosa ao General José Inácio de Abreu e Lima. Completou a edição o poema “Hino da Cabocla”, de Junqueira Freire, também atribuído a Gregório de Matos (**Bib. Púb. Est.**).

A RAZÃO — Em sua edição de 28 de outubro de 1868, acusou o **Diário de Pernambuco** o recebimento do primeiro número do jornal em tela, do qual era redator Tobias Barreto de Meneses e que se propunha a “tratar de ciências e literatura”.

O nº 1 d'**A Razão** foi publicado no dia 25, não havendo notícia do prosseguimento.

A **REPÚBLICA** — Impresso na Tip. Republicana Federativa Universal, à rua da Imperatriz nº 35, circulou pela primeira vez a 27 de novembro de 1868, formato de 22x16, com quatro páginas, trazendo abaixo do título o conceito: “Vós todos sois irmãos. O cargo é para servir, e não para ser nêlo servido. Quem não é por nós é contra nós” (Palavras de Jesus Cristo). Preço do exemplar — 40 réis.

Constou a edição de apenas dois artigos: o primeiro de exaltação à “Liberdade, que resulta do triunfo do povo, triunfo alcançado contra os reis, déspotas insolentes e senhores absolutos dos povos escravos”, acentuando o exaltado editorialista: “Hoje, neste triste Brasil, já se compreende o que é liberdade, já se pode mostrar que ela só pode existir no govêrno do povo pelo povo, que é o que se chama República”. No outro artigo — “Os traidores” — o redator atacou “os liberais”, que só queriam escravizar o povo, servindo ao rei”.

O segundo número, segundo e último, saiu a 6 de dezembro, acrescentando ao cabeçalho mais algumas palavras de Jesus Cristo. Sua matéria dividiu-se em três artigos, todos condenando a atuação dos “três partidos realistas”: os **corcundas** (conservadores); os liberais e os “ligueiros” (mistura de **corcundas**, também chamados **vermelhos**, e liberais).

O destemido órgão era redigido por João de Barros Falcão de Albuquerque Maranhão (**Bib. Púb. Est.**).

1869

A **UNIÃO DEMOCRÁTICA** — **Periódico Religioso, Literário e Político** — Deu a lume a primeira edição no dia 25 de janeiro de 1869, em formato de 31x22, com quatro páginas de duas colunas a 18 cíceros, sendo impresso na Tip. Republicana Federativa Universal, situada à rua do Imperador nº 35. Assinava-se na Travessa da Palma nº 28, a 3\$000 por trimestre, pagos mediante a entrega do primeiro número, custando 120 réis o exemplar.

Além da faixa com o expediente, outra, abaixo do título, dava a seguinte profissão de fé: “A redação desta fôlha professa a doutrina de união democrática, em tôda sua plenitude; propaga pela conclusão da escravidão e demais direitos estorquidos do povo livre, pela forma seguinte: a substituição do trabalho servil pelo trabalho livre. Ser de escolha popular as presidências e eleitas pelo povo; a responsabilidade de todos os funcionários públicos pelos tribunais competentes; a magistratura ser da escolha do povo e não do governo. Não poderem os representantes receber condecorações, nem títulos; a incompatibilidade de serem eleitos os funcionários públicos; uma vez eleitos não poderem optar pelo emprêgo e cargo de representação nacional; abolição do Conde de Lipes do Exército”.

Em longos artigos, o jornal defendia os direitos do povo e a implantação da república, clamando contra o “cinismo” e a “hipocrisia dos tiranos”. “O governo republicano — frisou — é a mais sublime, é a mais útil descoberta do espírito humano de acôrdo com a Natureza”. Sôbre a liberdade, dizia: “. . . é um atributo físico inerente à organização do homem”. Num dos tópicos do primeiro número, o redator apelou para que Pernambuco acordasse, olhando para os feitos da província do Maranhão, que, de uma só vez, dera liberdade a noventa escravos.

Embora divulgasse que sairia duas vêzes por semana, não o fêz, porque o quinto número foi datado de 5 de abril, sendo provávelmente o último, no qual um dos artigos apelava por uma Constituinte, e outro, longo, com diversas citações bíblicas, condenava o ato episcopal que proibira fôsse sepultado no cemitério público o corpo do General Abreu e Lima (**Bib. Púb. Est.**).

IRIS LITTERÁRIO — Impresso na Tipografia Comercial, à rua Estreita do Rosário nº 12, formato de 25x18, começou a circular — nº 1, série I — a 18 de fevereiro de 1869, como semanário das quintas-feiras, assinando-se à razão de 3\$000 por série de 12 números.

Visava o periódico ao cultivo da verdade e das letras, consoante o artigo de apresentação, acentuando: “O **Iris Litterario** deseja alargar mais o nosso círculo literário, que tão amesquinhado vai entre nós, no que respeita a trabalhos desta ordem, atenta a revoltante ogerisa que os homens dos al-

garismos e dos cálculos mercantis votam a tudo que cheira a literatura”.

A fôlha, cuja primeira edição apareceu em papel de côr, inseriu matéria em prosa e verso, só assinada com iniciais, como por exemplo: **A. C. d' A., M. R. e C. B.** Além da parte literária, quase uma página foi dedicada a charadas, enigma, logogrifo e pensamentos.

Não restam exemplares dos ns. 2 a 23.

O nº 24, série II, datado de 29 de julho, última edição publicada, trouxe enérgico editorial sôbre a “infernall política do Brasil”, onde imperavam “a mentira, a fraude, a dobrez, a ambição”, em detrimento das necessidades do povo sempre sofredor, vítima de impostos exorbitantes. A parte literária mantinha o regime de assinaturas com iniciais, como **V. B., M. R., C. B., L. e C. (Bib. Púb. Est.)**.

A PRIMAVERA — Periódico de Literatura e Recreio — “O nº 1 e único (?) saiu a 10 de abril. Raríssimo” (“Anais”).

Em sua edição de 15 de junho, **O Vesuvio** deu notícia de haver circulado o nº 5 d’**A Primavera**.

A LUCTA — Revista Científica e Literária — Publicou-se o nº 1 em maio de 1869, impresso na oficina do **Correio Pernambucano**. Redação a cargo de Anfilóquio B. Freire de Carvalho, Domingos Rodrigues Guimarães, Aníbal Fernandes da Cunha e João Batista Guimarães.

A informação acima, acrescentou **A Opinião Nacional**, de 14 de maio: “É um belo atestado do aproveitamento dos alunos da Faculdade de Direito”.

O VESUVIO — Jornal Científico, Literário e Noticioso — Apareceu a 15 de maio de 1869, formato de 31x22, com quatro páginas de três colunas. Sob o título, a frase de Guisot: “**Tous les gouvernements se son perdu par l’oubli du peuple**”. Impressão da Tip. Mercantil, de C. E. Muhlert & Cia. Aceitava “qualquer artigo devidamente responsabilizado”. Redação a cargo de Antônio Drumond Filho e outros acadêmicos.

Na “Introdução”, aludiu o editorialista à facilidade com que se multiplicavam os periódicos no Recife; à “vulcaniza-

ção da inteligência juvenil, que irrompe, de tôdas as partes, impetuosa e audaz”, tudo revelando “a suprema vitalidade” que circulava “nas veias do século”. Depois de outras considerações acêrca do valor do espírito, da vida humana, ativa e social, concluiu:

“...nós vimos juntar aos murmúrios do imenso arvoredo o sussurro de nossas almas que também se agitam; reunir-nos aos que combatem pela causa da justiça para forçar as questões e os mistérios a se tornarem verdades ou se confessarem mentiras. Pouco importa que as nossas idéias, como ordinariamente acontece, morram antes mesmo de florescer e frutificar; cabe-nos sempre a honra de as termos semeado”.

Ao pé da primeira página começou um folhetim literário, assinado por **André del Sarto**, o qual, apesar de longo, ocupando o rodapé das quatro páginas, deve ter atraído os leitores da época, por tratar-se de notas ligeiras, variando os assuntos, do sério ao trivial, do conceito filosófico à notícia local.

Um comentário aplaudiu o Gabinete Ministerial; outro focalizou a “religião nas sociedades modernas”, reportando-se o último à monotonia da vida cotidiana. Poesia de Tobias Barreto de Meneses e breve noticiário encerraram a edição.

O nº 3, de 15 de junho, divulgou substancioso editorial sôbre “o doloroso quadro dos nossos males” e os fatos que apontavam “um falso e nevoento rumo à política do Brasil”. Ainda o folhetim, que se intitulava “Zig-zags”; colaboração do poeta Tobias Barreto e do prosador José Leandro Martins Soares; noticiário, etc. (**Bib. Púb. Est.**).

A publicação prosseguiu (“Anais”) até o nº 10, de 15 de outubro.

A CONSCIÊNCIA LIVRE — Apareceu a 1º de julho de 1869, formato de 25x18, com oito páginas a duas colunas de 14 cíceros, sendo impresso na oficina do **Jornal do Recife**, à rua do Imperador nº 77. Dizia o expediente: “Publica-se nos dias 15 e 30 de cada mês e assina-se a 5\$000 por ano, pagos adiantados”. Redator principal — Franklin Távora.

Seu programa achava-se consubstanciado no tópico a seguir, do artigo de abertura: “O estudo desapassionado de tôdas as questões que entendem principalmente com a liberdade religiosa, sob o ponto de vista puro e simples da razão humana esclarecida pela história; dar satisfação às aspirações do pensamento livre, abrindo-lhe em suas colunas espaço aos seus justos reclamos, às suas manifestações no campo da discussão francamente liberal; pregar a santa cruzada do progresso humano em todos os ramos dos desenvolvimentos do espírito; juntar, enfim, o seu brado de alerta ao de todos os órgãos liberais do país”, “ameaçados pela feroz propaganda de uma intolerância ao mesmo tempo anti-social e anti-religiosa, pela onda negra do jesuitismo”, “que nos assoberba e procura impor-nos com todo o seu cortejo lúgubre de ameaças — não mais disfarçadas e latentes, porém claras — a todos os direitos sociais e até políticos, a tôdas as conquistas da liberdade na sociedade, em nome de uma prepotência religiosa que não deixa quase respirar a consciência dissidente”.

Seguiu-se a publicação com regularidade, abordando temas como: “A razão e o Cristianismo”, “Liberalismo clerical”, “Clero e povo”, “Estudo sôbre as crenças religiosas: Budismo, Bramanismo, Islamismo, Ateismo, Cristianismo”, “O futuro Concílio”, “Sobrenaturalismo e Ciência”, “Roma, os jesuitas, os papas, o index, etc”. Cada edição terminava com a crônica “Espírito da quinzena”. Um artigo da sra. J. L., no nº 3, criticou a pouca reflexão das autoridades católicas que negaram sepultura ao general Abreu e Lima.

O nº 8 divulgou um tópico da Carta Pastoral de 14 de setembro, do Bispo Francisco Cardoso Aires, que proibia, “como de um modo solene e o mais enérgico e absoluto”, “a leitura, circulação e retenção, em todo ou em parte, de um periódico intitulado **A Consciência Livre**”, porque ensinava “o livre exame da matéria de fé cristã com a mera luz da razão, excluindo assim a Igreja, que é a mestra única da verdade revelada”. (Esse tópico foi repetido, à guisa de mofina, em cada edição, até o fim).

Encerrando o ano, o nº 12/13 apresentou um artigo de mais de seis páginas, em tipo miúdo, no qual a redação contestava o jornal **O Catholico**, a propósito de textos bíblicos.

O periódico teve a colaboração de A. C., Syneidesis Lampra, S. J. e E. Pelletan, mas a grande maioria dos arti-

gos eram redacionais. Os de Franklin Távora, um dos quais, "A razão e o Cristianismo", chegou a ocupar uma edição de dez páginas, em tipo 7 batido, apresentavam sua assinatura manuscrita, apostada, naturalmente, ao ver enviada a coleção para a Biblioteca Nacional.

O último número d'**A Consciência Livre** foi o 18/19, datado de 10/20 de fevereiro de 1870. Era comum reunirem-se dois e até três números num só, sem prejudicar as datas certas. Findou circulando trimestralmente (**Bib. Nac. e Bib. Púb. Est.**) (1).

A **CARETA** — Fundada a 20 de julho de 1869, apresentou-se em formato de 28x22, com oito páginas, metade das quais em litogravura, trabalho de Melo & Wiegandt (depois Melo Lins), ao passo que a parte tipográfica estava a cargo da oficina do **Correio do Recife**. Redação à rua da Cadeia (atual Avenida Marquês de Olinda) nº 90, 1º andar. Assinava-se a 4\$000 trimestrais. Número avulso — 500 réis.

Órgão de sátiras e humorismo, lia-se no seu nº 3: "... ainda estamos bem pobres de espírito... O espírito é mercadoria que não abunda em nossa terra; temos ainda necessidade de importá-la. Entretanto, andamos em diligência de fazer boa provisão dela".

Desde o cabeçalho, inseriu apreciáveis **charges** de crítica aos costumes da época. Teve a colaboração de **Faliere, Aly, O Paraíso, Marino**, que assinava o folhetim, tipo crônica mundana, ocupando quatro rodapés, etc., seguido por **Harold** ou **Max Stum**, em versos. Na seção "Correspondência" eram estudadas severamente as produções recebidas para publicação. Não deixou de focalizar temas políticos, dentro do princípio de neutralidade. Ocorriam versos humorísticos, inclusive de Miguel Fontoura, **Juan de Marana, O Bandurra** e **O Mamarrote**.

Circulando com regularidade, de dez em dez dias, o último número do ano foi o 16º de 20 de dezembro, quando uma nota redacional se despedia dos leitores, para "passar a festa" em descanso. Em numeração seguida, para efeito de encadernação, houve até aí um total de 128 páginas.

(1) Existem, apenas, na Biblioteca Pública do Estado, comprovantes esparsos.

Pelo menos duas edições foram publicadas em 1870, sendo o nº 18 datado de 20 de janeiro, mantido o ritmo satírico-humorístico (1) (**Bib. Púb. Est. e Bib. do Inst. Arq.**) (2).

A VOZ DO BRASIL — Em sua edição de 21 de agosto de 1869, **A Opinião Nacional** acusou o recebimento do primeiro número do congênere, adiantando, sem mais pormenores: "...que substitui **A Ordem** nos combates da imprensa".

A fôlha mencionada, cuja existência deve ter sido bem curta, não foi redigida — como consta dos "Anais" — por Inácio Bento de Loiola, jornalista falecido dois anos antes, precisamente no dia 26 de agosto de 1867, o qual dirigiu outra **A Voz do Brasil**: a de 1848.

O CATHOLICO (1 A) — Começou a circular no dia 10 de outubro de 1869, sob os auspícios do bispo Francisco Cardoso Aires, sendo principal redator o conselheiro Pedro Auran da Mata e Albuquerque, "único responsável por todos os artigos nêle publicados". Impresso na Tip. Comercial, à rua Estreita do Rosário nº 12, formato de 37x27, com quatro páginas de três colunas, publicar-se-ia no primeiro e no terceiro domingo de cada mês, ao preço de 5\$000 anuais.

Consoante o artigo-programa, sua matéria dividia-se em quatro partes: Religiosa, Apologética, Noticiosa e de Variedades. "Não defenderá — acentuou — os interesses de nenhum partido político; o seu único fim é pugnar pela religião e pela Igreja, e por isso atacará o êrro, venha donde vier".

Logo na primeira edição, fêz "breves reparos" (na Parte Apologética), "sôbre algumas transcrições do **Jornal do Recife**", o que lhe ocupou uma página inteira, concluindo que "uma fôlha católica", como a mencionada, jamais devia "concorrer para a propagação de doutrinas subversivas da

(1) Alfredo de Carvalho não fêz referência à continuação d'**A Careta** em 1870.

(2) Na Biblioteca Pública do Estado só existem dois exemplares esparsos: os ns. 3 e 18. Na do Instituto Arqueológico encontram-se os ns. 10 a 16.

(1 A) Num lamentável engano, Gondin da Fonseca, na sua "Biografia do Jornalismo Carioca" (pág. 341), incluiu **O Catholico** como tendo sido publicando no Rio de Janeiro, atual Estado da Guanabara.

fé católica, como são as que atacam a canonização dos santos”.

No segundo número lia-se, abrindo a primeira página, uma Circular da Residência Episcopal da Soledade, com o seguinte apêlo: “. . . recomendamos aos reverendos párocos desta Diocese que assinem **O Catholico** e por si promovam assinaturas”.

O periódico, que enfrentara, em acesa polêmica, os redatores da **Consciência Livre**, encerrou o ano com o nº 6, de 19 de dezembro, seguido de um Suplemento, no dia 24, nêle divulgado, apenas, um artigo sôbre o nascimento de Cristo, em fôlha simples, de côr, só impressa no anverso.

Reencetou-se a publicação — nº 7, ano II — no dia 9 de janeiro de 1870, continuando a doutrinar e polemizar. A partir do nº 13 encimou o cabeçalho o emblema das insígnias papais, juntando-se-lhe a divisa: “**Portae inferi non praevalerunt**”. O nº 14, de 17 de abril, saiu em fôlha simples, só impressa no anverso, com artigo único, solenizando a Ressurreição. Outra divisa foi, pouco depois, acrescentada ao cabeçalho: “**Sub tuum praesidium confugimus, virgo immaculata**”, na linha onde figurava, sob o título, o nome do Bispo Cardoso Aires.

Bateu-se ainda, **O Catholico**, em defesa dos seus princípios, com o **Jornal do Recife** e com **O Americano**, êste redigido por Tobias Barreto, vindo a terminar seu primeiro ano de existência com o nº 24, de 8 de outubro. Encetou nova numeração a 6 de novembro, abrindo a edição extensa Circular do Vigário Capitular, João Crisóstomo de Paiva Tôrres, recomendando a aquisição de assinaturas para a conservação do Jornal. Após o nº 2, passou a ser impresso na Tip. Católica, situada à rua do Hospício nº 32, circulando nos dias 10 20 e 30 de cada mês. Seis edições saíram até 30 de dezembro, prosseguindo regularmente a circulação — ano III, nº 7 — a 10 de janeiro de 1871, quando melhorou a parte noticiosa, vindo a publicar-se o nº 36 a 30 de outubro.

Só começou o ano IV, nº 1, a 14 de dezembro e já o nº 3 se editava a 10 de janeiro de 1872. Nêsse mês foi o redator responsável substituído pelo professor José Soriano de Sousa, “assás conhecido na república das letras e principalmente pela sua dedicação ao Catolicismo”.

No segundo trimestre do ano, entrou **O Catholico** a condenar a Maçonaria em Pernambuco, que se levantara contra o jesuitismo pelas colunas do **Jornal do Recife** e do periódico **A Verdade** (redigido por Franklin Távora), ao qual chamava “A Mentira”.

Publicado, porém, o nº 24, de 30 de julho de 1872, encerrava-se a vida do órgão, para dar lugar ao aparecimento d’**A União**, com o mesmo programa de defensor da religião Católica, Apostólica, Romana (**Bib. Púb. Est.**).

O CHARADISTA — Tendo o primeiro número circulando no dia 15, existe comprovante do nº 2, datado de 22 de novembro de 1869, com quatro páginas de pequeno formato, impresso na Tip. Econômica, à rua da Matriz nº 28. Apresentou o título em meia circunferência, ostentando a figura de Edipo e, abaixo, o sub-título “Miscelânea”. Destinava-se a sair às segundas-feiras, custando 80 réis o exemplar.

Sua matéria constituiu-se de “Logogrifos”, em versos; “Variedades”, de anedotas, e a segunda inserção das “Viagens de Gulliver”, a continuarem na edição subsequente; mas faltam notícias do prosseguimento da vida do jornal (**Bib. Púb. Est.**).

A MADRESILVA — Fôlha Literária, Especialmente Dedicada às Senhoras — Saiu a lume a 1º de outubro de 1869, formato de 32x23, com oito páginas a três colunas de composição, “sob os auspícios do Ilmo. Sr. Dr. Aprígio Justiniano da Silva Guimarães”, conforme constava do cabeçalho, seguindo-se-lhe o conceito de Silveira Martins: “A literatura é a expressão mais fiel da vida de um povo”. Impressão da Tip. Mercantil, de C. E. Muhlert & Cia., instalada à rua do Tórres nº 10. Tabela de assinaturas: trimestre — 2\$000; mês — 1\$000; para fora 2\$500 e 1\$200, respectivamente. Número avulso — 500 réis. Subscrevia-se na Livraria Acadêmica, à rua do Imperador nº 79, e na rua Direita nº 79, 2º andar.

Abriu a edição de estréia uma “Carta aos Redatores”, assinada pelo patrocinador, que lhes desejou fizessem do pequeno órgão “um lábaro de regeneração da literatura”, “um cofre de finíssimas joias”, “uma flor digna do jardim pernambucano”. Passou-se à “Introdução”, d’**Os Redatores**, fa-

zendo a apresentação d'A **Madresilva** "às senhoras pernambucanas".

Publicação quinzenal, sua matéria dividia-se assim: "Folhetim", "Literatura", "Galeria", "Religião", e Boletim, êste de notícias e variedades, sendo colaboradores: **Ixion**, C. H. de Santa Helena Magno, J. V. Meira de Vasconcelos, Maria Heráclia de Azevedo, Misael da S. Amaral, **Vertumno**, Ana J. de Moraes, F. Lima, Juana Tiburtina da Silva Lins, Honorato Júnior, **Bionodeto** e F. J. M.

Após o nº 3, de 1º de novembro, há um hiato nas coleções manuseadas, para continuar no nº 5, datado de 30 de março de 1870, saindo o nº 6 a 15 de maio e o nº 7 no dia 15 de julho, último publicado, sendo os três impressos na Tipografia d'A **Opinião**, à rua do Imperador nº 27. Manteve a mesma turma de colaboradores, acrescidos os nomes de F. V. Monteiro e Maria B. S. Câmara (**Bib. do Inst. Arq. e Bib. Nac.** (1)).

1870

CRENÇA — Periódico Literário — O nº 4, ano I, circulou a 30 de maio de 1870, em formato médio, com quatro páginas a quatro colunas de 12 cíceros, impresso na oficina do **Correio Pernambucano**, à rua do Imperador.

O editorial de abertura focalizou o sangue de Cristo e o dos escravos, frisando, a par de outros conceitos: "...o cativo será a última nódoa negra delida no céu da civilização". Colaboraram, em prosa ou verso: Silvio Vasconcelos da Silveira Ramos, redator principal (que algum tempo depois passaria a assinar-se Silvio Romero), Justiniano de Melo e Silva, José Dantas da Silveira e Tobias Barreto de Meneses, cujo artigo continuaria na edição seguinte (**Bib. Púb. Est.**).

Não foi possível encontrar os anteriores números do periódico acadêmico, do qual foi um dos redatores Celso Magalhães.

Em artigos publicados na **Crença**, entre abril e maio, Silvio Romero (com a assinatura anterior) "atacou o **sentimentalismo** exagerado e o **indianismo** decrépito dos "Arpejos

(1) O nº 7 é exclusivo da coleção da Biblioteca Nacional. Na Biblioteca Pública do Estado existe um único exemplar, na seção de avulsos.

Poéticos” de Santa Helena Magno”, “o lirismo subjetivista e o humorismo pretensioso das “Falenas” de Machado de Assis, e a defesa que das velhas idéias fizera Quintiliano da Silva” (1).

O último dos referidos trabalhos foi justamente o do nº 4, possivelmente terminada com êle a existência da **Crença**.

O AMERICANO — **Semanário Político e de Literatura** — Entrou em circulação a 1º de maio de 1870, tendo como redatores e proprietários Franklin Távora e Minervino A. de Sousa Leão. Impresso na Tip. Mercantil, de C. E. Muhler & Cia., situada à rua do Tôres nº 10, apresentou-se no formato de 37x25, com quatro páginas a três colunas de 16 cíceros, tendo escritório à rua Estreita do Rosário nº 22, 1º andar. Preço da assinatura mensal — 1\$000, mediante pagamento adiantado.

Longa “Introdução” (duas colunas em tipo corpo 7, baticido), deplorou, a princípio, a “conduta desatada” da imprensa local; sua atuação em face da política e “o grosseiro manjar dos doestos e ódios positivos”, declarando que chegara a vez de fazer o leitor “enjoar e repelir o alimento indigesto, para deleitar-se com a succulenta e substancial iguaria dos princípios”.

O fim da guerra do Paraguay auspiciava uma “era de engrandecimento” para o país, nela se compreendendo, indisputavelmente, “a regeneração da imprensa, destinada a formar os costumes públicos e privados”.

Noutra ordem de considerações, acentuou: “Sentado à beira da suntuosa mesa, o Brasil, tal qual se acha, taciturno e pálido, destoa do geral concôrto dessas fisionomias risonhas, expansivas, abertas aos largos ares e às copiosas luzes americanas. Se houver a imprudência de aí erguer-se um brinde à liberdade de consciência, o Brasil o não poderá acompanhar, porque mantém em si a escravidão **religiosa**; se um brinde à liberdade natural ou civil, o não poderá satisfazer, porque tem o **escravo**; se um brinde à liberdade política, o não poderá satisfazer, porque não tem o **cidadão**. E eis aí três grandes liberdades fundamentais dos países livremente

(1) “História da Literatura Brasileira” — Tomo IV, IV edição, Livraria José Olímpio Editora, Rio 1949.

organizados faltando ao Brasil, com todos os seus consequentes corolários”.

Encareceu a necessidade de uma nova ordem de coisas, aduzindo: “**O Americano** propõe-se a discutir e a desenvolver a grande política, extreme de feição local, acima de todo interesse de pessoa”.

A partir do nº 6, o nome de Franklin Távora foi substituído, no cabeçalho, pelo de Tobias Barreto de Meneses, que já vinha ocupando a Parte Literária com a série de artigos “A religião perante a psicologia”.

Iniciara-se o importante semanário com a seção “Política geral”, tendo como sub-título “Boletim da Semana”, seguido de “Artigos diversos”, “Política provincial” e, ainda, na “Parte literária”, o romance original “Uma alma de mulher”, por Guiomar Torrezão, cuja publicação se estendeu até o ano seguinte. No terceiro número começara o texto da Constituição dos Estados Unidos da América do Norte (a que se seguiu a do Estado de Nova York), assim como os artigos sob o título “Idéias Americanas”, assinados com o pseudônimo **Jefferson**, os quais se prolongaram, quase ininterruptamente, até o nº XXXV, edição de 16/4/1871. **F. Graccho** assinava o folhetim “Mosaico”.

O “Movimento da Imprensa”, de comentários e transcrições, foi também uma seção constante. A Parte Literária acolheu um “Discurso pronunciado por Emílio Castelar, em defesa da abolição imediata da escravidão”, continuado em sucessivas edições. No nº 14, de 31 de julho (1870), aparecia “A resenha”, fechando a última página, assinada por **O.** e constituída de “um apanhado dos fatos ocorridos durante a semana”, seção que se manteve enquanto viveu o jornal, no fim assinada por **Au Revoir**.

O Americano condenou, na linguagem eloquente dos seus editoriais, os partidos que então se batiam pelo poder — o Liberal e o Conservador, ambos “incapazes de realizar qualquer melhoramento” (edição de 14 de agosto) e, em geral, as instituições do poder moderador, saudando, depois, a “idéia republicana” (edição de 20 de novembro).

A série de artigos “Notas e estudos sôbre a crítica religiosa”, de Tobias Barreto, suscitou árdua polêmica com o

semanário **O Catholico**, ao qual o refutado começou a responder na edição de 4 de setembro, sob o mesmo título do contendor: "Crônica dos disparates", debate que se prolongou por alguns meses, desferindo o redator d'**O Americano** as armas da lógica e do ridículo mais tremendo.

Foram outros colaboradores, em caráter esporádico: Silvio V. Silveira Ramos (Silvio Romero), que criticou a poesia das "Espumas Flutuantes", de Castro Alves; Misael Amaral, Vitoriano Palhares, Maria Amália, Vieira da Silva, Lúcio de Mendonça, Carneiro Vilela, etc. A partir de 6 de novembro, passou a ser impresso na Tip. do Comércio, à rua Camboa do Carmo nº 28.

Encerrando o ano com o nº 33, de 11 de dezembro, pois pretendia "passar a festa no campo, a fim de, com mais robustez, encetar sua carreira em o ano vindouro", **O Americano** só reapareceu — nº 1, ano II — no dia 5 de fevereiro de 1871. Demorara as férias para "melhor organizar a sua parte financeira" (1).

Por haver-se ausentado da cidade, deixou, nessa ocasião, as funções de redator-proprietário o filósofo Tobias Barreto, que passou a enviar (da cidade da Escada) artigos assinados. Enquanto isto, começava a colaboração de Aprígio Justiniano da Silva Guimarães e de **Truth** (pseudônimo de Antônio de Siqueira Carneiro da Cunha). Apareceram, mais adiante, João Antônio de Barros Júnior, **Orion**, dr. Carneiro Antunes, A. e Silva, José Pinto, Castro Rebelo Júnior, Manuel Antônio de Almeida, etc.

Sem modificações no seu programa de política superior, defendendo princípios sãos e moralizadores, continuou a existência d'**O Americano** até o nº 39 — ano II — de 29 de outubro, único de seis páginas, num total de 158, numeradas seguidamente. Dizia uma nota de despedida tratar-se da última edição do ano. Precisava de descansar e cuidar dos

(1) Desde algum tempo antes, vinha a empresa d'**O Americano** atravessando dificuldades, em virtude da eterna inconstância dos assinantes, sempre esquecidos de haver-se com os encarregados da parte econômica. Foi assim que o senhor de engenho Antônio dos Santos Pontual ofereceu, em agosto de 1870, a quantia de 150\$000 à direção do jornal, para ajudá-lo as despesas (pagamento em três prestações), com o que desejava "concorrer para a libertação de sua pátria".

meios de prosseguir em 1872, pois tinham sido muitas as dificuldades vencidas, esperando o apoio sincero dos democratas. Ofereceria, durante a interrupção, “uma publicação avulsa”.

Não conseguiu voltar à tona (**Bib. Púb. Est.**).

OUTEIRO DEMOCRATICO — Surgiu no dia 8 de maio de 1870, formato de 32x22, com quatro páginas de três colunas a 12 cíceros. Sob o título trazia, de um lado, a divisa “**Malo periculosam libertatem, quam quietam servitutum**” e, do outro, a respectiva tradução: “Antes os espinhos da liberdade do que as flôres da escravidão”. Impresso na Tip. d’O Liberal, à rua do Imperador nº 48, apresentava como editor Hermilo José de Alcântara. Assinatura trimestral — \$3000; fôlha avulsa — \$240. Publicação aos domingos.

Fundado por “um núcleo de moços”, consoante o artigo-programa, davam êles “o primeiro passo de uma empresa de regeneração pública”. Foram levados a aparecer na imprensa por uma violência policial. Realizando, nas noites de 25 e 26 de abril, uma reunião acadêmica denominada “Outeiro Democrático”, na rua da Imperatriz, foram ali “covardemente flagelados por caudilhos e caudatários” do govêrno. Tinham sido “igualmente martirizados homens do povo, respeitáveis cidadãos, por cometerem o inaudito crime de ouvir e aplaudir as lúcidas verdades proferidas pela juventude”. Daí, a idéia de “auxiliar a tribuna vocal pela livre imprensa” (1), tribuna “cuja voz não se circunscreve a um espaço limitado, mas transpõe mares e continentes, repercutindo com a verdade através do infinito”.

(1) Segundo os “Anais”, de Alfredo de Carvalho, o **Outeiro Democrático** “era redigido por José Baltazar Ferreira Facó”.

Não foi somente Facó o redator. Escreveu Carneiro Vilela, no folhetim “Cartas sem arte”, de 12 de agosto de 1888, no **Diário de Pernambuco**, ter sido êle próprio um dos membros do grupo que se reunia no meio da rua, esquina da rua da Imperatriz com o cais do Capibaribe. Discursavam — acentuou — trepados numa cadeira, pregando “a liberdade dos escravos”. Até que, certa noite, a polícia os dispersou “a pau e a rifle”, enquanto êles se defendiam armados com tacos de bilhar. Eram guiados, nessas tertúlias cívicas, por Jovino Carneiro, Xilderico, etc. “Do choque elétrico dessas nuvens, uma carregada de lampejos de rifles e de silvos de cipó-pau; e outra coruscante de cintilações de idéias e de rugidos de eloquência acadêmica, brotou uma faísca; um relâmpago: o jornal.” Acrescentou que foi Jovino Carneiro quem entrou “com todo o **cobre** para as despesas do órgão da revolução”. Mas, “enquanto fazia as despesas, arrecadava os proventos”. E concluiu: “Nós... escrevíamos de graça, por amor à idéia”.

Após outros editoriais de condenação à atitude do chefe de polícia e de repúdio à política da época, fôsse conservadora, fôsse liberal, fechou a edição a seguinte nota:

“Ao público — O **Outeiro Democrático** vai continuar suas seções na praça pública (2), as quais serão sempre solenizadas com alforria de um escravinho. E, para que, com mais facilidade, possa conseguir o seu **desideratum**, o **Outeiro Democrático** indistintamente pede, para fim tão humanitário, o óbolo de todos.

“Vão ser nomeadas comissões para tôdas as freguesias, as quais se encarregarão de, em nome da caridade, solicitar de todos uma esmolinha para a redenção dos cativos. Aceita-se tudo que se quiser dar, até mesmo um vintém ou dez réis do pobre e do cativo; e serão publicados os nomes de todos que subscreverem, com as respectivas importâncias. Quem tiver crianças e quiser vendê-las para serem libertadas, queira apresentar sua proposta à rua da Imperatriz nº 8, 3º andar”.

Bateu-se o bem redigido periódico, em extensos artigos, pela extinção da escravatura e por uma reforma das instituições vigorantes, frisando (edição de 22 de maio): “Dois milhões de brasileiros gemem nos ferros do cativo, e suplicam a liberdade que lhes negam”. E mais: “. . . o imperialismo é só quem governa. Todos os poderes sociais agrilhoados ao poste de um execrando poder moderador, que tudo alcança, avassala e destrói”.

A partir do nº 5, mudou de tipografia, passando a ser impresso na do **Correio do Recife**, à rua do Imperador nº 79, 1º andar. Tendo começado com um folhetim literário, em rodapé, assinado por **André Vesale**, substituiu-o, no nº 3, pelo “O Império das Patacoadas” (crônica dos séculos das luminárias), com a assinatura **Um moço fidalgo da Casa Imperial**. Mais tarde voltaria **Vesale**, terminando com folhetins de **T. Graccho**.

Ao completar o primeiro trimestre, escreveu o redator que, nos doze números já publicados, não ocorrera nenhuma

(2) Nada obstante, o periódico não deu notícia da realização de nenhuma outra reunião das cogitadas.

“reticência”, nenhuma “palavra de contemporização ou de transigência” com a ordem de coisas vigente. Mas, como ainda pairavam dúvidas quanto aos seus objetivos, seria mais claro: “O que o **Outeiro Democrático** pretende, o fim que êle tem em vista, na imprensa, é propagar as idéias republicanas no Brasil”.

Continuou no mesmo diapasão, defendendo, inclusive, a liberdade religiosa e combatendo o jesuitismo. Raros eram os artigos assinados, destacando-se os de **Max, Tupi, A. Molel, Vergniaud e Barbaroux**, êste o autor do folhetim. Foi possível constatar haver sido Oliveira Sobrinho um dos redatores.

Terminou o ano o nº 30, de 18 de dezembro, para reaparecer — ano II, nº 1 — a 5 de fevereiro de 1871, e desaparecer com o nº 4, do dia 26 (3), tendo como matéria principal um artigo da redação contra o poder moderador e outro de **Santerre**, a prol da libertação dos escravos, segundo o qual não estaria longe “o dia de sacudir o jugo do tirano Pedro de Alcântara” (**Bib. Púb. Est.**).

MINERVA — Revista Literária Quinzenal da Sociedade Minerva Pernambucana — Aparecida a 15 de maio, só existe comprovante do nº 3, de 2 de junho de 1870. Oito páginas em formato de 31x23, sendo a impressão a cargo da Tipografia Mercantil, situada na rua do Tórres nº 10. Redatores — Antônio de Sousa Bandeira, Agostinho Nogueira Penido e Antônio Alfredo da Gama e Melo, todos acadêmicos de Direito. Assinatura mensal — 1\$000.

A edição inseriu a tese “Influência do Cristianismo”, de Pereira Franco, a continuar em edição posterior; atas das sessões da Minerva Pernambucana e produções, em prosa ou verso, de Antônio Bandeira, G. M., **Június**, José Pinto e F. (**Bib. Púb. Est.**).

O MUSEU SOCIAL — 1870 — Consta do catálogo de jornais vendidos à Biblioteca Provincial pelo colecionador Caitano Pinto de Veras, cuja relação foi, na oportunidade,

(3) Alfredo de Carvalho, no seu registo apressado, referiu-se ao nº 2, de 12 de fevereiro, como tendo sido o último publicado.

publicada no **Jornal do Recife**, edições de 6 e 7 de outubro de 1876. Não existe, entretanto, o respectivo comprovante (1).

1871

ALMANAK DO "JORNAL DO RECIFE" — Publicou-se desde 1871, edições do mês de janeiro, em plaquetas de 20 a 30 páginas, no formato de 24x15, depois de incluída a respectiva matéria no texto do **Jornal**, no primeiro dia do ano.

Além do Calendário, divulgava apenas leis federais e provinciais, as mais recentes.

Guardam-se comprovantes, encadernados de per si, das edições de 1871, 1872, 1874, 1875 e 1880 (**Bib. do Inst. Arq.**).

A REPUBLICA — Órgão do Partido Republicano de Pernambuco — Publicação pretensamente semanal, apareceu a 29 de janeiro de 1871, formato elegante, de quatro colunas, com quatro páginas. Impressão da Tip. Republicana Federativa Universal, subscrevia-se a 5\$000 anuais, ou 3\$000 por semestre, acrescida cada parcela de 1\$000 para fora da província. Constava, ainda, do Expediente: "As publicações inerentes ao programa da gazeta serão publicadas grátis; as de interesse particular, por acôrdo da redação".

"...convencidos de que a única forma de govêrno adaptada ao ser humano é a republicana", — lia-se no "Apêlo" de abertura — alguns cidadãos "entenderam publicar uma gazeta para discutir-se, calma e doutrinariamente, as vantagens do govêrno republicano e as desvantagens do monárquico".

Por sua vez, adiantava o "Programa": "**A Republica publica em suas colunas todos os escritos inerentes ao princípio republicano. Todos aquêles que sofrerem em seus direi-**

(1) Muitas são, além da mencionada, as publicações não encontráveis no acervo da Biblioteca Pública do Estado, nem encontradas mesmo por Alfredo de Carvalho, antes de 1908, ao organizar os "Anais". Na realidade, o referido estabelecimento de cultura teve como diretor, em certa época, um indivíduo que dava pouca importância a "jornais velhos", não fazendo questão de vê-los sumidos das estantes.

tos civis, políticos e em sua liberdade individual, acharão pronta defesa, seja qual fôr seu credo político ou nacionalidade; porque as garantias dos direitos sociais, maximé da liberdade individual, devem ser mantidos em tôda a sua plenitude, não distinguindo políticas nem nacionalidades. Não se admitirão escritos contra a vida privada; como não se publicarão escritos acrimoniosos; tôda e qualquer censura será feita em têrmos decentes”.

Estampou artigos redacionais de definição do credo republicano e de repúdio ao regime monárquico; sôbre a revolução de 1817 e seus mártires e a respeito da expulsão dos holandeses de Pernambuco; mais a curiosa descrição do “Sonho de um rei contado ao seu primeiro ministro”, terminando com algumas “Notícias da Europa”.

Encheu-se o periódico, no seu prosseguimento, de artigos de propaganda da causa em espécie, não sòmente originaes, mas também recortados da imprensa do Sul. Paralelamente, ocupava-se da escravatura no Brasil, pugnando pela sua abolição, da viagem do Imperador Pedro II ao Exterior, sugerindo-lhe a abdicação, assim como das reivindicações do povo. De raro em raro, inseria um poema; mas não faltava a divulgação de questões forenses, a cargo de F. J.

Ocupando amplo espaço dos ns. 11 e 13, escreveu Afonso de Albuquerque Melo o artigo “A coisa pública”, focalizando o estado de aviltamento e misérias de todos os gêneros a que temos chegado”. Outro único comentário assinado foi, já no último número, o que Romualdo Alves de Oliveira escreveu, de mais de uma página, sob o título “Ao Ilm^o. e Exm^o. Sr. Senador Nabuco”, demonstrando-lhe a “distância incomensurável” existente entre “a Monarquia e a República”.

Findou a circulação irregular da fôlha com o n^o 14, de 23 de julho (Bib. Púb. Est.).

A AMERICA ILLUSTRADA — Entrou em circulação no dia 6 de agôsto de 1871, formato de 32x22, com oito páginas, a primeira e a última litogravadas, sendo o desenho do cabeçalho (mulher numa colina) assinado por W. de Melo Lins. A parte tipográfica estava a cargo da Tip. Americana, situada à rua Duque de Caxias n^o 9, ficando no primeiro andar a redação e o escritório. Publicação semanal dos do-

mingos, adotou a seguinte tabela de assinaturas: ano — 16\$000; semestre — 9\$000; trimestre — 5\$000; para fora da província: 18\$000, 11\$000 e 6\$000, respectivamente. Fundadores: Carneiro Vilela e José Caitano da Silva.

Propunha-se, consoante a “Introdução”, abrindo a segunda página, à “discussão franca de princípios, e a recrear por meio da sátira decente, que admoesta e moraliza”. Pedía, no fim, o auxílio dos cavalheiros “já experimentados” na liça para que lhe mandassem “não só escritos críticos, como também literários e de instrução amena”.

Constituiu-se, a matéria do periódico, de comentários da redação, atacando o Governo Imperial e os jesuítas; noticiário; poesias, quase sempre sem assinatura; crônicas de **A. A. e Jason**.

O nº 5 saiu com nôvo cabeçalho (anjo espargindo luz sôbre a cidade), mas, por engano — emendado na edição seguinte — em vez de **America Illustrada**, o desenhista escreveu **Jornal Illustrado** (trabalho da Litografia de J. te Kock).

Começou, então, em longa série, sem assinatura, e sob o título geral “Variedades”, a novela “Noivados originaes — Histórias históricas”, cujo autor, Carneiro Vilela, a enfeixou em livro, em 1873, sob o título “Fantasias”. E aumentou para quatro o número de páginas desenhadas em litogravura. Continuaram, vindos do nº 4, os “Conselhos de Satan aos Jesuitas”. A seguir, criava-se a seção satírico-humorística “Teatro da **America Illustrada** — Companhia de Bufos Literários — Empresa Ó Pestana”, na qual foram, semanas a fora, levados ao ridículo, através de apelidos, determinados intelectuais da época, a começar por Sívio Romero, chamado Sívio **Ramagem**.

A fôlha defendeu a Maçonaria e bateu-se pela abolição da escravatura.

Circularam 13 edições até 29 de outubro, vindo a sair o nº 1, do segundo trimestre, a 5 de novembro, quando se iniciou a crônica semanal “Carapuça”, seguida da novela “O Amor”, ambas sem assinatura, mas de autoria de Carneiro Vilela. Apareceram, igualmente, no referido trimestre, as iniciais **C. V.** nas ilustrações em litogravura, constituídas,

Revista Ilustrada JORNAL HUMORISTICO

Publica-se todos os
DOMINGOS

ANO SEGUNDO



... e não rancidos, mas cheiro de ampolas...
... que não dá, comulha? Não faça tal...
... agora e que esta tarefa tem mais...
... para...
... Por causa dos perigos e aflição...
... há perigo? há doenças?...
... não há a dor? ... conta comigo...
... que cheiro em quatro metros?

como vinham sendo, desde o princípio, de **charges** de crítica de costumes, incluindo a inovação das histórias em quadinhos. Outro ilustrador foi F. Brasil.

Mais treze edições ininterruptas, e começou o 3º trimestre (novamente nº 1) a 4 de fevereiro de 1872. Assim prosseguiu a publicação, cada trimestre com numeração autônoma, tendo como autores de seções jocosas, além de outros, **Francisco Chico das Candeias** (pseudônimo de José Caitano), **Juca das Mercês** e **Quinquim das Moças** (Carneiro Vilela).

No período mencionado, outra novela foi divulgada: “A mulher de gelo — Perfil do século XIX”, ainda de Carneiro Vilela, que teimava em não assinar seus trabalhos, à qual se seguiu “Laurinha — Crônica de Olinda”, nas mesmas condições. Desde 21 de abril, o trabalho gráfico passou a ser efetuado no **Correio Pernambucano**, cuja oficina funcionava à rua do Imperador.

Novas seções, em substituição, surgiam, a salientar: “**Galeria Popular — perfis esdrúxulos**”; “**Casos e Acasos**”; “**Expedito d’A America Illustrada**”; diálogos; glosas; a “**Ver-salhada**”, de **Yoyô das Salas**, e as “**Viagemzinhas**”, do **Dr. Narcótico**.

Outra mudança ocorreu ao iniciar-se o sexto trimestre (3/11/1872), quando o órgão passou a ser impresso em tipografia própria, à rua Duque de Caxias nº 11, transferida a redação para o 1º andar. Começava, então, mais uma novela do tantas vêzes referido autor: “**O Esqueleto**”. No último número do trimestre, apareceu “**Bispeida**”, “surriada herói-cômica” em longa série de versos de dez e sete sílabas, sem assinatura (ainda o estilo de Carneiro Vilela), páginas de irreverência com o Clero, em que o periódico era fértil. A edição de 23/2/1873 chegou a divulgar uma “**Carta Pastoral do Patriarca d’A America Illustrada**, premunindo os seus diocesanos contra as ciladas e maquinações do Jesuitismo”, assinada por **D. Francisco Chico das Candeias**, cujo texto, entre as demais recomendações, condenava e reprovava o “papelucho” católico **A União**.

Nos 10º e 11º trimestres (1874), Carneiro Vilela publicava, ainda sem assinatura, as novelas “**Inah — História de três dias**” e “**A menina de luto**” (transportada, a primeira, em 1879, para as páginas do **Diário do Gram Pará**, de

Belém, e ambas, do mesmo modo que as anteriores, enfeixadas em livro) (1). Começou a colaboração de **Mefistófeles** (Luiz Guimarães Filho), com a interessante série "**Repiques**". **Pantagrue**l publicava "Palmatoadas"; **Paulo Stênio** assinava poesias e **Yriart** as "Fábulas morais".

A 7 de fevereiro de 1875 — 15º trimestre, ano V, nº 1, — exibiu **America Illustrada** (excluido o artigo **A**) nôvo cabeçalho, e, abaixo, um desenho de jornalista apontando, num **placard**, o "Decreto" a seguir: "Em consequência das reformas por que tem passado o país, e pelas que ainda tem de passar; e por muitas outras razões, a **America Illustrada** também se reforma!"

Cresceu um pouco de formato, sendo as páginas tipográficas circuladas de linhas. Novos cronistas: **Rocamble** e **Gelb** ("Pedacinhos"), continuando **Quinquim** e **Pantagrue**l, ambos com poemas humorísticos, o último dêles igualmente autor da novela "O sr. Leôncio", e outros. Ausentara-se da redação Carneiro Vilela (2) passando algumas ilustrações a ter a assinatura de **F** ou **L de F**. Mudou-se a tipografia para a rua do Bom Jesus nº 19, e em junho, já se achava na Camboa do Carmo nº 28.

Começando a 1º de agôsto o 17º trimestre, ano V, apresentou a primeira página artístico desenho do Diabo, de pena à mão, escrevendo num cartaz:

"Venha pagar
Quem não está em dia;
Não se trabalha
De barriga vasia".

Além da novela, que vinha sendo divulgada, "O sr. Leôncio", o periódico apresentou outros colaboradores, sob os pseudônimos de **Nubius-Dubius** ("Palavras a êsmo"); **Fres-**

(1) Cêrca de vinte anos depois, as novelas de Carneiro Vilela foram republicadas n'**A Província**, com assinatura.

(2) Em data de 7/7/1875, com assinatura integral, Joaquim Maria Carneiro Vilela divulgou, no **Jornal da Tarde** (diário), a seguinte Declaração: "O abaixo assinado, para evitar dúvidas presentes e futuras, declara que nada tem de comum com a redação, nem com o periódico **America Illustrada**, senão um saldo a seu favor de 165\$000, e isto desde 26 do mês passado.

co; Quaresma; Angelo Marioni (“Zig-Zags”); Xicão, etc. Na edição de 31 de outubro surgia diferente novela, sob o título “Angelo Rubini”, de Querubini de Santa Rosa. Não deixavam, porém, de aparecer editoriais políticos, em geral condenando o situacionismo; nem deixou o Clero, sobretudo o Jesuitismo, de ser criticado impiedosamente, ora por meio de comentários, ora através de charges, que sempre ocupavam metade do jornal.

Com o nº 8 da série, datado de 19 de dezembro, despedia-se, “para entrar em férias”, o redator J. C., o mesmo J. Caitano, que vinha firmando algumas ilustrações (não as melhores), ou José Caitano da Silva (3). Foi, também, o último publicado em 1875.

Findou aí o regime seriado, começando o ano VI com o nº 1, a 2 de janeiro de 1876, aumentado o formato para 48x30, três colunas largas de composição, quatro páginas, sendo as duas do centro em litogravura, desenhadas a craion e destinadas à crítica de costumes e à sátira política. J. C. assinava o artigo de abertura do texto tipográfico, focalizando temas os mais diferentes. Criou-se uma seção de charadas. Surgiam novos pseudônimos, mais epigramas, sobretudo assinados por Archiloquio. Matéria em geral interessante, à base de sátira e humor sadios, valendo ressaltar a musa constante de Xico das Candeias.

Ao atingir o nº 21, de 27 de maio, *America Illustrada* voltou ao formato anterior, regime de oito páginas, ostentando novo cabeçalho, o título entrelaçado com penas de escrever, tendo como fundo o globo mundial. Ocupava, então, o primeiro plano a seção “Relâmpagos”, com a assinatura Raio, de comentários gerais. Outros colaboradores: Matos Bahia; Monino, cuja preocupação era atacar o bispo D. Vital; Florentino, Júlio César Leal, que divulgou os romances “Casamento e mortalha no céu se talha” e “A Pernambucana”; Quirino, com os “Ecos perdidos”, etc.

O desenho do cabeçalho foi ainda uma vez substituído no nº 35, acrescentando-se-lhe o sub-título “Semanário Illus-

(3) A *America Illustrada* achava-se sob ataques de outro jornal caricato, *O Estabanado*, que lhe atribuía o mau costume de enveredar pela vida privada do próximo. Chegou a revelar (edições de 21 e 28 de novembro de 1875) que José Caitano fôra castigado, no dia 13, pelo fotógrafo e literato Lopes Cardoso, com “meia dúzia de chicotadas”.

trado”; viam-se, ao fundo, a tórre de Malakof, os arrecifes e velas de navios. Outra mudança da tipografia: para a rua de Santo Amaro nº 12. Já em setembro, veio a iniciar-se a “Crônica Mexeriqueira”, sempre longa, de **Tangstinghausen**; e chegavam **Guibout** (“Apontamentos para a Biografia”), **Stênio** e outros.

Terminou o ano o nº 51, de 23 de dezembro, sem que fôsse possível conhecer o nôvo autor, ou autores, da parte ilustrada, cujas **charges** e alegorias não tinham assinatura.

O nº 1, ano VII, apareceu no dia 6 de janeiro de 1877. A partir do nº 7, as quatro páginas litográficas eram firmadas por Crispim ou **C** (Crispim do Amaral), que também fêz nôvo cabeçalho na 18ª edição. Mas, o famoso ilustrador foi substituído, no nº 46, por outro excelente artista: Antônio Vera Cruz, que assinava **V. C.** ou **V. Cruz**, autor de alegorias de mérito, como a do nº 51, página dupla, “A memória de José de Alencar”.

Circularam, durante o ano, 52 edições, a última datada de 30 de dezembro. Em diversas edições, o colaborador **Dr. Rabicho, Poeta Sentimental** publicara o poema camoniano “Vitaleida”, de crítica a **D. Vital**.

Seguindo o mesmo programa, viam-se como principais colaboradores, em 1878, **Paff**, autor dos “Ecos”; **Pampho**, que assinava “Tiparia”, seção de perfis caricatos; **Ram Tam Plam**, o dos “Fogos Fátuos”; **Urrath**, responsável pela “Crônica”, e **Sejó**, com as “Palmatoadas”, em versos. Por algum tempo, as ilustrações estiveram a cargo de **A. Ducasble**, mas logo voltou Vera Cruz a assiná-las, para gáudio dos leitores do semanário, ausentando-se, porém, no ano seguinte. Ficaram sem assinatura por muito tempo.

Ao iniciar 1879, subiu o preço da assinatura anual para 20\$000, pagamento adiantado, e a redação foi transferida para a rua da Ponte Velha nº 1. Assim continuou, inclusive com a colaboração, extensiva a 1880, de **Jonkopings**, o das “Fosforadas”, e dos poetas **Ascanio**, **Florenço Floreo** e **Frei Pancrácio**.

O nº 6, de 13 de fevereiro de 1881, foi dedicado ao **A Mulher**, jornalzinho feminista fundado nos Estados Unidos e continuado no Recife, não entretanto, para tecer-lhe elo-

gios, mas para criticar as idéias avançadas de suas redatoras. Foi o que fizeram os escritores **Zero** e **Nemo**, em dois longos artigos, enchendo as quatro páginas tipográficas, e o ilustrador nas quatro páginas litográficas, a primeira e a última das quais ostentando desenhos românticos e as do centro enorme **charge**, tendo por legenda: “A redação da **Mulher**”, representada por um cortejo fúnebre, uma cruz com a inscrição “Aqui jazem os direitos do homem” e, ao centro, a figura dum pobre homem em atitude de desolação, as mãos postas, a chorar. Na edição seguinte completava a censura à fôlha feminista um artigo de **Urrath** (pseudônimo do estudante Artur Orlando).

Nemo e **Zero** (Barbosa Viana) foram colaboradores menos constantes, sucedendo-se as substituições, a salientar: Júlio Vasques **K. Peta**, **Justos**, **X.P.T.O.**, Martins Júnior (4) **K. Brito**, **Dr. João C. Neca**, **Mestre Plock**, **Niente**, **La Chante**, **Nanquim**, **Braz Tisana**, **Melquiades**, **Asmodeu**, **Agripa**, **Ennius**, **Raul Pompéia**, **Ourico**, etc.

Mudara-se a confecção da **America Illustrada** para a tipografia de Antônio Irineu da Silva, instalada, em 1882, no Cais 22 de Novembro (atual Avenida Martins de Barros) nº 79, ficando o serviço litográfico a cargo de Hilarino Lopes.

Nôvo desenho de cabeçalho foi utilizado a começar do nº 1, de 7 de janeiro de 1883, edição cuja primeira página ilustrada figurou o interior de uma tipografia, lendo-se em baixo: “Com êste número entramos no **XIII** ano de existência; é um fato êste que deve admirar o respeitável público, acostumado a ver a maior parte dos nossos jornais expirar mesmo em embrião”.

Começara, entretanto, a descensão da **America Illustrada**, que passou a circular em datas indeterminadas. Sairam apenas 31 edições em 1883, descendo para 18 no ano seguinte.

(4) No prefácio das “Trapalhadas”, livro de versos humorísticos de A. J. Barbosa Viana (Tip. da Empresa Literária e Tipográfica — Porto, 1906), salientou Carneiro Vilela que, na **America Illustrada**, “o inesquecível Martins Júnior fez, quase menino, as suas primeiras armas, quer na prosa, quer no verso...”.

Salvante um poema, assinado com o próprio nome, na edição de 10 de julho de 1881, não foi possível identificar qualquer outra colaboração de Martins Júnior na revista em aprêço, naturalmente oculto sob pseudônimo.

Ao apontar 1885 — nº 1, ano XV — mudou novamente para oficina própria. A redação já não era a mesma; surgiram diferentes pseudônimos, mantendo, entretanto, as quatro páginas em litogravura. Ao atingir o nº 8, de 20 de junho (o número 7 fôra também datado de 20 de junho), ficou suspensa a revista.

Reapareceu — nº 1, ano XVI — com o sub-título “Publicação Humorística”, a 3 de janeiro de 1886, declarando-se “restabelecida dos seus padecimentos”, que eram de natureza financeira. Mudou de *toilette*, mas não de “fisionomia e caráter”. Reduziu alguns centímetros no formato, passando a imprimir-se na Tip. Mercantil.

Entraram como colaboradores **Zig** e **K. Lafange** (outro pseudônimo de Barbosa Viana). Mas, a vida da **America Illustrada** estava por um triz. Ainda houve duas outras edições, a última das quais de 1º de maio. Ee desapareceu da circulação definitivamente. O diretor, pugnaz e eficiente que foi, do princípio até o fim, José Caitano da Silva, não conseguiu ultrapassar os derradeiros obstáculos. (**Bib. do Inst. Arq. e Bib. Púb. Est.**) (5).

A REDEMPÇÃO — 1871 — Acha-se mencionado no catálogo da coleção Caitano Pinto de Veras, sem que restem comprovantes.

1872

ALMANAK DE PERNAMBUCO — Para 1872 — Edição única, de 388 páginas, foi impresso na oficina gráfica do **Jornal do Recife**, em formato de bolso, ou seja, 14x10, coluna de 16 ciceros. Responsabilidade de J. V., expressa na fôlha de rosto.

Sua matéria constituiu-se, apenas, de Calendário e informações úteis. (**Bib. Púb. Est.**).

(5) A Biblioteca do Instituto Arqueológico possui comprovantes dos primeiros anos da **America Illustrada**, até 1877. Os da Biblioteca Pública do Estado vão de 1876 até o fim, faltando o volume de 1880.

ALMANAK DO AMERICANO — Circulou em janeiro de 1872, obedecendo ao formato de 21x13, com 66 páginas tão somente, impresso na Tipografia do Comércio, à rua Cambôa do Carmo nº 28.

Com a divulgação do opúsculo, declarou o respectivo diretor, Minervino Augusto de Sousa de Leão, cumprir uma promessa feita no último número do seu semanário — **O Americano**.

A matéria constou de Calendário; transcrição de artigos históricos; crônica de **Agrippa** (pseudônimo do professor Aprígio Justiniano da Silva Guimarães); poesias de Mendes Leal e outros; Pensamentos e a lei do Ventre Livre, terminando com uma Tábua de Redução do Metro e Quilograma.

Ao que tudo indica, ficou no primeiro ano (**Bib. Nac.**).

REVISTA MENSAL DA INSTRUÇÃO PUBLICA DE PERNAMBUCO — Entrou em circulação em janeiro de 1872, formato de 23x16, com 48 páginas de coluna larga, afora a capa, esta em papel de côr, ilustrada com o escudo do Brasil Império. Redigida “por professores e outros homens de letras”, sob a direção de João José Pinto Júnior, dividiu sua matéria em três partes: Oficial, Doutrinal e Noticiosa, “estranha a tôda questão política”. Impressão da Tip. Universal, à rua do Imperador nº 52. Tabela de assinaturas: ano — 6\$000; semestre — 3\$500; trimestre — 2\$000; número avulso — 1\$000.

Abriu o texto o seguinte conceito, em composição recuada, precedendo o artigo de apresentação: “A grande obra para que todos devemos recorrer, neste país, é a instrução. Tôdas as revoluções entre nós devem cifrar-se em criar comunicações para todos os pontos e instruir o povo por todos os meios ao nosso alcance”.

Da longa explanação em tórno dos objetivos da **Revista** constou o tópico: “Destinada, pois, ao desenvolvimento e aperfeiçoamento da instrução desta província, ela se propõe rever assunto de tão grande momento, estudá-lo, aprofundá-lo em suas multiplas relações e ramificações, isto é, pretende examinar não só o que toca à instrução primária e interessa ao maior número, senão também o que diz respeito à instrução secundária e mesmo superior”.

Na página seguinte, resumiu-se o editorial de apresentação em francês, sob o título "Aux Étrangers".

A abundante matéria da edição de estréia incluiu, na Parte Doutrinal, o artigo "A Escola" e a poesia "O Livro", ambos sem assinatura.

Proseguiu a publicação, abrindo sempre com a Parte Oficial, constante do Expediente do Govêrno da Província e da Diretoria de Instrução Pública, o que às vêzes ocupava mais de metade do texto. Em segundo lugar aparecia a Parte Doutrinal, constituída de discursos, transcrições, polêmica gramatical, série de cartas do dr. José Soriano de Sousa ao padre Clemente Negri, sôbre o tema "São Tomaz de Aquino"; Estatutos da Sociedade Propagadora de Instrução Pública (1), atas, projetos de lei, etc. Seguia-se a Parte Noticiosa, repleta de informações gerais de interêsse da instrução em geral.

Em numeração seguida, a **Revista** encerrou o ano — nº 12, mês de dezembro — com o total de 528 páginas.

Recomeçou em janeiro de 1873, sob a responsabilidade da seguinte Comissão de Redação: Augusto Carneiro Monteiro da Silva Santos, Francisco de Carvalho Soares Brandão, Ezequiel Franco de Sá, Aires de Albuquerque Gama e professor Vicente de Moraes Melo, os quais assumiram o encargo desde setembro do ano anterior. Nenhuma outra alteração. O mesmo plano de publicações, incluindo trabalhos assinados por Augusto José Maurício Vanderlei, Rodrigo Lobo de Miranda, ainda as cartas do professor José Soriano, relatório de Pinto Júnior, pareceres, discursos, etc.

Variando a quantidade de páginas, atingiu, no ano II, o total de 422, sendo último número o 11/12, de novembro/dezembro (2) (**Bib. Púb. Est. e Bib. da Fac. Dir. — U.F.Pe.**).

(1) A Sociedade Propagadora foi instalada a 11 de agosto de 1872, congregando "não só os principais homens de letras da província, mas grande número de senhoras respeitáveis".

(2) Consoante o editorial de apresentação, 16 anos depois, da **Revista de Instrução Pública do Estado de Pernambuco** (15/11/1899), a sua congênera de 1872/73 não teve forças para sobreviver ao seu fundador, conselheiro Pinto Júnior, desaparecendo quando êle deixou o cargo de diretor da Instrução Pública, que exercia em caráter interino.

REPUBLICA FEDERATIVA — Órgão do Clube Republicano no Recife — Surgiu no dia 15 de fevereiro de 1872, para publicar-se semanalmente, obedecendo ao formato de 45x28, com quatro páginas de quatro colunas. Trabalho material da tipografia de G. H. de Mira, à rua Estreita do Rosário nº 12. Assinatura trimestral — 2\$000. Preço do exemplar — 160 réis.

Ao apresentar-se, pediu “a palavra à imprensa, para falar à nação em nome das elevadas aspirações de seu futuro, para falar à província em nome das formosas tradições de sua mocidade.

Aludiu à passagem, “em ambos os hemisférios”, da Monarquia, “com sua cauda sanguinolenta de crimes e remorsos, como um cometa ominoso, que breve desaparecerá nas trevas”, e concluiu, após extensas considerações: “...queremos a revolução”, mas “a revolução da idéia pela palavra, da independência pelo direito, da liberdade pela federação, e finalmente da união, prosperidade e grandeza da pátria, pela fraternidade e pelo amor de todos os seus filhos”.

Vários outros artigos ocuparam-se do tema republicano, pugnando, inclusive, pela abolição da escravatura. Assim continuou nas duas seguintes edições, acrescentando-se-lhes “Variedade” e “Noticiário” e a colaboração de Romualdo Alves de Oliveira, que, em longos artigos, focalizou a superioridade do regime republicano, escrevendo a certa altura:

“O povo brasileiro não é tão ignorante que abdique o direito de igualdade social, para acreditar na inviolabilidade e sagração do sr. Pedro de Alcântara Miguel Gonzaga Bourbon, **et reliqua**, e como tal o único cidadão capaz de ser chefe do poder executivo e passar aos seus filhos um tal poder! É impossível continuar uma tal ditadura”.

O terceiro número, de 6 de março, divulgou o corpo redacional, escolhido em sessão de 29 de fevereiro do Clube Republicano, assim constituído: José Maria de Albuquerque e Melo, Manuel Neto Carneiro de Sousa Bandeira, João Baptista Pinheiro Côrte Real, D. Luiz de Sousa Silveira, Daniel Alves de Q. Lima, Xilderico Araripe de Faria e João José da Silva Sarmento.

Não findou aí a vida da **Republica Federativa** (1). Embora a deficiência de comprovantes, atingiu o n° 9 a 21 de abril, cuja primeira página, com cruz e tarja, foi ocupada pelo trabalho intitulado “Martirologio Republicano”, em prosa e verso, firmado por Lúcio de Mendonça. Inseriu, nas outras páginas, Comunicado e poesia de Lobo Ortiz, criticando o governo imperial; artigos a favor da abolição da escravatura e contra os padres jesuitas; poesia de Canuto Cândido Ramos, etc. Uma nota destacada lamentou o falecimento do jornalista, advogado e líder republicano Antônio Borges da Fonseca, ocorrido alguns dias antes. (Bib. Púb. Est.).

O LIBERAL — Jornal Político, Literário e Religioso — Entrou em circulação a 14 de abril de 1872, no formato de 45x30, com quatro páginas de quatro colunas, tendo tipografia instalada à rua Imperial n° 250. Mudar-se-ia, depois, para a rua da Aurora n° 7.

Constava do Expediente, em faixa abaixo do título: “Esta empresa tem por fim advogar os princípios liberais e as franquias democráticas, como as mais convenientes aos interesses morais e materiais do Brasil. Publica-se, por ora, uma só vez por semana, à razão de 3\$000 por trimestre ou série de 12 números. Assina-se na rua das Cruzes, (hoje, Diário de Pernambuco) n° 41, onde se recebe toda a correspondência. Fôlha avulsa — 320 réis. As publicações ineditoriais — o que se convencionar. Anúncios a 100 réis. Para os assinantes e repetições — metade”. Editor e administrador da oficina: Job Pereira de Bastos.

O editorial de abertura, de quase uma página, focalizou o tema “A situação do Brasil”, com recriminações candentes, assim concluindo: “...aqui vimos tomar um modesto pôsto na imprensa, única garantia que têm deixado o poder cesarino do Imperador e o poder pretoriano dos presidentes e dos agentes policiais. O título simples, que adotamos, resume todo o nosso programa”.

Seguiram-se artigos sobre a Instrução Pública e de ataques ao Partido Conservador, e as seções “Transcrição”; “Hi-

(1) Alfredo de Carvalho registara o n° 3 como tendo sido o último publicado, seguido de interrogação.

tória Pátria” (iniciando o “Itinerário” de Frei Caneca); “Parte literária” (recorte de jornal da Côrte); “Parte Noticiosa” e “Variedades”. Depois, veio a inserir anúncios.

Circulando com regularidade, **O Liberal** manteve seu programa em defesa dos princípios enunciados. Combateu a idéia republicana e, a partir do nº 14, de 6 de agôsto, enfrentou a Questão Religiosa, então esboçada no Recife, com artigo de página inteira, no qual declarou, referindo-se ao órgão oficial jesuítico **A União**: “Ela quer a reação teocrática, e nós todos, católicos liberais e católicos conservadores, não queremos por forma alguma a reação teocrática”. E atirou a luva: “Luta franca, leal, descoberta, à vista de todos, na arena da imprensa, eis como devem ser pugnadas as lutas dos princípios opostos ou dissidentes”.

Num dos constantes editoriais de combate ao Partido Conservador, escreveu o redator político: “O Partido Liberal não pede o poder, por que o Partido Liberal pode exigí-lo em nome do povo, que por mais tempo não pode tolerar a vossa presença. Iludi o monarca; dizei que os liberais são revolucionários e pouco amantes das instituições juradas. O Partido Liberal não quer o homem, quer a lei; não quer a política do Imperador, defensor irresponsável de um partido por êle sustentado”.

A 16 de agôsto, atacou o **Diario de Pernambuco**, que expelia “gangrenadas chagas contra a oposição”. É que reaparecera “a Coluna Conservadora, para sustentar a causa do imbecil Lucena”.

Afora a parte política redacional, divulgou, no último trimestre do ano, folhetins, artigos de José Maria de Albuquerque e Melo, em defesa dos princípios republicanos, combatidos pela **A Província**; e Tobias Barreto assinou a série “A Província e o Provincialismo”, seguida, já no ano seguinte, de “O Direito Público brasileiro”, continuando com a “Crítica Literária”, inclusiva “A última obra do sr. Alexandre Herculano”, em cinco extensos artigos (1), entremeados com outro de resposta violenta a **Lessing** (Franklin Távora),

(1) Assim concluiu Tobias Barreto o seu quinto artigo de crítica a Alexandre Herculano: “Êle é um simples jardineiro da história, pôsto que, não rara vez, destituído de tato genial”.

que defendera, pelo **Diario de Pernambuco**, o escritor português; e, ainda, a série “Auerbach e Victor Hugo”.

Terminado o ano com 36 edições, encetou-se numeração inicial em janeiro de 1873, prosseguindo, com firmeza, a campanha anti-governamental e anti-jesuítica. Nôvo colaborador, A. A. veio a escrever longos artigos contra os jesuitas e contra o bispo D. Vital. No nº 5, de 15 de fevereiro, um editorial chamava D. Vital “instrumento da Cúria Romana, encarnação viva do jesuitismo, com tôdas as suas perseguições, alma cheia de ambição, de glória e de poder”.

Na edição de 13 de março, **O Liberal** divulgou o “Manifesto d’**A Republica**”, numa tiragem extraordinária de 3.000 exemplares, para distribuição gratuita, verberando, ao mesmo tempo, em candente editorial, o assalto da polícia carioca ao órgão republicano.

Todavia, a par da intensa matéria política, que incluía acerbos ataques à administração provincial de Henrique Pereira de Lucena, apareciam, de vez em quando, poesias de Pelino Guedes, Amaro Pessoa e A. H. F. M. (Artur Henrique de Figueiredo Melo). Foram, ainda, colaboradores: Afonso de Albuquerque Melo, Romualdo Alves de Oliveira, ambos nas “Solicitadas”; Campos Carvalho; **Sertorium**, que iniciou, a 15 de junho, a “Crônica Teatral”, etc.

Em longo artigo, intitulado “A Crítica Literária — Resposta ao **Culto às Letras**”, inserto nas edições de 11 e 18 de julho, Sílvio V. da Silveira Ramos (verdadeiro nome de Sílvio Romero) começou assim: “Vou tomar a tarefa aborrida de desfazer um grande enrêdo de pequenezas mentais”. E reduziu a zero as “sandices” de um “bobo acadêmico” que se metera, através da mencionada revista, a tratar de assuntos como a crítica literária, de que não entendia, e que chegou até a avançar contra o “caráter severo” de Tobias Barreto.

Mas, Albino Meira de Vasconcelos, que foi o autor do artigo incriminado, inserto na edição de estréia do **Culto às Letras**, não se deu por esmagado e lançou-se, de rijo, contra o acusador, nas edições do mesmo **O Liberal** de 3 e 10 de agôsto, repelindo-lhe a “descompostura vil e rasteira”.

A partir do nº 34, de 7 de setembro, o periódico passou a ser impresso na Tipografia Comercial, instalada à rua

Camboa do Carmo nº 28, com a qual se fundira a d'O Liberal. Pouco depois — nº 37 — mudava-se o sub-título para “órgão democrático”.

Sem mais alterações, mantidas boa cobertura da Questão Religiosa e a defesa dos postulados liberais, continuou a publicação, já irregularmente, para, terminado o ano, seguir a numeração em 1874. Pouco tempo depois circulava, a 2 de março, o nº 51 (2), que foi o derradeiro (**Bib. Púb. Est.**).

O PERNAMBUCANO — Fôlha para o povo — O nº 1 circulou a 20 de abril de 1872, com título pequeno, em circunferência, tendo aos lados as sentenças: “A boa tirania é a mais grave enfermidade dum Estado” (Platão) e “Pátria! aonde as palavras suprem as coisas, a destruição denomina-se reforma e a imoralidade toma o ar de filosofia!” (Vigário Barreto).

Impresso na Tipografia Comercial, com quatro páginas, in — 4º, vendia-se o exemplar a 100 réis. Escritório de redação à rua das Cruzes nº 11, 2º andar. Destinado a sair em períodos indeterminados, não recebia assinaturas, mas vender-se-ia em tôdas as livrarias da cidade, “nas estações dos caminhos de ferro e em outros lugares de concorrência”.

Segundo o “Prospecto” de apresentação, o jornal alimentava idéias liberais e democráticas, sem defender, todavia, os dois grandes partidos em que se dividia o país, partidos “de homens e não de idéias”, simpatizando com os republicanos e detestando os conservadores. Mas trataria, também, dos interesses da província, criticando instituições e costumes, sem deixar de reservar algum espaço à literatura. Fraternalizaria com todos os movimentos pacíficos.

Inseriu matéria variada, inclusivos versos de Teofrasto, uma coluna de crítica aos jesuitas e bom noticiário, toda a matéria composta em tipo 7, batido.

Não consta que houvesse voltado à circulação (**Bib. Púb. Est.**).

(2) Alfredo de Carvalho registara, como último número, o 49º, de 9 de abril (!) de 1874.

O MONARCHISTA — Revista Semanal. Política, Comércio e Indústria — Iniciou sua circulação a 29 de abril de 1872, formato de 45x28, com quatro páginas de quatro colunas. Redator — Joaquim da Costa Dourado. Impresso na Tip. do Comércio, adotou a seguinte tabela de assinaturas: ano — 10\$000; semestre — 6\$000; trimestre — 3\$000; para outras províncias: 12\$000, 7\$000 e 3\$500, respectivamente. Aceitava “artigos de interesse público e particular, sendo estes legalizados, e anúncios por preço convencionado”.

“O seu fim principal — lia-se no longo artigo de apresentação — é sustentar os sãos princípios em que se baseia o nosso sistema de governo, combatendo com calma e critério, porém enérgicamente, aquêles que, por mera especulação, se têm levantado, nestes últimos tempos, para, apregoando a excelência do governo republicano, incutirem no ânimo da população menos ilustrada idéias revolucionárias...”

Depois de assegurar que o sistema vigente satisfazia “cabalmente a tôdas as aspirações sociais”, acentuou: “**O Monarchista** não tomará parte nas questões políticas de pequeno valor: só **per accidens** se ocupará de matéria estranha ao seu fim”.

Seguiram-se editoriais de apoio ao governo provincial e de condenação às idéias liberais-republicanas; colaboração de **Epaminondas**, etc., completando a edição um anúncio, de página inteira, de casa vendedora de pianos, tamanho de reclamo comercial jamais visto antes em periódicos.

Vivendo curta existência, o jornal, não revista, sem mais anúncios, inseria matéria variada, inclusive discursos parlamentares, a par da doutrinação monárquica e da censura aos jornais oposicionistas. Tendo sofrido atraso na publicação, o quinto e último número saiu no dia 1 de junho (**Bib. Púb. Est.**).

O MOVIMENTO — Jornal Literário — Entrou em ação a 8 de maio de 1872, formato de 44x28, com quatro páginas de quatro colunas, impresso na Tip. do Comércio, à rua Camboa do Carmo nº 28. Constava do Expediente: “...publica-se quatro vêzes por mês, nos dias 8, 15, 23 e 30. Assina-se a 3\$000 por trimestre, pagos à entrega do 1º número. A redação aceita quaisquer escritos dos senhores assinan-

tes, conformes ao programa”. Só a partir do segundo número constou que eram redatores Feliciano Prazeres, Batista Pereira e Domingos Olímpio.

No artigo de apresentação, intitulado “**Surge et ambula**”, lia-se, depois das considerações iniciais: “**Surge et ambula** é o verbo de animação com que os povos vão acordar os profetas da liberdade, quando os seus lábios não podem mais balbuciar uma súplica de justiça.

“**Surge et ambula** são os caracteres de fogo que reluzem na bandeira dos moços, quando vão para as conquistas da luz entoando a marselheza das concepções geniais.

“**Surge et ambula** é a síntese grandiosa da epopéia pujante da grandeza humana”.

Mais adiante, escreveu o editorialista: “**O Movimento** não será somente a arena em que havemos de ensaiar os vôos pelos ramais da literatura, ou pelas encimadas alturas da jurisprudência; será também, quando fôr preciso, um protesto de nossos direitos e de nossos deveres. A aparição de um jornal acadêmico era uma necessidade palpitante, porque uma corporação de moços, que tem no coração sentimentos que refervem, e no cérebro idéias que se amontoam, não pode permanecer quieta e silenciosa em um teatro de tantas ebulições”.

“E oxalá que **O Movimento** não seja como a cisterna que embalde abre os lábios para o céu e pede-lhe uma gota d’água. E oxalá que êle não seja como a flor do poeta que abriu as pétalas aos raios do sol para aquecer-se ao espaço de uma manhã”.

A edição de estréia abriu a parte de colaborações com Tobias Barreto, que escreveu “As legendas e as epopéias”, seguindo-se: o “Estudo da poesia através da história”, por Sílvio Vasconcelos da Silveira Ramos (que depois de algum tempo resumiria o nome para Sílvio Romero); “Ela por ela (Cenas do campo)”, por Celso de Magalhães; matéria que se prolongou até o último número; “Os canários”, prosa de **Camear**; “Crítica teatral”, por **Alcopibas**; poesia de Castro Rebelo Júnior, e “Crônica interna”, por **Giacomo de Martorelo**.

Continuou a publicação nas datas indicadas, até o nº 6, de 15 de julho, quando houve um interregno de três meses (1), para alcançar o nº 7 a 10 de setembro. Com exceção de Tobias Barreto, continuaram a aparecer os mesmos colaboradores, acrescidos de M. Garcez, A. de Campos, A. Cândido Amaral ("Direito Criminal"), Castro Alves (transcrições), Nilo de Miranda, Altino de Araújo, Antônio de Sousa Pinto, Cunha Vasco e João Vallasques. A par da prosa constante, Sílvio da Silveira Ramos apareceu, algures, assinando poesias.

Afora os editoriais de cada edição, versando temas da atualidade, os ns. 2, 4 e 5 abordaram, em artigos não assinados, na segunda página, o tema "As Farpas", refutando Ramalho Ortigão e Eça de Queiroz. Lia-se no primeiro dêles:

"As **Farpas** nasceram de uma baforada de **binho verde**, de uma garotada em roda às certãs do bôlo de bacalhau e de um êxtase, uma comichão, um sarilho da vítima do sr. A. do Quental e do inútil advogado do fôro de Évora. Nasceram de Ramalho Ortigão e Eça de Queiroz".

"As **Farpas** é o espírito português com adubos. Insultar os brasileiros! quem? os arlequins das **Farpas**!"

E mais adiante: "O sr. D. Pedro II foi o culpado de semelhante insulto: do portaló do paquete, deveria ter mandado um cheque aos redatores das **Farpas**. Calar-se-iam e... com certeza, seríamos os parisienses da América do Sul, os ilustres brasileiros, os germânicos da idéia e das letras. As **Farpas** seriam o cartaz do nosso mérito".

Nos editoriais seguintes a linguagem teve o mesmo tom, sendo Ramalho e Eça chamados, entre outros epítetos: "palhaços do Tejo", "Rabelais mercenários" e "Figaros que se alugam"...

(1) **A America Illustrada** ocupou a oitava página de sua edição de 11.8.1872 com uma **charge** em litogravura, representando o entêrrô d'**O Movimento**, segurando-lhes as alças do caixão e acompanhando-o numerosos homens de prêto, lacrimosos, de faixas a tiracolo, nelas inscritos os títulos dos jornais em circulação na cidade: **Diario de Pernambuco**, **Jornal do Recife**, **O Liberal**, **Diario Liberal**, **O Catholico**, **A America Illustrada**, **O Metheoro**, **O Serrote**, **A União** e **A Rosa**. Da legenda constavam três decassílabos ironizantes.

Mas **O Movimento** voltou (embora por pouco tempo), e a revista caricata dedicou-lhe a **charge** "Cemitério Literário", a 22 de setembro, com a legenda "Resurrexit, non est hic". Retirada a tampa do túmulo, dêle saíra o espectro do jornal com tanto alarde sepultado, vendo-se de cara para o chão os jornalistas coveiros.

O nº 8, de 21 de setembro de 1872, foi, possivelmente, o último publicado (2) (**Bib. Nac.**).

O **SERROTE — Jornal Ilustrado** — Aparecido a 10 de maio (“Anais”), saiu o nº 3, provavelmente último, no dia 9 de junho de 1872, formato de 27x19, com quatro páginas, impresso na Tipografia Liberal, à rua da Imperatriz nº 21. O título, desenhado, representava um punho de homem com serrote erguido sobre três cabeças. Assinava-se a 2\$000 por trimestre. Número avulso — 200 réis.

Continham **charges** de crítica de costumes as páginas externas, em litogravura, de autoria de L. de Freitas. Da matéria tipográfica constaram editorial, assinado por F. Bandarra, e notas variadas de sátira e humorismo (**Bib. Púb. Est.**).

O **MARTELLO — Sátira, Crítica e Humorismo** — Circoulou no dia 11 de maio de 1872 (1), conforme informação do periódico **Republica Federativa**, que declarou tratar-se de “jornal interessante por 2\$000 cada trimestre”, custando o número avulso 40 réis, em vários pontos da cidade.

Ficou no primeiro número.

O **BOCA MOLLE — Periódico Joco-Sério** — Entrou em circulação a 1º de junho de 1872, trazendo sob o título a sentença: “Dos tratantes sou o primeiro”, com a assinatura **Frei Joaquim**. Impresso na Tip. do Comércio, apresentou-se em pequeno formato, mas duplicou-o, logo no segundo número, para 38x23, com quatro páginas a duas colunas largas de composição. Preço do exemplar — 100 réis.

Declarou, no artigo de apresentação, ter vindo “da terra das chouriças e paços”; era “a escória dos negociantes”, “o mais refinado ladrão”, “o hipócrita mais astuto”, além de outras dessas amáveis qualidades.

(2) Alfredo de Carvalho registara, apenas, isto: “O nº 1 e único saiu a 10 de maio”...

(1) Alfredo de Carvalho registou **O Martello** de 1872, sem nenhum pormenor, como tendo circulado a 28 de outubro. Esta é a data de outro jornalzinho, de idêntica denominação, mas aparecido em 1875, como se verá adiante, também mencionado, nos “Anais”, por aquêlê historiador, com a data certa.

Boca Molle era a antonomásia de um indivíduo português autor do assassinio, por envenenamento, do comerciante Antônio Martins da Silva, também egresso da lusa terra, fato ocorrido três anos antes, visando ao furto de gorda herança, sem a devida punição. Dando título ao jornal, tóda a matéria dêle, em quatro edições, tanto em prosa quanto em verso, plenos de crítica, sátira e humorismo, versou sôbre o crime, com ampla narrativa, solicitando providências ao cônsul de Portugal.

Como fôsse atribuída a pessoa diferente a responsabilidade editorial, esclareceu-se: "...**O Boca Molle**, o primeiro dos tratantes, é o único redator dêste periódico".

Publicado semanalmente, o quarto e último número foi dado à estampa no dia 21 do mesmo mês (**Bib. Púb. Est.**).

A FAMÍLIA UNIVERSAL — Órgão da Sociedade Universal dos Maçons — Tendo como principal redator o proprietário Manuel Ribeiro Barreto de Meneses, deu à luz seu primeiro número a 1º de junho de 1872. Impresso na Tip. Mercantil, de Carlos Eduardo Muhlert & Cia., à rua do Tôrres nº 10, em formato amplo, com quatro colunas largas de composição e quatro páginas. Assinava-se a 6\$000 por semestre. Sob o título trazia pequena vinheta representando duas mãos em amplexo. Redação à rua da Imperatriz nº 22, 2º andar.

Lia-se no artigo de apresentação, na última coluna da última página: "**A Família Universal**, órgão, como é, dos interesses maçônicos, não tem por fim somente o elogio da caridade. A Maçonaria não foi criada só para valer em apuros. Já tem feito belas conquistas e propõe-se ainda a fazer outras. Estudando as necessidades do homem, ela se propõe a satisfazê-las, e nenhum esforço poupará no sentido do bem-estar em geral da humanidade, já procurando enxugar as lágrimas do coração do pobre, do órfão e da viúva, já esclarecendo a razão, ensinando a todos a verdade, defendendo os direitos conculcados, a virtude perseguida; em suma, combatendo o êrro, a injustiça e a iniquidade, donde quer que êles venham, onde quer que êles se achem".

Não desceria "a tomar um lugar nas fileiras dos partidos políticos que tão inglôriamente se gladiam; sua missão é outra, porque é mais elevada". Concluiu oferecendo suas

colunas às vítimas de injustiças. Franqueava-se, também, à publicação do expediente das lojas maçônicas.

Além desse editorial, só inseriu dois imensos artigos doutrinários, o segundo dos quais, "A Maçonaria e a Igreja", a continuar. E assim aconteceu nas seguintes edições, a quarta delas datada de 22 de junho, considerada a última, com três artigos, dois dos quais a continuarem. Nunca traziam assinatura (**Bib. Púb. Est.**).

O METEORO — Entrou em circulação a 9 de junho de 1872, impresso na Tip. Republicana Federativa Universal, à rua do Imperador n^o 33, obedecendo ao formato de 22x15, com quatro páginas de duas colunas. Destinado a sair semanalmente, cobrava assinaturas a \$500 mensais. Sob o título, a divisa: "...**Utile dulce**" (Hor).

Foram palavras do conciso artigo de apresentação: "O sol de que **O Meteoro** é o reflexo — o sol esplêndido da imprensa — tem raios de mais para emprestar um ao pequeno aerolito, que não deslumbra, mas que não tem invejosos. Ei-lo que avança para vós. Abrigai-o e acaríciai-o, severos leitores. Não o intimideis com a severidade da crítica, nem o afugentei com o desprezo do orgulho. A modéstia que o envolve pede-vos apenas um olhar e um sorriso: olhar de benevolência, sorriso de proteção".

Jornal literário, de sátiras e humorismo, viu-se publicado poucas vezes, divulgando comentários, crônica-folhetim, poesias e seções ligeiras. Desde a primeira edição, criticou acerbamente o contemporâneo **O Movimento**, a começar por uma poesia de Sílvio Ramos (Sílvio Romero), nela publicada, que o redator "meteórico" cobriu de ridículo.

No segundo número leu-se bem lançado editorial de protesto contra as "Farpas", acervo nojento que os srs. Ramalho Ortigão e Eça de Queiroz deviam ter antes cuspidos em uma escarradeira do que atirado na face de um povo irmão".

Poucas assinaturas firmavam a matéria d'**O Meteoro**, salientando-se os pseudônimos **Cotovia da Cunha**, **Dr. Pampa**, **Efireno** e **Fortunio Liceti**. Tendo a penúltima edição saído a 23 de junho, a última (n^o 4) só apareceu no dia 28 de julho, terminando aí sua existência (**Bib. Púb. Est.**).

A VERDADE — **Semanário Consagrado à Causa da Humanidade** — Órgão da Maçonaria em Pernambuco, apareceu a 22 de junho de 1872. Impresso na Tip. do Comércio, apresentou-se em formato de 38x28, a três colunas de 14 cíceros, com quatro páginas. Assinava-se a 3\$000 por semestre. Escritório da redação à rua 1º de Março nº 23.

Resultou a fundação do periódico da “manifestação das diversas lojas maçônicas do Recife contra o ato menos pensado do Bispo do Rio de Janeiro suspendendo o padre Almeida Martins” (1). Mais de trezentos maçons, de ambos os orientes, reuniram-se, sob a presidência do venerável da loja “Regeneração” e, depois de discutir judicioso programa, resolveram publicar uma fôlha “para promover e defender os interesses da instituição”.

Assentado o título — **A Verdade**, para a chefia da redação foi escolhido João Franklin da Silveira Távora, sendo membros das comissões de colaboração e de revisão Aires de Albuquerque Gama, dr. Malaquias, Franco de Sá, Castelo Branco e V. Chaves Júnior; tesoureiro — Pinto de Magalhães.

O artigo de apresentação dizia, inicialmente: “Esta fôlha vem alistar-se nas fileiras da intrépida milícia que combate o erro clássico, seja em matéria de fé, seja em matéria de razão”.

Todo o editorial, de quase uma página, em tipo corpo 7, batido, se reportou ao jesuitismo, condenando-o como “hóspede sinistro, maléfico e malévol”, fazendo citações históricas sobre a ação dos filhos de Loiola e ressaltando a Maçonaria como “a mais útil e salutar das humanas instituições”.

Seguiram-se outros editoriais e as seções: “Religião”, “Revista estrangeira”, “Noticias do país”, “Fatos locais”, “Revista da imprensa” e “Literatura”, com poesia de Antônio de Sousa Pinto. No fim de tudo, o seguinte Aviso:

“Esta redação recebe, com reconhecimento, e até solicita, quaisquer notícias ou informações que lhe queiram for-

(1) Segundo registara Sacramento Blake (“Dic. Bibl. Bras.”, Vol. III, pág. 443), foi com a chegada do Bispo D. Frei Vital a Pernambuco que a Maçonaria resolveu criar **A Verdade**, no que houve engano do Autor, como está acima demonstrado.

necer as lojas, quer desta, quer de outras províncias, a respeito das suas solenidades, atos de filantropia e, em geral, tudo quanto sirva para dar idéia do progresso da Maçonaria entre nós. Tais subsídios, constituindo serviço no interesse da ordem, parecem no caso de ser prestados com a melhor vontade”.

Logo no segundo número, iniciou **A Verdade** a publicação do “Breve” do Papa Clemente XIV, que extinguiu e suprimia, “em todo o orbe”, a Companhia de Jesus. No terceiro, um editorial criticava a medida tomada pelo bispo diocesano, que proibia a celebração de missas por alma dos maçons. Sob o título “Alicantinas jesuíticas”, **Vladimir** entrava em polêmica com o periódico **O Catholico**. Depois, começou a reprodução das “Cartas ao Bispo Diocesano”, assinadas pelo Padre Guilherme Dias, de Pelotas. Foram outros colaboradores: José Bonifácio, com a série “A Maçonaria e os jesuítas”; Edmundo de Pressence, dr. Santos Melo, etc., além de discursos, artigos de Franklin Távora e Dr. Malaquias e abundante noticiário das atividades maçônicas no Recife.

Findo o primeiro quartel de publicação, devido à aceitação que tinha tido **A Verdade** e às “crescentes necessidades de promover em mais amplitude os interesses da nossa complexa propaganda”, resolveu a direção aumentar para oito páginas as suas edições, com o acréscimo de apenas 1\$000 na assinatura trimestral, que passou para 4\$000. A partir do nº 12, foi impressa na Tip. Mercantil.

Aumentou, consideravelmente, a matéria publicada, sendo a oitava página ocupada, a partir de então, com a transcrição d’“Os amores de um jesuita — História verdadeira”, da autoria de Gustavo Graux. Incluiu-se, igualmente, uma página de Literatura, assim como a seção “Ciências”. No nº 16, de 21 de setembro, iniciava-se a série “Cartas ao Bispo de Pernambuco”, com a assinatura de **Orígenes** (pseudônimo de Aprígio Guimarães). Outras seções: “História”, “Crítica”, “Instrução e Educação”, “Belas Artes”, por Aires de Albuquerque Gama (2), “Galeria Maçônica”, etc.

Na edição de 19 de outubro, **A Verdade** ocupava-se da cisão operada na Maçonaria local, após a “fusão dos dois

(2) Os artigos de Aires Gama foram republicados em 1882, n’**A Tribuna**, sob o título “Noções de Belas Artes” e assim enfeixados em livro, no ano seguinte, edição da Tipografia Central, 162 páginas.

antigos Orientes em um só, sob a denominação de Grande Oriente Unido do Brasil”, aconselhando os pernambucanos a reconhecerem o Conselheiro Saldanha Marinho como grão-mestre, para a obra de congraçamento. No mês seguinte, (edição de 23 de novembro), escreveu a redação: “Está firmada a união da família maçônica pernambucana”. Aderira à causa a última loja que faltava manifestar-se.

Sob o título “Aos Senhores Seminaristas”, divulgou a edição de 14 de dezembro: “As colunas dêste semanário consagrado à causa da humanidade estão francas a quaisquer publicações decentes que tenham por fim dar a conhecer abusos, arbitrariedades e injustiças praticadas no Seminário de Olinda, pelo Reitor, pelo Bispo ou por quem quer que seja”.

A Verdade, cuja redação se transferira para a rua Duque de Caxias nº 9, 1º andar, findou o ano divulgando o nº 30, de 28 de dezembro, com um voto “de cordial reconhecimento” aos assinantes que, sem dar ouvidos “a obsessões para se retirarem”, continuavam a emprestar seu apoio à publicação.

O nº 1, ano II, saiu a 1 de janeiro de 1873, com o formato aumentado, trazendo pela primeira vez, no cabeçalho, o nome do redator-chefe Franklin Távora. Um Aviso, abrindo a primeira página, advertiu: “O jesuitismo, o romanismo, em geral tudo quanto fôr princípio egoístico e estreito não passará sem o nosso formal protesto. Temos fé no futuro”.

Logo em seu primeiro editorial, **A Verdade** atacou o Bispo Frei Vital, a propósito do caso da eleição de Aires de Albuquerque Gama para juiz da Irmandade de N. S. da Soledade, uma vez que uma portaria da Diocese dizia estar êle sujeito a excomunhão, por ser maçã, e, no caso, ou abjurava ou seria expulso da instituição religiosa.

Pouco mais, na edição do dia 8, escrevia a redação: “Não é mais possível a ninguém enganar-se. O sr. bispo acaba de se declarar o protetor dos jesuitas, em prejuízo da verdadeira religião católica, e tanto do clero como das corporações religiosas nacionais”.

Não teve trégua a campanha contra o jesuitismo e o bispo diocesano, inclusive em maciço rodapé assinado por Vasco Castro. Iniciava-se, também, a publicação das “Cartas Interessantes” do Papa Clemente XIV.

O nº 14, de 15 de fevereiro, constituiu-se em edição extraordinária, de 3.000 exemplares, assim começando uma nota de abertura: “Para solenizar o ato do sr. Frei Vital Maria, lançando excomunhão **sub gravi** contra **A Verdade**, resolveu esta redação dar a fôlha de hoje grátis ao povo. O escritório se conservará aberto até as 6 horas da tarde, a fim de satisfazer prontamente à procura do público”. Após transcrever “curioso extrato” da Carta Pastoral de 2 de fevereiro (publicada no **Diário de Pernambuco** do dia 12), frisou o articulista:

“Esta redação perdoa de todo o coração a Frei Vital o dano que lhe supôs fazer lançando sôbre a fôlha a sua **condenação, reprovação e proibição** episcopal; e, longe de lhe querer mal porisso, confessa-se especialmente grata a quem tanto acaba de distinguir a mesma fôlha, recomendando desarte sua leitura a todos os homens verdadeiramente religiosos, sisudos e independentes”.

Não houve solução de continuidade na circulação bissetmanal do órgão, nem no seu programa, que veio a divulgar, entre outras matérias, originais ou transcritas, poesias de Frei Caneca e de Landelino Câmara, condenando os jesuitas; Cartas ao autor d’“A Igreja e a Maçonaria”, por João Huss, desde 29 de março; artigos de Jordano Bruno e de O. Y., êste em polêmica com **A União** (órgão católico); “Carta de um provinciano a seu amigo na Côte”, pelo **O Carapuça**; a longa série “A Igreja e o Estado”, por **Ganganelli** (pseudônimo de Saldanha Marinho), a partir de 26 de abril, e artigos d’**O Verdadeiro Crente**, sucedendo-se, igualmente, editoriais e noticiário local em tórno das atividades da Maçonaria.

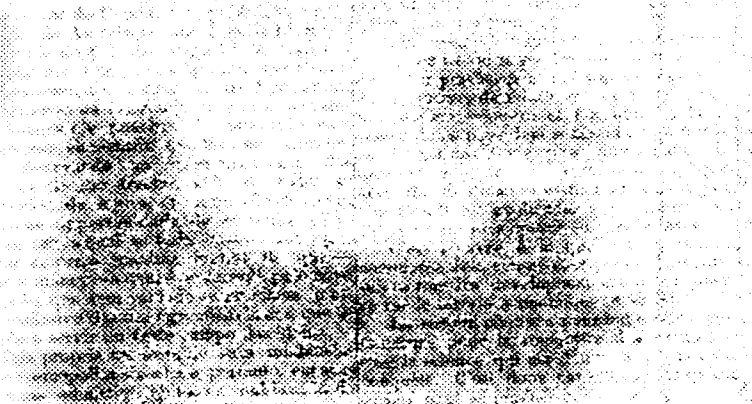
No nº 79, de 4 de outubro, começava um editorial: “A solução da questão religiosa, que tão profundamente tem abalado a sociedade brasileira, não deve, não pode, nem há de tardar”. E, no nº 84, com a assinatura de A. G.: “O Estado não pode continuar unido à Igreja; ou a separação mais absoluta e completa, ou a reprodução das cenas supinamente repugnantes para o patriotismo e para a própria religião,

JORNAL DO COMMERCIO

Publicado em 22 de Novembro de 1914

N.º 10.123 - Ano 10 - Rio de Janeiro

JORNAL DO COMMERCIO



...o governo ...
...o Brasil ...
...o mercado ...
...o comércio ...
...o trabalho ...
...o futuro ...

NOTÍCIAS

...o Brasil ...
...o mercado ...
...o comércio ...
...o trabalho ...
...o futuro ...

...o Brasil ...
...o mercado ...
...o comércio ...
...o trabalho ...
...o futuro ...

que tão impávido promoveu o fanatizado prelado desta infeliz diocese. Liberdade absoluta de cultos ou obrigação completa das nacionalidades pela ditadura papal e o aviltamento da razão e da consciência pelo mais repugnante jesuitismo...”

Desde o n^o 79 foram excluídos o nome do redator-chefe e a divisa “órgão da Maçonaria em Pernambuco”, possivelmente para simplificar o cabeçalho, porque não houve qualquer alteração no programa nem na linguagem do periódico. E assim prosseguiu, sem interromper-se, até 29 de novembro de 1873, quando saiu o n^o 87, que foi o último (**Bib. Púb. Est., Arq. Púb. Est. e Bib. do Liceu de Artes e Ofícios**).

JORNAL DO COMMERCIO — Semanário editado pela Associação de Guarda-Livros de Pernambuco, iniciou sua circulação a 29 de junho de 1872, formato de três colunas largas, com quatro páginas (45x32), impresso na Tipografia Mercantil, à rua do Tórres n^o 10, sendo a redação instalada à rua Duque de Caxias n^o 79, 1^o andar. Dizia o expediente: “Recebem-se, agradecem-se e publicam-se, gratuitamente, todos os artigos que possam interessar ao comércio e à indústria”. Assinaturas: 3\$000 por trimestre, acrescidos de \$500 para o interior e províncias.

Tinha “por escopo, segundo o artigo de apresentação, advogar, teórica e praticamente, os interesses da Agricultura e Comércio da província, em suas diferentes manifestações”, dizendo-se “órgão exclusivo das duas grandes classes” e propondo-se a servi-las no vasto campo das idéias”.

Aceitava artigos para publicação, embora escritos em língua estrangeira. Não se deixaria prender nas “perigosas teias” da política, tendo sempre “um voto de louvor ou de reprovação para o govêrno que cumprir o seu dever ou deixar de cumprí-lo”.

A segunda parte do editorial veio escrita em francês, seguida de tópicos em inglês e alemão.

Constituía-se a matéria do periódico quase só de editoriais e notas informativas comerciais, financeiras e marítimas, sendo alguns comentários repetidos em diferentes idiomas.

Sem alterar a circulação, o **Jornal do Commercio** sofreu algumas modificações na edição de 5 de outubro, passando de três para quatro colunas de 14 cíceros e admitindo anúncios e quaisquer publicações que não entendam com política, a 40 réis a linha por vez”. Constou do cabeçalho: “Propriedade e redação de Faustino Pôrto e Vitoriano Palhares. Publicado sob os auspícios da Associação de Guarda-Livros de Pernambuco”.

Foi ligeiramente ampliado o seu programa, com a inserção “de artigos de interesse geral e literário, cuja índole seja mais expansiva do que a daqueles que têm até aqui constituído a manifestação exclusiva do plano de idéias inerentes às duas grandes classes comercial e agrícola, as quais, entretanto, jamais serão sacrificadas à nova função que adquire o jornal, por força de circunstâncias a tal ponto intuitivas que dispensam ser comentadas”.

Vinha atacando, em boa linguagem, a administração da Alfândega, defendida pelo **Jornal do Recife** e pelo **Diário de Pernambuco**.

Na mesma edição de 5 de outubro, o articulista voltou-se contra o **Diário**, que elogiara a Capatazia, acusada de “sérias faltas”, concluindo com o que chamou uma lição de ética: “Quanto à digna redação do **Diário de Pernambuco**, sentimos que se deixasse engodar, dando assim lugar a que a sua voz na imprensa seja reputada, por esta vez, de valor muito inferior ao que a caracteriza na arena jornalística, a cujos decanos cabe dar o exemplo de como deve ser compreendida a missão da imprensa moderna, que é servir à causa da justiça e não à particular de alguém, que procura conseguir bom êxito à custa do falseamento da opinião pública, a qual deve ser esclarecida pelos legítimos órgãos da publicidade”.

Bateu-se o semanário, a seguir, com o primeiro dos dois mencionados diários, a respeito da questão da carne verde. E, em obediência ao novo programa, iniciou a 12 de outubro a divulgação de folhetim, poesias e crônicas literárias de autores como Tobias Barreto de Meneses, Gonçalves Crespo e Vitoriano Palhares e transcrições. Durou pouco, entretanto, sua existência.

A 28 de dezembro, com o 27º número publicado, o **Jornal do Commercio** anunciou sua suspensão, “para evitar uma

bancarrota”. Não tendo tido “o concurso material necessário à sua existência”, ia “procurar no olvido o esquecimento produzido pelo malôgro de suas esperanças”. É que nunca recebera estipêndios para a divulgação de artigos de defesa do comércio, rejeitando ofertas de dinheiro que implicariam em cercear-lhe a liberdade de pensar (**Bib. Púb. Est.**).

A ROSA — Jornal Literário — O primeiro número publicou-se a 30 de junho de 1872, formato de 26x18, com quatro páginas de duas colunas. Propriedade de Antônio Fernandes da Silveira Carvalho, imprimiu-se na Tipografia Liberal, à rua da Imperatriz n° 21. Destinado a circular nos dias 10, 20 e 30 de cada mês, assinava-se a 500 réis mensais, pagos adiantados.

Surgia o pequeno órgão, consoante o artigo de apresentação, “com a consciência de poder prestar algum auxílio às letras”, sendo o amor à ciência o único móvel que o “guiou pelos caminhos tortuosos e intermináveis da imprensa jornalística”. Não entraria “em assuntos de interêsse público aos olhos da história e da filosofia”, nem cogitaria de política.

A edição inseriu produções concisas, em prosa e verso inclusive folhetim, assinadas pelo redator-proprietário e outros, com iniciais ou com os pseudônimos **P. Stubs**, **Efrizeno** e **Rosbar**.

Não existem comprovantes dos ns. 2 a 5. O n° 6, impresso na Tipografia Mercantil, saiu a lume no dia 17 de agosto (**Bib. Púb. Est.**).

A VERDADE — Jornal Satírico, Literário e Noticioso — Impresso na Tipografia Imparcial, de Elias Marinho Falcão de Albuquerque Maranhão, à rua do Fogo n° 30, em pequeno formato, “o n° 1 saiu a 15 de julho e o n° 16 (último) a 26 de outubro. Número avulso — 80 réis” (“Anais”).

Não existe nenhum comprovante na Biblioteca Pública do Estado, fonte citada pelo historiador Alfredo de Carvalho. É também ausente **A Verdade** nas demais bibliotecas visitadas pelo atual pesquisador. Nem os jornais da época deram notícia de sua existência.

A UNIÃO — Periódico Religioso, Político, Polêmico e Noticioso — Entrou em circulação a 7 de agosto de 1872, for-

mato de 45x28, com quatro colunas de composição e quatro páginas, trazendo aos lados do título as sentenças: “**Cum impii sumpserint / Principatum, gemet Populus**” e “**Inmultiplicatione justorum laetabitur Vulgus**” (Prov. XXIX, 2).

Numa faixa, em tôda a largura da página, vinha o Expediente: “**A União** publica-se duas vêzes por semana; e assina-se à razão de 12\$000 por ano, 6\$000 por semestre e 3\$000 por trimestre (pagos adiantados). Todos os negócios relativos a êste periódico devem-se tratar com o seu diretor, o dr. José Soriano de Sousa, no escritório da Tipografia, à rua d’ Aurora nº 1. Publicam-se grátis os escritos em defesa da Religião; e os outros pelo que se convencionar”. Editor: Miguel Arcanjo da Silva Ribeiro.

Abriu o texto uma carta petítória para publicar o jornal, assinada pelo diretor, seguindo-se-lhe a autorização episcopal, firmada pelo bispo Frei Vital Maria Gonçalves de Oliveira, e o “Prospecto” de apresentação, de quase uma página, com o programa a cumprir.

Segundo o articulista, não mereciam a confiança d’**A União** (1) os partidos políticos em evidência no país — o Conservador e o Liberal, o primeiro dos quais não conservava “os princípios da religião, da moral e da justiça”, e o segundo fazia da liberdade “um simples meio de explorar a opinião pública”.

No programa incluía-se a polémica, como convinha “às exigências de um século tão disputador como o nosso. A religião está no fundo de tôdas as questões; a todos os respeitos é chamada à tela”. Não esqueceria a parte noticiosa dos fatos de importância. “Ela (**A União**) conta ter na Côrte, em Roma, em Lisboa e em Paris, pessoas competentes para, mediante cartas, pôr os seus leitores em dia com os sucessos mais notáveis que por lá se passarem”. Publicaria, também, “escolhidos romances cristãos”.

A par de longos artigos de interêsse da religião católica, inclusive doutrinários, **A União** deu início a uma seção de comentários intitulada “Palestra”, destinada a “tratar das

(1) A presente **A União** não tinha nenhuma ligação com a de 1848, estudada no volume anterior desta obra.

bagatelas e futilidades dos adversários”. E atacou os “espalhafatos estampados n’**A Verdade** e no **Jornal do Recife**”, que principiaram a combater o órgão católico antes mesmo do seu aparecimento.

No segundo número iniciava-se um folhetim, com o romance “Lione”, da autoria do Padre Antônio Bresciani. Logo começou a polemizar com o periódico **O Liberal**. Divulgava o Expediente do govêrno do Bispado, informações do Exterior, cogitando, por outro lado, dos problemas citadinos, a par da doutrina e da controvérsia religiosas.

Longos artigos, em prosseguimento, abordavam diferentes temas, tais como: Espiritismo, Maçonaria, Jesuitismo e Paganismo, inserindo, ainda, “Correspondência particular”, de Lisboa; comunicados, transcrições, “**Cartas a Origenes**”, por **Peri Archon**, etc.

Terminado o ano com o nº 39, de 23 de dezembro, o seguinte (ano II) só surgiu no dia 4 de fevereiro de 1873, aumentado o formato para 51x34, a cinco colunas de composição, sendo constituída de anúncios a quarta página, mas somente de publicações religiosas. Não continuou a “Palestra”.

O nº 60, de 19 de março, teve sua página de frente circulada de vinhetas, dedicada a São José, “pai putativo de Jesus”, com dois editoriais alusivos à data.

Edições e mais edições abriam o texto com a série de longos artigos “O liberalismo nas Constituições e a Reforma Eleitoral”. Sucessivas notas atacavam os pontos de vista do **Jornal do Recife** e d’**A Provincia**, sôbre a Questão Religiosa.

Após o nº 76 ocorreu uma pausa na publicação, que passou de 14 de maio para 14 de junho, quando voltou ao formato primitivo e a tipografia foi reinstalada na rua do Hospício nº 59.

Aconteceu que elementos exaltados, durante uma manifestação pública anti-jesuítica, tinham assaltado a oficina gráfica d’**A União**, empastelando-a. A edição do reaparecimento condenou a participação da Maçonaria e do Partido Liberal no atentado, embora ressaltasse a existência, entre

os liberais, de “caracteres nobres e honestos”. Abriu a primeira página uma Carta Pastoral de D. Frei Vital, sôbre os acontecimentos, dos quais o prelado era o próprio pivô.

No seguinte número, o periódico registava “sinais de regozijo” dos mações por haver o govêrno imperial decidido a Questão Religiosa em favor dêles, terminando por publicar o Aviso Ministerial de 12 de junho, que mandou reintegrar o mandato da Irmandade do Santíssimo Sacramento da Paróquia de Santo Antônio.

Seguiu **A União** seu programa, em defesa dos princípios da religião católica, do bispo diocesano e dos jesuítas em geral, dando combate à imprensa liberal-maçônica e, até, ao **Diário de Pernambuco**, nem liberal nem maçom. Numa edição extraordinária de seis páginas, inseriu, ocupando quatro delas, a resposta de D. Vital ao Aviso Ministerial.

Não parou mais de publicar cartas, artigos e comunicados de adesão à causa do prelado; e divulgou: a partir de 17 setembro, o folhetim “Ricardo ou A Maçonaria”, e de 8 de outubro, a série de quatro “Cartas a **Fábio Rustico**”, assinadas por **Agrippa**, acontecendo que êste era o pseudônimo do professor Aprígio Guimarães, o mais rancoroso anti-jesuita. Nessas cartas-pastiche, o caricatureiro **Agrippa** procurava destruir os pontos de vista do **Agrippa** real, que publicara dois livros contra o jesuitismo, assinando-se **Fábio Rústico**. Em notas redacionais, **A União** fazia crer que os dois pseudônimos eram de pessoas diferentes, “defendendo” o jornalista Aprígio Guimarães de anti-jesuitismo.

Finda a jornada do ano com o nº 128, de 24 de dezembro, prosseguiu a numeração, no ano III, a 3 de janeiro de 1874. Logo nessa edição, editoriais e notas de protesto foram dedicados à pronúncia e ordem de prisão contra D. Vital, “por não ter querido dar cumprimento ao Aviso do sr. João Alfredo mandando levantar o interdito lançado à Irmandade do S. S. Sacramento de Santo Antônio.”

A União deu cobertura total à Questão Religiosa, com artigos, inclusive, de **Didymo**; correspondências de **Tasco**, do Rio de Janeiro; raros comentários do professor Pedro Auran da Mata e Albuquerque, que se voltara contra **Ganganelli**, e a série de extensas “Cartas a S. M. o Imperador”, assinadas por um **Humilde e Reverente Súdito**, a última das

quais, a XI, publicada a 8 de abril; além de discursos, sentenças, adesões, versos laudatórios de A. Pimentel, mensagens, breves, pastorais, artigos do Padre José Honório Bezerra de Meneses e outros assinados com pseudônimos.

Desde a edição de 4 de fevereiro, passou a abrir a primeira página a seguinte oração: **“Pro constituto in carcere, Oratio Deus, qui beatum Petrum apostolum a vinculis absolutum, illaesum abire feciste: Famuli tui vitalis antistitis nostri in captivitate positi vinculis absolve; eumque ipsius meritis illaesum abire concede”**.

Tendo sido sua linguagem, no artigo do nº 156, considerada injuriosa ao Imperador, foi o periódico religioso chamado à responsabilidade, por crime de injúrias impressas (2). Entretanto, o editor foi impronunciado em julgamento de 7 de julho.

A fim de dar vasão à matéria, sobretudo transcrição de discursos parlamentares, a respeito da Questão Religiosa, **A União** veio a proporcionar edições de seis páginas (a sexta, porém, em branco) a 13 e 27 de junho, e juntou um Suplemento de quatro páginas ao nº 177, de 1 de julho, contendo uma Carta Pastoral do Bispo de Olinda, enviada do cárcere da Fortaleza de São João.

Nas edições de 6 de junho e 25 de julho, foram inseridas, em linguagem de ridículo, uma “Carta de **Fábio Rústico** a seu compadre **Ganganelli**” (3) e a “Resposta de **Ganganelli** a seu compadre **Fábio Rústico**”, em longa versalhada de quintilhas (4).

(2) Segundo **A Província** (edição de 29/4/1874), “o órgão do bispo D. Vital” foi levado a juízo devido ao “acervo de injúrias” lançado contra S. M. I., que perdoara “a assassinos e ladrões e não perdoou a D. Vital”.

(3) **Ganganelli** era o pseudônimo com o qual o Conselheiro Joaquim Saldanha Marinho escrevia na imprensa diária carioca e pernambucana contra a união entre a Igreja e o Estado e contra o jesuitismo.

(4) O autor anônimo dedicou uma estrofe aos pseudônimos de Aprígio Guimarães:

“Aqui é **Agrippa** chamado,
Marco Antônio é acolá;
 ora é o mestre **Origenes**,
 depois o nome se dá
 de **Fábio Rústico**”.

A União deu, igualmente, cobertura ao caso do Pará, cujo bispo também foi pronunciado e prêso em idênticas condições ao de Pernambuco. Não se interrompiam os ataques ao **Jornal do Recife** e **A Provincia**, ao conservador **Diário de Pernambuco** e **A Reforma**, do Rio de Janeiro. Nem foi poupado mesmo o Cônego Pinto de Campos, de quem se ocupara a redação, a 5 de dezembro:

“Pobre padre! Para servir ao governador perseguidor da Igreja, pretende deslustrar caracteres sérios e indiferentes a tudo o que o padre pode dizer”.

Nos meses de novembro e dezembro, o professor José Soriano de Sousa divulgou longas cartas ao Conselheiro Zacarias de Gois Vasconcelos, “sôbre a necessidade de organizar-se um partido católico”.

A última edição do ano, a 30 de dezembro, vergastou, em editorial, a portaria do Presidente da Provincia, Barão de Lucena (divulgada em seguida), que expulsava os padres jesuitas estrangeiros de Pernambuco.

O nº 227, ano IV, circulou a 5 de janeiro de 1875, com alterações no cabeçalho, constando como divisa, apenas, a frase latina: “**Pró aris et fogis**”. Aos lados do título ficou figurando o expediente, inclusiva a tabela de assinaturas, com o preço do trimestre aumentado para 4\$000. Saiu do cabeçalho o nome do diretor, mantido desde o primeiro número.

Intensificaram-se os ataques aos chamados inimigos da Igreja e aos jornais que o apoiavam. Apareciam, ao mesmo tempo, artigos de colaboração do Conêgo Francisco Bernardino de Sousa, Padre Poeira (acusado, depois, de atos de impiedade), padre Felix Barreto de Vasconcelos e professor Pedro Autran da Mata e Albuquerque, poesias de Antônio Pepes B. de Vasconcelos, etc.

Decorridos alguns meses, a edição de 18 de setembro substituiu a “**Oratio pro episcopis in captivitate constitutis**”, da abertura da primeira página, por uma nota intitulada “Parabens aos católicos!”, anunciando a anistia concedida aos bispos de Pernambuco e do Pará, pelo govêrno imperial.

Publicado o nº 308, a 3 de novembro, **A União** ficou suspensa até 22 de janeiro de 1876, quando encetou nova numeração, dispondo-se, como sempre, “a combater pela causa santa da religião e da pátria”.

Nesse ano, mantida, ininterruptamente, a meta traçada, veio a regozijar-se a redação, a 7 de outubro, com o regresso ao Recife do bispo D. Vital. Logo mais, uma vez divulgado o nº 82, datado de 18 de novembro, findava a existência do famoso periódico (**Bib. Púb. Est. e Bib. do Inst. Arq.**).

A CIGARRA — Fôlha semanal do tipo joco-sério, circulou o nº 5 (não encontrados comprovantes anteriores) a 28 de setembro de 1872, formato de 30x20, com oito páginas, impressa na Tip. Mercantil e litografada por J. te Kock. O desenho do título figurou uma cigarra maior, ao centro, enquanto outras, menores, ocupavam-se em perseguir jesuitas. Custava 600 réis o número avulso e 13\$000 a anualidade.

As quatro páginas tipográficas ocuparam-se em atacar os papas e criticar os discípulos de Santo Inácio de Loyola. Inseriu versos chistosos de **Frei Gerundio**, intitulados "Zumbidos"; outros de **Efrizeno** e Variedades. As quatro páginas em litogravura constituíam-se de **charges**, cujo tema eram, ainda, os jesuitas, sob o mais tremendo ridículo.

Após o nº 7, aparecido sem data, obedecendo ao programa anterior, existe o nº 11, de 9 de novembro, cuja litogravura ilustrativa da página de frente apresentou um homem de casaca e cartola, braços abertos, exclamando (legenda): "Pela segunda vez desejo saber a que horas posso encontrar em casa os meus assinantes que não satisfizeram ainda sua assinatura". Tôda a demais matéria, litográfica ou tipográfica, visava aos padres jesuitas.

A publicação estendeu-se, apenas, até o nº 12, de 17 de novembro (**Bib. Púb. Est.**).

A ILLUSTRACÃO PERNAMBUCANA — **Jornal Ilustrado e Satírico** — Começou a publicar-se no dia 6 de outubro de 1872, formato de 32x23, com oito páginas, quatro das quais em litogravura. Trabalhado em oficina própria — Tip. Americana — à rua de Santa Rita Velha nº 25, tinha a redação no primeiro andar. Proprietário e redator — Hermínio Ernesto de Lemos Amaral. Circulação semanal, aos domingos, adotou a seguinte tabela de assinaturas: ano — 16\$000; semestre — 9\$000; trimestre — 5\$000; para fora da província: 18\$000, 11\$000 e 6\$000, respectivamente. Preço do exemplar — \$500.

Na “Profissão de fé”, abrindo o texto, lia-se: “Se defender os direitos do povo oprimido, do comércio, da agricultura, das artes, contra a prepotência e abusos do poder, é ser republicano — nós o somos. Se atirar a sátira ao rei e aos homens do poder, é ser liberal — nós o somos. Se combater os desvários do povo, e tudo mais que afetar a ordem social, é ser conservador — nós o somos. Mas, republicana, liberal ou conservadora, **A Ilustração Pernambucana** se manterá debaixo do justo e do honesto; atacará a autoridade, qualquer que seja, logo que ela se desviar uma só linha das raias de suas atribuições, mas respeitará a autoridade que se mantiver debaixo das linhas que lhe são traçadas”.

Advertiu, por fim: “...invadirá desde o palácio do rei até a mais baixa choupana, quando assim fôr preciso. Sua crítica, entretanto, respeitará o seio das famílias e a vida privada dos indivíduos”.

Principiou o interessante periódico admitindo as seções: “Cenas familiares”; “Por paus e por pedras”; “Grande Congresso do Belo Sexo”; “Paço da **Ilustração Pernambucana**”; Mote e Glosas e “Circo acavalado”. As páginas 1, 4, 5, e 8 constituíam-se de desenhos, a começar por artístico cabeçalho, tendo como centro um anjo de asas abertas, caneta à mão, entre livros, flôres e globo mundial.

Bembém das Candelárias era mencionado como redator, enquanto José Neves firmava as ilustrações. Surgiram os perfis de “Contemporâneos célebres”, depois substituídos por “Tipos do Recife”. Outras seções curiosas, marcadas de fino humorismo: “As priminhas”; “Espiritualinas”, a cargo de **Espanchonete**; “Isauropedinas”, por **Istrambolinides**, e diferentes notas satíricas variavam a matéria geral. A parte litográfica ficou assim distribuída: 1a. página — figurino de modas; 4a. e 5a. — **charges** de crítica de costumes; 8a. — retrato de personalidades.

A publicação seguiu ritmo normal, vindo a terminar o ano com o nº 13, de 29 de dezembro.

Reaparecendo na segunda quinzena de 1873, circulou o nº 5 a 16 de fevereiro e o nº 12 a 5 de abril, correspondentes ao segundo trimestre. Continuou (faltam comprovantes) até, pelo menos, o mês de setembro. Do ano de 1874 foi possível manusear o nº 2, datado de 31 de maio, aí constatando-se ser João V. Pereira Dutra um dos proprietários da em-

prêsa, transferida a redação para a rua das Trincheiras (hoje inexistente) nº 48, sem nenhuma outra alteração. Indo mais além, atingiu o nº 5, ano III, conforme o noticiário do **Diário de Pernambuco** de 22 de julho de 1874.

Foram outros colaboradores d'A **Ilustração Pernambucana**: José Maria de Albuquerque e Melo Júnior, **Pitomba**, **R. X.**, **Pan**, **Figaro**, **Sacrista**, **Al-Sevil**, **Mephi**, o das "Labaredas"; **Morel**, **Angélico**, **Tirteu**, **Nihil**, **Fabius**, **Carapuceiro Mirim**, etc., a salientar a seção "Trancos e barrancos", enunciada como "coisas sem nexos, redigidas, dirigidas e digeridas por **Neneca**". As páginas em litogravura permaneciam sob a responsabilidade de José Neves, auxiliado por Ernesto Carneiro Leão (**Bib. Púb. Est. e Bib. Nac.**) (1).

O **SCORPIÃO — Jornal Ilustrado** — Redigido por **Juvenal** (1 A) e **Pérsio**, o nº 1, ano I, circulou a 20 de outubro de 1872 (2), formato de 27x18, a duas colunas de composição. Duas frases latinas vinham abaixo do título: "**In hoc signo vinces**" e "**I... gnatio fecit versum**". Nenhum expediente.

Dedicado à ironia e à sátira, cheio de verve, quase toda a primeira página foi ocupada por "O canto de guerra", à guisa de apresentação, em que cada frase, de três ou quatro linhas, era uma sentença, seguida pelo refrão: "**O Scorpião é livre**". A segunda página foi em parte preenchida com os versos jocosos "Tesouradas", sem assinatura. Completaram-na notas ligeiras de crítica política. Nada mais pôde ser anotado, porque do exemplar manuseado só existe a primeira fôlha, sendo impossível verificar o número exato de páginas. Nem apareceu nenhuma ilustração (3) (**Bib. Nac.**).

(1) Coleções bastante desfalcadas. Na Biblioteca Nacional não existem mais que os ns. 5, 7 e 8 de 1873.

(1 A) No seu "Testamento" (plaqueta editada em 1933), afirmou Adolfo Generino dos Santos que redigiu o "número único" d'O **Scorpião** "com Sousa Pinto, Rangel de São Paio e outros".

(2) No "Dicionário Bibliográfico Brasileiro", Sacramento Blake mencionou **O Escorpião**... aparecido em... 1873. E Alfredo de Carvalho, nos "Anais", declarou não ter conseguido pormenores.

(3) Agradecendo a remessa do curioso órgão, escreveu o **Jornal do Commercio** de 2/11/1872: "**O Scorpião** é o scorpião da imprensa. Apresenta-se esplendidamente; muito prometedora de ferroadas... sublimes. Voa e morde, simpático inseto! Se para cabal desempenho de tua missão fôr mister... ferir-nos também, não nos poupes não, uma vez que sejas imparcial e lógico. Nós todos, a cidade inteira, suspirávamos por um acicate; vieste tu — o ferrão: também serve. Ainda bem. Era já tal a invasão de aranhas..."

REVISTA ILLUSTRADA — Periódico literário de 1872, impresso na Tip. Comercial, “o nº 1 saiu a 1 de novembro. Era redigido por Manuel Hortêncio Peregrino da Silva e foi substituído pelo seguinte. Muito raro” (“**Anais**”).

REVISTA PITORESCA — Do gênero satírico-humorístico, destinada a circular nos dias 10, 20 e 30 de cada mês, viu-se publicado o nº 3 a 20 de novembro de 1872, formato 32x23, com oito páginas, quatro das quais trabalhadas em litogravura, inclusive o cabeçalho, que apresentou espalhafatosa alegoria. Impressão da Tipografia do Comércio e serviço litográfico de C. & H. P., situados à rua Larga do Rosário nº 35, sendo ilustrador L. de Freitas. Assinatura trimestral: para o Recife — 3\$000; para “outro qualquer lugar” — 4\$000. Preço do exemplar — 400 réis. Redação atribuída a Manuel Hortêncio Peregrino da Silva.

A partir do nº 4, saiu com capa em papel de côr, só impressa a página de frente, exibindo artística combinação de vinhetas. Prosseguiu, com regularidade, constando de sua matéria tipográfica comentários sobre a atualidade, biografias (no nº 5, a do Barão de Itamaracá, Antônio Peregrino Maciel Monteiro), seções de anedotas, Curiosidades, Miscelânea, Charadas, colaboração de V. de M., etc. Afora as quatro páginas de alegorias, **charges** de crítica de costumes e paisagens, cada edição trazia, sôltas, duas estampas litográficas em papel especial, de expressivos retratos de personalidades.

Estendeu-se a existência da **Revista Pitoresca** até, pelo menos, o nº 8 (1), dado a público no dia 20 de janeiro de 1873 (**Bib. Púb. Est. e Bib. Nac.**) (2).

A CAMPONEZA — **Jornal Crítico, Poético e Analítico** — Saiu o primeiro número no dia 10 (1 A) de novembro de 1872, formato de 22x16, com quatro páginas, impresso na Tipografia “Campestre”. Sem outro qualquer expediente, trazia, sob o título, a quadra:

(1) Alfredo de Carvalho (obra citada) registara, como último número, o 5º, seguido de interrogação.

(2) Na Biblioteca do Estado só existem comprovantes dos ns. 3 e 5. Os demais foram manuseados na Biblioteca Nacional.

(1 A) Não no dia 1, como pretendeu Alfredo de Carvalho.

“A modesta **Camponeza**
Saúda, bela e louçã,
As moças a quem se mostra
Nesta formosa manhã”.

Em concisa apresentação, declarou-se órgão sem pretensões. Publicaria pequenos artigos, circulando “todos os domingos, para dar os bons dias aos seus leitores”.

A edição, que, apesar do enunciado, foi única, inseriu matéria variada, leve, em prosa e verso de estilo ameno (**Bib. Púb. Est.**).

A **ORTIGA** — Figura, apenas, no mencionado catálogo de Caitano Pinto de Veras, como tendo circulado em 1872.

O **MILORD PERNAMBUCANO** — Registo idêntico ao precedente, faltando-lhe, porém, a data.

A **LOCOMOTIVA** — 1872 — “Órgão de uma associação beneficente de empregados da Companhia de Trilhos Urbanos do Recife a Olinda e Beberibe”. Sem pormenores (“Anais”).

1873

ALMANAK DA PROVÍNCIA DE PERNAMBUCO — Circulou no princípio de janeiro de 1873, formato de bolso (14x10), contendo aproximadamente 400 páginas e impresso na tipografia do **Correio do Recife**, à rua do Imperador nº 79, 1º andar. Responsável desconhecido.

Apresentou matéria de rotina. Após o Calendário, inseriu longo estudo, sem assinatura, sobre “O Brasil, sua posição geográfica, aspecto geral e produção do país”.

Ficou no primeiro número (**Bib. Púb. Est. e Bib. do Inst. Arq.**).

O **BEIJO** — **Jornal Dedicado ao Belo Sexo** — Começou a publicar-se no dia 18 de janeiro de 1873, formato de 18x13, com quatro páginas de papel de côr. Trabalho material da Tipografia Americana.

Ligeiro editorial de apresentação assim concluiu: “**O Beijo** é a folhinha solta, que vôa a esmo... Amparai-o”.

Divulgou incipiente literatura feminina, em prosa e verso amorosos, tudo sem assinatura.

Circulava aos sábados. Mas o quinto e, provavelmente, último número saiu “depois de tantos dias” de ausência, a 15 de março, nas mesmas condições do primeiro (**Bib. Púb. Est.**) (1).

O **JESUITA** — Impresso na Tipografia do **Jornal do Recife**, à rua do Imperador nº 47, em formato de 26x18, com quatro páginas de duas colunas, apareceu a 26 de janeiro de 1873, destinando-se a sair em dias indeterminados. Sob o título trazia: “Guardai-vos dos falsos profetas, que vêm a vós com vestidos de ovelhas e dentro são lobos roubadores” (**S. Mat.** cap. 7, v. 15), e “Deve-se sempre extorquir das viúvas a maior porção de dinheiro possível, inculcando-lhes a nossa extrema pobreza” (**Mointa Secreta**, cap. I, disp. 7).

Sem editorial de apresentação, fê-lo em versos ligeiros, ao fechar a última página, cuja segunda quadra foi a seguinte:

“**O Jesuita** da imprensa,
Que tão humilde aparece,
Aos Vitais e aos Loiolas
Suas linhas oferece.”

Acentuou o versejador que a fôlha não pouparia “as irmãs de caridade” nem “os Loiolas de casaca”, concluindo:

“**O Jesuita**, que agora
Começa sua jornada,
Precisa, para ser lido,
Oitenta réis e... mais nada”.

Composto em tipo corpo 7, batido, o pequeno órgão comportou bastante matéria, dividida em notas concisas, como “Jesuitada”; “Variedades”, por **Tavil**; “Coisas incríveis”, além do início das “Instruções secretas da Companhia de Jesus”.

(1) Não existem exemplares dos ns. 2, 3 e 4.

Logo no dia 29 surgiu o segundo número, trazendo as “Notícias do inferno”, por **Mornifi**, em versos de sextilhas, e outros assinados pelo **Dr. Caixinho**. Dentre os “Loiolas de casaca”, era o professor José Soriano de Sousa o mais visado.

Sem deixar de criticar “o barbudo Frei Vital”, mais “jesuitas, bispos, frades, freiras”, o irreverente órgão, cuja redação era atribuída a **Aprígio Guimarães**, publicou-se até o nº 6, datado de 20 de março (**Bib. Púb. Est.**).

O EXCOMMUNGADO — Periódico Satírico — Circulou o nº 1 a 30 de janeiro de 1873, impresso na Tip. Boa Vista, formato de 22x16, com quatro páginas de duas colunas, para ser vendido a 80 réis o exemplar. Circulação em dias indeterminados. Sob o título trazia as seguintes quadras:

“Jesuitas, jesuitas
De roupeta e de casaca!
Aí vai o **Excommungado**
Como perpétua matraca.

Há-de a máscara arrancar-vos
À brilhante luz do dia,
Descobrimdo, de tal sorte,
Vossa negra hipocrisia.

Azucrim, por tôda a parte
Vos seguirá dia e noite,
Do ridículo a zurzir-vos,
Sem compaixão, com o açoit.

Tais e tantas vergalhadas
Dar-vos-á, que finalmente
Haveis de correr fugidos
Do Recife eternamente”.

O editorial de apresentação dizia: “**O Excommungado**, vítima duma tirania inqualificável, exercida em nome do Cordeiro Imaculado, aparece, de lança em riste, para tomar parte, na proporção de suas fôrças, no combate que se trava entre o ultramontanismo e a liberdade, a treva e a luz, a que são provocados os gladiadores da consciência livre. Falará sério quando lhe parecer que deve fazê-lo, empregando de preferência a sátira, o ridículo, porque só disso são merecedoras as cenas de escândalo de que tem sido testemunha

a população da cidade do Recife, representadas pelo atual diocesano, pelo **santo e preclaríssimo** cônego João Crisóstomo, capelão-mor das beatas da igreja dos Milagres; pelos importadores da santidade romana, os célebres José Soriano, José Honório, Yôyô do Barracão, Dr. Caixinhos e seus asseclas."

De acôrdo com o programa que se traçara, só divulgou verrinas, em prosa e verso humorísticos, envolvendo padres jesuitas, beatos e beatas. E assim prosseguiu, nas poucas edições dadas à publicidade, combatendo, concomitantemente, o bispo D. Frei Vital, em face da Questão Religiosa, e as idéias do órgão católico **A União**. As versalhadas eram assinadas por **Uma Ovelha, Pio X, Torquemada, O Excommungado, Pedro Arbues, Domingos de Gusmão, etc.**

O quarto e último número publicou-se a 23 de fevereiro (**Bib. Púb. Est. e Arq. Púb. Est.**).

O AZUCRIM — Jornalzinho de 21x15, circulou pelo Carnaval, em fevereiro de 1873, com quatro páginas de papel de côr, declarando-se propriedade, redação e distribuição (grátis) dos **azucrins** (1), impressão da Tipografia Liberal.

Divulgou matéria crítico-humorística, incluindo longos versos de definição dos **azucrins**, sem constar nenhuma referência ao motivo do seu aparecimento, a não ser a exclamação, acima do título, em tipo miúdo: "Viva o Carnaval!"

Foi o primeiro jornal carnavalesco aparecido em Pernambuco (**Bib. Púb. Est.**).

O LIBERAL PERNAMBUCANO (1 A) — **Periódico Político e Comercial** — Entrou em circulação a 1º de março de 1873, formato de 52x36, com quatro páginas a cinco colunas de composição, sendo impresso na Tip. Liberal, à rua do Imperador nº 21. Publicar-se-ia, "por ora, uma vez por semana", custando 3\$000 a assinatura trimestral. Divulgaria os artigos políticos que estivessem "de acôrdo com o seu programa".

(1) Havia, então, no Recife, O Clube Carnavalesco dos Azucrins, que funcionou até pelo menos 1875.

(1 A) Outro **O Liberal Pernambucano**, de circulação diária, publicou-se de 1852 a 1861 e acha-se estudado no volume 2º desta obra.

O editorial de abertura focalizou a situação política do momento, concluindo com a declaração de que ia combater “o governo pessoal, o absolutismo de fato”. Seguiu-se o “Programa”, igualmente extenso, cujo último tópico dava tôda dedicação “ao Partido Liberal, na expectativa e na esperança, na crença, na fé, na convicção de que êle não perderá de vista o Imperador com seu **governo pessoal**, e empregará tudo quanto fôr urgente e conducente à extinção dêste **governo pessoal**, à destruição do absolutismo em que vivemos”.

Mais alguns artigos e o Folhetim, ocupando dois rodapés, completaram as duas primeiras páginas, sendo as duas últimas dedicadas, apenas, a anúncios, nunca tantos antes em fôlhas periódicas.

Tendo condenado a violência praticada, no Rio de Janeiro, contra o jornal **A Republica**, inseriu **O Liberal Pernambucano**, em seu nº 3, um “Manifesto ao País”, a respeito daquele acontecimento.

Seguindo-se a publicação regularmente, não lhe faltaram sucessivos artigos redacionais, com ataques ao Ministério, ao governo provincial, aos padres jesuitas e ao bispo D. Vital.

A edição de 8 de maio, sob o título “Causa célebre”, deu ciência de haver sido citado o proprietário do periódico para comparecer em juízo e exhibir o autógrafo do artigo inserto na edição de 26 de abril, sob o título “Um réu desembargador”. Entretanto, a redação considerou inexistente a denúncia. Resultou ficar em nada a citação.

Com o nº 14, de 5 de julho, diminuiu o formato para 44x30, em quatro colunas, mas, a fim de não prejudicar os assinantes, passou a circular bissemanalmente. E continuou seu programa sem mais alterações, inserindo raros Comunicados de **Camilo Desmoulins**; “a pedidos” de Romualdo Alves de Oliveira e, finalmente, o folhetim “Emília”, sem assinatura, que não passou de três rodapés, porque **O Liberal Pernambucano** se findou logo, uma vez dado a público o nº 21, de 9 de agôsto (**Bib. Púb. Est.**).

O KALEIDOSCOPIO — Tipografia Liberal, 1873. Citado no “Catálogo da Exposição de História do Brasil”, de 1881,

A LUZ

PERIODICO REPUBLICANO

A LUZ. Publica-se semanalmente de Quartas e Sábados. Vende-se à Praia do Caldeirão n. 44, residência do redator, a \$2.000 por trimestre pagamento adiantado. A redação recebe os artigos de escriptura sem qualquer compromisso, sendo as publicações facultativas pelo que se reservamos o direito de não publicar. Fala-se em \$2.000.

A LUZ

9 DE ABRIL DE 1933

Surgindo em prol da liberdade, mas para a causa republicana que hoje nos a salta, não do Brasil, mas como o resto do mundo em busca de valores.

Para isto baptizamo-nos A LUZ, porque se não pode escrever sem liberdade de expressão, nos tempos de hoje, a liberdade de expressão do povo.

Não há liberdade sem liberdade de expressão, e não há liberdade de expressão sem liberdade de imprensa. A liberdade de imprensa é a liberdade de expressão do povo, e a liberdade de expressão do povo é a liberdade de imprensa.

Uma imprensa livre e independente é a base de uma democracia verdadeira. Sem liberdade de imprensa, não há liberdade de expressão, e sem liberdade de expressão, não há liberdade de imprensa.

Por isso, a liberdade de imprensa é a base de uma democracia verdadeira. Sem liberdade de imprensa, não há liberdade de expressão, e sem liberdade de expressão, não há liberdade de imprensa.

O GOVERNO DO BRASIL

... de liberdade de imprensa, e sem liberdade de expressão, não há liberdade de imprensa.

... de liberdade de imprensa, e sem liberdade de expressão, não há liberdade de imprensa.

... de liberdade de imprensa, e sem liberdade de expressão, não há liberdade de imprensa.

... de liberdade de imprensa, e sem liberdade de expressão, não há liberdade de imprensa.

A SITUAÇÃO

A situação política do Brasil nos dias de hoje é muito grave. Não há mais liberdade de imprensa, e sem liberdade de imprensa, não há liberdade de expressão, e sem liberdade de expressão, não há liberdade de imprensa.

“apareceu em meados de março, porquanto o nº 3 é de 12 de abril. Semanal. Trimestre — 1\$000. Número avulso — 10 réis” (“Anais”).

A LUZ — Periódico Republicano — Entrou em circulação a 9 de abril de 1873, formato de 25x17, com quatro páginas de duas colunas, sendo impresso na Tip. Liberal, à rua da Imperatriz nº 21, depois rua da Aurora nº 7. Assinava-se a 2\$000 por trimestre, mediante pagamento adiantado, custando o número avulso \$040 e, logo a partir do segundo número, \$080. “Residência da redação”: Praia do Caldeireiro nº 41. As publicações solicitadas seriam cobradas conforme ajuste.

Surgiu em “prol da liberdade, em prol da causa pernambucana, que há de ser a salvação do Brasil”. “Para isto — acentuava o editorial — batizamo-nos **A Luz**, porque só esta pode remover das trevas os entraves que nos tolhem o progresso, a marcha progressiva do gênero humano”.

Nada tinha sobre as crenças políticas dos homens. “Nossa missão é outra; é doutrinar o povo, é esclarecê-lo no conhecimento das verdades, fazendo-o sentir os males que lhe causam e, a par dos obreiros do futuro, lançar também nossa pedra no edifício social”.

Num segundo editorial, lia-se que a Monarquia era “sempre o verdugo do povo, seja qual fôr a política que comungue”. E noutro: “A situação atual da política no país desperta as mais graves reflexões. Não há mais pudor no governo, não há energia na oposição”. Seguiram-se comentários de incentivo ao povo; já não era “uma utopia, um sonho o Partido Republicano no Brasil”; pedia união e reivindicava direitos, terminando com o poema “A Luz”, de Luiz Eustáquio da Conceição Pessoa.

Na segunda edição, declarava um Aviso: “Qualquer homem do povo que fôr ofendido em seus direitos recorra às colunas de nosso periódico, que será atendido”. E numa nota final — “A todos os brasileiros” — assinada **A Redação**: “Na empresa que ora encetamos, cremos que compreendem-se os interesses de todos, porque visa ela a aproximação do futuro, que não deixará de ser propício ao Brasil: e por isto os convidamos para que dignem-se coadjuvá-la, não só com suas assinaturas, como com suas penas”.

Publicada regularmente, aos sábados e quartas-feiras, **A Luz** deu curso, em linguagem de estilo eskorreito, ao desenvolvimento do seu programa, através de sucessivos artigos e sueltos, passando depois a combater, paralelamente, o governo provincial, na gestão de Henrique Pereira de Lucena, ao passo que atacava o **Diario de Pernambuco**. Combateu, igualmente, os jesuitas, o bispo D. Frei Vital e a escravatura, pugnando pela abolição total.

Em geral, não tinham assinatura os artigos, alguns, porém, eram, às vezes, firmados por **G. F.**; **Um do Povo**; **Rivoli**; Anibal A. Falcão; F. C. P., Luiz Ciríaco Ribeiro, **Túlio**, etc. **Ascanius** e **Fluminio** focalizavam, raramente, assuntos literários; e poesias apareciam assinadas por Amaro Pessoa, **Anio de Forja** e mais pseudônimos.

A partir do nº 35, passou o periódico a ser impresso na Tip. do Comércio, à rua Camboa do Carmo nº 28. Já desde o mês de agosto vinha-se fazendo a publicação apenas uma vez por semana e, às vezes, mais espaçadamente. Prosseguindo sem mais alterações, atingiu o nº 41 a 30 de dezembro, quando a redação, em artigo de despedida do ano, declarava poder voltar "melhor preparados para uma luta de vida e de morte, porque temos fé que o Brasil há de regenerar-se".

Com o nº 42, ano II, em circulação a 10 de janeiro de 1874, continuou inalterável o programa d'**A Luz** — "republicano, anti-jesuítico e abolicionista", ao que juntou a campanha contra o domínio do comércio a retalho pelos portugueses. A começar do nº 54, de 25 de julho, aumentou o formato para 31x23 (três colunas de 14 cíceros), comportando, aproximadamente, o duplo de matéria, toda em tipo corpo 8 batido. E entrou a divulgar extensos artigos assinados por Manuel Augusto da Fonseca e Silva e **Floreio**, este fornecendo, ao mesmo tempo, estiradas políticas e crônica-folhetim; mais os poetas **Anio de Forja**, **Auxarme**, V. Moreira de Sá e outros, que apresentavam sonetos, quadras e glosas de estilo cívico.

Publicou-se **A Luz**, com irregularidade, até o fim do ano, datado o nº 62 de 14 de novembro (1). A 23 de janeiro de 1875 saiu o nº 64, possivelmente último, nada obstante vies-

(1) A coleção manuseada apresenta algumas lacunas.

se solicitando a permanência do auxílio dos assinantes, a fim de, iniciado o terceiro ano de sua atuação jornalística, continuar “na missão traçada” (2).

A impressão, nos últimos meses, estêve a cargo da oficina grafica d'**A Província**, à rua do Imperador nº 77 (**Bib. Púb. Est.**).

O TRABALHO — Publicação periódica por Antônio de Sousa Pinto e Generino dos Santos — Surgiu a 15 de abril de 1873, formato de 33x22, com oito páginas a três colunas de 12 ciceros. Constava do cabeçalho a divisa: “Plena liberdade de imprensa no terreno das idéias, responsabilizando-se cada um pelo que escrever”, seguida da legenda latina: “**Fac et spera**”. Confeccionado na Tip. Mercantil, de Carlos Eduardo Muhlert, à rua do Tôres nº 10, assinava-se a 3\$000 por trimestre, para o Recife, ou 4\$000 para o interior e províncias.

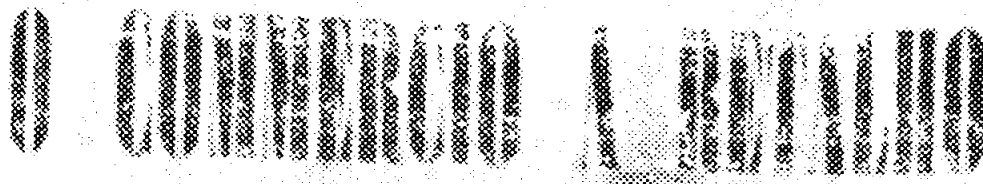
Ainda no Expediente: “Tendo a redação dêste jornal resolvido dar-lhe maiores proporções, no sentido de obviar futuras eventualidades, avisa aos srs. assinantes que por enquanto será publicado apenas duas vêzes por mês”.

Lia-se, no editorial de abertura, que o quinzenário nasceu “da consciência de um dever, e procurará triunfar da situação precária em que as condições de civilização o colocam, como a seus contemporâneos na imprensa. Se o conseguir, será um triunfo de mais e uma desilusão de menos.

“Um periódico que se destina a proporcionar às diversas classes sociais mais de um motivo de ensino ou de agradável e proveitoso passa-tempo, se tem uma tarefa difícil e espinhosa é também meritório concurso para a grande obra do futuro. Feliz **O Trabalho** se puder desenvolver cabalmente êsse programa, como está na mente e na vontade de seus obscuros redatores. Só assim poderá conquistar um acolhimento sincero e animador”.

Inseriu artigos sôbre diferentes assuntos, a maioria literários, assinados por Lagos Júnior, Sílvio da Silveira Ramos

(2) Vinte e dois meses depois, **O Echo Artístico** (edição de 26/11/1876) divulgava o seguinte: “Enviamos a todos os srs. assinantes d'**A Luz** o nosso periódico, por ter a redação desta acordado em indenizá-los”.



Publicación de la Ley 12 de 1952... No. 12 de 1952... 1952

Ao publico

El presente es un anuncio de carácter público... que se hace en virtud de la Ley 12 de 1952... para dar a conocer a todos los interesados...

Se hace saber a todos los señores... que en virtud de la Ley 12 de 1952... se ha procedido a la inscripción...

En consecuencia, se hace saber a todos los señores... que en virtud de la Ley 12 de 1952... se ha procedido a la inscripción...

COMERCIO RETALNO

Se hace saber a todos los señores... que en virtud de la Ley 12 de 1952... se ha procedido a la inscripción...

Se hace saber a todos los señores... que en virtud de la Ley 12 de 1952... se ha procedido a la inscripción...

Se hace saber a todos los señores... que en virtud de la Ley 12 de 1952... se ha procedido a la inscripción...

(depois chamado Sílvio Romero) (1), Celso de Magalhães, Aires Gama, Henry Murger (tradução) e Stênio, autor do folhetim "Sem título", além de poesias de Aureliano de Campos, Celso de Magalhães e Generino dos Santos, que também apresentou uma sátira anti-jesuítica usando o pseudônimo **Juvenal**.

O Trabalho circulou quinzenalmente, com regularidade, acrescentando ao corpo de colaboradores os nomes de Castro Alves (transcrições), A. C. Ferreira da Silva, Clementino Lisboa, R. de Sampaio, Alfredo Brandão e outros. Atingiu o nº 11 (último publicado) no dia 20 de setembro (2), com um total de 88 páginas, em numeração seguida (**Bib. Nac.**) (3).

O COMMERCIO A RETALHO — Publicou-se o nº 1, ano 1º, a 22 de abril de 1873, formato de 31x22, com quatro páginas de duas colunas a 20 cêntavos. Constava do expediente: "...publica-se uma vez por semana, aos sábados, e assina-se a 1\$000 por série de doze números"; avulso a \$100. A impressão estava a cargo da Tip. Comercial, à rua Estreita do Rosário nº 12.

Uma "Advertência", na última página, dizia: "A publicação desta gazeta é empresa de alguns brasileiros do comércio, que, por uma larga experiência, conhecendo que o comércio a retalho sendo somente dos estrangeiros é um mal, entenderam apresentar uma publicação para mostrar a urgente necessidade de nacionalizá-lo".

Mais adiante: "Entendendo os autores desta empresa que esta questão do comércio a retalho é de todos, convidam a todas as classes da sociedade para cooperarem, quer com as suas assinaturas, como com escritos prudentes e em termos que nos honrem". "Nada de recuar diante de arreganhos. A causa é nossa, não a entreguem aos estranhos, que utilizam-se do nosso suor e zombam de nós".

O artigo de apresentação alertava: "Para conseguir-se a nacionalização do comércio, não é preciso meio algum for-

(1) Nas edições de abril e julho, Sílvio assinou a série "O Romantismo no Brasil".

(2) Alfredo de Carvalho mencionara o nº 7, de 15 de julho, como último publicado, fazendo-o, porém, interrogativamente.

(3) O número de estréia de **O Trabalho** é encontrado, também (único), na Biblioteca Pública do Estado.

te; o que é mister é sermos patriotas, é contar com os nossos homens públicos, que têm sido a causa dos males que sofremos”.

Seguiu-se outro editorial, intitulado “Meios de conseguir-se a nacionalização do comércio a retalho”, vindo após longa “Representação à Assembléa Provincial”, assinada por João Cândio Gomes da Silva e Romualdo Alves de Oliveira, que sugeriam pagarem os negociantes estrangeiros o impôsto de seis contos de réis anuais ou admitirem “caixeiros brasileiros em seus estabelecimentos”. Como exemplo, transcreviam a lei que “nacionalizou o comércio a retalho em Portugal”.

Não cuidaram de outro assunto os longos artigos ou comentários ligeiros d’**O Commercio a Retalho**, nas edições que se seguiram.

A periodicidade não vinha sendo cumprida e o nº 6 já saiu datado de 7 de julho (1), daí passando, na coleção manuseada (com lacunas), para o 14º e o 15º, êste de 18 de setembro, com as seguintes alterações no expediente: “Série de 20 números — 2\$000, ou 2\$500 para fora da capital; preço do número avulso — \$120. Edição de 1000 exemplares. Assinantes: 700”.

Não existem mais comprovantes do bravo jornal até o número 45, após o qual houve certo interregno.

Com o nº 46 (tendo abaixo: nº 1), ano III, série 6ª, voltou à circulação no dia 10 de julho de 1875, escrevendo a propósito: “Tendo-se completado a 5ª série d’**O Commercio a Retalho**, foi suspensa sua publicação por achar-se a oficina ocupada e em desarranjo. Como tenha cessado a impossibilidade, vamos continuar na nossa espinhosa tarefa”.

Após ligeiro tópico, concluiu a nota de abertura, intitulada “Ao público”: “Esperamos que o povo compreenda a utilidade da discussão da nacionalização do comércio a retalho, do desenvolvimento das indústrias, da agricultura, das artes,

(1) Alfredo de Carvalho, no seu relato ligeiro dos “Anais”, enganou-se ao mencionar o nº 5 como último publicado, atribuindo-lhe, além disso, a data de 23 de julho, em lugar de junho.

das quais **O Commercio a Retalho** se há ocupado com tanto denodo. O povo que nos ajude, que assine uma publicação que advoga a causa nacional”.

Passou, segundo rezava o Expediente, a publicar-se em dias indeterminados, já impresso em tipografia própria, à rua do Imperador nº 12, custando 1\$000 uma série de 10 números, para a cidade, ou 1\$200 para fora, e \$100 o exemplar.

O nº 47 (ao mesmo tempo: nº 2) circulou no dia 31, não havendo indícios de mais alguma edição.

Nessa última fase, a fôlha intensificou sua campanha, inclusive através dos artigos de João Cândio Gomes da Silva, difundindo, igualmente, os acontecimentos do município de Goiana, onde comerciantes brasileiros vinham sendo perseguidos (consoante os correspondentes dali) pelos portugueses.

Foram as dificuldades financeiras o motivo da suspensão do periódico. Escreveu a redação, a respeito: “Da publicação passada temos mais de seiscentos mil réis sem receber, o que deu lugar a sacrifícios extremos para a sustentação da gazeta”.

De certo que a situação se tornara insustentável — anegar dos 700 assinantes referidos no cabeçalho, — faltando ao jornalista proprietário Romualdo Alves de Oliveira a ajuda dos leitores-amigos, para os quais tantos apelos fizera (**Bib. Púb. Est.**).

O LÁBARO — Crítica e Literatura — Fundado nos primeiros dias de abril, publicou-se o nº 5 a 8 de maio de 1873, formato de 37x26, com quatro páginas a três colunas de 14 cíceros. Trazia, sob o título, a divisa: **Alea jact est**”. Impressão da Tip. Comercial. Semanário, assinava-se a 3\$000 por trimestre, sendo um dos redatores Celso Magalhães.

A edição estampou, em continuação e a continuar, uma biografia de Manuel Beckman, por Clementino Lisboa; o estudo “Poetisas brasileiras”, com a assinatura **Z.**; folhetim literário de **Mephisto** (pseudônimo de Adolfo Generino dos Santos); poesias de Cândido de Brito e do redator mencionado; boa seção de Teatro; Noticiário, etc.

Teria ficado no nº 5 (**Bib. Púb. Est.**).

CULTO AS LETTRAS — Periódico Científico e Literário — Órgão do Instituto Histórico Filosófico Pernambucano (1), surgiu a 20 de maio de 1873, formato de 26x18, contendo 16 páginas, mais a capa, esta em papel de côr. Comissão de redação: Frederico Augusto Borges (relator), Isaias Guedes de Melo e Albino Gonçalves Meira de Vasconcelos. Impressão da Tip. Comercial, à rua Estreita do Rosário nº 12. Assinava-se “a 2\$000 por trimestre dentro da capital, e 3\$000 para fora, pagos adiantados”. Negócios a tratar na “residência da redação”, à rua das Trincheiras (transversal à rua Nova e hoje inexistente) nº 48, 1º andar. Slogans da abertura do texto: “**Transibunt dies augebitur scientia**” (Bacon) e “**Travaillez, travaillez, il en restera toujours quelque chose**”.

Constava do artigo-programa: “Tradução fiel do que somos — fracos cultivadores da ciência — êle (o periódico) servirá de simples trato a nossos exercícios intelectuais. Expressão genuína de nossas idéias, êle será o pobre monumento em que gravaremos os pensamentos dessa época feliz e cheia de concepções sublimes a que chamam mocidade, como exíguos auxiliares ao majestoso edifício do futuro. Santo respiradouro de nossos mais íntimos sentimentos pelo progresso da pátria, êle será o órgão de nossos sinceros votos no pequeno templo da ciência, prestando ardente culto às letras”.

Logo no nº 2, a revista repeliu críticas do jornal **O Lábaro**, que lhe atribuiu “falta de unidade de princípios”, continuando a polêmica nas edições seguintes.

No nº 4, em nota assinada, os redatores Frederico Borges e Isaias de Melo voltavam-se contra Sílvio Ramos (depois chamado Sílvio Romero), o qual, através das páginas do semanário **O Liberal**, refutara o artigo “A crítica literária”, inserto na primeira edição d’**O Culto**, sem assinatura, mas sabidamente redigido por Albino Meira. Acentuou a nota: “. . .o sr. Sílvio não é homem para as lutas sérias, as lutas da idéia. A sua linguagem insultuosa e virulenta ao dirigir-se a um colega, o horrível método de argumentação com

(1) O Instituto Histórico Filosófico Pernambucano fundou-se a 18 de outubro de 1868, tendo sido seu primeiro presidente José Anastácio da Silva Guimarães.

as armas do pelejador baldo de recursos, de meios para levar de vencida o adversário, constituem-lhe péssima recomendação”.

No referido nº 4, que saiu a 22 de agosto, viu-se Albino Meira substituído, no corpo redacional, por José Bandeira de Melo.

As quatro edições, em numeração seguida, formam um volume de 66 páginas. Teria circulado outra edição em setembro. Sua matéria dividia-se em “Parte Científica” e “Parte Literária” (prosa e verso), sendo colaboradores, além das produções da turma de casa, Altino de Araújo, Angelo Yago, Castro Rebelo Júnior, **Idealista**, A. Brandão, Pacheco Soares, Pereira Franco, M. Jonhson Ferreira, João Kopke e **Pietro Fiorentino**, que fazia a “Crônica” do fim, sendo a última delas assinada por outro pseudônimo: **Rafael Olozaga**.

Seguindo o ritmo anterior, voltou a publicar-se o **Culto às Letras** — nº 1, ano II — a 1º de maio de 1874, desfalcado o corpo redacional de Isaias Guedes de Melo e transferida a confecção material para a Tipografia do Comércio, situada na rua Camboa do Carmo nº 28. Novos colaboradores: Albino Meira (de volta), J. Morais, J. Gualberto Gomes de Sá e **Fritz**, o cronista.

Embora não restem comprovantes outros, das edições seguintes, a publicação prosseguiu, sendo o aparecimento do nº 6 noticiado a 23 de outubro do referido ano, pelo diário **A Província**, em cuja oficina passara a ser efetuado o trabalho gráfico.

Prosseguiu em 1875, saindo o nº 1, ano III, no dia 25 de julho, obedecendo à quantidade inicial de páginas, sem alterações quanto ao expediente. Escreveu o editorialista: “Os que ficam têm o inaufereível dever de conservar a imprensa na mesma altura, fecundando pelo estudo e pelo trabalho, em ordem a convencer, aos que hão de chegar, de que, no dia do abandono da imprensa o livro estará fechado, as noções de direito obliteradas, a vida política extinta e um retrocesso fatal se terá operado nos ingentes progressos obtidos pela civilização e pela liberdade. O **Culto às Letras** foi como um **fiat** no meio da indiferença que enervava o coração da mocidade; esta, despertada, disse para o seu primeiro órgão: **Surge et ambula**... E êle há de caminhar, não como

o proscrito da legenda hebraica, mas como o obreiro infatigável”.

A edição inseriu, na “Parte Científica”, produções de J. M. Metelo (nôvo redator) e Bandeira de Melo e, na “Parte Literária”, longo artigo assinado por **Um Carvoeiro**, assim se ocultando Albino Meira para atacar Tobias Barreto de Menezes, cujo recente livro, “Ensaio e Estudos de Filosofia e Crítica”, classificou como “coisa muito ruim”, “que não valia nada”. Castro Rebelo Júnior e F. de C. firmaram poesias, e H. o “Folhetim” (**Bib. Púb. Est.**).

Ainda ocorreu a publicação do nº 2, ano III, datado de 25 de agosto (2), páginas 17 a 32, ainda capa de côr e coloração, entre outros, de L. F. e **Pietro Fiorentino** (Exemplar único existente na Biblioteca Nacional).

O VERDADEIRO CATHOLICO — Jornal Hebdomadário — Iniciou-se a 7 de junho de 1873, formato de 31x21, com quatro páginas de duas colunas largas, impresso na Tip. Commercial. Sob o título trazia os conceitos: “É só a verdade de Deus que confere a verdadeira liberdade. O Evangelho de Cristo é o código da redenção intelectual, social e religiosa”. Assinava-se a 7\$000 por ano (8\$000 para fora da capital) e a 2\$000 por trimestre.

O editorial de apresentação condenou a “doutrina subversiva propagada pela negra seita dos filhos de Loiola”, a “onda devastadora do ultramontanismo” e os “modernos fariseus da sinagoga romana”, acentuando:

“Sublime e civilizadora por certo é a missão d’**O Verdadeiro Catholico**. Ele tem por fim não só lutar em prol de todos os direitos do homem, pregar amor e fraternidade — como pregavam, outrora, os primeiros apóstolos aos cristãos da primeira igreja — mas também arrancar as máscaras desses falsos discípulos de Jesus, que, esquecendo e pervertendo os são princípios do Cristianismo, só aspiram o domínio universal pela mais sórdida cobiça de mando e de riquezas. Assim julgamos ter explicado o aparecimento d’**O Verdadeiro Catholico**, órgão pelo qual pretendemos glorificar a Jesus Cristo e a sua doutrina”.

(2) Alfredo de Carvalho registara o nº 1, de julho de 1875, como último publicado.

Circulando regularmente, cumpriu o programa traçado, através de longos editoriais, focalizando, principalmente, a Questão Religiosa em Pernambuco, com palavras de simpatia à grei maçônica e de crítica aos atos do bispo D. Frei Vital Maria de Oliveira. No regime do “continua”, **Philaetho** escreveu o estudo “O Estado e a Igreja”. A partir do nº 4, publicou-se o trabalho “Roma perante o século”, de Carl von Koseritz, cuja inserção se estendeu até o último número, sem chegar ao fim. Enquanto isto, **Anemoscopo** lançava um protesto contra a atitude do líder político liberal Zacarias de Gois, que, na Câmara dos Deputados, afirmara não poder tornar-se juiz, no Brasil, o cidadão que não professasse a religião Católica, Apostólica, Romana.

Era dêsse gênero a matéria rotineira do semanário. Outra série de artigos, que não chegou ao fim, de tão longa, foi a intitulada “Separação da Igreja do Estado”, firmada por **S. Morin**. As vêzes completavam alguma edição as “Variedades”, não faltando, até, esporádicas poesias, inclusive de Vitoriano Palhares.

Além de outras transcrições, divulgou, já nos últimos números, extensos artigos sôbre o tema “Estêve São Pedro alguma vez em Roma?”

Sem interrupções, salvo na última quinzena do ano, **O Verdadeiro Catholico** deu a lume 31 edições, a derradeira das quais datada de 17 de janeiro de 1874 (**Bib. Púb. Est.**).

A LANTERNA — Jornal Contra a Tirania — Começou a publicar-se no dia 21 de julho de 1873, formato de 22x15, com quatro páginas de duas colunas. Redator — M. A. Azevedo Pontes. Impresso na Tip. Comercial, à rua Estreita do Rosário nº 12, tinha escritório da redação na Travessa do Ouvidor (atual rua Marquês do Recife) nº 1, locais onde se vendia o exemplar a 60 réis e se contratavam assinaturas à razão de 3\$000 por semestre. Ainda constava do Expediente: “A redação aceita todo e qualquer artigo de fora e assume a responsabilidade estando legal”.

Surgiu na imprensa, conforme o editorial de apresentação, “para dissipar as nuvens dos horizontes políticos dêste país. Um clube de liberais disfarçados se ergue para fazer oposição aos conservadores com a capa da santa instituição republicana. Infâmia! Ilusão! Mentira!”

Declarava-se habilitado a denunciar que o Clube Republicano do Recife fôra organizado pelos liberais “para galgarem o poder a todo transe”. Desmascará-los era a missão d’**A Lanterna**. Seguiram-se comentários intitulados “Desçam as máscaras”, “Deixemo-nos de sofismas”, “Lutemos” e outros, em que reivindicava a “republica federal”, criticando acerbamente os falsos republicanos e condenando a “corrupção” do poder monárquico. Em artigo assinado, o redator abriu polêmica, em tórno dos republicanos-liberais, com J. F. Conceição, êste respondendo pelo **Jornal do Recife**.

No segundo número, divulgou um “Protesto do Partido Republicano de Pernambuco”, contra “a pena de morte lançada ao infeliz soldado João Raimundo, pelo poder moderador”. Para que o povo, em geral, tivesse conhecimento dêsse protesto, a edição, aumentada, foi distribuída grátis.

Em sua curta existência, **A Lanterna** defendeu sempre os “republicanos federais”; fustigou a “democracia vil e nojenta”; repeliu as atitudes do bispo D. Vital e não deixou de investir contra o presidente da Província, Henrique Pereira de Lucena.

Terminou denunciando que falsos republicanos haviam arrecadado boa soma de dinheiro para os funerais de “um patriota distinto”, Antônio Borges da Fonseca, mas nada fizeram, senão encher “a barriga, sem dar a mínima satisfação ao público”.

O quinto e último número do semanário saiu a 28 de agosto (**Bib. Púb. Est.**).

A IMPRENSA — Órgão de Instrução, Literatura, Recreio, interessado na ilustração da Classe Artística — Apareceu no dia 3 de agosto de 1873, formato de 30x20, com quatro páginas de duas colunas largas, impresso na Tip. Mercantil. Abaixo do título, um de cada lado, vinham os conceitos: “O estudo das artes liberais adoça os costumes e reprime a ferocidade” (Ovídio) e “O que entenderdes que é útil podeis sem receio publicá-lo” (Courrier). Assinava-se a 2\$000 trimestrais, acrescidos de \$500 para fora da província, custando o número avulso 200 réis.

A “Introdução” constituiu um hino de louvor aos artistas, assim concluindo: “E quando o artista tiver recon-

quistado seus direitos; quando a luz da ilustração lhe tiver mostrado todos os trilhos por onde lhe é dado seguir, **A Imprensa** terá cumprido a sua missão. Respeitai a santidade da causa que ela defende. Deixai-a seguir caminho! E, se vossas forças chegam a tanto, auxiliai-a”.

Inseriu extensa carta, alusiva, de R. de S. Paio; lições de Filologia e Geografia, prosa e poesia de C. T., charadas e enigmas.

Não saiu jamais o segundo número (**Bib. Púb. Est.**).

O POSTILHÃO — Jornal Satírico e Joco-Sério — Fundado na semana anterior, para publicar-se aos sábados, circulou o nº 2 a 25 de outubro de 1873, formato de 30x20, com quatro páginas, sendo duas tipográficas e duas litográficas. Preço do exemplar — 200 réis. O desenho do título figurou um cavalo a tôda brida, montado por homem de rebenque à mão, vendo-se na garupa um indivíduo em atitude de cair no chão. Abaixo, a seguinte quadra:

“Não se quer assinatura
Prá se não levar calote;
Quem não andar muito direito
Apanha com o calabrote”.

Impresso na Tipografia Americana, as páginas de matéria redacional constituíam-se, tão somente, de crônicas ligeiras e versos, compreendendo sátiras, epigramas e remosques. As outras duas estampavam **charges** de crítica de costumes (**Bib. Púb. Est.**).

Apesar de não existir outro qualquer exemplar colecionado, **O Postilhão** não morreu (1). Talvez houvesse ficado suspenso por algum tempo. A 30 de agosto de 1874 o **Diário de Pernambuco** noticiava haver entrado em circulação o nº 1 daquele órgão satírico editado pela Tip. Americana, continuando a fazê-lo cada semana, até 17 de outubro, quando registou o nº 8. Ainda começou nova série, cujo nº 2 teve

(1) Alfredo de Carvalho registara o nº 2 d'**O Postilhão** como último, seguido de interrogação.

seu aparecimento noticiado na edição de 26 de novembro. Nada mais informou o **Diário**. Foi o fim.

JORNAL DE FABIO RÚSTICO (1) — Revelações ao Povo — Circulou no dia 6 de novembro de 1873, formato de 22x15, com quatro páginas de duas colunas, sendo impresso na Tip. do Comércio. Sob o título, apresentava a verrina: “O jesuita é o inimigo, três vêzes secular, da razão do homem e da liberdade dos povos. É tempo... Maldito o jesuita!”.

No “Prospecto” de apresentação, explicava: “Quem seja **Fabio Rústico** (2) não sabem os que se associam para a publicação desta fôlha popular; mas, apreciando a valentia de tão arrojado lutador com a clava do livro, quiseram auxiliá-lo com a flexa do jornal. Eis a razão do nosso título, eis também o nosso programa, amplamente revelado pelo mesmo título: Combater a vergonha, a infâmia do jesuitismo na terra de Pernambuco”.

Esclareceu um Aviso da última página que, vendendo o exemplar a 100 réis, a redação não tinha idéia de lucro, visando apenas a cobrir a despesa tipográfica. Publicar-se-ia em dias indeterminados, sendo distribuído na tipografia e nas livrarias.

Começando com a mofina “Fora o jesuita!”, a matéria da fôlha constituiu-se de artigos, sueltos e “Crônica”, tudo encerrando violentos ataques e acusações à Ordem de Inácio de Loiola e, particularmente, ao bispo D. Frei Vital, apontado como provocador da famosa Questão Religiosa de Pernambuco.

Assim ocorreu quanto ao nº 2 (e último), datado de 29 do referido mês, a par de uma carta da **Fabio Rústico**, agradecendo à redação a honra de haver dado o seu nome de guerra ao órgão anti-jesuítico e reafirmando o seu horror à imprensa episcopal e aos que “babam, mordem, irritam, investem, fogem, sempre como uns cães, nunca discutindo os escritos e sim os escritores” (**Bib. Púb. Est.**).

(1) Não relacionado pelo citado autor dos “Anais”.

(2) Pseudônimo do professor Aprígio Justiniano da Silva Guimarães, utilizado na publicação de dois livros contra o jesuitismo.

1874

O **FUTURO** — **Órgão da Mocidade** — Fundado a 6 de março (“Anais”), só existem comprovantes a partir do nº 8, de 30 de junho de 1874. Apresentava o formato de 22x15, com quatro páginas. Impresso na Tip. Comercial, à rua Estreita do Rosário nº 12, instalara redação no mesmo local. Assinatura trimestral — 1\$400; mensal — 500 réis, devendo circular três vezes por mês.

O nº 9 saiu a 10 de julho e o nº 13 a 20 de agosto. Sua matéria constava de editorial, “Variedades” e colaboração literária de A. S. Lopes Lima, F. Retumba Júnior, José de Amorim Salgado e Rufino A. de Almeida Júnior (**Bib. Púb. Est.**).

Prosseguiu a publicação d’**O Futuro**, cujo último número, o 15º (1), foi noticiado pelo **Diario de Pernambuco** de 17 de setembro do mesmo ano.

O **BRAZIL ILLUSTRADO** — **Periódico Lúdrico** — Iniciada a publicação a 8 de março (“Anais”), só foi possível avistar comprovante do nº 7, de 18 de abril de 1874, formato de 31x22, com quatro páginas, sendo duas de retratos e **charges**, em litogravura, do desenhista José Neves. Aparecia aos sábados, custando o exemplar 500 réis e a anualidade 10\$000. Impressão da Tip. Comercial.

Nada tinha de lúdrica ou ridícula a matéria do magazine, que inseriu literatura, inclusive poesias de C. T. e F. C. Pinheiro. Na primeira metade da quarta página estampou, em meio a expressiva alegoria, bom retrato do escritor Aprígio Guimarães, ladeado de duas figuras de mulher, uma das quais em posição de coroa-lo. Dizia a legenda: “Pernambuco assiste a Liberdade coroar o autor do drama **Nunes Machado**”.

Encontrado, também, mas feito **Jornal Crítico** (e não **Lúdrico**), o nº 3 d’**O Brazil Illustrado**, correspondente ao III trimestre e datado de 27 de setembro. Apresentou literatura, humorismo e crítica de costumes, nas respectivas páginas tipográficas e litográficas (**Bib. Púb. Est.**).

(1) A. de Carvalho registara o nº 8 d’**O Futuro**, interrogativamente, como último.

O DOMINGO — **Periódico Científico e Literário** — Impresso na Tip. do Comércio, em pequeno formato, “o nº 1 saiu a 22 de março. Raríssimo” (“Anais”).

A MUTUCA — **Periódico Humorístico** — Surgiu no dia 7 de maio de 1874, formato de 32x23, com oito páginas, sendo quatro de desenhos litográficos, a cargo de J. E. Purcell. Impressão da Tipografia do Comércio, situada à rua Paulino Câmara (atual Camboa do Carmo) nº 28. Tabela de assinaturas: ano — 12\$000; semestre — 7\$000; trimestre — 4\$000; para fora da província: 13\$000, 8\$000 e 5\$000, respectivamente; pagamento adiantado. Preço do exemplar — \$500.

Publicação das quintas-feiras (título hábilmente desenhado, com mutucas voejando em tórno), seguiu o programa traçado, servido de seções amenas ou venenosas, a ressaltar as “Mordidelas”, “Contrasensos”, “Beliscões”, Coisas impossíveis de acreditar”, “Incompatibilidades”, “A última hora”, etc.

Do nº 5 ao 12º, divulgou o romanceto “Julieta”, sem designar autor, também não ocorrendo assinaturas em nenhuma outra matéria, nem nas **charges** em litogravura, de muito mau gosto, destinadas à crítica de costumes (**Bib. Púb. Est.**).

Das três únicas edições manuseadas faz parte o referido nº 12, de 23 de julho (1). O nº 13, noticiado pelo **Diário de Pernambuco** de 4 de agosto, completou o primeiro trimestre, para logo começar o segundo, vindo a extinguir-se **A Mutuca** com o nº 3, registado pelo mesmo **Diário**, edição de 2 de setembro.

O ECHO LITTERÁRIO — **Periódico Instrutivo** — Fundado a 30 de junho de 1874 (“Anais”), não existem comprovantes dessa primeira fase, que se teria prolongado até o mês de setembro.

Ressurgiu — nº 1, ano II — a 1º de maio de 1875, formato de 22x15, com quatro páginas de duas colunas, impresso na oficina do **Correio do Recife**. Publicação trimen-

(1) No seu registo dos “Anais”, Alfredo de Carvalho designara, interrogativamente, o nº 6, de 10 de junho, como último.

sal, assinava-se a 2\$000 por trimestre, mediante pagamento adiantado. Redatores — Dias Irmãos.

Dizia o “Programa”: “Aparece, novamente, na arena jornalística, donde por algum tempo se retirara...” Tinha em vista **O Echo Litterario**, como dantes, “o aperfeiçoamento e desenvolvimento das nossas inteligências”. Iniciou a republicação dos seis primeiros capítulos da novela “A vítima da ambição” e M. C. Buarque ocupou-se, em artigo, d’“A atitude da imprensa entre nós”.

Seguiu-se a circulação com regularidade, divulgando literatura em prosa e verso e uma seção de Charadas. A partir do nº 7, o trabalho material transferiu-se para a Tipografia Mercantil e, atingido o nº 10, de 15 de agosto, aumentou o formato para 37x20. A redação também mudou de local, passando da rua 1º de Março para a Larga do Rosário nº 24, 1º andar.

Entre nomes e pseudônimos, o pequeno órgão contou com a colaboração de **D. Luiz Rivera**, **D. Juan Marin**, **Platão Cavalcanti**, **Ernesto Sarmento**, **W. Shakspeare**, **Newcastle**, **F. X. Barreto**, **A. Santiago**, **A. J. Oliveira Júnior**, **Patrício**, **H. Bom**, **Ciridião Durval**, etc. Já nos últimos números apreciava a **Crônica-Folhetim**, sem assinatura.

O nº 11 saiu com atraso de dois meses, precisamente no dia 10 de outubro (1). Foi o fim (**Bib. Púb. Est.**).

A **VOZ DA MOCIDADE** (1 A) — Em sua edição de 4 de julho de 1874, **A Província** acusou o recebimento do primeiro número desse jornal, cujo programa visava à “sustentação da forma republicana”.

Ficou aí o noticiário.

REVISTA LITTERARIA — Órgão da sociedade Ciência e Progresso — Publicou-se o nº 1 a 13 de julho de 1874, formato médio, com oito páginas de três colunas largas. Impresso na Tip. do Comércio, indicou, no cabeçalho, o seguinte corpo redacional: **Antônio Pinheiro Lobo de Meneses Ju-**

(1) Alfredo de Carvalho registara o nº 10 como tendo sido o último d’**O Echo Litterário**.

(1 A) Não consta dos “Anais”.

rumenha, M. B. Diegues Júnior e Eugênio Samico. Abaixo do título, os versos de Horácio:

**“Si quid novisti rectius isti
Candidus imperti. Sinon
Is utere meum”.**

O editorial de apresentação, de quase uma página e muito bem redigido, fez um apanhado das idéias da mocidade que ingressava “na livre arena da imprensa” em face do “quadro sombrio da atualidade”.

Acentuou o articulista: “. . .somos moços, saímos a campo para sustentar nossas convicções, queremos também aspirar a áurea livre da praça pública, sentimos necessidade de adelgçar a atmosfera pesada que nos envolve”.

“Queremos a liberdade em sua irradiação a mais completa, queremos-la todos, porque a sua posse será o alvo dos nossos esforços”.

“Nós que somos os cidadãos do futuro e os depositários das esperanças da pátria, empunhamos a pena, que há de ser o nosso gládio, para prestar-lhe profícuo auxílio quando ela reclamar o tributo dos nossos esforços”.

Colaboraram, na “Parte Científica”, M. B. e Jurumenna; na “Parte Literária”: Samuel David, A. Holanda e, ainda, Jurumenna, com o romance de costumes cearenses “A órfazinha”, que ocupou duas páginas, para continuar na edição seguinte. Na “Parte Histórica”, grande espaço foi ocupado pelo trabalho “Os quilombolas”, também em regime de continuação. Assinaram poesias P. de Albuquerque, L. de Holanda, D. Vieira e Tomé Afonso de Moura.

“Todos os seus artigos — escreveu, três dias após, o **Diário de Pernambuco** — estão recomendados por nomes de moços reputados já de talento e estudiosos”.

Apesar dos “continua” e da boa receptividade encontrada, não passou do primeiro número a **Revista Litterária (Bib. Púb. Est.)**.

O REPUBLICANO FEDERATIVO — Periódico Político, Religioso e Literário — Redigido pelo padre José Francisco de Arruda Câmara e fundado a 15 de julho de 1874, para pu-

blicar-se semanalmente (“Anais”), não restam comprovantes das edições correspondentes ao primeiro ano, cujo último número, entretanto, foi o 5º, registado pelo **Diario de Pernambuco** de 17 de dezembro.

O nº 1, ano II, circulou a 3 de abril de 1875, formato de 31x22, com quatro páginas de duas colunas largas, impresso na Tipografia Americana e distribuído gratuitamente. Inseriu quatro longos editoriais, todos de crítica ao regime monárquico, atacando o “negro e nefando Império da injustiça”.

Não foi possível constatar até onde se estendeu a publicação, no seu segundo ano de existência. Outro único comprovante manuseado foi o nº 9, ano III, de 4 de dezembro de 1876, cujo editorial, ocupando tôdas as quatro páginas, para continuar na edição subsequente, começou com o slogan (de 1868) d’**O Democrata Federativo**: “É o govêrno bacharel imperial das desgraças do Brasil causa fatal” (**Bib. Púb. Est.**).

O PRESENTE — Jornal Científico e Literário — Noticiou-lhe o aparecimento, ocorrido no dia 20, o **Diario de Pernambuco** de 24 de julho de 1874. Órgão da Sociedade Instituto Recreio Juvenil, impresso na Tipografia do Comércio, devia circular bimensalmente.

A propósito, escreveu **A Província** do dia 25: “Pelo primeiro artigo vemos que, além de literário, é êsse periódico também político, e liberal”.

Teria ficado, ao que tudo indica, na edição de estréia o pequeno órgão, cuja redação Alfredo de Carvalho atribuiu a Augusto Coelho Leite e Eduardo de Carvalho.

REVISTA DO CONGRESSO LITTERARIO — Publicação mensal, apresentou-se na arena da imprensa a 31 de julho de 1874, formato de 26x18, com 16 páginas. Redatores — João Henrique Vieira da Silva, relator (1), Francisco de Assis Rosa e Silva e Manuel de Carvalho e Sousa. Trabalho

(1) Alguns jornais e revistas da época estudada costumavam designar um dos seus redatores como “relator”, o que pode hoje ser traduzido por chefe de redação ou editor.

material da Tip. do Comércio, situada na rua Paulino Câmara (atual Camboa do Carmo) nº 28.

“Filha de uma associação de moços que estudam, a **Revista** vem hoje impetrar do público ilustrado favor e indulgência”. Tal foi o início do seu artigo-programa, que se alongou por mais de três páginas, declarando, em resumo, não adotar unidade de doutrina, tanto que, lado a lado, poderiam ser encontradas, em suas colunas, “opiniões e crenças que jamais se poderão pôr de acôrdo”, tema êsse que predominou no alinhar de considerações do editorialista. Rendia, assim, homenagem à liberdade do pensamento. Mas, tinha outras aspirações, acentuando: “A literatura amena terá aqui também os seus representantes e o belo os seus cultores”.

Constaram da edição artigos de Vieira da Silva e J. Moreira; êste pugnando pela separação da Igreja do Estado; defesa de teses de S. Marques e Rosa e Silva; “Folhetim”, como se intitulava a crônica final, de **Marius**, e uma poesia de caráter épico, assinada com asteriscos, da qual vale transcrever uma de suas doze sextilhas:

“Éramos nação de bravos!
E restam servis escravos
Sob o jugo dum vilão
Envolto na realeza,
As leis da Natureza
Revolvendo ao pó do chão” (Bib. Púb. Est.).

O nº 2 do magazine circulou a 31 de agôsto, só aparecendo o terceiro (e último) três meses depois (2), noticiado pelo **Diário de Pernambuco** de 4 de dezembro.

CARITAS CARIDADE — Periódico Exclusivamente — Moral e Religioso. Publicado Sob a Proteção dos Homens Bons desta Cidade — Surgiu no dia 9 de agôsto de 1874, impresso na gráfica do **Correio do Recife**, à rua de São Francisco, formato de 30x21, com quatro páginas de duas colunas.

(2) Alfredo de Carvalho consignou o nº 2, interrogativamente, como derradeiro publicado.

Entre as palavras do título, adotou um emblema do Coação de Jesus, lendo-se mais abaixo: “Se eu falar as linguas dos homens e dos Anjos, e não tiver caridade, sou como o metal que sôa ou como o sino que tine. E se eu tiver o dom da profecia, e conhecer todos os mistérios e quanto se pode saber, e se tiver tôda a fé até ao ponto de transportar montes, e não tiver caridade, nada sou” (Ep. de S. Paulo aos Coríntios, Cap. XIII, v. 1 e 2).

Ainda no cabeçalho, na largura da página, vinha o Expediente: “A **Caridade** distribui-se gratuitamente pela população, em tôdas as Domingas do ano. Os senhores que quiserem inscrever-se como protetores da emprêsa dignem-se de comparecer à rua do Imperador, Livraria Universal, nº 54, onde se lhes darão as necessárias explicações”.

Ao pé da terceira página, continuando na primeira coluna da quarta, à guisa de apresentação, localizou-se um “Apêlo aos homens bons da provincia”, o qual aludiu ao aparecimento do periódico, que tinha por objetivo instruir e edificar aquêles que precisassem de ensino religioso. Como a emprêsa era pobre, pediam os seus organizadores o concurso dos que pudessem auxiliá-la, aduzindo:

“Aquêles que assinarem 1\$000 mensais terão direito a dois exemplares da fôlha publicada; os que assinarem 2\$000 terão direito a quatro exemplares; e assim por diante”. Era de 2.000 a tiragem inicial.

Seguiu a publicação o seu programa, divulgando temas doutrinários, tais como: “A igreja”, “A Caridade”, “História Bíblica”, “Estado da Religião”, “Deus criador do céu e da terra”, “Regras de conduta tiradas da Escritura Santa”, “Bons exemplos”, etc.

Terminado o ano com o nº 20, de 20 de dezembro, publicou-se o nº 1, ano II, no dia 3 de janeiro de 1875 e o 45º a 12 de dezembro. O nº 1, ano III, saiu no dia 9 de janeiro de 1876 e o 46º a 17 de dezembro. O nº 1, ano IV, apareceu a 7 de janeiro de 1877 e o 50º a 23 de dezembro. O nº 1, ano V, circulou no dia 6 de janeiro de 1878 e o 50º a 21 de dezembro.

A partir do nº 12 do último ano foi retirada do Expediente a palavra “gratuitamente”. E, de quando em quando,

surgiam apelos aos “protetores da emprêsa”, a fim de que pagassem as assinaturas, uma vez que as despesas eram grandes.

Embora arcando com dificuldades, prosseguiu a publicação — nº 1, ano VI — a 5 de janeiro de 1879 (1), mas só atingiu o nº 18, saído a lume no dia 11 de maio.

Caritas — Caridade manteve, em tôda altura, a linha doutrinária traçada, só raramente, porém, ocorrendo artigos assinados, dos padres F. S. C. e João Vieira Neves Castro da Cruz. Poesias de fundo religioso também eram contraditórias, da autoria de A. Moreira Belo ou A. Gonçalves da Costa Lima (**Bib. Púb. Est.**).

A **CIGANA** — Fôlha humorística ilustrada, surgiu no dia 8 de setembro de 1874, formato 28x19, com oito páginas, quatro das quais de gravuras litográficas. Redação atribuída a Isaias Guedes de Melo, imprimindo-se na Tipografia do Comércio. Assinaturas: anual — 11\$000; trimestral — 3\$000, ou, para o interior, 4\$000.

O cabeçalho figurou uma cigana, tendo às mãos longa faixa, solta ao vento, com o nome do periódico e principais indicações; do chapéu saía-lhe uma faixa menor, com o distico “Segredos da Buena-Dicha”. Noutro desenho, completando a página de frente, um indivíduo chamado “O interesse público”, de cartola à mão, apresentava a outro indivíduo, sentado junto a uma mesa, o mesmo tipo de mulher visto em cima, lendo-se abaixo a legenda: “Apresento-vos, leitor, a mimosa **Cigana**; vem ler-vos a buena-dicha”.

Salientou o conciso editorial de apresentação, abrindo a segunda página: “**A Cigana** não tem política pronunciada. Ama ao povo donde nasceu e advoga-lhe os interesses, quando esquecidos pelos figurinos sociais”. Não admitiria, nas suas colunas, “o pasquim, o insulto vil, a torpe calúnia, que levanta altiva o colo”. Acatava “o mérito, o talento, a virtude cívica”.

(1) Alfredo de Carvalho mencionara, como número final, o último de 1878, no que foi seguido pelo Cônego Xavier Pedrosa, no seu livro “Letras Católicas em Pernambuco”, publicado em 1939.

Realmente, só admitiu, na edição de estréia, humorismo sadio, **charges** de espírito, crítica comedida, tendo esta, aliás, como alvo principal o cônego Joaquim Pinto de Campos. Algumas notas ou versos chistosos tinham a assinatura de A. Mendonça, **Gil Vicente**, **Caron** e **Tycho-Franco**.

Proseguiu, no mesmo ritmo, até o nº 4, de 7 de outubro, formando, em numeração ininterrupta, o total de 32 páginas (**Bib. Púb. Est.**).

“Depois de uma pequena interrupção” — cf. **A Província** de 22 de novembro de 1874 — circulou o nº 5 d’**A Cigana**, “contendo muitas boas gravuras e fina crítica” (1).

O ENCOURAÇADO — Periódico Crítico e Chistoso — Começou a publicação (no dia 10 — escreveu o **Diário de Pernambuco** de 13 de outubro de 1874 — “de um jornal crítico e chistoso, denominado **O Encouraçado**. Será publicado uma ou duas vêzes por semana, em dias indeterminados e custará 1\$000 mensais”.

O nº 3, ano I, circulou a 28 do referido mês, formato de 37x27, com quatro páginas de três colunas, impresso na Tip. Americana, à rua Coronel Suassuna (atual rua Augusta) nº 160. Tiragem declarada de 700 exemplares. Sobre o título via-se o clichê de majestoso navio, em tôda a largura da página, na altura de 8 1/2 centímetros. Sua matéria constituiu-se de “Diálogos do Comandante com seus subordinados”; Correspondências; versos humorísticos de Francisco Livino de Carvalho; Variedades; epigramas; anedotas, etc.

Nenhum outro comprovante do primeiro ano existe nos arquivos. De 1875 foi possível manusear os seguintes: nº 3, de 16 de janeiro; nº 10, de 6 de março (1 A); nº 28, de 24 de julho (2), e nº 45, de 2 de dezembro, já impressos em tipografia própria, instalada à rua das Crioulas nº 15. O clichê do cabeçalho fôra substituído por outro, bastante menor, representando um navio de rodas.

Divulgava as “Coisas do dia”, que enchiam quase duas páginas de notas críticas ditadas ao “comandante” e, no

(1) A. de Carvalho registara, como último, o nº 4.

(1 A) O nº 10, de 1875, é guardado “único” na Biblioteca Nacional.

(2) Alfredo de Carvalho registara, como último número, o 28º.

mais, versos satíricos, notas diversas e, até, estirados editoriais sôbre fatos diversos, tudo em linguagem limpa, inclusive doutrinando a respeito dos “deveres da imprensa”.

Ainda publicou-se **O Encouraçado** durante o ano de 1876, restando exemplar do nº 52, de 6 de novembro, no qual, a par de interessante crônica de **Pedro Malas-Artes** e poesia de **Tinoco**, teve início o artigo “O Clero e o Povo”, assinado por **Graccho** (pseudônimo atribuído a Martins Júnior), em que estudava a Questão Religiosa, analisando os males causados pelo jesuitismo e a “hipocrisia romana” (**Bib. Púb. Est.**).

O CABRION — Res non verba — Destinado a publicar-se em dias indeterminados, mas semanalmente, circulou o nº 2 (sem comprovante do 1º) a 24 de outubro de 1874, formato de 22x16, com quatro páginas de duas colunas. Impresso na oficina gráfica d’**A Província**, à rua do Imperador nº 77, vendia-se o exemplar a 80 réis.

Em longo editorial, a continuar na edição subsequente, o redator atacou o “governo insólito, imoral, atrevido e insolente”. Também ocorreu crônica teatral e um soneto de **A. Sibilla** (**Bib. Púb. Est. e Bib. Nac.**).

O AZUCRIM (1) — “Almanack anti-jesuítico, no qual se pôs a calva ao sol dêsses inocentes filhos de Eva, capazes de virar o mundo de dentro para fora e de fora para dentro.

A gentalha jesuítica
Que hoje padece de splin,
Para banir a tristeza
Busque ler **O Azucrim**.

A venda nas Livrarias Acadêmica e Industrial” (Notícia extraída da “Gazetilha” do **Jornal do Recife**, edição de 26 de outubro de 1874).

ANNAES DO INSTITUTO MÉDICO PERNAMBUCANO — “Saiu apenas um fascículo do 1º ano (1874) sem data. Trazia como epígrafe: “**Nascitur exiguus sed opes acquirit eundo**” e era órgão do Instituto Médico Pernambucano, presi-

(1) Não consta do registo dos “Anais”.

dido pelo dr. Cosme de Sá Pereira. Raríssimo”. O trabalho gráfico estêve a cargo da oficina do **Jornal do Recife** (Alf. de Carvalho).

Segundo Otávio de Freitas (“Os Nossos Médicos e a Nossa Medicina”, Recife, 1904, pág. 166), a edição única dos **Annaes** só divulgou resenhas de atas e um Relatório “sôbre os acontecimentos científicos ocorridos no seio da Sociedade”.

1875

ALMANAK ADMINISTRATIVO, MERCANTIL, INDUSTRIAL E AGRÍCOLA DA PROVÍNCIA DE PERNAMBUCO — PARA O ANO DE 1875 — Saiu a lume no mês de janeiro, em pequeno formato de 14x10, impresso na Tipografia Universal, situada à rua do Imperador n° 52.

Publicara-se “não na expectativa de lucros, principalmente nos primeiros anos, mas com o intuito de suprir a falta que fazia um almanaque numa capital tão importante, trabalho que tem sido sempre interrompido”.

Apresentou 306 páginas de texto iniciais delas constando “Calendário”, “Titulares de Pernambuco” e informações gerais e minuciosas sôbre os poderes Legislativo, Executivo e Judiciário; Comércio, Indústria e Agricultura, inclusivas dos municípios do Interior. Seguiram-se 60 páginas de “Acréscimos, alterações e emendas sobrevindas durante a impressão do presente **Almanak**”, terminando com 16 páginas de anúncios em papel de côr.

O n° 2 (provavelmente último) circulou em 1876, obedecendo ao mesmo ritmo, confeccionado na oficina do **Jornal do Recife** (Bib. Púb. Est.).

CARITAS - CARIDADE — Revista Religiosa, Científica e Literária — “Exclusivamente destinada aos dignos protectores da fôlha semanal gratuita publicada debaixo do mesmo título” e obedecendo a idênticos emblema e formato, circulou o primeiro número em fevereiro de 1875. Tendo 16 páginas, as duas do centro estamparam fotogravuras de imagens. Completou o cabeçalho o conceito bíblico (Evang. de

S. João, Cap. XII, v. 34): “Eu dou-vos um nôvo mandamento. Que vos ameis, uns aos outros, assim como eu vos amei, para que vós também mütuamente vos ameis”. Redação atribuída a Filipe Néri Colaço e trabalho gráfico da oficina do **Correio do Recife**.

A edição constou de extensos artigos, a saber: “Deus”, “A excelência do Catolicismo sôbre o Protestantismo”, “Maria Santíssima”, “As obras da Igreja”, “Milagres” e “O testamento de Soror Luisa”, a maioria dos quais em regime de continuação (**Bib. Púb. Est.**).

Não restam outros comprovantes, a despeito de haver prosseguido a publicação, em edições bastante espaçadas, consoante o noticiário da “Revista Diária” do **Diario de Pernambuco**. O nº 6, de dezembro, encerrou o ano. Seguindo a numeração, saíram os ns. 7 e 8, êste registado na edição do referido **Diario** de 26 de junho de 1876 (1).

O CARNAVAL — Número único, publicou-se no dia 7 de fevereiro de 1875, como “órgão de um clube carnavalesco. Raríssimo” (“**Anais**”).

A LANTERNA DE DIOGENES — “Sob êste título acaba de sair à luz, nesta cidade, um nôvo jornal, que se diz Político, Literário, Satírico e Joco-Sério”. Assim o noticiou, na sua “Revista Diária”, o **Diario de Pernambuco** de 16 de abril (1 A) de 1875.

Proporcionando duas a três edições por mês, em datas indeterminadas, teve seguimento a publicação, cujo derradeiro número do ano foi o 16º, registado, como soía acontecer, pelo **Diario**, a 18 de novembro.

Foi possível verificar, nas mesmas condições, que a edição inicial de 1876 circulou no dia 1 de janeiro, prosseguindo meses a fora.

Primeiro comprovante encontrado foi o nº 18, datado de 22 de julho do mencionado ano, formato de 37x27, com qua-

(1) Nos “Anais”, de A. de Carvalho, figura, como final, o nº 4 (?), ano II, de dezembro de 1876. O mesmo historiador dera à revista o caráter de bimensário...

(1 A) Incompreensivelmente, Alfredo de Carvalho atribuiu ao aparecimento d’A **Lanterna de Diogenes** a data de 15 de dezembro.

tro páginas, impresso na Tipografia Americana. Trazia o seguinte conceito de Montesquieu: “Tôda administração miseriosa sempre foi e será ignorante, desastrosa, corruta e tirânica”. Expediente: “. . . sai uma vez por semana e, no fim de cada mês, sairá com uma parte ilustrada com diferentes caricaturas. Tôda a correspondência será dirigida para a redação, na Camboa do Carmo, 13. Aceita-se a colaboração. A Emprêsa garante todo e qualquer semestre que encetar”. Tabela de assinaturas: anual — 10\$000; trimestral — 3\$000; fora da província e interior — 12\$000 e 4\$000.

Em editorial a respeito da situação política, ressaltou o articulista que, para salvar o país dos males que o afligiam, bastava isto: “Eleição direta. Descentralização das províncias. Presidente de província eletivo de quatro em quatro anos. Liberdade religiosa. Senado temporário de oito em oito anos. Polícia eletiva. Abolição do poder moderador. Julgamento, pelo Júri, dos crimes de imprensa”. Foram outras matérias da edição: folhetim: poesia de Lobo da Costa: “Marteladas”; “Versos apandegados”; “A pedido” e “Edital”.

Outros comprovantes guardados na fonte pesquisada: nº 7, ano III, de 7 de abril de 1877, até o nº 10, de 12 de maio, e o nº 17, de 27 de outubro do mesmo ano, este já impresso na tipografia do periódico **O Livre Pensador**.

Verificada enorme lacuna, reencontra-se, então, **A Lanterna de Diogenes** em coleção encadernada, sem falhas, a começar do nº 1, ano IV, de 15 de dezembro de 1881. Reaparecia “depois de três anos de constante lida”. Era o mesmo “Jornal Político, Literário, Satírico e Joco-Sério”, acrescentando a divisa: “Liberdade, Igualdade e Fraternidade”. Nenhuma modificação material, mas a redação mudara-se para a Travessa do Carmo nº 7. “Publica-se — dizia — uma vez por semana, ou duas quando fôr possível, e em dias indeterminados”. Preço do exemplar — \$040.

Ainda constavam do cabeçalho as apóstrofes: “O governo de um país não pode nem deve herança de uma família” — “Viva a separação do Norte! Viva o governo do povo pelo povo! Abaixo os tiranos! Abaixo as mistificações!” — “Quem não é por nós é contra nós” — “A soberania dos povos está acima dos governos”.

Um dos seus objetivos, consoante o artigo de fundo, era “estigmatizar o procedimento vil e infame dessa súcia de

aventureiros que tem sacrificado o país, vendendo-lhe a honra e assassinando-lhe o passado”. Outro: “Pedir contas a essa quadrilha de bandidos sem princípios, sem crença e dignidade que se chama políticos, do seu infernal procedimento”.

Publicados apenas dois números nos dias restantes do ano, o nº 3 circulou a 7 de janeiro de 1882. Duas páginas da edição de 2 de fevereiro foram dedicadas ao 33º aniversário da morte de Nunes Machado. A partir do nº 12 começaram a afluir anúncios, tendo cada assinante direito a cinco publicações no gênero. Após o nº 20, pretendia ficar saindo ora duas ora três vezes por semana, mas, ao invés, tornaram-se maiores os intervalos.

Prosseguia, assim, a existência da gazeta, cujos artigos principais eram assinados por H. A. ou Hermínio Ernesto de Lemos Amaral, o redator mais em evidência. Havia as “Marteladas”, de notas crítico-satíricas; “Variedades”; a “Cartilha Popular”, em versos, por **Amador da Luz**; uma “Parte Literária”, contendo produções de João Delfino David de Oliveira, M. F. de B. A. e Augusto Bezerra; crônica teatral de **Bourdgar**; “Cochichos”, “Parte Comercial”, etc.

Ora atacando, ora enaltecendo os presidentes de província que se iam substituindo; batendo-se contra o monopólio das carnes verdes; atacando a “farsa” eleitoral de 5 de junho; defendendo o “brioso e independente” Partido Liberal; criticando atos da Assembléia Provincial; deblaterando contra o diário conservador **O Tempo**, além de focalizar temas diferentes, **A Lanterna de Diogenes** foi, indubitavelmente, um jornal agitado, desabusado. Divulgou substanciosos artigos políticos de Mário Júnior. A partir de 29 de maio de 1882, inseriu as “Memórias de um frade”, romance histórico (sem assinatura), compreendendo “fatos bem importantes” do Recife, que passaram “todos despercebidos”. Essa publicação, feita com intervalos maiores ou menores, estendeu-se até meados do ano seguinte.

Mantendo inalterável diapasão, dizia H. A. na edição de 3 de novembro: “. . .o Brasil não pode nem deve continuar com a atual forma de govêrno”. Reclamava a “liberdade republicana”.

Findo o ano com o nº 36, de 9 de dezembro, começou no dia 28 o ano V, partindo, novamente, do nº 1. Mas o

nº 2 só apareceu a 20 de janeiro de 1883 e o nº 3 no dia 21 de abril.

Proseguiu a irregularidade, meses a fora, até 12 de dezembro de 1883, com apenas 18 edições divulgadas, embora a última ostente o nº 28, o que constituiu êrro tipográfico (**Bib. Púb. Est.**).

Não parou aí a existência d'**A Lanterna de Diogenes**. Existem, no Arquivo Público Estadual, dois exemplares: nº 1, ano VI, de 16 de janeiro de 1884, e nº 1, ano VII (não V, como lá está), de 5 de janeiro de 1885.

Guarda a Biblioteca Nacional, por sua vez, comprovante do nº 8, ano VII (não V), de 9 de junho de 1885, ainda mantendo o famoso órgão caricato o seu programa político, literário e joco-sério.

A LUCTA — Periódico Científico e Literário — Surgiu no dia 1 de maio de 1875, formato de 32x22, com quatro páginas de três colunas. Proprietários — Antônio Pedro da Silva Marques, Francisco de Assis Rosa e Silva e José Marcelino da Rosa e Silva. Redação — Páteo do Carmo nº 15, 1º andar. Impressão — Tip. Comercial, à rua Estreita do Rosário nº 12. Assinatura trimestral — 3\$000.

Lia-se no editorial de apresentação: “Despida de pretensões, humilde intérprete das idéias do século, nada mais deseja **A Lucta** do que cantar um hino à ciência, erguer uma saudação àqueles que regaram com seu sangue a árvore frondosa da liberdade, fanal a que, em seu incessante caminhar, visa a humanidade. Não nos domina o espírito partidário; como moços, empenhados no futuro da pátria, poderemos embrenhar-nos no vasto campo da política, porém sempre aplaudindo as grandes idéias, venham elas donde vierem. Em nossas colunas também acharão apoio as causas do comércio e agricultura, verdadeiras fontes da riqueza e grandeza de um povo, infelizmente até hoje desdenhadas pelos nossos governos”.

Concluiu: “Lutar, e lutar sempre, será, pois, a nossa divisa”.

Seguiram-se, completando a edição, artigos na “Parte Científica” e na “Parte Histórica” e o “Folhetim”.

De logo, ocupou-se em condenar a religião católica, em defesa da livre manifestação do pensamento, chegando a escrever no seu nº 3: “Ser católico é retrogradar, é não raciocinar, é procurar empecer o progresso e contínuo caminhar da humanidade”.

No setor político, serviam-lhe de tema a indiferença e a apatia reinantes em face do “fastígio do poder”, a inépcia dos “pseudos representantes da nação” e os males gerais da gestão governamental. Aplaudindo a queda do Ministério de 7 de março, escreveu a redação a 30 de junho: “Não está, porém, ainda completa a obra. A questão religiosa é uma prova da falta de energia com que em algumas ocasiões procedeu o govêrno. A escravidão desapareceu por uma forma para reaparecer sob outra, mais terrível e ameaçadora”.

Decorreu a publicação com regularidade, trimensalmente, inserindo boa e variada matéria, tendo como colaboradores Ângelo Soares, A. Saldanha, R. M., **Hebronius**, O. N., Guilherme Vieira da Cunha e Esperidião de Barros Pimentel, cabendo a crônica-folhetim a M. Fernandes de Barros e outros, além de poesias de Soares de Azevedo, Castro Rebelo Júnior, **Ingres**, F. Pacheco Soares, A. Alexandrino, Antônio Inácio de Tôrres Bandeira, L. C. A. Araújo e **Francino Cismontano** (pseudônimo de Francisco do Brasil Pinto Bandeira e Acioli Vasconcelos). Não faltava, em cada edição, uma “Revista” noticiosa ligeira.

O nº 8 foi impresso na oficina da **America Illustrada**, mas continuou na Tipografia Mercantil, à rua Estreita do Rosário.

Estendeu-se até o nº 15, datado de 30 de setembro, em cuja primeira coluna da primeira página se continha o seguinte Aviso: “Com êste número finda-se a publicação do nosso periódico no corrente ano” (**Bib. Púb. Est.**) (1).

(1) Existe, também, uma coleção, encadernada, d'**A Lucta**, de 1875, em Fortaleza, Ceará. Pertenceu ao Senador do Império e Conselheiro Vicente Alves de Paula Pessoa e depois a seu filho, o jurista cearense Francisco Barbosa de Paula Pessoa, que a transmitiu à sua filha Eloah de Paula Pessoa, zelosa mantenedora da biblioteca paterna, rica em obras de Direito. Foi um presente do acadêmico Francisco de Assis Rosa e Silva, encaminhado mediante carta dirigida a seu contemporâneo F. B. de Paula Pessoa e guardado, pelo tempo a fora, como preciosidade. Dizia o tópico principal: “Envio-te uma coleção d'**A Lucta**. Tomo a liberdade de

Sem acrescentar pormenores, foi o reaparecimento d'A **Lucta** registado pelos diários **A Província** e **Jornal do Recife** de 19 de maio de 1876. Depois, **A Província**, de 6 de junho, deu notícia de haver recebido o n.º 2. Ficou aí. Da nova série iniciada, obediente à mesma equipe responsável, não restam comprovantes nas bibliotecas visitadas.

A MULHER — “É como se denomina” — consoante o noticiário do **Diario de Pernambuco**, de 7 de maio (1) de 1875 — “um periódico instrutivo e literário, dedicado ao sexo feminino, por quem é principalmente redigido, do qual acabamos de receber o primeiro número, que aliás promete. O aparecimento entre nós (os da província) de um periódico literário redigido por senhoras, por isso mesmo que é um caso fenomenal, é digno de toda animação, animação que não lhe faltará, o esperamos”.

Impresso na Tipografia Mercantil, em pequeno formato, custando 1\$000 a assinatura mensal, a bem recebida fôlha, que, segundo **A Província**, era feminina sem ser feminista, prosseguiu sua meta, saindo em datas irregulares, até o n.º 5, que foi último, de 22 de junho, igualmente registado, no dia seguinte, pelo **Diario de Pernambuco**.

A ESCOLA — **Semanário Acadêmico** — **Política e Literatura** — Tendo como redatores Isaias Guedes de Melo e Altino de Araújo, publicou sua primeira edição a 6 (1 A) de maio de 1875, cobrando 3\$000 por “assinatura trimestral”. Impresso na Tip. d'A **Província**, à rua do Imperador n.º 77, instalara o escritório da redação na mesma rua, n.º 65, 1.º andar. Formato de 34x23, com três colunas de 15 cíceros e quatro páginas.

Assim iniciou o artigo de apresentação: “Quando o sofisma é norma de conduta nas altas regiões da política do país — esquecidas, vilipendiadas as regras mais salutares

oferecê-la ao teu talentoso pai, não porque julgue ter ela merecimento algum, mas sim como mui exígua prova da alta estima e consideração que tenho a honra de tributar-lhe, atendendo às qualidades que distinguem o filho”. (**Pesquisa na residência de dona Eloah**).

(1) Como fica demonstrado, **A Mulher** entrou em cena antes de 7 de maio e não no dia 8, conforme o registo de Alfredo de Carvalho, que também só mencionou dois números publicados.

(1 A) Não no dia 5, como está nos “Anais”.

do sistema representativo, de nenhum valor a Constituição que nos rege, proscribida a idéia liberal — cabe também aos moços levantar a voz, clamando pelas liberdades perdidas. Surgimos como um protesto vivo contra os desmandos do poder. Do alto da imprensa, tribuna dos oprimidos, eco dos direitos conculcados, das queixas amargas da opinião, lavramos também a nossa sentença”.

Mais adiante, acentuava: “Somos pela idéia liberal. Queremos em esplêndida realidade o sistema representativo, honra e glória dos países livres. Governo do povo pelo povo, e não essa mistificação insolente das aspirações da nação angustiada!”. E concluiu: “Somos a mocidade que não transige com os homens do poder. Queremos que a vontade nacional não seja entre nós uma burla; surgimos em nome da liberdade, que nossos pais tanto zelaram, e que hoje vai mau caminho na terra livre da América!”

Seguiu-se abalitado editorial sôbre a necessidade da reforma eleitoral, além do folhetim-crônica, sem assinatura, artigo e poesia de Altino de Araújo, poesias de Castro Rebelo Júnior e Antônio de Sousa Pinto e o início, ocupando longo espaço, do estudo “Um etnólogo brasileiro”, de Sílvio Romero, continuado no nº 2 e concluído no nº 9.

Na sua última edição — nº 9, de 31 de julho — **A Escola**, em artigo de saudação ao Partido Liberal, que restabelecera o direito de reunião, proibido aos adversários do governo, acentuou: “Que o rei saiba que a fermentação é imensa e que, se êle continuar obstinado, insolente, a golpear as leis, a rir-se das agonias populares, não estará longe o dia da reivindicação dos direitos nacionais”.

Além dos colaboradores habituais, estiveram presentes Joventino Temudo (poesia) e **Gargantua**, com o “Folhetim”. A “Revista da Semana”, fechando a edição, ocupou-se, em meio aos temas abordados, da situação dos pequenos jornais do Recife, cujos redatores idealistas só contavam com prejuízos, a par de alguns elogios de pessoas amigas. “Só quando chega-lhe o empregado encarregado da cobrança, e que narra-lhe o triste estado da praça, a crise formidável, a falta de... pagamentos, é que o redator cai em si, e fica a ver navios no escritório e a despachar embarcações para o in-

ferno!” O assinante tinha respostas assim: “O jornalzinho é bem escrito. Gosto de ver a mocidade a trabalhar pela santa causa da pátria”. E ficava nisso...

Completado, pois, o primeiro trimestre, a redação esperava iniciar o segundo “brevemente”, para isto fazendo um apêlo junto aos assinantes em atraso. O apêlo não foi atendido (**Bib. Púb. Est.**) (3).

O ESTUDO — **Periódico Científico e Literário** — Circulou a 8 de maio de 1875, formato de 37x26, com quatro páginas de três colunas, impresso na oficina d'A **Província**. Redator principal — João de Oliveira, funcionando o “escritório de redação” à rua Direita nº 91. Assinatura mensal — 1\$000. Trazia, sob o título, o conceito de Victor Cousin: “É pelo exercício viril do pensamento que a mocidade há de atingir os destinos do século XIX”.

Mais de uma página ocupou o artigo de apresentação, cheio de considerações em torno do valor da mocidade, vindo a salientar, já no fim: “O Estudo, no campo das idéias, analisará tudo o que condisser com o interesse da pátria. Por todos os meios ao seu alcance, êle procurará rasgar o véu que nos encobre as vistas da civilização; tentará indicar os modos por que se deve levantar o povo do abatimento em que jaz. Será essa sua maior glória”. Em conclusão: “...nossa profissão de fé são as gloriosas tradições da mocidade”.

Completaram a edição artigos assinados pelos três outros redatores: Aníbal Falcão, Alvaro Lima e Fernando Mendes de Almeida, os dois últimos usando os pseudônimos **Poucenet** (1) e **Censor**, respectivamente (**Bib. Púb. Est.**).

(3) Não existem comprovantes dos ns. 2 a 8.

(1) A título de curiosidade, vai abaixo transcrito um excerto do extenso artigo “O namôro”, de **Poucenet**:

“O namôro, em nossos dias, tem assumido proporções tão assustadoras, tem atingido um grau tão eminente de depravação, que ninguém, que tenha o coração ainda estreme de vícios, pode encará-lo sem sentir a mais acerba dor, sem estremecer pela sorte dos que lhe são caros”.

“...caminhamos para um verdadeiro descalabro moral”; “...retrogradamos aos nefastos tempos da corruta Atenas”.

“Hoje não é sômente a moça solteira que namora; namoram as meninas, namoram as casadas e até as velhas namoram”.

“Aquele que só tem um namorado julga-se infeliz porque julga-se destituída dos deleites e encantos que convidam ao namôro”.

“O namôro sem um freio apaga o sentimento do pudor, mata o recato, arrasta ao abismo”.

... E são decorridos quase cem anos dêsse alarmante pronunciamento...

O periódico **A Escola**, em sua edição de 31 de julho do mesmo ano, fez ligeira referência à circulação de outro número d'**O Estudo**.

A AUCTORIDADE — Órgão Conservador Acadêmico. Política, Direito e Literatura — Entrou em circulação a 14 de maio de 1875, formato de 40x27, com quatro páginas de quatro colunas, tendo como redatores principais Frederico A. Borges. Salvador A. Moniz e J. Moreira Alves. Constavam do cabeçalho as divisas: "**Sub lege libertas**" (M. Dupin) e "**Ce n'est rien sans l'esprit, c'est tout avec l'idée**" (Victor Hugo). Impressão da Tipografia Mercantil, à rua do Tôrres nº 11, e escritório redacional à rua da Conceição nº 27. Assinatura trimestral a 3\$000, sendo o pagamento adiantado.

Em longo artigo de apresentação, focalizando idéias, formas de governo e teorias políticas, o editorialista aludiu aos "nobres intuitos" dos dois grandes partidos militantes no país, para adiantar que a fôlha assentava sua tenda nos arraiais conservadores, em atenção "às suas tradições e os seus fins", frisando: "À sombra benéfica, pois, da bandeira dêste partido, temos nós jurado defender a sua causa simpática".

Seguiram-se dois editoriais de combate às idéias do órgão liberal — também acadêmico — **A Escola**, o segundo dos quais defendendo o regime de eleição indireta vigorante; artigo sobre "Direito Comercial", assinado pelo Dr. J. A., e duas produções na seção "Literatura", em regime de continuação, da autoria de J. Moniz e H. Marcos de Sousa, a primeira das quais estendendo-se até o último número do jornal.

Continuou **A Auctoridade**, nas poucas edições de sua existência, a bater-se pelos pontos de vista do Partido Conservador, mas polemizando com elevação de atitudes, no melhor estilo. Além disso, mantiveram-se as seções de Direito e Literatura, nesta última inseridas poesias de **D. Juan**, de Antônio de Sousa Pinto, Generino dos Santos, F. de C. e L. F., ao passo que **Stênio** firmava apreciáveis crônicas-folhetim. Havia, também, noticiário, subordinado ao título "Imprensa".

Já no fim, o primeiro redator foi substituído por J. Gualberto G. de Sá, mudança efetivada, precisamente, no nº 7 do quinzenário, último dado à luz, com a data de 29 de agosto do mesmo ano (**Bib. Púb. Est.**).

A IMPRENSA — **Periódico Político e Literário** — Impresso na Tipografia Mercantil, “o nº 1 e único (?) saiu a 15 de maio. Raríssimo”.

Assim o registou, nos “Anais”, Alfredo de Carvalho. No entanto, **A Província**, na sua edição de 19 de junho de 1875, deu notícia de haver circulado o nº 3 d’**A Imprensa**, como “órgão da idéia conservadora da Faculdade de Direito”.

A MOCIDADE — **Periódico Científico e Literário** — Registada a edição de estréia pelo **Diario de Pernambuco** de 3 de junho de 1875, o nº 2 circulou no dia 15, formato de 35x 24, com quatro páginas de duas colunas largas. Redatores — Joaquim Homem Bom Pessoa de Melo, Gaspar Regueira, Manuel do Rêgo Melo e M. P. Oliveira Santos. Impresso na Tip. Industrial, à rua do Imperador nº 29, funcionava a redação na rua da Alegria nº 8. Assinatura trimestral — ... 2\$000. Preço do exemplar — 400 réis.

Segundo o artigo principal, **A Mocidade** continuava a sua marcha, tendo a missão de “estudar, com tôda a seriedade que merece a importância do assunto, os germes de perfectibilidade humana e social”. Nas edições seguintes, defendeu a sociedade, a família e a moralidade pública em face do “**mare magnum** de misérias e corruções” que dizia caracterizar a época.

Afora as produções literárias assinadas pela turma do corpo redacional, em prosa e verso, foram colaboradores da fôlha: Honório Monteiro, F. L. de P., **Pragas**, **D. Derieto**, **Moliere**, com a “Galeria dos Tipos”, e H. B. (1), depois A. M., autores de alentados folhetins.

A publicação, que se fazia quinzenalmente, atingiu o nº 6 a 15 de agosto (**Bib. Púb. Est.**).

Meses depois, o periódico **A Navalha**, de 6 de novembro, deu notícia de haver sido publicado o n.º 7 d’**A Mocidade**, acrescentando-lhe dois redatores novos: Buarque de Macedo e S. Samuel.

(1) Joaquim Homem Bom Pessoa de Melo fez solene declaração, no nº 2, de que não era o H. B. dos folhetins.

A CRUZ — “Acaba de sair à luz um nôvo jornal sob essa denominação e que se diz Religioso, Científico e Noticioso”, conforme o **Diário de Pernambuco** de 5 de junho de 1875. Impresso na Tipografia Industrial, dêle não houve mais notícia (1 A).

O GENIO DO BEM — **Órgão Científico e Literário** — Apareceu a 1º de julho de 1875, em formato de 30x20, com quatro páginas, impresso na Tip. Universal, à rua do Imperador nº 52. Pretendia circular quinzenalmente, custando 2\$000 a assinatura semestral. Serviam-lhe de divisa os versos:

“Da pátria mesta ao fundo reclamo,
Só à pátria ouço, só à pátria amo”.

Sem artigo-programa, abriu a edição a concisa nota que aqui se transcreve: “Cumpre-nos convidar a nossos patricios para prestarem o seu valioso auxilio na publicação dêste periódico, certos de que não se arrependerão disso, esforçando-se o editor por servi-los e agradá-los”.

O sumário constou de dois extensos artigos: “Agricultura” e “Comércio”, uma coluna literária, tudo em regime de continuação, e uma poesia enorme, sem assinatura.

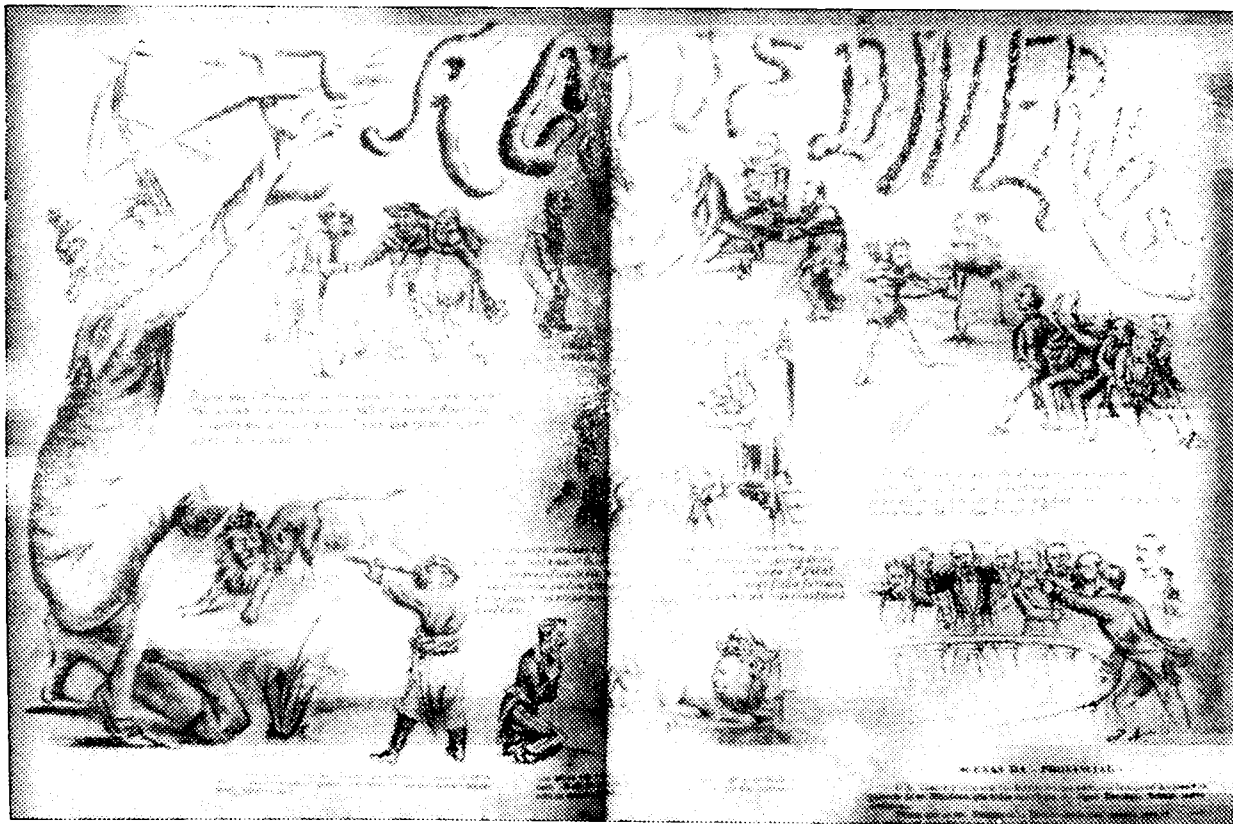
Nada obstante, ao que tudo indica, não passou do primeiro número (**Bib. Púb. Est.**).

O BIZOURO (1) — **Periódico Crítico** — Provavelmente iniciado nos primeiros dias do mês, veio a circular o nº 5 (único comprovante existente) a 19 de julho de 1875, formato de 31x22, com quatro páginas. Redação — Pátio de São Pedro nº 7. Tipografia d’**O Bizouro**. Assinatura mensal — 1\$000. Um a dois números seriam publicados por semana.

Jornal de pouca importância, a edição manuseada tinha como matéria principal a seção “Pontinhos”, que só se ocupou de escândalos, públicos e domésticos, e extensa versa-

(1 A) **A Cruz** escapou ao registo de “Letras Católicas em Pernambuco”, do Cônego Alfredo Xavier Pedrosa.

(1) Para manter o princípio adotado nesta obra, não sofre alteração a grafia dos títulos das publicações estudadas.



Página litográfica de crítica de costumes d'O Diabo a Quatro, desenhada por José Neves

lhada satírico-humorística, com tendências de duplo sentido (**Bib. Púb. Est.**).

Não parou aí. A publicação continuou, em datas distanciadas, pelo menos até o n^a 9 (2), segundo consta do noticiário d'**A Província** de 17 de novembro do mesmo ano.

O DIABO A QUATRO — Revista Infernal (1) — O primeiro número circulou a 11 de julho de 1875, com oito páginas, sendo quatro litográficas, no formato de 31x22. Impresso na Tip. Mercantil, à rua do Tôrres n^o 11, instalou o escritório da redação na rua do Vigário (atual: D. Maria César) n^o 29, 1^o andar. Publicação dominical, assinava-se a 5\$000 por trimestre, custando \$500 cada exemplar.

Constou o cabeçalho de vistosa alegoria, representada por Belzebu, cercado de diabos menores, sobrepondo-se a um globo mundial, e, em baixo, aspecto do Recife. Na meia página ao pé: um palco com histriões, ao centro do qual um homem fazia funcionar grande caixa de música pendurada ao pescoço, tendo a tiracolo caneta-e-pena. Desenhos assinados por V. Cruz, o renomado Antônio Vera Cruz, encarregado de tôda a parte ilustrada, inclusive assinando V, junto ao sinal de uma cruz. Dizia a legenda: “À Imprensa e ao povo pernambucano — **Vous êtes bien nés...**”

Ocupou mais de uma página o artigo de abertura, assinado por **Asmodeu**, cheio de considerações infernais. Não tinha programa, nem fazia “declaração de princípios”. Já não deitava pela bôca “golfadas de fogo e fumo enxofrado”. E concluiu:

(2) Alfredo de Carvalho aludiu ao n^o 5 como tendo sido o último **Bizouro**, fazendo-o interrogativamente.

(1) Sôbre **O Diabo a Quatro** escreveu A. V. Alves Sacramento Blake (“Dicionário Bibliográfico Brasileiro”, 1883, pags. 432/433): “Esta revista, em que colaboravam alguns dos moços de mais talento que residiam no Recife, usando de um pseudônimo tirado do pandemônio, sob a aparência humorística era francamente adepta das mais adiantadas idéias filosóficas, políticas e científicas, elevando assim a crítica aos costumes a uma altura nunca até então, nem talvez depois, usada no Brasil, em gazetas ilustradas e satíricas”.

Por sua vez, nos “Anais da Imprensa Periódica Pernambucana”, de 1908, opinava Alfredo de Carvalho: “...elevou sobretudo a crítica de costumes a proporções nunca depois excedidas, tanto na justeza e no chiste das observações como na probidade do critério”.

Nº 102

1º TRIMESTRE

1933

O DIABO A QUATRO



REVISTA INFERNAL

PUBLICA-SE TODOS OS DOMINGOS - ES CRITICADO NA REDACÇÃO HIA DO VICARIO MIZZ. PAV
 TRIMESTRE 5000



O DEU A SEU DONO

Apresentam-se a consideração do país um heredeiro cidadão e um deputado que não
 entre as mudes de seus colegas - em excepção de conselheiro Theodoro, que tambem já mos-
 tra não ter papas na lingua



“De esguios e imundos demônios que éramos, tornamo-nos bons e elegantes rapazes, um pouco alegres e estróinas por temperamento, mas sempre anáveis e polidos para com todos.

“Se não temos o espírito fino e cintilante, que cega deslumbrando, sobra-nos sempre o riso franco e jovial que dissipa os cuidados da vida.

“Ponta de espinho sob a pétala da rosa para com as leitoras, agudo bisturi a dissecar esta pútrida carcassa social, aguçado estilete a retalhar a carne dos homens corrompidos dêste baixo império, empregaremos sempre todo o nervo da sátira rabelesiana, mas seremos justos e imparciais.

“Artes, ciências, literatura, os homens e as coisas, os costumes e as instituições, tudo passaremos em revista, mas ligeira e perfunctòriamente. O que nós queremos principalmente é rir, porque o riso dá saúde; rir de tudo e de todos, mas homérica e satânicamente, como agora rimos nas veneráveis bochechas do respeitável público”.

“Bisnagadas”, seção de trepações, firmada por **Fra Diavolo**, e uma crônica de **Victor** completaram a parte tipográfica da edição de estréia. As primeiras **charges** figuraram nas duas páginas do centro, trazendo a oitava uma alegoria de exaltação ao Leão do Norte.

O periódico foi fundado e redigido, principalmente, por Adolfo Generino dos Santos, Alfredo e Aníbal Falcão, João Ramos e Antônio de Sousa Pinto, auxiliados, no primeiro ano, por Antônio Lopes Cardoso, os dois últimos de nacionalidade portuguesa (2).

O terceiro número abriu o expediente com o seguinte “Correio Infernal”: “Aos amigos interessados n’**O Diabo a Quatro** (Circular): Para que ninguém possa ser iludido em sua bôa fé, com prejuizo dos seus interesses e detrimento da nossa reputação, declaramos que pessoa alguma se acha por nós autorizada a receber quantia superior a 5\$000, importância da assinatura de um trimestre; e isto mesmo mediante recibo, que exhibirá, impresso em papel azul (especial), assinado pelo cobrador e também pelo Caixa da empresa, o sr. B. Primo.

“Trabalhamos e desejamos que o nosso trabalho seja convenientemente retribuído; mas não especulamos nem especularemos nunca com **O Diabo a Quatro** — porque a isso se opõem não só o nosso caráter e educação, como também a nossa missão e a dignidade que deve ter a imprensa. E está tudo dito. Vale. (assinado) — **Asmodeu**”.

Sempre com oito páginas, em papel assetinado, quatro delas eram litografadas no estabelecimento de J. E. Purcell, constituídas de **charges** espirituosas, variando com histórias em quadrinhos, retratos de altas personalidades e alegorias.

(2) Segundo **A America Illustrada** (edições de 21 e 28/11/1875), Victoriano Palhares e Antônio Riedel também foram redatores d’**O Diabo a Quatro**.

Dêles não há indício nas páginas do semanário. Mas, na plaqueta “Testamento de Generino dos Santos” (Rio, 1933), este jornalista, ao mencionar seus companheiros de iniciação, acrescentou: “...e outros”.

As páginas de matéria tipográfica continham editoriais, crônicas leves e notas curtas, dosadas de sátira e humorismo. A redação apoiava a política liberal, comentando os assuntos do momento, através de artigos vasados em linguagem esportiva, não contemporizando com o jesuitismo e com a política clerical, que lhe mereceram cerradas críticas, inclusivas na parte ilustrada. Davam-se constantes alfinetadas no **Diário de Pernambuco**, as quais depois vieram a atingir, igualmente, o periódico **O Homem**, especializado em defender os homens de côr.

Manteve **O Diabo a Quatro** várias seções satíricas e humorísticas, de tempo a tempo substituídas, tôdas assinadas com pseudônimos, a saber: “Piparotes” — **Sataniel**; “Coisas que constam” — **Plutão**; “Teatros” — **Alocer**; “Bisnagadas” — **Adromelech** ou **Fra Diavolo**; “Epigramas” — **Asmodeu**; “Cavaco teatral” — **Lúcifer**; “Clube Acadêmico” — **Mefisto**; “Vol d’oiseau” — **Minos**; “Corre que...” — **Lusbeli**; “Palestra” — **Charon**; “Depois da festa” — **Lutin**; “Cáusticos” — **Macário**; “Sete dias na Côrte” — **Capitão Satanaz**; “Seção Noticiosa” — **Diabo**; “Pontos e vírgulas” — **Osiris**; “Um sermão” — **Capeta**; “A êsmo” — **Oberon**; “Pílulas” — **Furfur**, e outros. **Lusbel** publicou a “comédia em um ato, cheia de cantarola original, contemporânea e verdadeira”, intitulada “Para amor não há velhice”.

Findo o ano com o nº 25, de 26 de dezembro, continuou a numeração a 2 de janeiro de 1876, quando expressivo desenho da primeira página apresentou a seguinte legenda: “**O Diabo a Quatro** oferece às suas leitoras de 1876 as mais belas flôres do seu espírito”. Outra alegoria, de grande efeito, ocupando tôda a última página, a oitava, trazia a legenda:

“Surge a aurora do nôvo ano.
Que gentil, que linda fada!
Traz a esp’rança? o desengano?
Quem sabe! Vem mascarada!”

Circulando em datas regulares, não pôde fazê-lo a fôlha no dia 29 de janeiro. Que fez a redação? Mandou entregar aos assinantes a seguinte circular: “Ilmo. Sr. — Por se achar doente o nosso desenhista, não pode ser hoje distribuído **O Diabo a Quatro**, o que se realizará, com tôda certeza, na próxima segunda-feira. Queira V. S. desculpar esta fal-

ta em que — por fôrça maior — incorremos pela primeira vez”. Transcreveu-a, no dia 30, **A Província**.

No mês seguinte, precisamente a 20 de fevereiro, o nº 33 abria a “Seção Noticiosa” com a nota que se vai ler: “A redacção d’**O Diabo a Quatro** — composta de rapaziada limpa e dotada de natureza angélica — mudou-se do inferno para os Campos Elíseos, onde continua a suspirar pelos cobres dos seus assinantes”.

Outro ilustrador — José Neves — passou a alternar com Vera Cruz na assinatura das **charges** e alegorias, ao passo que apareciam, na parte tipográfica, novas seções, e os pseudônimos mudavam-se, às vèzes, para **Aristeu, Satan, Roberto, Pedro Botelho, Abigor, Frei Albino, Argos, Goguis, Zut**, e outros. A partir da edição de 21 de maio, **Oberon**, que mexia com tudo, na sua seção, travou polêmica com o professor Aires de Albuquerque Gama (êste através do **Jornal do Recife**), em tôrno das “Noções de Física” que editara e que mereceram azeda crítica daquele comentarista.

O nº 51, de 25 de junho, assinalou o primeiro aniversário do órgão, cujo editorial comemorativo fêz um retrospecto de sua atuação no jornalismo indígena, acentuando:

“Impusemo-nos o dever de atacar de frente, destemidamente, herôicamente, todos os abusos individuais e coletivos, todos os vícios da nossa organização social e política. E isto temos feito na proporção das nossas fôrças e com aplausos dos cidadãos mais interessados pelo futuro do país”. Noutro tópic: “Como não nos deslumbram os brilhos das posições oficiais, nem nos seduzem os proventos e comodidades dessas posições, não pouparemos à censura indivíduo algum que a provoque, seja qual fôr a importância do papel que represente na comédia da nossa vida social e política”.

As páginas centrais da mencionada edição estamparam significativa alegoria do gravador José Neves, ocupando espaço integral: diversas figuras adultas corriam, em desespero, apavoradas, campo a fora, perseguidas por um jovem Diabo de archote na mão esquerda, rebenque na direita e a caneta a tiracolo, tendo à retaguarda a Opinião Pública. Em baixo, a quadra:

“O vício combater, o Érro, a Tirania,
O Cinismo, a Vaidade e a torpe Corrução;
As trevas destruir, saudar a luz, o dia,
Opor o bem ao mal — eis a missão da Imprensa”.

Prosseguiu, no ano II, a numeração. De Antônio Lopes Cardoso, a fôlha divulgou, em edições seguidas do mês de julho, o poema “A beata”, paródia da poesia de Tomaz Ribeiro “A judia”. José Neves era, então, o único ilustrador (depois voltou Vera Cruz), com a oportunidade de apresentar litogravuras de grande poder artístico, especialmente de crítica aos políticos e ao Clero. No mês de novembro despedia-se **Oberon**, aparecendo **Ariel**, logo mais transfigurado em **Puck**, que assinaria, até o fim, o comentário “História da Semana”. **Eaco** vinha apresentando o “Museu de tipos”, e **Me-fístofeles** redigia crônicas teatrais.

Em princípio de 1877, **O Diabo a Quatro** abriu campanha em prol da aquisição de óbolos para as vítimas das inundações de Portugal. No mês de fevereiro começavam as seções: “Fagulhas”, depois substituída pelas “Aparas”, por **Gaziel**, e “Arranhaduras”, por **Astaroth**, ambas de sátiras políticas, a exemplo, aliás, do que faziam os demais donos de pseudônimos.

O clichê do título, com algumas modificações para melhor, no desenho, foi substituído na edição de 8 de julho. Subira a assinatura anual para 18\$000 e a trimestral para 5\$000. Tendo passado a impressão a ser feita, desde o nº 88, de 11 de março, na oficina do **Jornal do Recife**, à rua do Imperador nº 47, voltou, no nº 119, para a Tip. Mercantil, transferindo-se, no 128º, todo o serviço para a de J. E. Purcell, onde era, desde o início, confeccionada a parte litográfica.

Excelente foi a cobertura feita pelo semanário, em novembro, da visita ao Recife do General Manuel Luiz Osório (Marquês do Herval), especialmente através de ilustrações. Chegado o nº 130, de 30 de dezembro, figurou na oitava página expressivo desenho de uma jovem, representando o Ano Novo, com cesta de flôres à mão, e, ao fundo, um velho escorado na bengala, de longas barbas, em retirada. Dizia a legenda:

“Vai, ó ano malfadado,
E leva a fome e a tristeza.
Que o teu sucessor nos traga
Os risos da Natureza”.

Em fins de 1877 a redação abriu campanha para angariar donativos destinados às vítimas da sêca que dizimara os sertões do Ceará e Pernambuco. Terminou (edição de 10 de fevereiro) com um apurado de Rs. 1:200\$700 e 143 peças de roupas, o que foi encaminhado ao presidente da província, Francisco de Assis Olegário Maciel, para o devido destino.

A edição de 24 de março de 1878 estampou, em página dupla, magnífico retrato desenhado por José Neves, do Conselheiro Nabuco de Araújo, a cujo falecimento dedicou **Puck** a sua “História da Semana”. No mês de maio, **Puck** criticava o título do novo órgão caricato **Os Xenios**, com êste travando polêmica de alto nível, em tórno das palavras **Xenios** e **Xenias** e respectivos significados.

O nº 157, de 7 de julho, exibiu, na primeira página, artístico desenho de Vera Cruz, representado por uma tumba, entre ciprestes, em cuja lousa se lia: “Aqui jaz José Neves. Morreu trabalhando”. Ao lado, chorando, a figura d’**O Diabo a Quatro**. Na “História da Semana”, **Puck** fez o necrológio do inditoso artista (3).

Ficou Antônio Vera Cruz com a responsabilidade integral das ilustrações; mas foi substituído, em setembro, por A. Roth, e êste, logo mais, pelo desenhista Aurélio de Figueiredo, que também assinaria poesia e crônicas sôbre Artes, entrando para o corpo redacional.

Com o nº 182, findou a publicação em 1878, para prosseguir, sem alteração, no outro ano. **Radamento** firmava,

(3) Consumido por “uma tísica pulmonar”, José Neves “morreu (tinha 28 anos) numa pobreza vizinha da miséria”. “Tossindo, ofegante, ardendo em febre, sentindo desfalecimentos, êle, inclinado sôbre a pedra, ia dando os traços triunfantes da caricatura: ria próximo à cova, sentindo-se morrer. Trabalhou até os últimos momentos, mais talvez instigado pela pobreza do que deseioso de aproveitar os últimos lampejos do seu talento que se extinguia”. De gravador, tinha-se feito caricaturista “de um dia para outro. Dentro de dois anos executava já trabalhos que lhe valeram aplausos gerais e que nos faziam crer firmemente que daria um magnífico artista”.

Observe-se que, em 1872, José Neves executava bons desenhos para **A Ilustração Pernambucana**.

então, as “Piadinhas”. **Gaziel** laborava as “Aparas”. O “Noticiário” cabia a **Alecto**. Mas os principais eram **Puck** (Aníbal Falcão), que tinha a responsabilidade do editorial; **Mephisto** (Generino dos Santos), autor do “Jornal de Mephisto”, e **Satan** (Alfredo Falcão), o das “Cartas ao Diabo”. Generino e Antônio de Sousa Pinto também assinavam poesias. Martins Júnior apareceu com um soneto na edição de 2 de março de 1879.

A redação manteve constante e acesa crítica ao Clero e à política situacionista, polemizando, sobretudo, com o diário conservador **O Tempo**.

Terminou a existência do bem redigido órgão, um dos mais importantes no seu gênero, com o n° 195, ano IV, de 25 de maio de 1879 (4). Pretendia a empresa reformar o material, aumentar o pessoal da redação, pagar as contas atrasadas, chamar à ordem os assinantes relapsos e voltar à circulação alguns dias depois, como jornal “elegante e malicioso”. As circunstâncias não o permitiram (**Bib. do Inst. Arq. e Bib. Púb. Est.**).

O PEREGRINO — Periódico Republicano e Literário — Redigido por estudantes, saiu a lume o primeiro número a 10 de julho de 1875, formato de 25x18, com oito páginas, sendo impresso na Tip. Industrial. A redação funcionava na rua da Roda n° 29. Destinado a sair nos dias 10 e 25 de cada mês, assinava-se a 3\$000 por trimestre, mediante pagamento adiantado. Trazia, sob o título, o seguinte excerto de La Boulay: **“Heurex ceux qui vivent en un temps et un pays ou la pensée a son plein essor, ou le peuple cherche et obtient la lumière, ou enfin c’est une même chose qui d’aimer la liberté et d’aimer la patrie”**.

O artigo de apresentação criticou o absolutismo imperante “com a capa de constitucionalidade”, frisando, após outras considerações, que o jornal fôra fundado para ensinar ao povo e à pátria “a verdadeira política — a democracia, e mostrar-lhe os passos que temos dado na senda da ciência e da literatura”. Um segundo artigo redacional concitava o povo a derrubar o gabinete de 7 de março e “esmagar a majestade”.

(4) Sacramento Black (obra citada) registara, erroneamente, a existência d’**O Diabo a Quatro** no período de 1873 a 1878.

Seguiram-se poesia e conto de Joaquim Homem Bom Pessoa de Melo, a continuar; duas poesias de Antônio Pepes B. de Vasconcelos e o "Folhetim", de **Wagner** (pseudônimo de João de Oliveira, o redator principal), que atacou o periódico **A Lucta**, chamando plagiários aos seus redatores, também estudantes.

Teria ficado no primeiro número (**Bib. Púb. Est.**).

JORNAL CRÍTICO MUSICAL — Impresso na Tipografia e Litografia de J. E. Purcell, à rua Vigário Tenório nº 29, circulou pela primeira vez no dia 15 de julho de 1875, "especialmente dedicado a tornar conhecidas produções dos nossos professores, por preço ao alcance de tôdas as bôlsas".

Noticiou-o o **Diario de Pernambuco**, no dia subsequente, acrescentando: "Assina-se no segundo andar do prédio nº 24 da rua Marquês de Olinda, a 3\$000 por trimestre para a província e a 4\$000, idem, para fora dela".

Ocorreram mais duas edições (1), a última das quais registada pelo **Diario** de 18 de agosto, para vender-se o exemplar a 1\$000, "contendo a marcha "Tristeza de Pernambuco ou Alegria dos Magistrados".

A FACHINA — Datado de 1875 (16 de julho), apresentou-se em formato de 31x21, com quatro páginas, impresso na Tipografia Universal, à rua do Imperador nº 52. À guisa de programa, lia-se abaixo do título: "Política, em estilo humorista. — Sai quando sai, **all'improvista**".

Abriu a edição o anúncio "Faça-se a fachina nos cabelos brancos". Seguiram-se a comédia "O elemento servil e a rotina" (a continuar); o poema "Os sábios sem ventura", ocupando duas páginas, "dedicado à Democracia"; notas ligeiras, versos amenos e sátiras.

Não passou do primeiro número (**Bib. Púb. Est.**).

O MYOSOTIS — **Jornal das Famílias** — Destinado a publicar-se semanalmente, saiu a lume no dia 25 de julho de 1875, formato de 32x23, com quatro páginas de duas colunas

(1) Só registado, nos "Anais", o nº 1, interrogativamente.

largas. Direção e propriedade de Maria Heráclia de Sousa. Trabalho material da Tipografia Universal. Assinatura trimestral — 3\$000, acrescidos de 1\$000 para fora da capital.

Vinha, conforme concisa apresentação, preencher uma lacuna, pois, desde muito tempo, não se publicava, em Pernambuco, “um periódico escrito especialmente para as famílias” (1). Falava de modas, sem deixar também de divulgar diferentes artigos de consagrados intelectuais. Declarava-se cheio de fé e animação.

Inseriu, feito folhetim, o comêço do romance “Tempestades do coração”, de J. de Matos Moreira; conto da diretora; versos de César Muniz, A. Piy e Ana Autran e uma transcrição de Castro Alves.

Não há indícios do prosseguimento.

O ESTUDANTE CATHOLICO — Religião e Literatura — Órgão da União da Mocidade Católica, apareceu a 1º de agosto de 1875, formato de 37x25, com quatro páginas de três colunas. Comissão de redação: Fernando Mendes de Almeida, relator: Manuel de Carvalho Sousa e Albino Meira de Vasconcelos. Sob o título, o lema: “**Ubi Spiritus Domini ibi libertas**”. Impressão da Tip. Industrial, funcionando a redação na rua da Imperatriz nº 22, 1º andar. Publicação trimestral, cobrava 1\$000 por mês, pagos adiantadamente.

Seu programa, expresso no artigo de abertura, era “combater pela santa causa da Religião Católica, Apostólica, Romana”.

“...atendendo-se à situação atual do govêrno e dos espíritos influenciados por uma seita satânica”, tinha como objetivo destruir os ataques que vinha sofrendo a religião do Estado, acrescentando: “Sim, nós combateremos enquanto pudermos; mas com as legiões do pensamento, com o gládio da palavra, e unidos como moços que somos; não usaremos do insulto, que não convence a ninguém; não declamaremos como histriões de imprensa, e aceitaremos qualquer discussão dentro dos limites da civilidade e da cortesia...”

(1) Decerto Maria Heráclia não teve conhecimento do congênere **A Mulher**, que lhe tomara a dianteira, como se viu páginas atrás.

Constituiu-se a matéria do periódico, em seu prosseguimento, de editoriais doutrinários; discursos pronunciados na instalação da União; os respectivos Estatutos; artigos de Rozendo Adrião da Fonseca Lima e Tarquínio de Sousa Filho; poesias, assinadas com iniciais, e comentários de refutação a asserções do quinzenário **A Lucta** contra a Religião Católica.

Foi curta a existência d'**O Estudante Catholico**, que terminou uma vez divulgado o nº 5, a 3 de outubro (**Bib. Púb. Est.**).

DEUTSCHER KAEMPFER — Litterarisches und “per acidens” politisches Zeitungsblatt. Fur die Ausbreitung des Deutschthums im Norden Brasiliens herausgegeben (1) — Precedido de prospecto, distribuido com antecedência de um mês, anunciando a novidade, circulou o primeiro número a 2 de agosto de 1875, todo redigido em lingua alemã, por Tobias Barreto de Meneses. Editou-o Carl Eduard Muhlert, proprietário da Tipografia Mercantil. Assinatura trimestral — 3\$000.

Não restam comprovantes em nenhuma das bibliotecas visitadas, nem dêle deram notícia os jornais da época (2). Circularam cinco edições, a última das quais datada de 12 de setembro, conforme o registo dos “Anais”.

Só a 30 de setembro o **Diario de Pernambuco** transcreveu, na sua “Revista Diária”, uma nota do **Deutsch Zeitung**, de Pôrto Alegre, dirigido por Carlos Koseritz, que acusou o recebimento do jornal de Tobias Barreto com palavras entusiásticas, a destacar o tópico: “A redação segue uma direção inteiramente livre, e se esforça em particular por tornar conhecidos os méritos da ciência alemã”.

O LINGUARUDO — Periódico Imparcial, Crítico e Noticioso — Surgiu no dia 10 de agosto de 1875, formato de 32x22, com quatro páginas de duas colunas a 16 cíceros. Impresso na tipografia d'**O Commercio a Retalho**, à rua do Im-

(1) Na tradução de Alfredo de Carvalho: “**O Campeão Alemão** — Periódico literário e acidentalmente político, destinado à expansão do germanismo no Norte do Brasil”.

(2) — Para que — imaginara Tobias — mandar exemplares do **Kaempfer** a confrades que não conhecem a lingua alemã?

perador nº 12, local também da redação, aí assinava-se a 200 réis mensais, pagos adiantadamente. Número avulso — 80 réis. Circulação determinada para os dias 10, 20 e 30 de cada mês.

“Minha vinda — lia-se no artigo-programa — ao mundo jornalístico, se não é curiosa, é aflitiva; porque, não contendo política, e tendo em propósito azorregar aos que merecem, hei de ser por êles respeitado. Muitas cócegas ou zangas hei de fazer”.

“**O Linguarudo** — frisou — vem falar ao povo, vem dizer-lhe a verdade, vem apontar as patotas e os patoteiros. É a minha missão”.

“A sorte do povo” e “O estado do povo” serviram de tema a dois artigos, além de comentários sôbre a situação das artes e dos artistas e a respeito do recrutamento; uma “Conversa do Compadre com a Comadre viúva” e artigos ligeiros de Romualdo Alves de Oliveira e **M. Careca**. Êste idealizou sarcástico projeto, sugerindo a criação de uma junta especial encarregada de providenciar para que não ficasse nenhum português no Brasil sem sofrer a emasculação...

Seguiu-se a meta enunciada, inclusive com a colaboração poética de Paulino O. Pessoa e A. F. Guedes. Na edição de 7 de setembro, escrevia o editorialista: “**O Linguarudo** não pode regozijar-se pela independência do Brasil, porque de fato ela não existe”. Acentuou, noutro artigo: “...o presente do Brasil é triste e mais calamitoso será o futuro”. Num terceiro, a continuar na edição subsequente, aludiu ao “abatimento moral e material das artes em Pernambuco”.

Mas a pessimista gazeta teve efêmera duração. Atingiu o nº 5 a 20 de setembro (**Bib. Púb. Est.**), extinguindo-se com o nº 9, de 30 de outubro, conforme consta do noticiário do **Diário de Pernambuco** (1).

O PROGRESSO — Periódico Recreativo, Literário e Jo-co-Sério — Redigido por José Izidoro Martins Júnior, Belisário Pernambuco e Francisco Carneiro do Rêgo Campelo, entrou em circulação a 10 de agosto de 1875, formato de 32x

(1) Alfredo de Carvalho registara o nº 5 como tendo sido o último.

22, com quatro páginas de duas colunas largas. Impresso na Tip. Universal, destinava-se a sair nos dias 10, 20 e 30 de cada mês, custando 3\$000 a assinatura trimestral.

No "Prospecto", como se intitulava o editorial de apresentação, firmado por Martins Júnior, lia-se, justificando o aparecimento da fôlha: "...era impossível que nós nos quedássemos e, imóveis, guardássemos no íntimo dalma, sem publicá-los a ninguém, nossos primeiros sentimentos, que são apenas os crepúsculos matutinos da nossa vida; era impossível que os primeiros labores duma lâmpada que se acende no coração da mocidade fôssem apagados e extintos pela mão ressequida da indiferença. Foi, pois, unicamente animados por êsses motivos que encetamos esta tarefa que, segundo cremos, nos há de ser bastante penosa, se não sobrepujar totalmente as nossas fôrças; não foi movidos pelo lucro, quase nenhum, que poderíamos haver da nossa pobre emprêsa, nem ainda com a intenção de podermos nos taxar de **jornalistas** que a levamos a cabo".

Aludiu à necessidade de cultivar a inteligência humana, para que houvesse progresso. E mais: "Dispondo duma parte joco-séria, **O Progresso** não se valerá disso para criticar pessoalmente quem quer que seja; empregando nela uma linguagem jocosa, procurará, recreando ao mesmo tempo, desfazer alguns abusos da nossa sociedade menos instruída, aclarando-lhe seus porventura errôneos pensamentos".

Apelava, finalmente, "para os protetores sentimentos do público pernambucano", a fim de não interromper sua "peregrinação jornalística".

A "Parte Recreativa" constou de uma transcrição sôbre a "influência das mulheres nas sociedades modernas". A "Parte Literária" foi ocupada por poesias de Leovigildo Samuel da Silva Costa e Martins Júnior, a êste cabendo também a "Parte Joco-Séria": "Diálogo entre duas comadres".

O Aviso que se vai aqui transcrever completou a edição de estréia: "A redação dêste periódico aceita e agradece tôda e qualquer colaboração que se dignarem remeter-lhe, conernente às partes recreativa e literária, e também a joco-séria, achando-se porém de acôrdo com o seu programa; isto é, não admitindo crítica alguma que possa ofender a suscetibilidade de quem quer que seja; debaixo desta ordem, aceitará qualquer colaboração às diferentes partes do periódico".

Circulou **O Progresso** normalmente, fiel ao programa traçado, acrescentando-se-lhe a colaboração alternada de R. de A., **Leônio Salemo**, J. R., Piragibe Hagissé da Silva Costa, A. S. F., **Hugulo**, **Fabio Crespo** e **Bactylo**.

Suspendeu-se a publicação após o nº 8, de 20 de outubro, para só voltar, continuando a numeração, a 30 de setembro de 1876, impressa na oficina gráfica d'**O Tempo**, à rua Duque de Caxias nº 28. Inscreveu no cabeçalho: **Le monde marche!** (E. Pelletan) e "Away! Away!" (Byron), reduzindo o sub-título para "Ciência e Literatura". Ao corpo redacional, afastado Belisário, foram admitidos J. Augusto de Almeida e J. M. Seixas Borges.

Encontrava-se novamente — dizia — "no campo das lides de Guttenberg", de onde se retirara "pelo espaço de dez meses", pronto para cumprir sua meta.

Entretanto, não prosseguiu, e a edição seguinte só apareceu a 30 de março de 1877, sem mais alteração, a não ser a retirada do último redator da lista e a transferência do serviço material para a Tipografia Filartística.

Continuou mensalmente. Mas ainda aconteceram modificações no corpo redacional, do qual saiu J. Augusto, substituído por Leovigildo Samuel, que, por sua vez, terminou cedendo o lugar a Honório Monteiro. Também o escritório da redação mudara de lugar mais de uma vez, findando na rua Formosa (atual Avenida Conde da Boa Vista). Quanto ao formato, só se alterou no nº 13, passando de duas colunas largas para três normais.

Martins Júnior iniciou, então, a série de artigos sob o título "Bosquejos Históricos", usando o pseudônimo **Jinjor**, sem chegar ao fim. Ainda registada a colaboração de S. C., **Lelio**, **Sanzio** (folhetim) e outros. Mais constantes do que tudo eram as produções de M. J.

Finalmente, depois da edição de 30 de julho, circulou o nº 15 a 30 de setembro de 1877, êste impresso na tipografia de Bourgard & Cia., para não mais emergir (**Bib. Púb. Est.**).

A VOZ DO POVO — Órgão Democrático — Destinado "a defender as questões políticas e sociais, que é a bandeira política do partido do povo" (cf. **A Província**, in "Publica-

ções Solicitadas”), para publicar-se quinzenalmente, circulou o nº 1 a 15 de agosto de 1875 e o nº 2 (único exemplar manuseado) no dia 30, formato de 30x20, com quatro páginas de pequeno formato. Proprietário e redator principal — Ulisses do Rêgo Rangel. Trabalho gráfico da oficina d’A **Província**. Tabela de assinaturas: semestral — 4\$000; trimestral — 2\$000. Constaram do cabeçalho as divisas: “O despotismo tirânico dos soberanos é um atentado contra os direitos da fraternidade humana” (Fenelon) e “Vigoroso ódio à anarquia/Terno e profundo amor ao povo” (Victor Hugo).

Focalizando os temas Povo, Democracia, Liberdade e Independência, bateu-se o redator, em editorial e em artigo assinado, pela República. Apresentou colaboração de **Florezio** e variedades (**Bib. Púb. Est.**).

Publicou-se até o nº 4, cujo aparecimento foi noticiado pela “Revista Diária” do **Diario de Pernambuco**, a 2 de novembro (1).

O ENSAIO — Periódico Científico e Literário — Circulou, pela primeira vez, a 20 de agosto de 1875, formato de 29x20, com oito páginas de texto, a duas colunas de composição, sendo impresso na oficina do **Diario de Pernambuco**, à rua Duque de Caxias nº 42. Escritório da redação: rua das Trincheiras nº 34. Destinado a sair mensalmente, “à razão de \$200 pagos na entrega”, tinha como redatores Manuel Clementino de Oliveira Escorel e Henrique Capitolino Pereira de Melo.

A capa da revista, circulada de vinhetas, exhibia, ao centro, o conceito: “O jornalismo é hoje o grande livro do povo, como outrora as cátedras eram as grandes páginas do sábio” (**Iris**). Abrindo o texto, lia-se, abaixo do título:

“De Deus é maldição a ignorância;
Nas asas da instrução ao céu subimos”.

W. Shakspeare.

Era mais um soldado que se enfileirava na cruzada da imprensa — dizia o artigo de apresentação, assim concluindo: “**O Ensaio**, cuja publicação hoje encetamos, vai correr

(1) Fazendo-o interrogativamente, Alfredo de Carvalho só mencionou o primeiro número d’A **Voz do Povo**.

ENSAYO

PERIÓDICO LITTERARIO E SCIENTIFICO

*El presentissimo ensayo se publica en la 2da. parte, como en el
número anterior, en el día quince de mayo.*

REDACTORES

Henrique Capitulino Pereira de Mello
Manoel Clementino de Oliveira Escorial

1875 — 1876

mundo exposto à crítica; porém pedimos que critiquem os escritos e poupem os autores. Não é um periódico que vá ferir a ninguém, mas sim aplicar-se à ciência e à literatura, que, segundo diz um escritor, se em geral é a história do espírito humano, a literatura especial dum povo pode dizer-se a história do progresso intelectual dêste mesmo povo”.

Além de artigos, inseriu poesias de F. B. e **Francino Cismontano** (iniciais e pseudônimo de Francisco do Brasil Pinto Bandeira e Acioly de Vasconcelos). Começou um “Esboço histórico da Província de Pernambuco”, por H. C., e o folhetim “O barqueiro do Tibre”, “romance histórico vertido do original italiano de Antonietta Klitische de la Grange e oferecido à ilustre redação”.

Com a colaboração, principalmente, de Albino Meira, circularam mais dois números, o derradeiro dos quais datado de 15 (1) de outubro.

Suspensão, voltou **O Ensaio** — nº 1, ano II — a 15 de maio de 1876, continuando a numeração das páginas, sempre oito por edição, à parte a inexpressiva capa. Mudou o escritório para o Pátio do Paraíso (atual Avenida Dantas Barreto) nº 26, 1º andar, e pretendia publicar-se “duas vezes por mês, à razão de \$500”.

Assim concluiu o editorial, de página inteira, a respeito do ressurgimento: “O Ensaio, que hoje reaparece na arena jornalística, depois de algum silêncio, sustentará seu programa de ontem e dirá à mocidade que espere seu dia, como Colombo, e deixe que passe a tempestade, que mais tarde vem a bonança”.

Seguiu-se a publicação, ora quinzenal, ora mensalmente, divulgando trabalhos de história e biografia, a cargo de Henrique Capitolino, e poesias de **F. Cismontano** e de outros nomes de projeção, a saber: Antônio Rangel de Tôrres Bandeira, Afonso Olindense (que se assinava **Nilson** nas produções em prosa), João Batista Regueira Costa, Pelino Guedes, Alcipreste, etc. Completava cada edição uma parte noticiosa.

(1) Não no dia 5, como consta dos “Anais”.

A partir do nº 8, só constou do cabeçalho o nome de Capitolineo. Logo mais, dado a público o nº 10, de 30 de setembro, só com quatro páginas, chegava **O Ensaio** ao fim do seu tirocínio em 1876, aí divulgando, apenas, artigo de despedida, um “Juízo da Imprensa” e o índice do sumário geral dos dois anos, que totalizaram 100 páginas.

Prometeu retornar “no comêço do ano vindouro”, mas não o conseguiu (**Bib. Púb. Est. e Bib. da Fac. Dir. - UFPE.**).

A MÃI DO LINGUARUDO — Periódico Crítico, Satírico e Joco-Sério — Surgiu no dia 23 de agosto de 1875, formato de 30x20, com quatro páginas, destinado a publicar-se nos dias 3, 13 e 23 de cada mês. Impresso na tipografia d’**O Comercio a Retalho**, vendia-se a 80 réis o exemplar.

Abriu a edição a nota a seguir, à guisa de programa: “**A Mãe do Linguarudo** aparece para profligar o vício, a desídia das autoridades, os crimes, a perseguição ao povo, com o ferro em brasa. Também dedica-se às ciências, às artes, à economia, comércio, indústria. No seu importante fadário de combater o péssimo e elogiar o ótimo, só tem uma única reserva, é não envolver-se com o lar doméstico, ao qual acatará reverente; porque, quando moça, não toleraria atrevido algum que o fizesse, quanto mais, velha, que tem encarnado, em seu coração, que a moral é o único esteio da sociedade”.

Lia-se, no editorial, que a fôlha se apresentava para combater a negação de liberdade, de justiça, de melhoramentos públicos e de consciência livre, adiantando: “Sou política; sou liberal; sou ligueira; sou conservadora; sou conciliação; sou republicana; sou democrata; sou monarquista; sou absolutista; sou dissidente; sou progressista; sou separatista; tenho tôdas as políticas; sou, finalmente, mãe universal; sou barriguda. Tenho tôdas as políticas, contanto que me dêem dinheiro”.

Em linguagem jocosa, vários artigos e sueltos encheram as páginas do jornal caricato, que deitou crítica e menoscabo a diferentes instituições públicas, focalizando, sobretudo, a “Companhia Cambrone” e “O recrutamento por sorteio”, sempre em defesa do povo, “um soberano fraco, um corpo sem cabeça, um poder sem ação”.

Prosseguiu até o nº 6, de 3 de outubro, no qual divulgou uma “portaria” de “S. M. R.”, que lhe “outorgara” o

“título” de **Marqueza do Linguarudo** (ver páginas adiante), frisando: “. . .daqui por diante mereço outro tratamento, outra consideração” (**Bib. Púb. Est.**).

A NAVALHA — Semanário Crítico, Chistoso e Literário — Surgiu a 6 (1) de setembro de 1875, formato de 25x18, com quatro páginas de três colunas, impresso na oficina do **Jornal do Recife**, à rua do Imperador n° 77. Assinava-se a 1\$000 por mês, custando \$300 cada exemplar.

No artigo de abertura, apresentou-se como “mais um **alistado** para o **exército** da Imprensa”, que vinha tomar seu posto. Procederia sempre, na qualidade de guarda-avanzada, “segundo os preceitos da disciplina”. Mas, “ai daqueles que ficarem de frente para o gume afiado de sua fôlha!” Não se envolveria “no emaranhado labirinto político”.

Concluiu declarando prescindir de “amolação”, só desejando mesmo cumprir o programa que lhe servia de sub-título.

A partir do n° 2, passou a imprimir-se na Tip. Industrial, à rua do Imperador n° 29. Circulou com regularidade, inserindo seções como “Talhos”, por **Dubois**; “Navalhadas”, por **Barbier**; “Anedotas”, Charadas, Epigramas, “Coisas sujeitas ao corte” e “Variedades”. Uma crônica-folhetim ocupava o rodapé de três páginas, em tipo miúdo, assinada, sucessivamente, por **À Tarde**, **À Noite**, **À Vista**, **À Pança** e **Eliberte**. Foram outros colaboradores: Teixeira de Carvalho, Teófilo Dias, Jaime, etc.

Estendeu-se a publicação até, pelo menos, o n° 12, de 27 de novembro (2) (**Bib. Nac.**).

A SENSITIVA — ‘É assim que se denomina um nôvo periódico instrutivo e literário que começou neste mês a publicar-se aqui’ — assim o noticiou o **Jornal do Recife**, de 13 de setembro de 1875.

Dirigia-o Franklin R. da Costa e Silva, consoante informação d’**O Estudante Catholico**, de 18 de setembro.

Teria ficado no primeiro número.

(1) Não no dia 18, como registou Alfredo de Carvalho.

(2) Também se enganou o Autor referido, ao dar o n° 9, de 6 de novembro, aliás interrogativamente, como tendo sido último.

A GARGALHADA — Jornal Literário, Crítico e Humorístico — Aparecido na lide jornalística a 10 de outubro de 1875, circulou o nº 2 (único exemplar avistado) (1) no dia 20, apresentando-se em formato de 27x18, com quatro páginas de duas boas colunas. Impresso na Tip. Industrial, destinava-se a sair trimestralmente. Assinatura mensal — \$500; para o “exterior” — \$600.

Divulgou matéria, em prosa, de L. S. e, em verso, de Ferraz Júnior e Flora Lages; a seção satírica “Gargalhadas”; variedades e a continuação, em rodapé, do romance “As memórias de um padre”, de Eduardo Evaristo Ferreira Viana (**Bib. Púb. Est.**).

A MARQUEZA DO LINGUARUDO — Periódico Crítico, Satírico e Joco-Sério — Em substituição ao denominado **A Mãe do Linguarudo**, apareceu com o nº 7, de 10 de outubro de 1875, obedecendo ao mesmo formato e idêntica quantidade de páginas. Publicação dominical, assinava-se a 200 réis mensais, custando o exemplar 80 réis. Tip. d’**O Commercio a Retalho**.

Após a primeira edição com a nova roupagem, verificou **A Marqueza** o prestígio que o título lhe emprestara; “um título de nobreza tem imediata influência na vida pública e particular das pessoas”; “redobram as alegrias, os desejos de ver-me, de conversar-me”, etc., assim concluindo o editorial do nº 8: “Não hei de morrer enquanto não endireitar esta sociedade onde o mérito é demérito, êste o mérito. Creia em mim o povo, que **A Marqueza do Linguarudo** reformará o Brasil”.

Prosseguiu a jornada da bem redigida gazeta, criticando o governo imperial, descobrindo-lhe as mazelas, em artigos sucessivos, sem assinatura, a não ser **O Visconde do Rio Preto**, autor das Cartas da Côrte “à Exm^a. Marqueza”, em tudo predominando forte ironia, verve esfuante, na defesa do interêsse das classes oprimidas, do povo, democraticamente. Os casos regionais, provinciais ou locais, eram igualmente focalizados, em meio a acerbas censuras aos administradores que se descuidavam do dever.

(1) Alfredo de Carvalho (obra citada) registara o primeiro número d’**A Gargalhada** como tendo sido único.

Na edição de 21 de novembro lia-se a seguinte Variedade: “O Credo da **Marqueza** — Creio neste mundo no poder do deus dinheiro todo poderoso, criador dos reis, ministros e exércitos; em tudo um só poder, salvo o da soberania do povo instruído que nasceu das mãos de Deus verdadeiro; padecendo sob o poder dos tiranos, crucificado e morto pelos tributos, sepultado no abismo da tirânia, há de ressurgir quando menos esperar o rei; subirá ao trono da Liberdade, ficando sentado à mão direita para governar-se a si mesmo, vindo a ser julgado pelo direito punindo os opressores; creio no espírito da inteligência e em N. S. Jesus Cristo; na comunicação da fraternidade, igualdade e liberdade, trindade social; na remissão de todos os que sofrem injustiças; na ressurreição dos direitos usurpados pelos tiranos; creio na vida eterna. Amem” (1).

Ao findar o ano, publicado o nº 18, de 24 de dezembro, esclareceu o editorialista: “A política bem entendida não pode ser outra senão aquela que satisfaça a necessidade do povo, criando fontes de trabalho artístico, quer se chame mecânica ou artes liberais, ensinando as ciências, iniciando indústrias manufatureiras, criando fontes comerciais, abrindo vias de comunicações de todos os gêneros, instrução ao povo, criando leis libérrimas, enfim, promovendo todos os melhoramentos concernentes a matar a fome e proscreever a ignorância. Se bem que **Marqueza**, acho que a política que apresento como meu programa é a que o povo deve seguir; porque só ela será o santelmo das liberdades públicas”.

O nº 19 saiu a 9 de janeiro de 1876, tendo o cabeçalho modificado. Acima do título via-se, ao centro, o clichê, em xilogravura, de uma matrona, de caneta e papel à mão, ladeada dos versos aqui transcritos, à guisa de Expediente:

(1) Já em edição anterior — 24 de outubro — fôra publicado o seguinte Padre Nosso da **Marqueza do Linguarudo**: “Padre Nosso que estais nos céus — livrai-nos dos políticos réus. Santificado seja o vosso nome — livrai-nos dos ingratos políticos-homens. Venha a nós o vosso reino — não devem ter entrada os que têm vendido a pátria. Seja feita a Vossa vontade — mas nunca a dos reis e seus ministros. Assim na terra como nos céus. Nos dai hoje o pão nosso de cada dia — que nos falta pela incuria do govêrno. Nos dai sempre a liberdade usurpada. Perdoai as nossas dívidas — assim como temos perdoado as de Pedro Gonzaga. Não nos deixeis cair na tentação do Conde d’Eu. Livrai-nos do despotismo. Amem”.

“Saio todos os domingos
Nesta terra a passear,
Visitando os meus leitores
Para os cobres embolsar.

Quinhentos réis por dois meses
Sempre pagos adiantados,
Custa minha assinatura,
Logo à vista e não fiados.

Também retalho-me avulsa,
Por quatro vintens sòmente;
Sou uma velha dos diabos,
Já fui fria, hoje sou quente.

Quem me quiser assinar
Venha à rua do Imperador;
Na casa número doze
Onde assisto sem temor.

Aceito correspondências
De interêsse particular;
Conforme o meu ajuste,
Prá quem quiser publicar.

Todos negócios comigo
Serão nesta tipografia,
Onde tenho meu caixeiro
Tôda noite e todo dia”.

Ao sub-título acrescentou-se a palavra “Imparcial”. E constou de um dos artigos redacionais: “Acho que não posso desejar aos meus leitores e admiradores mais do que dinheiro, festas, anos, paz e progresso para esta terra que nos viu nascer”.

Atingido o nº 31, de abril, escreveu o redator, a propósito do aparecimento do diário **O Tempo**: “Os conservadores descobrem coisas, para conservarem sua conservação, que causam espanto. Já estão há oito anos conservados; agora, com **O Tempo**, se conservarão mais oito anos...” Noutro tópico: “Que invenção magnífica! Que meio de conservar a Monarquia do nosso amo, enquanto êle os conservar desfrutando o Tesouro nacional!”

A **Marqueza** veio a admitir matéria “a pedido”, com diferentes assinaturas pseudônimas, principalmente **J. Cambra**, **Barão de Biribá** e outras, assim como algumas poesias, não só do gênero satírico, mas também cívico.

Sem qualquer interrupção, circulou até o nº 69, de 24 de dezembro de 1876. Disse, no editorial de despedida, que voltaria feito **Duqueza do Linguarudo** (2), acentuando: “...porque espero ser nomeada pelos relevantíssimos serviços prestados ao govêrno do meu amo”.

Sem data nenhuma, circulou um **Boletim d’A Marqueza do Linguarudo**, só impressa a primeira página, nela se contendo um editorial em que conclamava o povo a acorrer às urnas para votar na **Marqueza**. No cabeçalho, em vez dos versos do Expediente, liam-se, aos lados do clichê da velha caricata, as exclamações: “Viva a Liberdade! Viva a Soberania do povo! Abaixo a tirania! Fora os traidores e vendidos!” (**Bib. Púb. Est.**).

SALVAÇÃO DE GRAÇA — Órgão de propaganda evangélica, entrou em circulação em fins de outubro (1) de 1875. A propósito, noticiou o **Diário de Pernambuco**, de 4 de novembro, na seção “Revista Diária”: “...acaba de sair à luz, nesta cidade, mais um jornal, que se destina a ensinar a verdade que Deus revela ao homem a respeito do caminho da salvação”.

Consoante a informação, o número de estréia apresentou o seguinte sumário: “Consêrto de obras — A moralidade da Bíblia — O nosso intuito — O título do nosso jornal — Serão as escrituras sagradas plenamente inspiradas e de autoridade divina? A salvação é para os pecadores — A necessidade de um mediador”.

Sem que se encontrem comprovantes correspondentes aos primeiros anos da publicação, existem, na seção de avulsos da Biblioteca Pública do Estado, exemplares dos ns. 9 e 10, ambos com a indicação “Ano I”, de 1878, sem mencionar o mês. Apresentaram-se com oito páginas, formato de 31x23,

(2) O último rebento jornalístico da série **linguaruda** — cujas propriedades e redação eram atribuídas a João Ciriaco da Rocha Lobo — será estudado no Vol. VI desta “História da Imprensa de Pernambuco”.

(1) Não no mês de novembro, como o registou Alf. de Carvalho.

a duas colunas de 16 cíceros, impressos em bom papel, na Tipografia Mercantil, funcionando a redação na rua do Imperador nº 43, 1º andar. Assinava-se, com a declaração de mensário, a 2\$000 anuais, ou 2\$200 para o interior, custando 200 réis o número avulso.

Traziam, sob o título, os conceitos bíblicos: “Pela graça é que sois salvos mediante a fé, e isto não vem de vós, porque é um dom de Deus; não das obras, porque ninguém se gloria” (Eph. II: 8 e 9) e “Se a Retidão é pela Lei, segue-se que morreu Cristo em vão” (Gal. II: 21).

Tôda a matéria das duas edições manuseadas constituiu-se de artigos de propaganda doutrinária, através, unicamente, de transcrições.

Foi, segundo o professor Jerônimo Gueiros (“Projeções de minha vida”, Recife, 1951), “o primeiro jornal evangélico do norte do país”, tendo obedecido à direção do Revmº. John Rockwell Smith.

Decorrido mais de meio século, **Salvação de Graça** — cujas primeiras edições tinham sido impressas em Lisboa, na Tipografia Luso-Britânica, teve o seu nº 3, ano I, de dezembro de 1875, reeditado (oito páginas) em outubro de 1932, no Recife, em comemoração à Reforma Religiosa do Século XVI, pela Igreja Presbiteriana local (Bib. Púb. Est.).

O MARTELLO — Periódico Crítico e Noticioso — A Província, em sua edição de 4 de novembro de 1875, registou o aparecimento do primeiro número do órgão em tela, “redigido por alguns moços “indignados pelo modo com que os egoístas vão pervertendo a nossa sociedade”. Não milita em bandeira alguma; o seu fim “é o bem comum da nossa pátria, que está lutando com os mesquinhos costumes que nos foram legados pela raça latina”. É este o programa do nôvo jornal, cujos artigos são bem elaborados”.

Impresso na Tipografia Mercantil, em pequeno formato, publicou-se também o nº 2, noticiado pela mesma **A Província** a 17 de novembro. E ainda saiu a lume o nº 3, registado pela “Revista Diária” do **Diário de Pernambuco** de 3 de dezembro (1).

(1) Alfredo de Carvalho registara o nº 1 como sendo único, fazendo-o interrogativamente.

O ECHO ARTÍSTICO — Ciências. Artes. Literatura — Circulou no dia 6 de novembro de 1875, formato de 31x22, com quatro páginas de duas colunas largas. Responsável — João Ciríaco da Rocha Lobo. Impresso na tipografia d'A **Provincia**, estabeleceu redação na rua dos Expostos (atual Pedro Ivo) nº 10, mudando-se depois para a rua Estreita do Rosário nº 45, 1º andar. Assinatura mensal — \$300; para fora da cidade — \$400. Número avulso — \$100.

Principiou “a caminhar na senda jornalística — consoante o artigo-programa — tendo por alvo de tôdas as suas aspirações o elevamento das artes, para que o artista possa ser elevado”. Pugnaria pelos interesses dos artistas, “que lutam por uma causa santa — a fraternidade artística”. Bradaria contra a contínua usurpação dos seus direitos.

Quanto à política, ressaltou o editorialista: “Aceitamos o partido que tiver em seu programa as mais avançadas idéias, porque êste é o partido da verdadeira liberdade. E onde se estigmatizar os tiranos, onde se falar da soberania do povo, aí deve estar o artista, porque êle é a vítima que sofre”.

Gazeta semanal, circulou regularmente até o nº 6, de 11 de dezembro, prosseguindo — nº 1, ano II — no dia 8 de janeiro (1) de 1876. A confecção material passou a efetuar-se na Tip. Mercantil, à rua do Tôrres nº 10, quando a redação teceu palavras de gratidão ao líder político José Mariano Carneiro da Cunha, pelos obséquios que lhe prestou “durante o tempo em que êle (**O Echo**) foi publicado em sua oficina”.

Terminou a primeira fase ao editar-se o nº 4, de 9 de fevereiro, ficando suspenso por deficiência de meios.

O Echo Artístico dedicara sucessivos editoriais à defesa das artes, tendo em vista o desprêzo a que eram relegadas pelo govêrno; à miséria dos artistas em geral; à sua situação de párias. Na edição de 27 de novembro, escrevia: “O que esperamos do govêrno? O que devemos esperar? Nada! Trabalhemos antes que o desespero nos domine. Artistas, não consentamos, sem protestar, que o govêrno continue a escarnecer-nos!”

(1) Não no mês de junho, como está escrito nos “Anais”.

Manteve as seções: “Ciência”, contendo noções, em série, sobre Geografia; “Literatura”, incluindo folhetim de **D. Quixote**, que também firmava poesias ligeiras; a novela “Os dispersados”, sem assinatura; versos de C. T., H., A. M., C. P. e Sá Filho, e “fantasias” de Domingos Marques; finalmente, Noticiário, Charadas e Epigramas.

Nove meses decorridos, precisamente a 12 de novembro de 1876, voltou o semanário, com seu nº 5, à atividade, acrescido o formato para 37x25, páginas de três colunas a doze cículos. Já se imprimia em tipografia própria, tendo adotado nova tabela de assinaturas: mensal — \$500; trimestral (devia dizer — trimestral) para o “exterior” — 2\$000.

Escreveu, então, o redator: “**O Echo Artístico** não morreu! Ei-lo aí a soltar, como outrora, o seu brado aos quatro ventos: — Artistas, união, trabalho, progresso!” Noutro tópico: “Sim, êle não morreu; exultem os artistas: antes mais cheio de vida e de crenças, segue firme e seguro o trilho que se impôs, em demanda da independência d’arte, da perfectibilidade do artista”.

Juntaram-se às seções anteriores uma “Coluna livre”, na qual **Loraty** escrevia sobre “A Bíblia e a razão”; “Artes” e “Ineditorial”. Os folhetins tinham a assinatura de **Aureng-Zeb** e **Roast-Beef**, redigidos com boa verve, versando assuntos diferentes. Apareciam versos de C. Taylor, etc.

Enquanto isto, os artigos de fundo não deixavam de debater a situação dos artistas, sempre relegados ao desprezo governamental.

Não foi muito além **O Echo Artístico**. Divulgado o nº 11 a 24 de dezembro, não voltou jamais à ação (**Bib. Púb. Est.**).

O ESTABANADO — Jornal Literário, Satírico e Ilustrado — O primeiro número saiu a lume no dia 14 de novembro de 1875, formato de 38x26, com quatro páginas, sendo as duas externas de **charges** litográficas. Assinava-se na rua das Cruzes (atual **Diário de Pernambuco**) nº 2, obedecendo à seguinte tabela: semestre 5\$000; mês — 1\$000; para o exterior: 6\$000 e 1\$200, respectivamente. Preço do exemplar — 300 réis.

Segundo a concisa nota de apresentação, o título não significava a irrupção de ataques virulentos “sôbre o particular de cada um. Engano formal: apenas tencionava banir os maus costumes daqueles que, zombando da humanidade, vão usurpando seus direitos ou corrompendo a decência e a moralidade”. Não entraria, “com intuito de infâmia, no palácio do rico, nem na choupana do pobre”.

Na alegoria que, sob o clichê do cabeçalho, completou a primeira página, viu-se um palco e, afastadas as cortinas, ao centro, três indivíduos de casaca e chapéu à mão, em atitude de curvatura, com a legenda: “A Redação cumprimenta ao respeitável público de Pernambuco”.

A matéria tipográfica começou com o romance “A virgem da Tapera”, do dr. João Clímaco Lobato, que se sucedeu cada semana e não teve fim, seguido de poesia de Albino Meira, “Miscelania”, “Variedades e Charadas”.

Continuou a publicação todos os domingos, impressa nas tipografias Americana (o nº 1) e Industrial, esta situada à rua do Imperador nº 29. Manteve o programa traçado, inserindo comentário de abertura, colaboração poética de Belarmino Dourado; prosa e verso assinados por **Eu mesmo**; **Pitt**; **Vralacho**, o da “Galeria de tipos”; **O Pançudo**; **Griphe**, que fazia “Teatro”, etc., tudo bem dosado de sátira e boa verve, assim como as páginas de litogravura, dedicadas à crítica de costumes, sendo as **charges** assinadas por Vera Cruz, **M. R.** e **E. B.**, ou sem assinatura. Em notas diversas, a redação atacava, de rijo, o congênere **America Illustrada**, porque êste falava “da vida privada do próximo”.

Não pôde, todavia, **O Estabanado** (que tinha pouco de estabanado) alongar mais sua existência, em face da luta com os assinantes relapsos. Parou ao divulgar o nº 12, de 5 de fevereiro (1) de 1876 (**Bib. Púb. Est. e Bib. do Inst. Arq.**).

DTHYNK — Periódico Alemão — Circulou a 14 de dezembro de 1875, apresentando como redator **Bukner Uhey Barreto de Meneses**. Abaixo do título, vinha o seguinte: “Periódico alemão Zeitung Schriebens in dentes — **Sprach**”.

(1) Alf. de Carvalho assinalou, por engano, que o último número publicado tinha sido o 11º, de 22 de janeiro.

Suas quatro páginas, em formato de 26x18, com duas colunas de composição de 12 cíceros, não representavam mais que um conjunto de linhas de tipos embolados, aqui e acolá arremedados títulos de matéria e até, encerrando a edição, o que pareceria um poema, em oitavas, assinado por **Brreatot ed Meneses**.

Com semelhante jornal, que não voltou a publicar-se, seu idealizador, que não era outro, segundo Alfredo de Carvalho, senão José Vicente Meira de Vasconcelos, procurava ridicularizar Tobias Barreto, que antes redigira, em puro idioma alemão, o **Deutscher Kaempfer (Bib. Púb. Est.)**.

A **JUVENILIA** — **Revista Literária** — “Sob a redação de diversos mocos desta cidade”, propriedade da Empresa Silveira & Araújo e impressa na Tip. Mercantil, deu a público sua primeira edição a 15 de dezembro de 1875, formato de 25x17, contendo 12 páginas de texto. Redação à rua do Imperador nº 46, 1º andar, ou rua da Fundação nº 7. Assinaturas: trimestral — 2\$000; mensal — 1\$000.

Surgida em meio da “luta constante dos espíritos em busca da verdade”, **A Juvenilia** — lia-se na “Introdução” — “é a realização de um pensamento alimentado, há muito, por jovens que, no silêncio de sua obscuridade, trabalham não para a evangelização das grandes idéias, que a tanto não chegam as suas fôrças, senão para libertarem-se do jugo despótico das autoridades literárias”.

“Desconhecendo os prognósticos dos que se dizem mestres da literatura. e sem ter frequentado as aulas de uma academia, a mocidade da **Juvenilia**, que hoje aparece pela primeira vez à luz pública, tem por fim mostrar aos vindouros o quanto pode a vontade no espírito dos que trabalham pelo amor às letras”. Concluiu: “Faz-se, apenas, abstração da política, qualquer que ela seja”.

Iniciaram a matéria as “Cartas Fisiológicas”, de J. Moleschott, seguindo-se a fantasia “Valisneria”, de Rangel de São Paio (anteriormente lida em reunião da sociedade “Greve Literária”), para terminar com pequeno poema de Eduardo de Carvalho.

A segunda edição ocorreu a 31 de dezembro, então substituída a firma da empresa pelo nome individual de Silveira Carvalho. Mudou também de casa impressora, não mencionada. Inseriu produções, em prosa e verso, de Demétrio de Albuquerque, Francino Cismontano, Belarmino Carneiro e E. de Carvalho.

Ao que tudo indica, terminou aí a existência da revista (Bib. Púb. Est.).

ÍNDICE ONOMÁSTICO

- Abreu, João Capistrano Honório de** — 188.
Abreu (Visconde de Aباeté), Antônio Paulino **Limpo de** — 60.
Afonso, Almino Alvares — 208.
Afonso Ferreira Cavalcanti, **Pedro** — 75, 85.
Aguiar, João José Ferreira de — 66, 170.
Aires, Bispo Francisco Cardoso — 265, 299, 301, 302.
Aires, Luiz Cezário Cardoso — 189.
Albuquerque, Arnóbio Pereira de — 204.
Albuquerque, Demétrio de — 424.
Albuquerque, João José de — 293.
Albuquerque, L. B. C. de — 150.
Albuquerque, Marcolino Moura e — 204.
Albuquerque, P. de — 375.
Albuquerque (pai), Joaquim José de Campos da Costa **Medeiros e** — 17, 65, 66, 67, 74, 75, 84, 95, 97, 176, 186.
Albuquerque, Salvador Henrique de — 186.
Albuquerque, Virgínio A. C. C. e — 85.
Albuquerque (Visconde de Camaragibe), Pedro Francisco de Paula Cavalcanti de — 156, 159, 192.
Alcântara, Hermilo José de — 308.
Alcovia, A. J. de — 66.
Alencar, José Martiniano de — 231, 234, 273, 319.
Almeida, Cândido Martins de — 76.
Almeida Cunha, José Antônio de — 21.
Almeida, Fernando Mendes de — 390, 405.
Almeida, Filinto Henriques de — 268, 273.
Almeida, Francisco João Alves de — 93, 196, 211, 217, 234.
Almeida, Francisco Manuel Raposo de — 185, 186, 243, 244, 269.
Almeida, J. Augusto de — 409.
Almeida, João Simões de — 245.
Almeida, Joaquim A. Bessoni de — 81, 95, 120, 225.
Almeida Júnior, Rufino A. de — 372.
Almeida, Manuel Antônio de — 307.
Almeida Martins — 335.
Alves, Antônio de Castro — 17, 172, 203, 204, 207, 215, 222, 239, 240, 241, 242, 251, 264, 268, 269, 307, 331, 362, 405.
Alves, J. Moreira — 391.
Alves, Luiz — 30.
Alves, Miguel José — 51.
Amália, Maria — 160, 307.
Amaral, A. Cândido — 331.
Amaral, Crispim do — 319.
Amaral, Francisco Pacífico do — 279.
Amaral, Hermínio Ernesto de Lemos — 158, 348, 385.

- Amaral**, José Avelino Gurgel do — 156, 185.
Amaral, Misael da Silveira — 265, 266, 304, 307.
Andrada e Silva, o moço, **José Bonifácio de** — 74, 290, 336.
Andrade, Joaquim José de Oliveira — 87.
Antunes, Tenente Eusébio José — 59.
Aragão, Antônio Moniz Sodré de — 75.
Aragão Bulcão — 51.
Arão de Oliveira Campos, **Manuel** — 188.
Araripe Júnior, Tristão de Alencar — 236, 237.
Araripe, Tristão de Alencar — 104, 127, 152, 155, 184.
Araújo, A. José Correia de — 66, 231.
Araújo, Antônio de — 51.
Araújo, Francisco **Altino** Correia de — 17, 331, 366, 388, 389.
Araújo, Frederico Marinho de — 176.
Araújo, João Aureliano Correia de — 188.
Araújo, L. C. A. de — 118, 387.
Araújo, Manuel Barbosa de — 150.
Araújo, Manuel Luiz de Azevedo e — 84.
Araújo, Tenente Francisco Manuel Álvares de — 59.
Araújo, Tenente Joaquim José dos Santos — 154.
Arruda Câmara, Padre José Francisco de — 143, 159, 180, 205, 375.
Assis Casimiro Borges Godinho de — 218.
Assis, Joaquim Maria **Machado de** — 305.
Austregesilo Rodrigues de Lima, **Antônio** — 50.
Austregesilo Rodrigues de Lima, **José** — 17, 227.
Autran, Ana — 405.
Autran da Mata e Albuquerque, Carlos Augusto — 67, 97, 118.
Autran da Mata e Albuquerque, Manuel Godofredo — 236, 282, 284.
Autran da Mata e Albuquerque, Pedro — 17, 66, 84, 85, 165, 185, 209, 210, 268, 301, 345, 347.
Autran, Henrique de Alencastro — 160, 215, 219, 271.
Autran, Júnior, Henrique de Alencastro — 123, 136.
Autran, Paulo de Albuquerque — 150.
Azedo, **Raul** de Almeida — 189.
Azevedo, Boaventura José de Castro — 51, 56.
Azevedo, Francisco Antônio **Cezário de** — 29, 32, 75, 85, 87, 97, 128, 147, 148; 168, 172, 235.
Azevedo Joaquim Inácio Álvares de — 75.
Azevedo, José Soares de — 83, 107, 122, 128, 243, 387.
Azevedo, Maria Heráclia de — 304.
Azevedo, Mota de — 107.
Azevedo, Padre Francisco João de — 182.
- Bacon**, Francisco — 138.
Baima, Antônio de Sousa — 76, 105.
Bandarra, F. — 332.
Bandeira, Antônio de Sousa — 310.
Bandeira, Antônio Inácio de Tórres — 387.
Bandeira, Antônio Rangel de Tórres — 35, 70, 75, 83, 111, 119, 128, 149, 184, 235, 243, 262, 263, 264, 266, 293, 412.
Bandeira, Manuel Neto Carneiro de Sousa — 87, 324.
Bandeira, M. T. — 81.
Barata, Cônego José do Carmo — 188.
Barbosa, Joaquim — 227.

- Barbosa, Leônidas** — 221.
Barradas Júnior, Joaquim da Costa — 66, 73.
Barreto, Américo Pinto — 76.
Barreto, Claudino Gomes — 224.
Barreto, Cônego Francisco Ferreira — 150, 328.
o **Barreto de Meneses, Tobias** — 17, 208 218, 219, 238, 240, 241, 242, 282, 294;
298, 302, 304, 306, 307, 326, 327, 330; 331; 341; 367; 406; 422; 423.
Barreto Filho, José Paulo de R. — 284.
Barreto, F. X. — 374.
Barreto, Rozendo Moniz — 236
Barreto, Vicente do Rêgo Toscano — 240.
Barroca, Fernando Teófanos do Rêgo — 189.
Barros, A. L. da Silveira — 105.
Barros, Antônio Carlos Mariz e — 239.
Barros, Antônio Lopes da Silva — 87.
Barros, A. S. P. de — 122, 153.
Barros, Eduardo de — 148.
Barros, J. J. de Albuquerque — 85.
Barros Júnior, João Antônio de — 57, 170, 307.
Barros, L. S. Monteiro de — 290.
Barros, M. Fernandes de — 387.
Basto, M. — 119.
Bastos, Conselheiro — 124.
Bastos, Job Pereira de — 325.
Bastos, J. Oliveira — 75.
Bastos, Tavares — 158.
Batista, Francisco de Paula — 149, 169, 170.
Batista, G. Hermino — 85.
Batista, Pedro Nolasco — 30.
Batista Pereira — 330.
Beckman, Manuel — 364.
Belfort, José Joaquim Tavares — 66, 85, 95.
Belisário Henriques da Cunha, José — 86, 87, 97, 119.
Belmonte, Eugênio Augusto do Couto — 57, 75, 107.
Belo, A. Moreira — 379.
Beltrão, Dom Gabriel — 189.
Bezerra, Augusto — 385.
Bittencourt, Edmundo J. Rocha — 97, 133.
Bittencourt, Epifânio J. Rocha — 76, 85, 97, 118, 123, 128.
B. Júnior, E. J. R. — 68.
Black, Antônio Vitorino Alves Sacramento — 47, 68, 335, 350, 395, 403.
Borba, Manuel Antônio Pereira — 188.
Borges, Frederico Augusto — 365, 391.
Borges, Joaquim Monteiro de Seixas — 409.
Borges, Leandro Francisco — 75.
Boulitreau, Francisco Pedro — 189.
Braga, Francisco Gonçalves — 123.
Braga, Gentil Homem de Almeida — 17, 66, 97.
Brandão, Alfredo — 362, 366.
Brandão, Francisco de Carvalho Soares — 75, 85, 185, 323.
Brandão, Francisco de Paula Barbosa Leite — 86, 153.
Brandão, João Coelho — 188.
Brandão Júnior, Anacleto de Jesus Maria — 84.
Brandão, Pedro Falcão — 50.
Bresciani, Padre Antônio — 344.
Brito, Cândido Augusto Xavier de — 364.

- Brito**, Floriano Correia de — 24, 42, 169.
Brito, F. Saturnino de — 189.
Bruno, Jordano — 338.
Buarque, M. C. — 374.
Burlamaqui, Fenelon C. — 97.
Burlamaqui, Leônidas C. — 74, 87, 97.
Burlamaqui, Polidoro César — 97.
Burlamaqui, Trajano César — 79.
Burnier, Antônio Ildefonso Nascentes — 75, 76, 119.
Byron, Jorge Gordon, Lord — 65, 409.
- Cabral**, José Cristiano da Costa — 64.
Cabral, Pedro Alvares — 236.
Calazans, Pedro Lusense de Bittencourt — 17, 51, 66, 67, 72, 83, 85, 97, 119, 231.
Caldas A. P. de Sousa — 27.
Caldas, Osiris Peixoto Lins — 189.
Caldeira, A. S. — 123.
Calmon, Pedro — 215, 241.
Câmara, Eugênia — 239.
Câmara, João Landelino Dornelas — 338.
Câmara, José Paulino — 239.
Câmara, Maria B. S. — 304.
Camargo, M. I. P. de F. — 87.
Camões, Luiz Vaz de — 120.
Campelo, F. C. da Rocha — 85.
Campelo, Francisco Carneiro do Rêgo — 407.
Campelo, Gervásio Rodrigues — 291.
Campelo, Manuel Neto Carneiro — 187.
Campelo, Samuel Rodrigues Carneiro — 187.
Campos, Aureliano de — 331, 362.
Campos Carvalho — 327.
Campos, Cônego Joaquim Pinto de — 26, 32, 112, 122, 140, 157, 171, 178, 209, 230, 257, 265, 275, 276, 292, 347, 380.
Campos, L. H. Pereira de — 290.
Campos, Salustiano da S. Cajueiro de — 137.
Canabarro, Modesto Francisco das Chagas — 91, 93, 99, 102, 103, 104, 133, 141, 144, 153, 199, 245, 255.
Caneca, Frei Joaquim do Amor Divino — 326, 338.
Capitolino Pereira de Melo, **Henrique** — 111, 187, 410, 412.
Cardoso, Antônio Lopes — 318, 398, 401
Carls, Franz Heinrich — 223, 236.
Carneiro, Antunes — 307.
Carneiro, Belarmino — 266, 277, 424.
Carneiro da Cunha, Antônio de Siqueira — 307.
Carneiro da Cunha, José Mariano — 420.
Carneiro da Cunha, Manuel Clementino — 250, 251, 274.
Carneiro, F. D. — 66, 85.
Carneiro, J. Borges — 75, 85.
Carneiro, Jovino — 308.
Carneiro Júnior, Francisco Dias — 75, 97.
Carneiro Leão, Ernesto — 350.
Carneiro Leão (Marquês do Paraná), Honório Hermeto — 31, 43, 267.

- Carneiro, Pedro** — 238.
Carvalho, Antônio Alves de — 203, 204.
Carvalho, Alfredo Alvares de — 18, 21, 29, 35, 36, 38, 51, 56, 57, 58; 61, 65, 67, 71, 72, 76, 77, 81, 82, 84, 86, 87; 92, 96, 98, 105, 106, 108, 112, 117, 121, 124, 125, 127, 129, 131, 132, 136, 137, 150, 152, 156, 158, 159; 160, 162, 164, 166, 169, 171, 178, 180, 184, 187, 192, 196, 199, 204, 205, 208, 211, 219, 225, 226, 236, 237, 241, 244, 245, 246, 253; 255, 256; 258; 260, 267, 270, 273, 275, 276, 278, 288, 290, 297, 301, 308; 310, 312, 325; 328, 332, 342, 350, 351, 362, 363, 367, 370, 371, 372, 373; 374, 376, 377; 379, 380, 381, 382, 383, 388, 392, 395, 404, 406, 407, 410, 412, 414, 415; 418, 419, 420, 421, 422, 423.
Carvalho, Anfilóquio Botelho Freire de — 237, 297.
Carvalho, Antônio Fernandes Silveira — 342, 424.
Carvalho, Antônio Soares de — 98, 165, 206, 212, 217.
Carvalho, Belarmino de — 293.
Carvalho, Eduardo de — 376, 423.
Carvalho, Elísio de — 188.
Carvalho e Sousa, Manuel de — 376.
Carvalho, Francisco Livino de — 380.
Carvalho, Izidro Pedro Nolasco de — 28.
Carvalho, Joaquim Manuel de — 98, 112, 113, 126, 127, 137.
Carvalho, José Januário Pereira de — 218, 219.
Carvalho, José Nicolau Tolentino de — 207, 208, 259.
Carvalho, Laurentino Antônio Moreira de — 86, 87.
Carvalho, Teixeira de — 414.
Cascudo, Luiz da Câmara — 198.
Castelar, Emílio — 306.
Castelo Branco, Antônio Borges Leal — 17, 168, 335.
Castelo Branco, R. B. L. — 66.
Castro, A. A. de Noronha e — 138.
Castro, Almeida e — 85, 97.
Castro, Augusto Olimpio Gomes de — 96.
Castro, Catão G. de — 170.
Castro, Guerreiro de — 138.
Castro, J. Antônio de Magalhães — 85.
Castro, J. B. — 85.
Castro, Joaquim Moreira de — 84.
Castro Rebelo Júnior — 307, 330, 366, 367, 387, 389.
Catão, Diodoro Ulpiano Coelho — 149.
Cavalcanti, Antônio de Pádua Holanda — 87.
Cavalcanti, Antônio de Siqueira — 256.
Cavalcanti, J. F. Uchoa — 238.
Cavalcanti, J. M. Alves — 29, 35, 62.
Cavalcanti, Nabor Carneiro Bezerra — 159.
Cavalcanti, Pedro Celso Uchoa — 188.
Cavalcanti, Platão — 374.
César, Getúlio de Albuquerque — 189.
César, José de Carvalho — 218.
César, Pedro Antônio — 147.
Chaves, Belizário da Cunha — 196.
Chaves, Ernesto — 240.
Chaves Júnior, Henrique A. — 81.
Chaves Júnior, J. F. — 170.
Chaves Júnior, V. — 335.
Chaves, M. F. — 24.
Chaves, Padre Manuel Amâncio das Dores — 208.

- Cismontano, Francino** (ver Vasconcelos, Francisco do Brasil Pinto Bandeira e Acioli).
Clemente XIV, Papa — 336,338.
Codeceira, Major Manuel José Domingues — 188.
Coelho, F. Jerônimo — 66.
Coelho Leite, Augusto — 376.
Coimbra, João — 84, 97, 262, 264, 292.
Colaço, C. — 235.
Colaço, Filipe Néri — 36, 121, 123, 133, 136, 170, 213, 383.
Conceição, J. F. — 369.
Cordeiro, Antônio da Cruz — 236.
Correia, José Soares Pinto — 235 248.
Correia Júnior, José Soares Pinto — 208.
Correia, V. de A. — 90.
Côrte Real, João Batista Pinheiro — 324.
Costa, A. B. Gitirana — 29, 34, 35.
Costa, B. — 218.
Costa, Carlos Augusto Pereira da — 187.
Costa e Silva, Franklin R. da — 414.
Costa, Francisco Augusto Pereira da — 186, 187.
Costa, João Lopes Pessoa da — 240.
Costa Júnior, Olímpio Vaz da — 190.
Costa, Leovigildo Samuel da Silva — 408, 409.
Costa, Piragibe Hagissé da Silva — 409.
Cousin, Victor — 30, 390.
Couto, José Elísio de Carvalho — 118, 207, 259, 271.
Crisóstomo, Cônego João — 355.
Cristina, Imperatriz Teresa — 122.
Cruz, Padre João Vieira Neves Castro da — 379.
Cunha, Ambrósio Machado Leitão da — 104, 127, 135, 146.
Cunha, Aníbal Fernandes Rodrigues da — 269, 297.
Cunha, Antônio de Holanda — 155.
Cunha, Guilherme Vieira da — 387.
Cunha, João Diniz Ribeiro da — 51, 73, 74, 171.
Cunha Vasco — 331.
- Damasceno**, Heitor — 180.
Damaso, Manuel Pinto — 128.
Daunou, Pedro Cláudio Francisco — 262.
David, Samuel — 375.
Dé Carli, Gileno — 189.
Delgado, Luiz Maria de Sousa — 189.
Deus, João de — 213, 235.
Dias Irmãos — 374.
Dias, Padre Guilherme — 336.
Dias, Sisínio Evergisto da Rocha — 85.
Dias, Teófilo — 414.
Diegues Júnior, Manuel Baltazar Pereira — 375.
Domingues, Antônio — 205.
Domingues, Aurélio — 189.
Dória, Franklin Américo de Meneses — 17, 51, 75, 83, 96, 97, 119, 163.
Dória, M. F. G. C. — 138.
Douhaire, P. — 213.

- Dourado**, Belarmino da Costa — 422.
Dourado, Joaquim da Costa — 329.
Drumond, Antônio de Vasconcelos **Meneses de** — 70, 170, 265.
Drumond Filho, Antônio de Vasconcelos **Meneses de** — 149, 297.
Drumond, Gaspar de Meneses Vasconcelos de — 82.
Duarte, Guido Martins — 95, 97, 120, 128.
Duarte, Padre J. — 235.
Dumas Filho, Alexandre — 107.
Duperron, Hermilo — 180.
Dupin, André Maria João Jaques — 257, 391.
Duprat, Francisco Maria — 161, 162, 163.
Durão, Santa Rita — 184, 188.
Durval, Ciridião — 374.
Dutra, João V. Pereira — 349.
- Erasmus**, Didaco — 223.
Escorel, Manuel Clementino de **Oliveira** — 410.
Estanislau, Padre — 241.
Estêves (Bodé), Manuel Joaquim Ferreira — 99.
Eyzaguirre, Padre — 210.
- Facó**, José Baltazar Ferreira — 308.
Falcão, Alfredo — 398, 403.
Falcão, Aníbal A. — 359, 390, 398, 403.
Falcão, Carlos Ernesto de Mesquita — 182.
Falcão, João Marinho de Barros — 54.
Faria, Deão Joaquim Francisco de — 83, 206.
Faria Filho, Manuel de Figueiroa — 66.
Faria, Manuel Figueiroa de — 34, 35, 36, 51, 56, 92, 124.
Faria, Xilderico Araripe de — 308, 324.
Feitosa, Antônio Vicente do Nascimento — 17, 46, 50, 63, 65, 71, 83, 98, 113, 123, 132, 144, 147, 148, 149, 165, 168; 177; 178; 179; 183; 185; 190; 191, 192, 194, 227, 228, 244, 270.
Fenelon, Francisco da Salignac de la Mothe — 410.
Fernandes, Aníbal Gonçalves — 188.
Fernandes, F. Dias — 262.
Ferraz Júnior — 415.
Ferreira, Antônio Domingues — 42.
Ferreira, Antônio **Gonçalves** — 17, 223.
Ferreira Júnior, José Jansen — 218, 238.
Ferreira, M. Johnson — 366.
Ferreira, Tenente-Coronel João Paulo — 79.
Ferrer de Barros Vanderlei, **Vicente** — 188.
Feval, Paulo — 214.
Figueiredo, Antônio Pedro de — 112.
Figueiredo, Aurélio de — 402.
Figueiredo, Firmino Cândido de — 236.
Figueiredo, José Antônio de — 76, 112, 170, 207.
Figueiredo, José Bento da Cunha e — 43, 55, 63, 69, 70, 115, 142.
Figueiredo Júnior, José Bento da Cunha e — 186, 213, 257, 273, 279.
Figueiredo, Luiz Machado Botelho e — 221.

- Figueiredo, Manuel da Cunha** — 56, 57, 73.
Figueiredo, Naasson de — 187.
Figueiredo, W. da Cunha e — 237, 262.
Filgueiras Sobrinho — 75, 76.
Firmino Filho — 68.
Firmino, José Joaquim — 90.
Firmo, Jovino — 221, 223.
Fonseca, Antonio Borges da — 39, 54, 55, 56, 62, 63, 64, 65; 71; 90; 91; 103; 113, 115, 134, 135, 233, 246, 248, 249, 250, 251, 252; 253; 255; 287; 325; 369.
Fonseca, Antônio José Vitoriano Borges da — 186.
Fonseca, Bento Borges da — 252.
Fonseca e Silva, Manuel Augusto da — 359.
Fonseca, Gondin da — 301.
Fonseca, Inácio Néri da — 189.
Fonseca, Joaquim de Aquino — 149.
Fonseca, José Pires da — 218.
Fontes, Eugênio T. da Silveira — 284.
Foullioy, Tenente M. L. — 60.
Fraga, Durval de Meneses — 264.
França, J. Soares de — 255.
Franco Júnior, F. Soares — 83.
Freire, Adelino Antônio de Luna — 187, 205.
Freire, Luiz José Junqueira — 119, 294.
Freitas, Jesuino — 76.
Freitas, José Manuel de — 74, 86, 87.
Freitas, José Otávio de — 188, 382.
Freitas, L. de — 317, 332, 351.
Freyre, Gilberto de Melo — 189, 228.
- Galvão, Anísio** — 189.
Galvão, O. — 129.
Galvão, Sebastião de Vasconcelos — 187, 211.
Galvão, T. de Carvalho — 47.
Gama, Aires de Albuquerque — 17, 51, 74, 129, 186, 323, 335, 336, 337, 338; 362, 400.
Gama, Antônio Pinto Chichorro da — 183, 192, 195, 199.
Gama (Conde de Baependy), Braz Carneiro Nogueira da Costa e — 274.
Gama, Padre-Frei Miguel do Sacramento Lopes — 150, 235.
Garcês, Martinho César da Silveira — 331.
Gibson, Tomé Joaquim de Barros — 187.
Girardin, Emílio de — 262.
Gitai, Américo Cordeiro Muniz — 66.
Gitirana, F. J. F. — 35.
Gois e Vasconcelos, Zacarias de — 263, 288, 347, 368.
Gomes de Sá, J. Gualberto — 366, 391.
Gomes, Tude de Andrade — 104, 132.
Gonçalves, Antônio Marcelino Nunes — 142.
Gonçalves Crespo, Antônio Cândido — 341.
Gonçalves, Sigismundo Antônio — 256.
Gondin, Carlos de Sousa — 165.
Gondin Filho — 189.
Gondin, Joaquim Guedes Correia — 238.
Gordo, Jefferson — 129.

- Graça, H.** — 51, 74, 85.
Grange, Antonieta Klitische de la — 412.
Grasina, Joaquim — 35.
Graux, Gustavo — 336.
Guedes, A. F. — 407.
Guedes, Joaquim Pelino da Costa — 255, 327, 412.
Gueiros, Jerônimo de Carvalho Silva — 187, 419.
Guimarães, Antônio da Cunha Soares — 44.
Guimarães Aprígio Justiniano da Silva — 75, 83, 84, 128, 149, 169, 170, 184, 185, 209, 253, 262, 263, 264, 266; 267; 303; 307; 322; 336; 345; 346; 354, 371, 372.
Guimarães, Domingos Rodrigues — 297.
Guimarães, Gaspar Antônio Vieira — 189.
Guimarães, João Batista — 266, 293, 297.
Guimarães, José Anastácio da Silva — 365.
Guimarães Júnior, Luiz Caitano Pereira — 17, 220, 241, 271, 283, 317.
Guimarães, Liberato — 123, 237.
Guimarães, P. Francelino — 139.
- Herculano de Carvalho Araújo, Alexandre** — 326.
Higino Duarte Pereira, José — 17, 188, 223; 268.
Holanda A. — 375.
Holanda, L. de — 375.
Honorato Júnior — 304.
Honorato, M. C. — 143, 170.
Honório, José — 355.
Hugo, Victor — 217, 259, 327, 391, 410.
Huss, João — 338.
- Itaboraí, Visconde de** — 289.
Ivan, Dr. — 136.
Ivo Veloso da Silveira, Pedro — 24, 32, 39, 267.
- Jersey, Antônio Maria O'Connel** — 30, 32, 34, 54.
Joffylli, Irineu Ceciliano Pereira — 240.
Jurumenha, Antônio Pinheiro Lobo de Meneses — 374, 375.
- Kelly, Tenente-Coronel** — 126.
Kopke, João — 366.
Kossut, Luiz — 258.
Kozeritz, Carl von — 368, 406.
Kubitschek, J. N. — 213.
- Lacerda, João Ribeiro Pessoa de** — 182.
Lacerda Júnior, João Ribeiro Pessoa de — 182.

- Lacerda**, Lourenço Bezerra Cavalcanti de — 155.
Lages, Flora — 415.
Lagos Júnior, João Pereira — 360.
Lamartine, Afonso de — 60, 236.
Lamennais, Feliciano de — 256.
Lampra, Syneidesis — 299.
Lapenberg, Antônio Martiniano — 76, 170, 175.
Leal, Fávio Nunes — 218.
Leal, Júlio César — 318.
Leão, José Quintino de Castro — 64.
Leão, Policarpo Lopes de — 82, 83, 90.
Leão, R. de Areia — 235.
Leite, Demétrio Rodrigues — 148.
Leite, Edgar Teixeira — 189.
Leite, José Fiel de Jesus — 76, 105, 129, 169.
Lemos, Cirilo de — 87, 221.
Lemos, João de — 83.
Lessa, Vicente Temudo — 188
Liberato, J. — 170.
Lima, A. Alexandrino R. — 262, 387.
Lima, A. Gonçalves da Costa — 379.
Lima, Alvaro — 390.
Lima, A. S. Lopes — 372.
Lima, Daniel Alves de Q. — 324.
Lima e Silva (Duque de Caxias), Marechal Luiz Alves de — 254.
Lima, F. — 304.
Lima, General José Inácio de Abreu e — 224, 265, 275, 276, 292, 294,
 296, 299.
Lima, Henrique de Sousa — 84.
Lima, José Antônio de — 98.
Lima, José Coriolano de Sousa — 56, 67, 74, 75, 86, 87, 97, 119.
Lima Júnior, Joaquim Militão Alves de — 256.
Lima, Manuel de **Oliveira** — 187.
Lima, M. R. — 48.
Lima, Plínio Augusto Xavier de — 264, 290.
Lima, Rozendo Adrião da Fonseca — 406.
Lima Sobrinho, Alexandre José Barbosa — 189.
Lincoln, Abrahão — 229.
Lins, Francisco de Paula e Silva — 75.
Lins, Juana Tiburtina da Silva — 304.
Lisboa, Clementino — 362, 364.
Lobato, João Clímaco — 422.
Lobo, Aristides da Silveira — 118.
Lobo da Costa — 384.
Lobo, Francisco de Paula Silveira — 257, 289.
Lobo, Francisco Joaquim Pereira — 168.
Lobo, Francisco Leopoldino de Gusmão — 66, 83, 169.
Lobo, João Ciríaco da Rocha — 418, 420.
Lobo, Ovídio da Gama — 75, 83.
Loio, José da Silva — 270.
Loiola, Inácio Bento de — 23, 36, 68, 69, 70, 71, 82, 86; 92; 94; 99; 106;
 114, 117, 127, 132, 145, 154, 156, 173, 174, 253, 301.
Lopes, Hilarino — 320.
Lopes Tenente-Coronel José Antônio — 82, 90.
Lopez, Francisco Solano — 216, 225, 254.
Loureiro, Lourenço **Trigo** de — 79, 112, 123, 215.

- Lucena**, Henrique Pereira de (Barão de) — 17, 74, 326, 327, 347, 359, 369.
Luiz, Pedro — 266.
Luna, Padre Lino do Monte-Carmelo — 83, 128, 188.
- Mac-Dowell**, Samuel Wallace — 238, 271.
Macedo, Manuel Buarque de — 392.
Macedo, Sérgio Cândido de — 55.
Machado, C. A. — 170.
Machado, Joaquim Nunes — 32, 39, 100, 143, 146, 171, 202, 220, 267; 278; 372; 385.
Machado, Maximiano Lopes — 188, 267.
Maciel, Francisco de Assis Oliveira — 402.
Maciel Monteiro (2º Barão de Itamaracá), Antônio Peregrino — 351.
Madeira, Tomé Fernandes de Castro — 248, 250.
Magalhães, Celso da Cunha — 17, 304, 330, 362, 364.
Magalhães, D. J. G. de — 58.
Magalhães, Fernando de — 262, 289.
Magalhães, M. da Fonseca — 32.
Magalhães, Moura — 76.
Magno, Carlos Hipólito de Santa Helena — 289, 304, 305.
Maia, José Gonçalves — 187.
Mancebo Júnior, G. — 105.
Maranhão, Elias Marinho Falcão de Albuquerque — 91, 103, 121, 134, 141, 145, 154, 198, 199, 215, 277, 342.
Maranhão, Gil de Metódio — 189.
Maranhão, João de Barros Falcão de Albuquerque — 27, 58, 99, 126, 147, 178, 181, 183, 191, 192, 199; 258; 295.
Maranhão, Metódio Romano de Albuquerque — 187.
Mário Júnior — 385.
Marinho, Joaquim Saldanha — 183, 192, 337, 338, 346.
Marques, Antônio Pedro da Silva — 377, 386.
Marques Domingos — 421.
Marques, J. — 85.
Martins, Aristides de Paula Dias — 76, 138.
Martins, F. de Sousa — 87.
Martins, Gaspar da **Silveira** — 303.
Martins, João Luiz Soares — 50.
Martins Júnior, José Izidoro — 320, 381, 403, 407, 408, 409.
Martins, M. — 120.
Matos, Gregório de — 294.
Medeiros, José Caitano de — 79.
Medeiros, Manuel Fonseca de — 29, 34, 48.
Meira de Oliveira Melo, Ceciliano **Célio** — 189.
Melo, Afonso de Albuquerque — 215, 217, 248, 249, 250, 251, 252, 313; 327.
Melo, Antônio Alfredo da Gama e — 310.
Melo, Antônio Joaquim de — 264, 276.
Melo, Artur Henrique de Figueiredo e — 327.
Melo Cunha — 236.
Melo, Ernesto Júlio Bandeira de — 176.
Melo e Silva, Justiniano de — 304.
Melo, Felix Cavalcanti de Albuquerque — 228.
Melo Filho, João Capistrano Bandeira de — 66, 75, 97, 209.
Melo, Isaias Guedes de — 365, 366, 379, 388.
Melo, Jerônimo Martiniano Figueira de — 22, 23, 26, 35.

- Melo**, Joaquim Guenes da Silva — 137, 138.
Melo, Joaquim Homem Bom Pessoa de — 392, 404.
Melo, José Bandeira de — 366, 367.
Melo, José Maria de Albuquerque e — 189, 190, 324, 326, 350.
Melo Lins, W. de — 313.
Melo, Manuel do Rêgo — 392.
Melo, Manuel Felizardo de Sousa — 115 142
Melo, Maria do Pilar Sinués — 273.
Melo, Mário Carneiro do Rêgo — 186, 187, 190.
Melo, Monteiro de — 189.
Melo Neto, José Antônio Gonsalves de — 189.
Melo, Oton Linch Bezerra de — 189.
Melo, Padre Joaquim Belizário Luiz de — 64.
Melo, Pompílio Cavalcanti de — 120, 138.
Melo, Sebastião — 158.
Melo, Urbano Sabino Pessoa de — 183, 191, 195, 292.
Melo, Vicente de Moraes — 323.
Mendes Leal Júnior, José da Silva — 111, 136, 322.
Mendonça, A. — 380.
Mendonça, João Pinto de — 86, 97.
Mendonça, Lúcio de Meneses Drumond Furtado de — 307, 325.
Mendonça, Ulisses de Barros — 87, 156, 159.
Meneses, Agrário de Sousa — 50.
Meneses, Gonçalo de Aguiar Teles de — 155, 156.
Meneses, Hildebrando Gomes de — 189.
Meneses, Manuel Cornélio Araripe Bezerra de — 112.
Meneses, Manuel Ribeiro Barreto de — 333.
Meneses, Padre José Honório Bezerra de — 346.
Mergulhão, João Alves — 176.
Metelo, J. M. — 367.
Milton, Aristides Augusto — 202, 204.
Mindelo, Miguel Arcanjo — 124.
Mira, Geraldo Henrique de — 123, 124, 125, 131, 151, 161, 168, 203, 246;
261, 324.
Mirabeau, P. S. Jefferson — 170, 221.
Miranda, Antônio Passos de — 207, 259.
Miranda, Floriano José de — 225.
Miranda, Geminiano Joaquim de — 124.
Miranda, Nilo de — 331.
Miranda Osório, Manuel Pinheiro de — 218, 271.
Miranda, Rodrigo Lobo de — 323.
Moleschot, J. — 423.
Moniz, Antônio Ferrão — 75, 97.
Moniz, J. — 391.
Moniz, Salvador A. — 391.
Montcham, L. — 120.
Monte Júnior, Joaquim José do — 76, 137.
Monteiro, Antônio Antero Alves — 218, 271.
Monteiro, Cândido P. — 75.
Monteiro, F. V. — 304.
Monteiro, Honório — 392, 409.
Monteiro, Joviniano da Costa — 81, 119, 121, 128, 130.
Monteiro, Julião da Costa — 95.
Montenegro, Manuel Januário Bezerra de — 130.
Montesquieu, Carlos de Secondat, Barão de — 384.
Morais, Ana J. de — 304.

Morais, J. — 366.
Morais, José Rodrigues de — 148.
Morais, Manuel Pereira de — 91.
Morais Rêgo Júnior, Altino Lelis de — 66.
Morais Rêgo, Raimundo Valentino de — 175, 176.
Morais, Virgílio A. — 238.
Moreira, Delfim — 188.
Moreira, Joaquim Batista de Matos — 48, 51, 377, 405.
Moura, Artur Tavares de — 189.
Moura, Manuel Elias de — 79.
Moura, N. — 222.
Moura, Tomé Afonso de — 375.
Muhlert, Carlos Eduardo — 270, 297, 303, 305, 333, 360, 406.
Muniz, César — 405.
Muniz de O. S., Angelo — 170.
Muniz, Manuel Artur — 187.
Murger, Henry — 362.

Nabuco de Araújo Júnior, José Tomaz — 26, 73, 313, 402.
Nascimento Júnior, Manuel Varela do — 271.
Nascimento, Manuel José do — 255.
Navarro, Antônio Caitano Seve — 67, 87, 140.
Negri, Padre Clemente — 323.
Neves, Caitano Maria de Faria — 128, 143, 170.
Neves, Franklin de Faria — 189.
Neves, José — 349, 350, 372, 400, 401, 402.
Neves, Manuel da Silva — 42.
Novais, Faustino Xavier de — 70.
Nunes, Joaquim de Castro — 124.

Olimpio Braga Cavalcanti, Domingos — 330.
Olinda (Pedro de Araújo Lima), Marquês de — 139, 173, 177.
Olindense Ribeiro de Sousa, Afonso — 412.
Olival, F. Borja — 166.
Oliveira, Aleixo José de — 79.
Oliveira, João Alfredo Correia de — 188, 189, 345.
Oliveira, João de — 390, 404.
Oliveira, João Delfino David de — 385.
Oliveira, Joaquim Fonseca Nunes de — 176, 188.
Oliveira Júnior, A. J. — 374.
Oliveira, Leodegário Antônio de — 150.
Oliveira, Leônidas de — 188.
Oliveira, Luiz Estêvão de — 189.
Oliveira, Manuel de Jesus — 39.
Oliveira, Romualdo Alves de — 38, 39, 52, 54, 55, 56, 63, 88, 89; 90; 91; 126, 313, 324, 327, 356, 363, 364, 407.
Oliveira Sobrinho, Francisco Antônio de — 310.
Orlando da Silva, Artur — 320.
Ortigão, José Duarte Ramalho — 331, 334.
Ortiz, Lobo — 325.
Ortolan, M. — 60.
Osório (Marquês de Herval), General Manuel Luiz — 401.

- Pacheco**, Antônio de P. Pereira — 105.
Pais Barreto, Francisco Xavier — 149, 177, 178, 179, 183, 190, 191, 192, 194, 196.
Pais Barreto, Raimundo — 189.
Pais de Andrade, Manuel de Carvalho — 119, 129; 172; 213.
Paiva, M. de B. Machado — 118.
Paiva, Padre Joaquim Gomes de Oliveira — 123.
Palhares, Vitoriano José Marinho — 81, 90, 95, 120, 130, 148, 153, 172, 307; 341, 368, 398.
Palmeira, P. V. de Araújo — 204.
Paraiso, A. J. de Sousa — 76.
Passo, Manuel Rodrigues do — 70.
Passos, Antônio Joaquim de — 123, 138, 143, 171, 172.
Passos, Soares de — 213.
Paulino, Antônio — 282.
Paz, Nóbrega da — 157.
Pedro II, Imperador — 53, 65, 83, 91, 101, 113, 115, 117, 120; 122 128; 138; 139, 140, 141, 157, 161, 162, 205, 216, 223, 231; 254; 264; 266; 273; 278; 281, 310, 313, 324, 325, 331, 345, 346, 393.
Pedrosa, Amaro Gomes — 189.
Pedrosa, Cônego Alfredo Xavier — 131, 151, 188, 211, 379.
Pedrosa, Miguel da Cunha — 53, 56.
Pedrosa, Monsenhor Francisco Raimundo da **Cunha** — 189.
Peixoto, General Dermeval — 189.
Pelletan, Pedro Clemente Eugênio — 299, 409.
Penido, Antônio Nogueira — 310.
Peregrino da Silva, **Cícero** Odon — 162, 187.
Peregrino da Silva, Manuel Hortêncio — 351.
Pereira, Antônio Jansen de M. — 155.
Pereira, Cosme de Sá — 382.
Pereira da Silva, João Raimundo — 281.
Pereira, Felix José — 139.
Pereira Franco — 310, 366.
Pereira, Luiz Carlos de Araújo — 81, 95, 120, 143.
Pereira, Luiz Duarte — 112.
Pereira, M. Mendes — 119.
Pereira, M. S. — 66
Pernambuco, Belizário — 407, 409.
Pessoa, Amaro — 327, 359.
Pessoa, Eloah de Paula — 387, 388.
Pessoa, Francisco Barbosa de Paula — 387.
Pessoa, Francisco Pinto — 286.
Pessoa, Luiz Eustáquio da Conceição — 358.
Pessoa, M. Pinto C. — 23, 25.
Pessoa, M. S. J. — 225.
Pessoa, Paulino O. — 407.
Pessoa, Vicente Alves de Paula — 387.
Pestana, Manuel Braz Odorico — 71, 72.
Pimentel, A. — 346.
Pimentel, Esperidião de Barros — 387.
Pimentel, **Graciliano** Aristides do Prado — 76, 87, 119.
Pindaíba, — 250.
Pinheiro, A. P. Maciel — 74.
Pinheiro, F. C. — 372.
Pinheiro, Fortunato — 278.
Pinheiro, Luiz Ferreira Maciel — 17, 76, 203, 215, 219, 222, 267.

- Pinheiro**, Manuel Pereira de Morais — 74, 75, 148, 149, 150, 159.
Pinheiro, Manuel Rodrigues Severino — 27.
Pinto, Antônio de Sousa — 17, 160, 213, 224, 225, 235, 236, 237, 331; 335; 350, 360, 389, 391, 398, 403.
Pinto de Magalhães — 335.
Pinto, Estêvão de Meneses Ferreira — 189.
Pinto, José — 307, 310.
Pinto Júnior, João José — 322, 323.
Pinto, Mário Coelho — 189.
Pinto, Otávio — 189.
Pio dos Santos, **Fernando** — 59.
Pires Ferreira, Júlio — 108, 268.
Pires, Garcia Dias — 75, 76.
Pires, José Augusto Galvão — 76, 176.
Pires, Padre Heliodoro — 187.
Pitanga, Olímpio Adolfo de Sousa — 66.
Poeira, Padre — 347.
Polidoro — 74.
Pompéia, Raul — 320.
Pompeu de Sousa Brasil, **Tomaz** — 270.
Pontes, M. A. Azevedo — 368.
Pontual, Antônio dos Santos — 307.
Pontual, Feliciano — 223.
Portela, Joaquim Pires Machado — 82, 89, 185.
Portela, Manuel do Nascimento Machado — 75.
Pôrto, Faustino — 341.
Pratt, Frei André Maria — 189.
Prazeres, Feliciano — 330.
Pressence, Edmundo de — 336.
Primo, B. — 398.
Purcell, J. E. — 373, 398, 401, 404.
- Queiroz**, José Maria Eça de — 331.
Quintas, Amaro Soares — 27, 73.
Quental, Antero Tarquínio do — 331, 334.
- Rabelo**, A. da Cunha — 96.
Rabelo, Adélia Josefina de Castro — 123.
Raimundo, João — 369.
Ramos, Canuto Cândido — 325.
Ramos da Silva, **João** Alfredo — 398.
Ramos, Eládio dos Santos — 189.
Ramos, José Ildefonso de **Sousa** — 22, 31, 33.
Ramos, José Xavier Faustino — 182.
Rangel, Ulisses do Rêgo — 410.
Rêgo Barros/Cavalcanti — 43, 113.
Rêgo Barros (Conde da Boa Vista), Francisco do — 288.
Rêgo Barros, H. do — 75, 85, 97, 119.
Rêgo, J. do — 75.
Rêgo, Joaquim Pereira do — 84.
Rêgo, Padre João Herculano do — 70, 115, 174, 175.

- Regueira Costa, Gaspar do Nascimento** — 392.
Regueira Costa, João Batista — 17, 187, 266, 412.
Reis Júnior, Manuel José dos — 66.
Retumba Júnior, F. — 372.
Rezende, Padre Venâncio Henrique de — 26.
Ribeiro, Antônio José da Costa — 149, 169.
Ribeiro da Silva, J. A. — 170.
Ribeiro, F. Bernardino — 86.
Ribeiro, Francisco Antônio — 42, 43.
Ribeiro Júnior, J. A. de Sousa — 75, 85.
Ribeiro, Luiz Ciríaco — 54, 359.
Ribeiro, Miguel Arcanjo da Silva — 343.
Ribeiro, Renê — 189.
Ribeiro, Simplício da Cruz — 124.
Ribeiro, Tomaz — 401.
Ridoux, A. — 122, 212, 246.
Riedel, Antônio — 398.
Ries, Augusto Colin da Silva — 155.
Rocha, A. V. Carneiro da — 176.
Rocha Júnior, Joaquim José Ferreira da — 175.
Rocha, Malaquias Gonçalves da — 215, 335, 336.
Rocha, Marciano Gonçalves da — 270.
Rodrigues, Abelardo — 236.
Rodrigues, Antônio Marques — 47, 243.
Rodrigues, José Honório — 190.
Rodrigues, Rodrigo — 222, 234.
Roeser, Dom Pedro — 188.
Rohan, Henrique de Beaurepaire — 243.
Roma (Umbelina Coelho da Silva), Viúva — 27, 29, 42.
Romero (Sílvio Vasconcelos da Silva Ramos), Sílvio — 17, 282, 304, 305,
 307, 314, 327, 330, 331, 334, 360, 361, 365, 389.
Rosa e Silva, Francisco de Assis — 376, 377, 386, 387.
Rosa e Silva, José Marcelino da — 386.
Rosenwolt, V. — 107.
Rousseau, João Jaques — 156.
Roxo, Belfort — 74.
- Sá, Antônio Joaquim Franco de** — 47, 74.
Sá e Benevides, José Joaquim de — 105.
Sá, Ezequiel Franco de — 137, 323, 335.
Sá, F. Xavier de — 138.
Sá Filho, C. P. e — 421.
Sá, Filipe Franco de — 105, 170, 175, 176.
Sá, Galdino Francisco do Rêgo Ferrugem e — 152.
Sá, V. Moreira de — 359.
Saboia, Gerson de — 87.
Saldanha, A. — 387.
Sales, José Roberto da Cunha — 128, 148, 149, 172.
Salgado, Belmiro — 208, 237.
Salgado, José de Amorim — 372.
Salgado, Paulo de Amorim — 218, 236.
Samico, Manuel da Rocha — 375.
Sampaio, Alberto — 213.

- **Sampaio, F. L. Bittencourt** — 66.
- Sampaio, M. S. Barreto** — 105.
- Sampaio, R. de** — 362.
- Samuel, S.** — 392.
- Santiago, A.** — 374.
- Santos, Adolfo Generino Rodrigues dos** — 207, 208, 215, 222, 266, 271, 350, 360, 362, 364, 391, 398, 403.
- Santos, Antônio Bernardino dos** — 87.
- Santos, J. Ferreira dos** — 168.
- Santos Melo** — 336.
- Santos, M. P. Oliveira** — 392.
- Santos, Marquesa de** — 260.
- São Paio, João Zeferino Rangel de** — 350, 370, 423.
- Saraiva de Araújo Galvão, Pergentino** — 29, 48, 84, 86.
- Sarmento, Ernesto** — 374.
- Sarmento, João José da Silva** — 324.
- Sarmento, Vital F. de Moraes** — 75.
- Saúde, José Ben** — 37.
- Schlappriz, Luiz** — 136, 225.
- Seixas, Francisco Rodrigues** — 137.
- Sena Júnior** — 221.
- Seráfico, Inocência** — 98.
- Sete, Mário Rodrigues** — 189.
- Severim, J. M. do Couto** — 37.
- Shakspeare, William** — 410.
- Silva, A. C. Ferreira da** — 362.
- Silva, A. e** — 307.
- Silva, Antônio Irineu da** — 320.
- Silva, Antônio Martins da** — 333.
- Silva, Cônego Antônio de Castro** — 83.
- Silva, F. C. de Lemos e** — 60.
- Silva, J. B. Castro e** — 128.
- Silva, João Adolfo Ribeiro da** — 128.
- Silva, João Cância Gomes da** — 251, 363, 374.
- Silva, José Caitano da** — 314, 316, 318, 321.
- Silva Júnior, E. F. da** — 122.
- Silva Júnior, João Tomé da** — 137.
- Silva Lins** — 182.
- Silva, Luiz Ciriaco da** — 61, 64, 77.
- Silva, M. G. da** — 122.
- Silva, Milcíades Pereira da** — 170, 175.
- Silva, Olímpio Marques da** — 87.
- Silva, Quintiliano da** — 305.
- Silva, R. H. da** — 238.
- Silva Santos, Augusto Carneiro Monteiro da** — 147, 323.
- Silva, Santos e** — 87.
- Silva, Silvino** — 182.
- Silveira, Dom Luiz de Sousa** — 324.
- Silveira, José Dantas da** — 304.
- **Siqueira Filho, José Jorge de** — 214, 215, 265.
- Smith, John Rockwell** — 419.
- Soares, Ângelo** — 387.
- Soares, F. Pacheco** — 366, 387.
- Soares, Firmino Licínio da Silva** — 137, 138, 170, 175.
- Soares, José Leandro Martins** — 209, 211, 218, 237, 290, 298.
- Soares, José Veloso** — 79.

- Sousa Amarante, Tarquínio Bráulio de** — 137, 209.
Sousa, Braz Florentino Henriques de — 87, 169, 176, 184, 209.
Sousa, Cônego Francisco Bernardino de — 347.
Sousa, Eusébio Néri Alves de — 188.
Sousa, F. Vieira de — 66.
Sousa Filho, J. Noberto de — 118, 136.
Sousa Filho, J. R. de — 85.
Sousa Filho, Tarquínio de — 406.
Sousa, H. Marcos de — 391.
Sousa, J. D. — 21.
Sousa, João Silveira de — 148, 157, 159, 167, 168, 177, 178, 179, 181; 183.
Sousa, José Lustosa de — 271.
Sousa, José Soriano de — 209, 302, 323, 343, 347, 354, 355.
Sousa Leão (Barão da Vila Bela), Domingos de — 150, 198, 228, 278.
Sousa Leão, M. B. de — 151.
Sousa Leão, Minervino Augusto de — 305, 322.
Sousa, Manuel de Carvalho — 405.
Sousa, Maria Heráclia de — 405.
Sousa Olveira — 287.
Souto, Gonçalo de Almeida — 74.
Souto, Teodoreto Carlos de Faria — 76, 214.
Stephens, Ann — 107.
- Taques, Benevenuto Augusto de Magalhães** — 89, 90, 99, 106, 110.
Taunay, Afonso de Escragnole — 187.
Tavares, Amaral — 80.
Tavares da Silva — 76.
Tavares da Silva Cavalcanti, Ademar — 189.
Tavares, Monsenhor Francisco Muniz — 185, 263.
Távora, João da Silveira Borges — 227.
Távora, João Franklin da Silveira — 17, 76, 81, 90, 123, 129, 171, 265, 273; 298, 299, 303, 305, 306, 326, 335, 336, 337.
Taylor, C. — 421.
Teixeira, Bento — 188.
Teixeira, João da Cunha — 170.
Teixeira, José da Cunha — 145, 148, 149, 150.
Teixeira, Luiz Francisco — 153.
Temudo, Joventino — 389.
Timóteo, Ângelo José — 182.
Tiradentes (Joaquim José da Silva Xavier) — 220.
Torquato, J. — 118.
Tôrres, Cônego João Crisóstomo de Paiva — 131, 302.
Tôrres Portugal, Manuel Ambrósio da Silveira — 237, 267, 273.
Torrezão, Guiomar — 306.
- Uchoa, José** — 219.
Urzedo, A. de — 74.
- Valdetaro, E. L. C.** — 87.
Valente, Raimundo Clementino — 155.

- Valente, Valdemar** — 189.
Vallasques, João — 331.
Vanderlei, Augusto José Maurício — 323.
Vanderlei, Eustórgio — 189.
Van Der Linden, Ruber — 189.
Varela, Luiz Inácio Fagundes — 215, 222, 225.
Varnhagen (Visconde de Pôrto Seguro), Francisco Adolfo — 186.
Vasco Castro — 338.
Vasconcelos, Albino Gonçalves Meira de — 327, 365, 366, 367, 405, 412, 422.
Vasconcelos, Antônio Pepes Barreto de — 347, 404.
Vasconcelos, B. de Barros — 66.
Vasconcelos (Francino Cismontano), Francisco do Brasil Pinto Bandeira e Acioli — 387, 412, 424.
Vasconcelos, José de — 107, 108, 125.
Vasconcelos, José Vicente Meira de — 304, 423.
Vasconcelos, M. G. Pereira de — 173.
Vasconcelos, Padre Felix Barreto de — 347.
Veiga, L. F. — 50.
Velho Sobrinho, João Francisco — 57, 189.
Vera Cruz, Antônio — 319, 395, 401, 402, 422.
Veras, Caitano Pinto de — 288, 310, 321, 352.
Verneck, Manuel Peixoto de Lacerda — 73.
Viana, Antônio Joaquim Barbosa — 320, 321.
Viana, Eduardo Evaristo Ferreira — 415.
Viana, Hélio — 189, 253.
Viana, José Hermógenes de Araújo — 189.
Viana, L. E. R. — 210, 240.
Viana, Ulisses Machado Pereira — 263.
Vidal, E. A. — 213.
Vieira, Arnaldo Ernesto — 121.
Vieira, D. — 375.
Vieira da Silva, João Henrique — 307, 376, 377.
Vieira de Melo, Francisco de Paula — 120, 121, 130.
Vieira de Melo Pereira, Celso — 188.
Vieira, Padre Antônio — 233, 294.
Vilela de Castro Tavares, Jerônimo — 25, 79, 80, 99, 106, 112, 113, 149, 175, 178, 179, 181, 208, 224, 243.
Vilela de Castro Tavares, Joaquim — 73, 75.
Vilela de Castro Tavares, Tenente Antônio — 175.
Vilela, João Valentim — 78.
Vilela, Joaquim Maria Carneiro — 17, 223, 266, 307, 308, 314, 316, 317, 320.
Vinagre, Francisco Pedro — 91.
Vital Maria Gonçalves de Oliveira, Dom Frei — 318, 319, 327, 335, 337, 338, 343, 345, 346, 347, 348, 354, 356, 359, 368; 369; 371.
Vital, Olímpio Manuel dos Santos — 84, 119.
Vitrúvio Pinto Bandeira e Acioli Vasconcelos, Antônio — 17, 48, 68.
Viveiros, J. F. de — 105.

Xavier, Inácio Firmo — 122.
Yago, Angelo — 366.

Nascimento, Luiz do

História da Imprensa de Pernambuco (1821-1954). Recife, Universidade Federal de Pernambuco, Imprensa Universitária, 1966-
v. ilustr.

1. ed. do v. 1, ed. do Arquivo Público Estadual em 1962.

Inclui bibliografia.

Conteúdo. — v. 1. Diário de Pernambuco, 2. ed. 1968. — v. 2. Diários do Recife — 1829-1900. — v. 3. Diários do Recife — 1901-1954. — v. 4. Periódicos do Recife — 1821-1850. — v. 5. Periódicos do Recife — 1851-1875.

1. Imprensa — História — Pernambuco. I. Título.

655.1834(C.D.D.)

655.1 (813.4) (C.D.U.)

UFPe.

BC.70-1391



Compta

Comp

1/82

Preço est.

224 21,60

Este livro deve ser devolvido na última
data carimbada

30.12.91

Nascimento, Luis do

Historia da imprensa de Pernambuco:
buco: (1821-1954

07/N244h

v.5

DEVOLVER NOME LEIT.

(871/88)

Devolver em	NOME DO LEITOR
30.12.91	maury/microfilmagem

Prove que sabe honrar os seus compromissos devolvendo com pontualidade este livro à Biblioteca.

Modelo N.º 8

~~_____~~
~~_____~~
Nascimento

Historia da
buco: (1821-

07/N244h
DEVOLVER NOMI

Devolver em

30.12.91 JMS

Prove que si
missos devolvendo
à Biblioteca.

"Estamos diante de uma obra-fon-
te, indispensável a qualquer brasili-
ana, às bibliotecas públicas e particu-
lares, às das escolas, não só de jorn-
alismo, e dos próprios jornais, de
modo particular pernambucanos. Sen-
do mais de consulta, serve paralela-
mente a outras intenções. Basta pas-
sar-se a vista pelas quarenta e sete
páginas do índice onomástico (refe-
rência ao vol. III) para a gente a-
char nomes do nosso jornalismo que
ultrapassaram o circunstancial e me-
recem a volta aos nossos convívios
com a recuperação de muitas pági-
nas que escreveram".

(Da "Agenda", Mauro Mota. **Diário
de Pernambuco**, 14.6.1968).

"Trata-se de uma densa contribui-
ção à história da imprensa brasileira
na principal cidade do Nordeste, o
Recife, não só do ponto de encon-
tro de culturas, como verdadeira me-
trópole de toda aquela vasta região.
O minucioso levantamento feito pelo
A. reflete assim, com a vida tantas
vêzes efêmera dos diários, um pouco
da história das idéias, dos partidos,
dos conflitos sociais e do desenvolvi-
mento da cidade e da região".

(D'O Estado de São Paulo. "Lança-
mentos", 16.3.1968).

"...seu trabalho é de impressionar:
vejo que o plano atinge XV volu-
mes; que obra! que pesquisas! que
paciência beneditina!... Mas que
imensa, enorme utilidade traz essa
obra, da forma pela qual está feita.
aos pesquisadores, à história literá-
ria e jornalística do país! que fonte
de informações! que detalhes! Nada
conheço semelhante, nada de apenas
parecido com a sua HISTÓRIA".

(De uma carta do escritor Plínio
Doyle, 21.9.1969).

"É admirável a precisão e minúcia
de dados. Sua "História" se inscreve
entre as melhores do gênero, como
contribuição inestimável para a futu-
ra História da Imprensa Brasileira,
que, na verdade, só poderá ser ten-
tada após o levantamento histórico
de cada região".

(De uma carta do escritor Francisco
de Assis Barbosa, 15.1.1970).

ACADEMIA DE MEDICINA

JORNAL ACADÉMICO

CIENCIA, PATRIA E LIBERDADE

PORTE 00000

1º TRIMESTRE

3º ANNO

85



TRIMESTRE 58000

PUBLICA-SE TODOS OS DOMINGOS
ESCRITURAS NA REDACCAO RUA DO VISARIO N.º 25

ANNO 8000

DO LAR

DE LA

1880

1880